



SciELO



ALAVOURA

mais antiga publicação agrícola em circulação no Brasil



A Curaculha; uma grande lagoa do Norte

NO LII

JANEIRO - FEVEREIRO, 1948

BI-SULFURETO DE CARBONO

MARCA



REGISTRADA

Salvação



RETIFICADO QUIMICAMENTE PURO

Srs. Fazendeiros, de algodão e de café:
Salvem as suas plantações usando o BI-SULFURETO DE CARBONO "SALVAÇÃO" que é o melhor imunizador de suas culturas. Aplicá-lo em larga escala e de preferência a qualquer outro similar significa economia e eficiência. O BI-SULFURETO DE CARBONO "SALVAÇÃO" tem, ainda, a vantagem de não ser alterante, nem deixar resíduos ou cheiro. UNICO EFICAZ NO EXPURGO DO ALGODÃO. EMPREGADO COM ÊXITO GARANTIDO NA EXTINÇÃO DA BROCA DO CAFÉ. Acondicionado em latas de 4 quilogramas ou em tambores de ferro.

S/A IND. REUNIDAS F. MATARAZZO

PRAÇA DO PATRIARCA S. PAULO



Escola Prática de Agricultura São João de Petrópolis, Município de Sta. Teresa (Espírito Santo)

SUMÁRIO

O Brasil como produtor de algodão — Prof. Arthur Torres Filho	3
O 51.º aniversário da Sociedade Nacional de Agricultura	5
Escola Fluminense de Medicina Veterinária. — Discurso do Dr. Edgard Teixeira Leite	10
Natas sobre a cereal Adlay — Prof. Paulo Parreiras Horta	17
Terra Brasileira — Valentim F. Baúças	23
Hilário Luiz Leitão	24
Sobre a Cultura da Soja — J. Gonçalves Carneiro	26
As Estações Experimentais e o Futuro da Lavoura do Cacao — Dr. Pedro Fontes	28
A Conservação do Salo — Eunenes Marcondes de Mello	32
Tratada com o Chile	34
O Algodão na Economia norte-riograndense — Discurso na C. D. pelo Dep. José Augusto	36
Associação de Criadores da Raça Schwyz	46
O coqueiro da Bahia — Pimentel Gomes	48
Confusão em torno do trigo — B. de Aragão	49
Valor alimentícia das Hortaliças — Geraldo Goulart da Silveira	52
Consultas e informações — Geraldo Goulart da Silveira	57
As cooperativas e a concepção de lucro — Fabio Luz Filho	58
Exportação de reprodutores	59
Fruticultores Práticos	61
Curso Prático de Agricultura — Geraldo Goulart da Silveira	64
Sociedade Nacional de Agricultura	68
A Semanal do S. N. A.	71

Sociedade Nacional de Agricultura

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA

PELA LEI N.º 3549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo: Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida

Presidente Benemérito: Dr. Weneeslão Braz Perelra Gomes

Presidente de Honra: Dr. Getúlio Dornelles Vargas

DIRETORIA GERAL

Presidente	— Arthur Torres Filho
1.º Vice-Presidente	— Luiz Simões Lopes
2.º " "	— Edgard Telxela Leite
3.º " "	— A. de Arruda Camara
1.º Secretário	— F. Murtinho Braga
2.º " "	— Adamastor Lima
3.º " "	— Eurleo Santos
4.º " "	— Cinéas de L. Gulmarães
1.º Tesoureiro	— Kurt Repsold
2.º " "	— Otto Frensel

DIRETORIA TÉCNICA

Altino de Azevedo Sodré
Antonlo Franelseo Magarinos Torres
Franklin de Almeida
Enlo Luiz Leltão
Geraldo Goulart da Silveira
Irls Melnberg
João Maurício de Medeiros
Joaquim Bertino de Moraes Carvalho
Luiz de Oliveira Mendes
Pedro Fontes.



CONSELHO SUPERIOR

Alberto Ravaeche
Alvaro Simões Lopes
Anaplo Gomes
Antonlo Barreto
Antonlo José Alves Alves de Souza
Apolonio Sales
Balbino de Souza Mascarenhas
Ben-Hur Ferreira Raposo
Benjamin do Monte
Carlos de Souza Duarte
Diogenes Caldas
Eduardo Duvivier
Fablo Furtado Luz
Eivaldo Lodi
Franelseo Saturnino de Brito Filho
Gulherme Egberto Hermsdorff
Honório da Costa Montelro Filho
Humberto Bruno
Ismael Cordovll
Israel Pinheiro da Silva

Itagiba Barçante
J. C. Belo Lisboa
Jeronymo Antonlo Coimbra
João Gonçalves de Souza
João Tjader
José Sampalo Fernandes
José Solano Carneiro da Cunha
Landulpho Alves de Almeida
Manoel Carlos Ferraz de Almeida
Manoel Neto Campelo Junlor
Marlo de Oliveira
Napoleão de Alencastro Gulmarães
Ormen Junqueira Botelho
Oscar Daudt Filho
Paulo Parrelras Horta
Pedro Calmon Moniz de Bittencourt
Ruy Carneiro
Sebastião Hereulano de Mattos
Sebastião Sant'Ana e Silva

A LAVOURA

ÓRGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LII

Janeiro-Fevereiro de 1948

O BRASIL COMO PRODUTOR DE ALGODÃO

PROF. ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Da importância econômica do algodão para a humanidade, em suas múltiplas aplicações, basta considerar-se que ele hoje supera todas as demais plantas nos tecidos manufaturados. Representa, atualmente, 73,3% do consumo total no mundo, vindo depois, a lã, com 6,8%. É, portanto, sem contestação, a principal fibra textil, pois, além de seu baixo preço, suas aplicações aumentam sempre com o aproveitamento dos subprodutos, não sendo de recear-se a competição das fibras sintéticas. O comércio mundial de algodão expande-se cada vez mais, esperando os economistas que a produção se eleve, dentro de cinco anos, a 35 milhões de fardos. San daqueles que pensam que se deve traçar uma política algodocira para o Brasil, mediante a indagação segura na formação dos preços, evitando-se os impostos elevados e estimulando-se a melhoria da qualidade, tanto por legislação adequada, como pelo financiamento. Há quem diga que o algodão brasileiro começou a ser exportado para a Europa no século do descobrimento. É fato sem contestação dispormos de grande extensão territorial onde esse algodão pode desenvolver-se dando ao Brasil condições de preponderância nos mercados mundiais, daí porque precisamos estar alertas para não aceitar restrições nas áreas de cultivo, pois nossa contribuição na produção mundial se eleva apenas a 6% e na exportação a 3,18%. Vale recordarmos que em 1875 o algodão representava 30% das exportações

e ao terminar a guerra da secessão dos Estados Unidos, que abalou fortemente a produção norte-americana, o algodão em nossas estatísticas, acusava 29,9% na exportação. Não sabemos organizar-nos econômica e tecnicamente para tirar a vantagem obtida e, paulatinamente, fomos perdendo os mercados no exterior. Basta dizer que, em 1932, a nossa contribuição no mercado internacional foi apenas de 0,1%. De 1932 para cá, o aparecimento brusco de São Paulo como grande produtor de algodão, em consequência da crise do café, mas dentro de seguros preceitos técnicos, permitiu que o Brasil voltasse à posição de grande relêvo no comércio mundial. É assim que vemos o nosso país elevar-se à categoria de quarto produtor, vindo em seguida dos Estados Unidos, Índia, Inglaterra e Egito.

O grande esforço norte-americano, cuja colocação do seu algodão no mercado mundial vinha caindo vertiginosamente, se orienta no sentido da "melhoria do rendimento", em substituição de "paridade de preço", política esta última baseada no subsídio aos agricultores com acumulação de estoques adquiridos pelo governo. Acredito firmemente no futuro da nossa cultura algodocira se soubermos preparar-nos para melhorar o "rendimento" e a "qualidade" do nosso algodão, estabelecendo-se para isso uma segura legislação na parte "Cultura" e na defesa comercial da nossa produção. O comércio mundial do algodão expande-se rapidamente e os seus sub-

produtos "linter", "óleos" e "lortas", cada vez mais adquirem aplicações.

É preciso, acima de tudo, que o produto brasileiro se imponha aos mercados mundiais. Aí é que deve residir toda a nossa atenção. Só produzindo produto de "boa" qualidade, "in forme" e a "baixo" custo, poderá o Brasil conservar ou mesmo desenvolver a situação de incontestável relêvo, adquirido por êle nos últimos anos no mercado mundial do algodão. A regulamentação das sementes, o contrôle oficial da classificação, a criação de grandes usinas de beneficiamento, a agremiação dos produtores em cooperativas para dar-lhes a assistência do crédito agrícola e impedir que os lucros se escoem para as mãos dos intermediários, são medidas que carecemos adotar dentro de um plano sistemático de ação.

O melhoramento constante das qualidades de fibras, nas diversas regiões do país, criando e garantindo a produção de tipos altos, fazendo acompanhar êsse melhoramento pelo aumento do rendimento por unidades de superfície — é o programa que devemos adotar. Essa é a orientação seguida pelos norte-americanos e, de longa data, pelos egípcios. O exemplo que nos deu e nos dá São Paulo, principalmente na parte experimental, com o contrôle oficial na distribuição de sementes aos agricultores, o que permitiu abrir ao algodão brasileiro novos mercados, precisa e deve ser seguido, com rigor, pelas demais regiões algodoeiras do país. Além da assistência científica e técnica exercidas em toda a sua plenitude e do crédito agrícola, auxiliando os pequenos cultivadores por intermêdió de cooperativas, temos de adotar um rigoroso plano de racionalização do beneficiamento e da padronização e classificação do algodão brasileiro, estabelecendo estreita colaboração entre os produtores e os governos. Não devemos esquecer-nos nunca da posição do mercado mundial dependente da garantia de tipos que oferece a preços convenientes. O fator qualidade e a uniformidade dos fardos e dos lotes, representam a garantia do algodão brasileiro.

Outro característico importante na classificação é o gráo de limpeza ou a existência de maior ou menor quantidade

Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira

USINAS EM SABARÁ E MONLEVADE



Escritório Central de Vendas:

AVENIDA NILO PEÇANHA, 26



RIO DE JANEIRO

de de impurezas. No Brasil há espécies e variedades de algodoeiros diferenciados pelas regiões, daí porque devemos adotar contrôle técnico e econômico, principalmente na formação das variedades e na distribuição das sementes que garantam o conceito do produto nos mercados externos. O que se acha em jôgo não é esta ou aquela região do país, sim, o conceito do Brasil e a sua expansão econômica, justificando-se, portanto, a ação do govêrno federal, na fiscalização da exportação.

Sou dos que crêem no valor do Estado como força capaz de orientar os sistemas econômicos, fazendo sentir sua ação enérgica à coordenação da iniciativa particular. O momento apresenta-se altamente propício para garantir-se ao algodão brasileiro o papel cada vez mais importante que êle está fadado a representar na nossa economia rural.

○ 51.º ANIVERSARIO

DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

A 16 de janeiro comemorou a Sociedade Nacional de Agricultura mais um aniversário de sua proveitosa existência.

Era pensamento da Diretoria fazer lançar, nesse dia, a pedra fundamental da futura sede, a "Casa da Agricultura", mas, infelizmente, apesar de toda diligência, dificuldades burocráticas na Prefeitura do Distrito Federal, onde ainda se acha em processo de aprovação indispensável desde há mais de um ano, as plantas do grandioso edifício, impediram o intento.

Mas, nem por isso, os diretores e funcionário da instituição deixaram de assinalar de modo expressivo a grata efeméride.

Coincidindo com a data da fundação da Sociedade o aniversário natalício do seu Presidente, o Prof. Arthur Torres Filho, fizeram inaugurar, no Salão Nobre, o retrato à óleo do seu grande amigo e benfeitor, que há cerca de 18 anos tem tido sobre seus ombros a direção da Casa de Ennes de Souza.

O lançamento da pedra fundamental do novo edifício-sede será feito dentro em breve, e corresponde a um dos pontos do programa do Dr. Torres Filho, desde que aceitou o pesado encargo de dirigente máximo da Sociedade. Outros aspectos da sua administração, já os levou a bom termo e foi justamente para testemunhar o apoio e o agradecimento dos seus colaboradores na Sociedade, que se colocou em lugar destacado no salão nobre a sua efígie, obra do pintor V. Alencar.

Desde que, como 1.º Vice-Presidente em exercício, passou a dirigir os destinos da Sociedade, em meio a tremenda crise financeira, com a instituição sem sede e sem meios de continuar seus serviços, o Dr. Torres Filho tem alcançado notáveis triunfos, que dão hoje à Sociedade Nacional de Agricultura uma situação de solidez e de prosperidade nunca alcançada antes.

Assim é que, desde aquela época, tem a Sociedade conseguido a sua atual sede própria, constante de um grupo de numerosas salas, ocupando toda a frente do

3.º pavimento do edifício Itanagra, sobre a Av. Franklin Roosevelt; o Horto Frutícola da Penha foi dotado da sua atual Escola de Horticultura Wenceslão Bello, em substituição ao antigo Aprendizado Agrícola ali existente desde os tempos da fundação da Sociedade, estabelecimento que, pelas suas instalações e métodos pe-



O Dr. Arthur Torres Filho discursa, agradecendo a homenagem de seus amigos e companheiros da Sociedade Nacional de Agricultura

dagógicos ocupa hoje um destacado lugar no nosso ensino agrícola; consolidou a vida financeira da instituição e logrou ver satisfeito um dos maiores anseios da classe: a sua organização em base associativa, através o decreto-lei 8.127, de 1915, sob enjos salutares princípios, em breve, poderá a agricultura brasileira levantar a sua voz ativa no concerto econômica nacional. Será impossível relatar, de relance, uma pequena parcela que seja da múltipla atividade da Sociedade, incentivada e pessoalmente exercida pelo Prof. Arthur Torres Filho, seja na colaboração com instituições can-

gêneres, com os poderes públicos, seja nas reivindicações dos direitos da classe, ou na defesa dos seus interesses.

Para citar um exemplo dessa atividade, basta que se diga que no Conselho Federal de Comércio Exterior a Agricultura tem a sua voz ouvida desde a fundação do importante órgão, através a palavra equilibrada e autorizada do Dr. Torres Filho, que é, dentre todos, o decano dos conselheiros.

passagem. E foi assim, de surpresa, colhido na sua modestia o Dr. Torres Filho, com o convite para presenciar a posição no Salão de Hora da Sociedade do seu retrato.

Foi uma festa que a todos encantou. Sem ter sido feita nenhuma publicidade, ao contrário disso, tendo os seus promotores diligenciado para conservar em segredo a profetada homenagem, ainda assim a assistência foi tal, que ficaram li-



Uma parte do salão, vendo-se, entre a assistência, no primeiro plano, a irmã, a esposa, e a filha do Dr. Torres Filho.

A coroação de sua obra de — pode-se dizer — de consolidação da Sociedade Nacional de Agricultura, tanto do ponto de vista da atuação exterior como da vida interna, administrativa, seria justamente o lançamento da pedra fundamental da "Casa da Agricultura", cometido que tem preocupado largamente o Presidente Torres Filho.

Quizeram, porém, seus amigos e colaboradores da Sociedade que a data escolhida por ele para o almejado evento, tivesse, à falta daquele, fato condigno e não menos expressivo a assinalar-lhe a

totalmente tomados o salão, o saguão, os gabinetes laterais e os corredores, apinhados de companheiros e amigos do Dr. Torres, o que veio confirmar o grande prestígio de que goza na seio da classe rural e dos seus colegas agrônomos e funcionários do Ministério da Agricultura.

Fizeram o Dr. Luiz Simões Lopes, 1.º Vice-Presidente, oferecendo a homenagem; o Dr. Bertina de Carvalho, em nome da Sociedade Brasileira de Química; o Dr. Arruda Câmara, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira e o Dr. Edgar Tei-

xeira Leite, 2.º Vice-Presidente e atual Secretário da Agricultura do Estado do Rio.

Vão a seguir publicados alguns dos discursos pronunciados, e bem assim uma relação parcial das pessoas presentes.

Do Prof. Geraldo Goulart da Silveira

"Presada Mestre Prof. Torres Filho:
Minhas senhoras

mais brilhantes expressões da agronomia brasileira; pelo economista emérito, pelo sociólogo profundo, pelo grande educador que tantos e tão valiosos serviços tem prestado à educação nacional, especialmente à educação rural.

O Professor, meus senhores, não é apenas o técnico; é, sobretudo, o educador o orientador, o guia que esclarece, dirige, encaminha e estimula os discípulos.

O Professor é, acima de tudo, o orien-



O Dr. Teixeira Leite abraça o Dr. Arthur Torres Filho, após o seu discurso, em nome dos companheiros da Diretoria.

Meus senhores

Cabe-me, e o faço com grande satisfação, no momento em que amigos e admiradores do Prof. Torres Filho prestam-lhe esta singela, mas muito significativa homenagem, dizer algumas palavras em nome dos ex-alunos do homenageado, elemento dos mais brilhantes do magistério nacional.

Faltam-me palavras para, em um vivo colorido, em um harmonioso mosaico de expressões, dizer da admiração que os discípulos têm pelo grande mestre e amigo; pelo profissional que é um das

tador esclarecido, capaz de estimular a capacidade dos alunos, abrindo, para eles, novos horizontes, ajudando-os e guiando-os na aprendizagem e preparando-os para a vida prática.

Estimular e avivar a capacidade dos alunos; sentir e descobrir as suas possibilidades; provocar e estimular as iniciativas próprias, para dirigi-las e encaminha-las convenientemente, eis o verdadeiro trabalho educativo do mestre, eis os princípios pedagógicos sob os quais o Prof. Torres Filho sempre norteou as

suas magnificas e jamais esquecidas aulas.

Através as vossas brilhantes aulas, professor Torres Filho, tendes preparado, com invulgar dedicação e desprendimento, os vossos alunos para a vida prática; tendes ruscado, para a mocidade brasileira, novos horizontes e novas perspectivas; tendes preparado profissionais conscientes e esclarecidos que encaram os problemas da agricultura nacional, com objetividade, interêsse e patriotismo.

De vossos alunos, muitos são hoje professores entusiastas que labutam na Escola Nacional de Agronomia, na Escola de Horticultura Wencesláo Bello, e em outros estabelecimentos de ensino; muitos são hoje capazes e esclarecidos técnicos que labutam no Ministério da Agricultura e nas Secretarias de Agricultura; muitos vencem, igualmente, nas atividades particulares e, sem dúvida, para isso muito contribuíram o vosso exemplo, a vossa cultura, o vosso entusiasmo pela educação e pelos problemas agrônômicos.

As vossas inesquecíveis lições, sempre tão oportunas, interessantes, brilhantes, educativas e elucidativas, são por nós recordadas com especial carinho; os vossos sábios conselhos e advertências, lembradas, com especial interêsse.

O vosso exemplo, constitue, para todos nós, fatôr de decisivo estímulo e incentivo para que possamos dar à agricultura brasileira, o melhor de nossos esforços, o máximo de nossa capacidade de trabalho.

A certeza de que não tem pregado em vão, de que tem realizado algo de útil e construtivo, é a maior satisfação de um professor; e, dessa satisfação, podeis compartilhar, professor Torres Filho, pois vossos alunos isso vos asseguram.

Os vossos ex-alunos, pelas minhas palavras, associam-se a esta justa e merecida homenagem a quem tanta tem trabalhado pelo engrandecimento do país, a quem constitue, sem dúvida, uma das mais brilhantes expressões da cultura nacional, ao mestre inesquecível que tem sido para nós o exemplo de trabalho, desprendimento, de abnegação e de patriotismo; no mestre que, nos momentos de incerteza e de dificuldades nos tem acolhido sempre com palavras de estímulo, com um conselho oportuno, com um apoio confortador.

Queira aceitar pois, prezado professor, em o meu abraço, os abraços de todos os vossos ex-alunos."

Do Dr. Antonio de Arruda Camara

"De há muito vêm os funcionários da Sociedade Nacional de Agricultura manifestando, de uma ou de outra forma, o desejo de vos tributar respeitosa e expressiva homenagem. Esse desejo — dou o meu testemunho — é muito antigo e, por circunstâncias alheias à vontade dos dedicados servidores desta Casa e dos colaboradores de vossa administração — por circunstâncias alheias, portanto à vontade de todos nós — só agora pode se concretizar. Sabemos que haveis de, compreendendo a espontaneidade e significação desta homenagem, promovida pela Sociedade Nacional de Agricultura e por todos nós aplaudida e festejada, relevar a quebra da nossa norma de conduta, que é colaborar, obedecendo à vossa orientação. Abrimos hoje, dia do funcionário da Sociedade Nacional de Agricultura, exceção à regra para inaugurar ao lado do de Ennes de Souza, nosso primeiro presidente, o vosso retrato.

Do Dr. Edgard Teixeira Leite (Resumo)

O Sr. Edgard Teixeira Leite, Vice-Presidente da S.N.A. e Secretário da Agricultura do Estado do Rio, disse que se associava, às homenagens prestadas ao dr. Arthur Torres Filho, em seu nome pessoal, e também no dos seus companheiros da Diretoria.

Mais do que isso, porém, estava certo de que pediu a palavra em nome dos socios da Sociedade N. de Agricultura, que dispersos por todo o Brasil, sabiam e sentiam a ação do homenageado, cuja longa vida, cheia de grandes e altos serviços, às classes produtoras do país, o situavam, com toda justiça entre as grandes servidores do Brasil.

Neste sentido as homenagens que eram prestadas ao atual Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, deviam ser interpretadas, como sendo ao dr. Arthur Torres Filho.

Mas, concluiu o sr. Teixeira Leite, era preciso não esquecer de associar as homenagens prestadas ao dr. Arthur Torres, a sua esposa, que com a tradição tão brasileira, fora sempre sua dedicada companheira das horas difíceis, animan-

do e diretamente estimulando a sua ação.

Por isso, propunha — concluiu o dr. T. Leite que, de pé, com uma salva de palmas se associasse, dessa forma, à homenagem ao dr. Arthur Torres, o nome de sua esposa e dedicado consorte.

Os sentimentos dos lavradores do Brasil, que direta ou indiretamente, haviam recebido, os resultados da ação do dr. Torres Filho, nos quadros do Ministério da Agricultura, onde ocupou, com proficiência, os mais elevados postos, mas mais diversas e sempre atuou comissões onde fôra sempre um ardoroso defensor da economia nacional, no Conselho do Comércio Exterior, na Comissão de Planejamento, nos vários, cargos e encargos onde sempre atuou com o coração de patriota, com a inteligência e o espírito, sempre justos, sem poupar esforços, sem desfalecimentos, em benefício do nosso país.

Relação dos presentes

Mario de Oliveira, Ismael José Cordovil, Nilo Ferreira Romero, Durval Henriques da Silva, Endes Alves Simões, Adriano Dantas, João Tjader, Antonio de Aranda Camara, Mario Quintão, representante do Diretor Geral do C.N.E.P.A., Geraldo Goulart da Silveira, Ginéas Lirris Meinberg, por si e pela Federação das Associações Rurais do E. de S. Paulo, ma Guimarães, Paulo da Silveira Fernandes, Emir A. Kober, Ruy Diehl, Petronio Gonçalves, Luiz Carlos Pinheiro Machado, José Saupaino Fernandes, Vergílio José Lambert, Domingos de Faria, Aristobulo de Castro, Ben-Hur Ferreira Raposo, Pedro Goulart da Silveira Filho, Rufino de Almeida Guerra Filho, Rual Azguir, Alcione José Ostea, Helio Teixeira Alves, Luiz Guimarães Junior, Nelson Dantas Maciel, Otto Frensel, João Vieira de Oliveira, Luiz Simões Lopes, Edgard S. Caldeira, José Tenysos Vieira, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, por si e pela Sociedade Brasileira de Química, Subael Magalhães da Silva, Egberto de Albuquerque Lund, Fabio Luz Filho, João Candido Filho, Diogenes Caldas, Adamastor Lima, Luiz Marques Polieno, Eurico Santos, J. Guimarães Menegale, Fivaldo Lodi, Alvaro E. Santos, Carlos Taylor da Cunha e Mello, Lázaro Gómez, Luiz Mirriano Paes de Carvalho — U. B. E. A., Fe-

FERNANDO COSTA



Prosegue a campanha de "Vida dos Campos" para que seja erigido o busto de Fernando Costa no Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, como uma justa homenagem ao ministro da Agricultura que idealizou e realizou um dos maiores núcleos de pesquisa agrônoma em todo o mundo.

A Sociedade Nacional de Agricultura, associando-se a esse movimento, em cuja frente se encontra o Eng. Agrônomo Mario Vilhena, Diretor do Serviço de Informação Agrícola, membro do Conselho Superior desta Sociedade, contribuiu também com uma soma em dinheiro para que se torne realidade a justíssima homenagem.

deração das Cooperativas de Consumo do Distrito Federal — Pedro da Franca, Diretor Comercial — Dr. Lauro A. Gomes — Renato E. Martins Casali, por si e pela Federação Atlética de Estudantes, Carlos de Souza Duarte, Severino Gonçalves Camara, João Maurício de Medeiros, Pedro Goulart da Silveira, Mario Vilhena, representado por J. Pinto Lima, J. Pinto Lima, Elio Luiz Leitão, Antonio Rodrigues Coutinho, José Maria, Sebastião Benedito Borges de Albuquerque, Cesar Pereira Cardoso, por si e por Alvaro Barcelos Fagundes, Francisco de Paula ..., João Candido Ferreira Neto, Renato Luiz Pereira de Souza.

ESCOLA FLUMINENSE DE MEDICINA VETERINÁRIA

A formatura da turma de 1947 — Discurso do paraninfo Dr. Edgard Teixeira Leite.

Na solenidade de formatura dos veterinários da Escola Fluminense de Medicina Veterinária, o paraninfo Dr. Edgard Teixeira Leite, Secretário da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, pronunciou o seguinte discurso:

"Iniciam-se em geral, as orações do gênero da que ides ouvir, com palavras que exprimam a surpresa da escolha e retratem com mais ou menos perfeição, a dúvida, que ao espírito se apresenta, para a aceitação do encargo com que me honrastes.

Desta vez porém tal praxe não será adotada. Porque aceitei, de pronto, sem vacilações, o vosso convite para dizer aos que deixam hoje esta Escola as palavras costumeiras, de despedida, e também de estímulo, aos que, ao transporem o limiar das faculdades, vão ingressar nas lides da vida prática.

E si esta praxe não adotarei, é porque, na verdade, o convite para paraninfo esta cerimônia, não o fizestes, por mim e só a mim, pelos meus merecimentos, nem pelos serviços, que me dão valimento, para tal honra, mas, é a expressão apenas, da prova de apreço, da mais justa homenagem, ao homem do Governo, de que sou, obsenro, mas dedicado colaborador, num dos setores da administração que mais perto dizem com as atividades desenvolvidas nesta Escola.

A mocidade, com a sua quase profética intuição, agindo sob os impulsos de sua generosidade, tem dêstes gestos, que são o prenúncio, talvez mais seguro, do julgamento, que a posteridade reserva, para os homens, que agem no campo da vida pública, e que a história, no transcurso dos tempos, registra, com a sua inarcessível e inapelável justiça.

Escolhendo-me para vosso paraninfo, dêstes na verdade, tácita e justa aprovação, às diretrizes, seguras e patrióticas do grande servidor que à nossa velha e gloriosa província, agora em plena renovação, encontrou no seu governador, Edmundo Macedo Soares e Silva,

diretrizes, que correspondem bem, à obra que o Brasil têm de realizar, no desenvolvimento das forças vivas de sua economia, e na consolidação dos métodos de governo dentro daquele famoso conceito, que esteve inscrito tantos anos na bandeira de nosso Estado, indicando aos governantes a reta gestão da causa pública.

E agindo assim, com a infalível intuição da Juventude, fizestes bem, escolhendo tão obscuro padrinho, porque se a êle faltam, sem dúvida, outras qualidades, sobram-lhe entusiasmo e o mais decidido propósito de dar ao governo, que nos rege, a mais constante e ativa colaboração.

Nunca, — talvez na vida de nosso país, dos tempos já longínquos da colônia, aos períodos tumultuosos da consolidação da independência, e depois, da implantação, da forma republicana, foi tão necessária, tão indispensável, a dedicação, dos que têm espírito público, para a obra de restauração econômica e recuperação moral, que deve ser empreendida, e que é, por assim dizer, verdadeira campanha de salvação nacional.

Nas horas incertas que a história está registrando, nunca foi tão indispensável a cooperação de todos os homens de todas as classes, de todas as condições, de todas as profissões e atividades, para que se ponha ordem no caos da nossa economia, desorganizada pela subversão de tantos fatores e paz nos espíritos e nos corações, tão desacertados, tão desencantados, tão atormentados pela tragédia tremenda, que desabou sobre a humanidade, de que estamos talvez, apenas assistindo aos pródromos e que depende de nós, de todos e de cada um, para que não se transforme, no epílogo da própria civilização.

E neste sentido, a vós, cabe um quilhão e bem grande, de responsabilidade, que eu desejo ressaltar, pela importância que tendes de levar a cabo, dentro da nobre e alta profissão que abraçastes, que só a sua escolha é signo seguro, de sentimento de vosso espírito e da compreensão que tendes da respon-

sabilidade que cada cidadão, deve assumir diante de sua geração.

Não serão jamais bastante os louvores aos jovens que ingressaram nas escolas de medicina veterinária e tôda a exaltação será pequena, aos que dediquem a este ramo dos conhecimentos técnicos e científicos, seu tempo, seus esforços, sua dedicação e seu entusiasmo.

Assim nesta oportunidade, louvando pelo acerto da escolha de vossa profissão, desejo pôr em evidência a gratidão que todos devemos aos que, com fé e tenacidade estão executando a penosa e difícil tarefa, de criar este centro de formação cultural, que é a nossa Escola Fluminense de Medicina Veterinária.

Devemos e quero evidenciá-lo com palavras e manifestá-lo de público, em solenidade como esta, em que a sua obra se expressa pela mais concreta das realizações que pode fazer um instituto de ensino; dotando o nosso país de mais um pelotão de técnicos, que irão para um campo de atividades práticas combater o bom combate, na defesa e fomento do grande patrimônio que os rebanhos de tôdas as espécies representam na economia nacional.

É na verdade um grande e régio presente, feito pela Escola Fluminense de Medicina Veterinária, resultado de um grupo abnegado de homens, cujo trabalho silencioso, de beneditina paciência, de pertinácia, está a merecer dos poderes públicos, de tôdas as esferas, o mais decidido apoio. Decidido e entusiástico apoio sob tôdas as formas, de ordem moral, de ordem financeira, pelo que já fizeram, e pelo muito que lhes cabe executar e que, Deus querendo, não de leve a termo.

Esteci, silencioso, outro dia, na honrosa visita que me fizestes, mas profundamente emocionado, o que foi e o que tem sido, a história desta Escola, através da narrativa singela e desataviada, numa palestra, em mesa redonda, em torno da qual vi reunidos, tão altos valores da medicina veterinária do Brasil, no campo de suas diversas atividades.

Foi bem a demonstração de quanto o idealismo pôde realizar no campo da prática, posto no serviço de grande obra, num decênio de lutas, de dificuldades de tôdas as horas, de contratempos de tôdas as naturezas, de incompreensões, de desencorajamentos, não raras partindo dos que deveriam estimular, e que em

vez de cirimens vigilantes, se tornaram em apedrejadores, no doloroso calvário, que representa a criação de instituições como esta.

Nada vos desanimou porém, e se às vêzes nos momentos em que o desencanto avassalava os espíritos e tentava a desilusão aos corações amargurados, continuastes seguindo o famoso conselho de Burché, que conceitava "não desesperar, mas quando se desanimar, continuar trabalhando"

Mas, como para todos que têm fé, sem a qual, nada de grande se realiza neste mundo, a hora da vitória há de chegar e para ela eu darei, a quanto a mim comber, na fraqueza do meu valimento, e no apouco de minhas forças, a mais entusiástica das colaborações, à obra de tão grande e utilíssima utilidade, para repetir no ampliativo da expressão o famoso conceito, do maior de nossos oradores.

Essa utilidade — não se afere, meus senhores, através de construções de ordem espiritual, em que o brilho das palavras realiza pela mágica da forma expressões capazes de esconder dentro das lentejoulas da retórica o vazio de coisas estereis.

Essa utilidade se afere através de números e de conceitos, capazes de enfrentar a mais rigorosa análise e a mais aguda das perquirições.

Na verdade, o Brasil se encontra hoje em singular situação, relativamente à sua indústria pastoril, singular e estranha, tão estranha, que assume as raias das coisas ineríveis.

De acôrdo com os últimos informes dos serviços oficiais de estatísticas a população pecuária, segundo os efetivos recensados em 1940, era, para o rebanho bovino de trinta e quatro milhões; de suínos dezessete milhões, de ovinos nove milhões.

Estas cifras colocam o Brasil entre os países possuidores dos maiores rebanhos do mundo, notadamente de bovinos, sobretudo se ressaltarmos o fato de que se tratam de cifras colhidas em 1940, e que nestes sete anos o crescimento vegetativo deverá ter elevado a população bovina para cerca de quarenta e dois milhões.

Entretanto, está o povo brasileiro em quase todos os Estados do país sofrendo as mais serias restrições alimentares, tendo mesmo em determinado momen-

to os poderes públicos tornado livre a importação do estrangeiro de carne e de leite e de outros produtos alimentares de origem animal.

Dirão os que gostando de se acalantarem, no comodismo, que se trata de consequência da guerra — a guerra que tem servido para tanta justificativa, e acobertado tanta e tão incríveis coisas!

Mas encerrada a fase da luta, a situação do país, em matéria de alimentação, no setor, da indústria animal, continua periclitante, ou melhor, para dizer as justas palavras, calamitosa.

Há poucos dias num conclave, de caráter oficial, o Ministro de Estado, responsável pelo setor de que estamos tratando, informava que o Governo de Minas Gerais, diante da situação criada pela peste suína, que dizimou profundamente os rebanhos mineiros, viria importar, gorduras animais, do estrangeiro!

E também o fato por demais sabido que o leite conservado sob suas diversas formas, da mesma procedência, está sendo consumido, em proporções cada vez maiores no Brasil.

E qual a conclusão a se tirar de tudo isso? É simples e o seu enunciado, que se poderá resumir em duas incisivas palavras: desorganização nacional.

Não encerra este conceito, nem exagero, nem propósito derrotista.

Muito ao contrário até. Pondo em evidência, estes fatos, de ordem geral e citando exemplos de ordem regional, é meu intuito, o de apontar solução para eles, solução para qual é indispensável a contribuição dos esforços, dos médicos veterinários, sem a qual, a indústria pastoril do nosso país, não poderá atingir ao desenvolvimento, que pode ter, que deve ter, que precisa ter.

Quando os estadígrafos — os que examinaram os problemas do Governo — os técnicos — os que apontam as soluções e os administradores — isto é, os que põem em prática os remédios indicados, e se defrontam com o angustiante problema da alimentação humana, no Brasil, sentem ao vivo, quanto é importante e indispensável a colaboração da medicina veterinária. De tal ordem é ela, meus senhores, que fica-se na verdade assombrado, como não merecem ainda dos poderes públicos, maiores incentivos maiores atenções, maiores estímulos, relegada como tem sido, como

atividade de ordem secundária, por assim dizer descurada, quando se trata na realidade de profissão — só para encerrar o aspecto imediatista, de caráter econômico, de uma atividade da mais alta significação, para a vida nacional.

O que representa, a população pecuária brasileira, mesmo aferida por números os mais conservadores, é um patrimônio valiosíssimo, que se cifra em milhões de cruzeiros.

Este patrimônio está sujeito a moléstias e pragas de toda a sorte, grande parte das quais, perfeitamente evitáveis, porque, quer os métodos profiláticos quer os processos de combate são conhecidos para a sua quase totalidade. Mas, este patrimônio que, ao contrário da produção vegetal — executando poucas culturas — e permanente, — de caráter estável, está praticamente desamparado.

O que existe feito, para a sua defesa é muito pouco, meus senhores. É quase nada. É preciso que se tenha coragem para dizer isso, com a maior franqueza, pois só assim, se poderá criar em torno delas, "uma consciência", uma convicção, uma certeza, que são os elementos indispensáveis para que se encontrem para estes problemas de administração soluções as mais adequadas, as de mais acerto.

Não é realizando política defensiva do avestruz, que ao se defrontar com o perigo, preferem ao que dizem — esconder a cabeça debaixo da asa para não vê-lo — mas a política agressiva dos povos fortes que não temem encarar a realidade — olhando de frente o que está errado e, não esperando tudo da Providência Divina, e que virilmente, encaram a realidade, pondo todo o seu esforço na ação, que é a festa do homem naquele famoso conceito do célebre verso de Goethe.

Ainda há poucos dias, num documento da mais alta significação, o mais conservador dos nossos governos estaduais — o de Minas Gerais — mencionava, que nestes três últimos anos, os prejuízos decorrentes da peste suína, sobem, naquele Estado a mais de trezentos e oitenta milhões de cruzeiros.

É que no mesmo documento via-se que, pelos morosos transportes em longos percursos a pé ou em estrada de ferro, a economia mineira vem sofrendo um prejuízo anual de cerca de quarenta mi-

lhões de cruzeiros, calculado na base de cinco por cento de perda, sobre um total exportável de trezentos e noventa e três mil cabeças de bovinos.

Mas não é preciso, sair do Estado do Rio, para que se evidencie a gravidade deste problema, que é de ordem nacional que interfere profundamente com a nossa segurança com a saúde do povo. Vale examiná-lo a luz das cifras.

A população bovina deste Estado, segundo números oficiais, colhidos em boa fonte, é da ordem de setecentas mil rezes, que números conservadores representam para mais de dois bilhões de cruzeiros.

É que temos feito, para a defesa deste grande patrimônio? Quase nada, na verdade. Anualmente cerca de trinta por cento dos animais que nascem, são dizimados pela pneumonia e só isto representa em cálculos conservadores seis milhões de cruzeiros! É tratando-se netretanto de mal evitável — pelo emprego aliás de vacina, que se deve a descoberta brasileira.

A ninguém, em contato com os meios rurais é desconhecido o prejuízo, cujas cifras não se pode avaliar em números exatos, mas que atinge proporções cataclísmicas, ocasionada pela febre aftosa, direta e indiretamente pelas diminuições da produção do leite, da produção e da incapacidade de trabalho, ocasionado sob outro aspecto, não raro a desorganização dos trabalhos da colheita e na lavra da terra.

Entretanto este mal, também por processo brasileiro da técnica brasileira, seria evitável, se já tivéssemos adotado a vacinação em massa dos nossos rebanhos contra a febre aftosa.

Não quero alongar demasiado estas considerações enumerando outras fáceis que não raro transformam em epizootias, e trazer para aqui outros exemplos, fáceis de citar por tão numerosos de que talvez apenas fôsse difícil a escolha.

Mas, sabem todos, que a brucelose, as verminoses, a raiva, que estão instaladas nas fazendas de criação do Estado do Rio, em caráter quase permanente e que, sem exagêro, constituem um sócio, com polpas retiradas e às vezes, não raro, levando todo o lucro, do criador fluminense.

Esta situação — que é a exata pintura do que ocorre, sem lutas que exage-

rem as cores da tela, mas, no contrário, talvez sejam apenas, agudas esbatidas numa aquarela esmaecida da realidade, determina anualmente, prejuízos que montam a mais de duzentos milhões de cruzeiros — ouviram bem meus senhores — quase a metade do que o povo fluminense contribue para o tesouro do Estado.

É o que se tem feito para dechelar esta situação — com a qual de tal forma nos habituamos, que é preciso refletir sobre ela, atentamente, para ver quanto é grave e quanto é urgente remediá-la?

Bem pouco, muito pouco, quase nada, aqui, neste Estado e allures também.

É dizendo assim, não temos apenas o propósito, de simples constatação. E depois, deixar como setá, para ver como fica. Não. Vamos remediar esta situação dando todo o esforço, que os poderes públicos, conscientes de seus deveres, devem dar, para que se estabeleça e se organize, em bases concretas, objetivas, um sistema permanente de defesa da população pecuária do Estado do Rio.

Só este trabalho, que é realizável, e que o Governador Macedo Soares está disposto a realizar e há de realizar, representa meus senhores, para a economia fluminense, um acréscimo, anual, de cerca de duzentos milhões de cruzeiros.

Não são números de fantasia, nem promessas vãs; são dados concretos, propósitos claros e objetivos, e que hão de contar, como já estão contando, com o apoio da esclarecida classe de criadores como tivemos oportunidade de verificar, num contacto com entidades que representavam cerca de três mil fazendeiros, das cooperativas do nordeste fluminense e que reunidos em assembléin na histórica cidade de Cantagalo, pela voz autorizada de seus líderes, solicitavam que se estabelecesse a vacinação obrigatória, com o único meio eficaz de combater as epizootias, que estão cada vez mais dizimando os rebanhos fluminenses.

Já se estabeleceu assim, dentro da própria classe de pecuaristas fluminenses, a convicção que o combate isolado, feito aqui e ali, de epizootias, não pode defender os nossos rebanhos, e que se impõe, urgentes medidas de ordem geral, de defesa sistemática, de vacinação em massa, da população pecuária defendendo, nosso patrimônio, talvez hoje o maior

patrimônio de economia fluminense, do setor da agricultura e que está hoje, — esta é a verdade verdadeira, — praticamente indefeso.

Para tanto — meus senhores — é porém necessário que nos organizemos para este combate. Não basta o propósito para empreendê-lo, nem o ânimo para enfrentá-lo. É indispensável, como em todos os empreendimentos desta ordem, organizar um plano de combate; dispor de recursos que não são apenas de ordem financeira — mas, sobretudo de ordem técnica — material representado pelos soros e vacinas e de executivos — as medidas de profilaxia que dirijam e orientem as aplicações, no estado maior dos departamentos do Estado e no campo da prática, nas fazendas de criação.

Sem isso, sem eles, — sem vós e vossos companheiros já egressos das escolas — este plano, terá apenas o merecimento dos bons propósitos, e ficará, como tantos outros, — de igual natureza — reduzido a mera construção de imaginação.

Sem poder — dentro de tempo que dispomos — em festividades como esta, não me é possível, dar a estas considerações, maior desenvolvimento.

Mas gostaria de ressaltar o quanto é urgente — a criação de maior número de centros de pesquisas — no campo das investigações patológicas de laboratórios ou de rotina, para a fabricação de soros e vacinas, e outros produtos, para atendimento à solução do problema.

É como fazê-lo, meus senhores, sem a colaboração dos médicos-veterinários?

Urge, só para o setor da defesa da produção animal, uma obra imensa, comportando um longo plano — que deve ser rigorosamente executado — de multiplicação de centros de investigações científicas, de uma grande rede de laboratórios e institutos para fornecimento de soros e vacinas e produtos veterinários várias espécies e, depois, a criação de uma grande equipe de técnicos, que cobrindo todo o território, dirija, oriente, o trabalho nas fazendas, nos engenhos, nas eslâncias, em todos os lugares onde a exploração da produção animal seja realizada.

Para esta tarefa, que é urgente, meus amigos — seria necessário, milhares de médicos-veterinários — só para atender

as zonas de maior densidade de população pecuária do país.

Pense quantidades, acrescentae números, deixae que a imaginação dê largas à sua fantasia, e ficareis por certo, muito aquém do que realmente se precisa, se necessita, do que é urgente ter, para uma defesa regularmente feita, do inenso patrimônio, que representa, para a economia nacional, quase três milhões de animais de espécies domésticas, de que tiram os brasileiros, — ouvi beui senhores — de cuja dependência está o nosso povo — para a sua alimentação — em carne, em ovos, em leite, em produtos de laticínios, em aves, e a defesa nacional, para o trato de sua cavalaria.

Para esta tarefa urgente — sabeis de que o número de ordem de mil e trezentos médicos-veterinários, os que se registraram de 1923 até hoje — muitos dos quais, já falecidos, e outros, fora de suas atividades profissionais, e ainda outros servindo o exército nacional.

Teremos assim, na atividade — para a defesa da produção animal — escassamente setecentos ou oitocentos profissionais, quando precisávamos de dezoito a vinte mil — ouvi bem, meus senhores, de dezoito a vinte mil, para atender às nossas necessidades, em níveis idênticos ao que ocorre na Argentina, no Uruguay, na Austrália, nos Estados Unidos, na Dinamarca e nos países, enfim, onde a riqueza pecuária é um problema cuidado à sério, criteriosamente atendido e encaminhado.

E as cifras que vos dei, são apenas para o atendimento às necessidades da defesa animal — não havendo mencionado até agora, a obra que temos de realizar, quanto ao fomento da produção, no campo da indústria pastoril — tarefa também ingente e urgente — para que não continue o degradante espelâculo de um país que possuindo o terceiro rebanho bovino do mundo, com carne racionada, com filhas às portas dos açougues, com câmbio negro para a aquisição de alimentos — efetuada pelos que dispõem de recursos, prejudicam às classes mais pobres, — com leite péssimo, vendido à preços inabordáveis, que coloca o Brasil, mesmo nas regiões mais ricas, e nos centros de maiores capacidades aquisitivas, — como o Rio e S. Paulo, entre os centros de mais baixo consumo do mundo, de um produto que é o mais com-

pleto e o mais indispensável dos instrumentos de nutrição humana.

É também, ouvi bem senhores, para que este alimento tão útil e indispensável — não continue, para as crianças, os doentes e os velhos, do Rio de Janeiro, de São Paulo, desta nossa querida cidade de Niterói, para a sua produção, na época de escassês de forragem na dependência direta e imediata de farelo de trigo, que vem da Argentina — colocando o Brasil, que tem campos imensos, de terras as mais adequadas para a criação, que possui, dezenas de variedades de excelentes gramináceas forrageiras nativas e aclimadas onde a alimentação verde nunca falta em todo o ano — na mais estrita dependência, para a produção de leite e de ovos, — *mirabile dictu* — da chuva do céu e do farelo do estrangeiro!

O crescente preço do trigo meus senhores, veio pôr em evidência, como uma evidência que incomoda — para usar a expressão de Pedro Lessa — a exata situação do Brasil, em matéria de suprimento de leite — problema que Churchill no parlamento britânico, na hora mais angustiosa da guerra, quando Londres, era todas as noites arrazada, pela aviação nazista — dizia que era problema de defesa nacional, problema de estado exigindo para sua solução, a atenção acurada de seus mais adestrados homens de governo de seus mais experimentados administradores.

Nós não podemos resolvê-lo sem a colaboração dos médicos veterinários, de que precisamos, cada dia, em maior número, mais capazes, mais dedicados, mais eficientes.

É por pensar assim, e por entender assim, é que o governador Macedo Soares, está dando a esta escola, a sua mais decidida atenção, e se as despesas orçamentárias, não figuram com os recursos que lhe foram destinados, na proposta oficial, eles não vos fallarão, no ano próximo.

Podeis estar certos disso, com a certeza dos que prometem para cumprir! É também, nesta mesma ordem de ação, o Governo do Estado recebeu como sabeis, com a maior satisfação, e ela dará o seu apoio — a cooperação, que os alunos desta escola, nas suas férias escolares, irão dar nos trabalhos de defesa e de fomento da produção animal, segundo em plano elaborado pela Secretaria de Agricultura, irão percorrendo as fazen-

das fluminenses, participando de nossos trabalhos, no campo da defesa e do fomento, ensinando — e também aprendendo — em íntimo contacto, com a realidade de nossos problemas, nos seus setores mais variados, em climas, em economia, em método de trabalho.

Estou certo que os futuros médicos-veterinários — bem como a economia agrícola fluminense, irão obter o maior êxito, deste mútuo contacto e estreita coordenação.

Meus senhores, ouvistes palavras claras e sinceras — de quem pensa, que uma colaboração útil, importa, antes de mais nada, dizer o que sente, e o que sabe — com sinceridade.

Estas palavras, não foram nem de desalento nem de desconfiança, no Brasil, mas ao contrário e expressão do pensamento — de que podemos e devemos confiar no Brasil.

Mas, para tanto, urge dar aos nossos problemas, soluções adequadas, e para tanto, encará-los como são — na sua dura e crua realidade — e não vê-los através de um ufanismo, em que a realidade seja distorcida pela imaginação ou pior do que isso, por um conformismo, que é por onde sempre começam a degradação das culturas e a ruína das civilizações.

Nem ufanismo, nem conformismo pois Vejamos objetivamente os nossos problemas; ponhamo-los em ação; encontremos as soluções adequadas, dentro dos meios e recursos reais de que dispomos.

É, como vistes — um grande e importante setor da economia nacional — a ação dos que hoje, deixam esta escola — é de uma importância capital. A eles eu lembro, que onde se estiver, onde fôr necessário, não há maior honra que servir ao Brasil.

É em nossa Pátria, que eu vos conceito, que penseis, quando tantos perigos, tantas fôrças, tantas atenções, criam para eles — horas difíceis — que há de ser vencidas para que se prossiga a obra de criação, neste hemisfério, de uma portentosa civilização, com uma cultura bem nossa, dentro das tradições e dos mais lentos meios da técnica.

É por este Brasil, grande próspero e feliz, que devemos trabalhar, agir e pensar.

Meus senhores, de pé pelo Brasil!

BANCO DO BRASIL S. A.

1 8 0 8 — 1 9 4 8

Sede: — Rua 1.º de Março, n.º 66 — Rio de Janeiro (DF)



TAXAS DE DEPÓSITOS

DEPÓSITOS SEM LIMITE	2 % a.a.
DEPÓSITOS POPULARES (limite Cr\$ 10.000,00)	4 ½ % "
DEPÓSITOS LIMITADOS:	
Limite Cr\$ 50.000,00	4 % "
Limite Cr\$ 100.000,00	3 % "
DEPÓSITOS A PRAZO FIXO:	
Por 6 meses	4 % "
Por 12 meses	5 % "
COM RETIRADA MENSAL DE JUROS:	
Por 6 meses	3 ½ % "
Por 12 meses	4 ½ % "
DEPÓSITOS DE AVISO PRÉVIO:	
30 dias	3 ½ % "
60 dias	4 % "
90 dias	4 ½ % "



LETRAS A PRÊMIO (sêlo proporcional).

Condições idênticas às de depósitos a prazo fixo.



O Banco faz tôdas as operações do seu ramo — descontos, empréstimos em conta corrente, cobranças, transferências, etc., e mantém filiais ou correspondentes nas principais cidades do país ou do exterior, possuindo no Distrito Federal, além da Agência Central, à Rua 1.º de Março n.º 66, mais as seguintes: BANDEIRA, Rua Mariz e Barros, n.º 44 — BOTAFOGO (em instalação), Rua Voluntários da Pátria, n.º 449 — CAMPO GRANDE, Rua campo Grande, n.º 100 — COPACABANA (em instalação), Avenida Nossa Senhora de Copacabana, n.º 1.292 — GLÓRIA, Rua do Catete, 238-A — MADUREIRA, Rua Carvalho de Souza, n.º 299 — MÉIER, Avenida Amaro Cavalcanti, n.º 95 — RAMOS, Rua Leopoldina Rego, n.º 78 — SÃO CRISTÓVÃO, Rua Figueira de Melo, n.º 360 (esquina da Rua S. Cristóvão) — SAÚDE, Rua do Livramento, n.º 63 — TIJUCA (em instalação), Rua Desembargador Isidro, n.º 4 — TIRADENTES, Rua Visconde do Rio Branco, n.º 52 e VILA IZABEL, Avenida 28 de Setembro n.º 412-A.

Notas Sobre o Cereal Adlay

PROF. PAULO PARREIRAS HORTA.

Conhecendo os trabalhos do agrônomo Ubirajara Barreto sobre o cereal "Adlay", obtido após introdução de sementes oriundas da Bolívia, assim como publicações sobre o mesmo cereal feitas pelos agrônomos Henrique Löhbe, Pimentel Gomes e intensa propaganda favorável realizada pela revista "Chácaras e Quintais", do Sr. Amadeu Barbiellini, resolvi fazer ensaios com o "Adlay" em minha propriedade agrícola.

Trigo de Adlay e é a comumente encontrada.

A plantação foi feita em terrenos de várzea, frescos, mesmo úmidos, semeando-se 2 a 3 sementes, com a distância de 1 metro, após 12 horas de imersão em água.

O resultado foi uma magnífica vegetação, conforme se pode ver na foto 1, que aqui apresentamos.

Acompanhamos com interesse a evolu-



FIG. 1

Tais ensaios se impunham em vista da extrema dificuldade de obter sub-produtos de trigo para alimentação de vacas leiteiras. Graças a sementes obtidas com o engenheiro agrônomo Darío Gonçalves realizei uma plantação de "Adlay" recomendada por Ubirajara Pereira Barreto, da variedade arredondada, clara. Esta variedade, dotada de grande crescimento vegetativo que atinge a 3 metros de altura, é a que vai aqui designada com o nome de

ção da cultura do Adlay, tomando nossas observações e tendo em vista que se tratava de plantação realizada em terras não adubadas, nas vizinhanças da vila de Iplabas, na Rede Mineira de Vição, a 750 metros de altitude, em local situado no Município de Barra do Piraí.

Os resultados obtidos nos satisfizeram plenamente e resolvemos pedir o auxílio dos ilustres técnicos do Instituto de Química Agrícola, a fim de acompanharmos,

com análises rigorosas e autênticas, a marcha dos trabalhos.

Tivemos o privilégio de obter todo o auxílio e boa vontade do Dr. Taygoara Fleury de Amorim, Diretor do Instituto e de seu ilustre chefe da Seção de Alimentação Dr. José Almeida da Silva.

Após a cultura do Adlay claro, comum, redondo, tive conhecimento, por intermédio do ilustre professor Dr. Arthur Torres Filho, digno Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, dos trabalhos do distinto engenheiro agrônomo Antonio

Esta variedade não proporcionou-nos uma surpresa — sua muito maior precocidade em relação à variedade comum e o rendimento de sementes obtido, que realmente nos impressionou.

Semeiadas as sementes em 13-11-46, estavam úmidas em 20-11-46 e em 8 de janeiro de 1947 formavam 4 bonitas touceiras, onde a 15 do mesmo mês já aparecia a formação das primeiras sementes.

Em 13-4-46 foi cortada uma das touceiras e pesada a parte verde (785 gramas) foram separadas as sementes, que pesaram



FIG. II

Carlos Pestana sobre o Adaly e sobretudo sobre uma variedade escura, alongada, estriada, que Pestana denominou "Adlay Anão". Essa variedade teve esse nome em virtude de só atingir a 60 ou 70 centímetros a altura de sua parte vegetativa.

Deu-nos o professor Arthur Torres Filho, 20 sementes escuras recebidas do Dr. Antonio Carlos Pestana. Tendo entregue 1 dessas sementes ao eminente amigo professor Silvio Brauner, ficamos com 16 e, plantadas estas, verificámos só terem germinado 12, porquanto foram encontradas 4 sementes intactas no terreno.

400 gramas. 200 gramas destas sementes foram entregues aos drs. Taygoara e Almeida, do Instituto de Química, assim como a parte vegetativa, para análise.

Logo em seguida fiz cortar as outras três touceiras e verifiquei ter obtido um rendimento total de sementes das 4 touceiras correspondente a 1.700 gramas.

Pesadas 10 gramas de sementes, verifiquei corresponder esse peso a 85 sementes escuras, donde, portanto, o total de 14.450 sementes, correspondentes às 1.700 gramas obtidas.

A fotografia n.º 2, aqui apresentada, mostra as 4 touceiras de 0m,60 de altura.

já com as sementes maduras, pouco antes do corte.

Efetuada o corte, próximo ao solo, verificamos a rapidez com que surge a nova vegetação e a grande riqueza em perfilhamentos, havendo contudo 32 perfilhos em uma das touceiras.

Graças à dedicação dos drs. Taygoara e José Almeida da Silva, do Instituto de Química, foram feitas várias análises, das sementes das 2 variedades plantadas, a comum e a anã, com casca e sem casca.

santíssimas análises das sementes e da parte vegetativa do Adlay comum e do Adlay Anão, o prof. Torres Filho referiu-se às mesmas em sessão da Sociedade Nacional de Agricultura e solicitou-nos as comunicássemos aos dignos sócios presentes, entre os quais ilustres técnicos do Ministério da Agricultura.

Foi tal o interesse por estas análises que todos solicitaram sua publicação na "A LAVOURA", a fim de servirem de

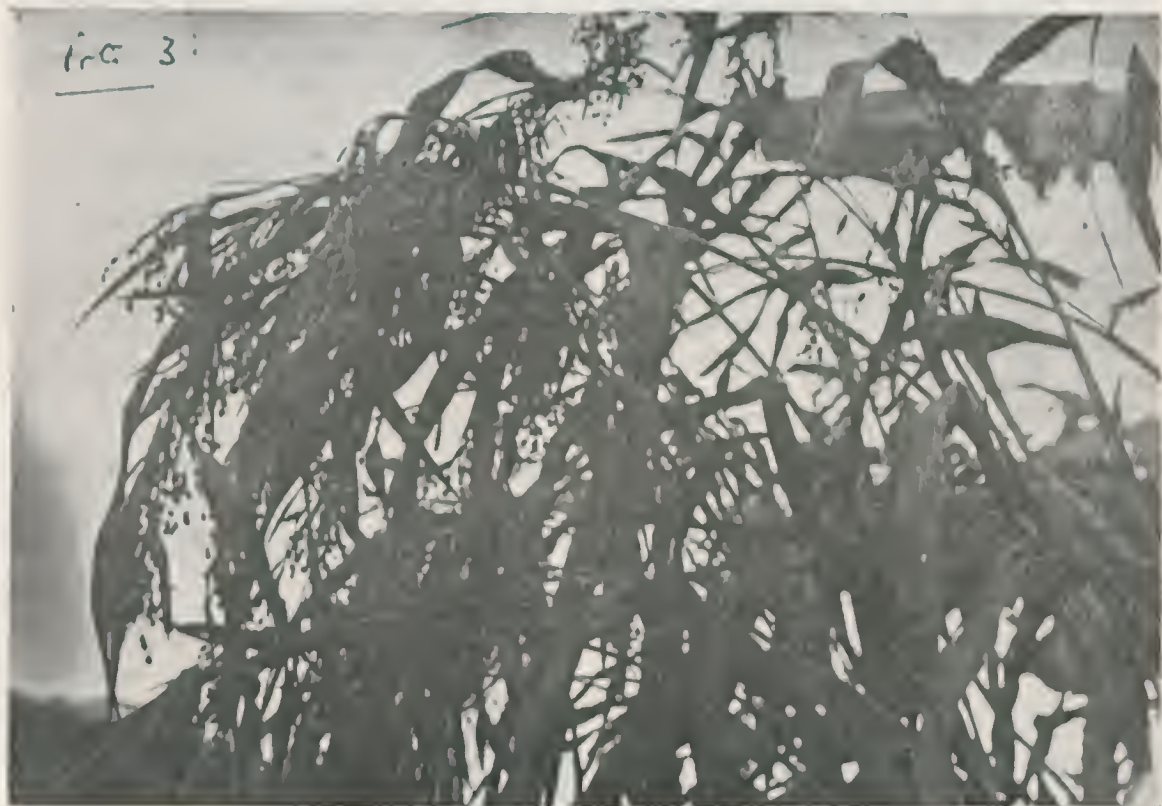


FIG. III

Essas análises correspondem às anteriores, realizadas pelo Instituto de Química e publicados pelo agrônomo Ubirajara Pereira Barreto.

Mas, foram também feitas análises da parte vegetativa do Adlay, quer da variedade grande, comum, quer da variedade anã.

Este material colhido e pesado no local, pelo próprio dr. Almeida, apresentou resultados que, creio, servirão de muito aos que quiserem aproveitar o Adlay como forragem verde.

Tendo mostrado ao ilustre professor Arthur Torres Filho estas séries de interes-

contribuição no estudo de tão precioso cereal.

Era nossa intenção, de acordo, aliás, com o que assentáramos com os eminentes técnicos do Instituto de Química Agrícola, drs. Taygoára e Almeida, realizar uma investigação mais volumosa e demorada e só então publicar estes resultados.

No entanto, a solicitação premente do ilustre Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e de seus dignos companheiros de diretoria nos obrigou a entregar estas notas para conhecimento dos leitores da "A LAVOURA".

Vamos continuar estes estudos e já começamos a plantar as sementes obtidas da variedade anã, de Pestana, e vamos incentivar a plantação da variedade comum.

Temos visto que os animais aceitam com a melhor boa disposição quer as sementes, picadas ou moidas, de Adlay, com casca ou sem casca, assim como se deliciam com sua parte vegetativa.

Faz parte de nosso programa de 1918 aproveitar a variedade anã como produtora de sementes e a variedade comum para ser usada, sobretudo, como forragem verde, dadas as ótimas qualidades evidenciadas pela análise química da parte vegetativa, antes da formação dos grãos, realizada pelo Instituto de Química Agrícola.

São as seguintes as análises:

N.º 24.320 — Sementes de Adlay comum, claro, arredondado, com casca.

N.º 24.268 — Parte vegetativa do Adlay comum, antes da aparecimento de sementes.

N.º 24.260 — Parte vegetativa do Adlay comum, já com sementes maduras.

N.º 24.331 — Adlay anão, escuro, alvejado, sementes sem casca.

N.º 24.317 — Adlay anão, sementes com casca.

N.º 24.318 — Adlay anão, parte vegetativa, retirada pouco antes da colheita com os grãos em plena maturação.

CÓPIAS DOS BOLETINS DE ANÁLISE

(Armas da República)

Ministério da Agricultura

Centro Nacional de Ensino e Pesquisas
Agronômicas

INSTITUTO DE QUÍMICA AGRÍCOLA

Boletim de análise n.º 24.331

Data da recepção da amostra: 17-4-17.

Data da remessa do boletim: 17-5-17.

Remetente da amostra: Dr. Paula Parreiras Horta.

Especificações dadas pelo remetente: Trigo de Adlay anão (sementes sem casca).

Objeto de análise — Análise completa da semente sem casca.

O Diretor deste Instituto certifica que a amostra a que se refere este boletim foi analisada com os seguintes resultados:

Umidade	14,02
Extrato etéreo	7,11
Proteína real	13,78
Extrato nitrogenado	0,22
Extrato não nitrogenado	62,39
Celulose	0,59
Resíduo mineral	1,86
	<hr/>
	100,00
Fósforo em P ² O ⁵	0,59%
Cálcio em CaO	0,00%
Proporção das cascas	39,00%

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1917.

(assinada) T. Amorim.

Diretor.

(Armas da República)

Ministério da Agricultura

Centro Nacional de Ensino e Pesquisas
Agronômicas

INSTITUTO DE QUÍMICA AGRÍCOLA

Boletim de análise n.º 24.320.

Data da recepção da amostra: 19-4-17.

Data da remessa do boletim: 17-5-17.

Remetente da amostra: Dr. Paulo Parreiras Horta.

Especificações dadas pelo remetente: Trigo de Adlay (sementes com casca).

Objeto de análise — Análise completa.

O Diretor deste Instituto certifica que a amostra a que se refere este boletim foi analisada com os seguintes resultados:

Umidade	12,18
Extrato etéreo	12,18
Proteína real	10,83
Extrato nitrogenado	0,55
Extrato não nitrogenado	57,13
Celulose	7,46
Resíduo mineral	6,28
	<hr/>
	100,00
Fósforo em P ² O ⁵	0,73%
Cálcio em CaO	0,10%

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1917.

(Assinado) T. Amorim.

Diretor.

(Armas da República)

Ministério da Agricultura

Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas

INSTITUTO DE QUÍMICA AGRÍCOLA

Boletim de análise n.º 24.318.

Data da recepção da amostra.

Data da remessa do boletim.

Remetente da amostra.

Especificações dadas pelo remetente —

Trigo de Adlay anão (parte vegetativa).

(Pouco antes da colheita, grãos em plena maturação — foto II).

Objeto de análise — Análise completa.

O Diretor deste Instituto certifica que a amostra a que se refere este boletim foi analisada com os seguintes resultados:

	Na subst. verde	Na subst. seca
Umidade	70,00	
Extrato etéreo	0,65	2,16
Proteína real	1,52	5,07
Extrativo nitrogenado	0,22	0,73
Extrativo não nitrogenado	14,48	48,28
Celulose	8,91	29,81
Resíduo mineral	1,19	13,95
	<hr/> 100,00	<hr/> 100,00

Fósforo em P ₂ O ₅	0,05	0,18%
Cálcio em CaO	0,08	0,25%

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1947.

(Assinado) T. Amorim.

Diretor.

(Armas da República)

Ministério da Agricultura

Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas

INSTITUTO DE QUÍMICA AGRÍCOLA

Boletim de análise n.º 24.317.

Data da recepção da amostra: 17-4-47.

Data da remessa do boletim: 17-5-47.

Remetente da amostra: Dr. Paulo Parreiras Horta.

Especificações dadas pelo remetente —

Trigo de Adlay anão (semente e/casca).

Objeto de análise — Análise completa.

O Diretor deste Instituto certifica que a amostra a que se refere este boletim foi analisada com os seguintes resultados:

Umidade	14,02
Extrato etéreo	5,36
Proteína real	9,30
Extrativo nitrogenado	0,87
Extrativo não nitrogenado	52,18
Celulose	10,76
Resíduo mineral	7,73
	<hr/> 100,00

Fósforo em P ₂ O ₅	0,59%
Cálcio em CaO	0,00%

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1947.

(Assinado) T. Amorim.

Diretor.

(Armas da República)

Ministério da Agricultura

Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas

INSTITUTO DE QUÍMICA AGRÍCOLA

Boletim de análise n.º 24.268.

Data da recepção da amostra: 3-3-47.

Data da remessa do boletim: 19-4-47.

Remetente da amostra: Dr. Paulo Parreiras Horta.

Especificações dadas pelo remetente — Trigo de Adlay (parte vegetativa) (Em viagem, antes da semente, retirada pelo Dr. Almeida). (Foto I).

Objetos de análise — Análise completa.

O Diretor deste Instituto certifica que a amostra a que se refere este boletim foi analisada com os seguintes resultados:

	Na subst. verde	Na subst. seca
Umidade	87,00	
Extrato etéreo	0,28	2,18
Proteína real	0,16	4,04
Extrativos nitrogenados	0,06	0,49
Extrativos não nitrogenados	6,53	49,74
Celulose	4,54	34,84
Resíduo mineral	1,13	8,71
	<hr/> 100,00	<hr/> 100,00

Fósforo em		
P ² O ⁵	0,02%	0,15%
Cálcio em CaO	0,02%	0,15%
Cálcio em CaO	0,02%	0,15%
Açúcares redu- tores em gli- cose	1,08%	11,35%

Rio de Janeiro, 19 de abril de 1947.

(Assinado) T. Amorim,
Diretor.

Taygoara Fleury de Amorim

(Armas da República)

Ministério da Agricultura

Centro Nacional de Ensino e Pesquisas
Agronômicas

INSTITUTO DE QUÍMICA AGRÍCOLA

Boletim de análise n.º 24.260.

Data da recepção da amostra.

Data da remessa do boletim.

Remetente da amostra.

Especificações dadas pelo remetente —
Parte vegetativa do Trigo de Adlay (Já
tinha grãos) — Foto 3.

Objetos de análise — Análise completa.

O Diretor deste Instituto certifica que
a amostra a que se refere este boletim foi
analisada com os seguintes resultados:

	Na subst. verde	Na subst. seca
Umidade	87,00	
Extraço etéreo	0,30	2,31
Proteína real	0,94	7,21
Extrativos ni- trogenados	0,20	1,55
Extrativos não nitrogenados	6,03	46,42
Celulose	4,07	31,26
Resíduo mine- ral	1,46	11,25
	<hr/> 100,00	<hr/> 100,00

Fósforo em		
P ² O ⁵	0,03%	0,27%
Cálcio em CaO	0,04%	0,30%

Rio de Janeiro, 19 de abril de 1947.

(Assinado) T. Amorim,
Diretor.

Taygoara Fleury de Amorim

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL
DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897



Eng.º Agrônomo Arthur Torres Filho
Presidente da Sociedade

*

Eng.º Agrônomo Antonio de Arruda
Camara
Diretor

*

Eng.º Agrônomo Geraldo Goulart da
Silveira
Consultor-Técnico

*

Luiz Marques Pollano
Redator-Secretário e Gerente



Redação e Administração:

AV. FRANKLIN ROOSEVELT 115, 6.º

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245 — Rio de Janeiro



Nem a redação da revista nem a So-
ciedade Nacional de Agricultura são
responsáveis pelos conceitos emitidos em
artigos assinados.



TERRA BRASILEIRA

NUNCA foi tão lembrada a frase de Nilo

Peçanha — A terra é o nosso melhor banqueiro como agora, quando a situação dos principais produtos dela nos recorda, a cada passo, o triste estado a que estamos reduzindo o solo brasileiro.

Durante séculos não fizemos mais que devastar a terra. Derribamos as matas, abrimos caminho à erosão, extinguímos as camadas de "humus" com os mesmos processos da agricultura nômade indígena, e descobrimos, de súbito, que a terra não era tão dadivosa quanto fez acreditar Pero Vaz Caminha ao venturoso D. Manuel.

Na realidade o que a terra nega ao brasileiro hoje é culpa do brasileiro de ontem. E se não nos desincumbirmos da tarefa de redenção do velho solo gasto por tantas gerações dissolutas, e de proteção do que resta das ambleionadas manchas férteis, legaremos aos nossos filhos e netos um solo improdutivo do qual só resultará uma nação fraca e pobre.

Temos que mergulhar na terra as raízes do progresso nacional. A estrutura industrial da nova civilização nacional não se manterá vigorosa se lhe faltar a base sólida de uma economia agrícola robusta. Uma economia agrícola desta natureza está

a exigir do homem um conhecimento profundo do solo, porque ela é, tanto quanto a indústria, uma etapa superior de civilização.

Acredito que o novo interesse pela terra, demonstrado não somente pela preocupação dos economistas mas pela atividade dos administradores e estudo dos técnicos, resultará extraordinariamente benéfico para a economia nacional. E auspicioso constatarmos como vinculam as testas dos responsáveis ao serem lidas as estatísticas que mostram a diminuição da produção por hectare em muitas culturas básicas. De um modo geral, o povo vai tomando conhecimento do drama que encerram os números frios destas estatísticas.

A iniciativa da revista "O Observador", sempre vigilante na defesa da terra, publicando os mais recentes estudos sobre a ciência do solo, através a conferência de técnicos pela mesma promovidas, as necessidades nacionais de fertilizantes e a diminuição do consumo "per capita" em virtude da diminuição relativa da produção de certos gêneros alimentícios, deve produzir os seus melhores efeitos com a leitura pensada por parte de todos, de assuntos tão importantes para o país.

Valentim F. Bouças

HILÁRIO LUIZ LEITÃO

"A Lavoura" cumpre o doloroso dever de registrar o falecimento, ocorrido no ano passado, do dr. Hilário Luiz Leitão, diretor técnico da Sociedade Nacional de Agricultura.

Enthusiasta das coisas da agricultura, Hilário Leitão sempre demonstrou particular interesse pelo trabalho da Sociedade, a que se afeiçoou de forma especial. Sobretudo nas últimas diretorias, de que participou em seguidos mandatos, foi um colaborador dos mais eficiente e solícitos. Entregou-se de corpo



e alma às tarefas que, nos últimos tempos, mais preocuparam a Sociedade, quais a da construção da nova sede e a da organização, associativa. Membro de numerosas comissões, a diretoria continha sempre com o concurso de Hilário Leitão, pronto, caloroso e decidido. Colaborou também nas columnas desta Revista, sendo de notar-se um trabalho da sua lavra que bem reflecte os seus penhores e as suas preocupações pelas coisas da Agricultura; a sugestão para a fundação de uma Academia Brasileira de Agricultura. A sua proposição não se concretizou ainda, mas, como as outras profissões, a ciência dos trabalhos da terra terá um dia quem, aceitando a ideia palatológica, lhe dará o órgão científico imaginado por Hilário Leitão.

A sua Seção no *Correia da Manhã* era das publicações agrícolas que mais se destacavam na imprensa especializada do país.

A agricultura, a Sociedade e os muitos amigos que o seu trato cativante e simples soube grangear, pranteiam o seu desaparecimento, quando muito ainda era lícito esperar da inteligência, da generosidade e do patriotismo acendrado de Hilário Leitão.

A Diretoria da Sociedade participou de todas as homenagens que, por ocasião do seu passamento, lhe foram tribuladas, inclusive lançando na ata dos trabalhos da Sessão imediata um voto de profundo pesar, ao qual se associa esta revista com o pequeno registro que ora insere.

Damos a seguir alguns dados biográficos do saudoso brasileiro.

Nasceu a 28 de setembro de 1881, no Distrito Federal, filho do Sr. Luiz Leitão (propagandista da República) e de D. Emilia d'Avila Leitão.

Estudos: Primários no Colégio Americano, no Rio de Janeiro; secundários no Ginásio Nacional (Pedro II), no Rio de Janeiro; superiores no Curso de Agrimensura e Arquitetura Civil, tendo-se diplomado em 1900; é ainda Contador Provisionado.

Profissão: Funcionário Público aposentado e Jornalista.

Cargos anteriores: Ingressou, por concurso, no Ministério da Fazenda, 1905; Funcionário da Alfândega de Santos, 1905-09; do Tesouro Nacional, 1909-11; nomeado, por concurso, funcionário no Ministério da Agricultura, em 1911, e percorrendo, neste, toda a carreira até chegar ao posto de Diretor de Seção da Secretaria do Estado, em 1930; designado, no mesmo Ministério, para servir no Gabinete do titular da pasta, acompanhando, nesse caráter, a discussão do orçamento no Congresso Nacional; Organizador, em 1930, da Diretoria de Contabilidade da nova Secretaria de Educação e Saúde, então criada; Diretor Geral desse Departamento, 1931; Membro do Conselho Administrativo do Fundo de Educação e Saúde, 1932; aposentado em 1937.



QUE PUREZA!
QUE SABOR!
QUE AROMA!

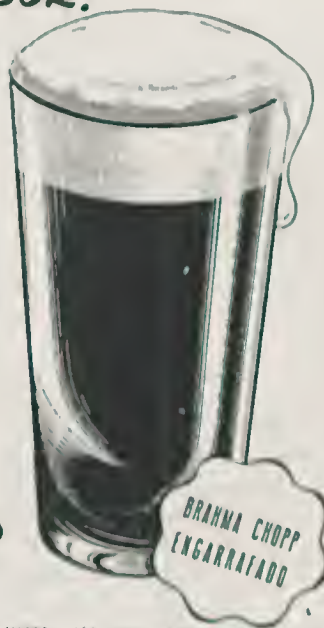
Os melhores ingredientes tornam
o Brahma Chopp tão apreciado!

Saboreando o seu Brahma Chopp...
sentindo a sua ação estimulante e re-
confortante - muitas vezes o Sr. há de
ter pronunciado exclamações de grande
satisfação para definir o seu prazer.
Mas é natural!... Porque no preparo
do Brahma Chopp só entram o malte
mais rico... o lúpulo mais aromático...
o fermento mais puro. Beba-o sempre!

Brahma
CHOPP

OMÇA AS TRANSMISSÕES ESPECIAIS DO RIO DE
JANEIRO pela Rádio Nacional aos domingos e em
semana e tarde ou a noite pela Rádio Meus

PRODOTO DA CIA. CERVEJARIA BRAHMA SOCIEDADE ANÔNIMA BRASILEIRA - RIO DE JANEIRO - SÃO PAULO - CURITIBA - PORTO ALEGRE



Foi redator da Seção Agrícola do "Correio da Manhã", desde 1927, seção esta premiada com medalha de ouro em 1929, na 1.ª Exposição de Horticultura como o mais completo órgão de divulgação de assuntos agro-pecuários; Diretor da "Almanaque" que o Correio da Manhã vem editando desde 1939.

Comissões: Inúmeras, quer no Ministério da Agricultura quer no Ministério da Educação e Saúde, tais como a de Presidente e Examinador de Bancas Examinadoras para provimento de cargos na Secretaria de Estado e Inspeção de Águas e Esgotas; membro da Comissão de Reforma do Código de Contabilidade; da Comissão de Revisão das Taxas de

E ensino Superior e Secundária; da Comissão que recebe e julga as propostas para indução de águas do Ribeirão das Lages para o abastecimento de águas do Distrito Federal, etc.

Congressos: Congresso Brasileiro de Contabilidade, Rio de Janeiro.

Agremiações profissionais, científicas e culturais: É diretor técnico da Sociedade Nacional de Agricultura; sócio da Associação Brasileira de Imprensa; membro do "Terrey Botanical Club"; sócio beneficor da Policlínica Geral do Rio de Janeiro; sócio benemérito da Sociedade Fluminense de Agricultura e Indústrias Rurais, etc.

Casado com Dona Alba Trinas Leitão.

Sôbre a Cultura da Soja

J. GONÇALVES CARNEIRO.

Há muito tempo que não se fala, entre nós, da soja, dessa planta asiática maravilhosa e que segando alguns, até faz milagres.

Vamos, pois nos ocupar dêsse antiquíssimo vegetal que certamente, quando bem conhecido em nosso meio, poderá constituir uma formidável fonte de riqueza, como acontece na China, no Japão e, principalmente, na Mandchúria.

A soja é uma vegetal utilíssimo, catalogado na família das leguminosas, o qual vem sendo cultivado na Ásia, principalmente na China, há mais de quatro mil anos. No Japão, foi a soja utilizada para completar as rações de arroz, substituindo com vantagem a carne, o leite e os ovos, em virtude da sua alta porcentagem substâncias azoladas e gordurosas. Nos países asiáticos, esta utilíssima planta não foi considerada somente sob o ponto de vista da alimentação, pois, também pode ser usada até como medicinal e, por isso, entrar no regime dietético dos artríticos, dos diabéticos, dos dispépticos e dos nervos.

Há mais de quarenta anos, a Mandchúria tornou-se o centro da cultura da soja, com uma produção formidável e possuindo perto de novecentos fábricas para extração do apreciado óleo e de outros produtos dessa utilíssima planta.

A primeira exportação de soja Mandchúria para os países ocidentais foi em 1908, e a partir daquela época, a sua aplicação tem aumentado dia a dia, sendo hoje em dia, produto de grande exportação e conhecido como um dos de maior renda em todo o mundo.

Nos países ueropeus já se tentou a cultura da soja mas, até hoje, esta leguminosa não se desenvolveu como na Mandchúria, por falta de terras apropriadas e, também, pela ausência, no solo, de uma bactéria, possivelmente especiada, talvez de uma raça especial, que auxiliasse o seu desenvolvimento.

Na América do Sul, é possivelmente o nosso país, onde se possa cultivar soja com maiores vantagens.

Há anos, os imigrantes japoneses a introduziram no Estado, já sendo conheci-

da por numerosos agricultores paulistas. Pelas experiências realizadas há mais de vinte anos por esses mesmos lavradores japoneses, se verificou que a soja produz bem e, em melhores condições, sob clima de sol do que na Mandchúria, onde a sua cultura só é possível uma vez por ano, ao passo que, aqui, se pode cultivá-la duas vezes, e ainda se colhe mais 30% do que lá, sendo, também, superior a porcentagem de óleo.

Existem para mais de 900 variedades de soja e, parece-nos, não haver outra leguminosa que contenha, como a soja, tão alta porcentagem de óleo (15-23%), e proteína (25-15%). Ora, assim sendo, a aplicação da soja certamente, cada vez mais, se desenvolverá nos inúmeros ramos de indústria.

Contam-se mais de 100 de suas aplicações, dos seus grãos, da torta e do óleo. Da soja pode se obter os seguintes produtos: -- leite de soja, queijo, farinha (pão, biscoitos, macarrão) "Shoyu", molho, massa de soja, ("Miço"). O óleo e seus sub-produtos têm aplicações diversas como sucedâneos do óleo culinário, banha, manteiga, sendo também usado na iluminação, na fabricação de esmaltes, da glicerina, do celuloide, nos sucedâneos da borracha, como lubrificantes, na fabricação de lecitinas, de tintas para velas, de vernizes e de muitas outras utilidades.

Com a caseína se prepara "sojalito" ou pedra de soja que é um material plástico semelhante à lactite, à banquelite com o qual se fabricam várias peças tais como isolantes para eletricidade, canetas, podendo ser utilizado ainda no fabrico de condimentos, de doces, de chocolate, de fermentos, na adubação, como forragem, aproveitando-se os grãos, a torta e a rama da soja, esta última quando ainda verde.

Como adubo, utiliza-se muito a torta, por ser melhor do que adubos químicos e bem rica em azoto orgânico.

O que é também notável na soja, é que ela como as demais leguminosas, enriquece o solo, pela fixação do azoto atmosférico, constituindo este ponto um

importantíssimo fator para a sua adoção, principalmente na "caféicultura" de São Paulo, como cultura associada. Até hoje parece que não se pôde encontrar uma planta em estado de feno e ensilagem, como a soja, que servisse para ser intercalada no cafezal, sem prejudicar o café e que além disso, ainda beneficiasse a solo.

O preparo da terra para a cultura da soja é facilíssimo e se faz da mesma forma que para a cultura do feijão comum, nas épocas chamadas das águas e da seca.

A soja dá-se bem nos mesmos climas em que o milho e o feijão são cultivadas tem ainda, a grande vantagem da sua evolução normal ser insensível, quando outras plantas se ressentem da falta de água.

Planta-se como o milho e o feijão, em linhas distanciadas 40 cms. a 60 cms. uma das outras, fazendo-se pequenas covas de 18-30 cms. de distância, nas quais se deitam 3-5 sementes, gastando-se, assim de 50 a 70 quilos por alqueire.

Pode-se intercalar hem a cultura da soja com outras plantas, como o milho, café, algodão, trigo, etc., sempre com excelentes resultados. Nos cafezais e nos laranjais, a soja pode ser plantada entre as linhas da plantação, beneficiada a mesma, conforme experiência do nosso conhecimento.

A época de plantação da soja, é geralmente a seguinte: — "soja das águas", desde agosto a dezembro, a "soja da seca", de janeiro a março. No cafezal planta-se convenientemente de setembro a dezembro, depois de acabar a colheita e a esparramação. Depois de se plantar a semente na cova, é conveniente comprimi-la com o pé ou com um rolo de pau.

O tratamento dispensado a soja é igual a qualquer dos nossos feijões, pois é bastante fazer umas carpas, isto é, a primeira quando está crescendo (um palmo de altura, com 4-5 folhas), chegando-se ao mesmo tempo, bastante terra ao pé e a segunda carpa, pouco antes da floração. Para grandes culturas de soja, o cultivador "Planet" ou outro do mesmo tipo, presta ótimos serviços, e permite a um homem e um animal, limpar uma grande área.

A soja é pouco perseguida pelos insetos, mas, há uma grave doença fungosa

que a ataca. A formiga "sanva" é conhecida como grande inimiga da soja.

A cultura da soja intercalada no cafezal pode ser feita uma vez por ano, depois de acabada a colheita do café e pode ser semeada de outubro a dezembro.

Um cafezal novo, até 4 anos, pode-se plantar de 3 a 4 linhas e gastar de 20 a 30 litros de sementes por 1.000 pés, produzindo 40 a 60 sacos de 60 kgs. conforme a solo e o tratamento dispensado.

Em cafezal mais velho de 5 a 10 anos, convém plantar 2-3 linhas, gastando de 15 a 20 litros de sementes, como produção média de 30 a 50 sacos por 1.000 pés de café.

Em cafezal velho, planta-se 2 linhas, produzindo de 40 a 42 sacos por 1.000 pés. Uma linha dará de 6 a 7 sacos, gastando de 10 a 15 litros de semente.

O ciclo vegetativo da soja é de breve duração, não inda, entre nós, além de 4 meses, conforme a variedade e época da plantação. Quando bem desenvolvida, a soja, atinge de 60 a 80 cms. de altura podendo-se começar a colheita quando a folha se tornar amarela e cair ao chão, o que indica o amadurecimento da grão. Na colheita, pode-se arrancar os pés, do mesmo modo como se procede com o feijão, sendo, entretanto, mais aconselhado cortar o pé com facão, retirando-a para o terreiro, onde se bate com uma barra ou se passa pela máquina de dehulladora.

A produção por área oscila, segundo a variedade, a natureza, o preparo da solo e condições culturais.

A soja possui cerca de 900 variedades como já dissemos, porque, parece que só podemos contar com umas 20, como tipo de exportação e, ao mesmo tempo com elevada porcentagem de gordura. As melhores variedades de soja foram obtidas pela seleção e cruzamento na Instituta de Soja, de Koshure, na Mandchúria.

As terras de São Paulo produzem bem a soja, em qualquer zona, como já dissemos, não sendo difícil, no que parece, igualar a sua produção à da Mandchúria. Devemos plantar variedades superiores, escolhidas, de tipos exportáveis, a fim de oferecer-mos um produto "standard" logo que a situação internacional permita.

A cultura da soja, intercalada no cafezal caçando, certamente dará lucra di-

relamente aos colonos e indirectamente no fazendeiro pelo "cafezal limpo", aumentando ainda, a fertilização do solo, pela fixação do nítro atmosférico e incorporação de maior massa de húmus.

Os fazendeiros poderiam vender a soja produzida na fazenda e comprarem ou locarem por "torta de soja" para adubação de seus cafezais, sendo esse o melhor modo económico e prático de rejuvenescer os cafezais velhos.

A soja é a planta mais aproveitável para inúmeros ramos da indústria, sendo um artigo grandemente aceitável em todos os mercados em situação normal e devido ao seu aproveitamento sem-

pre crescente em todos os ramos da indústria, não corre o perigo de uma super-produção.

Para o Estado de São Paulo, há ainda a grande vantagem de estar quase na metade da distância em que está a Manchúria dos mercados americano se brevemente dos europeus, reduzindo, assim, o frete marítimo, barateando, portanto, o produto.

As linhas acima foram compiladas para atender a um leitor desta Capital interessado na cultura desta preciosa leguminosa.

(Do Boletim da Superintendência dos Serviços de Café, S. Paulo, 1946).

As Estações Experimentais e o Futuro da Lavoura de Cacau

Na sessão de directoria da Sociedade Nacional de Agricultura, realizada a 2 de outubro, o Dr. Pedro Foutes, seu director técnico, antigo Presidente do Instituto do Cacau da Bahia, grande lavrador desse produto nesse e no Estado do E. Santo, pronuncion a seguinte palestra:

"Senhor Presidente, ilustres consócios:

Lí a conferência que o Dr. Pedro Cerqueira Lima pronuncion nesta Sociedade sobre os vários problemas da lavoura cacauceira e apreciei o acerto das suas conclusões.

O Presidente desta casa, que é um espirito objetivo, — atendendo ao apêlo do conferencista, já se entendem com o Exm.^o Ministro da Viação sobre as obras do pórtio de Ilhéus, velha e justa aspiração dos cacauicultores do sul bahiano.

Colhe assim a lavoura os primeiros frutos dessa brilhante conferência.

Outros problemas, porém, estão a reclamar a nossa atenção e de alguns aqui me occuparei na esperança de, focalizando-os, obter a intervenção prestigiosa da Sociedade Nacional de Agricultura.

Refiro-me, Senhor Presidente, ao estudo dos *processos de cultura do cacauceiro; preparo do produto e defesa contra as pragas*, enjos encargos-grandemente pesados, acima das suas possibilidades, estão exclusivamente sobre os ombros frágeis do Instituto do Cacau da Bahia, autarquia de âmbito estadual, que não dispõe de recursos materiais

para executar um amplo programa de experimentação e pesquisas.

Na parte referente á cultura são múltiplos os assuntos a investigar, tais como:

a) Estudo sobre o clima do cacauceiro e determinação consequente da área apropriada a essa cultura em cada Estado;

b) Como se comportam no nosso meio as diferentes qualidades e qual a melhor a ser propagada — se a cacau chamado *creoulo de Venezuela*, com amêndoas brancas, seu amargo, de valor comercial mais elevado, apropriado ao preparo do chocolate fino e que foi introduzido no nosso País pelo ilustre padre Torrand ou a qualidade *forasteira*, mais rústica, com amêndoas violetas, sabor amargo, que é praticamente a única que temos cultivado até agora;

c) Dentro da própria qualidade *forasteira* estudar a melhor variedade entre o "Comum", "Pendão Verde", "Pará", "Pará-Maracujá", "Maranhão-Miúdo", "Maranhão-Grúdo", etc., que são plantadas a esmo, conjuntamente, facilitando maior hibridação, além de outros inconvenientes. Assim, na mesma roça encontram-se variedades que têm frutos com amêndoas maiores e menores;

frutos de casca grossa e portanto mais resistentes, podendo a colheita ser mais demorada e frutos de casca fina, que apodrecem mais depressa; variedades mais ricas em polpa e que por isso fermentam melhor e mais depressa e outras menos ricas, com fermentação mais demorada; variedades cujos frutos resistem mais às pragas, enquanto outros são mais sujeitos às mesmas.

Dai resulta a impossibilidade de uma boa padronização do produto, encontrando-se na mesma partida, por essa e outras causas, amêndoas grandes e pequenas; amêndoas bem fermentadas e amêndoas violetas, conseqüente a má fermentação; amêndoas estragadas; constituindo graves defeitos de classificação.

d) Melhor processo de propagação vegetativa do cacauero e se por sementes (como é feito até hoje) ou por enxertia e qual o processo mais prático de realizá-la;

e) Fisiologia da flor do cacauero; determinação dos agentes polinizadores e fecundação artificial;

f) Estudos de genética para obtenção de indivíduos, com qualidades mais aperfeiçoadas, como se obteve para o algodão e se procura obter para o café;

g) Sombreamento do cacauero — grão ótimo; árvores mais apropriadas, produtoras ou fertilizantes;

h) Compasso de plantação, que atualmente varia de 22 até 12 palmos, prejudicando o desenvolvimento da árvore e a sua produção;

i) Desbrota e poda — seu melhor processo e época em que deve ser realizada;

j) Restauração do cacauero — meios de obtê-la;

k) Vantagens da adubação e como deve ser realizada;

l) Outras e variados itens a esclarecer e que deixo de citar para não alongar esta palestra.

Na parte referente ao preparo do cacáu devemos focalizar, entre outros, os seguintes itens:

a) Estudo do grão ótimo de fermentação e meios de obtê-la uniforme;

b) Secagem artificial do cacáu, sem os inconvenientes até agora apresentados;

c) Subprodutos do cacáu e o seu aproveitamento com a industrialização;

d) Padronização do cacáu para melhor cotação nos mercados compradores.

As pragas do cacauero constituem o capítulo mais importante, pela grave ameaça que representam para nossa economia, se considerarmos que o cacáu figura na nossa balança comercial, como o 3.º ou 4.º produto da exportação e concorre com quase 2/3 da orçamentação da Bahia.

São várias as pragas do cacauero. Algumas mais benignas, como a *ferrugem* (dificultando, entretanto, na colheita a escolha do fruto sazonado); a *podridãoparda* (que prejudica às vezes até 1/3 da safra); o *queimã*, que definha o cacauero.

Outras mais graves e fatais, como a *vassoura de bruxa* que está destruindo os cacauais da América Central e que já invadiu ao que consta, os da Amazônia e essa *outra praga*, tão perigosa quanto a *vassoura de bruxa*, que está assolando os cacauais da Costa do Ouro e para a qual não há até hoje combate eficiente, procurando os técnicos isolar os focos, destruindo pelo fogo os cacaueros doentes e os da circunvizinhança.

No combate às pragas, hoje tão enriquecida com os novos inseticidas, há a considerar o uso imoderado dos mesmos, tendo em vista os insetos, agentes polinizadores da flor do cacauero e portanto fatores de uma boa safra.

Por esse desprezencioso relato, feito à volê d'oiseau, por um leigo no assunto, ver-se-á a importância dos estudos experimentais no futuro da lavoura cacauera.

O Instituto de Cacáu da Bahia, mantendo a estação de Água Preta, tem prestado relevantes serviços ao País e particularmente à Bahia, estudando e esclarecendo vários itens aqui citados.

Louvores merecem os seus técnicos, à cuja frente está o Dr. Sostenes Miranda, seu Diretor.

Mas a verdade é que os seus estudos não podem deixar de ser deficientes, não só pela seu caráter regional, como também porque a Estação não dispõe dos

recursos materiais, que a importância e complexidade do assunto estão a exigir.

O Diretor Técnico do Instituto, no seu relatório de maio de 1913, dizia-me: "O acervo de realizações referentes ao cacau, empreendidas pela Seção Técnico-Agrícola do Instituto de Cacau da Bahia, no que tange à experimentação, é importante e precioso sobre todos os aspectos, mas não muito volumoso, *estando reclmente aquém das necessidades da lavoura e da importância do cacau na economia do Estado*".

Antes da revolução de 30 o Governo Federal mantinha duas estações experimentais para cacau — a de *Goytacazes*, no Espírito Santo, e a de *Água Preta*, na Bahia.

Pouco tempo depois de vitoriosa a revolução, o Governo Federal alegando falta de verba no orçamento, passou o custeio dessas duas estações para os respectivos Estados.

A de Goytacazes teve os seus laboratórios, ainda novos em folha, desmontados e o material remetido para outras repartições Federais.

Mantida daí em diante exclusivamente pelo Estado, tem ficado a cargo de um agrônomo, sem estudos especializados. Não dispondo de técnicos auxiliares, nem de laboratórios e tendo uma verba restrita, nenhum serviço prestou no setor experimental, à lavoura cacauera do Rio Doce, que, incipiente, muito precisava da sua orientação.

A estação de Água Preta, como disse, entregue a título precário ao Estado da Bahia e por este transferida ao Instituto do Cacau, que vem mantendo-a, com sacrifício, sem nenhum auxílio ou subvenção do Governo Federal ou do Estado, prejudicando assim outros serviços que lhe competiam.

Além das despesas propriamente com o custeio da Estação, tem o Instituto realizado outras para melhor desempenho desse encargo, tais como construções de edifícios na Estação de Água Preta; viagens de técnicos à América do Norte para especialização em estudos de biologia e visitas nos cacauais da América Central, etc.

Convencido da impossibilidade do Instituto de Cacau poder, desamparado como estava, corresponder às necessidades da lavoura nesse setor experimental, esforcei-me, quando Presidente do Instituto, para o Governo Federal retomar o custeio da Estação de Água Preta.

No meu relatório de 13, apresentado ao Governo do Estado, dizia eu:

"Estação Experimental de Água Preta — O Instituto tem se esforçado, conforme o ofício abaixo transcrito, para o Governo Federal retomar a Estação Experimental de Água Preta, que é de sua propriedade, tendo sido entregue ao Estado, logo depois da revolução de 1930, a título precário, e por este, nas mesmas condições, ao Instituto do Cacau.

Com essa Estação o Instituto já gastou cerca de Cr\$ 1.000.000.000,00, sem qualquer auxílio do Governo Federal e do Governo do Estado.

Esta situação não poderá continuar:

1.º) — porque o Instituto não dispõe de recursos para dar-lhe o desenvolvimento que ela precisa, se realmente quizer ser mais útil à lavoura de cacau. Basta dizer que não tem químico, nem biologista, para se concluir que é precário o seu funcionamento.

2.º) — a manutenção dessa Estação, mesmo em tais condições, tem prejudicado a "assistência técnica", que o Instituto devia, com essa verba, prestar, in loco, aos fazendeiros, dividindo a zona cacauera em circunscrições; tendo em cada circunscrição um agrônomo para visitar as fazendas e ministrar aos lavradores ensinamentos sobre escolha do terreno e plantio do cacau; trato cultural, colheita, processo de fermentação e secagem; organização de escritô; levantamento da cadastro das fazendas; avaliação da média de produção em cada zona, etc.

3.º) — Mesmo que o Instituto tivesse recursos para organizar a Estação, em bases mais amplas, compreendendo como tal organização

das divisões de química, biologia e agronomia, cada qual entregue a um técnico, com laboratório ou aparelhagem apropriada e uma escola prática de ensino agrônomo, especializado no trato da lavoura de cacáu os filhos dos lavradores, encontraria dificuldade para fazê-lo, uma vez que a Estação lhe está entregue, por um simples officio da Interventoria, a título precário, podendo ser retomada a qualquer momento pelo Estado ou pela União.

Urge, portanto, uma providência, pois a lavoura de cacáu, que é a mais importante da Bahia, precisa de estudos mais completos.

Assim pensando dirigi um officio ao Senhor Ministro da Agricultura, por intermédio da Interventoria, e, quando estive no Rio, tratei pessoalmente do assunto, sem obter qualquer solução.

Ao regressar, dei conta ao Senhor Interventor dessas minhas providências, no meu officio de 22 de janeiro de 1942, nos seguintes termos:

"Encaminhei, por intermédio de V. Excia, um officio ao Senhor Ministro da Agricultura, sobre a Estação Experimental de Água Preta, alvitando:

a) — que o Governo Federal retomasse essa Estação, que foi por ele entregue ao Estado a título precário e pelo Estado ao Instituto de Cacáu, nas mesmas condições.

O Instituto organizaria, também um serviço de cooperação com a Estação Experimental, na base das despesas que hoje faz e que são de 400 mil cruzeiros anuais, aproveitando os agrônomos que estão a seu serviço, ficando a seu cargo a parte de fomento da produção.

A zona cacauceira do Estado seria dividida em 10 circunscrições, ficando a cargo de um agrônomo cada uma dessas circunscrições.

b) — que o Governo Federal, em vez de retomar a Estação Experimental, auxiliasse o Instituto, dando-lhe uma subvenção de 25.000\$000 por mes ou sejam 300 contos por ano, para o Instituto poder dar maior desenvolvimento à Estação Experimental.

c) — que, não querendo o Governo Federal aceitar nenhuma dessas sugestões, auxiliasse o desenvolvimento da Estação Experimental, cedendo ao Instituto, técnicos que venceriam pelos cofres federais, tais como, químicos, biologists, etc.

O Estado poderia cooperar como achasse mais acertado".

Infelizmente o Sr. Ministro Apolônio Sales não pôde tomar decisão a respeito e a Estação de Água Preta continua exclusivamente a cargo do Instituto de Cacáu da Bahia, cujas condições financeiras não lhe permitem dar aos estudos experimentais o desenvolvimento que a importância da cultura está a exigir.

Somos, portanto, forçados a reconhecer que a lavoura cacauceira merece um programa mais amplo, com uma rede de Estações experimentais dotadas de laboratórios e dirigidas por técnicos especializados, que felizmente já os possuímos, formados em Água Preta.

Faço um apêlo ao Presidente desta Sociedade para conseguir que as estações experimentais de *Goytacazes* e *Água Preta* retornem ao Governo Federal, a quem pertencem, e que outras estações sejam criadas, notadamente na região amazônica, cujos terrenos férteis e profundos e cujo clima propício abrem amplas perspectivas, passando todos a fazerem parte da cadeia de estações experimentais do Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, como órgãos do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

Se, porém, a União quizer retomar essas Estações, que faça entrega definitiva das mesmas aos respectivos Estados para serem dirigidas pelas suas Escolas de Agronomia. Serão subvencionadas pelo Governo Federal e o Instituto de Cacáu dará a sua cooperação no campo, junto aos lavradores.

Dessa ou daquela forma, o que é certo é que precisamos organizar, antes que seja tarde, um serviço eficiente de aperfeiçoamento e defesa de uma cultura de grande valor econômico, que está ameaçada de ser invadida por pragas fatais.

A Conservação do Solo

EUMENES MARCONDES DE MELLO
Eng. agrôn. e química agrícola

O problema da conservação do solo que foi desleixado, ou melhor, ignorado durante séculos, ocupa no momento atual a atenção dos técnicos e dos legisladores dos maiores países do mundo que estão agora reconhecendo sua importância e atacando-o de frente, com todos os recursos disponíveis. Trata-se de salvar milhões de hectares de terras ameaçadas de completa esterilidade e destruição pelo terrível flagelo da erosão, já responsável por muitos desertos em várias partes do mundo.

Os planos de conservação do solo estão na ordem do dia nos Estados Unidos, na Austrália, na África do Sul, no Canadá e já foram encarados também no Brasil. Compreende-se aliás essa importância pois a boa produtividade de um solo depende além de outras coisas, do modo pelo qual é ele tratado durante todo o tempo em que é explorado. Quer isso dizer que os máus métodos culturais acumulados durante longo tempo podem causar o decréscimo progressivo da produção agrícola até um ponto que podemos considerar como o limite de suas possibilidades. Chega então o momento (que aliás não deveria ser esperado pelo agricultor) em que uma pronta ação é necessária, cessando imediatamente todos os processos empregados na cultivo de uma planta considerada. Se a monocultura tiver sido empregada durante um período longo, agravada pela quase nenhuma ou mesmo nula aplicação de adubos ou corretivos de qualquer natureza, é quase certo que o solo em questão caminha para uma situação insustentável quando atinge a conhecida condição popularmente denominada "canceira" do solo. Nesse caso com toda a certeza já possui, segundo alguns autores, uma certa dose de substâncias tóxicas além de uma possível condição de desequilíbrio no tocante as quantidades de nutrientes disponíveis existentes no solo, em consequência do fato de não serem iguais as exigências das plantas relativamente aos nutrientes de que necessitam para o seu perfeito desenvolvimento. A mudança de planta cultivada,

periódicamente, é medida sempre aconselhável, a fim de modificar essa situação favorecendo também de modo notável a renovação das quantidades de matéria orgânica necessária ao solo e o combate às ervas daninhas. Muitos agricultores no Brasil adotam ainda, infelizmente, a prática do nomadismo, consequência inevitável da monocultura permanente, às vezes acompanhada de máus tratos infligidos ao solo pela ausência quase completa de adubação ou correção, mudando-se para a frente em busca de outro solo mais fértil. O que acontece no decorrer dos anos é que aumentam-se extraordinariamente as áreas do solos cansados ou exgotados, cuja recuperação será trabalhosa e dispendiosa quando essa prática é levada ao máximo. O que os técnicos geralmente aconselham, embora muitas vezes somente sejam ouvidos quando a situação se agrava, é que tais práticas devem ser evitadas pois a mudança de planta cultivada, feita periodicamente ou em sua falta, a adoção de culturas intercalares adequadas, é de grande utilidade pois por esse meio podem ser diminuídos extraordinariamente tais inconvenientes, devido ao enriquecimento do solo em matéria orgânica sem o que a vitalidade do solo não poderá ser mantida pelo seu produtor máximo, que é o húmus. Embora pareça exagero para alguns, é necessário reconhecer que o solo precisa de verdadeiros cuidados por possuir algumas características de um ser vivo. Durante muitos séculos os agricultores procuraram ver por processos às vezes bastante empíricos quais os meios mais seguros para explorar o solo, dele tirando, juntamente com as colheitas, um lucro compensador. De um modo geral, o que se viu durante várias gerações, foi a prática de uma constante política de aproveitamento máximo do solo a ele não restituindo nada ou quase nada, quase sempre por ignorância porém muitas vezes deliberadamente, pois o emprêgo da estirpe de curral já se conhecia antes de Cristo. Esse fato era naturalmente agravado pela existência de muitos pre-

conceitos, alguns de fundo religioso, ainda mantidos nos tempos que correm, na fúria por exemplo, e que impediram e continuam a impedir algumas práticas de real utilidade de ponto de vista agrícola. O preconceito de ordem religiosa é naturalmente muito mais difícil de ser afastado não sendo naturalmente pequenos o trabalho de educação e verdadeira catequese que devem ser desenvolvidos para modificar essa mentalidade, talidade. Nos Estados Unidos os administradores e técnicos já compreenderam a importância e necessidade da conservação do solo, tendo criado o Serviço de Conservação do Solo, órgão êsse que trata da elaboração de métodos combinados de reflorestamento, de irrigação e de cultura, ao lado de outros de derivação de pequenos trechos dos cursos dos rios, barragens, etc., a fim de reduzir ao mínimo os males causados pela erosão, permitindo mesmo, em muitos casos, a reconstituição dos locais devastados. Os estudos feitos para conseguir o contróle dessa situação continuam tanto nos próprios locais como nos laboratórios especializados, para que possam ser adotadas com eficiência máxima tôdas as técnicas aconselhadas após as pesquisas feitas. Uma das realizações mais espectaculares do Serviço de Conservação do Solo dos Estados Unidos é a T.V.A. (Tennessee Valley Authority) que já construiu cerca de 26 grandes barragens em 10 anos para a regularização do curso de alguns rios, podendo além disso fornecer energia elétrica (cerca de 1 milhão e 500 mil kilowatts). As estatísticas americanas no tocante a proteção contra a erosão possuem números verdadeiramente astronômicos bastando saber que terão de abocar o problema levando em conta que, como consequência dessa calamidade que é a erosão, ficaram já reduzidos à esterilidade cerca de 113 milhões de hectares e seriamente ameaçados cerca de 300 milhões. A literatura publicada, destinada não só ao registro dos trabalhos feitos, como também com a educação do público em geral

H I M E

COMÉRCIO E INDÚSTRIA S. A.

RUA TEÓFILO OTONI, 52
Rio de Janeiro

★

Caixa Postal, 593 - Edd. Tel.: "FERRO"
— FERRAGENS —

FABRICANTES — IMPORTADORES —
EXPORTADORES

★

DEPÓSITO DE FERRO, AÇO E
METAIS

RUA SACADURA CABRAL, 108 a 112
Telefones: 43-6282 e 43-0396

e dos agricultores em particular, é enorme. Trabalhos imponentes têm sido realizados, após a mobilização de "equipes" diversas de agrônomos, engenheiros, geólogos e cientistas diversos. As despesas com os trabalhos, segundo estatísticas recentes, atingem à astronômica soma de 3 bilhões e 184 milhões de dólares (62 milhões e 712 mil contos). Cerca de 200 mil fazendas abrangendo uma área de 22 milhões de hectares receberam assistência técnica do Departamento de Agricultura para essa realização. Se a grande nação americana leva tão a sério êsse problema de conservar o solo que é o verdadeiro esteio da vida sobre a Terra, parece também ser a ocasião de estudar quais sejam as necessidades do Brasil nesse particular. O problema da manutenção de quantidades suficientes de húmus no solo quer nos parecer, deve ser o primeiro a ser cuidado, sem nos esquecermos de outros também muito importantes e provenientes do empobrecimento em cal.

TRATADO COM O CHILE

A Sociedade Nacional de Agricultura, atendendo à solicitação da Câmara dos Deputados emitiu o seu Parecer na parte do Tratado com a Nação Chilena relativa à fixação do azoto atmosférico e do salitre do Chile.

Esse parecer foi subscrito pelos Srs. Arthur Torres Filho, Prof. Antônio Barreto, Ênio Luiz Leitão e Kurt Repsold.

PARECER

A comissão designada por esta Sociedade a fim de dar parecer a respeito do convênio comercial com o Chile, na parte relativa à proibição da instalação, no país, pelo espaço de três anos, de fábricas para a fixação do azoto atmosférico, é pela rejeição dessa imposição, quando não fôsse pela notória inconveniência de uma tal estipulação, por coerência com os pontos de vista desta Sociedade, de lá muito expendidos.

Em 1926, tratou esta Sociedade da matéria, aprovando as conclusões de uma conferência de seu consócio Dr. Lourenço Graziato, em que estudava e preconizava a implantação, no Brasil, da indústria da fixação do azoto atmosférico, "como base de sua riqueza agrícola em tempo de paz e como garantia da defesa nacional, em tempo de guerra."

Em 1913, o representante da classe agrícola no Conselho Federal de Comércio Exterior, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, tendo no seu justo conceito a importância de uma tal indústria no país, visando justamente aqueles fins, apresentou uma indicação, que foi relatada pelo Conselheiro Alves de Sousa, cujo parecer, adotado pela Câmara de Produção, recomendou ao plenário a seguinte resolução:

"O Conselho Federal de Comércio Exterior, tendo tomado conhecimento dos estudos realizados pela Comissão Especial designada para estudar a implantação em nosso país das indústrias de fixação do azoto atmosférico e da produção de ácido sulfúrico, recomenda ao Governo as seguintes providências:

1 — Declarar o Governo que concederá os seguintes favores especiais para o estabelecimento das referidas indústrias em nosso país:

a — isenção de direitos e taxas de importação para o material e a maquinária destinados à construção das fábricas que não possam ser adquiridos no país;

b — isenção dos impostos que possam recair sobre a instalação da fábrica, as matérias primas nelas utilizadas e os produtos nelas fabricados, pelo prazo de dez anos a contar da aprovação dos projetos daquela;

c — garantia de tarifas mínimas, pelo mesmo período, para o transporte das matérias primas e dos produtos referidos;

d — garantia de facilidade de crédito para a instalação das indústrias mencionadas.

2 — Fixar, como condições para a concessão dos favores acima discriminados, além das condições de idoneidade dos pretendentes dos mesmos favores, as seguintes:

1 — Para a indústria de fixação do azoto atmosférico:

a — Produção mínima diária de 30 (trinta) toneladas de amoníaco e produção das quantidades de ácido nítrico e produtos azotados principalmente os destinados à agricultura dentro de mínimos que forem fixados pelo Governo, de acordo com a produção de amoníaco da fábrica;

b — demonstração de que poderão fabricar os seus produtos por preços capazes de suportarem a concorrência dos produtos similares importados, aos seus preços normais;

c — uso do processo da síntese do amoníaco, dando-se preferência, para obtenção de hi-

drogênio necessário ao método eletrolítico e, para obtenção do nitrogênio, no método da liquefação do ar e sua posterior destilação fracionada ou ao de queima do hidrogênio em presença do ar.

II — Para a indústria do ácido sulfúrico:

a — Produção de enxofre e ácido sulfúrico, em quantidades a serem fixadas dentro de uma previsão razoável de aumento do nosso consumo desses produtos;

b — utilização, para essa produção, das piritas de carvão nacional;

c — demonstração de que poderão fabricar esses produtos por preços compatíveis com os preços normais de produtos importados que lhes sejam semelhantes.

3 — Designar uma Comissão de técnicos, presidida por um membro do Conselho Federal de Comércio Exterior não só para o estudo das propostas que fossem apresentadas para a instalação das indústrias mencionadas, mas ainda para continuar e detalhar os estudos referentes às mesmas indústrias.

4 — Designar dois membros dessa Comissão para realizarem nos Estados Unidos, um estudo detalhado dessas indústrias."

Logo que a Sociedade teve conhecimento dos termos do Convênio Comercial com o Chile, manifestou em sua sessão de 16 de junho deste ano o seu ponto de vista em princípio desfavorável à impossibilitação da indústria do azoto atmosférico no país, por prejudicar, consideravelmente, o futuro agrícola do Brasil, sem falar nas consequências que também daí adviriam para a nossa defesa militar.

Por esse convênio, ficaria o Brasil, pelo espaço de três anos, obrigado a não estabelecer "usim ou usinas de fabricação de fertilizantes nitrogenosos sintéticos, inclusive amoníaco e ácido nítrico sintético". Além disso, ainda se

comprometia o nosso governo a "não dar facilidades nem conceder privilégios ou proteção aduaneira a qualquer pessoa de natureza pública ou privada para o estabelecimento de fábricas com o objetivo de que trata o projeto acima".

Ora, a aprovação de uma tal estipulação é o contrário exato de tudo o que tem sido considerado como conveniente ao país, no seio de suas associações técnicas e, até, em órgãos oficiais de orientação econômica.

Além de caro, o salitre do Chile não é a matéria prima ideal para a obtenção dos sub-produtos de que carece a nossa lavoura. Devemos, nesse e em outros casos, seguir a orientação mais econômica, isto é, utilizar o quanto possível os nossos próprios meios para a obtenção de uma produção volumosa e barata. Disponho, além de outros elementos de menor importância para a fabricação do azoto, de grande reserva de energia elétrica. Esta, a água e o ar são as matérias primas de que necessita uma grande indústria de azoto. Para que, pois, ficarmos ligados a uma importação estrangeira, de difícil acesso e por isso mesmo muito mais problemática nas ocasiões anormais, quando, em nosso próprio território, dispomos de meios mais que suficientes para a obtermos sem dificuldade?

E' por isso que a Sociedade Nacional de Agricultura é pela rejeição dessa parte do Convênio, e insiste na adoção de planos que, sem tardança, possibilitem a indústria da fixação do azoto atmosférico no Brasil.

O esgotamento de nossas terras exige uma providência de imediata restituição e não seria com a simples importação de salitre do Chile que resolveríamos o grave problema do empobrecimento das nossas terras de cultura.

E' passada a fase do desbravamento e do esgotamento das nossas terras. Estamos, agora, no período do *aproveitamento*, para facilitar a distribuição, que a dificuldade de transporte vem agravando, pelo continuo avanço às terras novas. Devemos, pela fertilização, aproximar as zonas de produção dos centros de consumo, e isto somente será conseguido pela adubação inteligente, farta e haurida das terras cansadas.

Do ponto de vista agrícola, a Sociedade Nacional de Agricultura considera prejudicial aos interesses do Brasil qual-

quer retardamento na indústria nacional do azólo sintético, mormente agora que a instalação de grandes usinas elétricas como a de Paulo Afonso e outras, dariam a energia barata necessária a uma indústria econômica de azólo sintético.

As iniciativas, de resto, já em adiantado desenvolvimento no país, no que respeita a essa indispensável indústria, aconselham cuidado na solução a ser dada ao assunto.

Em conclusão, a Sociedade Nacional de Agricultura, julgando interpretar os interesses das classes rurais, e muito longe de pensar no enfraquecimento da nos-

sa tradicional amizade com a Nação Chilena, é levada, neste caso, a reconhecer que este assunto tem sua íntima ligação com a nossa vida econômica e até mesmo no que toca aos nossos graves problemas atuais de alimentação, pelo que não podemos prescindir dessa indústria nacional, como um imperativo ao nosso progresso e bem estar.

Ass. — Dr. Arthur Torres Filho
Prof. Antonio Barrelo
Dr. Enio Luiz Leitão
Dr. Kurt Repsold
Dr. Eumenes Marcondes de Melo

O ALGODÃO

NA ECONOMIA NORTE-RIOGRANDENSE

O deputado José Augusto, na sessão da Câmara dos Deputados de 10 de novembro, pronunciou um discurso tratando do algodão sob vários aspectos, especialmente no que toca ao Estado do Rio Grande do Norte. Os conceitos e as opiniões emitidos pelo ilustre parlamentar, cujo nome, há longos anos, ilustre os quadros da administração da Sociedade, se revelam de grande oportunidade, dado o papel fundamental que o algodão representa não somente na vida dos países produtores, como o Brasil, mas em geral na de toda a civilização. Além disso, a autoridade do orador justificam a transcrição que "A Lavoura" ora faz do notável estudo do deputado José Augusto, divulgando-o entre os seus leitores.

Discurso do deputado José Augusto proferido na sessão do dia 10 de novembro de 1947.

O Sr. José Augusto — Sr. Presidente, há poucos dias, creio que a 28 de outubro findo, pronunciei nesta Casa longo discurso, em que procurei examinar a situação de um produto brasileiro, o sal, em face da economia nacional e, mais particularmente, em face da economia do Estado que tenho a honra de representar — o Rio Grande do Norte, que é, pela qualidade e pela quantidade,

de, o líder, no Brasil, desse ramo da nossa produção.

Hoje, vou ocupar-me de outro assunto econômico. Desta vez, será o algodão o objeto do meu estudo. Da mesma maneira que estudei o sal, em face das suas possibilidades no Rio Grande do Norte, venho estudar o algodão, diante da economia universal e diante da economia brasileira, mas, muito especialmente diante da economia norte-rio-grandense. Se, na terra potiguar, não lideramos a política brasileira, quanto à quantidade, em matéria de algodão, somos incontestavelmente seus líderes, quanto à qualidade. E' que condições particulares, talvez de ordem cômica, fazem com que o algodão de fibra longa, preferido pela indústria de tecidos finos no mundo inteiro, tenha, num trecho norte-rio-grandense, o seu *habitat* natural.

Não é preciso acentuar que, estudando o problema do sal como o do algodão, em não me coloco apenas do ponto de vista regional, mas também do ponto de vista nacional, de vez que esses dois produtos concorrem, qualitativa e quantitativamente, um, e qualitativamente o outro, de maneira ponderável para o fortalecimento na nossa pátria.

O algodão na economia universal

E' irrecusável, Sr. Presidente, a importância do algodão na economia uni-

versal. A proporção que a humanidade se civiliza, ela se vai vestindo cada vez mais, o que quer dizer que vai consumindo crescentemente o algodão, de modo que a preciosa fibra é tanto mais influente no conserto da economia universal quanto mais avança a civilização, e os dados estatísticos mundiais revelam o progressivo desenvolvimento da produção e do consumo algodoeiro por toda a parte civilizada do mundo.

Tenho estatísticas, em face das quais se revela essa marcha ascensional da lavoura algodoeira por toda a parte do mundo; não só da lavoura como também do comércio e do consumo.

Olá, aqui, por exemplo, Sr. Presidente, a referente aos anos de 1911 a 1929, na qual se encontram dados completos em relação ao consumo, não só na Inglaterra, como nos Estados Unidos em toda a Europa, na Ásia e demais regiões do globo, e são as seguintes:

CONSUMO MUNDIAL DE ALGODÃO
Em milhões de fardos

Anos	Inglaterra	Europa	E. Unidas	Ásia	Outras	Total
1911 — 13	4.274	7.995	5.244	4.350	1.079	22.942
1922 — 23	2.770	5.158	6.616	6.437	1.062	22.043
1923 — 24	2.718	5.329	5.605	5.973	771	20.396
1924 — 25	3.235	6.363	6.142	6.509	1.060	23.309
1925 — 25	3.022	7.210	6.400	6.635	1.419	24.686
1926 — 27	3.010	7.552	7.132	7.372	1.073	26.139
1927 — 28	2.904	8.056	6.711	6.591	1.219	25.541
1928 — 29	2.800	8.112	7.033	6.720	1.217	25.882

Agora, Sr. Presidente, dados mais recentes à exportação algodoeira dos vários países do mundo. Em 1935, período anterior à guerra, 13.393.000 fardos; em 1939, 12.417.000 fardos. Em 1939, período de guerra, quando a exportação mundial foi de 12.417.000, esta exportação, como era natural decresceu de 6.755.000 fardos a 4.917.000. Passada a guerra, retornamos à marcha ascendente. Em 16, a exportação mundial foi de 9.147.000 fardos; em 16, de 9.466.000.

Eis o quadro exato:

Anos	Pardos de 500litras
(Ligado em 1º agosto)	
1925	13.393.000
1936	14.019.000

1937	12.259.000
1938	11.853.000
1939	12.417.000

Período de guerra:

1940	6.755.000
1941	5.524.000
1942	4.247.000
1943	3.901.000
1944	4.847.000

Período de após guerra:

1945	9.147.000
1946	9.466.000

Quanto a países isoladamente, e consideradas apenas os dois últimos anos, a exportação é a seguinte:

Principais países exportadores	1945-46	1946-47
	fardos de 500 lbs	fardos de 500 lbs
Estados Unidos	9.147.000	9.466.000
Brasil	1.462.000	1.619.000
Egito	862.000	1.467.000
Índia	850.000	833.000
Perú	425.000	358.000
México	263.000	189.000
Argentina	125.000	57.000
Rússia	400.000	350.000
Outros	1.158.000	953.000
Total	9.147.000	9.466.000

Verifica-se que os Estados Unidos continuam com o primado, com a liderança da política algodoeira do mundo, sendo o primeiro na exportação da fibra preciosa. Em 1915-16, 3.602.000 fardos; em 1916-17, 3.640.000 fardos, conquistando o Brasil, que ocupava até então o quinto ou o sexto lugar, o segundo com 1.162.000 fardos, em 1915 e 1916; e, 1.519.000 fardos em 1916-17.

O que é claro, Sr. Presidente, é que as condições advindas da guerra, com a influência, talvez, embora menor, de alguns fatores atmosféricos, determinaram por algum tempo um certo declínio na produção algodoeira mundial, que se refletiu em todos os países.

O Sr. José Arnaud — Posso acrescentar, como subsídio ao discurso de V. Ex.^a, que nos Estados Unidos a produção algodoeira caiu de 3 ou 4 milhões de fardos. Na safra de 1917 e 1918 os Estados Unidos esperam um aumento de 6 milhões de fardos. Apenas no Brasil há esse decréscimo assustador, haja vista o caso de São Paulo, cuja estimativa para o ano de 1918 baixou de 160 milhões para 130 milhões. No nordeste, como V. Ex.^a sabe, esse decréscimo é quase 50% como constatamos na Paraíba.

O Sr. José Augusto — O aparte do nobre colega antecipa o que ia dizer firmado em informações da "Folha da Manhã" de São Paulo, edição de ontem, na qual se acentua que a produção melhora no corrente ano, acrescentando-se que o Departamento de Agricultura norte-americano calcula que a safra mundial, relativa ao período 17-18 deverá atingir a 26.100.000 fardos, o que representa um aumento de 21% sobre o ano de 1916 quando se colheram 21.508.000 fardos significando um acréscimo de 33% em confronto com a do ano precedente; a mexicana parece que não sofrerá sensível alteração, e se elevará a 461.000 fardos.

Na China a área cultivada com algodão está sendo ampliada desde o fim da guerra, isto é, a partir de meados de 1915, esperando-se uma colheita de 2.150.000 fardos, em comparação com 925.000 em 1916 e 1.820.000 no ano da vitória sobre o Japão. A do Índia deve ser aproximadamente de 3.300.000 fardos. Na Argentina, pelo que se julga, alcançará 400.000 fardos, mais 99.000

que no ano findo. No Perú acredita-se igualmente no aumento da safra corrente, havendo outrossim notícias alviziáveis quanto à constante progressão da área plantada. No Egito as estimativas assinalam uma colheita de 1.262.000 fardos, 10.000 fardos mais que em 1916. Na União Soviética a meta para 1917 é de 2.935.000 fardos, quando no ano passado foram produzidos somente 2.200.000.

Assim, confirmando o aparte do nobre Deputado, a fase do declínio passou e a produção mundial do algodão retomou o seu caminho ascensional atendendo, desse modo, às necessidades do desenvolvimento industrial e as das própria civilização.

O algodão na economia norte-americana

Mas, quando se fala de algodão no mundo, cogita-se, antes e acima de tudo, dos Estados Unidos, cuja política algodoeira é, boa parte, o lastro sobre o qual assenta a prosperidade econômica daquele país. De tal importância é a política algodoeira na Norte-América que, muitas vezes, modifica os rumos de toda a sua política. Também esse país, conforme acentou o ilustre colega, e as estatísticas o demonstram, teve seu período de esmorecimento e declínio na lavoura algodoeira, mas o que ali se fez se orientou, desde logo, com o objetivo de imprimir eficientes rumos à produção e expansão do algodão, seguindo-se, como se tem feito em tantas oportunidades, a política de subsídios e auxílios à lavoura, conduzindo-a a retomar o seu curso normalmente ascendente.

A propósito, lembrarei que um dos líderes norte-americanos, Senador Pea-ee, alarmado com o declínio verificado, indicou, na chefia de uma Comissão especial do Congresso americano, os rumos que cumpria serem seguidos a fim de que a face do declínio passasse e fosse reatado o surto progressista. Ficou então essa política, que tão bons resultados está dando, nos sete pontos seguintes: primeiro, a seleção progressiva das sementes; segundo, a defesa das terras, contra a erosão; terceiro, a escolha de variedades apropriadas às diversas regiões do país; quarto, o deslocamento da produção das zonas de alto custo para as de baixo custo; quinto, o combate às pragas; sexto, a melhoria da qualida-

de do algodão; sétimo a eliminação de variedades desnecessárias.

Com esse programa e essas práticas, fácil foi à grande nação, que tem a sua economia algodoeira estruturada em bases sólidas, retomar o curso ascensional.

Mas, Sr. Presidente, há outras nações, também grandemente produtoras de algodão e influinte no comércio universal.

O Sr. José Arnaud — Há pouco, V. Ex.^a declarou que o subsídio era um dos pontos básicos da política americana. Efetivamente, os Estados Unidos chegaram ao ponto de assegurar ao exportador americano \$08 por 10 libras peso, na exportação do algodão, com a finalidade única de poder o exportador americano competir com o brasileiro, dado o pouco valor do nosso algodão muito valorizado, para que o exportador competisse, pagava-se \$0,08 por 10 libras, ou 11 cruzeiros por 5 quilos.

O Sr. José Augusto — Era aspecto novo da política seguida, aliás por outras nações. Do ponto de vista americano — vamos dizer a verdade — era e é uma política muito inteligente e prática, embora nociva ao Brasil.

O Sr. José Arnaud — Revela exclusivamente a proteção que ele dispensa ao algodão.

O Sr. José Augusto — Traduz, o interesse que tinha pelas suas riquezas econômicas.

Ao lado dos Estados Unidos, porém, há outros países que, senão pelo volume, mas por outros aspectos, pesam na política algodoeira universal, entre eles o Egito, a Índia, e mesmo na América Latina, o Peru, o México e a Argentina.

O algodão na economia brasileira

Quanto ao Brasil, sempre tivemos no algodão uma das fontes da nossa vitalidade econômica. Desde os períodos mais remotos da nossa História, a lavoura algodoeira despontou e começou a expandir-se; condições particulares do solo favoreceram-lhe a evolução.

Basta considerar a nossa crescente produção algodoeira nos anos que vão de 1932 a 1944.

Anos	Toneladas
1932	76.116
1933	117.681
1934	281.501
1935	396.306
1936	319.853
1937	109.539
1938	138.928
1939	133.853
1940	165.180
1941	510.395
1942	376.951
1943	196.111
1944	587.193

O algodão na economia paulista

É de notar que a início o algodão existia apenas no norte do país, fazendo-se a sua exportação pelos portos do Maranhão e Pernambuco, conforme se assina na História Econômica do Brasil, de autoria do Senhor Roberto Simonsen. Em períodos que remontam a mais de 100 anos, a exportação, brasileira se fazia, por aquela época, fartas e abundantemente. Daí para cá a evolução se fez mais rapidamente, sendo que de início, e até lá pouco tempo, São Paulo participava de maneira insignificante neste ramo de produção agrícola.

O Sr. Toledo Piza — São Paulo só produzia para seu consumo interno.

O Sr. José Augusto — É isto mesmo de maneira insuficiente.

O Sr. José Arnaud — Hoje, não produz mais para seu consumo.

O Sr. José Augusto — Como o espírito prático que caracteriza seu povo e com o senso de realidade econômica com que seus homens de Estado sempre se orientaram, São Paulo, empregando os melhores processos, soube improvisar rapidamente a lavoura algodoeira.

Segundo as estatísticas da distribuição geográfica da produção algodoeira, em todo o Brasil, verifica-se que, em 1930, o Norte produzia 91% do algodão do Brasil e São Paulo e todo o Sul produziam apenas 9%, cabendo ao grande Estado apenas 3%.

O Sr. Herbert Levy — No governo do eminente Dr. Armando Sales Oliveira, achando-se o distinto colega Sr. Toledo Piza à testa da Secretaria de Agricultura

ra, compreendeu este a necessidade de organizar tecnicamente, desde a base, a produção agrícola. E assim tendo feito, deu-lhe características de solidez que permitiram esse surto. Infelizmente, nos últimos tempos, não se pode dizer a mesma coisa, pois a organização técnica fraquejou e, consequência, eslamos assistindo a uma restrição na produção.

O Sr. José Augusto — Agradeço o aparte do nobre colega. Conheço a participação do ilustre Deputado Sr. Toledo Piza no desenvolvimento do surto algodoeiro em São Paulo e a benemerência de sua atividade sob esse aspecto.

O Sr. Toledo Piza — Muito agradecido ao ilustre orador.

O Sr. José Augusto — Em 1930, a produção de São Paulo, no cômputo geral da produção algodoeira no Brasil, era 61,6 atingindo ascencionalmente a 79,0 em 1944.

Dai para cá São Paulo entrou em fase de declínio, passando a 68,0 em 1945 e a 61,0 em 1946.

As próprias áreas cultivadas se restringiram, acompanhando a produção. Cabe, agora, examinar as causas desse fenômeno.

O Sr. Toledo Piza — A primeira causa foi o desmantelamento do serviço técnico e científico do algodão organizado no Governo do senhor Armando Sales Oliveira.

O Sr. José Augusto — Aqui tenho o inquérito mandado fazer pela Secretaria da Agricultura de São Paulo, no qual se acentuam que as causas foram as seguintes:

1. Condições climáticas desfavoráveis.
2. Ocorrência exagerada de pragas e moléstias.
3. Falta de rotação de culturas.
4. Falta de combate à erosão.
5. Empobrecimento do solo e falta da adubação.
6. Espaçamento exagerado.
7. "Shedding".
8. Granizo.
9. Plantação tardia.
10. Falta de braços.

Além desses fatores primordiais, foram apontados pelos agrônomos regio-

nais os seguinte, como tendo igualmente concorrido para diminuir a superfície semeada com algodoeiro ou mesmo para reduzir a produção média por alqueire: baixo preço do produto e instabilidade das cotações; falta completa de financiamento ou financiamento limitado; encarecimento e arrendamento das terras; alta do café; aumento do cultivo feito pelo Plano de Emergência; falta de sementes da variedade L. A. 711-028 preferida em certas zonas do Estado; emprêgo inadequado de certas máquinas agrícolas como seja "o bico de pato"; plantação intercalada de milho e outras plantas.

Como se vê, causas várias, além das de ordem propriamente administrativa, determinaram esse declínio. São Paulo, porém, não se deixa vencer facilmente, diante de dificuldades dessa espécie. Por isso, já surgem nos jornais, nas revistas, nas sociedades agrícolas os mais amplos debates, procurando encontrar os remédios a fim de debelar os males e poder o Estado retomar sua posição preponderante nesse ramo de produção.

O Sr. Herbert Levy — Infelizmente, ainda, nesta safra reproduziu-se a deficiência que já se vinha observando: a da má germinação das sementes. Acabei de percorrer o interior de São Paulo, onde recolhi uma série de reclamações quanto à qualidade das sementes. Dai a responsabilidade direta do Serviço Técnico da Secretaria de Agricultura.

O Sr. José Arnand — Outra causa que vai influir na diminuição da safra de 47 e 48 reside na circunstância de terem sido distribuídas 4% a menos do que a área plantada o ano passado.

O Sr. José Augusto — Mas, como já disse, São Paulo não se desencoraja facilmente, e prepara-se para retomar a sua posição na vida algodoeira do Brasil. Aqui tenho um estudo feito por um dos grandes técnicos, um dos maiores conhecedores do problema no Brasil, — o Sr. Garibaldi Dantas, que indica, como programa recuperador da lavoura de São Paulo, os oito pontos seguintes:

1) — Reestruturação e ampliação dos órgãos técnicos da Secretaria da Agricultura responsáveis pela seleção e multiplicação de sementes, fiscalização de usinas, padronização e classificação,

defesa contra as pragas, combate à erosão e fiscalização de adubos;

2) — Ampliação e facilitação do crédito agrícola aos lavradores de algodão;

3) — Intensificação das práticas de adubação;

4) — Rotação das culturas;

5) — Aproveitamento racional das terras, através de métodos culturais adequados às atuais variedades algodoeiras e às que forem criadas;

6) — Mecanização das lavouras;

7) — Combate à erosão;

8) — Combate às pragas.

Não há, Sr. Presidente por que ter desalentos quanto à São Paulo em matéria de produção algodoeira. Estou certo de que São Paulo, com o seu poder de realização e com as qualidades práticas que caracterizam seus homens de negócios e de Estado, retornará, em breve, ao bom caminho, e passará a concorrer poderosamente para que o Brasil se apresente nos mercados de consumo universal, sem desmerecer a situação que já

agora conquistou — a de segundo país torneador de algodão nos mercados do mundo.

Claro está, porém, que não vim aqui discutir o algodão de São Paulo, do Brasil, dos Estados Unidos, da Índia, nem do Egito, mas para examinar o algodão que conheço de perto, pois sou filho da zona de Seridó, aquela que produz, não em quantidade, mais em qualidade o melhor algodão do Brasil.

O algodão na economia norte-riograndense

O Rio Grande do Norte é Estado que vive do algodão, e a quase totalidade da sua população nele vai haerir as suas fontes de vida. O algodão, o ouro branco, pode-se dizer, é a peça principal da armadura econômica do meu Estado. Cultivado secularmente, tem tido fases de fastígio e declínio, mas a constância com que o norte riograndense se dedica à sua lavoura procurando melhorá-la e aperfeiçoá-la, revela amplamente o interesse que sempre experimentou pela cultura da preciosa fibra.

Ha estatísticas, em face das quais se evidencia o cuidado e o esmero que temos pela nossa cultura algodoeira.

As minhas estatísticas começam em 1907, quando a nossa produção era de 21.716 kgs, e vão, no primeiro período, até 1935, quando atingiu a 23.719.298 kg. Faltam-me os dados relativos aos anos de 1936, que encontro, apenas, em uma entrevista do ex-diretor do Serviço de Algodão, já falecido, e técnico de grande competência, o Sr. Juvêncio Mariz de Lira, em que se vê que, naquele ano, o total foi de 30.536.000 toneladas.

A seguir, temos a estatística de 1938 a 1946, em que partimos de 20.166.066 toneladas de algodão descaroçado, ou 66 milhões de algodão em caroço, para atingir a 70 milhões em caroço e 29.000.000 descaroçado, em 1946.

E' a constância de um esforço, tanto mais de salientar quanto no Rio Grande do Norte, temos um fator negativo: as longas estiagens periódicas, as secas. Todos esses dados revelam entretanto, que a cultura algodoeira nos tem acompanhado em toda a evolução da nossa história político-econômica como a força principal sobre a qual assenta a prosperidade do Rio Grande do Norte.

Eis os dados:

MÁQUINAS AGRICOLAS:

Arados — Cultivadores — Cortadores de cana e capim — Debulhadores de milho — Desintegradores — Engenbos de cana — Grades de discos e dentes — Pás de cavalo, etc.

Produtos Veterinários DOS LABORATÓRIOS

Raul Leite S. A. — Lelvas, Leite & Cia.
— Vital Brasil — Farmacopecuária Ltda. — Usinas Químicas Bras.,
e outros

Agro Industrial Máquinas A. I. L. Ltda.

RUA URUGUAIANA N.º 147

Rio de Janeiro

ALGODÃO EXPORTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
De 1907 a 1935

Ano	Quilograma	Valor oficial	Direitos
1907	5.024.716	3.735:409\$107	298:032\$735
1908	3.628.632	2.556:337\$769	216:873\$049
1909	6.898.841	5.526:165\$493	379:908\$335
1910	10.866.114	8.502:690\$605	690:951\$660
1911	14.197.682	10.367:980\$112	871:636\$264
1912	12.226.807	8.477:872\$829	726:192\$564
1913	9.711.107	7.747:100\$762	718:753\$745
1914	5.381.266	3.286:404\$665	310:945\$026
1915	5.460.624	4.318:663\$900	345:507\$117
1916	4.350.489	8.220:716\$610	761:584\$059
1917	8.674.848	20.131:260\$897	1.937:212\$518
1918	9.137.714	29.897:298\$100	2.253:814\$990
1919	5.367.093	13.760:907\$643	1.295:448\$681
1920	5.283.017	12.309:067\$950	1.094:588\$366
1921	10.568.805	17.026:504\$964	1.261:726\$180
1922	12.367.811	31.584:672\$229	2.060:200\$003
1923	9.434.373	49.631:372\$591	4.387:305\$458
1924	6.890.450	32.143:287\$444	3.054:931\$444
1925	9.924.815	32.143:827\$379	3.202:529\$957
1926	11.246.561	23.514:414\$026	2.243:592\$401
1927	12.654.265	36.422:666\$430	3.477:984\$741
1928	9.685.671	32.413:803\$502	3.126:504\$728
1929	16.120.997	44.085:903\$304	4.328:775\$492
1930	10.729.632	22.090:287\$768	2.250:911\$297
1931	12.888.037	30.861:863\$920	3.193:254\$297
1932	7.054.182	25.246:788\$000	2.606:285\$847
1933	11.535.221	33.186:582\$380	3.472:322\$096
1934	22.973.964	68.469:835\$110	7.067:222\$472
1935	23.719.298	90.382:029\$750	9.356:194\$653

Faltam-me os dados relativos a 1936, e aqui estão os que obtive de 1937 a 1946

Anos	Pêso em quilos	Valor comercial
1937	23.079.165	93.244.734,00
1938	24.527.916	93.351.190,00
1939	20.267.787	76.512.514,00
1940	22.941.107	88.673.009,00
1941	25.646.649	106.379.528,00
1942	14.053.999	86.006.765,00
1943	2.739.543	23.196.844,00
1944	20.253.495	191.827.792,00
1945	17.840.465	135.180.650,00
1946	28.497.814	253.854.229,00

Como essas cifras demonstram, o Rio Grande do Norte tem no algodão o seu principal suporte.

E assim é dever dos seus governos olhar para os problemas que lhe são correlatos com o mais vivo interesse. Foi por isso que, quando exerci a administração da minha terra, encarei de frente

as necessidades fundamentais da preciosa riqueza no cumprimento de cujo programa decrettei a criação do Serviço Estadual do Algodão, visando o desenvolvimento da cultura algodoeira, a divulgação dos processos culturais e de beneficiamento, mais racionais e econômicos, a determinação das variedades algo-

dociras, melhoramentos adaptáveis a cada região, o aperfeiçoamento dos tipos privilegiados e a ampla distribuição de sua semente na região delimitada, o combate às moléstias e insetos nocivos ao algodoeiro, especialmente as lagartas do capulho e da fôlha, a estatística da área cultivada, produção, consumo e exportação do algodão e seus derivados, o registro e fiscalização dos estabelecimentos de beneficiar algodão e a repressão das fraudes, no comércio do produto, a sua classificação oficial, de acôrdo com os padrões oferecidos pelo Serviço Federal, e bem assim a sua boa colocação nos mercados nacionais e estrangeiros. (1)

Não contente com isso, firmei, como governador, em 30 de dezembro de 1926, no Ministério da Agricultura, então ocupado pelo Sr. Lira Castro, um acôrdo constante de 11 cláusulas, assim expresso:

"Aos 30 dias do mês de dezembro de mil novecentos e vinte e seis, presentes, na Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, o respectivo Ministro de Estado, doutor Geminiano Lira Castro, por parte do Governo Federal da República dos Estados Unidos do Brasil e o Deputado Federal Dr. Juvenal Lamartine de Faria, como representante do Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Primeira — O Governo Federal, tendo em vista o que estabelece o artigo segundo do decreto número dezesseis mil cento e vinte dois, de onze de agôsto de mil novecentos e vinte e três, acôrdo com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a manutenção, sob a direção técnica do Serviço do Algodão, dos serviços relativos à produção, beneficiamento e comércio do algodão do Estado, que será feito de conformidade com o regulamento a que se refere o aludido decreto número dezesseis mil cento e vinte e dois, e as cláusulas constantes do presente acôrdo.

Segunda — Ficará a cargo do Governo Federal:

a) — Instalação e custeio de, pelo menos, três fazendas de sementes;

b) — o serviço de combate à lagarta rosada;

c) — a fiscalização dos descaroçados, usinas e prensas de algodão;

d) — repressão das fraudes no comércio do algodão e divulgação dos padrões oficiais de classificação;

e) — a organização da estatística da produção, comércio e indústria algodoeira do Estado.

Terceira — O Governo Federal continuará a manter e custear a Estação Experimental de Seridó.

Quarta — Todo o pessoal empregado nos serviços de que trata a cláusula segunda, será de livre escolha e nomeação do Governo Federal, observadas as condições de que tratam os artigos trinta e nove, quarenta, quarenta e um, quarenta e dois, quarenta e três, quarenta e cinco, quarenta e seis do citado regulamento.

Quinta — O Estado concorrerá anualmente, para a execução dos serviços de que trata a cláusula primeira, com a quantia de cem contos de réis (100:010\$000) que será entregue, em duas ou três prestações, ao Delegado do Serviço de Algodão no Estado, após a justificação das despesas feitas com as quantias recebidas no exercício anterior e prova que o Governo Federal despendeu, em idêntico período com a execução desses serviços, importância equivalente ao dobro daquela quantia.

Sexta — Essas provisas poderão ser proporcionalmente aumentadas ou diminuídas na razão de dois terços para a União e um terço para o Estado do Rio Grande do Norte, de acôrdo com os recursos dados para tal fim pelos respectivos Congressos.

Sétima — O Governo Federal apresentará anualmente ao Governo do Estado uma relação detallada dos serviços realizados, bem como uma demonstração documentada das respectivas despesas.

Oitava — Sempre que julgar conveniente, o Governo do Estado poderá examinar não só a execução dos serviços como os documentos das despesas referentes nos mesmos.

Nona — A execução dos serviços, de que trata o presente acôrdo, será suspensa quando o Governo do Estado deixar de cumprir a cláusula quinta, salvo caso de força maior, a juízo do Governo Federal, e na hipótese de dispor o Ministério da Agricultura, Indústria e Comér-

cio de recursos para a manutenção dos mesmos serviços.

Décima — O presente acôrdo só entrará em vigor em primeira de janeiro de mil novecentas e vinte e sete, se for registrado pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando a Governô por indenização alguma, se aquêlê Instituto denegar o registro e vigorará pelo prazo de cinco anos, podendo ser renovado se convier às partes acordantes.

Décima primeira — O material adquirido durante a vigência do contrato, será, uma vez expirado o prazo de duração da mesma, ou, em caso de rescisão, dividido proporcionalmente entre as partes contratantes, cabendo ao Governô da União dois terços; ao do Estado do Rio Grande do Norte um terço do respectivo valor total, verificado em inventário especialmente levantado.

É licito, entretanto, a qualquer uma das partes acordantes ficar com todo o acêrvo das estabelecimentos do Serviço do Algodão no referido Estado, quando fôr expirado o prazo ou rescindido o acôrdo, dêste que indenize a outra parte da importância que lhe coube e que fôr verificada no inventário de que trata a presente cláusula.

Décima segunda — O resultado das vendas dos produtos agrícolas das Fazendas de Sementes e o rendimento dos demais departamentos da Delegacia, excepto a proveniente do registro de marcas de prensas e descarçadores, previsto no decreto número quinze mil e novecentos, de vinte de dezembro de mil novecentos e vinte e dois, será também dividida proporcionalmente entre os Governos contratantes e recolhido aos cofres da Delegacia Fiscal e do Tesouro do Estado, mediante guia expedida pela Delegacia do Serviço do Algodão.

Décima terceira — A despesa do Governô da União, decorrente do presente contrato, será feita por conta dos recursos que, para tal fim forem consignados no orçamento do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio — Verba 25.^a — Serviço do Algodão.

Décima quarta — O presente têrmo está isento do pagamento de sêla, por se tratar de interesse do Governô Federal”.

Assim, Sr. Presidente, iniciei na Rio Grande do Norte a verdadeira palltiea algodoeira, e, deixando — embora entre-

gue a sua lavoura à iniciativa particular, fiz com que o poder público dela participasse não para substituir a particular, mas para com êle colaborar, orientando-o, guiando-o, auxiliando-o e fomentando a produção nas suas fontes primaciais.

Ainda por outro aspecto tive que estudar o problema algodoeiro do meu Estado. De resto, já o fizera na Câmara dos Deputados, em 1922, cuidando precipuamente do algodão de fibra longa e conseguindo criar a estação experimental do algodão do Seridó, a fim de que, defendendo aquêlê novo tipo de algodão, pudéssemos aparecer no mercado de consumo, não só com a quantidade, mas sobretudo com a qualidade imprescindível à fabricação dos tecidos finos.

OO Sr. José Arnaut — Se me não enganano, foi no Governô de V. Ex.^a que o Estado mandou um técnico ao Egito a fim de estudar a cultura do algodão — o Sr. Cristóvão Dantas.

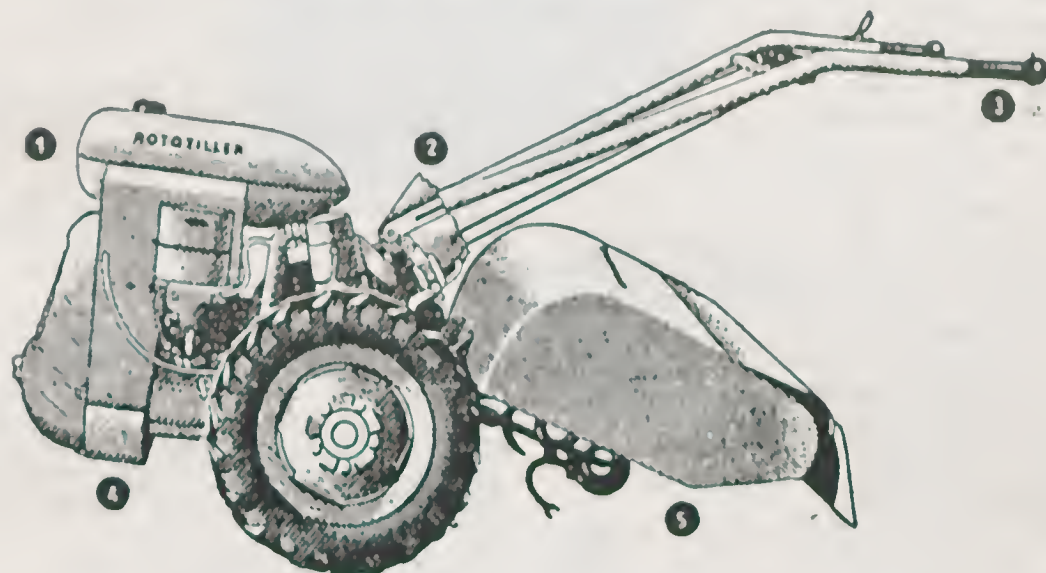
O Sr. José Augusto — Realmente, o agrônomo Cristóvão Dantas esteve no Egito examinando as culturas algodoeiras e, quando de lá retornou, trouxe a impressão de que o algodão do Seridó era, por sua fibra sedosa, longa e resistente, igual ao do Egito, com a diferença apenas, quanto aos processos de cultura; enquanto o Egito praticava a lavoura científica e racional, dirigida pelos ingleses, contava o Brasil apenas com os processos rotineiros do período colonial.

O Sr. Herbert Levy — A existência da fibra do Seridó, que V. Ex.^a no seu Governô tão inteligentemente estimulou, tornou possível a não paralização das diversas indústrias essenciais, durante o período da guerra, e tem sido um elemento de grande importância para a indústria nacional.

O Sr. José Augusto — O nparte de V. Ex.^a, que muito agradeço esclarece realmente essa contribuição da lavoura algodoeira do Rio Grande do Norte à vida industrial do Brasil.

Devo, no seguimento do meu discurso, — que não poderei concluir hoje, porque venha estudar, aqui, particularmente o algodão de fibra longa, o do Seridó, — mostrar o que significa economicamente a região do Seridó e o que significa para a economia nacional a sua algodão de fibra longa. (Continua no próximo número.)

TRATOR AGRÍCOLA ROTOTILLER



A máquina agrícola que — em uma só operação — executa o trabalho do arado, do disco e da grade. Utilize esta moderna técnica, que permite preparar mil metros quadrados de terra por hora, distribuindo melhor o húmus do terreno, e realizando em uma única operação o que, pelo processo antigo, carecia de três.

REPRESENTANTES E DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS:

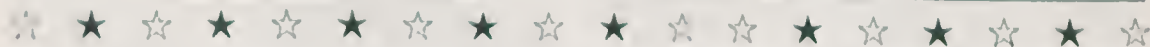
**CIDA - CIA. IMPORTADORA
DE AUTOMÓVEIS S. A.**

- 1 - Motor a gasolina de 5 H. P. - 2 Ciclos.
- 2 - Funciona cerca de 4 horas com 2 galões de gasolina.
- 3 - Manejo simples.
- 4 - Novo tipo de transmissão automática.
- 5 - 2 Tamanhos para diferentes profundidades.

LOJA E EXPOSIÇÃO - México, 11-A

ESCRITÓRIO - Quitanda, 3 - Sobrelaja - Sala 207

OFICINA - Rua dos Arcos, 10-14 - Rio - Tel. 42-9222



A Sociedade Nacional de Agricultura, tendo em vista o resultado das experiências a que submeteu a máquina acima nos campos de cultura da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, resolveu adquirir, para os trabalhos do referido estabelecimento, um conjunto ROTOTILLER. Esse conjunto, já em serviço, tem confirmado, na prática, os bons resultados que demonstrou naquela experiência pública.

Associação de Criadores da Raça Schwyz

Lista de sócios

Dr. Raul Braga de Azevedo, Granja dos Papagaios, Itaipava, E. do Rio.

Dr. Teófilo de Almeida, Estância Itapoua, Queluz, E. de S. Paulo — Escritório no Rio, Edifício 1.º de Março, Rua 1.º de Março S/208.

Dr. Arnaldo Guinle, Fazenda Bemposta, Bemposta, Via Areal, E. F. Leopoldina — Escr. no Rio, Av. Rio Branco 137-2.º andar.

Dr. Otávio da Rocha Miranda, Fazenda Retiro Feliz, Engenheiro Hermilo São Paulo — Esc. no Rio, Praça Floriano 31-2.º andar.

Cia. Centros Pastorais do Brasil, Esc. no Rio, Praça Floriano 31-2.º andar.

Cia. Agrícola e Industrial Colombo, S.A., Granja Boa Vista, Estação de Rubilhões, E. do Rio — Esc. no Rio, Rua Gonçalves Dias 32-36.

Dr. Luiz de Morgan Snell, Granja Boa Vista, Itaipava, E. do Rio — Res. no Rio, R. Paissandu 93-1.º andar-Ap. 8.

Dr. P. L. Correa e Castro.

Sr. Daniel de Rezende Filho, Chácara Tehaida, Pindamonhangaba, E. de S. Paulo.

Sr. Otaviano Pinto Lopes Ribeiro, Granja S. Francisco, Silvestre Ferraz, R.M.V. — Esc. no Rio, R. da Quitanda 199-3.º andar.

Sr. João Batista Scarpa, Fazenda Jardim, Itanhandu, R.M.V., E. de Minas.

Sr. Eliseu Teixeira de Camargo, Fazenda Santa Ana, Campinas, E. de S. Paulo — Res. em S. Paulo, R. Veiga Filho 35.

Sr. Francisco Villela de Andrade, Fazenda Pombal, Estação de Pombal, E. F. C. R., E. do Rio — Res. no Rio, R. Duvivier 49-Ap. 901.

Sr. Bertino Lobato de Miranda, Av. S. Jerônimo 268 — Belém — E. do Pará.

Villaça, Ribeiro e Cia., Fazenda Cachoeirinha, Juiz de Fora, Minas — Esc. em Juiz de Fora, R. Marechal Deodoro n.º 885.

Cia. Agrícola e Industrial de Angatuba, Fazenda Boa Vista, Engenheiro Hermilo, E. de S. Paulo — Caixa Postal 15, Itapetininga, S. Paulo.

Sr. João José Batista, Fazenda das Andorinhas, Sacra Família, E. do Rio — Res. no Rio, Rua da Matriz 31.

Dr. Bento Soares de Sampaio, Fazenda Matosinhos, Werneck, E. do Rio, L. Auxiliar — Esc. no Rio, R. da Quitanda 60-2.º andar.

Dr. José Machado Coelho de Castro, Fazenda Paquetier, Itaipava, E. do Rio — Esc. no Rio — R. da Quitanda 60-2.º andar.

Dr. Octacílio Negrão de Lima, Fazenda Bento Velho, Cordisburgo, E. de Minas — Esc. no Rio, R. do Rosário 102-2.º andar.

Sr. Antônio Correa da Silva — Esc. no Rio, R. do Carmo 70-1.º andar.

Aprendizado Agrícola de Sacra Família, Sacra Família, E. do Rio — Esc. no Rio, R. 1.º de Março 110-2.º andar.

Sr. Gabriel Ribeiro dos Reis Filho, Fazenda Córrego Alto, Volta Grande, Minas.

Dr. Sebastião Nelson Inuqueira, Fazenda Santa Rita, Volta Grande, Minas — Res. Volta Grande.

Sr. Danilo Vautier Franco, Granja Ipê, Pirituba, S. Paulo, Via Anhanguera — Esc. em S. Paulo, R. São Bento 82-1.º andar, S/110.

Cia. Agro Fabril Mercantil, Fazenda Parreira, Delmiro Ex-Pedra, E. de Alagoas — Esc. em Recife, Travessa Assembleia 71, E. de Pernambuco.

Sr. Olivo Carnasciali, Fazenda Paoloviana, Piraquara, R. V. Paraná-Santa Catarina — Esc. em Curitiba, Generoso Marques 117.

Cia. Agrícola Maristela, Fazenda Maristela, Tremembé, E. de São Paulo — Esc. em S. Paulo, R. João Bricola 19.

Sr. Richard Mark Barnes, Fazenda S. Ricardo da Boa Vista, Quatis, E. do Rio R.M. — Esc. no Rio, Av. Erasmo Braga 20, S/110.

Sr. Nelson Geráldine, Fazenda S. Sebastião, Barra Mansa, E. do Rio — Res. Barra Mansa, E. do Rio.

Sr. Bruno Hollnagel, Fazenda do Barrão, Descalvado, E. de S. Paulo — Esc. em S. Paulo, R. Glicério 497.

Sr. Antonio Martins Junior, Fazenda Sta. Rita, Município de Soure, L. de Maranhão — Esc. em Belém, E. do Pará, Bon-

O Coqueiro da Bahia

PIMENTEL GOMES

Eng. Agrônomo.

O coqueiro da Bahia, também conhecido sob a denominação de coqueiro da praia, é uma palmeira utilíssima, que constitui o encanto maior de largos trechos de nosso litoral e uma das maiores riquezas das Filipinas, Índia e Ceilão. Sua cultura é fácil e lucrativa.

Clima — O coqueiro aprecia um clima mais ou menos quente e úmido. A temperatura média, ótima, não é inferior a 22 graus. Os litorais da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amapá, prestam-se muito bem a esta cultura, em quase lódas as extensões. No interior de alguns estados e territórios também existem coqueirais. No Acre, por exemplo, embora extremamente afastado do mar, há pequenos coqueirais produzindo bem, o que mostra encontrar êle, ali, condições ecológicas que lhe são propícias.

Nas regiões semi-úmidas e semi-áridas, é possível cultivar o coqueiro em trechos mais úmidos ou nos que são irrigados. Há no Ceará e na Paraíba, em zonas semi-áridas, coqueirais irrigados frutificando de maneira extraordinária.

O coqueiro anão, variedade que nos chegou de Singapura, há alguns anos, embora se desenvolva bem nos climas quentes e úmidos, resiste melhor aos climas mais frescos. Deve ser, portanto, a variedade preferida nos plantios do Brasil Central e mesmo no litoral que se encontra ao sul do Rio Doce.

No Jardim Botânico do Rio de Janeiro, verifica-se que o coqueiro anão, sob o clima carioca, produz melhor do que os das variedades comuns.

Solos e adubação — Os solos devem ser profundos, permeáveis. Superficialmente úmidos, férteis. As terras arenosas das praias, produzem bem o coqueiro na faixa mais influenciada pelas águas do mar. Mesmo aí, se fazem adubações, como acontece com os coqueirais de Acajutibiró, na Paraíba, a produção é várias vezes maior do que nos coqueirais não adubados.

Nas terras semi-áridas do nordeste, a produção por pé é maior do que nas praias.

Os coqueiros reagem bem à adubação. Uma adubação interessante, geralmente fácil de conseguir na fazenda, é misturar uns vinte quilos de estrume com uns cinco quilos de cinza de madeira, enterrando a mistura numa faixa circular com uns quarenta a cinquenta centímetros de largura, a um metro do trouco. A terra que cobre o estrume absorverá o azolo que se desprender. Pode-se também colocar separadamente a cinza e o estrume.

Sementeiras — Escolhem-se para o plantio cocos de coqueiros de idade média — 25 a 45 anos — muito produtivos. Os cocos devem ser colhidos quando bem maduros, evitando-se choques, pois estes podem abalar o embrião.

Abrem-se os sulcos no solo com um arado ou um sulcador. Os cocos são dispostos no sulco de 40 em 40 centímetros, em posição horizontal.

Pode-se também fazer uma vala de uns trinta centímetros de profundidade. Colocam-se os cocos no fundo, em posição horizontal. Cobre-se tudo. Rega-se quando as chuvas faltam.

Transplantação — A transplantação faz-se de preferência no início da estação úmida, quando as mudas devem ter uns 15 centímetros de altura. O compasso deve ser de dez metros em todos os sentidos, para os coqueiros comuns; de sete a oito, para os anões.

As covas serão abertas com algumas semanas de antecedência. Terão pelo menos 70 centímetros em todos os sentidos. Serão enclidas com uma mistura de ferriço, terra preta da superfície, lixo, cinza de madeira, estrume de curral, etc. Convém adicionar, por cova, uns dois litros de farinha de ossos.

Transplantar de preferência em dias chuvosos.

Tratos culturais — Os comuns. Nus limpas, é muito econômico o emprego de grades de discos.

Colheita — A primeira colheita faz-se, quando as condições são ótimas, cinco meses após o transplante, se se trata de coqueiros comuns. Os aúcos produzem dois em três anos após o transplante.

Uma produção razoável não será inferior a 60 aúcos por pé e por ano — cerca de 6.000 cocos por hectare. Coqueiros cuidadosamente tratados po-

dem produzir, em média, 100 a 150 frutos por palmeira e por ano. Há palmeiras excepcionais que chegam a produzir 500 a 600 frutos. É um fato raríssimo. Em compensação, na Paraíba, coqueiros aúcos sem grandes dificuldades produzem 300 a 400 frutos por ano.

(Comunicado do Serviço de Informações Agrícolas - Ministério da Agricultura - Agosto de 1917).

Confusão Em Torno Do Trigo

B. DE ARAGÃO

Todos os jornais do país publicaram há tempos um enriquecido telegrama de Buenos Aires sobre a futura venda de trigo argentino ao Brasil. Dizemos enriquecido para não dizer tendencioso, a que poderia comprometer o funcionário da U.P. que o mandou com tantos erros não apenas de interpretação mas também de números. Aliás, nossos colegas da "Correio da Manhã", em magnífico artigo já se referiram ao assunto estranhado, como teriam forçosamente que acontecer a quem quer que conhecesse alguma coisa do problema os termos esquisitos do tal telegrama.

Em resumo o telegrama a que nos referimos diz que o coronel Maria Gomes, vice-presidente da Comissão Central de Preços, e o Embaixador do Brasil, Ciro de Freitas Valle, em negociações com o governo argentino para que seja assegurado o fornecimento de trigo ao Brasil, concordaram em que nosso país *cumprisse o Convênio assinado com os platinos, pagando 60 pesos a TONELADA* do trigo que impartissem na próxima cota de 100 mil toneladas... A falta de responsabilidade de quem passou tal telegrama em nome de uma agência de tanta importância se patenteia nesse *errinho de 60 pesos a TONELADA* quando o preço é realmente de 60 pesos o QUINTAL, (100 quilos) ou seja 600 pesos a tonelada. O resto de erro possivelmente não caberá a quem passou o telegrama, mas a quem fez a irrisória declaração de que o Brasil concorda em cumprir o convênio pagando tal preço... O Brasil, aceitando essa extorsão, concorda em que a Argentina não cumpra o que prometeu quando mandou o sr.

Miguel Miranda à nossa terra obter que desistissemos de 9 cotas consecutivas, de trigo, oferecendo como compensação fornecer-nos a 15 pesos o *quintal* os próximos cotas que agora regateia a 60, depois que já deixamos de receber as 3 cotas, evidentemente. O convênio do trigo em tua desgraçada hora firmado com aquele país, e finalmente não ratificado pelo Congresso, não determina preços, mas deixa ao país, e felizmente não ratificado pelo Congresso, não determina preços, mas deixa ao país fornecedor o direito de cobrar pelo produto o preço que quiser, enquanto determina que tudo que for fornecido pelo Brasil aos platinos ou seja pelo preço do mercado interno brasileiro... Só isto. Nem havia necessidade de nenhuma intervenção de embaixadores ou quaisquer outras enviadas especiais do governo brasileiro para obter trigo a 60 pesos o *quintal* visto que a Argentina, apenas voltamos ao Conselho Internacional Alimentar de Emergência, em outubro p.p., e quando os Estados Unidos se propunham fornecer-nos 40 mil toneladas mensalmente, até o fim do ano corrente, declarou que botava à nossa disposição 200 mil toneladas a 60 pesos o *quintal*. Essa manobra, como o denunciámos em tempo destas columnas, visava apenas impedir que o trigo americano nos chegasse, para que não nos habituássemos a ele, mais burlado que o platino, porque a Argentina, então, como agora, não tem trigo para mandar-nos, mas quer assegurar-se nossos mercados para quando tiver o que vender. A prova de que afirmamos e que até bem poucos dias ainda estávamos recebendo a cota de ABRIL, último

que nos foi fornecida por aquele país, e que será este ano. O trigo agora prometido pelo preço absurdo de 3 mil cruzeiros a tonelada FOB, PORTO ARGENTINO, já será o da próxima safra cuja colheita se deve iniciar em começo de dezembro, e que portanto só nos chegará, se vier muito depressa, o de que duvidamos ainda, em fins de janeiro ou princípios de fevereiro do corrente ano. O governo platino sabia que aconteceria o que de fato aconteceu. Possuindo o governo brasileiro um protocolo assinado pelo sr. Mignel Miranda em nome do governo de seu país, comprometendo-se a fornecer o trigo, a partir de agosto, a 15 pesos, não aceitou o preço proposto de 60 pesos e discutiu a proposta argentina, dando àquele país a oportunidade de ganhar tempo até que se iniciasse a nova safra e que o esgotamento dos estoques então existentes nos levasse a aceitar a quebra de palavra do representante platino. Infelizmente parece que de todas as vezes que se trata de trigo, os homens que devem tratar do problema são munidos de vendas que lhes tape a visão do que um simples jornalista leigo vê com a máxima clareza. Não somos sibilas nem dispomos de fontes especiais de informações de que não disponham em muito maior proporção os responsáveis pela situação, e no entanto tudo que previmos aconteceu e está ainda acontecendo. Para comprar trigo a 60 pesos o quintal era suficiente um telegrama do Banco do Brasil, dizendo que aceitava a proposta, nada mais. Quanto o fato de ser esse trigo entregue ainda este ano, afirmamos que é impossível, e o futuro demonstrará se temos ou não razão.

Resta agora verificar a que nos levará o preço de 60 pesos o quintal para as duas próximas coltas, e já de 80 para a terceira.

O pão está tabelado na base de 236 cruzeiros a saca da farinha. Essa farinha é a obida do trigo ainda fornecido a 15 pesos o quintal. Com o trigo a 60 pesos teremos a farinha por um preço que deverá oscilar entre 300 e 320 cruzeiros... Qual será o preço do pão?

É evidente que o preço do pão de trigo puro lerá que subir de acordo com o aumento do preço da matéria prima com que é fabricado. No caso presente o preço do pão lerá que ser aumentado de cerca de 32%... Temos a dolorosa satisfação de verificar que isto foi pre-

visto por nós há exatamente um ano, logo depois da assinatura do acordo Brasil-Argentina de 1946, e que, como tudo que se vem fazendo entre nós, primou pelo imediatismo, deixando de lado as consequências gravíssimas que acarretaria para poucos meses mais tarde, na ânsia de arranjar trigo imediatamente.

A situação do momento é portanto a seguinte:

a) o preço do pão de trigo puro lerá que ser aumentado de cerca de 32 por cento.

b) por esse preço obteremos pão durante dois meses, mas no terceiro mês já o trigo em grão fornecido a 80 pesos provocará uma nova alta no preço da farinha e conseqüentemente também no pão.

c) nos meses que se seguirem a tendência é para que o preço do trigo em grão continue em ascensão, e conseqüentemente o preço do pão.

d) a safra argentina do ano de 1947-48, que começará a ser colhida em início de dezembro, será a menor dos últimos 15 anos, segundo as cifras publicadas por comentaristas platinos sobre as áreas semeadas e baseadas em estimativa oficial do governo daquele país. A estiagem que reina na Argentina ameaça ainda mais as safras, e os gafanhotos que nos atacam vêm de lá.

e) a Argentina que no ano de 1947, declarando ter uma safra de perto de 6 milhões de toneladas (no que nunca acreditamos), só nos fornece 400 mil, estando em véspera da menor safra dos últimos 15 anos quanto nos fornecerá?

f) apesar de tudo isto o governo brasileiro teima em buscar trigo em um país que não tem capacidade para fornecê-lo.

g) os preços do trigo argentino são infinitamente mais altos que os do trigo de outras procedências.

h) o Brasil pertence a um organismo internacional denominado Conselho Internacional Alimentar de Emergência que se propõe distribuir as safras exportáveis dos países membros entre os importadores habituais e consumidores desses produtos, de maneira a garantir-

lhes o fornecimento mínimo indispensável ao consumo.

i) esse Conselho distribua as safras exportáveis de produtos brasileiros com graves prejuízos para o Brasil.

j) a esse Conselho pertencem os Estados Unidos que terão para distribuição em 1948 uma das maiores safras de trigo de sua história.

k) o Brasil possui disponibilidades exportáveis de arroz para as quais não encontra mercado compensador.

l) o pão feito com mistura até 20% de farinha de arroz é ótimo e mesmo melhor sob muitos aspectos que o pão de trigo puro.

m) a farinha de arroz ficará por preço infinitamente inferior ao da farinha de trigo proveniente do grão a 60 pesos.

Qual será pois a solução para o caso concreto que apresentamos?

Segundo nossa opinião há duas soluções paralelas que se impõem.

a) Que o governo brasileiro declare **IMEDIATAMENTE** obrigatória a mistura de outras farinhas sucedâneas nacionais na fabricação do pão, e declare que essa mistura poderá ser de até 20% quando se tratar de farinha de arroz.

b) Que *imediatamente* o Itamarati interfira junto ao Conselho Internacional Alimentar de Emergência no sentido de ser fornecido por aquela entidade ao Brasil para 1948 uma cota de trigo em grão de *pelo menos 50 mil toneladas mensais* de procedência *não* argentina.

Ou o governo fará isto, ou em 1948 continuaremos nossa posição humilhante de mendigar pão e de pagar por esse pão os preços extorsivos impostos por outras nações. Além, evidentemente, de ficarmos sem trigo no segundo semestre do ano. Esperemos que as vendas caíam dos olhos dos que têm a responsabilidade da situação, e que finalmente compreendam que deverão já declarar oficialmente obrigatória a mistura e comprar trigo nos americanos.

Devemos aqui esclarecer um ponto, e é que mesmo declarando *oficialmente* obrigatória a mistura até 20% o *preço do pão ainda subirá*, mas subirá menos, porque haverá um fator fixo no preço de 20%, e que será a farinha de arroz. Es-

tamos escolhendo dos males o menor, isto é se o preço tem que subir, que suba o menos possível. É evidente que restando ainda 80% de farinha de trigo de preço variável, o preço do produto final terá que acompanhar as oscilações dos preços dessa farinha. Mas, se comprarmos, pelo menos, metade de nossas necessidades de consumo de trigo aos americanos, teremos já mais 50% de preço também estável, porque o preço americano é muito pouco variável e infinitamente mais baixo que o preço argentino. Teríamos dessa maneira na composição do preço do pão dois fatores fixos somando 70% (20% de farinha de arroz nacional, mais 50% de farinha de trigo americano), e apenas um fator variável, para a alta, de 30%, representando pelo trigo argentino do qual só importariamos aquela quantidade. A estabilidade do preço do pão seria evidentemente outra, embora, repelimos, de qualquer maneira tenha que sofrer uma alta no momento. Evitaríamos no entanto as altas dos próximos meses, cuja perspectiva é muito clara, além de assegurarmos o fornecimento que de outra maneira não nos viria.

Estamos diante de fatos concretos: o mal está feito, foi denunciado em tempo pela imprensa especializada do país, e por vários membros e administração (sejam justos), mas nem uns nem outros foram ouvidos. Talvez a lição sirva para que os ouçam agora. O convênio assinado com a Argentina e que serviu de arma atlesta para o preço do trigo, e ainda de arma para combater ao governo, foi feito sem precisão de espécie alguma e seus resultados ni estão.

Encaremos o que há no momento e dentro dessa situação procuremos a melhor saída. Mas não são os mesmos homens que nos levaram a esta situação que podem resolvê-la. É preciso que pare representá-los no Conselho Internacional Alimentar de Emergência seja mandado alguém capaz e que tenha combatividade e espírito público. É preciso que alguém, como já o dissemos uma vez, tome uma atitude máscula em relação à mistura, declarando-a "oficialmente" obrigatória. É preciso enfim que se tome uma resolução prática em haverá outra crise duríssima de carestia de pão em 1948.

Valor Alimentício das Hortaliças

GERALDO GOULART DA SILVEIRA,
Engenheiro Agrônomo

As hortaliças são alimentos saudáveis, nutritivos, ricos em água sais minerais e vitaminas.

Todos reconhecem que a nossa população é mal nutrida porque desconhece os princípios básicos de uma alimentação racional e higiênica.

Faltam, via de regra, em nossos cardápios diários, as hortaliças e frutos frescos, complementos de uma boa alimentação.

Alimentar bem, não significa apenas ter uma mesa farta; é, sobretudo, selecionar os alimentos, proporcionando ao organismo aquilo que êle precisa para que se processem normalmente todos os fenômenos vitais.

As hortaliças, pela sua riqueza em água, sais minerais e vitaminas, são alimentos higiênicos, saudáveis e nutritivos que não devem faltar jamais em nossas refeições diárias.

A alimentação é um ato indispensável a todos os seres vivos; dela depende a vida.

É preciso proporcionar ao organismo a matéria e a energia que êle necessita para que todos os seus órgãos funcionem com precisão e tôdas as suas funções sejam realizadas normalmente.

A falta de alimentos ou a deficiência de certos princípios alimentares básicos, causa distúrbios mais ou menos graves,

que se refletem sobre a saúde do indivíduo.

Encarar o problema alimentar com toda a atenção e interesse não é só necessário, mas sobretudo indispensável, pois de uma boa alimentação depende a saúde; depende, em última análise, a própria vida.

Os princípios constituintes das hortaliças são:

- a) água;
- b) carboidratos;
- c) proteínas;
- d) matérias graxas;
- e) ácidos vegetais;
- f) sais minerais;
- g) vitaminas.

Embora em largos traços, pois tanto só permitem as ligeiras notas que estamos escrevendo, diremos algo sobre cada um desses constituintes, a fim de que se tenha uma idéia de que são as hortaliças sob o ponto de vista alimentar:

Água

A água é um alimento indispensável pois representa cerca de 60 a 65% da constituição de nosso corpo.

As hortaliças são alimentos muito ricos em água (de um modo geral elas contêm 80 a 95% de água).

São principalmente muito aquosos, a alôhora d'água, o pepino, a alface, o chuchu, o aspargo, o agrião, a abôhora, a beringela, a acelga, a chicôrea, etc.

Carboidratos

Os carboidratos ou hidratos de carbono pertencem ao grupo dos chamados alimentos energéticos.

Êsses compostos, uma vez no organismo, fornecem a energia que êle carece.

Os vegetais são alimentos ricos em carboidratos como celulose, amido, açúcares, mucilagens, peclinas, etc.

Vejamos a ocorrência dos diferentes carboidratos nas hortaliças:

- a) *Celulose* — É encontrada em tôdas as hortaliças pois constitui o esqueleto das plantas. É abundante

É agora outra informação para assustar aos leitores: saberão a quanto montará despesa do Brasil se persistir em comprar trigo à Argentina, e se aquele país tivesse trigo para fornecer à altura de nossas necessidades? Simplesmente a "3 milhões e 600 mil contos" por ano, caso o preço de 60 pesos atual não fosse majorado, o que não se dará pois já fomos informados que subirá a 80 muito breve... sabem em quanto anda o "deficit" da balmuca comercial do país ate setembro? Cerca de dois milhões de contos... E agora, se se interessam pela país, peçam o sono também.

te principalmente, no quiabo, na ervilha, na vagem, etc. A celulose não constitui, verdadeiramente, um alimento; ela estimula, entretanto, os movimentos peristálticos do estômago e do intestino, o que tem grande influência para a digestão dos alimentos.

- b) *Amido* — É muito abundante principalmente em certas raízes e tubérculos, como a batata-doce, a mandioca, etc.
- c) *Açúcares* — Entre os numerosos açúcares encontrados nas hortaliças destacam-se a inosita (feijão, ervilha, etc.), a sacarose (beterraba, cenoura, etc.), a rafinose (heteraba) etc.
- d) *Mucilagens* — São encontrados nas hortaliças verdes, principalmente nas que possuem uma certa viscosidade como a beterraba, o quiabo, etc.
- e) *Pectinas* — São encontradas em hortaliças foliáceas muito aquosas, e em raízes (beterraba, por exemplo).

Proteínas

As proteínas pertencem ao grupo dos chamados alimentos plásticos, isto é, que concorrem com matéria para a formação, desenvolvimento e manutenção do organismo.

De um modo geral as hortaliças são alimentos pobres em proteínas, havendo raras exceções como a vagem (contém até 10%), a ervilha (em geral 8%), e espinafre (pouco mais de 2%, etc.).

Matérias graxas

As matérias graxas são alimentos que fornecem muitos calóricos ao organismo.

As hortaliças são demasiadamente pobres em matéria graxa.

Ácidos vegetais

De um modo geral as hortaliças constituem alimentos pobres em ácidos vegetais.

Os ácidos vegetais atuam sobre o organismo estimulando o apetite, aumentando a secreção dos sucos digestivos, etc.

Entre os ácidos vegetais que ocorrem nas hortaliças podemos citar o ácido

oxálico, encontrado no espinafre, o ácido cítrico, encontrado no tomate, etc.

Sais minerais

Os vegetais, e particularmente as hortaliças foliáceas (alface, espinafre, couve, acelga, chicória, etc.), são boas fontes de sais de cálcio, ferro, potássio, alumínio, enxofre, manganês, magnésio, iodo, cobre, zinco, etc.

Esses elementos ocorrem, principalmente, nas seguintes hortaliças:

- a) cálcio, existente no espinafre, na couve, na chicória, etc.
- b) ferro, encontrado no espinafre, na chicória, na ervilha, etc.
- c) potássio, abundante na cenoura, na beterraba, no espinafre, etc.
- d) alumínio, existente em boa quantidade no tomate, na alface, na celola, etc.
- e) enxofre, encontrado na couve, na vagem, etc.
- f) manganês, encontrado principalmente no nabo, na cenoura, na alface, no tomate, etc.
- g) magnésio, existente na vagem, na couve, etc.
- h) iodo, encontrado no agrião, no alho, na alface, na beterraba, etc.
- i) cobre, existente na couve, no nipo, na cenoura, etc.
- j) zinco, encontrado na alface, na beterraba, na chicória, etc.

Vitaminas

As vitaminas são compostos que, em doses extremamente reduzidas, são essenciais à vida, isto é, absolutamente indispensáveis para que os processos vitais se processem normalmente.

A falta ou deficiência de vitaminas no organismo provoca distúrbios chamados avitaminoses ou doenças de carência.

As vitaminas, da mesma forma que os frutos frescos, são alimentos ricos em vitaminas.

As principais vitaminas e suas respectivas ocorrências nos vegetais são:

- a) *Vitamina A* — É também chamada vitamina do crescimento. Essa vitamina, formada a custa do caroteno (pigmento amarelo encontra-

do nos vegetais), é indispensável porque favorece o crescimento, evita a xerofthalmia, aumenta a resistência contra as infecções, etc. São ricos em vitamina A, a cenoura, o espinafre, o tomate, a vagem, etc.

- b) *Vitamina B* — A chamada vitamina B é um conjunto de vários fatores dos quais já foram isolados o B₁ (anti-neurítico), B₂ (flavina) etc. A vitamina B evita o beriberi, favorece o crescimento, evita certas formas de paralisias, etc. São ricas em vitamina B, a cenoura, o nabo, o rabanete, o espinafre, a alface, etc.
- c) *Vitamina C* — É também chamada vitamina anti-escorbútica e evita o escorbuto, aumenta a resistência do organismo ao ataque de bactérias previne certas modalidades de inflamações nas vias respiratórias, aumenta a resistência dos vasos sanguíneos, etc. São ricos em vitamina C a alface, a chicórea, o tomate, o agrião, o espinafre, o aspargo, etc.
- d) *Vitamina D* — É chamada vitamina anti-raquítica e é indispensável para a calcificação dos ossos. Possuem vitamina D, entre outras,

a acelga, a alcachofra, o espinafre, etc.

- e) *Vitamina E* — É também chamada vitamina da reprodução, e é encontrada no agrião, na alface, na vagem, etc.
- f) *Vitamina PP* — É também chamada vitamina anti-pelagrosa pois previne o aparecimento de uma enfermidade chamada pelagra. Essa vitamina é encontrada no tomate, na couve, etc.

De um modo geral, na composição das hortaliças encontramos:

- a) de 80 a 85% de água. São principalmente muito aquosos, o pepino, a abóbora d'água, a alface, o agrião, o aspargo, o chuchú, etc.
- b) de 1 até 20% de carboidratos. São ricos de carboidratos o alho-porro, o nabo, a beterraba, a cenoura, etc.
- c) até 8% de proteínas, sendo mais rica a vagem, a couve, etc.
- d) apenas até 1% de matérias graxas (couve, vagem, etc.).
- e) de 1 até 3% de cinzas (sais minerais), principalmente o espinafre, o nabo, a couve, o aipo, a vagem, etc.

COMPOSIÇÃO QUÍMICA DE ALGUMAS HORTALIÇAS

	Vitaminas							
	A	B	B ₁	B ₂	C	D	E	PP
Abóbora	xx	x	—	—	x	—	—	—
Acelgo	—	x	—	—	—	xx	—	—
Agrião	—	—	x	xx	xxx	—	xx	—
Alcachofra	—	xx	—	—	—	xx	—	—
Alface (repolho)	x	—	xx	x	xxx	—	—	—
Aspargo	—	xx	—	—	xxx	xx	—	—
Beringelo	x	x	—	—	x	—	—	—
Beterraba	—	x	—	—	xx	x	—	—
Cebolo	x	—	x	x	x	—	—	—
Cenoura	xxx	x	xx	x	x	—	—	—
Chicórea	xx	—	—	—	—	—	—	—
Chuchú	xx	—	—	—	—	—	—	—
Couve comum	xxx	x	—	—	xxx	—	xx	xx
Couve-flor	x	x	—	—	xxx	—	—	x
Ervilha (vagem)	xx	x	—	—	xx	—	xx	—
Espinafre	xxx	—	x	xx	xxx	x	—	x
Feijão (vagem)	xx	x	—	—	xx	—	xx	—
Nabo	x	—	x	x	xxx	—	—	—
Pepino	x	—	—	—	xx	—	—	—
Pimentão	xx	x	—	—	—	—	—	—
Quiobo	x	x	—	—	—	—	—	—
Repolho	x	—	—	—	xxx	—	—	—

Hortalças	Água	Proteína	Matérias gordas	Carbo- hidratos	Fibras	Cinzas
Abóbora	88,20	1,20	1,10	9,10	0,80	0,60
Abóbora d'água	94,44	0,56	0,10	3,30	1,10	0,30
Agrião	94,86	2,00	0,11	1,28	0,64	1,10
Alcachofra	85,50	2,80	1,40	6,80	2,40	1,10
Alface	93,80	1,50	0,30	3,00	0,40	1,00
Asparago	93,96	1,83	0,25	2,55	0,74	0,67
Alho	64,66	6,76	0,06	26,31	0,77	1,44
Alho porro	91,92	1,88	0,55	3,63	1,10	0,92
Beringela	88,47	1,53	0,30	4,30	0,80	0,50
Beterraba	88,47	1,53	0,14	7,94	0,88	1,04
Cebola	87,19	1,57	0,52	7,87	1,35	1,20
Cenoura	88,20	1,10	0,40	8,20	1,10	1,00
Chicórea	93,88	1,35	0,13	3,10	0,70	0,84
Chuchu	93,30	0,64	0,20	5,25	0,40	0,41
Couve comum	91,24	8,82	0,21	2,94	1,67	1,74
Couve flor	71,75	2,24	0,43	4,30	1,08	0,78
Couve rãbana	90,10	2,00	0,10	5,50	1,30	1,30
Ervilha (vagem)	88,60	3,33	0,10	6,10	1,06	0,75
Feijão (vagem)	63,70	5,50	1,20	21,20	6,00	0,20
Maxixe	93,83	0,14	0,10	1,45	—	0,51
Nabo	89,00	1,20	0,20	7,20	1,30	1,10
Pepino	95,36	1,10	0,10	2,21	0,78	0,45
Pimentão	85,61	1,02	0,34	4,01	1,02	1,02
Quiabo	90,20	1,60	0,20	4,00	3,40	0,60
Rabanete	91,80	1,30	0,10	5,10	0,70	1,00
Repolho	91,50	1,60	0,30	4,50	1,10	1,00
Talsa	85,70	3,82	1,39	4,82	1,52	2,75
Tomate	94,50	0,73	0,40	3,33	0,39	0,50

CALORIAS FORNECIDAS AO ORGANISMO POR 100 GRAMAS DE HORTALIÇAS

Hortalças	Numero de calorias	Couve flor	Couve nabo	Ervilha (vagem)	Espinafre	Feijão (vagem)	Nabo	Tomate	Asparago
		34							
			40						
				75					
Acelga	42				30				
Aipo	58					40			
Alface	24						30		
Cenoura	44							20	
Chicórea	80								22

RIQUEZA EM MINERAIS EM ALGUMAS HORTALIÇAS

(expressa em %)

Hortalças	Minerais				
	Potássio	Cálcio	Fósforo	Sódio	Magnésio
Abóbora	0,23	0,01	0,01	0,06	0,01
Aipo	0,31	0,07	0,03	0,08	0,01
Alface	0,33	0,04	0,04	0,02	0,01
Beringela	0,14	0,01	0,03	0,01	0,01
Beterraba	0,35	0,03	0,03	0,09	0,02
Cenoura	0,38	0,05	0,04	0,10	0,02
Chicórea	0,38	0,10	0,03	0,10	0,01
Couve	0,51	0,10	0,09	0,02	0,03
Couve-flor	0,22	0,12	0,06	0,06	0,01
Espinafre	0,77	0,06	0,06	0,12	0,03
Pepino	0,14	0,01	0,03	0,01	0,01
Tomate	0,27	0,01	0,02	0,01	0,01

Universidade Rural

Curso Apulso de Apicultura em colaboração com a Sociedade de Estudos Pan-Americana

Palavras do Reitor Prof. Torres Filho no ato da entrega de diplomas aos que fizeram o curso.

Encontramo-nos numa fase da vida continental em que o ideal pan-americano carece alicerçar-se em bases cada vez mais fortes, tanto culturais como económicas.

Se dentro do hemistério ocidental existem numerosos e frizantes contrastes, também se observam muitas semelhanças e feições comuns, justificando perfeitamente o entrelaçamento das vinete e uma repúblicas do continente, num esforço comum pela elevação da bem estar de suas populações.

Foi graças à descoberta da América que rápidas e profundas transformações se operaram na história da humanidade e o 12 de outubro de 1492 é considerado o segundo dia da criação do mundo.

Nos momentos mais graves de lutas e aspirações voltam-se ansiosos os povos de outros continentes para o Novo Mundo, cabendo-lhe então a alta responsabilidade de desenvolver os vinculos da solidariedade em todos os sentidos.

Neste momento crucial de reajustamentos de após-guerra as Três Américas carecem estar solidárias demonstrando o magnífico espirito de resistência na defesa da obra construtora dos líderes de continente.

E' dentro dêsse ideal que vamos assistindo o elevado movimento associativo em todos os ramos do pensamento e das atividades entre as nações do continente, a que o Brasil está sempre pronto a dar o máximo de contribuição, de esforço, tanto em iniciativas governamentais como particulares.

A solenidade de hoje, promovida pela Sociedade de Estudos Pan-Americanos, de que é presidente o ilustre e operoso Major Rubens Ribeiro dos Santos, constitui demonstração do elevado espirito pragmático e idealista do movimento que se opera a formação de uma nova mentalidade em que em vez de reivindicar

ções de classes, todos procuram cooperar para o bem commum.

A Universidade Rural não poderia em seu vasto programa de educação, deixar de emprestar seu auxilio a tudo quanto venha robustecer a ação dessa Sociedade.

Melhor tema não poderia ter sido escolhido que o da vida das abelhas, toda ela uma demonstração viva de trabalho solidário.

Os ramos da agricultura é o mais nobre, e mais belo e um dos mais lucrativos.

Sobre montes e vales, campos e várzeas a densa Flora, espargiu no Brasil a sua prodigalidade permitindo-lhe transformar-se um país melifero por excelência. Ele já se coloca entre os maiores produtores de cera e mel e está em condições, applicados métodos racionais, de desenvolver em largas proporções essa produção para o consumo interno e exportação, beneficiando outros países.

A apicultura, introduzida no Brasil pelos primeiros colonizadores só começou a incrementar-se no começo dêsse século com *Apriligusteen* (abelha amarela italiana), principalmente nos Estados do Sul. Nos últimos tempos a ação dos poderes públicos e as iniciativas particulares têm concorrido para o desenvolvimento da apicultura, criando apiários modelos, cursos práticos nas escolas, postos apícolas, clubes apícolas junto às escolas primárias (iniciativa essa do maior valor para a iniciação profissional), podendo se esperar uma produção maior e melhor preparada com vantagens reais para a saúde do povo.

Há a considerar ainda o aspecto social, pois, como fonte de renda, está ao alcance de todos, pois a matéria prima, o nectar, é fornecido graciosamente pela natureza e os operários, as abelhas, não tem exigências trabalhistas.

Um pequeno trato de terra, diminutas despesas de instalação, eis quanto exige a abelha para, numa área de 40 e mais quilômetros quadrados, ir buscar, fecundando as flores e aumentando as searas, o alimento com que elaborará a

cera e o mel, de tanta utilidade para o homem.

Que nos falta, afinal, para incentivar a apicultura? O que nos falta é promover sempre a formação de maior número de apicultores e de famílias de operosas abelhas e formar o ambiente para tal desiderato. Para que as experiências não sejam infrutíferas, ainda menos para os que se acantelam das ferroadas, tornam-se preciosos os ensinamentos técnicos. É o que acabamos de fazer hoje com o curso ministrado, com tanta dedicação e entusiasmo, pelo professor Pedro Luiz Van Tol Filho, por intermédio

dos Cursos de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da Universidade Rural, orientados com zelo e competência pelo professor Cícero Guimarães.

Entre os 63 alunos que hoje recebem certificado de habilitação mencionarei, com destaque, elevado número de professores, que apesar da árdua missão de ensino, ainda trazem seu concurso patriótico ao melhoramento da vida rural do país.

Congratulo-me, pois, com a Sociedade de Estudos Pan Americana por esta iniciativa digna de todo acatamento e entusiasmo.

Consultas e Informações

Clubes Agrícolas Escolares

Até julho do corrente ano, de acordo com os dados fornecidos pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, já se encontram devidamente registrados e em pleno funcionamento, 1.330 Clubes Agrícolas.

Os Clubes Agrícolas Escolares são relativamente recentes entre nós, mas os seus benefícios já se fazem sentir de uma maneira muito acentuada.

Os 1.330 Clubes Agrícolas disseminados pelo país, congregando cêren de 70.000 crianças, já realizaram muito, e muito realizarão ainda se contarem sempre com o apôto, a orientação e o incentivo de todos os que se interessam pelos nossos problemas agrícolas, especialmente os problemas de educação rural.

Clima e solo para o maracujá

Respondendo a um nosso consórcio do Distrito Federal que nos consulta sobre se pode plantar, com sucesso, maracujá em Jacarepaguá, informamos que ela é uma fruteira que se desenvolve bem em todas as zonas quentes, em quase todos os tipos de solos, preferindo, principalmente, os silício-argilosos.

Como plantar a batata-dóce

Eclarecendo o sr. A.F., do Distrito Federal que pede conselhos sobre como plantar a batata-dóce, temos a informar:

a — a batata-dóce reproduz-se, normalmente, pela rama.

GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Engenheiro Agrônomo

Consultor técnico de "A Lavoura"

b — as ramas devem ser escolhidas das plantas de melhor qualidade.

c — cada estaca (rama), deve medir de 0,30 a 0,50 m de comprimento e apresentar bons nós para facilidade de enraizamento.

d — o melhor terreno é o silício argiloso.

e — a plantio em elevação reparadas por regos, é a mais conveniente, devendo-se enterrar as ramas até uns 0,15 m de profundidade.

f — a distância entre os regos varia de 0,50 m a 0,80 m e entre as estacas, de 0,30 a 0,40 m.

A soja e a alimentação dos animais

Respondendo ao nosso consórcio M.O. de Minas Gerais informamos que, realmente, a soja vem sendo usada na alimentação de porcos e coelhos, sempre com bons resultados desde que as rações sejam bem balanceadas.

Enxertia da fruta de conde

Eclarecendo a um nosso consórcio, que nos consulta sobre quais os melhores porta-enxertos para a fruta de conde, temos a informar que são empregados, com sucesso, o beribá, a condessa, o praticum, etc., principalmente o último que é muito resistente e vigoroso.

As Cooperativas e o Conceito de Lucro

por Fábio Luz Filho.

Como sociedades de pessoas, possuem as cooperativas normas e caracteres específicos.

O grande Gide disse: "Bem sabeis quais são as relações de troca que existem entre membros de uma mesma sociedade cooperativa. Chama-se a isso, usualmente, vendas e compras. Diz-se que uma sociedade de consumo vende a seus membros e que êsses lhe comprem; mas, na realidade, são, os mesmos indivíduos, a um tempo, negociantes e compradores. Ninguém pode vender a si mesmo. Não há, pois, nisso, um verdadeiro comércio; as operações que se passam no interior de uma sociedade cooperativa não são mais do que uma distribuição de gêneros".

Diz Poisson que as cooperativas têm um caráter distinto, porque como instituições econômicas elas são, antes de tudo, sociedades de pessoas de base democrática. Mas são igualmente associações de pessoas pelo fato de colimarem um fim desinteressado, um fim moral, sem procura de lucro. Em uma palavra, não têm elas fins lucrativos.

Essas palavras de dois grandes mestres bastam a convencer.

Cito agora a um grande economista.

Ghino Valenti diz muito bem que no cooperativismo não há venda e, sim, distribuição da riqueza produzida, para estabelecimento do equilíbrio distributivo.

As cooperativas compram para distribuir aos seus associados. Não há nisso traço de comércio. Não há "animus lucri". O "lucrum" é que constitui "a essência da comercialidade".

Passemos agora aos juristas.

Disse Leiserson, Thaller e Ramadier:

"La relación jurídico cooperativista excluye el "animus speculandi", "el lucrum", y de conseguinte no es comercial... sostenemos que lá cooperativa es una sociedad "sui generis".

A lei 22.239 dá à cooperativa forma sui generis, um grande passo. A Coope-

rativa é apenas isso: cooperativa, "um tipo jurídico sui generis", repete Leiserson. Estou, humildemente, com Leiserson.

Ramadier diz que a jurisprudência francesa reconhece um caráter comercial ou civil à operação cooperativa segundo seja ela tratada com um associado ou com um terceiro.

Diz NAST, o prestigioso jurista, francês recentemente falecido, referindo-se à legislação francesa, ao lado de Coppola D'Anna:

"As sociedades são civis ou comerciais, segundo o seu objeto. A agricultura não é comércio. (Cl. Código do Comércio, art. 638, p. primeira).

"Também não se enquadram no domínio comercial (exceto a exploração das minas) as indústrias extrativas. A pesca é uma delas".

A pesca, a mineração, o corte de florestas, a salicultura, acentuei em "Rumo à Terra", pertencem, assim, ao grupo das indústrias de aquisição ou apreensão, que têm por fim submeter ao homem as forças e as matérias, como os produtos naturais, espontâneos. São também as chamadas indústrias originárias ou primárias.

As indústrias rurais são coisa muito diferente; têm por fim a formação de seres ou produtos orgânicos (a agricultura, a criação de animais). Economistas como Toniolo e Ghino Valenti classificam a indústria florestal como primária, colocando-a no grupo das indústrias extrativas. As indústrias extrativas são as mesmas indústrias de apreensão. Por elas "extraem-se, por processos vários, do seio da natureza, substâncias úteis ao homem, sem submetê-las a modificações que lhes alteram a estrutura interna".

Para melhor caracterização, das indústrias extrativas, reproduzo em Rumo à Terra (5.ª) a classificação técnica que faz Ghino Valenti das formas de produção (territorial e de transformação).

As operações imobiliárias não pertencem ao domínio comercial, diz ainda Nast. "Admitem de homogeneidade os tribunais que as cooperativas são de natureza civil, a não ser que haja um texto em contrário, quando só prestam serviços a seus próprios associados ou só fazem deles participarem terceiros a título inteiramente accidental.

"São consideradas como comerciais, qualquer que seja o seu objetivo (isto é, mesmo que façam operações puramente civis), todas as sociedades constituídas nas formas da comandita e da anônimo (o que a nossa legislação, digo eu, felizmente aboliu, no interesse da verdadeira caracterização da Cooperativa). "O banco popular que só permite que seus associados se utilizem de seus serviços, não é um banco público. Seu subjeto não é comercial". Com mais forte razão, digo eu, a caixa rural.

Em livros sucessivos tenha aventado tão importante tema. No campo do direito cooperativo essa questão não mais se discute; não são mercantis as operações realizadas por sociedades intuitus personae e não intuitus pecuniae e nas quais a "prestação de serviços", a "homogeneidade de necessidades" e plena satisfação delas, são pontos essenciais de doutrina.

Não é de hoje, realmente, que se vem processando essa controvérsia em torno da exata conceituação de "atos de comércio".

E Thaller, o grande mestre francês — "Droit Commercial" — já se refere ao direito comercial pessoal e ao real ou objetivo. "Notre code a consacré le deuxième système" (governando todos os atos do âmbito comercial). Le droit commercial s'applique à toute personne, commerçant ou non, d'après la seule nature de l'acte. (Ex: un achat pour revendre).

E eis uma observação que se deve fixar, de Thaller, quando, observada a natureza jurídica de seus atos e verificado se os mesmos são operações de comércio: "Mais il faut en outre qu'il les fasse professionnellement". E essa qualificação pessoal do comerciante não se aplica às pessoas que praticam, acidentalmente, atos de comércio.

O Código de Comércio francês não quis definir com precisão o ato de comércio... E o nosso idênticamente.

Entre os atos de comércio por sua natureza está "a compra de utilidades para revenda", compra realizada de maneira permanente por empresa especial. O caso das minas é típico; é um ato civil a exploração de minas; apenas a sua forma exterior é tomada à legislação comercial. Na vago da legislação francesa, Beslay e Boistel, citadas por Thaller, fazem consistir o ato de comércio em ato de especulação ou de mediação, Rocco também.

"La spéculation, au sens large, c'est l'esprit d'enrichissement ou de lucre". "S'interposer dans un produit ou dans un facteur de richesse serait le fait constitutif du commerce".

"Chaque fois qu'un acte juridique répond à ce criterium, on serait en présence d'une opération commerciale".

A venda deixa de ser um ato de comércio quando não tem necessidade do ato de compra como primeira etapa. É uma operação civil. É o caso da agricultura.

Referindo-se às cooperativas de consumo, Thaller diz: "... telle opération, qui serait commerciale en soi (a compra) cesse de l'être parce qu'elle concourt à un acte civil qui l'absorbe". O associado não vai vender a si mesmo, como frisa Gide. O papel "d'agent intermédiaire" com espírito de lucro desaparece não só nas cooperativas de consumo, como nos demais. No campo do direito cooperativo os tratadistas nisso são acordes, unanimemente, um voçe.

Vivante em "Instituições de Direito Commercial" diz que "não é possível dar uma definição única dos atos heterogêneos que se renem sob o nome de "atos de comércio", por influência históricas ou razões de interesse jurídico comum ou pelo propósito de serem intermediários entre produtores e consumidores, o que falta a muitos deles; nem o propósito de especulação, que se encontra somente em algumas classes de negócios. Por isso achamos mais lógico abandonar a tentativa de uma definição para unificar o que é heterogêneo... "A compra é comercial quando o comprador tem, no momento mesmo da compra, a intenção, facilmente encontrável pelo vendedor, de revender ou de alugar o que comprou.

"A venda é comercial quando o vendedor compra, antes, com o fim de revender.

"...é comercial porque o ato de permuta atual (a venda) está vinculado a outro ato de permuta (a compra).

A intenção de revender é o fim principal da compra.

Na órbita do direito cooperativo, o caráter civil das cooperativas em geral tem o apoio de grandes nomes, de luminosos e consagrados nomes, como já vimos.

Colocando o cooperativismo na base de sua estruturação o princípio democrático, o "respeito profundo pela pessoa humana", e a norma do retorno, isto é, a distribuição das sobras na proporção do volume das operações efetuadas com a cooperativa pelos associados, rea-

liza é de uma fórmula feliz de harmonia entre os homens, estabelece uma nova distribuição da riqueza, eliminando a renda sem trabalho e conseqüentemente, o lucro no sentido de ganho ilícito; erige um princípio econômico novo, princípio plasmodor daquela economia nova acima referida, lei fisiológica dominadora, colocando os seus interesses em comum, dirigidos pela ação solidária, uma admirável força de defesa e propulsão, produtores e consumidores levantam os alicerces de uma nova ordem econômica de coisas, os fundamentos de uma economia organizada, planejada.

Exportação de Reprodutores

O ministro da Agricultura, Sr. Daniel de Carvalho, baixou a portaria n. 798, publicada em 1-12-46, no "Diário Oficial", resolvendo aprovar as instruções para a exportação de reprodutores do Brasil destinada a outros países.

De acordo com essa portaria, são as seguintes as instruções aprovadas:

1. — A exportação internacional de reprodutores, machos, fêmeas, só será permitida mediante autorização do ministro da Agricultura.

2. — Nenhum processo de exportação poderá ter andamento nas Alfândegas, mesus de renda ou postos fiscais do país, sem autorização a que se refere o item anterior.

3. — A autorização será dada desde que: a) a exportação não seja inconveniente nos interesses da criação nacional; b) os reprodutores a exportar sejam considerados bons sob o ponto de vista zootécnico, tendo-se em conta a apreciação o seu destino e a sua utilização no exterior.

4. — A autorização a que se refere o item anterior não inclui o cumprimento das disposições de lei relativas à exportação internacional, inclusive as de ordem sanitária.

5. — Para fiel cumprimento do disposto da letra a do item 3, as autoriza-

ções serão dadas de forma que a exportação não ultrapasse uma quota máxima, por espécie, raça e sexo, a ser fixada atualmente pelo Departamento Nacional da Produção Animal.

6. — Não será permitida a exportação de animais reconhecidos de alto valor como raçadores.

7. — Terão preferência para obtenção de autorização, dentro das quotas fixadas, as associações e entidades comerciais especializadas, compostas de criadores.

8. — Em face do que dispõe a letra b) do item 3, os reprodutores serão examinados por um ou mais funcionários do Departamento Nacional da Produção Animal com poderes para excluir do lote os animais considerados impróprios para exportação de acordo com as presentes instruções.

9. — Os animais examinados serão identificados individualmente por meio de número a fogo ou outro processo de marcação indelével, número esse que deverá constar obrigatoriamente do laudo de inspeção que será expedido em duas vias, podendo uma ser fornecida ao exportador.

10. — O embarque dos reprodutores será fiscalizado por um funcionário do Departamento Nacional da Produção Animal, que verificará a identidade dos animais levando o exportador obrigado a dar conhecimento prévio, do dia, hora

e local do embarque, ao funcionário incumbido da fiscalização.

11. — Para exato cumprimento do disposto no final do item 4, e nos números 8 e 9, serão os animais destinados à exportação reunidos em lazareto da Divisão de Defesa Sanitária Animal ou outro local considerado apropriado pelas autoridades sanitárias, correndo as despesas de transporte e manutenção dos mesmos à conta dos interessados.

12. — A exportação de éguas continuará regulada pelo decreto-lei n. 1.117, de 21-6-339, alterado pelo Decreto-lei número 9.620, de 21-8-16.

13. — A exportação só será permitida pelos portos de escala de navegação de longo curso, convenientemente aparelhados para fiscalização das presentes instruções, (atualmente: Santos, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Salvador).

FRUTICULTORES PRATICOS

O Dr. Antônio de Arruda Camara, Diretor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, enviou ao Diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, especialização e extensão, da Universidade Rural, o seguinte relatório:

Tenho a prazer de transcrever, para vosso conhecimento e devidos fins, o relatório apresentado pelos professores do Curso de Extensão de Fruticultura, grupo A, realizado na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

"O Curso de Extensão de Fruticultura, grupo A, "realizado pela Diretoria dos Cursos de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão do Ministério da Agricultura, em colaboração com a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", obteve pleno êxito, conforme se verifica pelo resultado final dos exames realizados

Iniciado no dia 16 de março do corrente ano, com 78 alunos matriculados, terminou no dia 27 de julho, tendo sido aprovados nos exames realizados 40 alunos.

A duração total do curso foi de 20 domingos como havia sido previsto, não se registrando, durante todo o curso, nenhuma falta dos professores.

Durante o referido curso foram ministradas 80 horas de aulas assim distribuídas:

40 horas de aulas de fruticultura

40 horas de aulas de defesa sanitária vegetal.

Durante o curso foram realizados pelos alunos todos os trabalhos de instrução, aproveitamento e administração de pomares.

O exame prático oral, realizado no dia 27 de julho, consistiu de questões práticas, formuladas sobre as duas matérias

componentes do curso, sendo cada aluno arguido pelos dois examinadores, durante cerca de dez minutos.

Cada examinador atribuiu nota de zero a cem, e a nota do exame prático oral foi a média aritmética entre as notas dos dois examinadores.

Foi o seguinte o resultado desse exame:

Amaury Mendes Pires	95
Alyuro Miguel Nunes	80
Alfredo Batista de Toledo Neto ..	80
Arthur Paysan Vuldetro	100
Agostinho Dias da Trindade	70
Amado Silva	95
Antonio Gonçalves Meira	100
Antonio de Paiva Cacalynti	90
Alamir Punuro Barata	100
Aleino Netto Brandão	90
Am da Costa Leite	90
Aminedeo Fernandes Soares Filho	90
Beatriz Raphaela Imbroisi	100
Benjamin Vianna	70
Dario de Meuzes Vasconcelos Drumond .	100
Delio Meirelles	80
Franciscu da Costa Leite	95
Guspar Imbroisi	100
Gomaliel Silva	100
Hamilton Tertuliana de Souza ...	70
Helio Tavares	80
Isabel Pons	100
José Lones Guimarães Junior	90
João Pereira da Costa	100
José de Freitas Valentim	100
Mauvev Rosalem	100
Mauri Teixeira de Melo	100
Nelson Marques	90
Olivin Conceição Vieira	100
Pedro Aleantara d'Albuquerque .	100
Paulo Simfano	100
Pedro milio Vettiner	100
Ruy Anacleto	85

Roberto Nogueira Fontoura	95
Ricardo Guilherme Rittmeyer	100
Ramiro Gabriel	100
Rubens Simões Lopes	95
Thelma Euridice Imbroisi	100
Waldir Lemos Coutinho	100
Zelia de Paiva Cavalcanti	90

De acôrdo com o regimento do curso, foi atribuído no exame, uma nota de tarefa.

Essa nota, foi a média aritmética entre as notas dadas pelos professores, relativas aos trabalhos realizados pelos alunos no decorrer do curso.

Foi o seguinte o resultado das notas de tarefas:

Amaury Meudes Pires	90
Alvaro Miguel Nunes	100
Alfredo Batista de Toledo Neto ..	100
Arthur Paysan Valdetaro	100
Agostinho Dias da Trindade	75
Amundo Silva	100
Antonio Gonçalves Meira	100
Antonio de Paiva Cavalcanti	100
Almir Pinaro Barata	100
Aleino Netto Brandão	90
Ana da Costa Leite	90
Aminadab Fernandes Soares Filho	70
Beatriz Raphaela Imbroisi	100
Benjamin Vianna	80
Dario de Menezes Vasconcelos Drumond	100
Delio Meirelles	100
Francisau da Costa Leite	85
Gaspar Imbroisi	100
Gamaliel Silva	95
Hamilton Tertuliano de Souza	80
Helio Tavares	60
Isabel Pons	100
José Lopes Guimarães Junior	100
João Pereira da Costa	100
José de Freitas Valentim	100
Moacyr Rosalem	100
Mauri Teixeira de Melo	100
Nelson Marques	95
Olivia Conceição Vieira	80
Pedro Aleantara d'Albuquerque ..	100
Paulo Scarfano	95
Pedro Emilio Vetiner	100
Ruy Anacleto	90
Roberto Nogueira Fontoura	100
Ricardo Guilherme Rittmeyer	100
Ramiro Gabriel	100
Rubens Simões Lopes	98
Thelma Euridice Imbroisi	100
Waldir Lemos Coutinho	100
Zelia de Paiva Cavalcanti	100

A nota final de aprovação, de acôrdo com o regimento do curso foi a média aritmética entre as notas de tarefa e do exame prático-oral.

O resultado final dos exames, foi, portanto, o seguinte:

Amaury Meudes Pires	93
Alvaro Miguel Nunes	90
Alfredo Batista de Toledo Neto ..	90
Arthur Paysan Valdetaro	100
Agostinho Dias da Trindade	73
Amundo Silva	93
Antonio Gonçalves Meira	100
Antonio de Paiva Cavalcanti	95
Almir Pinaro Barata	100
Aleino Netto Brandão	90
Ana da Costa Leite	90
Aminadab Fernandes Soares Filho	80
Beatriz Raphaela Imbroisi	100
Benjamin Vianna	75
Dario de Menezes Vasconcelos Drumond	100
Delio Meirelles	90
Francisca da Costa Leite	90
Gaspar Imbroisi	100
Gamaliel Silva	98
Hamilton Tertuliano de Souza	75
Helio Tavares	70
Isabel Pons	100
José Lopes Guimarães Junior	95
João Pereira da Costa	100
José de Freitas Valentim	100
Moacyr Rosalem	100
Mauri Teixeira de Melo	100
Nelson Marques	93
Olivia Conceição Vieira	90
Pedro Aleantara d'Albuquerque ..	100
Paulo Scarfano	98
Pedro Emilio Vetiner	100
Ruy Anacleto	88
Roberto Nogueira Fontoura	98
Ricardo Guilherme Rittmeyer	100
Ramiro Gabriel	100
Rubens Simões Lopes	98
Thelma Euridice Imbroisi	100
Waldir Lemos Coutinho	100
Zelia de Paiva Cavalcanti	95

O resultado acima demonstra não só a eficiência do curso, como também, o interesse dos candidatos.

Congratulando-me pelo êxito do curso e a maneira pela qual foi realizado, cabe-me, ao renovar os agradecimentos da direção e do corpo docente da Escola de Horticultura "Weenceslão Bello", declarar que procuraremos sempre, com o maior empenho, corresponder à confiança dispensada.

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO

... UM GUIA DIÁRIO!

O "BOLETIM" da Associação Comercial do Rio de Janeiro é uma publicação semanal destinada à defesa dos interesses dos associados do importante órgão de classe a que pertence.

Informativo, contém o Boletim a resenha das sessões semanais da Associação Comercial, seções especializadas de informações, econômicas e financeiras, fiscais, jurídicas, oportunidades comerciais, notícias sindicais, além de artigos e editoriais sobre assuntos da maior relevância.

Distribuído gratuitamente entre os sócios da Associação Comercial, com uma tiragem semanal de 10.000 exemplares, circulando largamente nos mais amplos meios de consumidores e comerciantes, o "BOLETIM" apresenta-se como eficiente veículo de propaganda entre um público já por sua natureza selecionado.

Nenhum comerciante, industrial, baqueiro, financista, estudioso de problemas econômicos, etc., pode prescindir do "BOLETIM" da Associação Comercial do Rio de Janeiro, suplemento semanal da "REVISTA DO COMERCIO".

Assim, ingressar no quadro social da Associação Comercial do Rio de Janeiro e anunciar nas páginas de seu "BOLETIM", representa auxílio valioso a benemérita Sociedade de classe e benefício próprio, com divulgação eficiente em publicação por todos os títulos indicada para oferecer o máximo de aproveitamento e de resultados compensadores.

Curso Prático de Agricultura

GERALDO GOULART DA SILVEIRA,
Engenheiro Agrônomo.

1.º Relatório das atividades dos Cursos Práticos de Agricultura ministrados na Escola de Horticultura "Wenceslão Belto" em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, referente ao mês de setembro de 1947.

De acôrdo com o estabelecido entre a Sociedade Nacional de Agricultura e a fundação Getúlio Vargas, estão sendo ministrados, com regularidade, os seguintes Cursos Práticos:

Curso Prático de Floricultura;
Curso Prático de Jardinagem;
Curso Prático de Solos e adubação;
Curso Prático de Botânica Agrícola;
Curso Prático de Viveirista;
Curso Prático de Hortas Domésticas;
Curso Prático de Economia e Administração.

Curso Prático de Floricultura

Iniciado domingo, dia 14, nele estão matriculados 57 candidatos, dos quais 40 do sexo masculino e 17 do sexo feminino. É a seguinte a distribuição dos alunos de acôrdo com as idades:

10 a 20 anos	18 alunos
20 a 30 anos	21 alunos
30 a 40 anos	9 alunos
40 a 50 anos	6 alunos
50 a 60 anos	1 aluno
Não declarada	2 alunos

É a seguinte a distribuição dos alunos, de acôrdo com as profissões:

estudantes	18 alunos
funcionários públicos	11 alunos
professores	6 alunos
comerciantes	1 aluno
lavradores	2 alunos
militares	2 alunos
mecânicos	2 alunos
industriários	2 alunos
contadores	1 aluno
domésticas	1 aluno
marceneiros	1 aluno
proféticos	1 aluno

administradores	1 aluno
criadores	1 aluno
escriturários	1 aluno
bancários	1 aluno
não declarados	2 alunos

Durante o mês de setembro foram ministradas 6 horas de aulas (dias 14, 21 e 28), pelo professor auxiliado pelo assistente, importando numa despesa de Cr\$ 300,00 para o professor e Cr\$ 150,00 para o assistente.

O movimento geral do curso durante o mês de setembro foi:

total de comparecimento	146
total de faltas	27

Curso Prático de Botânica Agrícola

Iniciando terça-feira dia 9, nele estão matriculados 50 candidatos, dos quais 43 do sexo masculino e 7 do sexo feminino. É a seguinte a distribuição dos alunos de acôrdo com as idades:

10 a 20 anos	31 alunos
20 a 30 anos	10 alunos
30 a 40 anos	4 alunos
40 a 50 anos	2 alunos
50 a 60 anos	2 alunos
60 a 70 anos	1 aluno

É a seguinte a distribuição dos alunos de acordo com as profissões:

estudantes	35 alunos
funcionários públicos	3 alunos
militares	2 alunos
contadores	2 alunos
professores	2 alunos
farmacêuticos	1 aluno
administradores	1 aluno
compositores	1 aluno
securitários	1 aluno
guarda-livros	1 aluno
desenhistas	1 aluno

Durante o mês de setembro foram ministradas 12 horas de aulas (dias 9, 16, 23 e 30) pelo professor, importando nu-

ma despesa de Cr\$ 600,00, para o pagamento do referido professor.

O movimento geral do curso durante o mês de setembro foi:

total de comparecimento	181
total de faltas	19

Curso de Viveirista

Iniciado domingo, dia 11, nele estão matriculados 29 candidatos, dos quais 26 do sexo masculino e 3 do sexo feminino. E' a seguinte a distribuição dos alunos de acôrdo com as idades:

10 a 20 anos	17 alunos
20 a 30 anos	5 alunos
30 a 40 anos	3 alunos
40 a 50 anos	2 alunos
50 a 60 anos	2 alunos

E' a seguinte a distribuição dos alunos de acôrdo com as profissões:

estudantes	13 alunos
industrialários	3 alunos
funcionários públicos	3 alunos
domésticas	1 aluno
trabalhadores	1 aluno
floricultores	1 aluno
desenhistas	1 aluno
escriturários	1 aluno
administrador	1 aluno
dentista	1 aluno
mecânico	1 aluno
viveirista	1 aluno
não declarada	1 aluno

Durante o mês de setembro foram ministradas 6 horas de aulas (dias 14, 21 e 28), pelo professor auxiliado pelo assistente, importando numa despesa de Cr\$ 300,00 para o pagamento do professor e Cr\$ 150,00 para o pagamento do assistente.

O movimento geral do curso durante o mês de setembro foi:

total de comparecimento	73
total de faltas	12

Curso Prático de Hortas Domésticas

Iniciada quinta-feira, dia 11, nele estão matriculados 81 candidatos, dos quais 41 do sexo masculino e 37 do sexo feminino.

E' a seguinte a distribuição dos alunos de acôrdo com as idades:

10 a 20 anos	56 alunos
20 a 30 anos	9 alunos
30 a 40 anos	1 aluno
40 a 50 anos	2 alunos
50 a 60 anos	2 alunos
não declarada	11 alunos

E' a seguinte a distribuição dos alunos de acôrdo com as profissões:

estudantes	68 alunos
comerciantes	2 alunos
desenhistas	1 aluno
escriturários	1 aluno
prático rural	1 aluno
professores	1 aluno
secretários	1 aluno
funcionários públicos	1 aluno
contadores	1 aluno
serventes	1 aluno
farmacêuticos	1 aluno
não declarada	2 alunos

Durante o mês de setembro foram ministradas 9 horas de aulas (dias 11, 18 e 25) pelo professor auxiliado pelo assistente, importando numa despesa de Cr\$ 150,00 para o pagamento do professor e de Cr\$ 225,00 para o do assistente.

O movimento geral do curso durante o mês de setembro foi a seguinte:

total de comparecimento	182 alunos
total de faltas	58 alunos

Curso Prático de Economia e Administração Rural

Iniciada domingo, dia 14, nele estão matriculados 129 candidatos, dos quais 118 do sexo masculino e 11 do sexo feminino.

E' a seguinte a distribuição dos alunos de acôrdo com as idades:

10 a 20 anos	36 alunos
20 a 30 anos	50 alunos
30 a 40 anos	22 alunos
40 a 50 anos	8 alunos
50 a 60 anos	3 alunos
60 a 70 anos	1 aluno
não declarada	9 alunos

E' a seguinte a distribuição dos alunos de acôrdo com as profissões:

estudantes	33 alunos
funcionários públicos	28 alunos
industrialários	7 alunos
contadores	6 alunos

militares	7 alunos
não declaradas	3 alunos
comerciários	5 alunos
bancários	1 aluno
professores	3 alunos
auxiliares de escritório	3 alunos
encarregados	2 alunos
escriurários	2 alunos
desenhistas	2 alunos
ferroviários	2 alunos
administradores	2 alunos
lavradores	2 alunos
auxiliar de contador . .	1 aluno
empreiteiros	1 aluno
criadores	1 aluno
morceleiros	1 aluno
criadores	1 aluno
cozinhadores	1 aluno
enfermeiras	1 aluno
corretores	1 aluno
dentistas	1 aluno
apropriadores	1 aluno
dactilógrafo	1 aluno
meccânico	1 aluno
guarda-livros	1 aluno
secretários	1 aluno
alfaiates	1 aluno
eletricistas	1 aluno
auxiliares de química . .	1 aluno
estoquistas	1 aluno
arquitetos	1 aluno

Durante o mês de setembro foram ministradas 9 horas de aulas (dias 14, 21 e 28) pelo professor, importando numa despesa de Cr\$ 150,00 para o pagamento do referido professor.

O movimento geral do curso durante o mês de setembro foi:

total de comparecimento	309 alunos
total de faltas	78 alunos

Curso Prático de Solos e Adubaçào

Iniciado terça-feira, dia 9, nele estão matriculados 26 candidatos, dos quais 26 são do sexo masculino e 0 do sexo feminino.

E' a seguinte a distribuição dos alunos de acôrdo com as idades:

10 a 20 anos	10 alunos
20 a 30 anos	7 alunos
30 a 40 anos	4 alunos
40 a 50 anos	2 alunos
50 a 60 anos	3 alunos

E' a seguinte a distribuição dos alunos de acôrdo com as profissões:

estudantes	13 alunos
funcionários públicos . .	5 alunos

lavradores	3 alunos
militares	2 alunos
trabalhadores	1 aluno
industriários	1 aluno
não declarada	1 aluno

Durante o mês de setembro foram ministradas 8 horas de aulas (dias 9, 16, 23 e 30) pelo professor, auxiliado pelo assistente, importando numa despesa de Cr\$ 100,00, para o pagamento do professor e de Cr\$ 200,00 para o do assistente.

O movimento geral do curso durante o mês de setembro foi:

total de comparecimento	81
total de faltas	23

Curso Prático de Jardinagem

Iniciado sexta-feira, dia 12, nele estão matriculados 21 candidatos, dos quais 22 do sexo masculino e 2 do sexo feminino.

E' a seguinte a distribuição dos alunos de acôrdo com as idades:

10 a 20 anos	9 alunos
20 a 30 anos	9 alunos
30 a 40 anos	3 alunos
40 a 50 anos	1 aluno
50 a 60 anos	2 alunos

E' a seguinte a distribuição dos alunos de acôrdo com as profissões:

estudantes	13 alunos
militares	2 alunos
desenhistas	1 aluno
jardineiros	1 aluno
securitários	1 aluno
contadores	1 aluno
arquitetos	1 aluno
não declaradas	1 aluno

Durante o mês de setembro foram ministradas 9 horas de aulas (dias 12, 19 e 26) pelo professor de jardinagem e 1 hora de aulas (dias 2, 15, 22 e 29) pelo professor de desenho, importando numa despesa de Cr\$ 450,00 para o pagamento do primeiro professor e de Cr\$ 600,00 para o pagamento do segundo professor.

O movimento geral do curso durante o mês de setembro foi:

total de comparecimento	112
total de faltas	56

Conforme se verifica, são muito numerosos os resultados dos primeiros cursos ministrados na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas.

Agricultura com FARMALL



Entre os tratores agrícolas modernos, os FARMALL salientam-se pela sua versatilidade. Trabalhando em conjunto com máquinas especialmente construídas para culturas em fileiras, aumentam a produção e diminuem a seu custo.

A International Harvester oferece uma série completa de tratores FARMALL com suas máquinas, para fazendas de todos os tamanhos. Solicite folhetos descritivos aos nossos distribuidores e concessionários.

INTERNATIONAL HARVESTER

INTERNATIONAL HARVESTER, MAQUINAS S. A.

RIO DE JANEIRO
Av. Oswaldo Cruz, 87

SÃO PAULO
Rua do Oriente, 57

PORTO ALEGRE
Rua Gaspar Martins, 203

Sociedade Nacional de Agricultura

Movimento da Secretaria — Dezembro de 1947

Correspondência recebida:

Telegramas	5
Ofícios	13
Cartas	4
Diversos	9
Total	31

Correspondência expedida:

Telegramas	13
Ofícios	26
Circulares	1
Cartas	8
Total	48

Serviço de Fornecimento — Distribuição gratuita de sementes de Amendoim "Tatù" e Trigo "Sarraceno":

Foram atendidas as seguintes pessoas:
 — Gal. G. Cordeiro de Farias; D.F. — Dr. Hamílbal Porto; D.F. — Dr. João Fernandes da Costa; D.F. — Dr. Leopoldo Penna Teixeira; D.F. — Sarg. Elpidio Merighi Ladeira; D.F. — Dr. Saharov Glebe; D.F. — Dr. Luiz Alberto Whately; D.F. — Dr. Aristoteles Pereira; D.F. — Cláudio Lindolpho Freitas; D.F. — Itamar Batista de Oliveira; D.F. — Mario M. Campello; D.F. — José Fabrino de Oliveira — Itamar Francisco de Moura Brasil; D.F. — Mne. Xavier de Araújo; D.F. — Rubem Gusmão; D.F. — Henrique Mendes Tavares; D.F. — João da Costa; D.F. — Antonio Cruz Martins Guerra; D.F. — Sylvio Fróes de Abreu; D.F. — José Moacyr Cardoso Cavalcante; D.F. — Hugo Barreto; D.F. — Guilhermina Suzana Joncker; D.F. — Ricardo Esd; D.F. — Luis Fonseca Junior; D.F. — Cecil Rodrigues da Cruz; D.F. — Guilherme R. Hohagen; D.F. — Curt & Cia.; E. Rio — Julio Melo Garcia; D.F. — Antonieta Delarmo Caudyção; D.F. — Milton Tavares dos Santos; D.F. — Miguel Pereira dos Santos; D.F. — Januário Lopes da Sil-

va; D.F. — Bernar Sette Costa Pereira; D.F. — Arthur Viana F.º; D.F. — Blabêie Irmão & Cia.; D.F. — Antonio Mourão; Minas — Frederico Carlos Oppenheim; Minas — Braulio Silveiras Espindola; Mato Grosso — Benedito Maciel L. Braga; Estado do Rio — Geny Maglione Monti; Minas — Jacob Levy; Estado do Rio — Elazir Luz Flores; Estado do Rio — Alvaro da Silva Campos; Estado do Rio — Rothschild Ferreira Flores; Estado do Rio — José Gonçalves Viana; — Minas — Francisco F. Mendes; Estado do Rio — Antonio Barbosa de Castro e Silva; Minas — Bernardo Vaz da Costa; Minas — F. Fressoldi — São Paulo — Benjamin de Assis Pereira; Minas — Ladislau Federowich; Goiás.

Foram propostos e aceitos os seguintes sócios: — Curt & Cia. Estado do Rio — Dr. Lincoln Gripp de Moraes; Estado do Rio.

Publicações recebidas durante o mês de dezembro de 1947:

Bol. Econômico — Ano 917 — números 8 e 9.

Bol. F.A.R.E.S.P. — n.º 28 1-12-47 — n.º 29 16-12-47.

Bol. Sup. Serv. do Café — Ano XII — n.º 240 — fev. 947 e 241 março 947.

Bol. do Leite — Ano I — n.º 5 nov. de 1947.

Bol. Linotipico — n.º 68 — 1947 — D.F.

Bol. Cons. Fed. Com. Ext. — Ano X — n.º 9.

Bol. Ass. Com. do Amazonas — VII — n.º 75 — out. 947.

Carta quincenal — n.º 50, nov. 947 — Chile — n.º 49 out. 947.

Gazeta das Aldeias — n.º 2.123 — nov. 947 — Portugal.

Asociacion Rural del Uruguay — out. 1947 — Montevideo — Ano LXXIV — n.º 10.

Diesels — U.S.A.

Circular — n.º 762 — U.S.A.

Technidial Bulletin — n.º 915 jul. 946 — 865 mar. 944 — 929 out. 946.

Farmers Bulletin — 523 — 1.989.

Liga do Com. do R. de Janeiro — nov. 917 — Ano XII — n.º 169 — out. 917 — n.º 168

Rev. Bras. de Panificação — Ano XII — n.º 117 — nov. 917.

Bodovia — Ano X — nov. 917 — número 91.

Relatório da Diretoria da Ass. Com. Amazonas — 1916 a 1917.

Rev. Bras. de Economia — Ano I — set. 1917 — n.º 1 — D.F.

Conjuntura Econômica — Ano I — nov. 917 — n.º 1.

New Orleans Porto Record — out. 917.

Rev. Agrônômica — Ano XI — n.º 127 — 128 — 129 — jul. ag. set. 917 — Rio Gr. do Sul.

Separata Rev. de Agr. — Vol. XXII — n.º 7 — 8 917 — São Paulo.

Neighbors — Vol. 3 — n.º 12 — ano 917 — Missouri.

Jornal "Esnea" — 21-11-17 — Buenos Aires.

The Farmers Share — n.º 123 — U.S.A.

El Agrocultor Venezolano — Ano XII — n.º 125 — jul. ag. 917.

Abastecimentos — por Cesar M. Casas Rodriguez — Min. Com. de Cuba 1917 — Habana;

O Observador — Ano XII n.º 112 — novembro 1917;

Sind. Cr. de Ganado Friso — Holanda;

A Granja — Ano 3 — n.º 26 — e n.º 27 — 1917;

Min. Bel. Exteriores — Ano 1917 — nov. n.º 11;

Unesco — Vol. I out. 917 n.º 7 — Paris;

Ensino Agrícola — n.º 1 — Ano 1917 — S. Paul;

Cons. Int. de Com. y Produção;

Normas Uniformes sobre Avaria Común, Privilégios e Hipoteca Marítimos y conocimientos de Embarque;

Reglos Internacionales sobre el uso de les clausulas comerciales Cif, Foh Y Fas;

Reglas de Viena sobre creditos documentados;

Proyectos de convenio — tipo sobre doble Imposicion Internacional;

SOCIÉTÉ DE SUCRERIES BRÉSILIENNES

USINAS DE AÇÚCAR E ALCOOL.

Estado do Rio e Estado de S. Paulo

Cupim
Paraiso

Vila Rafard
Piracicaba
Porto Feliz

Av. Rio Branco, 18 - Salas 801/4

Rio de Janeiro

Rua Barão de Itapetininga, 88 - 9.º

São Paulo

Letras de Cambio y pagares a la orden;

El Problema de la alimentación mundial;

Oferta da Universidade de Santo Domingo — Rep. Dominicana;

Anales — jan. — jun. — 1914 — 29-30 — Vol. VII;

Anales — jul. — dez. — 1914 — 31-32 — Vol. VIII;

Anales — jan. — dez. — 1915 — 33-36 — Vol. IX;

Anales — jan. — jun. — 1916 — 37-38 — Vol. X;

Anales — jan. — jun. — 1911 — Vol. V — fasc. I-II;

Anales — jul. — set. — 1911 — Vol. V — fasc. III;

Anales — out. — dez. 1911 — vol. V — fasc. IV.

Via

RADIOBRAS

O Serviço Radiotelegráfico e Radiotelefônico
Direto que alcança o mundo inteiro.

Para ter certeza de que seu telegrama para o exterior será recebido com a maior rapidez possível, — chame um mensageiro da “Via RADIOBRAS”.



Para obter a sua ligação radiotelefônica com o exterior, chame a Central Telefônica “Via RADIOBRAS”, através dos telefones abaixo indicados.

R i o
Av. Rio Branco, 48
Av. Rio Branco, 243
Tel. 23-2177
Av. Copacabana, 354

S. Paulo
R. S. Bento, 357
Tel. 3-4111

Santos
R. 15 de Novembro, 86
Tel. 7194

Recife
Av. Rio Branco, 107
Tel. 9291

A SEMANAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Parecer sobre a indústria de azoto sintético — A cultura de marmeleiro em Goiás — Financiamento da cultura da mandioca — Decréscimo da produção algodoeira do país.

Como de costume, realizou-se ontem a sessão semanal da Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, que teve os seus trabalhos presididos pelo Professor Arthur Torres Filho.

O expediente foi lido pelo Secretário Murinho Braga, tendo o Sr. Presidente dado conhecimento à Casa dos termos do parecer formulado pelos membros da comissão especial designada para apreciar a parte do convênio comercial recentemente assinado com o Chile que diz respeito aos fertilizantes e, pois, interessando profundamente à nossa agricultura. Informou o Sr. Torres Filho que tal opinião seria emitida pela Sociedade a pedido da Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara dos Deputados que, como se sabe, juntamente com o Senado terá de opinar para a ratificação do convênio.

Assinaram o parecer o próprio presidente da Sociedade e os Srs. Prof. Antonio Barreto, Kurt Repsold, Esmenes Marcondes de Melo e Enio Luiz Leitão. Nesse parecer, reafirma a Sociedade Nacional de Agricultura o seu conhecido ponto de vista, emitido desde os tempos da penúltima conflagração mundial, qual o de que será sempre de grande inconveniência para os interesses da agricultura, para não falar nos da defesa nacional, qualquer retardamento à implantação da indústria do azoto sintético no país. O parecer alude às iniciativas já em curso com o propósito de estabelecimento dessa indústria no Brasil e, também, às grandes possibilidades que para uma indústria econômica de azoto sintético oferecem as grandes usinas elétricas, como as de Paulo Afonso, em via de realização.

O parecer, aprovado pela sessão, foi mandado encaminhar à Câmara dos Deputados.

A seguir, é lido um ofício da Prefeitura Municipal de Luiziania, no Estado

de Goiás, comunicando à Sociedade que as plantações de marmelo do município principal atividade agrícola e esteio da maior indústria local, a marmelada, acha-se em grave perigo pela invasão de pragas e moléstias que os agricultores não sabem como combater. Pede a intervenção da Sociedade junto ao Ministério da Agricultura, para a ida de um técnico especializado em defesa sanitária vegetal, a fim de orientar o combate. A Sociedade, imediatamente atendeu ao pedido e pediu providências ao Sr. Ministro Daniel de Carvalho, sempre solícito em atender às solicitações da classe rural.

Outros papéis são dados a conhecer e discutidos, tendo o Sr. Torres Filho declarado que o principal motivo da reunião seria o estado das causas que estão contribuindo para o decréscimo da produção algodoeira do país, notadamente no Estado de São Paulo. Explica que, há tempos, teve ocasião de oferecer ao Conselho Federal de Comércio Exterior uma indicação nesse sentido e tomando o depoimento de técnicos e órgãos particulares e públicos, a fim de melhor orientar o sentido das providências a serem tomadas para evitar a queda alarmante da produção do algodão no país, com graves repercussões inclusive no terreno alimentar, sabido como é que o óleo de caroço de algodão, hoje, entra com um grande coeficiente no suprimento de gordura alimentar.

Tendo se dirigido a Sociedade, em nome dos plantadores de mandioca, ao Sr. Presidente da República, solicitando a inclusão da lavoura da mandioca no plano de emergência, o Sr. Ministro da Fazenda informou não ser possível modificar o decreto lei n. 9.879 de 16 de setembro de 1946, por já ter sido assinado o contrato com o Banco do Brasil. Entretanto, informou estar a Carteira de Créditos daquele Banco assistindo financeiramente o custeio da lavoura de mandioca destinada à produção de farinha de mesa limitando os empréstimos a Cr\$ 30.000,00. A Sociedade advoga, entretanto, a inclusão da mandioca no plano de emergência para efei-

to do estabelecimento do preço mínimo da mandioca, cuja cultura carece ser amparada, dadas as exigências do consumo interno.

Informa ainda o Sr. Torres Filho que, há dias, recebeu a visita do Sr. Dr. Alberto Prado Guimarães, com quem trocou idéias a respeito, tendo o mesmo, a seu convite, comparecido ao Conselho Federal de Comércio Exterior, onde apresentou estudo completo das condições técnicas, econômicas e financeiras da lavoura algodoeira.

A Sociedade recebeu larga contribuição de estudos realizados por entidades de classe de São Paulo e de regiões algodoeiras do Norte, como a Sociedade Paulista de Agronomia, da Federação das Associações Rurais de São Paulo, da Bolsa de Mercadorias, do Fomento Agrícola, permitindo esses dados a elaboração de um estudo concreto capaz de permitir orientação segura no amparo aos plantadores de algodão. A gravidade da situação resulta da perspectiva de 30% de diminuição na safra algodoeira do corrente ano, com graves consequências para o consumo interno de fio, óleo

e torta, prejudicando ainda a posição do país como exportador de algodão. Em 1946 o Brasil exportou 352.000 toneladas de algodão, no valor de 2.937.584.000 cruzeiros. No primeiro semestre deste ano alcançou essa exportação 150.000 toneladas, no valor de 1.966.387.000 cruzeiros, isto porque temos reservas de anos passados, havendo agora fundadas razões para recuarmos o raciocínio futuro a fim de garantirmos o funcionamento de nossas fábricas. As atenções dos agricultores se voltam agora para o plantio de amendoim com prejuízo do cultivo de algodão em São Paulo, havendo múltiplas causas para esse decréscimo, sendo a principal a ausência de financiamento direto ao pequeno produtor.

O assunto despertou o maior interesse entre os presentes, sendo debatido pelo Srs. Cincias Guimarães, João Maurício Kurt Respsold, Renato Martins e outros.

O Sr. Presidente designa uma comissão composta dos três últimos nomes para oferecer, com urgência, parecer a ser encaminhado às autoridades.

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos.

Seleções Agrícolas

Gerente: O. Assumpção
Superintendente: M. Nunes



Diretor: Eurico Santos
Secretário: Otávio R. da Cunha

PUBLICAÇÃO MENSAL

Propriedade de Editora Seleções Agrícolas Ltda.

ASSINATURAS

Brasil — Ano	Cr\$ 30,00
Exterior — Ano	Cr\$ 60,00
Número do mês	Cr\$ 3,00
Atrasado	Cr\$ 5,00

Redação e Administração: Avenida Nilo Peçanha, 26, 1.º

Tel. 22-4566 — Rio de Janeiro

ACEITAM-SE AGENTES NO INTERIOR

Senhores Farendeiros

Sem a desinfecção adequada de chiqueiros, estabulos, galinheiros etc., os animais e aves estarão sujeitos a moléstias de cura difícil e dispendiosa. Com o uso diário do poderoso desinfetante profilático

CRUZWALDINA

Serão exterminados os micróbios, pulgas, mosquitos, moscas e cupim

LIMPA - DESINFETA - DESODORA

"Cruzwaldina" é fabricada e garantida pela

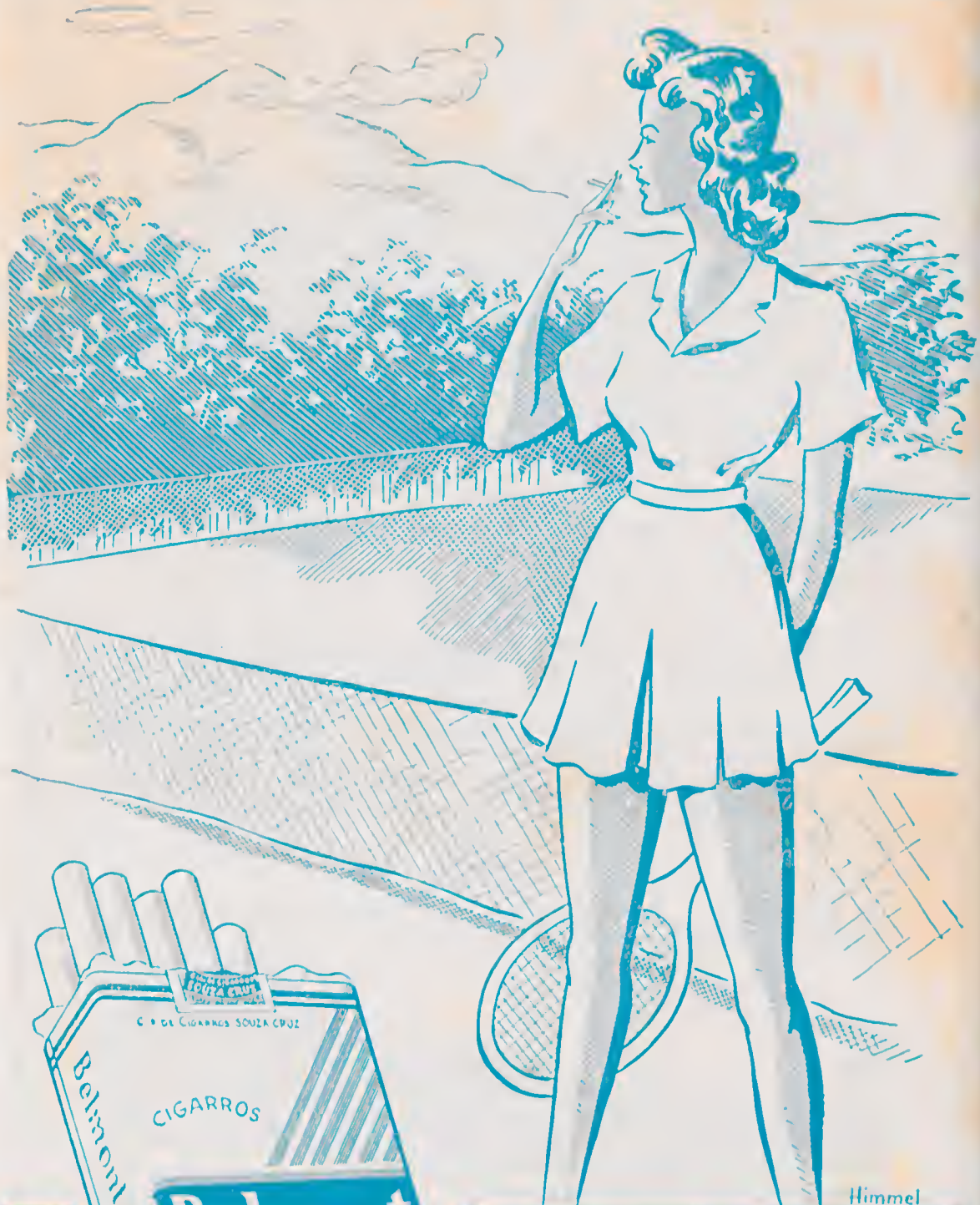
SOCIÉTÉ ANONYME DU GAZ DE RIO DE JANEIRO

Indústria Nacional



À venda em todos os bons armazéns e casas de ferragens. Para vendas a granel peça informações a

CASTRO LOPES & TEBYRIÇÁ - RUA DA ALFÂNDEGA, 81-A-3º AND. - RIO DE JANEIRO



Himmel



CIA. DE CIGARROS

Souza Cruz



300

ALAVOUIRA

A mais antiga publicação científica em circulação no Brasil

Publicação trimestral por ordem ministerial

VOLUME

MARÇO/ABRIL DE 1965





A ovcultura bem orientada é uma grande fonte de renda

SUMÁRIO

Planejamento econômico — Prof. Arthur Torres Filho	3
Aplicações das Harmônias Vegetais na agricultura — Prof. José do Cruz Furtado	5
Engenheiro Ildefonso Simões Lipe	8
Da Garantia de Preços à Produção	10
Cooperativismo e alimentação — Fábio Luz Filho	12
Fundo do Brasil — O crédito agrícola e industrial, através os dados do relatório apresentado à assembléa de 30 de abril deste ano	14
Grutas e Santuários da Bacia do S. Francisco — Antônio de Arruda Comoro	24
1.ª Semana Ruralista e 1.ª Exposição de Produtos da Caudelaria de Campos	34
O Caso do Raim	42
Universidade Rural — Discurso do Prof. Arthur Torres Filho	43
Consultas e Informações — Prof. Geraldo Goulart da Silveira	45
Organização da classe rural — Opinião de Dr. Virgílio das Santos Magano	47
O Projeto de reforma agrária do Sr. Nestor Duarte — J. de Araujo Gois	49
O alodjo na economia norte-riograndense — Dep. José Augusto (conclusão)	54
As Cebrias Venenosas — Prof. Geraldo Goulart da Silveira	61
Importância da educação veterinária — E. Marcondes de Melo	62
Companhia Hidro Elétrica do S. Francisco	63
Mecanização da lavoura — Arthur Torres Filho	65
A Cultura da Soja — Pimentel Gomes	67
Sociedade Nacional de Agricultura — Movimento da Secretaria, Janeiro a Fevereiro de 1948	68
Federação dos Plantadores de Cana do Brasil	70
Criação de Coelho — Jorge Lasso Motto Reis	71

Sociedade Nacional de Agricultura

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA

PELA LEI N.º 3549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo: Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida

Presidente Benemérito: Dr. Wenceslão Braz Perelra Gomes

Presidente de Hora: Dr. Getúlio Dornelles Vargas

DIRETORIA GERAL

Presidente	— Arthur Torres Filho
1.º Vice-Presidente	— Luiz Simões Lopes
2.º " "	— Edgard Telxela Leite
3.º " "	— A. de Arruda Camara
1.º Secretário	— F. Murinho Braga
2.º " "	— Adamastor Lima
3.º " "	— Eurleo Santos
4.º " "	— Clnéas de L. Gulmarães
1.º Tesoureiro	— Kurt Repsold
2.º " "	— Otto Frensel

DIRETORIA TÉCNICA

Altino de Azevedo Sodré
Antonlo Francisco Magarinos Torres
Franklin de Almeida
Enlo Luiz Letão
Geraldo Goulart da Silvelra
Irls Melnberg
João Maurício de Medeiros
Joaquim Bertino de Moraes Carvalho
Luiz de Oliveira Mendes
Pedro Fontes.



CONSELHO SUPERIOR

Alberto Ravache
Alvaro Simões Lopes
Anaplo Gomes
Antonlo Barreto
Antonlo José Alves de Souza
Apolonio Sales
Balbino de Souza Masearenhas
Ben-Hur Ferrelra Raposo
Benjamin do Monte
Carlos de Souza Duarte
Dlogenes Caldas
Eduardo Duvlvler
Fablo Furtado Luz
Euvaldo Lodi
Francisco Saturnino de Brito Filho
Guilherme Egberto Hermsdorff
Honório da Costa Monteiro Filho
Humberto Bruno
Ismael Cordovll
Israel Plabeiro da Silva

Itagiba Barçante
J. C. Belo Lisboa
Jeronymo Antonlo Coimbra
João Gonçalves de Souza
João Tjader
José Sampalo Fernandes
José Solano Carneiro da Cunha
Landulpho Alves de Almeida
Manoel Carlos Ferraz de Almeida
Manoel Neto Campelo Junlor
Marlo de Oliveira
Napoleão de Aleneastro Gulmarães
Ormeu Junquelra Botelho
Osear Daudt Filho
Paulo Parreiras Horta
Pedro Calmon Moniz de Bittencourt
Ruy Carneiro
Sebastião Herculano de Mattos
Sebastião Sant'Ana e Silva

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LII

Março-Abril de 1948

PLANEJAMENTO ECONÔMICO

Prof. Arthur Torres Filho.

Apresenta-se-nos, como imperativo do momento, realizarmos grande esforço em prol do planejamento da economia brasileira. A esse respeito já a Carta Magna do país lançou, em feliz inspiração, as bases relativas ao Nordeste, à Amazônia e ao S. Francisco, garantindo, para isso, os elementos financeiros necessários. Entretanto, esse planejamento terá que se estender a múltiplos aspectos da vida nacional, para que possamos obter um equipamento técnico moderno, que seja capaz de garantir o melhoramento do nível de vida das nossas populações citadinas e rurais. A propósito, permito-me ligeira referência ao inquérito que entre nós precedeu a missão norte-americana chefiada por Morris L. Cook, em 1942. Em uma das suas passagens, diz esse relatório, que o Brasil, como nação industrial, ainda se encontra em adolescência "devido à sua pouca atenção, às dificuldades na distribuição do relativo isolamento em que vivem certos núcleos de sua população, parte do balcão desta sofre de doenças, e a burocracia é insuficientemente educada". Ainda salientou a referida missão, como pontos básicos, para nossa industrialização: "a) dependência da importação de petróleo; b) — importação de carvão mineral; c) — carência de metais e equipamentos para novos empreendimentos conservação dos existentes". Na medida como forçados a reconhecer a queda extensiva de nossas estradas de ferro e de rodagem; a quantidade de energia elétrica deficiente que produzi-

mos; o obsoleto maquinário industrial utilizado em grande número de nossos estabelecimentos; carência de técnicos especializados, de capitais e de mão de obra habilitada para a indústria. Assinalou ainda a missão Cook, já em mil novecentos e quarenta e dois, que "os preços internos subiram rapidamente devido à insuficiência de suprimentos externos, mais ainda porque o diâmetro em circulação cresceu, pois o Banco do Brasil adquiriu dos exportadores as divisas, que não puderam ser em grande parte revendidas para os importadores". De mil novecentos e quarenta e dois para cá modificou-se bastante nossa situação industrial principalmente em alguns setores, como: tecidos, artefatos de borracha, ferro, maquinarias em geral, vidro, aparelhos elétricos, sanitários, tintas, vernizes, produtos farmacêuticos apresentando aspectos de aperfeiçoamento e grande aumento no volume da produção, embora esse surto não tivesse correspondência nas indústrias básicas, cuja iniciativa partiu mais do governo do que dos particulares como no caso de Volta Redonda. A falta de combustíveis, as deficiências dos transportes, a ausência ainda sensível de algumas indústrias básicas fundamentais, as dificuldades oriundas da ausência de técnicos e mão de obra especializada, constituem na atualidade embarcos sérios, que temos a remover com coragem para garantir, em bases racionais, nosso surto industrial, limitado a algumas regiões do país. Se voltarmos a atenção

para o panorama agrícola, verificaremos não ser o mesmo promissor, em muitos setores econômicos, para a vida nacional. Agravou-se principalmente a produção de substâncias alimentares, por ter-se estagnado, nos últimos anos, em torno de dezenove milhões de toneladas, com circulação difícil no mercado externo. Houve, por outro lado, deslocamento acentuado das populações das zonas rurais para os centros urbanos, dada a preferência pelas indústrias extrativas de materiais estratégicos, as grandes obras públicas realizadas, o surto das construções civis nos centros urbanos, atraindo a mão de obra, indo refletir-se na diminuição de artigos de alimentação. Assimulam nossos economistas que, apesar do aumento de meio circulante e da inflação dos preços, a renda nacional deixou de aumentar como fora de esperar, não tendo sido aproveitadas as divisas acumuladas no estrangeiro no equipamento da economia nacional em bens de produção. Seria preciso, dizem alguns desses economistas, que fosse triplicada a renda nacional; todavia, esse aumento só seria alcançado se com recursos técnicos e científicos pudéssemos ter estabelecido as planificações erigidas pelo aperfeiçoamento da produção nacional. Embora não seja o fenômeno peculiar ao Brasil, temos hoje a ruptura de equilíbrio entre a produção agrícola e industrial, perturbando a vida das populações urbanas. A questão agrária, já de si complexa, coloca-se hoje diante de nós como um imperativo da nossa própria tranquilidade social. Sintetizando diríamos: carecemos de um programa de conjunto para a organização econômica financeira e monetária, do país, que seja

capaz de garantir um padrão de vida mínimo satisfatório para o nosso povo. Sofremos em grande parte o prejuízo resultante do empirismo com que exploramos nossas riquezas naturais. Na ordem interna, a crise alimentícia é aquela que está a exigir maiores cuidados de nossa parte. E' problema, cuja solução, como se lê das resoluções da F.A.O. (Food and Agriculture Organization), na recente reunião da Dinamarca, não requererá semanas ou meses, mas sim anos. Por isso mesmo, naquele conclamar internacional, foi sugerida a criação de um Conselho Mundial de Alimentação, com atribuições e fundos suficientes para adotar medidas e resolver problemas alimentares e agrícolas em períodos longos. No que toca ao comércio exterior, sabemos representar o mesmo verdadeiro conflito de interesses na conquista de mercados, exigindo, antes de tudo, organização interna segura, no campo das economias nacionais. As crises econômicas podem ser cíclicas, crônicas ou estruturais, daí tornarem-se necessários órgãos especializados incumbidos de prevêê-las e estudá-las para adoção de medidas oportunas. Algumas das vantagens que tenhamos conquistado na emergência da guerra estarão ameaçadas a cada passo pelos reajustamentos dos mercados internacionais e, sobretudo, pela normalização das produções de origem colonial. Estamos numa fase perigosa de readaptação; de um lado, carecemos fortalecer nossa situação financeira; de outro, precisamos acautelar nossa economia para os períodos de depressão que se seguem geralmente aos de prosperidade. Do equipamento do mercado interno dependerá a expansão comercial no exterior.

REVISTA DO COMÉRCIO

Órgão de Divulgação e Estudo dos Problemas das Classes Produtoras Nacionais

FUNDADOR: JOÃO DAUDT D'OLIVEIRA

PUBLICADA SOB OS AUSPÍCIOS DA

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO
E DA

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO.

TODOS OS MESES

ARTIGOS E REPORTAGENS ILUSTRADAS.

Seções Permanentes de Economia, Finanças, Comércio, Indústria, Movimento Bancário, Movimento do Bolso, O Congresso e a Economia Nacional, etc.

N.º Avulso — Cr\$ 10,00

Ass. Anual Cr\$ 100,00

APLICAÇÕES DOS HORMÔNIOS VEGETAIS NA AGRICULTURA

Prof. JOSE' DA CRUZ PAIXÃO

Convidado pelo Exmo. Sr. Professor Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, para fazer uma palestra sobre hormônios vegetais, sinto-me honrado com um convite tão gentil e, como agrônomo, orgulho-me de ter a oportunidade de falar aos sócios desta importante Sociedade que congrega a elite de técnicos e de pessoas interessadas nos problemas agrícolas do Brasil.

Na minha viagem de estudos aos Estados Unidos da América do Norte tive oportunidade de trabalhar em vários assuntos da biologia vegetal e dentre êles salienta-se o que se refere aos hormônios ou substâncias de crescimento, hoje já largamente empregados nos vários ramos da agricultura daquele grande país.

Deve-se a F.W. Went a descoberta dos hormônios de crescimento de vegetais que em 1926 e 1928, partindo das pesquisas de Paul e adaptando o método de Stark conseguiu difundir estas substâncias do coleoptilo de aveia para blocos de agar, estes blocos, com a substância difusa, quando aplicados em coleoptilo de Aveia decapitado, produzia curvatura do lado contrário ao da aplicação, mostrando que havia um alongamento de células produzido pelo hormônio. O método do coleoptilo de aveia tornou-se clássico para a verificação da atividade das substâncias de crescimento. Pela velocidade de difusão tornou-se possível determinar aproximadamente o peso molecular e ponde-se também mostrar que estas substâncias são termo e foto-estáveis. Graças a esta descoberta foi possível dar uma explicação lógica para o fototropismo e para o geotropismo. Estas substâncias químicas ativas foram chamadas auxinas e a constituição das mesmas foi estudada principalmente por Kögl, Haagen Smith e Exleben. A ocorrência delas nos vegetais tem sido estudada principalmente por Söding, Thimann, Lurbach e outros.

Após a descoberta das auxinas como substâncias ativas que promovem crescimento foram feitas pesquisas sobre as

correlações no desenvolvimento dos órgãos que poderiam ser devido a tais substâncias. Went, Bouillene e Thimann trabalharam em torno deste assunto e conseguiram isolar e identificar substâncias semelhantes às auxinas, responsáveis pela formação de raízes. Thimann e Skoog mostraram também que a inibição do desenvolvimento de brotos laterais era condicionada pelas auxinas produzidas no broto terminal. Outros fenômenos de correlação, tais como, crescimento cambial, abscisão de peciolo, formação de galhas são devidos a estas substâncias.

Pareceu-me importante dar um ligeiro resumo dos trabalhos iniciais de pesquisas sobre substâncias de crescimento porque penso que nunca é demais mostrar que não se pode chegar às aplicações sem primeiro fazermos as pesquisas sob o ponto de vista exclusivamente teórico. Quando Went tentou difundir as auxinas da ponta da coleotilo de aveia, êle talvez não tivesse imaginado a série de aplicações que adviriam de suas pesquisas. Em países menos adiantados é frequente se ouvir de administradores sem um bom treino científico críticas e respeito do emprego de verbos em pesquisas consideradas do ponto de vista teórico; n'êstes recomendamos a leitura da história da descoberta dos hormônios, do radium, da penicilina e mesmo da bomba atômica.

Já foram isoladas de plantas três diferentes auxinas: *auxina a*, *auxina b* e *heteroauxina*. A *auxina a* é o ácido auxintríolico ($C_{15}H_{12}O_5$), a *auxina b* o ácido auxinolônico ($C_{15}H_{10}O_4$) e a *heteroauxina* o ácido indol 3-acético ($C_{10}H_{10}O_2N$). A *auxina a* tem sido obtida da urina humana, a *auxina a e b* do malte e de óleos vegetais e a heteroauxina, da urina, de fermento e de fungos. Esta última já foi obtida sinteticamente.

Formação de raízes

Sabemos que há uma série de plantas que se multiplicam por estacas e um dos problemas da horticultura, fruticultura

e floricultura é conseguir uma maior número de plantas que se multipliquem desta maneira. Graças às substâncias de crescimento, este problema tem sido em parte resolvido, isto é, têm-se podido aumentar o número de plantas que se multiplicam por estacas, como também melhora as condições de enraizamento daquelas que já se multiplicavam assim. Deve-se a Zimmerman e Hitchcock este método que consiste em fazer imergir em uma solução diluída da substância as estacas logo que são retiradas da planta que se deseja multiplicar. A concentração varia de uma a quinze mil partes por milhão. Várias substâncias sintéticas têm sido usadas e destacam-se entre elas os ácidos naftalenoacético, o indol-butírico e o tri-indol-acético. Este método não só abrevia a formação de raízes como também induz a formação delas nas regiões do caule. O tempo de imersão varia de 4 a 18 horas; e a duração pode ser abreviada quando se usa concentrações de 1 a 5 mgs. em 1 ml. uma solução de álcool etílico a 50%. Outra técnica também usada é a da pasta de lanolina que consiste em misturar a substância de crescimento com lanolina e esfregá-la na superfície cortada da estaca. Algumas plantas de enraizamento muito difícil tem podido ser multiplicadas por estacas, graças a aplicação da lanolina com a substância no ramo que se pretende enraizar ainda preso à planta.

Formação de frutos

A partir dos experimentos de F.G. Gustafson em 1938 tem sido podido aperfeiçoar a técnica para a formação de frutos se fecundação. Horticultores e fruticultores verificaram que muitas espécies não se multiplicavam devido ao pequeno número de pólen que se formam e isto se dá principalmente no tomateiro que nos meses de dezembro a fevereiro forma um pequeno número de pólen; eles pensaram então em aplicar as substâncias de crescimento e assim com pulverizações, em que eram usados diversos emulsionantes misturados com hormônios, foi possível a produção de tomates durante o inverno em estufas. São usados nesta técnica os ácidos indol-butírico e a naftaleno-acético numa percentagem de 15 a 100 partes por milhão

de auxina misturadas com uma solução de "Carbowax 1.500" a 0,5%.

Quando estivemos em visita à Universidade Estadual de Ohio, em Columbus, no ano passado, tivemos oportunidade de verificar a técnica que o Prof. F. S. Howlett, do Departamento de Horticultura, estava usando para aumentar a frutificação de tomateiro, graças ao uso das auxinas. Consiste em pulverizar as flores logo que os botões começam a abrir com a substância de crescimento. Ele tem obtido um maior número de frutos e de maior tamanho. Repetimos esta técnica no Departamento de Botânica da Universidade de Michigan e obtivemos bons resultados, embora usando um número reduzido de plantas.

Outra aplicação das substância de crescimento é quanto ao desenvolvimento do ramos frutíferos. Para certas regiões frias há interesse em retardar o desenvolvimento de brotos que vão dar origem aos ramos frutíferos de certas fruteiras porque assim eles não ficariam sujeitos às temperaturas muito baixas que poderiam lhes destruir, na época que precede à frutificação. Hitchcock e Zimmerman pulverizavam macieiras, pereiras, ameixeiras, pecegueiros, cerejeiras, etc. com alfa-naftaleno-acetato de potássio e com ácido 2, 4-diclorofenoxiacético conseguindo retardar o desenvolvimento dos brotos frutíferos; eles usaram concentrações de 0,02 a 0,08% e as mais fortes foram usadas em plantas de vegetação mais avançada.

Hormônios como herbicidas

Em visita que fizemos a Estação Experimental Central do Departamento de Agricultura, em Beltsville, próximo de Washington, tivemos oportunidade de verificar uma série de experimentos que vinham sendo conduzidos ali sobre o comportamento de ervas daninhas quando pulverizadas com determinadas substâncias, que em concentração diluída, agem como hormônios e em concentração forte, como herbicidas. O ácido 2, 4-diclorofenoxiacético é a substância empregada nas pulverizações dos gramíneos e culturas para extinção de ervas daninhas. Esta substância é específica para plantas dicotiledôneas e assim não há perigo de atear a grama ou culturas de plantas monocotiledôneas.

Thimann está realizando experiências em Cuba com 2, 4-D em culturas de cana de açúcar com a finalidade de combater uma leguminosa arbustiva tida como praga dos canaviais naquela Ilha, conhecida como "Aroma marabú", cujo nome científico é *Dichrostachys nutans* e que, uma vez cortada, brota com muita rapidez. Este experimentador obteve bons resultados com o sal sódico do ácido 2,4-D em 0,5% de "Carbowax 1.500" na concentração de 0,3%, três vezes mais forte do que aquela usada para as ervas daninhas. As aplicações em outra planta conhecida ali como "Gnao" (*clomocadia dentata*) deram também bons resultados, sendo usado o éter de 2,4-D (Weedone) em concentração de 0,3%. No caso da "Aroma marabú" verificou-se o resultado no fim de 4 semanas e foram aplicados 100 galões por acre.

Recentemente nos Estados Unidos as pulverizações de arrozais com o ácido 2,4-D deram um grande prejuízo nos plantadores de algodão do Sul daquele país. O pó contendo o herbicida e aplicado por avião foi levado pelo vento dos arrozais para os algodoeiros, causando-lhes sérios prejuízos. As pulverizações com o ácido 2,4-D são muito perigosas, funcionando como faca de dois gumes, pois matam as ervas daninhas das cul-

turas de plantas monocotiledôneas mas também podem matar as culturas de plantas dicotiledôneas das imediações.

Possíveis usos das substâncias de crescimento no futuro

Apesar de já haver um grande número de aplicações das substâncias de crescimento, como acabamos de ver, seu uso nas práticas agrícolas ainda não alcançou o "climax". Uma destas futuras aplicações é a que diz respeito às plantas, cujo crescimento ideal seria aquele em direção erecta, tal como o linho para fibra. Há substâncias de crescimento que fazem os caules crescerem erectos e que poderiam ser empregadas neste sentido.

Já têm sido feitas experiências, porém não estão sendo usadas na prática. Outra aplicação é o tratamento de bulhos e tubérculos para evitar a brotação, quando armazenados.

O crescimento e desenvolvimento das plantas podem ser controlados pelos hormônios e temos esperanças de que os agricultores, em breve, serão grandemente beneficiados com a vulgarização de métodos de aplicação destes hormônios, que os auxiliarão a produzir mais e melhor.

Chacaras e Quintais

Propriedade da Editora CHACARAS E QUINTAIS LTDA.

Fundador o Superintendente: AMADEU A. BARBIELLINI

Sócio gerente técnico: MARCELO BARBIELLINI AMADEI

Sócio gerente comercial: AMADEU BARBIELLINI JUNIOR

Assinatura anual . . . Cr\$ 50,00

Número avulso . . . Cr\$ 4,00

Numero atrozado . . . Cr\$ 5,00

End. Telegráfico: "BARBIELLINI"

Telefone 2-5630

C. Postal 34-B

Rua Tabatinguera, 122 - São Paulo - Brasil

Engenheiro Ildefonso Simões Lopes

*Dado o seu nome a um logradouro
na Cidade do Rio de Janeiro*



DR. ILDEFONSO SIMÕES LOPES

Em 12 de janeiro de 1915, a Sociedade Nacional de Agricultura encaminhou ao então Prefeito Henrique Dodsworth o officio seguinte:

"Uma comissão formada de associações culturais e científicas brasileiras tem resolvido uma série de homenagens à memória do Engenheiro Ildefonso Simões Lopes — antigo Ministro da Agricultura, deputado pelo Rio Grande do Sul, seu Estado natal, durante várias legislaturas; engenheiro ilustre, homem de pensamento, antigo presidente desta Sociedade e da Confederação Rural Brasileira, republicano histórico, enfim, um dos homens que mais fizeram pela sua Pátria.

Dentre essas homenagens, algumas já realizadas, e dada a circunstância de que o Dr. Ildefonso Simões Lopes, além de todos aqueles títulos, viveu a maior parte da sua existência nesta Capital, após o período em que, no desempenho de sua profissão, perambulou os sertões do Brasil rasgando-o de estradas e em serviços de saneamento e de estudos, teve a comissão a idéa de solicitar dos poderes municipais a perpetuação do seu nome num logradouro público.

Acaba o governo, agora, de conceder a esta Sociedade — instituição a que por longos anos serviu, como presidente, o Dr. Simões Lopes, e, em servindo à Sociedade, também ao Distrito Federal, bastando que em seu crédito invoque a criação da Escola de Horticultura "Wenceslau Bello", estabelecimento de ensino em pleno funcionamento, que honraria qualquer grande capital, um terreno na Esplanada do Castelo, para a construção da "Casa da Agricultura", edificio que patenteará na Capital do país a pujança da sua maior classe laboriosa.

O art. 1.º do decreto-lei n. 7.227, de 4 de janeiro de 1915 — ato legal que faz a esta Sociedade a aludida concessão — fixa a localização exata do terreno onde, em breve, se elevará mais um imponente edificio nesta Cidade; é o "lote n. 8 da quadra 12 da Planta de Retificação de Limites dos lotes das quadras 6, 7, 9, 10, 13 e 15-A, do Projeto de Urbanização da Esplanada do Castelo e adjacências, aprovado sob o n. 3.085, situados na freguesia de São José", e que "constituirá o lote n. 5 da mesma quadra 12".

Estamos informados, Exmo. Sr. Prefeito, de que esse logradouro ainda não tem designação official. E ocorreu-nos pleitear junto de Vossa Excelência, nesta oportunidade feliz, que, como uma homenagem do governo do município ao Engenheiro Simões Lopes, seja a esse logradouro dado o seu nome.

Seria para os componentes da Sociedade Nacional de Agricultura um motivo de satisfação interior, que o local de sua sede — por que tanto trabalhou aquele saudoso brasileiro — constitua

uma lembrança perene do unido que fez pela Brasil.

Estamos certos de que Vossa Excelência estudará com simpatia a nossa sugestão, e se associará por esse meio ao preito de gratidão e de apreço que vem sendo, com a maior justiça tributado ao homem simples e bom que foi o Doutor Hedefonso Simões Lopes.

Queira Vossa Excelência, com os nossos melhores agradecimentos, receber as expressões da nossa elevada consideração.

(A.) *Arthur Torres Filho* — Presidente”.

O assunto não pôde, ao que parece, ser considerado ou resolvido, mas, sem desanimar, a Sociedade insistiu, reiterando sucessivamente o pedido aos Prefeitos Filadelfo de Azevedo e Hildebrando de Araujo Góis.

Finalmente, na gestão atual do Prefeito General Angelo Mendes de Moraes, foi o assunto atendido e saldada essa dívida do Distrito Federal para com o ilustre riograndense, após ter recebido o officio que se segue:

“Exmo. Sr. General Angelo Mendes de Moraes, DD, Prefeito do Distrito Federal. As associações culturais e científicas representadas pelos seus Presidentes, abaixo assinados, constituíram, há tempos, uma comissão de homenagens à memória do Engenheiro Hedefonso Simões Lopes, falecido em dezembro de 1943, nesta Capital.

Uma idéia sugerida e logo aceita, foi a de se pleitear junto à Prefeitura do Distrito Federal a designação de um logradouro nesta Capital com o nome daquele saudoso brasileiro, o que foi feito, primitivamente, ao Prefeito Henrique Dods-worth, através do officio de 12 de janeiro de 1945, que vai junto por cópia, e, mais tarde, ao Prefeito Filadelfo de Azevedo, pelo officio de 27 de dezembro do mesmo ano.

Tanto a justificação da homenagem, como os motivos que levaram a comissão a dirigir-se ao Executivo Municipal pleiteando-a, acham-se ali amplamente expostos, razão por que excusamo-nos de repeti-las.

Reiteramos, sim, com o maior empenho, a decisiva contribuição da Capital da República no preito de saudade e de reconhecimento com que as associações

signatárias desejam ver aneolado o nome do ilustre extinto.

Certos de que não nos faltará com o seu apoio, antecipamos agradecimentos e apresentemos a V. Excm. os proleitos de nossa elevada estima e consideração.

Pela Sociedade Nacional de Agricultura:

(Assinado): *Arthur Torres Filho*.

Pelo Clube de Engenharia do Rio de Janeiro:

(Assinado): *Edison Passos*.

Pela Associação dos Servidores Cívicos do Brasil:

(Assinado): *José Pereira Lyra*.

Pela Sociedade Brasileira de Química: (Assinado): *Joaquim Bertino de Moraes Carvalho*.

Pela Federação Brasileira de Engenheiros:

T. Saturnino de Brito filho.

Pela Confederação Rural Brasileira:

F. Murtinho Braga.

O logradouro que recebeu o nome do Eng. Simões Lopes não foi o indicado pelas associações que pleitaram a homenagem; contudo, ela foi feita e resta manifestar ao ilustre Prefeito Angelo Mendes de Moraes o agradecimento da Sociedade Nacional de Agricultura e demais instituições, pela acolhida dispensada ao seu pedido.

Eis o decreto municipal respectivo:

Atos do Poder Executivo — Decreto n.º 9.154, de 18 de fevereiro de 1948 — Muda a denominação do logradouro que menciona, situada no 4.º Distrito — Botafogo.

O Prefeito do Distrito Federal, usando das atribuições que lhe confere o item II, § 1.º, do art. 25, da Lei n.º 217, de 15 de janeiro de 1948, decreta:

Art. 1.º A atual rua Alfredo Barcelos, reconhecida pelo Decreto n.º 8.526, de 18 de maio de 1946, situada no 4.º Distrito — Botafogo, passa a ter a denominação de Rua Hedefonso Simões Lopes, por existir a rua Dr. Alfredo Barcelos, no 11.º Distrito — Penha.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Distrito Federal, 18 de fevereiro de 1948, 60.º da República.

Angelo Mendes de Moraes

(Diário Oficial — Seção II — de 20 de fevereiro de 1948).

Da Garantia de Preços á Produção

Como subsidio ao projeto de Reforma Agrária em estudos no Congresso Nacional, envio o Senhor Ministro da Agricultura o seguinte estudo, tratando "Da Garantia de Preços á Produção".

A matéria está na ordem do dia e será de toda conveniência a sua divulgação no seio das classes interessadas, pois todos sabemos que um dos grandes impêccilhos ao desenvolvimento da produção agricola é sem dúvida a incerteza dos mercados, a ausência completa da garantia de remuneração ao trabalho do homem do campo, entregue aos azares da sorte, ao jôgo dos intermediários, ás inúmeras dificuldades enfim, que tolhem e desmuniham a atividade rural.

CAPÍTULO VI

Da garantia de preços á produção

Art. — A estabilidade da produção de artigos alimentícios de primeira necessidade será assegurada pelo poder público mediante a garantia de preços mínimos aos mesmos.

Parágrafo único — A garantia poderá estender-se eventualmente a um ou mais artigos não alimentícios quando houver nisso manifesto interesse público.

Art. — Consideram-se artigos alimentícios de primeira necessidade, para efeito de garantia, os que consturem da lista baixada anualmente para fixação dos respectivos preços mínimos.

Art. — A garantia dar-se-á através de:

a) financiamento até o limite de oitenta por cento (80%) dos preços mínimos;

b) compra pelos referidos preços.

Art. — A fixação dos preços mínimos dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, com as especificações dêstes, far-se-á anualmente, em decreto do poder executivo, expedido para execução desta lei com a antecedência de um ano em relação ás safras para as quais devem vigorar.

Parágrafo 1.º — Para a fixação dos preços serão levados em conta os fatores que concorrem para formá-los, aferidos através de dados estatísticos fornecidos pelos órgãos competentes.

Parágrafo 2.º — Para o mesmo fim poderão ser consultadas as associações de produtores rurais julgadas representativas dos interesses dêstes.

Parágrafo 3.º — O decreto será referendado pelos Ministros da Agricultura e da Fazenda.

Art. — Independente da fixação anual, far-se-á uma revisão especial dos preços por decreto do poder executivo, sempre que, a juízo dste, sobrevierem fatores extraordinários para alterá-los.

Art. — Os preços serão referidos a portos de embarque ou a outros pontos, conforme a natureza dos artigos, devendo, quando o financiamento a compra dêstes se fizer em lugar diferente, sofrer o abatimento de frete, carreto, seguro, impostos, taxas e outros ônus que incidirem sobre os mesmos.

Art. — Os preços de grãos applicam-se á mercadoria já convenientemente embalada, marcada, classificada, expurgada e depositada em armazéns, devendo a embalagem fazer-se em sacaria nova ou em bom estado.

Parágrafo único — Ressalva-se a possibilidade de se applicarem excepcionalmente a cereais a granel, depositados em silos ou outros armazéns especializados, desde que fique assegurada a conservação da mercadoria, a juízo do estabelecimento com o qual o poder público contratar o financiamento e a compra previstos neste capítulo.

Art. — O financiamento e a compra dos artigos garantidos somente poderão ser feitos aos produtores, isoladamente ou reunidos em cooperativas.

Art. — Aos Estados e Territórios, por intermédio dos órgãos competentes, com o concurso das Prefeituras, cabe cooperar na garantia de preços mínimos á produção, assumindo os encargos de

a) promover a instalação de serviços de seagem, beneficiamento, expur-

go e classificação em armazéns gerais ou outros fiscalizados pelos respectivos Governos, quando situados à margem de vias de transporte, para habilitá-los a receber em depósito os artigos referidos neste capítulo;

b) remeter, no início das safras, a relação completa das despesas e ônus aludidos no artigo ao estabelecimento com que o Governo Federal contratar o financiamento e a compra previstos neste capítulo;

c) remeter, nas épocas próprias, as estimativas, por produtos, das áreas em hectares realmente semeadas e das safras esperadas, bem como as estatísticas das duas safras anteriormente colhidas, ao estabelecimento já aludido.

Art. — As operações de que trata este capítulo somente poderão ser efetuadas nos Estados e Territórios que tenham preenchido os requisitos estabelecidos nas letras *a* e *b* do artigo precedente.

Art. — Além da cooperação prevista no artigo, poderão os Estados e Territórios que preencherem os requisitos no mesmo estabelecidos, avocar, dentro dos respectivos limites, a execução da garantia prevista neste capítulo, mediante contrato com o Governo Federal ou subcontrato com o estabelecimento financiador escolhido por este.

Parágrafo único — O contrato ou subcontrato poderá substituir pelo de outro a ação do estabelecimento financiador federal ou apenas suplementá-la para que a garantia se estenda a maior número de produtores.

Art. — As instruções para execução do financiamento e compra dos artigos mencionados neste capítulo, formas e condições de armazenagem, secagem, beneficiamento, expurgo, conservação, localização e identificação, que não forem baixadas pelo decreto do poder executivo, sê-lo-ão pelo estabelecimento com que o Governo Federal contratar aquelas operações, depois de aprovadas pelos Ministros da Agricultura e da Fazenda.

Art. — Os artigos que se tornarem propriedade do Governo Federal em virtude das referidas operações terão preferencialmente os seguintes destinos:

a) formação de estoques de reservas ou reguladores do suprimento aos grandes centros de consumo do país;

b) exportação das sobras em cumprimento de obrigações decorrentes de acordos internacionais.

Art. — Ao Conselho Nacional de Economia incumbe estudar os fatores do custo da produção dos artigos garantidos com preços mínimos, os resultados da garantia no mercado interno, as suas repercussões no exterior, assim como o seu entrelaçamento com acordos internacionais, e sugerir ao poder executivo, antes da fixação anual e, eventualmente, depois desta, as alterações convenientes.

Parágrafo único — As sugestões deverão ser fundamentadas em dados estatísticos fornecidos pelos órgãos competentes.

LAVRADOR! CRIADOR!

Fortalece a tua classe inscrevendo-te na "Associação Rural" do teu Município. Se não existir ainda, funda uma, dentro dos moldes do decreto-lei 8.127, de 24 de Outubro de 1915.

A Secretaria da S.N.A. te prestará todos os esclarecimentos a respeito.

Cooperativismo e Alimentação

por FABIO LUZ FILHO

Abro um parêntese na sequência doutrinária destes despretenciosos artigos, para prestar sincera embora desvelosa homenagem a um deputado que sempre se destacou por sua cultura e rara dedicação aos problemas fundamentais de nossa pátria. Quero referir-me ao deputado Agostinho Monteiro, que é também médico e grande criador majora.

Assiti à sua brilhante e instrutiva conferência há dias realizada no Ministério da Agricultura, tão fartamente documentada e lardada de quadros estatísticos em projeções luminosas, claros e conclusivos. Era ela destinada aos seus pares da Constituinte, os quais, infelizmente, talvez pela hora matinal, não se apresentaram na quantidade que era de esperar...

Vibrando, ora como pesadas duridamas, ora como floretes acerados, os elementos estatísticos que colheu em diuturno e construtivo labor de abelheiro, desvelou-se, em quadros sucessivos e minuciosos, a situação real do Brasil, do ângulo alimentar e sob o aspecto da produção agrícola.

Prison, com acentos sombrios, entre outras coisas, o que os estudiosos desses assuntos conhecem; o estado de triste sub-nutrição do brasileiro, notadamente do nosso percluso homem rural, e o estacionamento da produção agrícola nesses últimos vinte anos; a avitaminose das populações nordestinas; a verba irrisória, correspondente a apenas 3% do orçamento global da nação, para o Ministério básico; o da Agricultura; a situação que fez Luiz Amaral com muita justeza dizer que "*originariamente tudo está aí*", ao se referir à desorganização de nossa vida rural; 78% dos imóveis rurais recensados correspondem às terras, 18,50% às benfeitorias e apenas 3,50% aos instrumentos de trabalho, o que vale como prova irrefutável de que o operário agrícola brasileiro, com um conforto que talvez exista em batas africanas, tem por instrumento único de trabalho a enxada e por cama o bambaleante girau de bambú em casas oscilantes de sapé...

Não deixou ele, judiciosamente, como dominador que é do tema em todos os seus refolhos, de apontar as soluções adequadas, indicador ameaçante em riste frente ao nosso mapa econômico.

Foi justa e precisa sua argumentação, e contundente e irresponsível a eloquência das cifras estadadas com veracidade e senso cabal de responsabilidade cívica.

Aos nossos olhos ávidos circundaram algarismos a rôdo, traduzindo a iminência oprobiosa de fatos estatelantes. Consolaram-nos, não obstante, afirmações e perspectivas de nossas virtualidades, mobilizáveis, e o que já realizamos apesar dos percalços de clima, terra, etnias e desgoverno, o que seremos capazes de realizar logo que despedados de certas forças inibitórias sufocantes como plúmbeas tónicas. Meu saudoso pai, Fábio Luz, médico que fez des a profissão longo e luminoso sacerdócio (como são diferentes os tempos atuais!), tendo morrido paupérrimo mas impoluto que foi o precursor do romance social no Brasil (o silêncio, no Brasil, sempre foi insidiosa arma de uso iterativo), foi também o culto pedagogo que introduziu no Distrito Federal as caixas escolares, justamente chocado, como médico, educador e inspetor escolar com a precária situação alimentar das crianças que via nas escolas sob sua douta jurisdição. Inaugurou ele a primeira caixa escolar em 1895, como o friso em "Cooperativas escolares". Como homem que consumiu toda sua mocidade na pregação do ideal cooperativo, continuando impetentemente a tradição paterna de trabalho e de idealismo, tendo dado a esse assunto, de tanta transcendência para os nossos destinos de nação, o merecido relêvo em meus livros. Em "Rumo à Terra", por exemplo, desde a primeira edição que o perento de maneira incisiva, com aquele misto de deslumbramento e angústia que vara a alma de todo moço diante do espetáculo multifário da vida e dos problemas rurais brasileiros, cujos termos o virar e revirar da ampulheta do tempo pouco tem alterado na intér-

mina sucessão caleidoscópica de governos, que nem sempre se adaptam às imprescindíveis craveiras. Esse procaz e onívoro fantochismo político cuja ação deletéria todos conhecemos e sentimos, esperam-no todos os verdadeiros patriotas), há-de diluir-se num lento processo de autofúgia, graças aos densos misericordiosos... Para que não cheguemos à cólera do açoite punitivo...

Épocas houve em que o focar em assuntos dessa magna natureza provocava risotas e diabolos de comiserção, ou afixava, sobre os que os perslutravam, coimas e apóios que podiam levar às algemas policiais ou à queima de edições em fogneiras inquisitoriais. Hoje em dia, porém, com a evolução das mentalidades, os que os aventamos com desassombro mas com acendrado patriotismo talvez sejamos por muitos misericordiosamente tachados de esmaniados, ou concertos displicentes bocejo irritado dos que assoimilam a vida pública brasileira a um perenal zangarreio de caneanistas em vilegiatura...

As condições que acabo de focar em artigo dominical para "Diário dos Estados" (na página cooperativista que dirige, esse jovem idealista, dinâmico e culto, que é Valdiki Moura e por mim recentemente verificadas nos meios rurais fluminenses, ampliam-se a todo o Brasil. Ai novamente vimos, após alguns anos, os mesmos resultados daqueles índices ínfimos de calorias que anemiam nosso homem rural, tão bem efingidos pelo Agostinho Monteiro. Daí, como acentuei, o caráter que revestem, de elementos causativos, entre outros, da posição de eterno desencanto, de desesperança, de introversão desse nosso homem rural, em seu intermínio fadário. Daí as psicoses, as discenesias, etc... desse nosso nobre e desamparado patrício.

O Dr Agostinho Monteiro encerrou sua brilhante conferência com sugestões mercedoras de meditação, entre elas destacando-se a pertinente ao cooperativismo, mais uma afirmação de sua fé nas virtudes de palingenésia dessa fecunda fórmula supra capitalista de disciplina econômica e moral, de potencialização de esforços e de auto-governo.

Sombart já disse que a escola cooperativa reconhece o papel relevante da *técnica moderna* na construção do edifício social do futuro.

Constitui o cooperativismo uma concepção de progresso humano cuja essência repousa na ação solidário de produtores e consumidores governando, eles mesmos, seus próprios interesses em empresas próprias e autônomas, tanto em países pré-capitalistas como em países de sub ou de supercapitalismo.

COMPANHIA DOCAS DE SANTOS

O relatório apresentado à Assembléa Geral pela diretoria da Companhia Docas de Santos comprava não só a constante desenvolvimento da grande portilha paulista como atesta, igualmente a segura política posta em prática pela empresa concessionária. O tráfego do porto de Santos alcançou em 1947 a expressivo total de 5.126.102 t., a que significa um acréscimo de 299.613 t. sobre a movimentação verificada em 1946. Não obstante a aumenha na corrente da importação causadora maior do congestionamento partuária, a qual passou para 3.531.522 t., vale dizer subiu de 635.154 t. em relação à de 1946, a respectiva movimentação pode ser feita normalmente, de sorte que a demora dos navios aguardando atracação se foi reduzindo até praticamente, desaparecer.

Tal se deveu, em boa parte, à chegada da aparelhagem moderna, guindastes, carrinhos elétricos, empilhadeiras, tratores, cavalos mecânicos, etc., cujas encomendas haviam sido colocadas tão pranto as fábricas se mostraram dispostos a recebê-las. A imediato entrada em serviço desse material permitiu alcançar os resultados acima, das mais onimdores para a economia do país. Ainda com relação à renovação do material convém assinalar a chegada, no fim do exercício de 1947, dos primeiros guindastes ingleses, de uma encomenda de 47, destinadas a substituir os antigos guindastes hidráulicos do calis do Sabão. Foram, também, comprados 12 guindastes sobre lagartas para o calis do Macuco.

No decorrer do ano de 1947 foi concluído o estudo da nova relação-programa destinada a substituir a de 1945, tornada insuficiente em virtude do crescimento observada no tráfego do porto em 1946. As obras e aquisições incluídas e especificadas nessa nova relação-programa, cuja realização se estenderá até 1950, elevam a estimativa do custo total a cerca de 490 milhões de cruzelras, o que representa um aumento de 291 milhões sobre a relação-programa de 1945.

Merece regista especial a circunstância da Comissão Especial, formada na Câmara dos Deputados, sob a presidência do Sr Milton Protes, para estudar as causas do congestionamento do porto de Santos, haver orientado as seus trabalhos com alta espírito pública e construtivo. Do seu lado a comissão técnica, nomeada pelo ministro da Viação para o estudo do problema do tráfego entre o litoral paulista e o planalto, apresentou conclusões recomendando a concentração de esforços no porto de Santos, cujo desenvolvimento não apresenta dificuldades e já está previsto para lhe dar capacidade superior a 30 milhões de toneladas-movimento, por ano. Como se deduz dos números e razões acima, resumidos do relatório da diretoria, continua a Companhia Docas de Santos a cumprir o seu programa fazendo desse grande porto um segura instrumento posto a serviço do desenvolvimento da economia de São Paulo e do Brasil.

BANCO DO BRASIL

O Crédito Agrícola e Industrial, através dos dados do Relatório apresentado à Assembléia de 30 de abril deste ano

Desde os graves problemas da vida brasileira que, do Império à República, vinham solicitando a atenção dos governos, destaca-se, por sua importância, o do crédito agrícola. Objeto de longos estudos e discussões em todos os países, não poderíamos ter a pretensão de vê-lo instituído, da noite para o dia, na vastidão do nosso território, contando com condições sociais e econômicas as mais variadas.

Por outro lado, dele não nos poderíamos descurar, pois sem o crédito rural não lograríamos erguer a estrutura econômica da nação.

Decidiu-se o governo, a muito avisadamente, pela segunda alternativa, e foi assim que se instituiu, pela lei número 454 de 9 de julho de 1937, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Logo em seguida e pelo decreto número 492 de 30 de agosto de 1937, a lei do penhor rural foi atualizada, facilitando-a a emissão da cédula pignoratícia, providenciada essa em cuja elaboração prestou seu concurso o Dr. Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade Nacional da Agricultura no então Ministro do Trabalho, Dr. Agamenon Magalhães. Com essa medida visava-se generalizar, como aconteceu na Argentina, o uso do penhor formula reconhecida como das mais eficientes para a concessão do crédito à classe agrícola.

Atual, pôde o Brasil, vencida a resistência inexplicável dos estabelecimentos bancários, sempre receiosos em suas transações com a lavoura, ver instituída oficialmente o crédito agrícola, ficando-se inicialmente as seguintes bases: custeio de entre-safra; recursos para a melhoria dos processos de cultura; facilidades para aquisição de maquinários e sementes; melhoria dos rebanhos e compra de gado para recria e engorda. As cooperativas não ficaram esquecidas, pois a Carteira de Crédito Agrícola, pelo seu art. 4, com elas operaria desde que constituidas legalmente.

Além das garantias do penhor rural, fiança idônea e hipoteca, as empréstimos até cinco mil cruzeiros não ficavam dependendo de disponibilidades cadastrais.

O governo conservando-se sempre atento à expansão do crédito no nosso meio rural, vem aperfeiçoando a legislação de empréstimos e novas facilidades são, a cada passo, concedidas: isenção de impostos, dilatação prazos para as operações de penhor, letras hipotecárias, etc.

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial começou a operar em 1938 e já em fins de 1941, o montante das transações elevava-se a 23.097 das quais 14.003 com pequenos produtores (entre 250,00 cruzeiros à 30.000 na l. cruzeiros) ou seja 61%. Nesse número deve-se acrescentar as executadas por intermédio das cooperativas e os provenientes da assistência

prestada ao financiamento de safra, como nos casos do café, açúcar, algodão, arroz e muitas iniciativas novas, redundando em auxílio a grandes e pequenos produtores.

De 91 milhões de cruzeiros em 1938, primeiro ano da atividade, em fins de 1941 os empréstimos concedidos alcançavam 1 bilhão e setecentos e sessenta e sete milhões de cruzeiros; só em 1941, esses empréstimos atingiram 912 milhões de cruzeiros.

Está evidente que, se não se tratasse da instituição bancária nacional, dispendo de grande número de agências, como é o caso do Banco do Brasil, resultados tão auspiciosos não teriam sido obtidos.

Des anos decorridos, tornou-se volumoso as transações da Carteira com a lavoura e pecuária, e se aperfeiçoando, em muitos casos, não só o crédito rural que propicia, mas também o respectivo processo de concessão.

Os resultados dos últimos anos estão condensados na parte do Relatório do nosso principal estabelecimento de crédito referente à importante Seção, tendo a Sociedade Nacional de Agricultura votos para que continue a administração do Banco do Brasil, como até aqui, a lhe reservar a sua melhor atenção a recursos de modo à atingir plenamente os seus elevados objetivos de propulsor da economia nacional.

A projetada reforma bancária virá certamente, nos termos da atual Constituição, imprimir maior expansão ao crédito agrícola no país, podendo contar, para este resultado, com a organização da classe rural através dos seus órgãos associativos, de acordo com o decreto-lei 8.127, de 24-10-1941, organização essa que se vai processando a passos seguros em todo o território nacional.

CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL

a) Recursos e Aplicações

O problema dos recursos destinados às aplicações da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial permanece na mesma situação descrita no nosso Relatório do ano passado.

O quadro adiante demonstra a anomalia de nossa posição contábil, onde as aplicações dependem, em maior parte, de um desconto de natureza antitécnica e de apelos diretos, também antitécnicos, à caixa geral do Banco do Brasil.

É' obvio, em matéria bancária, que um banco captador de recursos representados por depósitos à vista e a curto prazo não pode, sem sérios inconvenientes, emprestar dinheiro a prazo médio e longo.

Não é possível fazer-se crédito agrário e industrial, no volume e na extensão solicitados, com frequência, por associações de classe e órgãos interessados, sem prover com recursos suficientes, e a juro baixo, a Carteira distribuidora do crédito.

O fulcro do nosso crédito agropecuário está no fornecimento de recursos, para as aplicações, a custo capaz de permitir empréstimos a juros suportáveis pela lavoura e pela pecuária.

A questão das taxas de juros, assim, envolve sérias dificuldades. Não se deve esquecer que elas são funções do equilíbrio do mercado financeiro. Pensar em obter recursos, voluntariamente cedidos, a taxas baixas quando o equilíbrio se expressa em taxas superiores, seria uma ilusão. Só através da coação compulsória poder-se-ia obtê-los.

Enquanto dependermos do redesconto de nova espécie e dos saques contra a Caixa Geral do Banco,

não é possível realizar a proeza de dar crédito amplo à lavoura a juro de 6%, de 5% ou mesmo de 4%, como se solicita amiúde. Onde buscar a solução de captar dinheiro, a prazo médio e longo, a 5%, 5½% e 6%, que são os limites das possibilidades atuais, para emprestá-lo a 5% ou até a 4%, como muitos pedem?

Como seria coberto o prejuízo?

Os recursos provenientes dos bonus agrícolas, que devem ser subscritos pelos institutos de previdência, como aplicação de parte de sua receita, não deram o resultado esperado. Limitam-se até agora, à cifra insignificante de pouco mais de Cr\$ 75.000.000,00 além de Cr\$ 299.000.000,00 (números redondos) de depósitos a prazo fixo destinados à aquisição daqueles títulos. Esses algarismos são mais ou menos os mesmos do exercício precedente. Como no ano anterior, o problema continua pendendo de decisão do Conselho Técnico do Departamento Nacional de Previdência Social. Até agora, porém, não foi resolvido. Tem sido, portanto, muito deficiente a fonte de recursos, criada por lei em boas condições técnicas.

RECURSOS E APLICAÇÕES

Balanço em 31 de dezembro de 1947

Recursos		Aplicações	
	Cr\$		Cr\$
Recursos próprios da Carteira			
(Dec.-Lei n.º 3.077, de 26-2-41)			
Depósitos judiciais a vista e de aviso prévio de menos de 90 dias	977.961.132,10	Empréstimos rurais	3.683.759.584,80
Depósitos judiciais a prazo e de aviso prévio de 90 dias ou mais	36.766.633,40	Empréstimos industriais	695.426.170,40
Depósitos de empréstitos concessionárias de serviços públicos	103.436.613,70		4.379.185.755,20
Depósitos obrigatórios a prazo fixo (Institutos)	299.164.585,00	Créditos em Liquidação	249.306.752,20
	1.417.328.964,20		
Bonus em circulação	75.863.000,00		
	1.493.191.964,20		
Recursos de outras origens:			
Da Carteira de Redescontos	553.754.245,90		
Das disponibilidades gerais do Banco	2.581.546.297,30		
	3.135.300.543,20		
Todos os recursos	4.628.492.507,40	Todas as aplicações	4.628.492.507,40

Não foram mencionados os "Empréstimos em Letras Hipotecárias", que conforme seu próprio nome indica, não são realizados em espécie.

As aplicações supra são representadas pelos saldos devedoras em 1-12-47, tendo que os créditos, abertos em igual data, se compunham das seguintes parcelas:

Empréstimos Rurais	4.140.226.388,90
Idem Industriais	793.732.389,70
Total	4.933.958.778,60

Das dados existentes no quadro anterior, em comparação com os do Relatório do ano passado (pg. 68), deduz-se ter havido uma diminuição acentuada nas aplicações globais da Carteira:

	Cr\$
Total em 31-12-1946	5.015.041.015,70
Total em 31-12-1947	4.628.492.507,40
Diferença	386.548.508,30

Essa diferença corre, principalmente, à conta de amortizações ou liquidações de empréstimos pecuários que não puderam ser renovados em virtude da proibição da Lei de moatória n.º 8, de 19 de dezembro de 1946.

Na realidade, o total dessa queda nas operações de pecuária foi superior aos algarismos da diferença acima indicada, a qual, entretanto, no valor global das aplicações da Carteira, mostra-se menor, por motivo do correspondente aumento, edlante evidenciado, nos financiamentos agrícolas.

As aplicações da Carteira (exclusive os créditos em liquidação) representavam, a 31 de dezembro de 1947, o total de Cr\$ 4.379.185.755,20. O quadro a seguir discrimina as operações em ser, os saldos devedores e as respectivas garantias:

ATIVIDADE	Operações em ser		Saldo	Garantias
	N.º	Cr\$ 1.000	Cr\$ 1.000	Cr\$ 1.000
Agrícola	6.466	860.084	509.494	2.185.016
Agro industrial	328	597.839	403.943	1.434.318
Pecuária	26.310	2.672.264	2.760.493	6.736.857
Agro-pecuária	201	10.039	9.830	54.959
Industrial	332	793.733	695.426	1.550.457
Total	33.637	4.933.959	4.379.186	11.970.607

CRÉDITOS EM VIGOR EM 31 DE DEZEMBRO DE 1947
Número e valor em milhares de cruzeiros

Unidades Federadas e Capitais	Agrícolas		Pecuárias		Agropecuárias		Industriais		Agroindustriais		Total	
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Guaporé	1	20	—	—	—	—	—	—	—	—	1	20
Acre	—	1.100	7	2.693	—	—	—	—	—	—	11	3.793
Amazonas	13	378	10	765	—	—	3	770	1	75	27	1.700
Rio Branco	11	308	23	2.274	—	—	—	—	—	—	34	2.582
Pará	12	203	62	6.650	—	—	—	—	9	518	83	7.341
Amapá	—	—	—	320	—	—	1	226	—	—	4	546
Norte	41	2.20	105	12.40	—	—	4	1.01	10	593	160	16.22
Maranhão	89	16.020	27	597	—	—	20	6.955	—	—	136	23.572
Paraná	96	9.808	293	13.027	6	177	5	85	8	761	408	24.633
Ceará	89	1.809	1.360	43.746	13	452	8	5.28	8	1.185	1.498	53.02
Rio Grande do Norte	62	1.854	1.475	79.692	73	3.052	24	14.231	13	2.161	1.647	100.990
Paraíba	213	10.388	2.003	144.291	57	3.535	8	4.082	3	1.074	2.304	163.37
Pernambuco	77	16.473	1.852	169.180	5	314	7	7.131	10	354.707	2.049	547.400
Alagoas	3	250	656	57.594	—	—	8	6.640	13	14.226	680	78.710
Nordeste	629	56.602	7.666	508.127	154	7.530	80	45.732	193	374.109	8.722	992.10
Sergipe	13	60	821	51.588	2	74	4	2.40	27	6.773	867	61.375
Bahia	263	34.679	3.093	210.394	21	641	5	3.090	7	15.039	3.370	263.843
Minas Gerais	328	22.909	6.083	818.780	3	196	25	67.481	11	4.067	6.450	913.433
Espírito Santo	255	15.622	387	22.391	2	28	5	2.083	18	1.708	667	41.832
Rio de Janeiro	221	17.062	1.077	73.626	3	234	19	20.838	21	56.465	1.341	168.225
Distrito Federal	93	1.230	31	6.602	1	573	40	167.743	5	2.898	170	179.040
Leste	1.173	91.962	11.482	1.183.381	32	1.746	98	263.715	89	86.950	12.874	1.627.754
São Paulo	3.019	40.563	2.567	368.750	3	56	83	383.726	30	57.397	5.702	1.230.492
Paraná	208	34.869	266	25.320	2	520	32	30.717	3	10.056	511	101.482
Santa Catarina	117	1.356	92	4.836	—	—	6	4.781	—	—	215	10.973
Rio Grande do Sul	1.222	249.090	1.165	175.243	9	173	28	63.546	2	68.496	2.666	556.544
Sul	4.566	705.878	4.330	574.149	14	749	149	482.770	35	135.949	9.094	1.899.495
Mato Grosso	49	845	1.394	182.371	—	—	—	—	1	2	1.444	183.454
Goiás	8	2.588	1.333	211.828	1	14	1	500	—	—	1.343	214.930
Centro-Oeste	57	3.433	2.727	394.199	1	14	1	500	1	238	2.787	398.394
Brasil	6.466	860.084	26.310	2.672.264	201	10.039	332	793.733	328	597.839	33.637	4.933.959

É necessário ressaltar que, na nomenclatura usual da Carteira, classificam-se como agro-industriais operações de custeio da entre-safra de cana de açúcar. São assim denominadas porque destinam-se a obter matéria-prima para a indústria açucareira; mas nem por isso deixam de ser operações agrícolas. Somadas as duas verbas (agro-industrial e agrícola), temos para a conta de crédito agrícola propriamente dito o total

de Cr\$ 913.437.072,80 (saldo devedores em 31-12-47). Além disso, o quadro a seguir esclarece que os empréstimos agrícolas (inclusive os agro-industriais) foram os únicos cujos totais subiram de 31-12-1946 para 31-12-1947, apresentando um acréscimo de Cr\$ 140.693.389,20, enquanto os industriais caíram, correspondendo a um decréscimo de Cr\$ 44.347.420,10:

COMPARAÇÃO ENTRE AS APLICAÇÕES DA CARTEIRA EM 31-12-46 e 31-12-47
Em cruzeiros

ATIVIDADE	Saldo devedores		Variação
	Em 31-12-46	Em 31-12-47	
Agrícola	432.277.526,80	509.493.888,30	+ 77.216.361,50
Agroindustrial	340.466.156,80	403.943.184,50	+ 63.477.027,70
Pecuária	3.355.560.962,80	2.760.492.515,20	- 595.068.447,60
Agropecuária	10.190.117,60	9.829.996,80	- 360.120,80
Industrial	739.773.590,50	695.426.170,40	- 44.347.420,10
Total	4.878.268.354,50	4.379.185.755,20	- 499.082.599,30

Observações: — Vê-se que foi nas "Empréstimos Pecuários" que se acentuou a baixa das aplicações. Note-se, porém, que nem todo o decréscimo aí verificado traduz liquidações, uma vez que cerca de Cr\$ 200.000.000,00 foram transferidos dessa rubrica para "Créditos em Liquidação", durante o ano.

Os empréstimos pecuários desceram a Cr\$ 2.760.492.515,20. Três fatores contribuíram principalmente para esse decréscimo: a) a vultosa quantia de cerca de Cr\$ 200.000.000,00 que transferimos para "Créditos em Liquidação"; b) a grande massa de créditos imobilizados pelas sucessivas moratórias; c) a cautela imposta pela presente situação do mercado de gado.

Não obstante os entraves decorrentes da própria Lei n.º 8 (moratória), ainda nos foi possível atender a novas operações, num total de Cr\$ 88.250.703,40.

De agora em diante, com o advento da Lei n.º 209, que disciplina melhor a concessão da moratória, poderemos operar com maior largueza para atender as necessidades dos verdadeiros criadores, recriadores e investistas.

Contrariamente à afirmação de que favorecemos mais a indústria do que a agricultura, não só os totais comparados nas cifras do quadro anterior mostram não ser justificada a afirmativa, como, ainda, é indispensável considerar o número de operações numa e noutra modalidade. Enquanto para a concessão do crédito agrícola tínhamos, em vigor, em 31 de dezembro de 1947, 6.794 contratos, para o crédito industrial havia, apenas, 332 contratos. Na primeira modalidade atendemos a um número muito maior de clientes, vinte vezes a quantidade dos que se beneficiaram do crédito industrial. Além disso, ocorre ponderar que, por sua própria natureza, o empréstimo industrial é, individualmente de valor bem superior, visto serem mais dispendiosas as instalações fabris do que as rurais.

Quanto à distribuição dos créditos, entre pequenos, médios e grandes produtores, os quadros a seguir dispõem maiores comentários, por expressivos que são, revelando a forma equitativa observada no deferimento dos empréstimos da Carteira:

FINANCIAMENTOS RURAIS
a) Números

PRODUTORES	1938/42	1943	1944	1945	1946	1947	Total
— Pequenos —							
De Cr\$ 250,00/ 5.000,00	4.329	1.047	935	1.049	686	315	8.361
5.001,00/ 10.000,00	5.480	1.832	2.472	2.717	1.776	618	14.895
10.001,00/ 20.000,00	7.605	2.583	3.110	3.819	2.768	900	20.785
20.001,00/ 30.000,00	4.613	1.784	2.760	3.153	1.930	458	14.698
	22.027	7.246	9.277	10.738	7.160	2.291	58.739
— Médios —							
De Cr\$ 30.001,00/ 50.000,00	5.287	2.019	3.364	4.009	2.544	649	17.872
50.001,00/ 100.000,00	5.848	2.467	4.406	5.518	3.215	943	22.397
	11.135	4.486	7.770	9.527	5.759	1.592	40.269
— Grandes —							
De Cr\$ 100.001,00/ 500.000,00	5.210	2.648	5.590	7.490	4.103	1.618	26.659
Superiores a Cr\$ 500.000,00	583	416	1.115	1.859	456	346	4.775
	5.793	3.064	6.705	9.349	4.559	1.964	31.434
Todos os produtores	38.955	14.796	23.752	29.614	17.478	5.847	130.442

b) *Porcentagem*

PRODUTORES	1938-42	1943	1944	1945	1946	1947	Total
<i>Pequenos</i>							
De Cr\$ 250,00/ 5.000,00	11	7	4	4	4	5	6
5.001,00/10.000,00	13	12	10	9	10	11	11
10.001,00/20.000,00	19	17	13	13	16	15	15
20.001,00/30.000,00	12	12	12	11	11	8	11
	55	48	39	37	41	39	43
<i>Médios</i>							
De Cr\$ 30.001,00/ 50.000,00	14	14	14	14	15	11	14
50.001,00/100.000,00	16	17	19	18	18	16	17
	30	31	33	32	33	27	31
<i>Grandes</i>							
De Cr\$ 100.001,00/500.000,00	13	18	23	25	23	28	22
Superiores a Cr\$ 500.000,00	2	3	5	6	3	6	4
	15	21	28	31	26	34	26
<i>Todos os produtores</i>	100	100	100	100	100	100	100

b) *Crédito Agrícola*

ALGODÃO

Tendo terminado o financiamento especial de algodão em pluma, feito pelo Banco do Brasil, por ordem e conta do Tesouro Nacional, não existe mais nenhum saldo em favor da Carteira, pois esses saldos foram todos transferidos ao Governo, com a respectiva garantia. O quadro a seguir historia tais financiamentos:

SAFRAS	Créditos concedidos Cr\$ 1.000	Debitado à conta "Liquidação" do Tesouro Nacional		Liquidações normais	
		1.000 arrobas	Cr\$ 1.000	1.000 arrobas	Cr\$ 1.000
1941/1942 Decreto 4.217 (Encerrada)	297.167	935	50.760	4.573	246.407
1942/1943 Decreto 5.360 (Encerrada)	292.055	95	6.530	8.865	282.623
1943/1944 Decreto 6.397 (Encerrada)	1.497.023	9.637	854.535	7.412	633.950
1944/1945 Decreto 6.938 (Encerrada)	1.142.752	8.380	721.189	4.604	408.044
1945/1946 Decreto 8.999 (Encerrada)	41.976	19	1.513	471	40.463
<i>Tódas as safras</i>	3.270.973	19.066	1.634.527	20.925	1.611.487

A vista dos altos valores obtidos pelo algodão no mercado interno, desde o fim de 1946, cessaram os motivos da política de defesa do preço que vinha sendo mantida pelo Governo, desde a safra de 1941/1942, tendo sido suspenso tal financiamento especial a partir de fevereiro de 1947.

Quanto ao financiamento agrícola normal, isto é, para custeio da entre-safra, começam os lavradores a solicitar maior liberalidade, sob a alegação de que reina certa desconfiança entre eles.

Os adiantamentos feitos atualmente pela Carteira são baseados em 60% da produção provável, não podendo ultrapassar Cr\$ 700,00 por hectare ou sejam Cr\$ 1.694,00 por alqueire, tomando-se como base os preços correntes, na região, para a arroba de 15 k. de algodão em caroço. Se a colheita prevista for superior à que corresponder nos máximos estabelecidos, poderá o financiamento ser acrescido do custo real da colheita, transporte e preparo da quantidade a ser colhida a mais, observado o limite de 60% do seu valor.

O adiantamento máximo ora permitido, equivale a uma produção de 30 arrobas, em caroço, por hectare, ao preço unitário de Cr\$ 38,80. Ainda não temos dados completos sobre a última colheita mas as informações obtidas, referentes à safra de 1945/1946, acusam a média geral de produção de 25 15 arrobas em caroço por hectare. Parece nos perfeitamente razoável e prudente, portanto, o critério adotado.

Quais os motivos verdadeiros das quebras de produção assinaladas pelo plantadores? Tudo faz crer que as razões são mais profundas, não se devendo precaver nas necessárias limitações de crédito. Antes de iniciar-se a safra 1946/1947, os bancos e os órgãos técnicos do Governo começaram a receber avisos, de todas as regiões produtoras de São Paulo, de que para essas quebras verificadas na safra anterior que começaram a ser notadas desde a safra 1944/1945 — concorreram preponderantemente, além de fatores climáticos adversos, a má qualidade das sementes, as pragas as deficiências técnicas e a impropriedade das terras.

O Governo está atento a todos esses fatores, para auxiliar a lavoura a removê-los, em tudo quanto couber na ação oficial.

AÇÚCAR

Tem-se notado, ultimamente, certo desassossego entre os produtores de açúcar, que alegam dificuldades de exportação.

A produção atingiu alto nível e procura escasseamento. Enquanto esta se não verificar, aumenta o apelo ao crédito.

A Carteira continua realizando, normalmente, os empréstimos para custeio da entre-safra e, em alguns casos para melhoramento das usinas no sentido de diminuir o custo da produção. Tem-se abastecido, entretanto, de concorrer, pela concessão, indiscriminada do crédito para o aumento da produção, dadas as circunstâncias atuais que desaconselham o agravamento da pressão da oferta no mercado de açúcar.

Em 16 de maio de 1947, isto é, antes da modificação do artigo 5.º da Lei n.º 8, considerando que já se retardava demasiadamente o financiamento da lavoura canavieira do Nordeste, propôs a Carteira, e a Diretoria resolveu, *ad referendum* do Sr. Ministro da Fazenda, fazer iniciar aquela operação, que atinge, cada ano, a cerca de 200 milhões de cruzeiros, o que neste exercício subiu a 320 milhões. Na mesma ocasião, foram deferidos vários empréstimos desse gênero, no total aproximado de 90 milhões de cruzeiros, a usinas do Sul, localizadas especialmente nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, empréstimos que aliviarão muito as finanças daquelas organizações.

Foi assim, devidamente amparada a produção açucareira, sendo de notar que este ano, atendendo a instantes solicitações de algumas usinas, concedeu a Carteira financiamentos para canaviais novos, a dois anos

de prazo, sempre que a situação financeira da interessada reclamava, realmente, esse auxílio excepcional.

CAFÉ

O aparecimento da broca do café nas lavouras de vários Estados cafeeiros, notadamente em São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, tem provocado diversas medidas de cautela, por intermédio do Ministério da Agricultura e das Secretarias de Agricultura daqueles Estados.

A Carteira Agrícola expediu instruções, às Agências do Banco do Brasil, nas regiões atacadas, para que se não interrompa o financiamento da entre-safra, adotadas, naturalmente, as medidas de prevenção e de prudência.

CONTRATOS COM O DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ

Na forma das condições ajustadas entre o Banco e o Departamento Nacional do Café (Decretos-leis n.ºs 3.049, 3.934, 5.147, 6.190 e 7.570) recomendou-se às nossas Agências a adoção de providências que facilitem, em linhas liberais, a liquidação dos financiamentos especiais ainda pendentes.

ENTRE-SAFRA DE CEREAIS

Os financiamentos se processam normalmente.

As bases são as seguintes, para os principais produtos:

Aroz — Com irrigação, especialmente no Rio Grande do Sul; 60% do valor da colheita prevista, calculado o adiantamento, entretanto, na base máxima de Cr\$ 1.551,70 por hectare (correspondente a Cr\$ 2.700,00 por quadra). Sem irrigação; 40% do valor da colheita prevista, calculado o adiantamento na base máxima de 25 sacos, de arroz em casca, por hectare.

Fevijão — 50% do valor da colheita prevista, calculado o adiantamento na base máxima de 20 sacos por hectare.

Milho — 60% do valor da colheita prevista, calculado o adiantamento na base máxima de 27 sacos por hectare.

Trigo — 40% do valor da colheita prevista, calculado o adiantamento na base máxima de 500 quilos por hectare.

Arrozolim — 40% do valor da produção provável, máxima de 50 sacos por hectare.

Soja — 40% do valor da produção provável, máxima de 25 sacos por hectare.

ENTRE-SAFRA DE OUTROS PRODUTOS

O auxílio da Carteira vem sendo prestado sem interrupção, nas mesmas condições até aqui vigentes.

Mesmo em casos como o da *cêra de canaúba*, cujas cotações sofreram grande baixa, calculo da mala ou menos Cr\$ 900,00 para Cr\$ 300,00 a arroba, se não recusa a Carteira a financiar a entre-safra, adiantando até 40% do valor da colheita prevista. Ainda a propósito da *cêra de canaúba*, convém assinalar que muitos apelos têm sido feitos para que a Carteira sustente o mercado. Temos esclarecido sempre que esse gênero de operações se não enquadra no nosso Regulamento, só podendo ser feito através de lei especial.

Sobre este assunto, a Carteira, respondendo a um pedido de informações, enviou um ofício ao Ministério da Fazenda, em 6 de novembro, do qual extraímos os seguintes tópicos:

"Preliminarmente, achamos não se deva, em hipótese alguma, fixar para o produto em questão o preço básico de Cr\$ 800,00/900,00, só atin-

gido em época anormalíssima, de grande procura da cêra vegetal, já por força de um consumo extraordinário, já pela falta de sucedâneos, por decréscimo da fabricação destes.

"Justificando esse ponto de vista, devemos informar que, passada a crise verificada até 1942/1943, vinham sendo nossos financiamentos, para extração e preparo do produto realizados na base do preço de venda então vigorante, de cêra de Cr\$ 300,00 por arroba. Empréstamos, para aqueles fins, 40% desse valor, propiciávamos o bastante para custear as despesas de produção da cêra que, desse modo, orçavam em Cr\$ 120,00 por arroba.

"Até fins de 1946, a assistência da Carteira para essa indústria extrativa girava em torno dessa base. Foi quando as cotações do produto começaram a elevar-se, registrando-se um aumento de 200% sobre as cotações verificadas durante o ano de 1944. Começaram, então, os interessados a reclamar financiamentos mais amplos. Considerando que os altos preços que o produto vinha alcançar, acarretariam, em verdade, maiores despesas de extração, pelo menos quanto à mão de obra, passamos a permitir o financiamento na base de 30% do preço de venda da mercadoria, limitando este, entretanto, ao máximo de Cr\$ 1.000,00, correspondente ao preço de custo, máximo, de Cr\$.. 300,00 por arroba.

"É certo, porém, que os nossos financiamentos já se estão reajustando nos níveis anteriores, havendo empréstimos concedidos para custeio da safra em curso à razão de 30% sobre o preço básico de Cr\$ 350,00 por arroba. Ora, se se faz a extração nessa base, é de concluir-se que, mesmo nos preços de mercado atuais, continue rendosa a exploração.

"Por outro lado, baseando-nos no preço da cêra sintética, da April Corporation, de 80 cents por libra, segundo elementos constantes do processo que esse Ministério nos encaminhara, verificamos que o mencionado sucedâneo será vendido ao consumidor a Cr\$ 495,00 por arroba, ao câmbio vigente de Cr\$ 18,72 por dólar, afigurando-se-nos, pois, que nos será possível concorrer vantajosamente com o mesmo produto, desde que sejamos cautelosos na fixação dos preços de venda da nossa mercadoria.

"Isto posto, tendo em vista os elementos de que dispomos, parece-nos que nenhum financiamento, na conjuntura atual, deveria ser feito na base de preço que excedesse Cr\$ 300,00/350,00 por arroba de cêra de primeira qualidade, sobre o qual se emprestariam, no máximo 60%.

"Acresce que, calculando-se em 5 milhões de quilos o remanescente da safra passada e em 16 milhões, mais ou menos, a safra em curso, quantidades que, na forma do projeto, seriam financiadas, nessa operação ter-se-ia que aplicar soma apreciável mesmo que se observassem aquelas condições, esse emprégo de capital ascenderia a Cr\$ 180.000.000,00/210.000.000,00".

Quanto ao financiamento do CACAU, registramos as seguintes ocorrências:

Venceu-se em 31 de maio de 1947 o contrato com o Instituto de Cacau da Bahia, de Cr\$ 50.000.000,00, destinado:

- a) Cr\$ 20.000.000,00, para a construção, montagem, ampliação ou desapropriação de armazéns, fábricas e aparelhamentos que têm por fim melhorar as condições comerciais do cacau;
- b) Cr\$ 30.000.000,00, para o financiamento da manteiga e da torta de cacau. A finalidade desta parcela foi posteriormente modificada, ficando a mesma reservada para adiantamen-

tos aos cacauicultores, previstos no item I da Portaria n.º 63, da extinta Coordenação da Mobilização Econômica.

Em 25 de julho de 1947, novo crédito de Cr\$... 30.000.000,00 foi facultado ao Governo do Estado da Bahia, através do Instituto do Cacau, para ser aplicado no financiamento de adiantos de cacau, mediante adiantamento aos cacauicultores sobre o produto que venderem ou entregarem ao Instituto, ficando este autorizado a dar o respectivo penhor mercantil.

Encontra-se em discussão na Câmara Federal o projeto número 815-1947, visando assegurar

"auxílio e vantagens a pessoas naturais ou jurídicas para construção, instalação e exploração de estabelecimentos destinados à industrialização de cacau e seus subprodutos" e dando outras providências".

No que se refere à Carteira, as obras que se tem em vista efetuou com o seu auxílio já vêm sendo financiadas, há muito tempo, sempre que satisfeitas as exigências regulamentares.

Segundo informações colhidas em fontes merecedoras de fé, a cotação do cacau, depois de ter atingido a Cr\$ 245,00 por arroba, ainda se mantém no elevado preço de Cr\$ 180/190,00, havendo tendência para alta. Tudo, assim, faz acreditar que estejam os interessados atravessando fases de lucros amplamente compensadores.

Não há anormalidade a assinalar, não só quanto ao deferimento dos empréstimos para custeio de entesafra como quanto a respectiva liquidação.

PLANO DE EMERGÊNCIA

Pelo Decreto-lei n.º 9.879, de 16 de setembro de 1946, foi o Banco, por sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, autorizado a conceder adiantamentos sobre arroz, feijão, milho, soja, girassol, amendoim e trigo, bem como a adquirir esses produtos para fins de defesa dos preços.

Em 7 de julho de 1947, firmou-se o contrato entre o Tesouro Nacional e o Banco, destinado a regular a execução do Plano.

Os preços assegurados aos tipos padrão são os seguintes:

- Arroz — Cr\$ 155,00 por saca, beneficiado;
- Feijão — Cr\$ 115,00 por saca das variedades brancas; Cr\$ 105,00 por saca das variedades de cêra ou rajadas; Cr\$ 100,00 por saca das variedades pretas;
- Milho — Cr\$ 60,00 por saca;
- Amendoim — Cr\$ 60,00 por saca de (25 quilos);
- Soja — Cr\$ 90,00 por saca;
- Girassol — Cr\$ 2,00 por quilo ensacado;
- Trigo — Cr\$ 2,00 por quilo (em grão).

Esse Plano de Emergência já está sendo posto em execução apenas no Rio Grande do Sul e no Paraná, únicos Estados que preencheram todos os requisitos necessários às operações.

Por decisão do Sr. Ministro da Fazenda, foi admitido aos beneficiários do "Plano" o Instituto Riograndense do Arroz, para cujos financiamentos foi concedido o limite de Cr\$ 100.000.000,00.

PRODUTOS FINANCIADOS

Segue-se um quadro estatístico, com a especificação, por produto, dos financiamentos agrícolas e agro-industriais, até 31 de dezembro de 1947, do qual consta, na parte final, em resumo, o total das operações destinadas a outras atividades amparadas pela Carteira:

MOVIMENTO GERAL DOS CRÉDITOS CONCEDIDOS ATE' 31-12-1947

Em milhares de cruzeiros

<i>Produtos financiados</i>	1938/942	1943	1944	1945	1946	1947	Total
Acácia Negra	93	30	—	—	116	—	239
Adubo	1.000	—	10	—	—	—	1.010
Agave	215	825	9.452	19.403	17.478	20	47.393
Alfafa	421	269	388	292	132	288	1.790
Algodão	226.705	100.027	139.889	142.922	115.615	57.895	783.053
Algodão em pluma	271.078	278.915	507.749	2.115.589	88.042	613	3.261.986
Alho	84	19	—	—	—	—	103
Amendoim	372	313	—	31	72	4.399	5.187
Arroz	252.892	141.394	213.556	167.993	208.258	128.140	1.112.233
Aveia	—	—	—	2	—	—	2
Batata	1.427	586	2.017	6.320	4.704	4.708	19.762
Caçau	12.938	57.515	5.649	5.225	3.936	32.420	117.683
Café	325.270	126.063	75.489	171.813	303.385	343.070	1.345.090
Café especial	130.351	68.009	114.711	136.858	63.145	12.435	525.509
Cana de açúcar	274.555	124.693	223.298	149.518	262.965	465.530	1.500.559
Carvão vegetal	428	72	—	—	—	—	500
Cebola	225	101	143	181	303	357	1.310
Cevada	—	—	20	—	—	—	20
Chá	—	21	30	—	—	—	51
Côco	—	—	—	—	12	—	12
Erva doce	—	14	—	—	—	—	14
Erva mate	291	—	208	607	—	—	1.106
Ervilha	—	—	42	—	—	—	42
Feijão	337	183	447	1.038	1.184	908	4.097
Frutas	5.789	472	282	6.536	1.347	1.654	16.080
Fumo	155	215	696	948	790	458	3.262
Gergelim	18	—	—	—	—	—	18
Guaxima	18	—	—	—	—	—	18
Juta	1.355	955	1.173	580	585	205	4.853
Lenha	150	614	—	—	—	—	764
Linhaça	10	28	168	78	—	—	284
Linho	2.616	748	361	996	663	1.307	6.691
Lúpulo	—	—	—	8	—	—	8
Mamona	1.564	984	81	171	1.604	5.216	9.620
Mandioca	29.532	6.217	4.279	4.349	4.187	3.388	51.952
Menta	2	2.679	6.234	247	—	—	9.162
Milho	4.494	3.466	6.040	22.230	15.413	12.844	64.487
Rami	25	69	—	140	152	—	386
Repólho	—	—	—	135	333	29	497
Sericultura	—	90	200	—	—	—	290
Tomate	21.928	5.000	5.023	233	8.787	10.548	51.519
Trigo	535	65	21	10	227	1.143	2.001
Uva	333	117	35	—	10	15	510
Outros produtos	24.106	4.479	4.328	4.404	2.515	1.784	41.616
Máquinas agrícolas	270	966	1.225	16.212	13.696	829	33.198
<i>Plano de emergência</i>							
Dec. Lei n.º 7.774	—	—	—	—	84.491	1.622	86.113
Dec. Lei n.º 9.879 — Arroz	—	—	—	—	—	100.000	100.000
<i>Ind. Extrativa Vegetal</i>							
Babaçu	1.209	5.574	7.338	15.635	20.627	13.542	63.925
Borracha	5.465	1.170	20	6	—	—	6.661
Castanha	469	—	—	100	2.035	1.730	4.334
Cêra de carnaúba	6.380	3.712	2.366	2.951	12.670	2.733	30.113
Madeiras	100	400	—	200	—	—	700
Oiticica	51	271	71	168	—	73	634
Piaçava	—	100	100	74	174	—	448
Tungue	66	—	—	—	—	—	66
<i>Melhoramentos Agrícolas</i>							
Irrigação de culturas de arroz	—	—	—	50	—	—	50
Agrícolas	1.605.322	937.740	1.333.139	2.993.553	1.239.653	1.209.904	9.319.311
Pecuárias (*)	1.071.968	566.643	1.971.808	2.094.868	804.876	88.206	6.598.369
Agropecuárias	19.384	6.284	6.113	7.957	3.522	30	43.310
Rurais	2.696.674	1.510.667	3.311.060	5.096.378	2.048.071	1.298.140	15.960.990
Industriais	514.247	236.907	141.516	157.214	271.422	205.374	1.525.980
TOTAL	3.210.921	1.746.874	3.452.576	5.253.592	2.319.493	1.503.514	17.486.970

(*) — O total das operações pecuárias inclui financiamentos de lã, no valor de Cr\$ 20.500.000,00.

c) *Crédito Pecuário*

Retomando o quadro comparativo com que abrimos o capítulo da pecuária no Relatório do ano passado (pág. 78) e adotando, como ponto de partida, o exercício de 1944, quando realmente se iniciou a expansão das respectivas aplicações, temos, agora, a seguinte posição:

	Milhões de cruzeiros
1944	2.078
1945	3.329
1946	3.250
1947	2.672

A grande inflexão no total dos créditos em vigor, durante o exercício de 1947, advem da moratória, vigente desde o principio de 1946, no começo por concessão do próprio Banco, conhecedor que era das dificuldades com que se debatiam seus clientes pecuaristas e, logo em seguida, por força dos Decretos-leis daquele ano e pela Lei n.º 8, de 19 de dezembro de 1946. Essa lei paralisou durante o exercício, quase todo o crédito pecuário, declarando que seriam nulas novas penhores constituídos pelos que estivessem no gozo da moratória (artigo 5.º).

Os poucos créditos concedidos, no referido exercício, o foram a criadores e criadores que se não haviam utilizado, até então, de adiantamentos do Carteira, ou a inventistas, que estavam exceptuados pela lei.

Limitadas por dispositivos legais, em grande escala, as possibilidades de novos empréstimos; levada a "Crédito em Liquidação" a vultosa soma de Cr\$ 200.000.000,00; encerrados diversos créditos por ato espontâneo de alguns devedores, que se não quiseram prevaler da moratória, o montante dos créditos em vigor declinou em 1947, verificando-se uma queda de Cr\$ 578.000.000,00 em relação ao ano anterior.

É conveniente esclarecer a discordância aparente dos algarismos do quadro das aplicações da Carteira — constante do título "a) Recursos e Aplicações" — que apresentam uma diferença entre o total dos créditos em vigor e o total dos saldos devedores, na pecuária:

Créditos concedidos	Cr\$ 2.672.264.117,30
Saldos devedores	Cr\$ 2.760.492.515,20

O maior valor dos saldos devedores corre por conta de juros e outros dispêndios que foram sendo debitados, suspenso, entretanto, os respectivos pagamentos, em virtude das sucessivas moratórias.

Prosseguindo no estudo da moratória, que vinhamos fazendo desde o Relatório do ano passado, cumpre, agora, estudar, em primeiro lugar, a Lei n.º 35, de 26 de maio de 1947, cujo objetivo foi permitir o financiamento aos estabelecimentos agrícolas, especialmente às usinas de açúcar.

São estes os termos da nova disposição legal:

"Art. 1.º — O artigo 5.º da Lei n.º 8, de 19 de dezembro de 1946, passa a ter a seguinte redação:

"Enquanto gozarem os favores desta moratória, os devedores e seus coobrigados não poderão alienar ou grever quaisquer de seus bens, sem expresso conhecimento dos credores, salvo quanto à constituição de penhores ou outras garantias para os fins de financiamento indispensável e estabelecimento agrícola ou industrial.

§ único — As obrigações que, em data posterior a esta Lei, forem constituídas pelo penhor ou outras garantias dadas para os fins de financiamento, ficarão excluídas dos favores desta moratória".

A vigência da Lei n.º 8 foi ampliada pela Lei n.º 52, de 30 de julho de 1947, que estendeu os efeitos da moratória até 30 de dezembro de 1947.

Finalmente, nos últimos dias do exercício de 1947, surgiu a sanção o projeto legislativo que, a 2 de janeiro de 1948, se converteu na Lei n.º 209, regendo, de modo completo, a moratória a criadores e recriadores.

Deixamos de transcrevê-la por ser de conhecimento geral.

S. Excia. o Sr. Presidente da República houve por bem vetar o artigo 34 do Projeto, cujo texto levantava "de pena criminal os devedores que antes ou depois de 19 de dezembro de 1946 houverem fraudado garantias outorgadas aos Credores".

Submetido esse veto à deliberação do Congresso, foi o mesmo aprovado.

Apesar de ter decorrido todo o período de 1947 sob a ação da moratória, deferimos 398 financiamentos pecuários, no total de Cr\$ 88.250.703,40, estando computadas nesse número seis operações, no valor de Cr\$ 5.500.000,00, realizadas com cooperativas de lãs.

d) *Créditos Industriais*

Nossas aplicações, em empréstimos industriais, estavam representadas, em 31 de dezembro de 1947, pelo total de Cr\$ 695.426.170,40, menos Cr\$ 44.347.420,10 do que no ano anterior, o que demonstra que não fizemos expansão de crédito para as atividades industriais, em detrimento do crédito agrícola, tal como já demonstramos.

Foram mantidas as taxas de juros de 7, 8, e 9% ao ano para os cooperativos, industriais de cada e outros empreendimentos respectivamente.

O movimento mensal dessas operações foi o seguinte:

1947	Milhares de cruzeiros
Janeiro	6.204
Fevereiro	1.330
Março	10.125
Abril	7.944
Mai	34.124
Junho	9.538
Julho	32.264
Agosto	15.936
Setembro	15.190
Outubro	39.291
Novembro	10.798
Dezembro	22.629
Total	205.373

e) *Letras Hipotecárias*

O histórico de liquidação do antigo Reajustamento Econômico está contido no quadro seguinte, elucidativo da situação em 31 de dezembro de 1947, das 5.418 propostas de empréstimos em letras hipotecárias recebidas pelo Banco, por força dos Decretos-leis ns. 1.230 e 1.888, de 29 de abril e 15 de dezembro de 1939, respectivamente:

SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1947

Processos registrados	Número	Milhares de cruzeiros		
		Dividas-reajus-táveis	Avalia-ções do Banco	Empré-s-timos de-feridos
1 — Empréstimos deferidos, pendentes de reali-zação	4	863	606	455
2 — Empréstimos realizados, no valor de Cr\$ 33.614.900,00, inclusive Cr\$ 9.013.500,00 (121) liquidados	357	58.661		
3 — Empréstimos cancelados	1	181		
4 — Processos em estudo	0			
5 — Processos em poder das agências	0			
	362			
<i>Processos encaminhados à Câmara de Reajus-tamento Econômico</i>				
6 — diretamente pelas agências	93	15.378		
7 — por desistência	1.967	577.933		
8 — por desinteresses	1.174	168.036		
9 — por recusa de empréstimos	1	1.334		
	3.235			
<i>— Por falta de ajuste</i>				
10 — pendentes de decisão da CRE	326	214.373	59.238	45.386
11 — reajustes compulsórios concedidos pela CRE para realização de empréstimos com o Banco	135	70.716	19.418	14.599
12 — Idem, idem por credores	72	52.133		
13 — liquidados em dinheiro, liberados, indeferidos, realizados com credores, desistências, etc.	1.288	344.999		
	1.821			
Total	5.418	1.524.607	79.262	60.440

(1) Considerações finais

Enquanto não tivermos recursos para criar bancos especializados para um amplo crédito agrícola e industrial, com os capitais necessários ao preenchimento das suas finalidades, temos de nos circunscrever à situação de fato em que ora nos encontramos.

Dentro dessa situação, devemos nos restringir aos elementos de que dispomos, atuando com habilidade e prosseguindo na ação educativa em que a Carteira se tem esmerado.

Essa diretrix implica em um esforço para habituar o cliente a pensar, também, do ponto de vista bancário quando vem fazer apelo ao crédito, sem misturar o conceito de negócio legítimo com o de negócio especulativo e de favor.

Só terminam bem os empréstimos em que o tomador, ao propor a operação, se não esqueça do dia do resgate.

Não seria justo que um credor, ao pedir, ao vencimento estipulado, o reembolso do dinheiro que emprestou, fosse, apenas por isto, acusado de atos de perseguição e crueldade.

"O MELHORAMENTO DAS TERRAS PELA ADUBAÇÃO QUÍMICA"

A firma Arthur Vienna — Comp. de Materiais Agrícolas, estabelecida nesta Capital com escritório à Avenida Graça Aranha n.º 226, 3.ª, comunicou-nos que, em nome da sua representada a "Componcion de Ventas de Salitra y yoda de Chile", oferecerá uma medalha de ouro no valor de Cr\$ 1.000,00 ao melhor trabalho que for publicado este ano sobre a matéria do título acima.

"A Lavoura", colaborando na feliz iniciativa, põe as suas colunas à disposição dos técnicos, de todo o país.



Grutas e Santuários da Bacia do S. Francisco

Importância econômica e social desses monumentos

GRUTAS

As mais belas, talvez, das grutas brasileiras — cavernas, lapas e furnas cheias de atrativos — estão situadas na extensa zona de rochas calcárias da Bacia do Rio São Francisco.

Famosas umas, pouco e mal conhecidas outras — isoladas muitas pela falta ou desconforto dos meios de acesso às suas cavernas — não têm as grutas franciscanas, tanto as da Baía como as de Minas Gerais, sido aproveitadas, racional e inteligentemente, como naturais elementos de atração.

Além do interesse científico e do econômico, este limitado, no passado, às possibilidades de exploração das jazi-

das salitrosas — bem pouco têm outros concorrido para torná-los conhecidos e procurados.

O interesse científico não se pode considerar esmaecido... teve sua época de notoriedade ao tempo de Peter Wilhelm Lund, — sábio a quem devemos, de entre outros, o inestimável serviço da "atenção dos estudiosos e dos naturalistas empenhados nas pesquisas da paleontologia e da prehistória" pelas grutas brasileiras ou, se quisermos ser mais pre-

Antônio de ARRUDA CÂMARA
3.º Vice-presidente da Sociedade
de Nacional de Agricultura



Rio São Francisco — Pequenas quedas em território balano.



O "Vêu da Noiva", Cachoeira de Paulo Afonso.

eios, para aquelas que, por tantos anos, até o fim de sua desprezada e laboriosa existência, o prenderam e Lagoa Santa.

A necessidade do salitre para o fabrico de pólvora e outros misteres, deu margem à procura das grutas que se sabia abundantes e ricas de terra salitrosa ou de depósitos de se minério "nas paredes das cavernas e misturados com as terras que as enchiam, de envolta com detritos vegetais e fesses animais que os anos ali acumularam". As explorações se estenderam "por toda a zona do rio São Francisco e seus afluentes" do sertão da Baía a Minas Gerais.

Novas jazidas "e mais interessantes grutas" iam sendo descobertas além daquelas devidas "ao acaso e às aventuras dos escavadores"...

O interesse econômico decresceu... mas agora, com a necessidade de se conhecer e de explorar o que é nosso, terá um novo sentido.

As grutas — cavernas, lapas e furnas, valerão, também, pelo esplendor de suas paisagens internas — os seus naturais e deslumbrantes atrativos.

Será preciso, porém, considerarmos-las como monumentos nacionais.

Protegidas, valem pela naturalidade das belezas que encerram. Não devem ser transformadas ou convertidas, por artificiosas adaptações, nem mesmo em templos:

As novas igrejas — pequenas ou majestosas — construídas segundo as exigências da paisagem, sóbria e convenientemente decoradas, ficar-lhe-iam próximas como monumento destacado na moldura do parque. Hotéis para turistas e abrigos-hospedarias pararomeiros, um pouco mais afastados... no parque os primeiros e nas cercanias os últimos para maior benefício do povo e do comércio local.

Dir-se-ia fantasia... Mas não o será com o despertar do interesse turístico. Os que procuram emoções ou apenas convidativo refúgio para restauradora temporada, não serão indiferentes a estes maravilhosos monumentos.

Fixemos, colhidos ao acaso, algumas referências:

MINAS GERAIS

MAQUINE'

— Castelo das Fadas —

"A vista do viajante perde-se em extensos e variados horizontes e parece que a natureza al astentou toda sua gala para mais inspirar o poeta que quisesse cantar as belezas ainda mais imponentes do interior da caverna e delinear os traços da lúgubre cena, misteriosamente inscrita em suas sombrias abóbadas".

.....
"De tempo em tempo massas consideráveis de **stalagmites**, acupando melhor ou me-

nor parte do comprimento do galério, dão lugar à formação de diversos compartimentos ou câmaras, ligados entre si por corredores de larguras variáveis".

As paredes... são pela maior parte cobertas de **stalactites**... apresentando, às vezes, formas as mais fantásticas".

"Desce-se pelo angulo esquerdo... a uma sagem cujos paredes estão aos dois lados, guarnecidos de **stalactites**, que se desdobram como longas cortinas de pregos regulares"

"arnado de tapeçaria gigantesca de uma stalactite branca de brilho e de beleza extraordinários".

"O grupo de **stalagmites** que separa esta solo ria precedente envia um ramo para cada lado... formam entre si um grande nicho descendente e disposto em anfiteatro, em cuja entrada vê-se um grande figura que representa um urso sobre um pedestal".

"... uma passagem muito estreita e ornada aos dois lados de grandes massas de **stalactites** conduz a uma nova série de solos que são infinitamente mais interessantes".

"Duvido que a formação de **stalactites** tenha em qualquer outra caverna conhecida, produzida combinações tão admiravelmente belas... As obras artísticas do mais alto nível, a mais rica arquitetura ali são reproduzidas... a arte humana é excedida por essas formações caprichosas de fantasia da natureza".

"Os esplêndidos reflexos produzidos pela luz, ferindo os inúmeros focos de cristais, deslumbram... nunca meus olhos viram nada mais belo e magnífico nos domínios da natureza e da arte". P. W. Lund. (1)

"Não só pela notoriedade que lhe deram os trabalhos do sábio dinamarquês, como ainda, pelas belezas naturais que as descrições lhes assinalam, visitar a gruta do Maquiné era uma preocupação que desde muito constituía para mim uma idéia fixa... talvez, mesmo, por esse fato de ter ouvido tantas narrativas deslumbrantes... não correspondeu ao esboço que o minha imaginação previamente traçara".

Há ali inúmeras outras que encontram... mas também as há e semelhantes em outras grutas mineiras... apresenta galerias e salões muito espaçosos e é isto, principalmente, que justifica o sua posição de destaque". — Alvaro A. da Silveira. (2)

CERCA GRANDE

— Rochedo dos Índios —

"Caminhávamos em direção ao sul... abre-se a mata e vemos diante de nós uma planície maravilhosa, de rara e pitoresca beleza. Em frente, eleva-se uma muralha vertical de calcáreo... julguei ter diante de mim os ruínas de um vetusto palácio de gigantes, e meus olhos demoraram-se na contemplação de uma série de altas arcadas".

"Os indígenas... entusiasmados pela beleza do paisagem, tentaram imitar os objetos ali existentes, e a sapé do rochedo se acha coberta de desenhos..."

"... o rochedo dos Índios, perto do Mocambo, será sempre um lugar clássico para o naturalista viajante, em vista da extraordinária raridade de monumentos comemorativos dos selvagens do Brasil".

"A formação de **stalactites** produziu... um efeito belo, formando colinas de neves majestosas, que se elevam em anfiteatro, e estão revestidas de uma camada brilhante de cristais, deslumbrantes de alvura". — P. W. Lund. (1)

"Até hoje, a entrada da gruta ficou impedida durante a estação chuvosa, por transformar em lago a extenso prado de onde emerge a montanha calcárea, que contém as suas galerias e salões. Os desenhos, porém, feitos na parede externa, pelos antigos habitantes do gruta, se mantêm indelévels". — Antônio Olinto dos Santos Pires. (3)

CANHANGA

— Belo como as outras —

"É como as outras grutas calcárea, adornada de belas **stalactites** e **stalagmites**, cheias de cristais de carbonato de cálcio, crovados nas paredes, com extensas galerias e salões maravilhosas". — Antônio Olinto dos Santos Pires (3)

LAGOA FEIA

— Ideal republicano e... maedas imperiais — (*)

"As **stalactites** e as formas caprichosas das paredes davam-lhe a mesmo aspecto fasci-

(*) A essa gruta dever-se-ia dar o nome de Antônio Olinto em homenagem a esse speólogo brasileiro que, de maneira tão original afirmou, na mocidade, o seu ideal republicano.

nador das outras grutas... é um orquiveo geológico que está se enchendo de documentos Y nossa vista".

"E, como naquele época, já sonhava com o ideal republicano... quis intrigar os geólogos da futura, atirando no fundo daquela lagoa, para que ficassem arquivadas, nas impressões das rachos em formação, todos as maedas de cobre e de níquel que trazio comigo e que tinham as armas imperiais". —

VERMELHA

— O Túmulo da Dr. Lund. —

"A lopa erguia-se, em nossa frente, como um imensa costelo. Aqui, bordados de flores, erguem-se capelas góticas, encerrando altares alvos e pios... ali, varondos compridas e espaçosas... além, colunas altíssimas que brilhom ao sal, formando arcadas alterosas..."

"Caminhávamos vagorosamente... o eco das nossas passas pelos pavimentos silenciosos aumentova à proporção que penetrávamos nesses recantos eternamente sombrios... nossa voz parecia um trovão".

"Atravessamos corredares e salões grandiosos... estátuos e colunas, talhados no calcáreo, ossemelhando-se a imensos fantasmas".

"Ouvimos, nos profundezas dos abismos, o susturro continuo das fontes... Nessa obra eterna de Deus, descobrimos, o cada passo, maravilhas e segredos da natureza".

"Transpusemos êsse grandioso subterrâneo e soímos no vertente da Lagoa Santa... saímos e o luz do sol nos deslumbrova".

"Nessa soída... em um túmulo mela derrocada, circundado de árvores frondosas... está sepultado, junto a êsses monumentos que tanto admirova, o Dr. Lund". — **Júlio César.** (4)

LAPINHA

— Cupid entre turistas —

"São, infelizmente, muito pouco conhecidos, não só das nossas turistas, como também dos nossos cientistas, as numerosas grutas calcáreo existente na bacia do rio das Velhas... raras são as que, mesmo par mera curiosidade, se abalançam a êsses posselas no interior da terra".

"Na face abrupta do rachedo calcáreo está o entroito amplo, que dá para um salão

espécie de vestibulo, bem iluminado pelo luz solar. O seu teto andulado tem em dois ou três pontos concreções que dão idéia de condelabros brancos, pendentes de um abóbada azul".

"Desce-se por uma goleria largo... mais odiante essa goleria se bifureca e então começa o complicoção labirintico dos ruas dessa espécie de cidade subterrânea em que vamos admirando obras de arte do mais subido valor".

"...deslumbro-nos **stalactites** pendentes do teto como se fossem ricos cortinas que à luz dos nossas orchates semelham fontásticos tecidos de brilhantes".

"desejando certo moço oquelas concreções, de foto muito bem trabalhadas por êsse enizel mágico, do Natureza, o seu pretendente, ali estívera em, perigoso ginástica, naqueles paus mal seguros, de andalme ligeiro, a quebrar os preclosos adarnas de obóbada para o delicioso presente".

"Velado por um cortinado adamantino que coi da abóbada elevada, um recanto em forma de dedo de luva é o mais mimoso... parece mesmo que oquelas cortinas propositalmente segregaram aquêlê ninho de pedrarias cuja grandiosidade nos dá o noção de um sacrário destinado o encerrar a essência de um deus". — **Alvaro A. da Silveira.** (2)

MONTE RODRIGO (*)

— Grutas salitrasas da Serra da Cabral —

"Estos rochas examinadas, porém, de perto, são largas e espaçosas covernas, que à primelro visto infundem enlelo e respeito".

"...as **stalactites**, umas representam roupapas flutuantes e de enormes grandezas, outras grandes cachos de uvas; daqui pendem melões, ali variadas flores em suas paredes... se elevam e brotam rocels pirâmides, globos, calchões rolodas, delicodas rendos... fabricadas... pinga a pinga".

"... cavernas ilignas da majestade de um Pythio ou de um sibilla de Cuma, onde os homens, cheios de pavarasa respelta e tremendo, encontrarlam para adivr... de outros hamens a futura histórica de seus destinas...". — **José Vieira Couto** (5).

(*) Homenagem a D. Rodrigo de Souza Coutinho... mas a denominação antiga, de Serra da Cabral, é a que prevalece.



BAU'

— Gruta dos Tanques —

"Servinda de entrada... aberturas que se-
melham portas bem proporcionadas e coroa-
das por agivas característicos do estilo gótico".

"Um pequeno salão iluminado pela luz so-
lar e onde existem várias concreções harmo-
do *stolocitites* e *stalogmites* de aspectos ou
mais caprichosas".

"As galerias, amplas e extensas, são des-
pidas de enfeites".

de diversas côres... próximo à entrada e
bem na centro da salã, em uma elevação
em forma de altar, há uma pedra que imita
uma imagem na meia de rendilhados de face-
tos reiuzentos". — **Francisca Lopes da Silve**
Limo. (6).

BREJO GRANDE (*)

— Pedro sonoro — Pontes, lençois e
biombos de coprichoso lavor. —

"A pedra é azulada, compacta e sanara...
na primeira caverna um magnífica salã...



"O visitante encontrará, percorrendo a gru-
ta, uma formação sem dúvida curiosíssima...
espécies de tanques de forma paralelepípedi-
ca que se vêem em vários pontos das gale-
rias". — **Alvaro A. do Silveiro.** (2)

BAIA

ABREUS

— Areios coloridos —

Altar e Imagem

"Dividida em duas partes"...

"Em uma das partes sucedem-se as salões,
verdadeiramente admiráveis pela enorme
quantidade de *stolocitites*, de beleza rara,
que se encontram por todos as ladas e pen-
dentes da abóbada que tem o aspecto de
mármare palida".

"Nas outras partes... prendem a curiali-
dade do visitante umas divisões naturais, for-
madas pelas brilhantes concreções calcáreas,
verdadeiros cômodas onde se encontram areias

a primeiro de uma longo série de salões se-
melhantes em tamanho e beleza, unidas por
passagens baixas..."

"A série de cavernas parece ser em forma
de ferraduro. O espetáculo interna é grandio-
sa. Par toda parte a teta é ornado com *sta-*
lactites de mais caprichosa lavor, pendurados
em pontes, lençois e biombos... muitas vê-
zes alcançando e unindo-se com *stalogmites*
na funda das cavernas". — **Joseph Maw-**
son. (7)

MANGABEIRA (*)

— Ambiente de magia e deslumbraenta —

"Na entrada a racha apresenta uma sali-
ência em forma de alpendre e se desce em
fraca declive até um magnífica salã com
cârca de 30 metros de altura e 35 de lar-

(*) Série de grutas.

(*) Da série Brejo Grande, a mesma, talvez, a que
se refere Mawson em curta a Orville Derby.

gura... um longo corredor val ter a um segundo salão. Além destes há mais quatro semelhantes em tamanho e muitos outros pequenos, todos êles unidos por corredores ou passagens até a outra extremidade... uma abertura que dá saída si se percorrer uma distância de 9 a 10 quilômetros".

.....
 "Nos salões, galerias, saletas e portais... concreções calcáreas descem formando lustres, pingentes, franjas, rendilhados... do solo se elevam calunas, pirâmides, palmeiras, torres, agulhas, cerúleos e altares... imitações de candelabros, vasos, ânforas, argãos magníficos... Iluminadas em suas mil facetas estas maravilhosas cristalizações reverberam luzes multicores, que brilham com intensidade de deslumbrante magnificência". — **Francisco Lopes da Silva Lima** (6).

IZABEL DIAS

— O lendário Rabéria Dias —

— Estantes cheias de livros —

"A 36 quilômetros da cidade de Morro do Chapéu fica a lagareja denominado Tareca, afamada por suas águas termais e em cujas cercanias está a gruta denominada Izabel Dias, onde se diz ter penetrado a lendária Rabéria Dias, segunda se depreende de inscrições feitas nas rochas ali existentes".

"Nas serranias calcáreas que ladeam, por mais de 300 quilômetros, a vereda denominada Romão Gramacho... existem trechos interessantes de rochas, trabalhadas pela erosão, apresentando a aspecto de estantes cheias de livros". — **Antônia Olinto das Santas Pires**. (3)

BREJÃO (**)

— Catedral... riquíssimas bibliotecas.
 Sala D. — Camilo Torrend, S. J.

"Para se chegar à gruta, indo da Fazenda da Garapa, encontram-se camadas de rochas sobrepostas, que dão a ilusão de riquíssimas bibliotecas petrificadas pela ação dos anos. Entre elas rolam as águas... que desaparecem repentinamente numa fuma debaixo do Monte Branco, e reaparecem depois, para sumirem nas faldas da montanha, onde se acha a gruta". — **Antônia Olinto das Santas Pires**. (3)

(**) Grupo das grutas Izabel Dias.

"A porta... que se acha na rocha, a pruma, recorda a de gigantesca Catedral".

"Vendida a entrada, estamos no primeiro salão, vasta, clara e mais amplo do que a nave da nossa Catedral... o teto se eleva a mais de cento e cinquenta metros de altura, apresentando-se em círculos concêntricos, pontilhados de stalactites".

"Há, em um desses grandes salões, a escultura perfeita de um Jacaré... mais adiante, um espécime do alambique...".

"O altar... encheria de clumo o mais celebrizada artista... grandes mesas semicirculares e sobre estas enormes conchas sobrepostas, de maiores a menores, revestidas de alvíssimas coberturas como rendilhadas toalhas...".

"...uma lindíssima pia, como que trabalhada a compasso...".

"Não podemos silenciar a Impressão que nos deixou... a sala da orvalha... Por iniciativa da estudante Otacílio Dourado nosso companheiro de excursão, pusemos... em um daqueles vastíssimos salões, estando assinalada a ato por uma inscrição... o nome da sóbia jesuíta Camilo Torrend".

"Não será possível que os homens se esqueçam de tantas maravilhas no selo dos sertões da Baía". — **Desouza Dantas**. (8)

PERNAMBUCO

PADRE

— Fugitivas... morreram queimadas —

Ossário dos Índios.

"Entabulando conversa, meu companheiro falou-me de uma gruta existente no Serrote e no qual tinham sido queimados vivos um Padre e u'ô moço".

.....
 "Satisfazendo-me a pedido contou-me que, uma vez, há muitos anos pasados, um padre, na Piauí, raptara u'na moço. Perseguidos pela família da moço fugiram... Chegando a Itaparica, sempre acompanhados pelos seus perseguidores, esconderam-se na gruta. Descoberto o esconderijo, seus inimigos taparam com lenha a entrada da gruta e tocaram fogo na lenha... morreram queimadas o Padre e a moço".

.....
 "Dizer qual o povo que fez da Gruta do Padre um ossário, não sei ainda... a material etnográfico, composta de objetos de adar-

no, uso doméstico e dança... a todo de estratificação cultural americana".

.....
 "Antes de deixar Itaparica, quero aludir a duas outras grutas existentes na Serra do Padre... só uma pude visitar. A terceira não me foi possível visitar. Em vista disso solicitei do Sr. Crispim Gaiando... a absolvição de visitá-la. Satisfazendo o meu pedido, aquêla dedicada amiga acaba de me escrever dizendo haver visitado a gruta e verificada, na ligeira inspeção nela feita, a existência de terra queimada, cinza e sinais de ossos humanos calcinados..."

.....
 "Creia, entretanto, que as notícias que através dela estou divulgando, falam bem alta sobre a necessidade de se atirar aos sertões do nordeste, em criteriosas pesquisas, as estudiosas do nossa passada". — **Carlos Estevão** (9).

ALAGOAS

GOITÍ

— Potes dos Chucurús —

"Em Palmeira das Índias... vim a saber por Intermédia do velha **Chucurú**... que, antigamente, quando os **chucurús** eram bravias e maravam na mata, batavam os seus mortos dentro de grandes potes e enterravam estes nas grutas das serras".

.....
 "Na dia marcada, pela manhã, partimos para Serra da Gaité, distante da cidade uns três quilômetros. E' naquela serra que se encontra a gruta. Chegando nesta, depois de ligeira exame, determinei que um dos quatro **chucurús** que me acompanhavam cavasse a sola da gruta... com pequena profundidade descobrimos a parte superior de um pote".

"Dentro do pote encontravam-se fragmentos de ossos humanos". — **Carlos Estevão** (9).

SANTUÁRIOS

Além das grutas a que acabamos de fazer referências, em as citações respigadas, outras, muitas outras existem sobretudo na rica zona calcárea da Bacia do Rio São Francisco.

Nas designações locais a algumas denominam *grutas* e outras *lapas* (*).

De entre elas, porém, são mais conhecidos as grutas e lapas erigidas, como templos naturais, em **SANTUÁRIOS**.

Realçados em uns, no singular ambiente, o esplendor das cerimônias religio-

sas e irradiando de outros até além, muito além dos limites da bacia, crença e fé inquebrantáveis atraem esses Santuários elevado número deromeiros.

MINAS GERAIS

GLÓRIA

— Lapa de Antônio Pereira —

"...E' uma gruta calcárea... no vale do Rio Gualaza... tem salões, corredores, colunas matizadas de cristais... é hoje um afamado Santuário que para ali atrai, todas as anos, grande quantidade deromeiros, em melodias da mês de agosto". — **Antônio Olinto dos Santos Pires**. (3).

— Lenda do Santuário —

"Cantavam-me os antigas que, tendo uns caçadores entrada no mata que cerca essa pedra, certa menina que com eles penetrou nela, em perseguição a um coelho... viu então, no assento em forma de nicho que lá se acha assinalada, a bela imagem da Senhora, essa mesma que se venera. — Alvorçado a povo do arraial com o feliz aparecimento, subiu à lapa e, tomando a Imagem em andar, trouxe-a para a Matriz".

"A Senhora, porém, à noite, desapareceu e vultou para a gruta... ali se lhe estabeleceu a altar, em que está colocada, recebendo um culto tanto mais afervorado no decurso da tempo, quanto abanada pelas assíduos e claras milagres, que a poderosa Virgem tem alcançado a bem dos que a imploram e nel aconfiam". — **Diogo de Vasconcelos** (10).

— Festa —

"15 de agosto, aniversário do portentoso achado, além da missa, faz-se uma procissão comemorativa do regresso da Imagem para a lapa".

.....
 "E' esta a parte original e mais bela das festejos... a Imagem é conduzida por cen-

(*). Não se colhe referências, como da uso entre o povo do São Francisco, a outras designações. Segundo o engenheiro Antônio Olinto dos Santos Pires, são as grutas chamadas *lapas* quando nas encostas das montanhas e *furnas* as lapas profundas. As denominações *antro* e *buraco noturno*, de uso em outras regiões do país, não parecem aí conhecidas e quanto ao designativo *caverna* sente-se, aqui e ali, a impressão de ser êle empregado como que em referência, algumas vezes à partes profundas e escuras ou, ainda, às menos conhecidas e exploradas das grutas.

tenas de meninas e moças vestidas de branca..."

"O arralá! todo iluminado... a caminho tartuosa da colina até o adro, de espaço, aceso de lanternas coloridas e mil velas e archates ardendo no préstito que se move, pausadamente, ao som da música e das cânticos!"

.....
 "Ao chegar, com efeito, a procissão, depara-se ali um espetáculo único, em sua especialidade, menos para se contar, que para se ver, pois em parte alguma do mundo, creio, existe um templo como este, edificado a primor, pelas mãos da natureza".

.....
 "... o que se sente, quando rompem as vezes triunfais do **Te-Deum** e reboam pelo câncovo e pelos profundezas da gruta!"

.....
 "Aquela música elísea, unida e profunda, que arrasta o sentimento humano ao seio da Divindade, adquire uma força de fé, naquele recinto, cheio de luz e de incensa, que parece estar a própria natureza em êxtase, jubilosa, exclamando — **prested fides supplementum sensuum defectui**". — **Diogo de Vasconcelos** (10).

BAÍA

SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

— Gruta do Potamutê —

"Sua entrada está na encosta de uma montanha de penoso acesso. Seus corredores terminam em salões ornados denominado TEMPLO... é cheio de belas calunas recamadas de cristais". — **Antônio Olinto dos Santos Pires**. (3)

"Dezessete quilômetros ao noroeste de Potamutê... descanço este majestoso templo... mede 10 metros de comprimento, por 40 de largura e 22 de altura".

"Três grandes calunas... levantam-se ao solo, eretas, firmes, gigantescos e vão tocar ao teto... parecem sustentar a grande abóbada de pedra, dividindo a gruta em dois compartimentos, sendo que o segundo é maior, mais decorado, mais admirável e mais belo! Comunicam-se estes por dois corredores laterais e uma arcada central, separadas pelas grandes calunas".

.....
 "Ali, entre as mil variedades que embelezam aquêle templo suntuosa... a vlandante curva se reverente... e o espírito se eleva

às regiões desconhecidas dos castelos encantadas das **Mil e Uma Noites!**" — **João Motos** (11).

— História —

"Em 1903, um sacerdote pregador, a missionária católica Monsenhor Pedro Cavalcante da Rocha, visitando esta gruta, achou-a tão belo que nela terminou a Santa Missão... Conduzindo para ali muitas milhares de fiéis, colocou no interior da gruta um grande Cruzeiro, que é muito venerado, até na distância de mais de 50 léguas, por grande número de crentes que vão oferecer suas preces com devoção e respeito".

"E, em 1905, o padre Manoel T. Moura, então vigário desta Freguezia, para ali transferiu a sua residência, onde, implantando a devoção do Sagrado Coração de Jesus, colocou uma bellissima imagem, oferecida pelos habitantes de Potamutê, m um lindo altar de pedras transparentes". — **João Motos** (11).

BOM JESUS DA LAPA

— Serrote da Lapa —

"Um monte, ou antes um retalho de montanha calcárea, isolado no meio de uma planície, com a base quase dentro da água e a cumiada coroada de cactus e de bromélias espinhentas entremeadas de picos, agulhas, pirâmides, das mais diversas formas, eis o serrate... que visto do lado do rio, parece antes uma lasca da rocha pousado sobre uma mesa, que uma eminência com relevo subordinada à série orográfica da região a que pertence".

.....
 "O morro inteiro é um maciço calcáreo com uma estrutura tão esquisita, tão extraordinária, que difícil é determinar-lhe a orientação das camadas e estudar-lhes as disposições".

.....
 "As pontas de pedra, inúmeras, formam grimpas, agulhas, torres; simulam flexos de estilo gótico, coruncheus rendilhados, recortados, rematados do modo mais esquisito e, por vêzes, com uma disposição e simetrias tais, que parece que se levanta diante de nós um desses imensos pagodes indianos, em ruínas..." — **Teodoro Sampaio** (12)

— Paisagem —

"No mais alto do monte... descortinamos então um horizonte bellissimo e vasto. Ao lon-

ge, para os lados de leste, norte sueste divisom-se as serranias em farmas de chapudas alcantiladas...; no meio, e aos nossos pés, a **ipeiro**, como uma bacia ou um lago tranquilo, e depois... o São Francisco serpeando na planície imensa e verde e sumindo-se além no azul enfumado do horizonte, para o poente... a Indefinido de uma bruma que se alevanta de um sola sem relêvo, e, para o noroeste, o perfil dos montes..." — **Teodoro Sampaio**. (12).

"Vista de longe é impressionante a localidade e a montanha calcárea recortada de profundos sulcos e elevando-se nas margens planas e boxas do rio, justifica, pela bizarria do aspecto, a impressão que deixa nosromeiros".

.....
"São ta belas, tão solentes, tão grandiosas as tardes do São Francisco; o poente inunda de cores tão vivas com mutações tão rápidas, cada qual mais soberba, um horizonte tão largo, o céu é tão puro, as águas tão tranquilas, os panoramas tão suaves quando ao longe se perde a vela aberta de um barco de pescadares — que rápido esquecemos a visão triste de Bom Jesus da Lapa, para contemplarmos em silêncio as cenas melancólicas da natureza... na hora da crepúsculo, cada dia oferecendo um espetáculo novo, sempre grandioso, sempre empolgante" — **Otávio Barbosa Carneira**. (13).

LAPA

"A lapa é um santuário e um prodígia da natureza". — **Teodoro Sampaio** (12).

"Está na base da Serrote da Lapa, montanha calcárea de cerca de 80 metros de altura, emergindo isolada dos terrenos baixos que constituem as margens do rio, perfurada de grutas, mais ou menos extensas, com corredores e salões, cheias de **stolocites** e concreções calcáreas de farmas fantásticas e caprichosas". — **Antônio Olinto dos Santos Pires**. (3)

SANTUÁRIO

"Em uma delas, está o Santuário do Bom Jesus da Lapa que, há mais de dois séculos, para ali atrai, todos os anos,romeiros e devotos, dos mais longínquos sertões..." — **Antônio Olinto dos Santos Pires** (3).

"O que era o famoso Santuário disse-o também (*) a mesma brilhante pena. Hoje,

porém, já não é o mesmo daquele tempo. Mão criminosa, ou a acaso, fez, pelo fogo, desaparecer uma grande parte das maravilhas que continha. A gruta já não apresenta as **stolocites** que se projetavam da abábadá, mas ainda se levanta "no fundo o altar-mor dourado e rico do Crucificado Senhor Bom Jesus da Lapa, consola e remédio dos que crêem e dos que têm fé". — **Francisco Lopes do Silvo Lima**. (6).

LENDAS

"Muitas lendas procuram explicar a origem daquela devota romaria. A imaginação dos barqueiros que, há tantos anos transitam por aquele sítio... em toscas embarcações e a tôdas as horas do dia e da noite, pensava ser aquela excavação natural do monte a moradia de um anacoreta, que ali vivia, sem receio, no meio de feras temerosas. Para uns era êle extravagante fidalgo... que se fizera ermitão... para outros fôra um vaqueiro que perseguindo o gado desmalhado, ali entrada, deslumbrada pelas belezas da caverna, ficando onde encontrara a imagem... finalmente para outros, não passava... de um facinora que viera pedir à solidão paz para a consciência atribulada ou procurar, nas mortificações e no arrependimento, o perdão das culpas cometidas".

.....
"O nome da descobridor da gruta (***) se conservou, porém, através do tempo, por tê-lo guardado a historiador Sebastião da Racha Pita, na sua História da América Portuguesa, na qual se encontra uma descrição dêsse interessante acidente geográfico". — **Antônio Olinto dos Santos Pires**. (3).

ROMARIAS

"Ininterruptamente tem continuada, desde aqueles tempos, as romarias do Bom Jesus da Lapa. Atraídos pela fama dos milagres operadas, devotos e peregrinos, ha mais de dois séculos, vêm todos ns anos dos mais longínquos recatos de afastadas rincões e afrontando perigos e desconfortos de toda espécie trazer ao Bom Jesus as homenagens de suas orações e penitências". — **Antônio Olinto dos Santos Pires**. (3).

(*) Referência ao Dr. Teodoro Sampaio.

(**) Francisco de Mendonça Moz, pintor e depois o clérigo do hábito de S. Pedro, padre Francisco Soledade.

As impressões transcritas, todas de fontes autorizadas, dizem da importância das grutas situadas na Bacia do Rio São Francisco e justificam, em o nosso entender, a necessidade de serem elas postas ao abrigo de possíveis depreciações.

Acreditamos desperte a singularidade de seus atrativos interesse turístico mas, estamos certos que, somente com a melhoria dos meios de acesso a êsses monumentos e o embelezamento de suas cercanias, será possível torná-los conhecidos e procurados. É e por assim pensarmos que lembramos aqui a desapropriação das grutas consideradas de interesse científico e turístico, a instalação de parques na área em que estão compreendidas e, nestes, das acomodações indispensáveis ao conforto dos visitantes.

A propriedade e a exploração econômica e científica das grutas deve ser objeto de atenção dos nossos poderes públicos.

FONTES CONSULTADAS

BIBLIOGRAFIA

1 — P. W. Lund — Tradução do Prof. Leônidas Domasía Botelho — Anais do Escola de Minas de Ouro Preto — Vol. 3 - 1884 — Vol. 5 - 1885 — citação do engenheiro Antônio Olinto dos Santos Pires.

2 — Alvaro A. da Silveira — Memórias Corográficas — Vols. I - 1921 — Vol. II - 1922.

3 — Antônio Olinto dos Santos Pires — Speologia — Geografia do Brasil — Vol. I Ed. da Sociedade de Geografia da Rio de Janeiro — 1922 — Viagem aos terrenos diamantíferos de Aboeté —

Anais da Escola de Minas de Ouro Preto — Vol. 4 — 1885 — Speologia Brasileira — Memória do 2.º Congresso Brasileiro de Geografia — São Paulo — 1910.

4 — Júlio César — Jornal do Comércio — 2 de maio de 1917 — Rio de Janeiro — citação do engenheiro Antônio Olinto dos Santos Pires.

5 — José Vieira Cauta — Memórias sobre as nitreiras naturais e artificiais do Monte Rodrigo — citação do engenheiro Antônio Olinto dos Santos Pires.

6 — Francisco Lopes da Silva Lima — Belezas Naturais da Baía — Anais do 5.º Congresso Brasileiro de Geografia — Salvador — Bahia — 1916 — Ed. do Instituto Geográfico e Histórico da Baía — Vol. I — 1917.

7 — Joseph Mawson — Carta a Orville Derby — Boletim da Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro — Tama II — 1886 — citação do engenheiro Antônio Olinto dos Santos Pires.

8 — Desouza Dantas — A Tordo — 14 de março de 1922 — Salvador — Bahia — citação do engenheiro Antônio Olinto dos Santos Pires.

9 — Carlos Estevão — O assuário da Gruta do Padre em Itaparica e algumas notícias sobre remanescente indígenas do Nordeste — Boletim do Museu Nacional — 1938-1941.

10 — Diogo de Vasconcelos — Minas Gerais — 28 de setembro de 1908 — citação do engenheiro Antônio Olinto dos Santos Pires.

11 — João Matos — Descrição Histórica e Geográfica da Município de Curaçá — Anais do 5.º Congresso Brasileiro de Geografia — Salvador — Bahia — 1916 — Ed. do Instituto Geográfico e Histórico da Baía — Vol. II — 1918.

12 — Teodoro Sampola — O Rio São Francisco (trechos de um diário de viagem 1879-1880) — Livreria J. Leite — 1936.

13 — Otávia Barbosa Carneiro — Do Piroporo a Joazeira pela ria São Francisca — Conferência na Sociedade Nacional de Agricultura — 1921.

Moinho Carioca Ltda.

Moagem de cereais montada com todos os requisitos de asselo e higiene exigidos pelo Departamento Nacional de Saúde Pública.

Dispõe de maquinismo especial para beneficiar qualquer tipo de farinha, diminuindo-lhe o grau de acidez, humidade, tanzil ou qualquer outro defeito.

Moagem:

RUA PEDRO ALVES, 102-104
TEL. 43-1496

Compra qualquer quantidade de raspa de mandioca e arroz partido, pagando os melhores preços da praça.

TEM SEMPRE EM STOCK:

Farinha de raspa de mandioca, farinha de arroz, Fubá de mandioca, Polvilho e amido — doce e azedo, para goma e biscoitos

Resíduo de mandioca: — para forragem

Escritório:

AV. ALMIRANTE BARROSO, 2 - S/1304
TEL. 22-9232

1.^a Semana Ruralista e

1.^o Exposição de Produtos da Coudelaria de Campos



Fala o Secretário da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Edgard Teixeira Leite

Constituiu um acontecimento de grande significação para o fomento da agricultura e da produção equina, a 1.^a Semana Ruralista e a 1.^o Exposição de Produtos da Coudelaria de Campos, patrocinadas pela Diretoria de Remonta e Veterinária do Exército, com a colaboração da Prefeitura Municipal de Campos, realizadas em Abril deste ano, naquele adiantado município fluminense.

1.^a SEMANA RURALISTA

Durante a 1.^a Semana Ruralista, entre 5 e 10 daquele mês, inúmeras foram as contribuições e os trabalhos apresentados por destacados elementos da Diretoria de Remonta e Veterinária do Exército

HOMENAGEM AO PREFEITO DE CAMPOS, DR. MANOEL FERREIRA PAES

Por ocasião da abertura da 1.^a Semana Ruralista, sob a presidência do Major Hermene-

gildo de Oliveira Carneiro, realizou-se expressiva e justa homenagem ao Prefeito Municipal de Campos, Dr. Manoel Ferreira Paes, em reconhecimento ao seu governo eficiente, e fecundo nos negócios públicos e administrativos da cidade de Campos, aos quais vem imprimindo, com operosidade e dedicação, novos surtos no seu progresso e desenvolvimento.

A seguir, teve lugar a conferência pronunciada pelo Capitão Hilberman M. da Silva.

Encerrando a sessão, usou da palavra o dr. Manoel Ferreira Paes, Prefeito de Campos que, após salientar a importância da 1.^a Semana Ruralista e da 1.^o Exposição de Produtos da Coudelaria de Campos, pelos técnicos e autoridades da Diretoria de Remonta e Veterinária sediada naquela cidade, agradeceu com emoção, visivelmente sensibilizado, a homenagem de que foi alvo por deferência fidalga e cavalheiresca dos promotores da referida 1.^a Semana Ruralista.

NA REUNIÃO DO DIA 6

Proseguindo em seu programa, a 1.^a Semana Ruralista, na segunda reunião do dia 6 prestou, também, merecida homenagem aos técnicos e professores rurais, na pessoa do Secretário de Agricultura do Estado do Rio, dr. Edgard Teixeira Lette, cuja atuação à frente daquela Secretaria trouxe novos e melhores rumos para a agricultura e a pecuária na Velha Província Fluminense, realizando notáveis reformas e melhoramentos nos diversos setores da mencionada Secretaria, a fim de alcançar um objetivo construtor na produção agrária e pecuária daquele Estado, sob os moldes mais avançados da técnica moderna.

Ainda nessa reunião, destacou-se o dr. Arthur F. Josseff, pronunciando interessante conferência, como também a palestra que ali proferiu a professora Eunice Wandek de Leon Ramos, da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Encerrou essa reunião o dr. Edgard Teixeira Lette, Secretário da Agricultura do Estado do Rio, pronunciando notável discurso em agradecimento à homenagem que lhes prestaram os realizadores da 1.^a Semana Ruralista.

DURANTE AS REUNIÕES DOS DAS 7 E 8

Na reunião do dia 7 foi homenageado o Sindicato dos Industriais do Açúcar e Alcool, na

pessoa de seu presidente, sr. Jullão Jorge Nogueira. Realizou uma conferência o dr. Alberto Lamego e o Inspetor Regional do Fomento da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, dr. Djalma Hees que pronunciou sugestiva palestra, em torno das realizações do Fomento da Produção Animal.

No dia 8 teve lugar a homenagem ao Sindicato Agrícola de Campos, na pessoa de seu presidente, sr. Serafim da S. Saldanha. Uma conferência do dr. Ruy Pinto e uma palestra do dr. Franco Farla, do Ministério da Agricultura.

NOS ÚLTIMOS DIAS DA 1.^a SEMANA RURALISTA

O Instituto Nacional de Colonização foi homenageado na pessoa do Coronel Augusto Rondon, no sessão de 9 de abril. Nessa mesma reunião, proferiu uma conferência o dr. Castro Barreto, diretor do Serviço Social da Indústria (SESI). Agradecendo a homenagem que ali recebera, falou o coronel Frederico Augusto Rondon, encerrando, por fim, o penúltimo dia da Semana Ruralista.

O ENCERRAMENTO DA 1.^a SEMANA RURALISTA

Na sessão do dia 10 de abril, os promotores da 1.^a Semana Ruralista prestaram significativa homenagem à Sociedade Nacional de



Grupo tomado no Gabinete do Sr. Prefeito Municipal de Campos

Agricultura, na pessoa de seu presidente, o professor dr. Arthur Torres Filho, Reitor da Universidade Rural. Em seguida, realizaram-se a entrega dos prêmios aos cinco melhores colocados no concurso de monografia sobre a Coudelaria de Campos e o Fomento da Pecuária de demonstrar a 1.^a Semana Ruralista, pelo professor dr. Arthur Torres Filho, quando teve ensejo, então, de agradecer a honrosa homenagem de que foi alvo a Sociedade Nacional de Agricultura, da qual é presidente, pronunciando oração, que mais adiante reproduzimos.

Coube ao general Antônio da Silva Rocha, diretor do Serviço de Remonta e Veterinária do Exército, o encerramento da Semana Ruralista, que proferiu, por essa ocasião, expressivo discurso, assinalando a eficiência que acabava de realizar a 1.^a Semana Ruralista, reunindo técnicos e autoridades do nosso glorioso Exército, para imprimir melhores destinos à Produção Equina e à produção agrária.

1.^a EXPOSIÇÃO DE PRODUTOS

No dia 11 teve lugar às 9 horas, o plantio da árvore comemorativa da 1.^a Semana Ruralista, promovida pela Coudelaria de Campos, o lançamento da pedra fundamental da "Escola Rural Carmela Dutra", e o desfile dos animais concorrentes à Exposição de Produtos, na sede da Coudelaria de Campos. À noite, às 20 horas, os promotores da 1.^a Semana Ruralista receberam os visitantes e jornalistas no Automóvel Clube de Campos, numa festa que impressionou e agradou a todos que ali compareceram, alvo de atenções e fidelidade dos promotores da 1.^a Semana Ruralista.

ORGANIZAÇÃO DOS CERTAMES

MEMBROS E COMISSÕES

Presidente de Honra

Gen. ANTONIO DA SILVA ROCHA

Diretor de Remonta e Veterinária do Exército

1.^o Vice-Presidente

Dr. EDGAR TEIXEIRA LEITE

Secretário de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro

2.^o Vice-Presidente

Cel. OSCAR FURTADO AZAMBUJA

Sub-Diretor de Remonta e Veterinária do Exército

Presidente Efetivo

Dr. MANOEL FERREIRA PAES

Prefeito Municipal de Campos

MEMBROS DE HONRA

1. — S. R. GILCREAST, Adido Cultural à Embaixada dos U. S. A.
2. — Col. JOAO TELES VILAS BOAS, Sub-Diretor de Veterinária.
3. — Dr. ARTUR TORRES FILHO, Pres. da Soc. Nac. Agricultura.
4. — Cel. FREDERICO A. RONDON, Dir do Inst. de Colonização Nacional.
5. — Sr. JULIAO J. NOGUEIRA, Pres. Sind. dos Ind. Açúcar e Alcool.

6. — Sr. SERAFIM DA SILVA SALDANHA, Pres. do Sind. Agrícola.
7. — Sr. ARTUR CARDOSO FILHO, Pres. da Sociedade Hípica.
8. — Dr. NAPOLEAO FONTENELLE, Pres. da Soc. de Agricultura do Esp. Santo.
9. — Dr. ALCIDES CARLOS MACIEL, Pres. da Ass. Imprensa Campista.
10. — Dr. MÁRIO DE FERRAZ SAMPAIO, Pres. da Rádio Cultura Campos.
11. — Dr. ARY VIANA, Pres. do Automóvel Club de Campos.
12. — Dr. ALCINDOR MORAES BESSA, Pres. da Câmara Municipal.
13. — Sr. ERNESTO LIMA RIBEIRO, Pres. da Associação Comercial Campos.

COMISSÕES

Presidente

Major HERMENEGILDO DE OLIVEIRA CARNEIRO

Secretário Geral

Cap. JARBAS FERNANDES PIMENTEL

1.^o Secretário

Dr. N. DE ALMEIDA GUSMÃO

2.^o Secretário

Ten. JAIR DE ARAUJO

DIRETORIA: Drs. Godofredo N. Tinoco — Barros Barreto — Carlos Ribeiro — Rafael Benegent — Grevy Bastos — Marc Mouras — Olimpio S. Silva Pinto — Osvaldo M. de Miranda — Paulo Rodrigues — Comte. Paulo Alcoforado.

RECEPÇÃO: Srs. Julião J. Nogueira — Arthur Cardoso Filho — Castro Simone Elias — Domingos Silva — J. Ant. Miranda — Dr. Tiers Cardoso — Serafim S. Saldanha — Ten. Cristovam Lisandro — Anísio Pereira — Dr. Pedro Américo Corrêa.

PROPAGANDA — Srs. Dr. Alcides Maciel — Hervé Salgado — Osvaldo Lima — Sílvio Fontoura — Julio Nogueira — Celi Tinoco — João Rodrigues de Oliveira — Daniel Vaz Lessa — Prisco de Almeida. — Dr. Mário Ferraz de Sampaio.

SOCIAL: Dr. Barbosa Guerra — Srs. João Sobral — Percy Duncan — Raul Alonso — Romualdo Pelxoto — Ruy Amado Henriques — Filadelfo Viana — Rubens Venâncio — Dr. Theotônio Ferreira de Araujo.

TÉCNICA: Drs. Daniel Moura — Camará Martins — Alfredo Sarmiento — Ruy Pinto — Luiz Ribeiro — A. Rosa Viana — Alberto Lamengo Filho — Frederico da Velga — Alexandre Villeia. — Francisco José Maia Santos.

COMISSÃO JULGADORA DE ANIMAIS: Ten. Cel. Heltor Lopes Caminha — Major José de Sena e Silva — Cap. Vet. Dr. Hilbernon M. da Silva — Capç. Lourival Ventura — Drs. Djalma Eloy Hess — Franco Farla — Leopoldo P. da Silva.

PROGRAMA

1.^a Parte

1.^a "SEMANA RURALISTA"

Dia 5-3-1948. As 20 hs. — Sessão de abertura da "Semana Ruralista" em homenagem ao Exmo. Sr. Dr. Manoel Ferreira Paes, Prefeito de Campos.

a) Ato Inaugural da "Semana Ruralista" procedido pelo senhor Major Hermenegildo de Oliveira Carneiro, Diretor da Coudelaria de Campos;

b) Conferência pelo Capitão Illbernom M. da Silva;

c) Discurso de encerramento da sessão, pelo Dr. Manoel Ferreira Paes, Prefeito Municipal de Campos;

d) Sessão cinematográfica (filmes ilustrados sobre assuntos rurais do Brasil e dos Estados Unidos).

Dia 6-3-1948. As 20 hs. — Sessão em homenagem aos técnicos e professores rurais, na pessoa do Exmo. Snr. Secretário de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro.

a) Conferência pelo Dr. Artur F. Jossetti;

b) Palestra pela professora Eunice Wandcock de Leonil Ramos, da Secretaria de Educação do Distrito Federal;

c) Discurso de encerramento da sessão pelo homenageado Dr. Edgard Teixeira, Secretário de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro;

d) Sessão cinematográfica.

Dia 7-3-1948. As 20 hs. — Sessão em homenagem ao Sindicato dos Industriais do Açúcar e Alcool, na pessoa de seu Presidente, Snr. Julio Jorge Nogueira.

a) Conferência pelo Dr. Alberio Lamego;

b) Palestra pelo Dr. Djalma Hess, Inspetor Regional do Fomento da Produção Animal, do Ministério de Agricultura;

c) Sessão cinematográfica.

Dia 8-3-1948. As 20 hs. — Sessão em homenagem ao Sindicato Agrícola de Campos, na pessoa de seu Presidente, Snr. Serafim da S. Saldanha.

a) Conferência pelo Dr. Ruy Pinto;

b) Palestra pelo Dr. Franco Farla, do Fomento da Produção Animal do Ministério de Agricultura;

c) Sessão cinematográfica.

Dia 9-3-1948. As 20 hs. — Sessão em homenagem ao Instituto Nacional de Colonização, na pessoa do Coronel Frederico Augusto Rondon.

a) Conferência pelo Dr. Castro Barreto, Diretor do Serviço Social da Indústria (SESI);

b) Encerramento pelo Coronel Frederico Augusto Rondon, Diretor do Instituto de Colonização Nacional;

c) Sessão cinematográfica.

Dia 10-3-1948. As 20 hs. — Sessão em homenagem à Sociedade Nacional de Agricultura, na pessoa de seu Presidente, o Professor Artur Torres Filho.

a) Entrega dos premios aos cinco melhores colocados no concurso de monografias sobre a Coudelaria de Campos e o Fomento da Produção Equina;

b) Conferência pelo Professor Artur Torres Filho, Reitor da Universidade Rural;

c) Sessão cinematográfica;

d) Encerramento da "Semana Ruralista" pelo Exmo. Snr. General Antônio da Silva Rocha, Diretor do Serviço de Remonta e Veterinária do Exército.

Nota: Todas as sessões serão realizadas no salão de conferências da Associação Comercial de Campos.

2.ª Parte

1.ª "EXPOSIÇÃO DE PRODUTOS"

Dia 11-3-1948. As 9 hs. a) Plantio da árvore comemorativa da 1.ª "Semana Ruralista" promovido pela Coudelaria de Campos;

As 9,30 hs. b) Lançamento da pedra fundamental da Escola Rural "Gen. Silva Rocha";

As 10 hs. c) Desfile dos animais concorrentes à Exposição de Produtos.

Nota: Na sede da Coudelaria de Campos.

As 20 hs. Recepção nos visitantes no Autômovel Clube.

DISCURSO DO PROF. ARTHUR TORRES FILHO, PRESIDENTE DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Convidado pelo Diretor da Coudelaria de Campos, Sr. Major Hermenegildo de Oliveira Carneiro, a participar da 1.ª Semana Ruralista que, com a colaboração da Prefeitura se realiza em Campos, no período de 5 a 11 do corrente, desejo expressar meu agradecimento a essa distinção, com a homenagem que se presta à Sociedade Nacional de Agricultura, na minha pessoa, como seu Presidente.

E'-me tanto mais grato estar aqui presente, e prestando minha colaboração à obra patriótica que realiza a Diretoria de Remonta e Veterinária do Exército, quando venho assistir em minha terra natal a mais uma demonstração de sua atividade em benefício do progresso da pecuária nacional.

Numa época conturbada como a que atravessamos, em que se proclama a necessidade de uma política agrária bem orientada, para que possamos resolver os aspectos sociológicos, econômicos e técnicos que envolvem o problema da terra, parece-me oportuno que eu vos fale dos esforços que há mais de 50 anos desenvolve a Sociedade Nacional de Agricultura em prol da organização agrária do país.

E hoje estando aqui entre vós, desejo que a minha presença sirva de marco a mais uma iniciativa da Sociedade, incorporando o Município de Campos na cadeia do associativismo rural que se desenvolve em todo o país sob a égide da Sociedade.

E' esse um trabalho penoso, que se vem silenciosamente desenvolvendo e que agora penetra na consciência nacional como uma necessidade palpitante para os destinos da nacionalidade.

O fenômeno social que se nos apresenta em todo o mundo bate às nossas portas, e me parece oportuno que vos diga alguma coisa da evolução que se tem operado em nossos meios rurais, por uma entidade estranha aos poderes públicos mas que tem, orientada por um pugilo de ilustres brasileiros sabido acautelar o maior patrimônio que possuímos, que é o da tradição ruralista do nosso país.

Alé chegarmos no momento atual, em que tanto se fala em reforma agrária, já agora como obra de solução nacional, desde 1897, pouco depois da Abolição da Escravatura, criada a Sociedade Nacional de Agricultura, lançou-se ela, desde então, na ingente tarefa da

organização da classe rural, para que esta pudesse continuar, a influir nos conselhos do Governo e amparar aquêles que mourejam na vida dos campos.

Podemos, recapitulando, traçar várias fases dessa ação silenciosa mas contínua, alentada sempre por um ideal superior de servir ao país e na preocupação de encontrar, um tipo de organização agrária compatível com as nossas tradições e a índole do nosso povo.

PRIMEIRA FASE.

Com a experiência dos "Cérebros Agrícolas", tendo à frente Ennes de Sousa, Inácio Tosta, J. Carlos Travassos, Wenceslau Belo, Campos da Paz, Beaupaire Rohan e outros, iniciados nos primeiros dias da República, surgiu a idéia da fundação, na Capital do país, de um órgão nacional de agricultura, destinado a dois fins principais:

Primeiro, estimular a fundação de sociedades locais (municipais);

Segundo, congregar essas instituições, imprimindo ao seu trabalho orientação firme e harmônica, visando o melhoramento e o aumento da produção.

A fundação da Sociedade Nacional de Agricultura, em 1897, resultou dessa idéia e dessa orientação.

O 1.º Congresso Nacional de Agricultura, reunido pela mesma Sociedade no Rio, em 1901, consagrou aquele princípio, reforçando-o com a aprovação de conclusões preconizando a organização da classe rural por meio de sindicatos agrícolas e de associações de agricultura. Inúmeras associações haviam sido já fundadas e, em 1903 surgiu do seio da própria Sociedade Nacional de Agricultura a lei dos sindicatos agrícolas (n.º 979, de 6 de janeiro), visando dar ao associativismo na classe rural um caráter mais profissional e mais orgânico. Nos congressos que se sucederam, esteve sempre na primeira plana essa grande necessidade, reconhecida e proclamada por todos, mas entravada por inúmeros fatores, dentro do país, o principal, a dispersão da profissão, agravada, de um lado, pela falta de compreensão dos próprios beneficiários e, de outro pela ausência de uma lei especial adequada à índole do nosso homem do campo.

SEGUNDA FASE.

A idéia dos sindicatos agrícolas (regulamentada pelo Decreto n.º 1.637, de 5 de janeiro de 1907), foi uma vitória da Sociedade Nacional de Agricultura, mas não logrou, na prática, o êxito esperada. Em tal conjuntura, resolveu a Sociedade enveredar pelo caminho que, segundo a sua observação, mais condizia com o espírito do nosso agricultor: utilizar o tipo de associação livre, nos moldes das organizações civis, embasada numa rede de associações municipais, filladas, por sua vez, a Federações Estaduais. Era a forma mais natural da organização da agricultura, porque a repetição do sistema federativo da Nação. Com a cooperação do Rio Grande do Sul, onde, já por esse tempo, muito adiantado se encontrava o espírito associativo, foi organi-

zado, no seio da Sociedade, um plano naquele sentido. Modêlos de estatutos foram elaborados, debates e sessões especiais realizadas e iniciada a campanha pela aplicação prática da idéia. Infelizmente, porém, de todas as iniciativas então adotadas fleou de pé apenas uma, a Federação das Associações Rurais do Rio grande do Sul, a demonstrar a viabilidade e a conveniência de um igual entendimento e ação por parte das demais unidades federativas. O trabalho da Sociedade não cessou, e em 1922, nova tentativa, tendo o Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida à frente do movimento, foi levada a efeito. Prejudicou-lhe o êxito a agitação política e somente em 1923, sob a presidência Simões Lopes, aproveitando o largo trabalho de mais de trinta anos, pôde a Sociedade fundar a Confederação Rural Brasileira — iniciativa que, se bem compreendida em todo o país, teria possibilidade grande avanço à reforma agrária que se faz mister no Brasil.

TERCEIRA FASE.

Por seu turno, o Governo, em face da organização dada, através do Sindicato Profissional, à Indústria e ao comércio, cogitava de extendê-la às atividades rurais, a fim de que não ficasse ao desamparo um dos mais importantes setores da produção.

E assim, em 1942, foi nomeada uma comissão interministerial para estudar o assunto. Como me coubesse presidi-la, tive ocasião de sentir de perto, mais uma vez, as dificuldades que se apresentavam ao enquadramento da agricultura ao modelo sindical. Essa dificuldade havia sido, por várias vezes, observada pelas autoridades do Governo, bastando, para comprová-la, o fato de ter sido a agricultura excluída da legislação, que atendia apenas a Indústria e ao comércio. Dentre todos os óbices, sobressaíam a quase impossibilidade de definição da atividade profissional e a dispersão da classe por todo o território nacional. Afigurou-se à maioria dos membros da comissão, impossível dar à agricultura para sua indispensável e urgente organização, o tipo viável de sindicato trabalhista.

QUARTA FASE.

Embora exaustivo, o trabalho da comissão interministerial não pôde ser aproveitado. A lei sindical que surgiu depois, e está em vigor, Decreto-lei n.º 7.038, de 10 de novembro de 1944, depende de regulamento e este esbarra fatalmente nas dificuldades apontadas. Não será outra, sem dúvida, a razão da sua não aplicação até agora.

Torna-se urgente, no entanto, organizar a classe, a fim de ser-lhe facultados os benefícios de que já gozam as outras atividades profissionais e, principalmente, a fim de facilitar a penetração dos órgãos da administração e da técnica no meio rural.

Seria preciso dar-se à legislação sobre o assunto um caráter especial, de forma não só a facilitar a fundação das associações, mas, sobretudo, de garantir a sua existência, pelo agrícola. Foi assim que se consubstanciou a

papel que viessem a desempenhar na vida ideia de uma lei intermediária entre o tipo clássico da "Sociedade Civil", e a do "Sindicato Trabalhista", como meio de assegurar, de pronto e sem grandes saíto um lugar ao homem rural na coletividade brasileira.

Uma comissão, na Sociedade Nacional de Agricultura, foi incumbida de elaborar o ante-projeto, submetido e aceito pelas pessoas e entidades mais diretamente interessadas no assunto.

Foi baseado nesse ante-projeto o Decreto n.º 7.449, de 9 de abril de 1945. A publicação do diploma provocou combate e aplausos. O combate, emanado de centros respeitáveis, como S. Paulo e Minas, levou a própria Sociedade Nacional de Agricultura a apoiar a sua modificação. Como consequência foi nomeada outra comissão, composta dos próprios elementos que mais se destacaram na crítica ao ato do governo. Ficou assim constituída: de quem vos fala, na qualidade de presidente e representante da Sociedade Nacional de Agricultura; do Dr. Iris Melnberg, Presidente da União das Associações Agro-Pecuárias do Brasil Central; do Dr. Oscar Daudt F.º, representante e 1.º Vice-Pres. da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul; do Dr. Antônio de Arruda Câmara, representando o Ministério da Agricultura; do Dr. Cândido Gomes de Freitas, representante da Sociedade Mineira de Agricultura, tendo como Secretário o Sr. Luiz Marques Pollano.

Se bem que a Comissão tivesse sido nomeada para regulamentar o Decreto n.º 7.449, permitiu-se sugerir, antes, ao Governo a modificação do diploma naquilo que mais de perto se relacionava com as reclamações recebidas, e assim foi feito. O Governo, aceitando a sugestão modificou o decreto, sendo a regulamentação baixada já de acordo com a nova orientação consagrada na lei.

FASE ATUAL.

A aplicação do Decreto-lei n.º 8.127 e Decreto n.º 19.882 preparará a imensa massa da população que vive no campo e do campo para uma reforma que se torna mais e mais necessária. Seriam os seus órgãos — núcleos rurais, associações municipais, federações estaduais e confederação — o traço-de-união entre a classe e o poder público. Poderiam, desde logo, levar-lhes uma série de benefícios de ordem social, técnica e econômica muito apreciáveis. Não tem caráter compulsório para o lavrador e criador, sendo livre a filiação, como livre a manifestação dos seus órgãos de administração, subordinados apenas, como é natural ao órgão soberano da instituição, no caso a assembléa geral. Não collide com as associações existentes, que facultativamente se adaptam ou permanecem como estão. Atende à situação de antigas e respeitáveis entidades de classe, com reais serviços ao país, às quais facilita prerrogativas e direitos, respeitando-lhes a organização e o patrimônio.

Seria, ainda, necessário observar que a lei de organização rural, vem consolidar uma situação existente. Ela prevê uma Confederação Rural Brasileira, que já existe; prevê em

cada Estado ou Território uma Federação de Associações Rurais de que, ao tempo, pelo menos uma — e com uma longa vida de serviços ao país já existia no Rio Grande do Sul; prevê a Constituição em cada município de uma Associação Rural a que também se verificava em pelo menos trezentas unidades municipais do Brasil. A rigor, o diploma em apreço ampara e coordena esse esforço, reconhece-lhe a existência, imprime-lhe a necessária uniformidade e meios de prosperar, visando facultar à desamparada classe rural brasileira um lugar ao sol da comunhão nacional, onde a sua voz seja ouvida sem deturpação, muitas vezes em favor daqueles mesmos que se opõem ao sistema, por fundado recelo da legitimidade da expressão coletiva da classe, que resultará fatalmente da organização preconizada.

E' hoje reconhecida por todos os sociólogos e economistas a impossibilidade da subdivisão de categorias diferenciadas profissionalmente para aplicação da tutela do trabalho, representada pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Ao mesmo passo é reconhecida por todos a necessidade de se retirar a lavoura brasileira do abandono sempre crescente em que a vemos, reduzida a candidato das outras atividades no quadro geral da economia brasileira. Ela precisa, acima de tudo, de adquirir a confluncia da sua força e pensar em tudo que lhe diga respeito. Já não é possível compreender-se a permanência de tão deplorável situação, mas, ao contrário, deve-se-lhe imprimir-lhe unidade de objetivos, de modo a que seja restituído à classe rural o fastígio de out'ora, arrebatado na transformação econômica que caracteriza a atual fase atormentada da vida brasileira.

O problema, a nosso ver, pode ser assim resumido:

A necessidade da organização da classe rural brasileira é reconhecida desde muitos anos, principalmente a partir do advento da República;

O tipo mais aconselhável para essa organização, por mais liberal e mais condizente com a índole do homem do campo, é o da associação livre, embora subordinada a uma legislação especial reguladora;

As tentativas para a organização da lavoura e da pecuária através dos sindicatos resultaram negativas no regime da lei n.º 979, de 6 de janeiro de 1903, a despeito de haver a Sociedade Nacional de Agricultura lançado uma grande campanha em todo o país, e promovido a fundação, no Rio de Janeiro, do Sindicato Central dos Agricultores do Brasil;

Tem a Sociedade Nacional de Agricultura fundadas razões para prevê um insucesso econômico e de graves consequências sociais na aplicação do sistema sindical no meio rural, pelos motivos apontados;

A organização rural prevista no Decreto n.º 8127 e seu Regulamento em nada prejudica as atuais organizações rurais;

O sistema federativo aplicado à organização em apreço, além de ser condizente com o sistema político brasileiro, é o mais consentâ-

neo com a índole do homem do campo, porque iniciada no município, célula viva da economia e da organização político-administrativa nacional.

A aplicação da Lei n.º 8.127 facultada ao governo, em relativamente curto prazo de tempo, os meios para fazer penetrar nos mais longínquos rincões do território patrio, as reformas e progressos da técnica, que forçosamente terá em vista a fim de desenvolver as riquezas do nosso solo. Sem esse traço-denúncia, ilicita o homem da gleba, como até aqui, isolado da administração, sempre desconfiado dos seus propósitos de amparo e proteção.

Em última análise, a aplicação da legislação atual é o reconhecimento de uma situação existente, possibilitando tanto aos lavradores como ao governo dilatar até o infinito os seus esforços em prol de uma produção maior e melhor.

Não somente do ponto de vista econômico é aconselhável lançarem-se os responsáveis pela nossa agricultura a um trabalho de organização da classe rural, mas também do ponto de vista social, pois poderão a associação municipal e os seus núcleos distritais levar ao homem do campo a saúde, a educação e o bem estar que sempre estiveram fora do seu alcance.

Esse trabalho da Sociedade não tem sido infrutífero, porque a idéia do associativismo, embora antigo, pois que em Campos, já a 7 de abril de 1834, se fundara a "Sociedade Cunitista de Agricultura", está no momento fructificando, podendo anunciar estarem criadas e já reconhecidas pelo Ministério da Agricultura as Federações de Associações Rurais dos Estados do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de Minas, de Santa Catarina, do Rio Grande do Norte — ao todo seis — devendo outras se instalarem em breve prazo, e abrangendo uma extensa rede de associações municipais especializadas e regionais.

Há pouco tempo, tivemos a satisfação de receber a adesão da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil, que, nos 9 Estados componentes, encontramos o Estado do Rio, com o Sindicato Agrícola de Campos ao lado de outras Associações estaduais que da mesma participam.

A necessidade de um tipo de associação que congregue, através de grupos rurais, toda a classe, representa no momento uma conjugação de esforços de todo indispensável à solução dos nossos problemas, não apenas de caráter econômico-técnico, mas também e sobretudo de ordem social.

Há inúmeros problemas, além dos benefícios que o Estado possa proporcionar ao homem do campo, "até aqui tão esquecido nas suas privações, e nos seus desejos de participar do progresso", a que se referiu a mensagem presidencial de 1947, que dependem mais de uma congregação de esforços coletivos, muito facilitados num meio como o campestre, do que, propriamente da iniciativa oficial, para a defesa e desenvolvimento de suas riquezas.

Dentre elas, salientaria o do melhoramento das condições sociológicas e econômicas das

populações rurais, pela assistência médico-sanitária pela elevação do nível da capacidade aquisitiva, pelo desenvolvimento da mecanização rural, pela criação de um Instituto de Tecnologia Industrial, pela policultura, pela irrigação e drenagem, pela adubação das terras, com o aumento dos rendimentos culturais, pelo reforestamento, enfim, por um programa de defesa e melhoramento da agricultura, da pecuária e das indústrias correlatas.

Esse esforço, evidentemente não poderá ser unilaterai, isto é, repousar apenas na ação oficial, de muito valendo a ação particular, devidamente coordenada.

Esse e justamente o papel das organizações de classe, do tipo daquelas que preconizamos para a agricultura, isto é, das associações mistas, cujo desenvolvimento estamos assistindo em todo o território nacional.

Assim agindo, estamos crentes, os que orientam a tradicional Sociedade Nacional de Agricultura, que defendemos o nosso patrimônio pensosamente construído pelo trabalho das gerações passadas e preparando um futuro mais equânime das exigências do momento.

E quando essa compreensão, a vemos expressa na ação governamental, quer na esfera federal, quer na estadual, quando no feliz momento se acha à testa da Agricultura Fluminense a personalidade ilustre do Dr. Edgard Telxela Leite, que há muitos anos partilha entusiasmamente desse ponto de vista da Sociedade Nacional de Agricultura, como membro proeminente da sua Diretoria, confio em que o Estado do Rio, onde já existem algumas associações, terá dentro em breve a sua Federação Rural, a fim de que o nosso Estado ocupe na futura Confederação Rural Brasileira o lugar que de justiça lhe cabe na orientação mais conveniente à solução dos problemas agrários brasileiros.

São estas as palavras que julguei oportuno proferir na feliz oportunidade que se me oferece hoje, de participar de uma manifestação de progresso da nossa pecuária, como é a I.ª Exposição de Produtos, e a I.ª Semana Ruralista, que são uma brilhante demonstração do tradicional espírito progressista do povo que habita e trabalha a planície goitacá.

DISCURSO DA PROF.ª HEMILCE DE SOUZA, DA ESCOLA TÍPICA RURAL DE CAMPOS

Na história da Agricultura e da Pecuária de todos os povos civilizados, há sempre o vestígio de indivíduos que inscreveram em páginas memoráveis, todo o cunho das suas personalidades.

A Itália, a França, a Inglaterra, a Alemanha e os Estados Unidos revelam-nos evidentemente o nome desses luminares da vida agrícola e pastoril dessas nações, que na obra ingente de racionalização e de melhoramento da técnica e do trabalho rural, galgaram posições de relevantes influências nos destinos de suas pátrias e de seus povos.

Igual à obra desses luminados em toda sua plenitude, é o trabalho dos nossos ruralistas, com a diferença que o trabalho daqueles, perdeu-se na noite dos tempos, e o desses, vive

ainda hoje na contemplação e na admiração dos nossos dias.

Se Euclides da Cunha revelou a terra com todo o seu imenso e múltiplo relêvo, e caracterizou o homem nos seus aspectos contraditórios de grandeza e de inferioridade; se Alberto Torres eriou a mística do nacionalismo sadio, construtivo e fecundo, em torno da terra, por considerar a terra brasileira — a fonte inesgotável da produção e da riqueza agrícola; se Oliveira Vianna caracteriza-se fundamentalmente pelo estudo da gente, dos clãs, dos aglomerados humanos em função da geofísica, da geoeconomia e da geopolítica; Luiz Pereira Barreto foi inecontavelmente a figura mais evidente e mais simbólica do ruralismo brasileiro, porque, foi ele quem inspirou o nosso ruralismo de conhecimentos, orientações, rumos e definições que viriam mais tarde consagrá-lo como uma figura luminar do ruralismo nacional.

Da imortalidade científica à consagração ruralista, as gerações presentes presta ao insigne sábio patriota as homenagens a que sempre fez jus, pelo seu talento e pelo seu exemplo.

Seria enfadonho, todavia, enumerar aqui, todos aqueles que se agigantaram como legítimos precursores da questão rural brasileira.

No entretanto, aproveitando a festa de encerramento da 1.^a Semana Ruralista de Campos, quero lembrar que todo o esplendor e auge do agricultor e pastor do Brasil, deve-se em grande parte a homens que viveram em função da terra e que se immortalizaram em função do ruralismo.

Enes de Souza, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Vesceslau Beio, Lira Castro, Nilo Cairo, Assis Brasil, Simões Lopes, Fernando Costa, o nosso inesquecível Alberto Sampaio, e tantas outras figuras de tão saudosa memória.

Porém, patriotas, não é a estes que quero aludir no momento, a não ser pela deferência imposta pelo preito de homenagem e de referência às suas benemerências.

É de Arthur Torres Filho que vos quero falar. É para este símbolo nacional que quero chamar a vossa atenção, porque ele não representa apenas uma simples personalidade. Arthur Torres Filho, caracteriza uma época, e, como tal, o símbolo de uma classe.

Honrada, sobremaneira, pela deferenciosa atenção dos promotores da Semana Ruralista, convidando-me para saudar a tão insigne brasileiro, e embaraçada, sobretudo, para corresponder assim à nítida gentileza a nós conferida, quero como mulher campista legítima expressão da tradição daquelas mulheres que outrora seguiram na terra Goltacá, a heróica Benta Pereira, que por um capricho singular do destino e da história, o lielo das comemorações do seu bicentenário coincide com a fase de nossa 1.^a Semana Ruralista; quero vos dizer o seguinte, senhor presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, legiãoária do ruralismo brasileiro: — nós, as mulheres campistas recebemos a fundação da Associação Rural de Campos, como um marco anunciador de uma grande cruzada e a V. Excia., senhor Torres Filho, como uma bandeira de ideais a serviço de nossa pátria.

Queremos dar esse exemplo às nossas patriotas dos demais Estados do Brasil, queremos levantar-nos em defesa do homem rural de nossa terra, e, ao lado dele, inspirando-o e tornando-o feliz, nós mulheres teremos um lugar no ruralismo brasileiro, para espiritualizar os homens, para formar o coração dos moços, para eriar a mística da Pátria nas crianças, para recristianizar os povos, enfim, para fazer com que na terra o homem rural encontre o prazer e a felicidade de viver, longe do torvelinho das cidades.

Queremos que as nossas patriotas dos demais Estados, formem conosco nesta cruzada de ruralização feminina; queremos que os mentores e os dirigentes da Agricultura Brasileira aceitem a nossa colaboração, pois que, temos a certeza de asseverar e de garantir neste final de saudação que o Brasil não se precisa de políticos, de sociólogos ou de filósofos.

O de que o Brasil necessita é de mulheres. Mulheres que saibam ser mulheres, esposas que saibam ser esposas, mães que saibam ser mães, e filhas que saibam ser filhas.

Só com a elevação moral de bem servir à Pátria, para que a Pátria melhor possa servir a seus filhos, é que nós mulheres campistas, lançamos esta idéia de encerrar a Semana Ruralista, qual seja, a da criação da Legião Feminina Ruralista. E, com o pensamento voltado para Cristo, pedimos que ele da sua Onipotência Divina derrame uma bênção sobre a lavoura e a pecuária brasileira e ilumine a clarividência de Arthur Torres Filho, para que este pioneiro do ruralismo possa prosseguir no seu trabalho de organização da classe agrícola para fortalecimento, prestígio e glória da Agricultura Brasileira.

E agora, meus senhores, com todo o coração de mestra ruralista, que dedica a sua juventude aos pequeninos campônios do nosso imenso Brasil, peço uma calorosa salva de palmas ao insigne Reitor da Universidade Rural — Dr. Torres Filho.

APÓIO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA AOS CERTAMES DE CAMPOS

A 1.^o de abril, dirigiu o Prof. S. Torres Filho o seguinte offício ao Dr. Manoel Ferreira Pais, Prefeito Municipal e Presidente da 1.^a Semana Ruralista de Campos:

"A Sociedade Nacional de Agricultura, pioneira da divulgação agrícola e do associativismo rural no período republicano, ao ter conhecimento da iniciativa de que resultaram a 1.^a Semana Ruralista e a Exposição de Produtos da Coudelaria de Campos, sente-se no dever de vir manifestar a V. Excia. e demais componentes dos auididos certames, bem como aos órgãos de classe que lhes deram a sua cooperação, os seus aplausos pela patriótica realização, de cujos trabalhos muitos benefícios não de resultar para o fortalecimento da agricultura e pecuária no progressista município de Campos.

Não pode a Sociedade Nacional de Agricultura deixar de encerrar com a maior simpatia os movimentos, como esse de Campos, nos quais se depara o verdadeiro caminho para a nossa recuperação econômica. É na terra que

temos encontrado, até aqui, nas nossas maiores fontes de riqueza. Favorecer o seu progresso, o seu melhor aproveitamento e, sobretudo, dar ao homem que trabalha e explora uma situação mais humana e mais digna, é contribuir com patriotismo e inteligência para a recuperação econômica, de que tanto necessitamos.

Estão, felizmente, compreendendo os homens responsáveis pelos destinos da Nação que, por muitos anos ainda, independentemente do progresso industrial que estamos presenciando e que, a nosso ver, terá de ser sempre consequência de uma agricultura sadia e organizada, terá o Brasil de viver-se de sua agricultura e pecuária para colocar-se na vanguarda dos povos economicamente fortes. As Semanas Rurais e as Exposições, como essas que estamos vendo em Campos, tem a virtude de mostrar o que se deve fazer em prol dessas atividades, o quanto já se obteve delas e o muito que se pode obter ainda.

E, pois, com a maior satisfação que a Sociedade Nacional de Agricultura vê o Município de Campos colocar-se à frente desse movimento, que fazemos votos se estenda por todo o Estado do Rio de Janeiro, e pelo Brasil. Desde o começo do século, tem a sociedade contado com o entusiasmo dos camplistas no estudo e solução dos problemas econômicos, bastando que se lembre que, depois da 1.^a Conferência Açucareira da Bahia, em 1902, promovida pela Sociedade, a 2.^a, do Recife, teve lugar a 3.^a, cuja sede foi justamente a cidade de Campos.

Mais de meio século de trabalho contínuo desta Casa tem sido consagrado não somente aos problemas da agricultura e da economia nacionais, mas, sobretudo, à organização e fortalecimento da classe rural. Com efeito, constituindo a agricultura a maior classe laboriosa do país, não conseguiu ela, até hoje, organizar-se associativamente para, assim fortalecida, defender seus direitos e fazer valer sua força construtiva e útil. As primeiras tentativas de sindicalização partiram desta Casa, em 1903; outras foram idealizadas e iniciadas, sem maiores resultados, até que chegamos ao regime da Lei n.º 8.127, de 24 de outubro de 1945, em pleno desenvolvimento.

Faz a Sociedade Nacional de Agricultura votos para que as classes rurais de Campos não se alheiem a esse movimento, organizando a

sua "Associação Rural", na qual todos quantos trabalham nos campos e nas fazendas, como patrões e empregados, sejam proprietários ou trabalhadores, rendeiros, meeiros ou tarefeiros, se constituam num único todo, forte e vigoroso, afim de que na futura Federação das Associações Rurais do Estado do Rio de Janeiro, a agricultura camplista não falta com a sua força e a sua colaboração. Desse movimento municipal, surgirá a entidade estadual que ao lado das demais, falará de igual para igual no seio da futura Confederação Rural Brasileira, a ser fundada brevemente.

São esses os votos da Sociedade Nacional de Agricultura, cujo presidente, como fluminense e camplista, entusiasmadamente reforça, com as mais fundadas esperanças de que, muito em breve, a classe rural será ouvida no mesmo pé de igualdade das demais classes do país.

Queira V. Exa. aceitar e transmitir aos demais colaboradores as expressões de nossa alta consideração e apreço."

PRÊMIO "SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA"

Além de medalhas comemorativas oferecidas pela Diretoria da Sociedade ao Sr. Prefeito Municipal de Campos (prata), e aos Srs. Major Hermenegildo de Oliveira Carneiro, Sindicato Agrícola de Campos e Sindicato das Indústrias do Açúcar e Alcool (bronze), resolveu a Sociedade Nacional de Agricultura instituir o prêmio que tem o seu nome, para ser adjudicado ao expositor que apresentasse melhor conjunto. A posse definitiva do lindo troféu será levantada pelo criador de equinos que, em 2 anos consecutivos ou não, merecer a melhor classificação na categoria. Trata-se de uma rica taça de prata portuguesa, cuja posse, este ano, coube à Coudelaria de Campos, escolhida pelo júri como merecedora da alta distinção.

ASSOCIAÇÃO RURAL DE CAMPOS

Com a presença do Sr. Dr. Arthur Torres Filho, Presidente da Comissão Incumbida da Organização da Classe Rural do país, sob a égide do Decreto-lei n.º 8127, de 24 de outubro de 1945, fundou-se em Campos a respectiva Associação Rural. É mais um passo para a organização da Federação das Associações Rurais do Estado do Rio de Janeiro. Daqui desejamos vida próspera e útil à novel Associação.

O CASO DO RAYON

Na 8.^a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de S. Paulo, realizou-se ontem, o julgamento do rumoroso caso a que se deu o nome do "O caso do Rayon", no qual procuraram envolver o Conde Francisco Matarazzo Junior, como presidente da S/A Indústrias Reunidas F. Matarazzo.

A 3.^a Câmara que era composta dos Desembargadores Marcelino Gonzaga, como presidente, José Augusto de Lima, como relator do processo e Marcio Munhoz, por unanimidade absolveu o Conde Matarazzo. Já

o conhecido industrial patricio havia sido absolvido em 1.^a instância, e o M. Juiz da 11.ª Vara Criminal, apreciando os autos, declarara:

"O processo seguiu com aquele sensacionalismo e publicidade que toda a gente verificou, desde o homem da rua até as mais altas camadas sociais, apaixonando a opinião pública, nem sempre bem informada..."

A verdade, porém, segundo as conclusões a que pudemos chegar no estudo destes sete volumes, deve ser declarada sol-

neamente porque a justiça é igual para todos, sejam magnatas ou operários, influentes ou desprotegidos."

"Na pitoresca expressão do Ministro Carlos Maximiliano, o Ministério Público escolheu um "bode-expiatório" na pessoa do Francisco Matarazzo Junior, na impossibilidade de meter na cadeia uma sociedade anônima intíra.

Chegu-se a conclusão de que "nada se provou neste rumoroso processo contra a pessoa de Francisco Matarazzo Junior, relativamente aos apontados crimes contra a economia popular. Nem os outros altos responsáveis pelos negócios da sociedade tiveram também demonstrado sua participação direta em qualquer transação delituosa. Mas a verdade é que, do exame cuidadoso dos autos e dos princípios de direito pertinentes à matéria, se constata que a própria S/A I.R.F.M., pessoa jurídica, não praticou os atos descritos na denúncia.

A sentença assim finaliza: "Diante do exposto e do mais que dos autos consta, julgo improcedente a acusação para absolver etc.". O Promotor Público que funcionava no processo Dr. Paulo Teixeira de Camargo, apelou da sentença e indo os autos a estudo do Sr. Sub-Procurador Geral do Estado, cujo parecer consta e 127 páginas datilografadas, diz este que "depois de examinar página por página destes autos, como atesta a extensão exaustiva deste parecer, não encontramos elementos para concordar com a apelação do Dr. Promotor Público", e assim "a respeitável sentença absolutória do íntegro magistrado, Dr. Olavo de Lima Guimarães, ao qual nos parece, merece confirmação."

Funcionou na apelação como promotor o Dr. Raul Rocha, que terminou o seu parecer desta forma:

"A promotoria conclui assim, essa parte de suas considerações reconhecendo a absoluta ausência de provas para manter a sua acusação contra o Conde Francisco Matarazzo Junior, neste processo. As longas considerações em abono de sua conclusão, são o fruto de um estudo porfiado e paciente de todo o processo em suas mil e tantas páginas sem que um só elemento probatório fosse esquecido ou menosprezado. A verdade foi a meta que tivemos em vista, Revestimo-nos de calma e imparcialidade seguindo os sábios conselhos de Viveiros de Castro, F. Whitaker e Pimenta Bueno. Em certos pontos de vista as provas de acusação suíper enderam e foram decepcionantes.

A promotoria lealmente confessa isto. Não é possível dissimular. Isto importaria nos sacrifícios da verdade e da justiça. "O exercício honesto da promotoria pública exige hoje, tanto equilíbrio, tanto comedimento, tanta serenidade como o da judicatura (Sussekind de Mendonça)."

Perante o Tribunal assim terminou o seu voto o Sr. Desembargador José Augusto de Lima, relator: "Estou com o Juiz em que o Ministério Público atribuiu a uma pessoa jurídica a prática de atos criminosos, quando somente os pessoas físicas podem ser sujeitos ativos de delitos. Ainda que tais crimes fossem indiscutíveis não se provou a participação individual de Francisco Matarazzo Junior nos mesmos. Não se provou, em absoluto, que os "poderes absolutos e ditatoiais" que a denúncia lhe dá como atribuídos nessa organização, o responsabilizassem, necessariamente, por qualquer irregularidade porventura hoviada. Numa empresa de tamanho vulto, "a maior organização industrial da América Latina" na justa expressão do Dr. Promotor da 11.^a Vara Criminal, não seria possível ao seu chefe tomar conhecimento pessoal de todos as irregularidades praticados. Mas nem mesmo contra os I.R.F.M. ou quaisquer de seus dirigentes se apurou, no decurso deste processo, alguma irregularidade. Assim, a absolvição de Francisco Matarazzo Junior se impõe. Neste processo, por uma curioso inversão de conceitos, partiu-se do pressuposto que Matarazzo, por ser rico, praticava atos fraudulentos quando se devia chegar à conclusão de que se alcançou essa destocada situação de dono da maior organização industrial da América Latina, não seria capaz de praticar os atos que a denúncia lhe atribuiu."

Em seguida votou o Sr. Desembargador Marcio Munhoz que assim concluiu o seu voto: "Resumidos assim os pontos principais, que aliás se acham perfeitamente esclarecidos na sentença apelado, e também conclui pela inexistência de qualquer das modalidades dos delitos atribuídos aos réus, concluo o meu voto julgando improcedente a acusação e negando provimento aos recursos interpostos, a fim de confirmar a sentença absolutória."

Por último, o Sr. Desembargador Marcellino Gonzaga proferiu o seu voto, negando também provimento aos recursos e confirmando a sentença de primeira instância, que assim foi mantida por unanimidade.

(Transcrito de "A Noite", de 19-4-48.)

Universidade Rural

Discurso do Prof. Arthur Torres Filho, Reitor da Universidade Rural, e Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, por ocasião da visita, áquêle estabelecimento, em 19 fevereiro dêste ano, dos Prefeitos Fluminenses:

Constitui acontecimento altamente auspicioso para o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, de que faz parte a Universidade Rural, a oportunidade, que ora se lhe oferece, de receber os prefeitos fluminenses.

Convocados pelo ilustre Secretário da Agricultura do Estado, com o apoio decidido do Sr. Governador, foram chamados a debater um temário perfeitamente articulado sobre os assuntos mais vitais da economia agrária. Do respectivo debate, é de esperar propiciará a planificação das várias regiões, dentro de um ciclo de melhoramentos capaz de trazer ao Estado do Rio o fastígio de que já gozou, em tempos idos, dentro de moldes condizente com as modernas condições da nossa economia.

Não será certamente obra fácil fazer voltar a terra fluminense à época em que nela reinava alegria e abundância. Haverá necessidade de um esforço continuado, realizado com entusiasmo e perseverança pela congregação dos esforços dos poderes municipais, estaduais e federais.

Basta atentar-se para as zonas naturais e agrícolas, do Estado do Rio, representadas pelo litoral, pelas baixadas, e pelas serras. São essa zonas perfeitamente caracterizadas. É assim que vemos o litoral, com vasta rede hidrográfica, onde prevalece a pesca e a exploração de salinas, não existindo aí uma agricultura desenvolvida. A famosa baixada, em grande parte de terras aluvionais, com uma área calculada em 350 mil hectares, onde já se realizaram notáveis obras de engenharia sanitária, nela não se pôde, ainda, na sua maior parte, instalar uma agricultura intensiva e em base econômica, por exigir, dentre outras importantes providências, uma colonização racional, para tornar-

se na principal fonte abastecedora do Distrito Federal e do próprio Estado.

É esta região sem dúvida uma daquelas que estão a exigir, por sua importância econômica, e sociológica, uma ação conjugada e perfeitamente delineada para que os resultados venham a corresponder aos dispêndios já realizados e que se tornarão necessários para uma colonização que traduza a efetiva radicação do homem ao meio. A localização do C.N.P.A., com esta Universidade Rural justamente na zona da Baixada Fluminense, reflete a confiança que o governo federal deposita na obra de restauração da economia fluminense e, que nela encontro o centro científico e de ensino capaz de fornecer as armas da ciência e da técnica modernas para a criação do ambiente favorável à vida do homem, dos animais e das plantas.

As condições econômicas e sociológicas da população rural exigirão estudos completos para que seja possível criar uma economia forte com a perfeita fixação do homem, sem a que o notável cometimento, do saneamento da Baixada sem dúvida um dos maiores realizados no nosso país, não poderá tornar-se efetivo, como um exemplo para toda a Nação.

Terão assim os senhores Prefeitos do Estado do Rio, na visita que hoje realizam, um testemunho vivo de uma organização que é sem dúvida, no gênero, uma das maiores e das mais modernas existentes no país e quiçá no próprio continente.

Quaisquer restrições que se lhe possam fazer não invalidarão nunca a inspiração, altamente patriótica, que presidiu à sua concepção. Ao Estado do Rio, competirá zelar e apoiar sem discrepância a evolução desta organização técnico-científica, dando-lhe força e delin-se utilizando para instrução e educação de suas populações, como recorrendo nos seus laboratórios para as pesquisas indispensáveis ao conhecimento do solo, das plantas e dos animais. Estimamos, para êste fim, perfeitamente aparelhados, restando ainda realizar a perfeita conexão de trabalho entre o estu-

daute, o cientista, o administrador e o mestre, além de nele interessar as populações, que aqui encontrarão as portas abertas e as oportunidades que difficilmente poderão, em igualdade de condições, ser encontradas em outros locais.

O desejo que nutrimos, é que as portas dos institutos, como as da Universidade Rural, deverão ser sempre francas àqueles, que queiram receber quaisquer ensinamento, seja ele um homem simples, do campo, seja um técnico, que aspire especialização, ou ainda o moço, que deseje a adquirir conhecimentos profissionais de ensino superior, médio ou de caráter popular.

A Universidade, fundada há cerca de 5 anos, através dos cursos superiores, dos de extensão e especialização, lançou nos nossos meios rurais nada menos de 1.300 pessoas interessadas nos problemas da nossa vida rural. Esse número poderá crescer em grande proporção, agora que começamos a operar directamente nesse meio, com a inauguração e utilização das novas instalações desta Universidade.

Pretendemos também iniciar a Semana do Fazendeiro e para ela, os prefeitos poderão enviar proprietários rurais e operários a fim de conhecerem os nossos trabalhos, frequentando as várias seções componentes da Universidade e dos institutos que compõem o C.E.N.E.P.A.

Destinando-se embora a servir ao todo nacional, o Estado do Rio, pela condição especial de ter sido escolhido para a respectiva localização, tem diante de si possibilidades para tirar grande proveito da instituição dela se utilizando, com maiores facilidades como centro científico e de formação de profissionais.

Quanto à zona montanhosa, também outrora prospera quando da introdução da lavoura cafeeira no sul do país, e que perdeu em grande parte a sua fertilidade, pelo não emprego das práticas da moderna agricultura, teve as suas terras esgotadas e prejudicadas pela erosão, nessa zona, faz-se mister cuidar do reflorestamento e da prática da indústria pastoril intensiva, como de outras explorações, dentre elas a fruticultura, a fim de ocupar, no cenário econômico fluminense, um papel de alto

relevo para o abastecimento da Capital da República.

Falando-vos como fluminense, ligado muito directamente no passado e ainda hoje às lides rurais, haveis de desculpar a pequena digressão feita, quando estais justamente reunidos para dentro de um temário traçado por mão de mestre e cujos rumos com as diretrizes expostas pelo eminente secretário da Agricultura, o ilustre homem público, cheio de idealismo que é o Dr. Edgar Teixeira Leite, tive em vista ressaltar a minha grande satisfação em ver que o Governo do meu Estado, voltando suas vistas para os problemas da vida do campo, vem dar uma demonstração insofismável de haver compreendido a gravidade da hora por que atravessa o nosso país. Não vejo outro meio, senão, esse de endarmos a sério da restauração das fontes produtoras rurais, de arrancarmos o povo brasileiro da condição de sub-nutrição e de flagelado por epidemias que comprometem o futuro da raça.

Outra ação não temos a desenvolver senão a de mobilizar as atividades agrárias, dando à classe uma estruturação capaz de lhe permitir uma colaboração estreita com os poderes públicos. Está patente que o Brasil não soube até hoje traçar um programa seguro de aproveitamento de suas terras, mesmo às portas dos grandes centros consumidores, dando lugar assim a que sejam momentaneamente exploradas e logo deixadas ao abandono, dando lugar à fuga das populações para as cidades, atraídas por vantagens efêmeras, daí resultando a miséria urbana que tanto constrange os nossos sentimentos humanos.

Se por um lado o que produzimos não corresponde às necessidades do nosso crescimento demográfico, por outro lado a classe rural, sem alcançar a devida remuneração para o seu trabalho, abandona a terra e se dirige para os centros urbanos.

Fostes, portanto, convocados Srs. Prefeitos fluminenses, num momento sem dúvida dos mais graves, em que, no mundo inteiro se trava a batalha dos alimentos. E nós sentimos que essa mesma batalha há de ser travada dentro de nossas fronteiras, sob pena de consequências sociais graves para o futuro da Nação.

Há interesse, propósitos e empenho, dos mais elevados, das administrações e

do próprio povo para encontrar o caminho da salvação, os ramos certos da nossa economia. Sente-se, porém, que a ação precisa ser realista e decidida, e foi por certo com esse propósito que o governo fluminense vos convocou, a fim de dar corpo a um programa que precisará ser executado ser tergiversações.

Ao receber-vos no C.E.N.E.P.A., e na Universidade Rural, queremos testemunhar-vos o nosso apreço e a nossa confiança no vosso trabalho, secundando a ação governamental no vosso setor de atividade, colocando-se acima de quaisquer outras preocupações que não

aquelas que resultem no benefício do povo, que vos elegem e vos apoia na administração municipal.

Aqui estaremos sempre prontos a colaborar convosco, naquilo que a Universidade realmente significa para o bem da coletividade, devendo-se criar para esse fim a sincera compreensão de que é na ruralização que deverá basear-se a nossa verdadeira política econômica.

Devemos, portanto, caminhar em perfeita comunhão de sentimentos e de ação no firme propósito de servindo à agricultura, servir ao Brasil.

Consultas e Informações

SAPO CARURU

Esclarecendo ao sr. J. Pinto, do Distrito Federal, que nos pede informações sobre o nome científico do sapo caruru e se ele é, realmente, um animal útil à lavoura, temos a informar:

a) o sapo caruru, também chamado sapo-boi, é cientificamente chamado *Bufo marinus*.

b) os sapos são animais muito úteis à agricultura porque se alimentam de insetos, entre os quais numerosos são nocivos à lavoura. Os sapos são animais que devem ser protegidos pelos agricultores.

SEMEADURA DA CENOURA

Esclarecendo ao nosso consócio M. Costa, de Friburgo, Estado do Rio, que nos consultou sobre semeadura da cenoura, temos a informar:

a) para cada metro quadrado, são necessárias 0,2 a 0,4 gramas de sementes de cenoura, conforme o método de plantio (em linhas ou a lanço).

b) o terreno deve ser convenientemente preparado (revolvido, destorroado e nivelado).

c) pelo processo de semeadura em linhas, que é o mais recomendável, deve-se abrir sulcos distanciados 0,25 m. um do outro, com uma profundidade de 0,010 m. a 0,015 m. e neles depositar as sementes que devem ser misturadas com serragem, areia, cinza, etc. (1 volume de semente para 4 volumes de serragem, diçados são a encosta e a garfagem no areia, etc.). Cobrem-se os sulcos com terra bem peneirada.

Engenheiro Agrônomo

GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Consultor Técnico de "A Lavoura"

d) a semeadura a lanço, isto é, a distribuição irregular das sementes sobre o canteiro cobrindo-as depois, com uma delgada camada de terra, não é aconselhável e exige maior quantidade de sementes e, em qualquer dos casos, é preciso regar abundantemente com regador de crivos muito pequenos.

BATATA DOCE

Esclarecendo ao sr. S. Cunha, nosso consócio do Distrito Federal, que nos consulta sobre quais as variedades de batata doce mais cultivadas no Distrito Federal, temos a informar que são muito cultivadas as seguintes variedades:

- a) batata doce paulista;
- b) batata doce ruíma;
- c) batata doce jurujuba;
- d) batata doce amarela;
- e) batata doce roxa.

A última variedade é aqui no Distrito Federal, muito procurada para a fabricação de doces.

ENXERTIA DA CAMÉLIA

Esclarecendo à sra. M. Neves, do Distrito Federal, que nos consultou sobre a enxertia da camélia, temos a informar que:

a) a camélia pode ser enxertada sobre a camélia comum, obtida de semente ou de estaca.

b) os processos de enxertia mais indolúneos.

Organização da Classe Rural

Sobre este debatido assunto, acudiu a Sociedade Nacional de Agricultura de publicar um alentado folheto contendo não só o histórico do seu ingente trabalho de mais de meio século em prol da arregimentação da classe agrícola, como, também, a opinião de vários entendidos e interessados no assunto.

Dentre essas opiniões, uma das mais valiosas, é seu dúvida, a que emitiu o Dr. Virgílio dos Santos Magano, de São Paulo, cujo original, em virtude de fato que não surpreende a quem lide com tipografias, se perdeu por ocasião da impressão do aludido folheto.

Procurando sanar essa falha, diligenciamos a Sociedade por obter uma nova cópia da interessante opinião, mas, devido ao atraso com que chegou, e para não retardar ainda mais a saída do folheto, resolvemos a Sociedade fazer publicar o parecer do Dr. Virgílio Magano no presente número de "A Lavoura", o que fazemos com especial agrado:

"A Arregimentação da Lavoura e as disposições de decreto 8.127, de outubro de 1915.

O decreto 8.127, malsinado por algumas pessoas, sem um exato conhecimento das suas finalidades e das causas que lhe deram origem, tem um grande objetivo, o de promover a arregimentação da enorme massa dos que trabalham a terra, pela qual se poderá dar solução a numerosos problemas, de vital importância para a economia nacional.

Por esta arregimentação os milhões de proprietários rurais, os meeiros, os arrendatários e os trabalhadores agropecuários poderão ser efetivamente orientados, nas suas atividades rurais. Além disto, a lavoura ficará automaticamente independente, sem precisar contar com a boa vontade das outras

classes, nos pronunciamentos coletivos da produção, contribuindo assim com mais eficiência, para o aumento e melhoria da mesma.

Não tem sido tão proveitosas quanto fora de desejar, as iniciativas dos órgãos oficiais, no sentido educacional agrícola, porque quando o técnico chega aos municípios, na execução do programa do Ministério ou da Secretaria da Agricultura, nem sempre é acolhido com o entusiasmo necessário, por parte dos agricultores, para o apoio que precisa, de modo a obter sucesso na sua missão. O meio rural só muito tarde vai ter conhecimento da atuação eficaz do agrônomo, porque os elementos que o compõem não se acham associados, mas dispersos e desunidos. É evidente, pois, que reunidos os agricultores em sociedades em cada município de todo o território brasileiro, a ação do técnico se produziria da periferia para o centro, e não do centro para a periferia, atuando antes e sobretudo nas assembléias rurais, constituídas no município.

É extranhável que os ataques ao decreto 8.127 tenham partido justamente daqueles que tanto porfiraram pela sindicalização indistinta dos agricultores e trabalhadores rurais, com a crítica de que o referido decreto tem feição facista. Isto demonstra uma incoerência singular.

O decreto 7.038, de 10 de novembro de 1914, que regula a sindicalização rural no país, este sim, em verdade, é que tem o caráter e origem facista.

Repetin quise que textualmente boa parte dos dispositivos da atual lei de sindicalização, que vigora para a indústria e comércio.

Estabelece a unidade sindical, a sua dependência do Ministério do Trabalho, subordinando a sua existência e as suas

atividades à vontade e às ordens dos órgãos governamentais.

Os sindicatos que se organizarem, obedientes a estas normas seriam manobrados para satisfazer interesses políticos ocasionais, serviriam para articular forças facciosas, em favor do governo, iguais as que produziram o fanatismo queremista, tão criticado pela opinião pública.

Revela acentuar que a lei da sindicalização rural foi elaborada, no fastígio da ditadura, sob o domínio dos princípios da Constituição de 10 de Novembro de 1937. Inspirada por estes princípios, estabeleceram-se preceitos, exigindo daqueles que quizessem ser diretores de sindicatos rurais prova prévia de boa conduta, mediante folha corrida fornecida pela polícia e prova de que não tinham convicções ideológicas incompatíveis com o regime. É nenhum agricultor poderia ser admitido como associado do sindicato, sem atestado do prefeito, ou melhor sem o consentimento do mesmo. Esta questão da sindicalização rural, pela sua manifesta inexecutabilidade quanto aos trabalhadores rurais, vale dizer aos empregados por não haver entre eles os indispensáveis requisitos do espírito associativo e empreendedor, com um nível mínimo de instrução. Cumpre, ainda, considerar a pequena densidade dos trabalhadores em relação ao espaço ocupado pelas explorações e a consequente diminuição do espírito associativo, o nomadismo dos trabalhadores rurais e finalmente o analfabetismo predominante nessas populações.

Dai concluir a conferência de Teresópolis, a seguinte redação:

"Por fim deve atender o Estado, na regulamentação da organização associativa das classes rurais, as peculiaridades do estágio económico das zonas agrárias e do processo normal de agremiação daquelas classes."

Vê-se por esta exposição que o decreto 8.127 nada fez de mau e nem deve ser condenado a priori, sem o conhecimento real dos seus dispositivos. Repudiada, sim, deve ser a sindicalização rural tão prejudicial aos interesses da lavoura e à boa política agrária."

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL
DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897



Eng.º Agrônomo Artbur Torres Filho
Presidente da Sociedade



Eng.º Agrônomo Antonio de Arruda
Camara
Diretor



Eng.º Agrônomo Geraldo Goulart da
Silveira
Consultor-Técnico



Luiz Marques Pollano
Redator-Secretário e Gerente



Redação e Administração:

AV. FRANKLIN ROOSEVELT 115, 6.º

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245 — Rio de Janeiro



Nem a redação da revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

O Projeto de Reforma Agrária do Sr. Nestor Duarte

Comentários de J. DE ARAUJO GOES

O projeto de reforma agrária da autoria do ilustre Deputado Nestor Duarte, subordina de início o *destino econômico* da terra de cultura à *produtividade indispensável* (art. 1.º), para que assegure "remineração do valor do capital da terra e o da sua exploração, e renda aos que nela trabalham e residam" (art. 2.º).

Aquele potencial — a produtividade — deverá corresponder à "capacidade da extensão e qualidade do seu solo cultivável", pois que o conhecimento *pleno* de cada gleba, para assegurar o êxito da empresa agrícola — pequena que ela seja — será a "condição para a plena propriedade particular da terra agrícola". A terra de cultura passará assim a ter uma aplicação regulada ao mesmo tempo em favor da economia privada e do interesse coletivo, segundo se conclue. É esta, a nosso ver, a parte fundamental do projeto, de largo desenvolvimento.

Examinemos os mais dos seus aspectos.

O destino econômico da terra, não será totalmente da livre escolha do proprietário, de vez que sofre constantes limitações, a saber:

1.º — Nas "*propriedades de monocultura*, indústria agrícola, inclusive a extrativa, de exploração florestal e de pecuária fica reservado *um quarto* da sua área, em local ou locais de melhores terras próprias para a lavoura de subsistência" (art. 3.º); e, "sempre que possível essa área será *uma e contínua*", "a fim de assegurar o estabelecimento de um plano de edificações e de povoamento de pequenos agricultores" (art. 3.º, parágrafo único).

2.º — Também as *terras férteis* estão sujeitas a outras espécies prescrições:

a) — As "*unidades próximas, ou de mais acesso, em torno das vilas e cidades* ficam destinadas à pecuária de leite e a lavoura de subsistência" (art. 7), sob o *regime de pequenas propriedades* ou da *grande propriedade coletiva*, quando ins-

tituído o sistema pelo Governo Federal, "a fim de promover a justa distribuição da produção animal e vegetal de alimentos" (art. 7, parágrafo único);

b) — E as estendidas ao longo das rodovias *recentemente construídas*, quer públicas, quer particulares, "ficam reservadas preferentemente ao povoamento e à lavoura de subsistência", a meios que, prestando-se à pecuária, a esta forem aplicadas, caso em que obrigatoriamente será *um quarto* da sua área destinado à lavoura, "desde que ofereçam requisitos de fertilidade, salubridade e ocorrência de água potável necessária à lavoura de subsistência" (art. 12, parágrafo único).

Em síntese, são estes os objetivos imediatos da reforma, que, desta forma se restringe:

1.º — À lavoura de subsistência, para pronto e justo abastecimento às populações onde as propriedades forem de monocultura, indústria agrícola, inclusive a extrativa, exploração florestal e de pecuária, ou ao longo das novas rodovias e, finalmente, em torno das vilas e cidades, em enjas proximidades será também explorada a pecuária de leite.

2.º — As lavouras de estação ou coletivas, em terras de uso comum de todos.

3.º — Ao desenvolvimento e radicação do pequeno produtor:

a) — quanto possível em linhas ou planos de povoamento, localizados em terras férteis, por pequenas glebas, desde que apresentem requisitos de salubridade e ocorrência de mananciais de água potável e essencial às culturas;

b) — também sob o regime de pequenas propriedades ou das grandes propriedades coletivas, nas imediações das vilas e cidades;

c) — além disso, respeitada a tradição ou o costume, em qualquer parte em que cultive o solo em comum, como veremos.

Trazidos êsses primeiros quadros, vamos encontrar na reforma proposta restrições comparáveis a meios coercivos,

ainda que visando o bem estar social. Sabe-se, entretanto, que "A lei não prejudicará o direito adquirido" (§ 3.º do art. 141 da Constituição Federal).

Vejamus estas restrições:

1.º — As terras sujeitas ao regime acinua aludido — em tôrno das vilas e cidades — salvo força maior, "não poderão ficar improdutivas por mais de três anos, *sob pena* de perecer o direito de seu titular em favor do Poder Público Municipal *que delas disporá em benefício de terceiro*, para o fim agrícola imposto por esta lei" (art. 8.º). "Nessas terras só poderão ser construídos e discriminados campos de recreio, esporte e repouso, mediante prévio assentimento do Poder Público, ressalvadas sempre as necessidades da exploração agrícola" (art. 8.º, § 2.º).

2.º — "Os terrenos, independentes de seu título, que *em virtude de tradição ou costume* estejam destinadas à lavoura coletiva e assim trabalhados ou venham a sê-lo *são insusceptíveis de apropriação individual*, permanecendo objeto de *ocupação precária* de quantos nelles queiram cultivar as lavouras de estação" (art. 14).

3.º — "Nas terras de lavoura das regiões semiáridas fica proibida a criação, salvo a que se mantiver fora do regime de campo e as aves domésticas presas" (art. 16).

O projeto impõe paralelamente certas obrigações ao proprietário, com os mesmos intuitos e para os mesmos fins:

a) — Fornecer aos seus parceiros, meeiros ou rendeiros, aos quais define (art. 5), solo convenientemente cercado, e a quantos morem e trabalhem nas suas terras *casa de telha* — havendo fabricação e consumo locais — (art. 4.º), "dotada de janelas e aberturas que forneçam ar e luz a todos os seus cômodos, cozinha com chaminé, para tiragem da fumaça, além de outras condições de hygiene que a *situação financeira do proprietário, o meio e regime de água* permitirem, a juízo da Saúde Pública" (artigo 6.º);

b) — *assegurar água potável aos moradores e a que for necessária à lavoura de subsistência*" (art. 6.º, § 1.º), salvo em "regiões de aridez, em que não seja passível a lavoura regular", a juízo dos Poderes Públicos (art. 6.º, § 2.º).

c) — cercar suas terras, quando lindadeiras dos terrenos destinados a lavoura coletiva, na extensão do respectivo limite "de maneira que impeça em sua área a incursão de animais de grande porte, como ainda a de caprinos e suínos" (art. 11, parágrafo único), ao contrário do estabelecido para as terras de campo aberto, de criação solta, onde "a obrigação de tapumes ou cercas cabe ao que em tais terrenos pratique qualquer tipo ou espécie de lavoura" (art. 16, § 2.º).

Abre, contudo, ao proprietário duas exceções e faz-lhe uma concessão que visa, a um só tempo, incentivar a divisão das terras férteis em pequenas propriedades.

A primeira exceção verificar-se-á quando, férteis as terras situadas em tôrno das vilas e cidades, perecer o direito do seu titular, segundo o art. 8.º: "Se, ao termo de três anos essas terras continuarem improdutivas por falta de diligência do Poder Público ou do particular a quem forem *entregues ou alienadas*, poderá (o antigo proprietário) adquirir o seu domínio e posse, por prova sumária feita perante o Juiz competente" (art. 8.º, § 1.º).

A segunda é quando a sua propriedade ou parte da mesma, próxima à sede do Município ou de mais fácil acesso fôr por aquele obtida para Campo da Povoação. O proprietário "poderá adquirir o seu domínio e posse, pagando o preço com que o alienou, se demonstrar por prova sumária perante o Juiz da Comarca que durante cinco anos as terras não foram trabalhadas e cultivadas, sujeitando-se, porém, às condições de *cultivo e produção de subsistência* impostas por esta lei" (art. 9.º, § 2.º).

Por último, a concessão:

"Todo proprietário particular que aplicar as suas terras férteis à divisão em pequenas propriedades, ou sítios agrícolas para serem vendidos, fica isento de tributos que gravem diretamente essas terras *loteadas*, e aquele que adquirir uma só dessas parcelas fica isento de imposto de transmissão, e durante 2 anos, a partir da data da aquisição, dos tributos que gravem diretamente o imóvel" (art. 13).

Passa o projeto a dispôr sobre o uso das águas, "nas regiões de clima continental, onde haja escasses de fontes

nascentes e correntes", sujeitando-o aos regulamentos oficiais, de modo que "atenda ao maior número dos que necessitam de água potável e da indispensável à lavoura e à criação" (art. 18), "distribuída, conforme sua capacidade, na proporção de maior número de proprietários e ocupantes marginais e vizinhos" (art. 18, § 1.º). E conclue, modificando o que dispõem o § 3.º do art. 2.º e o art. 8.º do Código de Águas:

"A propriedade sobre a água assegura a preferência do seu uso pelo titular, mas nunca a sua exclusividade" (artigo 18, § 2.º).

O projeto enfeixa no art. 19 as incumbências aos Poderes Públicos:

"Cabe ao Governo Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, no Distrito Federal ao seu prefeito, nos Estados às respectivas Secretarias de culturas, e nos Municípios aos prefeitos, no que lhes competir, a execução desta lei e a fiscalização do cumprimento de suas exigências".

Quanto aos Municípios:

a) — obterem, dentro do prazo de um ano, uma área de terrenos férteis, próximos da sua sede ou de mais fácil acesso "para que nela o Governo Federal ou Estadual, em cooperação com o Municipal, instale o Campo da Povoação, para produção de alimentos destinados a mercado, demonstração agrícola e seleção de sementes" (art. 9.º).

b) — obrigatoriamente, terem, "para empréstimo gratuito aos proprietários pobres e a lavradores, um número de máquinas extintoras de formiga saúva que atendam, num só momento, às necessidades dos que as requisitem" (art. 10).

c) — manterem "em depósito permanente, para venda a preços módicos, produtos de defesa sanitária, animal e vegetal, que mais interessem ao gênero de criação e lavoura regionais" (art. 10, § 1.º).

d) — zelarem "diretamente, ou por meio de uma comissão ou órgão dos interessados, pela existência dos terrenos agrícolas considerados de uso comum, fiscalizando o cumprimento das exigências da lei" (art. 15).

e) — discriminarem, "conforme a natureza do solo, seu regime de água, pluviosidade e a tradição local", as terras das regiões seminadas destinadas a la-

voura, segundo o art. 16, § 1.º. E dispõe que "as despesas e encargos criados por esta lei para os cofres públicos Municipais serão atendidos com a verba destinada a benefício de ordem rural, de que trata o § 4.º do inciso IV ao art. 15 da Constituição Federal" (art. 11), isto é, a parte que aos Municípios tocar dos impostos decretados pela União sobre "renda e proventos de qualquer natureza", sob condição de aplicarem, "pelo menos, metade da importância em benefício de ordem rural". Além dessa determinação, autoriza exigirem de ambos os Governos Federal e Estadual "uma cooperação em forma de subvenção ou de máquinas agrícolas, ou de assistência técnica", caso o Município interessado prove possuir e manter o Campo da Povoação, segundo os fins desta lei, ficando assim isento da obrigação de cede-lo à União ou no Estado (art. 9.º, § 1.º).

Quanto aos Estados:

A não ser o dever de atenderem às exigências municipais no que tange a manutenção, pelo Município, do seu Campo da Povoação, o direito de optar pela colaboração com aquele, em lugar do Governo Federal, não se encontra no projeto outra determinação expressa referente a encargos dos Estados.

Quanto à União:

A mais das referências dos arts. 9.º e 11, o projeto cria, em lugar da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, o Departamento de Organização Agrária, para "execução e fiscalização desta lei, como de outras que se seguirem para completar o plano de reforma agrária do país, na forma dos regulamentos expedidos" (art. 20), e abre o crédito de 20 milhões de cruzeiros para ocorrer às despesas do primeiro exercício (art. 21).

Regulamentação, em 60 dias, a partir da publicação da lei (art. 20, § 2.º).

Como vimos, o projeto indica inicialmente um largo plano econômico, mas a partir daí passa a tratar de objetivos em preferência dos quais têm disposições que se poderiam tomar por exceções ao uso da terra, referentes à lavoura de subsistência, incrementada por possibilidades oferecidas no pequeno produtor, sujeito, aliás, ao regime dado à propriedade em que trabalhar (art. 5.º). Entre aquelas possibilidades salienta o direito

que assiste ao Governo Federal de aplicar no caso o "regime de pequenas propriedades ou da grande propriedade coletiva, por meio de cooperativas ou associações de comércio" (art. 7.º, parágrafo único), nos termos do art. 147 da Constituição, relativo à "justa distribuição da propriedade" e ao seu uso ao mesmo tempo.

Dentro desse âmbito inscreve, pois, uma das faces do nosso problema agrário — possibilidades e garantias às atividades rurais. Além disso, cria o Campo da Povoação, onde serão selecionadas sementes e far-se-ão demonstrações de cultura, o que não constitui propriamente melhoria do fator braço em função da maior e melhor produção de víveres.

Voltemos agora a considerações de outra ordem sobre a parte fundamental do projeto ou o que entendemos por execução integral do plano econômico, orientando todos os aspectos da produção, entrozados na grande máquina administrativa da União.

O projeto, não individualizando senão uma fração do vasto programa por ele despertado, confia a um Departamento de Organização Agrária a realização das disposições "desta lei, como de outras que se seguirão para completar o plano da reforma".

Cumprido, todavia, aos Municípios por em prática obrigações que dizem respeito ao incremento da produção de víveres, lódas elas em razão de verbas orçamentárias, quer do seu, quer do orçamento da República.

Para este desiderato, não seria preciso mais, além da fiscalização a ser feita pelos próprios órgãos das Administrações Municipais e pelos dos Estados, segundo dispõe o art. 19.

Certo, então, teríamos ensejo de dispensar a criação imediata de um departamento administrativo para tal fim. De mais este iria sobrepor-se à lei, por meio de sua regulamentação, como preceitua o projeto, no que se refere à matéria essencial da reforma destinada a imprimir súbias diretrizes na vida econômica da nação.

Além disso o serviço poderia em começo e com vantagem ser enquadrado na Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, porque se

apresenta inicialmente sob características que lhe são complementares.

O projetado departamento só iria desenvolver verdadeiramente atividade útil, quando estivesse aparelhado com os elementos indispensáveis ao conhecimento *pleno* das terras de cultura ou, pelo menos, daquelas sobre as quais tivesse de exercer criteriosamente a sua benéfica influência.

Aqueles elementos nunca seriam constituídos de informações ocasionais, variáveis com os conhecimentos, a capacidade e o critério profissionais de cada informante. Nem seriam dependentes, a cada momento, na vastidão da superfície territorial brasileira, de um ou mais grupos de funcionários pelos quais devesses correr os trâmites dos juízos sobre determinada aplicação de capitais na exploração da terra. E, quando, para acréscimo dos nossos envelhecidos processos burocráticos, assim fôsse, não obteria o Departamento senão retalhos vários e contraditórios do que devesse constituir um sólido padrão de elementos básicos.

Faz-se-ia mistér opinar sempre com real conhecimento de causa, sem estorvos, a serviço da produção. O contrário seria um entrave, se não descambasse para o desrespeito à lei, com a mistificação de dados e acréscimo de despesas não justificadas.

Do que se tem feito por aí, com exceção de S. Paulo, que organiza o seu mapa agrogeológico e iniciou já dois cadastros topográficos, sendo um deles aerofotogramétrico, não conhecemos cadastro rural entre nós que mereça esse nome, em se tratando de orientar a nossa produção agrária. O que projetamos para o Estado da Bahia em 1942 ainda espera a comissão que o deva julgar...

Não se entenda com isso estarmos sendo espalhados à reforma. O nosso intuito é cooperar. De quanto sabemos acerca do assunto, podemos afirmar que vários são os países que têm desenvolvido e praticado automaticamente o fracionamento das grandes propriedades com simplesmente a decretação do imposto sobre a terra, baseado no seu potencial agrícola e na sua extensão. Ninguém pagaria imposto de uma larga extensão territorial pelo prazer de vê-la improdutiva. A divisão seria o remédio. Por esse meio, consequente-

mente, a terra de cultura passaria ter uma aplicação regulada ao mesmo tempo em favor do interesse coletivo e do aumento das rendas públicas, além de estimular em alto grau o desenvolvimento da produção. Haverá aqui "estimulo e prêmio ao trabalho: se produz 100, paga 10; passará a pagar virtualmente 5, se forçar a produzir 200" (Assis Brasil).

A matéria tem sido fartamente discutida. Valeria a pena que a examinássemos agora, com o fim de associá-la ao particular apreço que dá o projeto à economia privada, subordinada ao destino econômico da terra, ao qual certamente e por sua vez associar-se-iam dados imprescindíveis de ecologia vegetal e animal, guiando a lavoura e a criação na escolha mais vantajosa das suas empresas, pela indicação precisa da *produtividade máxima*, na distribuição das explorações rurais, assim proporcionando maior lucrativo intercâmbio da produção entre os seus vários setores, e mais volumosa a exportação.

É não ficasse a mercê das erosões a terra, nem entregues à incompreensão do agricultor os males do empobrecimento do solo pelo fogo. Não esqueçamos igualmente as vantagens do posio, tão útil a quem é permitido utilizar as forças naturais na restauração das reservas produtivas dos solos a que outras plantas poderão enriquecer. A polícia agrária constituiria outro importante assunto.

Poderíamos até ir mais adiante, como já lembráramos em 1941, nesse sentido acompanhando o Estado de São Paulo, quando, pelo seu Secretário da Justiça, ofereceu ao Governo da União um anteprojeto de lei estabelecendo bases para a "segurança absoluta quanto às garantias que o domínio territorial deve oferecer ao crédito". São interesses que se completam: o verdadeiro conhecimento da terra, a sua proteção, o seu exato destino econômico e o crédito dela mesma provindo, pela expressão real dos seus valores.

Lançando por último um olhar retrospectivo sobre a fração da reforma que se executar, conforme o projeto, antes de assentados os seus fundamentos e firme a sua estrutura, vemos agora quanto aqueles detalhes dependeriam do apa-

relhamento inicial necessário ao grande objetivo.

Gravaremos nitidamente as consequências da imposição do art. 3.º, por exemplo, figurando casos concretos.

Suponhamos *um quarto* da área de uma propriedade de exploração florestal — para cultura da árvore — com 500 hectares: 125 hectares seriam para lavoura de subsistência.

No Brasil — país de devastação das matas — a exploração florestal ainda está por ser a mais racional, a de menos eventualidades e a mais rendosa, como no Velho Mundo (ou que foi antes da guerra). Lá o solo de floresta não é geralmente destinado à "lavoura de subsistência". E não é, porque não produz economicamente, senão florestas, a despeito de ter havido florestas em terras hoje plantadas de vinha e cereais. Houve; não de igual rendimento, garantindo todo ano os mesmos excelentes resultados, por plantadas em terras que fôsem um *maximum* em ecologia, de exclusiva aplicação florestal.

Tenhamos que, pelo estudo e classificação dos solos, conheçamos amanhã, para imposição do verdadeiro destino econômico, iguais extensões de terras, e nestas se instale a empresa racional de exploração de madeira e produtos derivados. Consequência: 125 hectares de menos na empresa; menores resultados; poucos frutos ou nenhum destinado à subsistência.

A lei, votada para proteger, produziria efeito completamente negativo, quanto à "revalorização do valor do capital da terra e o da sua exploração, renda aos que nela trabalhem e residam" na quarta parte executada.

Com mais aproximação. Na região do sul baiano, de clima excepcional — 22° C. de temperatura média e chuvas de inverno e de verão — sub-tropical, na classificação de Morise, não temos nas zonas propriamente do cacau terras de *maximum* para cereais. O milho, o feijão, o arroz, dão ocasionalmente, ora muito ora nada. Ali a monocultura é até certo ponto aconselhável nas etras de maior produção cacaneira. As fazendas são em média de pequena área. Que digam de 60 hectares, por exemplo. Teremos 15 hectares sacrificados. Menos 1.000 arrobas de 15 quilos anuais. Menos cento e tantos mil cruzeiros de pre-

juízo imposto por dois destinos econômicos antagônicos sobre a mesma área. E não estamos considerando as fazendas que estão totalmente cobertas de canieiros. Entretanto dentro da mesma região há zonas em que a cultura de cereais poderia ser intensificada, compensando desta forma o mal quase crônico da falta de transporte para outras regiões do país.

Não nos faltariam exemplos a opor, para apresentar a defender o que é, a nosso ver, a outra face do sistema que liga o bem estar social ao *interêsse econômico*.

As predeterminações de áreas, de situações, assim as limitações impostas pelo projeto que fôsem oportunamente

acomodadas em face das circunstâncias, em cada caso, por esse *interêsse* que é, acima de tudo, a causa primordial das aplicações de capital, como das atividades rurais. De outro modo, acarretaríamos para a reforma restrições que negariam o valor e o patriotismo afirmados pelo sábio princípio que a ditou ao ilustre parlamentar.

Vem a propósito reproduzirmos um período de recente trabalho nosso: "E deste jeito tem vindo o nosso patrimônio territorial, desvalorizando-se a cada passo, ninda sem alguém que até aqui tivesse encontrado a exatidão dos seus valores, para lastro da nossa grandeza econômica".

Ilhéus, junho de 1917.

O ALGODÃO

NA ECONOMIA NORTE-RIOGRANDENSE

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO

(Conclusão do número anterior)

Verifica-se atualmente o perigo do desaparecimento daquela fibra algodoeira pela hibridação, contra o que clamam todos os centros industriais. Tenho em meu poder o excelente voto formulado pelo Sr. Guilherme da Silveira, no Conselho Federal do Comércio Exterior, ercio que em 1942 ou 43, em que chama a atenção particular do Poder Público para este problema, pedindo que o examine com o devido interêsse, porque da manutenção da fibra longa do algodão do Seridó depende o futuro da indústria de tecidos finos no Brasil.

O Sr. José Arnaud — Conheço o estudo do Sr. Guilherme da Silveira relativamente ao algodão do Rio Grande do Norte e, em parte, da Paraíba, que no Conselho Federal do Comércio Exterior advogou a melhoria das máquinas beneficiadoras do algodão.

O Sr. José Augusto — Advogou as máquinas de rôlo.

O Sr. José Arnaud — V. Ex.^a não está bem a par da situação. Hoje, o que está provudo é que a máquina de rôlo não é melhor para beneficiar o algodão do Seridó. Posso adiantar que já há, no Rio

Grande do Norte, uma companhia que tem uma instalação montada. O Dr. Guilherme da Silveira advogou para o algodão do Seridó as máquinas de rôlo, tendo em vista fabricar com elas fios finos. Como o algodão paulista não permite a fabricação desses fios, a Companhia Matarazzo está importando algodão pois não dispõe das fibras de 42 e 41 milímetros para as fábricas nacionais.

O Sr. José Augusto — Agradeço o aparte de V. Ex.^a, mas quem estava advogando, as máquinas de rôlo era o Dr. Guilherme da Silveira. O equívoco — se houve — não foi meu, portanto.

Filho daquela zona, acompanho a vida do algodão como se acompanhasse o desenvolvimento da minha própria vida.

O Sr. José Arnaud — V. Excia. acompanha tanto quanto eu. Vossa Excelência tem experiêcia.

O Sr. Toledo Piza — O orador tem toda razão quando afirma que é preciso evitar a degenerescência do algodão do Seridó. Eis aí uma bela ocasião do Ministério da Agricultura colaborar com os poderes do Estado no sentido de organizar a cultura algodoeira do Rio Grande do Norte nos moldes da que fizemos em São Paulo.

O Sr. José Augusto — Direi ainda aos Senhores Deputados que me ocupei do assunto, já em 1922, nesta Casa, e vou reproduzir meu trabalho no discurso que farei amanhã. Então, sugeri ao Governo a instalação de uma estação experimental. Esta minha iniciativa de 1922 foi transformada em lei, no ano de 1924 e eu, já no governo do Estado, assisti à instalação da estação experimental instalada, inicialmente, no Açude de Gargalheira, no município de Açari, e entregue a um técnico de maior competência de que o Brasil dispunha na ocasião, Sr. Otávio Lamartine, que fizera curso distinto na Escola de Lavras, com dois anos de especialização nos Estados Unidos e era filho da região do Seridó, conhecendo o problema do algodão a fundo.

Posteriormente, já Senador da República, em 1929, consegui transferir a estação para Cruzeta e lá ainda se acha funcionando...

O Sr. José Arnaut — Ela e inúmeras outras.

O Sr. José Augusto — ... com os melhores resultados.

A este aspecto do problema voltarei no discurso que devo pronunciar aqui amanhã, em seguimento ao de hoje. Por agora, limitar-me-ei a declarar o seguinte: o algodão é um produto cujo prestígio universal cresce na medida em que aumenta a população do mundo e a humanidade se civiliza.

Desde os primórdios da civilização, e à proporção que o homem passou a se vestir, o algodão cresceu de importância. Nações há, como os Estados Unidos, que fazem repousar a sua estrutura econômica antes de tudo, sobre a lavoura algodoeira e isso a tal ponto que na hora em que ela entra a declinar, todas as forças vivas da política para ela se voltam para trancuda os novos caminhos a serem seguidos, a fim de que o país marche em sentido ascensional.

O Sr. Herbert Levy — Não apenas sob esse aspecto que V. Excia. tão bem salienta. Mas estando evidenciado que o algodão encontra um *habitat* favorável no nordeste brasileiro, sendo, portanto, um elemento essencial a essa região econômica, tão importante para o nosso país, torna-se necessário assegurar salidez dessa atividade, fazendo com que

todas as providências nesse sentido sejam tomadas pelos poderes públicos.

O Sr. José Augusto — Muito agradeço a colubaração de Vossa Excelência, neste particular.

O Brasil tem, na lavoura algodoeira, um dos seus mais sólidos suportes econômicos; e foi, pela menos há dois anos o segundo país a concorrer, quantitativamente, na economia universal, com seu produto para as fábricas de tecido dos povos industriais.

São Paulo tem sido, no Brasil, de certo tempo a esta parte, um líder prestigioso da política algodoeira. O declínio ora verificando será superado dentro em pouco, pela capacidade realizadora dos bandeirantes.

Meu Estado, o Rio Grande do Norte, vive precipuamente do algodão. Não obstante, os elementos desfavoráveis que, vez por outra ali surgem — e deles o principal é a seca — essa lavoura algodoeira tem resistido a tudo e se mantém em progresso acentuada.

O que nos cabe fazer agora, para solidificá-la é, completando as medidas sugeridas no meu Governo e desenvolvidas e desdobradas continuamente pelos que me sucederam, através de uma atividade administrativa que honra o povo norte-riograndense, voltarmos as vistas preferentemente para o algodão Moco, o algodão da Seridó, de fibra longa. Assim, teremos armado a região seridoense com uma força econômica de tal porte que com ela vencerá todas as dificuldades, inclusive as decorrentes do clima. Aliás, se a seca existe, também a natureza indica o remédio para combatê-la, e neste sentido vêm lutando vitoriosamente todos os povos em que o fenômeno se verifica.

O Sr. Plínio Lemos — Tenha a impressão de que o fenômeno ocorrente no Rio Grande do Norte não se passa de muietra diversa na Paraíba. Acredito ser uma das causas que mais determinaram a diminuição de produção do algodão no meu Estado a falta de um preço mínimo, que devia o Governo fixar para essa mercadoria, a qual está demasiadamente onerada pela mão de obra, excessivamente cara no momento.

O Sr. José Augusto — Creio que o fator a que V. Excia. alude influiu, de fato, poderosamente, para a crise algodoeira

ra, mas outros fatores existiram e existem.

Já que a hora está terminada, peço a V. Excia., Sr. Presidente, conservar-me inscrito para falar amanhã. Nessa oportunidade revelarei a significação da região do Seridó, o que exprime na armadura econômica do Rio Grande do Norte e mostrarei o papel do algodão da fibra longa, não só dentro da zona em que tem seu *habitat*, mas também no concerto da vida econômica e industrial do Brasil.

Com estas palavras, Sr. Presidente e reiterando meu pedido para que me conserve inscrito a fim de que, na próxima sessão, conclua minhas considerações, quero agradecer aos nobres colegas e companheiros o auxílio que me prestaram, trazendo, com seus apportes, tantos esclarecimentos ao estudo que me propuz realizar, relativo ao algodão e ao seu papel no fortalecimento da vida econômica do Brasil. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado*).

ANEXO

Regulamento do Serviço de Algodão do Rio Grande do Norte, a que se refere o Decreto n.º 228 de 18 de março de 1924.

CAPITULO I

Do Serviço Estadual do Algodão e seus fins

Art. 1.º — O Serviço Estadual do Algodão, subordinado ao Serviço do Algodão (federal) tem por fim a execução dos serviços concernentes à produção, beneficiamento e comércio do algodão no Rio Grande do Norte.

Art. 2.º — Merecerão particular interesse por parte do Serviço Estadual do Algodão, os seguintes pontos:

a) ampliação da cultura algodoeira no Estado;

b) divulgação dos processos culturais e de beneficiamento mais racionais e econômicos;

c) determinação das variedades algodoeiras melhormente adaptáveis a cada região;

d) aperfeiçoamento dos tipos privilegiados e ampla distribuição de sua semente na região delimitada;

e) combate às moléstias e insetos nocivos ao algodoeiro, especialmente as lagartas do capulho e da folha;

f) estatística da área cultivada, produção, consumo e exportação do algodão e seus derivados;

g) registro e fiscalização dos estabelecimentos de beneficiar algodão, e repressão das fraudes no comércio do produto;

h) classificação oficial do produto, de acordo com os padrões estabelecidos pelo Serviço do Algodão (federal), e bem assim sua boa colocação nos mercados nacionais e estrangeiros.

CAPITULO II

Da organização do Serviço Estadual do Algodão

Art. 3.º — O Serviço Estadual do Algodão funcionará sob a orientação técnica e fiscalização da Diretoria Geral de Agricultura e Obras Públicas.

Art. 4.º — Para a execução deste Serviço fica o Estado dividido em duas Inspetorias e uma Sub-Inspetoria.

§ 1.º — A Inspetoria do centro compreende os municípios de Santa Cruz, Currais Novos, Acaú, Jardim do Seridó, Serra Negra, Caicó, Flores, Sant'Ana do Matos, Angicos, Lagea, Taipú, Touros e Ceará Mirim (13).

§ 2.º — A Inspetoria Oeste compreende os municípios de Areia Branca, Mossoró, Apodi, Port'Alegre, Pau dos Ferros, S. Miguel, Luiz Gomes, Martins Pastel, Caraúbas, Augusto Severo, Asepu e Mearim (13).

§ 3.º — A Sub-Inspetoria Oeste compreende os municípios restantes: Natal, São Gonçalo, Maeniba, São José, Paparan, Arez, Goianinha, Canguarentama, Pedro Velho, Nova Cruz, San'Antonio (11).

Art. 5.º — Cada Inspetoria terá o seguinte pessoal:

- 1 Inspetor.
- 1 Auxiliar.
- 1 1.º escriturário.

Art. 6.º — A Sub-Inspetoria terá o seguinte pessoal:

- 1 Sub-Inspetor.
- 1 Auxiliar.
- 1 Escriturário-dactilógrafo.

Art. 7.º — Aos Inspetores e Sub-Inspetores compete organizar, distribuir e fiscalizar todos os trabalhos relativos ao

Serviço Estadual do Algodão, dentro da respectiva circunscrição, cumprindo e fazendo cumprir o presente regulamento, as instruções emanadas da Diretoria Geral de Agricultura e Obras Públicas e na parte em que lhes fôr aplicável, o regulamento vigente, do Serviço de Algodão (federal).

Art. 8.º — Os Inspetores e o Sub-Inspetor comunicar-se-ão por telegrama ou memorandim com a D. Geral de Agricultura sôbre assuntos dignos de nota, ou virão pessoalmente à Diretoria quando chamados em matéria de serviço.

Art. 9.º — Aos Auxiliares cabe a execução dos trabalhos de sua especialidade, em conformidade com as ordens dos respectivos chefes.

Art. 10. — Aos 1.ºs. escriturários e ao escriturário-dactilógrafo incumbem a escrituração e a organização do arquivo das Inspetorias e da Sub-Inspetoria, junto à D. Geral de Agricultura.

CAPÍTULO III

Das fazendas de sementes e campos de cooperação

Art. 11. — As fazendas de sementes destinam-se à demonstração dos processos de cultura preconizadas pelo Serviço de Algodão e à produção de sementes de algodão selecionadas, em larga escala, para vender aos agricultores.

Art. 12. — Além do algodoeiro serão cultivadas nas Fazendas outras plantas que se prestem ao afolhamento econômico do solo, vendendo-se aos lavradores as sementes selecionadas.

Art. 13. — As Fazendas de sementes disporão no mínimo de 200 hectares de terras apropriadas ao algodoeiro e terão as dependências necessárias ao seu funcionamento, inclusive máquinas de descaroçar, prensas e aparelhos de expurgo de sementes.

Art. 14. — Nas Fazendas serão habilitados os operários e trabalhadores rurais, para o seu serviço e para a lavoura em geral, cuidando-se ainda do adestramento de animais para a lavoura.

Art. 15. — Cada Fazenda de sementes ficará sob a orientação e dependência do Inspetor da região em que for locali-

zada, ocupando, além dos operários e trabalhadores rurais, o seguinte pessoal:

- 1 Administrador,
- 1 Chefe de culturas,
- 1 2.º Escrivário.

Art. 16. — Ao Administrador de Fazenda compete a direção técnica e econômica do estabelecimento de acordo com as instruções do Inspetor.

Art. 17. — Ao chefe de culturas compete os trabalhos de sua especialidade que lhe forem confiados pelo administrador.

Art. 18. — Ao 2.º escriturário incumbem a contabilidade e a escrituração da Fazenda de Sementes, nos moldes estabelecidos pelo Serviço Estadual do Algodão.

Art. 19. — O Administrador será substituído pelo Chefe de culturas, em suas faltas e impedimentos.

Art. 20. — Todos os funcionários da Fazenda de sementes residirão na sede do estabelecimento.

Art. 21. — O campo de cooperação a que se refere este regulamento, consiste na execução, dentro da propriedade do lavrador e ao lado de suas plantações primitivas, dos métodos culturais aperfeiçoados, com o fim de demonstrar praticamente a conveniência destes pelo confronto dos resultados obtidos.

Art. 22. — Os campos, em número de 2 ou mais em cada Inspetoria e 1 ou mais na sub-Inspetoria deverão ser instalados em municípios diferentes, preferindo-se os lugares de fácil acesso aos interessados — proximidade de cidade, vila ou povoação, margem de estradas públicas etc.

Art. 23. — A área em que se fará a demonstração deve ser compreendida entre 2 a 5 hectares, e o tempo da experiência será de 1 ou 2 anos, conforme a variedade de algodão cultivada.

Art. 24. — A escolha do terreno para a cooperação será feita pelo próprio Inspetor ou sub-Inspetor e submetida à aprovação da D. de Agricultura, com os necessários esclarecimentos e antecedência razoável no período da iniciação dos trabalhos.

Art. 25. — Satisfeitas as exigências do art. anterior o mesmo funcionário firmará com o particular e mais duas teste-

mulhas um acôrdo nas bases do anexo n.º k, ficando com uma cópia para si e outra para o particular, e remetendo o original à D. Geral de Agricultura.

CAPITULO IV

Do combate aos inimigos do algodoeiro

Art. 26. — O Serviço Estadual do Algodão entrará oportunamente em entendimento com as Municipalidades para estabelecer depósitos de inseticidas em pontos acessíveis ao pequeno lavrador ao qual os venderá a preço de custo.

Art. 27. — Intensificar-se-á a propaganda dos meios viáveis de defesa contra as moléstias e insetos do algodoeiro, especialmente a lagarta rósea e a fôlha, ensinando-se os processos de desinfecção e armazenagem de sementes e a aplicação dos inseticidas.

Art. 28. — O Serviço Estadual do Algodão, fiscalizará os depósitos de sementes infetadas, seu expurgo e circulação no território do Estado, fornecendo certidão dêsse e licença para esta.

Art. 29. — Serão oportunamente instalados Postos de expurgo de sementes nos principais pontos do Estado ou onde melhor convier à defesa do Algodoeiro.

CAPITULO V

Do registro das instalações de beneficiar algodão

Art. 30. — O Serviço Estadual do Algodão fará acôrdo com tôdas as Municipalidades do Estado no sentido de estabelecer e fiscalizar em suas sedes o registro das instalações de beneficiar o algodão, na qual serão inscritos: localidade, nome do proprietário, marca, número de serras e estudo de conservação da máquina; presença ou não do alimentador e do condensador de pluma; sistema, potência e estudo de conservação da motor e o tipo da prensa.

Além dos esclarecimentos a que se refere o presente artigo ficarão os proprietários obrigados a participar as alterações ulteriores das instalações, como também a enviar no fim de cada safra a nota da duração desta, quantidade de algodão beneficiado e de pluma obtida em quilogramas.

Art. 31. — Serão apreendidos para averiguações os fardos de algodão produzidos no Estado que transitarem sem as iniciais R. G. N. acompanhadas do moio, nome do Município e número correspondente ao registro da instalação impondo-se ao proprietário a multa de 10 e 20% sôbre o valor do produto apreendido, que será cobrada amigável ou judicialmente.

Art. 32. — Serão apreendidos para os mesmos fins os fardos que contiverem impurezas adicionadas de propósito ou os misturados fraudulentamente com produtos de inferior qualidade.

CAPITULO VI

Da classificação oficial do algodão

Art. 33. — O Serviço Estadual do Algodão entrará em acôrdo com as Associações Comerciais de Natal e de Mossoró e com os demais interessados, a fim de estabelecer e adotar os padrões oficiais para a classificação comercial do algodão do Estado de conformidade com a uniformização vizada pelo Serviço do Algodão (Federal).

Art. 34. — Serão organizadas coleções dos padrões oficiais que ficarão nas sedes dos municípios, ao dispôr dos interessados.

Art. 35. — O Serviço Estadual do Algodão poderá estabelecer no capital e nos principais pontos de convergência de algodão, armazens gerais, a cargo da classificadores idênticos oportunamente contratados, tendo por fim a classificação oficial e armazenagem, a taxa módica, dos fardos de algodão destinados à venda.

CAPITULO VII

Da estatística do algodão

Art. 36. — O Serviço Estadual do Algodão instituirá e fiscalizará em tôdas as municipalidades estaduais, mediante prévia entendimento, o Registro dos plantadores de algodão destinando à inscrição das propriedades onde se cultivar o algodoeiro em qualquer extensão.

Art. 37. — Depois de terminar o plantio e proprietário enviará à sede do Município a nota da área ocupada com algodão, inclusive novos e velhos, próprios e de seus moradores ou rendeiros,

declaranda qual a variedade predominante, desenvolvimenta geral da cultura, presença ou ausência de moléstias em insetos nocivos.

Art. 38. — Terminada a safra o proprietário enviará a nota do pêso total de algodão em carôço colhido na área registrada, retificando-a, quando necessária e prestando mais informações que aproveitem ao Serviço Estadual do Algodão.

Art. 39. — Serão divulgados os métodos mais elementares de contabilidade agrícola, com ampla distribuição de modelos dos livros de escrituração de fácil compreensão.

CAPÍTULO VIII

Da propaganda do Serviço Estadual do Algodão

Art. 40. — A propaganda em favor da cultura do Algodão terá em vista a dupla finalidade de aumentar a produção e melhorar a qualidade da fibra, empregando os meios mais em harmonia com o grau de instrução geral; palestras em público ou nos próprios estabelecimentos; inspeção dos algodoais, armazéns de compra e instalações de beneficiar algodão; publicação frequente de dados estatísticos, cotações e situação mundial do algodão, ensinamentos úteis, etc.

Art. 41. — O Serviço Estadual do Algodão fará aquisição de livros, revistas e jornais que interessarem à lavoura em geral, em particular ao algodão, para constituição de juntas consultivas e biblioteca junto à Diretoria Geral de Agricultura e nas fazendas de sementes.

Art. 42. — Mediante prévio entendimento, o Serviço Estadual do Algodão estabelecerá nas Municipalidades depósitos de arame farpado, ferramentos, máquinas agrícolas e sementes de boa qualidade, para vender nos lavradores pelo custo.

CAPÍTULO IX

Disposições gerais

Art. 43. — Todos os funcionários do Serviço Estadual do Algodão serão ad-

mitidos em comissão e conservados enquanto bem servirem e cœuvier.

Art. 44. — Cada funcionário terá atribuições definidas, evitando quanto possível os processos burocráticos ou perdas de tempo.

Art. 45. — Os funcionários do Serviço Estadual do Algodão perceberão os vencimentos fixados na tabela anexa.

Art. 46. — Além do pessoal do quadro o Govêrno poderá contratar pessoal especial para os armazéns gerais, postos de expurgo, estatísticas e outros serviços de importância.

Art. 47. — O pessoal assalariado até Cr\$ 5,00 diários para trabalhos temporários avulsos ou para as Fazendas de sementes poderá ser admitido pelos respectivos chefes, dentro dos recursos orçamentários e de acôrdo com o desenvolvimento e necessidades do serviço.

Art. 48. — Os funcionários do quadro, quando em viagem de serviço, terão direito ao transporte de bagagem por conta do Serviço Estadual do Algodão, além da diária constante da tabela anexa, desde o dia da partida até o da chegada à respectiva sede.

Art. 49. — Para efeito do artigo precedente será considerado sede provisória do pessoal ambulante o município em que se demorar mais de um semana.

Art. 50. — O pessoal fixo do quadro somente deixará a sede com autorização da Diretoria Geral de Agricultura, fazendo-se a contagem das diárias à vista das notas lançadas no livro do ponto da repartição a que pertencer.

Art. 51. — O pessoal ambulante do quadro preencherá em cada estabelecimento visitado um boletim dos serviços que ai realizar, assinando-o com o proprietário e enviando-o em envelope fechado à D. Geral de Agricultura.

Art. 52. — As fôlhas de vencimentos e diárias do pessoal do quadro serão organizadas e processadas na D. Geral de Agricultura à vista dos boletins de inspeção do pessoal ambulante, e de resumo do ponto, quando se tratar do pessoal fixo.

Art. 53. — O pessoal assalariado, nas viagens de serviço terá direito no trans-

porte da bagagem por conta do Serviço Estadual do Algodão e a animais para o transporte próprio.

Art. 51. — O pessoal assalariado será pago pelo respectivo chefe em fôlha quinzenal, na qual passará recibo, até 10\$000 serão cronologicamente discriminadas em relações mensais e as superiores a 10\$000 serão pagas mediante recibos em 3 vias.

Art. 56. — No princípio de cada mês o funcionário encarregado dos pagamentos apresentará à Coletoria Estadual mais próxima a relação das despesas efetuadas durante o mês transato, documentada com as primeiras vias das folhas, das relações de despesas. A D. Geral de Agricultura poderá impugnar pagamentos de despesas supérfluas, bem como cotejar os demais, mandando indenizar a Coletoria por conta dos vencimentos do funcionário responsável.

Art. 57. — Cada funcionário do Serviço Estadual do Algodão é responsável pela boa ordem e conservação do material que estiver a seu cargo, guiando-se sempre pelo espírito de economia e probidade.

CAPÍTULO X

Disposições transitórias

Art. 58. — O presente regulamento entrará em vigor em cada uma das regiões — Leste, Centro e Oeste — à medida que se forem instalando as diversas dependências do Serviço Estadual do Algodão.

Art. 59. — As inspetorias ficarão a cargo dos Auxiliares até a instalação das Fazendas de sementes.

Art. 60. — A Sub-Inspeção terá por sede temporária o Campo de Demonstração de Macaíba, até à instalação dos Campos de cooperação.

Art. 61. — Enquanto não fôr suficientemente desenvolvida a contabilidade das Inspeções, os atuais segundos oficiais da Direção de Agricultura e Obras Públicas se encarregarão, cada qual de uma delas, mediante uma gratificação equivalente à dos segundos escrivães.

Art. 63. — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal, 18 de março de 1924, 36.º da República. — *José Augusto Bezerra de Medeiros.* — *Sebastião Fernandes de Oliveira.*

ANEXO N.º 1

Bases de acordo com os Particulares para a experiência dos Campos de cooperação:

1 — O particular obriga-se a ceder pelo prazo de (de 1 ou 2 anos, uma área de 2 a 5 hectares de terra própria para a cultura do algodoeiro, limpa e destocada não muito acidentada nem sujeita a inundações fornecendo os animais necessários à tração das máquinas agrícolas, por sua conta.

2 — O Serviço Estadual de Algodão fornecerá sementes desinfetadas da melhor variedade algodoeira adaptável, bem como a maquinária e pessoal para lavar o terreno, plantar e cultivar o algodão.

3 — O particular custeará as despesas com a colheita e beneficiamento do produto, que serão efetuados sob a direção do Serviço Estadual do Algodão.

4 — O Serviço ficará com três quartos (3/4) da semente obtida, cabendo a parte restante e toda pluma ao particular.

5 — O particular lançará em livro especial todas as despesas que realizar dentro do período da experiência, com um algodão de igual extensão cultivado pelo processo rotineiro franqueando o livro.

6 — O Serviço Estadual do Algodão anotará em outro livro as despesas com o Campo, em duas colunas distintas, conforme correrem por uma ou outra das partes, pondo-a à disposição dos agricultores e interessados.

7 — Em caso de desistência do particular o Serviço, julgando conveniente, continuará a experiência por conta própria, ficando com o produto total da colheita até o fim do prazo estipulado.

Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte em Natal, 18 de março de 1924, 36.º da República. — *José Augusto Bezerra de Medeiros.* — *Sebastião Fernandes de Oliveira.*

As Cobras Venenosas

O Sr. Enrico Santos é um estudioso apaixonado da zoologia. Conhece, em seus mínimos detalhes, as curiosidades da vida dos nossos animais; vida maravilhosa que empolga a todos que procuram desvendar os seus mistérios.

Aliando cabedal científico, aos recursos de um escritor que sabe transmitir os seus conhecimentos em uma linguagem atraente, agradável e, sobretudo muito acessível, vem êle realizando um trabalho digno dos maiores louvores, qual seja a divulgação daquilo que se precisa conhecer a respeito de nossa variada e interessante fauna.

Chácaras e Quintais é uma editora que se interessa por tudo quanto possa ser útil ao nosso homem rural, e vem, sob a direção do insigne batalhador que é o Conde Amadeu A. Barbiellini, — a quem tanto deve a imprensa agrícola do país —, realizando o patriótico trabalho de divulgar, em edições caprichosas e populares, monografias interessantes e oportunas.

Tão poucas palavras justificam o aparecimento e o grande êxito de "As Cobras Venenosas, como conhecê-las e evitá-las", de Enrico Santos, uma edição de Chácaras e Quintais.

A leitura de tão interessante monografia, que abrange 107 páginas atenas, sugestivas e elucidativas, recomenda-se aos nossos estudantes que, as vêzes, tão pouco conhecem relativamente a biologia de nossos animais, e, ao nosso homem rural que, não raro, ainda crê em lendas e superstições a respeito de nossos animais, especialmente as cobras, que tão de perto lhe interessam.

Continuem, pois, os Srs. Enrico Santos e Amadeu A. Barbiellini na trilha que enveredaram, certos de que estão realizando um trabalho patriótico, qual seja a divulgação das maravilhas da vida de nossos animais; a exuberância da riqueza de nossa Fauna.

Oxalá, figure a recente edição de Chácaras e Quintais nas estantes de todos os estudiosos da zoologia, pois é, realmente, útil, e, sobretudo educativa, que precisa e deve ser lida por todos.

Engenheiro Agrônomo

GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Consultor Técnico de "A Lavoura"

Muitas são as noções erradas que ainda subsistem a respeito das cobras, e, infelizmente, apesar do muito que se tem escrito sobre ofidismo, são, em grande parte, empíricas e contraindicados os tratamentos das mordeduras de cobras, preconizados pelo nosso homem rural.

A recente edição de Chácaras e Quintais, com uma magnífica apresentação gráfica, aborda, com muita precisão e em linguagem agradável, tôdas as questões relacionadas com as cobras, e o ofidismo, de um modo geral.

São os seguintes os capítulos do interessante livrinho de Enrico Santos:

I — O que são serpentes — Ligeiras informações biológicas sobre ofídios — Quais as cobras que devemos julgar praticamente, venenosas.

II — As cobras venenosas — Como distingui-las das que não o são — Diferenciação das cobras venenosas entre si.

III — Resenha das principais cobras venenosas e sua descrição.

IV — Outras cobras venenosas de importância secundária; as corais.

V — Os acidentes ofídicos.

VI — Tratamento soroterápico da mordedura de cobra.

VII — Tratamentos ineficazes e charlatanescos.

VIII — Profilaxia do ofidismo.

IX — Inimigos naturais das cobras.

X — Lendas, mentiras e casos a propósito das cobras.

Estão de parabens, pois, o Sr. Enrico Santos, pelo interessante trabalho que escreveu, e o Sr. Conde Amadeu A. Barbiellini, pelo grande serviço que presta ao nosso homem rural, com a edição de mais uma útil monografia.

Importância Da Adubação Verde Nos Trópicos

E. MARCONDES DE MELLO

(Eng. agrônomo e químico agrícola)

Começou-se, já há muitos anos, nas zonas tropicais, a dar mais valor à adubação verde que, como seu nome indica, consiste em enterrar no solo matérias vegetais verdes, a fim de aumentar-lhe a fertilidade. A própria denominação dá-nos a idéia de que há como que um enriquecimento do solo. O que de fato há é que a planta verde que enterramos no solo contém azoto, fósforo, potássio e todos os elementos minerais que retirou do solo, além de uma certa quantidade, que poderemos chamar notável, de matéria orgânica, que vai enriquecer o solo em humus.

Costumam alguns autores comparar a ação do adubo verde com a do estrume de curral fresco, e isso porque na planta verde, que incorporamos ao solo, a matéria orgânica, pela sua própria condição, se encontra em um estado inicial de desagregação. Costuma-se classificar os adubos verdes em duas categorias:

1.^a — Os que são trazidos de locais afastados para serem lançados onde se deseja fazer a sua aplicação;

2.^a — Os que são produzidos diretamente no solo, para o qual eles devem servir de adubo. Os da segunda categoria são os mais importantes, evidentemente, porque podem ser feitos em todos os solos e além disso, do ponto de vista econômico, têm uma aceitação e um emprego muito mais generalizado. Pode-se dizer sem exagero, mormente quando se tomam em consideração os climas tropicais, que não existem meios mais seguros e eficientes de melhorar o estado físico e químico desses solos.

Dessa opinião participam muitos cientistas e agrônomos que mais têm se dedicado ao estudo dos solos tropicais, entre os quais podemos citar: Vageler, Eden, Greene e Erhart. É critério aconselhável escolher plantas de desenvolvimento foliáceo muito grande, que possuam raízes que penetrem muito profundamente no solo, que tenham ciclo vegetativo muito curto e que finalmente não existam dificuldades quanto ao seu enterramento.

Entre nós já se empregam as leguminosas, principalmente os feijões comestíveis pelo homem bem como o feijão de porco. A cultura do feijão é mesmo feita em alguns locais associada a outras, como por exemplo no Estado de São Paulo com o café. As leguminosas são as plantas mais aconselháveis porque, além das vantagens comuns a todas as plantas empregadas para esse fim, levam ao solo quantidades notáveis de azoto, não só o que entra na composição normal de seus tecidos, como o que está contido nas nodosidades das raízes e que, como se sabe, encerram milhões de microorganismos fabricantes de azotados às custas do azoto do ar atmosférico.

Ao se fazer a adubação verde é necessário levar em consideração vários fatores, como por exemplo a estação do ano, o grau de umidade do solo, o valor econômico da adubação deduzida a parte de valor comercial, etc. Quer isto dizer que o caso da colheita ter uma finalidade de emprego como forragem para o gado e ao mesmo tempo como fertilizante para o solo deverá ser comparado com o de outra planta usada como adubo verde e que vá servir como alimento para o homem e adubo para o solo. São os casos por exemplo do feijão de porco e do feijão preto. As plantas cultivadas para o fim de servir na adubação verde possuem muitas vezes raízes, que se aprofundam no solo e que podem ficar seja acima, seja abaixo das raízes de outra planta de cultivo principal. Quando são arrancadas as plantas destinadas a servir de adubo verde, após a estação das águas, estendendo-se entre as filas da planta principal, protege-se o solo contra as perdas de água por evaporação pela cobertura que naturalmente se forma ao mesmo tempo e que pode também protegê-lo contra as ervas daninhas, que são outros agentes às vezes eficientíssimos como empobrecedores do solo em água. A manutenção de um teor elevado de matéria orgânica no solo é, para

(Conclui na pág. 66)

Companhia Hidro-Elétrica do S. Francisco

Eleição de sua Diretoria — A solenidade presidida pelo Sr. Ministro da Agricultura — Escolhido para Presidente o Engenheiro Alves de Souza — Orações pronunciadas pelos Srs. Daniel de Carvalho, Pereira Lira, Armando Fontes, Morvan Dias de Figueiredo e Sebastião Santana

Eletuou-se, a 15 de Março ultimo, no salão de conferências do Ministério da Agricultura, a reunião, com a presença de mais de dois terços dos subscritores do capital, da assembléa geral de constituição da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco. O recinto estava repleto de portadores de ações preferenciais, autoridades do governo, e representantes dos jornais.

Assumindo a presidência dos trabalhos, o organizador da Companhia, Sr. Engenheiro A. J. Alves de Souza, declarou instalada a assembléa e convidou para dirigir os trabalhos o Sr. Daniel de Carvalho, Ministro da Agricultura, como a mais alta autoridade do referido Ministério que fora incumbido por lei de organizar a empresa.

O Sr. Alves de Souza procedeu então à leitura do relatório das atividades que desenvolveu e das despesas que realizou como organizador da Hidro Elétrica. Em



Ja na Presidência, fala o Sr. Eng. A. J. Alves de Souza.

seu discurso, apresentou o interesse pessoal do Sr. Presidente da República em ver resolucido tão magno problema, enalteceu a atuação dos Srs. Daniel de Carvalho, e José Pereira Lira na execução da tarefa inicial. Depois de recordar o papel desempenhado pelo Sr. Apolonio Sales, como ex-



A primeira diretoria da Hidro-Elétrica do São Francisco: da esquerda para a direita, os Srs. Engenheiros Adozindo Magalhães de Oliveira, Tte. Cel. Carlos Berenhansen Junior, A. J. Alves de Souza (Presidente) e Otávio Marcondes Ferraz.

Ministro da Agricultura e como Senador, em prol do empreendimento, o Sr. Alves de Souza, realçou a atitude dos líderes políticos do país, que se abstiveram de qualquer interferência nos assuntos de organização. Passou em seguida a discriminar as despesas efetuadas com o adiantamento do crédito aberto pelo governo federal de Cr\$ 1.500.000,00, apresentando um saldo de Cr\$ 222.000,00. Relatou o resultado da subscrição, que totalizou Cr\$ 423.000.000,00, acima portanto do capital préfixado.

Na qualidade de representante do governo, o Sr. Sebastião Santana e Silva, Diretor-geral de Administração da Agricultura, apresentou a proposta dos nomes para constituírem a diretoria e os primeiros Conselhos Fiscal e Consultivo da Hidro-Elétrica do São Francisco. As indicações foram aprovadas por aclamação, ficando assim integrados esses órgãos: Diretoria: — Presidente, Engenheiro Antonio José Alves de Souza; Diretores, Engenheiros Carlos Berenhansen Junior, Otávio Marcondes Ferraz e Adozindo Magalhães de Oliveira; Conselho Fiscal: Engenheiro José Pires do Rio, Engenheiro-agrônomo, João Maurício



O Professor Pereira Lyra, Chefe da Casa Civil da Presidência da República, assina o livro de presença na qualidade de acionista da Hidra-Elétrica do S. Francisco

de Medeiros e Envenheiro Alim Pedro, este indicado pelo Sr. Ministro Morvan Figueiredo, em nome dos acionistas preferenciais; Conselho Consultivo: Gratuliano de Brito, da Paraíba, José Brandão Cavalcante, de Pernambuco, Luiz de Freitas Machado, de Alagoas, Luiz Rollemberg, de Sergipe, e Homero Pires, da Bahia.

Por proposta do Sr. Deputado Juraci Magalhães, foi declarado empossado no cargo de Presidente o Sr. Engenheiro A. J. Alves de Souza, que ficou autorizado a dar posse aos demais membros da Diretoria e dos Conselhos.

O Sr. Deputado Amando Fontes teve aceita a sua proposta de aprovação dos atos do organizador da empresa e do lançamento em ata de votos de louvor e aplausos ao Sr. Presidente da República extensivos ao Sr. Ministro Daniel de Carvalho, ao Sr. Professor Pereira Lira e ao Sr. Senador Apolonio Sales. O parlamentar sergipano, ao formular sua proposta, proferiu um improviso, no qual, alegando a sua qualidade de Presidente da Comissão de Valorização do Vale do São Francisco, proclamou os méritos do Sr. General Eurico Dutra e das figuras, que tanto trabalharam em favor da causa que ali vence etapa decisiva para a concretização dessa aspiração nacional.

Agradecendo a saudação do Sr. Amando Fontes, o Sr. Professor Pereira Lira aproveitou a oportunidade para declarar que a Bahia também seria beneficiada com o aproveitamento da Cachoeira de Paulo Afonso de acordo aliás com o discurso do Sr. General Eurico Dutra, pronunciado no dia 1 de Dezembro, por ocasião do lançamento da subscrição pública das ações pre-

ferenciais. Disso mais que o Sr. Deputado Juraci Magalhães, que ali interpretava o pensamento do governo baiano, podia levar a seus co-estaduanos aquela certeza.

O Sr. Ministro Daniel de Carvalho, em face da proposta do Sr. Deputado Amando Fontes, sugeriu a todos os presentes que, de pé, aplaudissem com uma salva de palmas o Chefe da Nação, a quem, afirmou, cabe a glória de levar adiante a histórica iniciativa, marco na administração pública brasileira, associando os nomes dos Srs. Apolonio Sales e Pereira Lira à homenagem, pois, quanto a ele, ministro, apenas cumpriu os altos designios do Sr. Presidente da República.

Pedindo a palavra, o jornalista Ari Pitombo, acionista e representante do IPASE, recordou a figura de Delmiro Gouveia, pioneiro do aproveitamento de Paulo Afonso que deve ser lembrado no momento em que seu ideal estava se tornando realidade maior.

Encerrou-se então a solenidade, que teve a presidência a mesa assim constituída: Srs. Ministros Daniel de Carvalho e Morvan Dias de Figueiredo; Prof. José Pereira Lira, Deputados Juraci Magalhães e Amando Fontes; Srs. Ricardo Xavier da Silveira e Silvio Quintela, como primeiro e segundo secretários.

O Sr. Pereira Lira prestou aos representantes da imprensa as seguintes declarações:

"Vim como acionista participar da escolha da diretoria da Hidro-Elétrica do São Francisco. Levo a convicção de que os nomes escolhidos representam a mais completa segurança do êxito do empreendimento. Está próxima a redenção econômica de uma vasta área do território nacional. O presidente Eurico Dutra será lembrado pelas gerações de amanhã no nordeste e no Brasil".



A mesa que presidiu os trabalhos.

POSSE DOS DIRETORES

Autorizado pela Assembléa Geral de Constituição da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco, o presidente dessa organização, Sr. Engenheiro A. J. Alves de Souza, em reunião realizada, a 23 de Março, d u posse, no salão do Plenário do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, aos diretores e aos membros dos Conselhos Consultivo e Fiscal, escolhidos na Assembléa.

Ao alto compareceram, além do Sr. Carlos de Souza Duarte, Ministro interino da Agricultura, o Sr. Engenheiro-agrônomo João Mauricio de Medeiros, Presidente do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, que também representava o Sr. Chefe da Casa Civil da Presidência da República, o Sr. Edison Passos, Presidente do Clube de Engenharia, outras autoridades e jornalistas.

O Sr. Presidente da Companhia proferiu breve alocução, agradecendo a presença

das autoridades e demais pessoas e disse que "era uma honra para a Hidro-Elétrica do São Francisco e uma honra e prazer para ele como presidente ter como colaboradores na grande obra a ser realizada homens com as qualidades intelectuais, culturais e morais dos que foram escolhidos pela Assembléa Geral".

Em seguida, deu posse aos Srs. Tenente-Coronel Carlos Berenhauer Jr. e Adozindo Magalhães de Oliveira, nos cargos de diretor comercial e administrativo, respectivamente. Por se achar ligeiramente enfermo deixou de tomar posse ontem o Sr. Engenheiro Otávio Marcondes Ferraz.

Logo após, assinaram o termo de posse os membros do Conselho Fiscal, Srs. Engenheiro José Pires do Rio, Agrônomo João Mauricio de Medeiros e Engenheiro Alim Pedro; e os membros do Conselho Consultivo, Srs. Gratuliano de Brito, José Brandão Cavalcanti, Luiz de Freitas Machado, Luiz Rollemberg e Homero Pires.

Mecanização da Lavoura

ARTHUR TORRES FILHO

Se é certo que de longa data, o governo se tem esforçado para a generalização do emprêgo de máquinas agrícolas, não é menos certo que essa aplicação está muito longe de corresponder às necessidades de aumento de nos a produção que, em alta escala, é ainda feita à custa do esforço muscular do homem.

Ainda mesmo em relação ao uso da tração animal, o que já seria um grande auxílio resultado ao aumento das áreas cultivadas observa-se entre nós aplicação ainda bastante limitada no território nacional, onde ainda não temos a produção de máquinas agrícolas com a fabricação em série que estará agora facilitada com o desenvolvimento da siderurgia nacional.

Como a motocultura, insignificante é a utilização como seria de prever, não só pelos possuidores em trabalho nem mesmo os tratoristas para mais de três Estados da F. R. U. U., sendo notória a falta de conhecimento de nossos produtores rurais.

Como a conclusão da Reunião de Secretários de Agricultura promovida pelo Sr. Ministro Daniel de Carvalho,

realizada nesta Capital, de 15 a 27 de novembro de 1946, "a área prontamente moto-mecanizável existente comporta o emprêgo de 21.000 tratores de diferentes tipos, número que poderá atingir a 270.000, num regime de avançado estágio de moto-mecanização". Nessa reunião ficam assinalado ainda um deficit considerando o número de propriedades inferiores a 50 hectares e unidades reveladas pelo censo agrícola de 1940, de 500.709 arados de arveca, 873.094 grades, 844.439 semeadoras e 773.174 cultivadores.

Êsses fatos, assim revelados, demonstram a par de outras falhas graves de nos o meio rural, o momento de depressão de nossa agricultura e seus reflexos sociais e econômicos na vida nacional".

Êsse é também um reflexo da miséria característico das nossas populações rurais a que se pode acrescentar a ausência de uma educação profissional generalizada.

Atravessa a agricultura brasileira momento crucial em que seus métodos

de trabalho precisam ser modificados de modo a elevar o nível de vida do homem do campo, fixando-o ao solo.

Como diz Nelson Rockefeller, para melhor nível de vida, é preciso que haja melhores salários, facilitando o aumento do poder aquisitivo e, portanto, uma civilização mais rica. A educação reside no aumento da produção. É certo que a mecanização não representa a única solução para atingir-se esse objetivo, mas será uma das principais. A elevação do rendimento individual — eis o segredo do progresso na indústria e, outro tanto, terá de acontecer na agricultura, sob pena dela ser conduzida à ruína.

Além do cultivo de plantas melhoradas do combate ao depauperamento das terras, em que a erosão deve merecer atenção especial, ter-se-á de cogitar de largo e generalizado plano de mecanização agrícola. Esse plano terá de ser orientado no sentido de aumentar a energia *per capita* do homem rural dando-se-lhe a necessária educação e os meios efetivos de exercer proveitosa mente sua atividade.

Vemos não só no Brasil, como em todos os países, ser no meio rural onde a industrialização vai recrutar a mão de obra de que necessita, motivo essencial para que se olhe para os que vivem do trabalho penoso da terra, evitando-se a queda no abastecimento dos centros urbanos. Uma das providências será a da substituição do braço humano pelo eficiente mecânico.

Vale uma nação muito mais pela força motriz de que dispõe do que pelo número de seus habitantes. Conclui-se, portanto, depender o nível de vida do meio rural do potencial energético de que nele se poderá dispôr. A energia elétrica é fundamental às indústrias básicas como às rurais, dela dependendo o conforto e o bem estar das populações. Não contamos ainda com o petróleo e o gás natural nas quantidades desejadas, o carvão é escasso e outras fontes facilmente utilizáveis como força motriz no meio rural.

Resta-nos enfrentar a situação como ela se nos apresenta para desenvolver um largo programa de mecanização no país.

Numa época em que se fala tanto em industrialização e em que se diz haver o Brasil deixado de ser país agríco-

la, resta saber se essa é a orientação mais conveniente aos interesses nacionais.

A mim me parece que a situação do Brasil dependerá justamente do fortalecimento da produção agro-pecuária para os suprimentos exigidos pelas indústrias. Teremos de olhar, acima de tudo, para o produtor rural, dando-lhe toda assistência, a fim de que possa desenvolver sua capacidade produtiva, garantindo justa remuneração ao seu trabalho em paridade com os lucros industriais.

Ao traçarmos os programas de recuperação econômica, papel sem dúvida de capital importância deverá ser reservado à mecanização, criando-se escolas de mecânica agrícola, onde não só seja preparado o pessoal, como realizados estudos dos melhores tipos de máquinas em relação a cada cultura e a cada região do país.

Enfim, por qualquer aspecto que seja encarada a questão agrícola nacional, destaque especial deverá ser dado à *meccanização* como um dos fatores mais importantes a ser considerado no *planejamento agrícola* destinado a criar maior bem estar para as nossas populações rurais.

Que venha um Plano Agrícola para a economia do Brasil!

Importância da Adubação Verde nos Trópicos

(Continuação da pag. 62)

o equilíbrio geral de suas propriedades, momentaneamente as físicas, de importância capital. Pode-se também concluir de um modo geral que é compensadora do ponto de vista econômico a adubação verde, visto como podemos com uma única operação promover a enriquecimento do solo em nutrientes mobilizados pela planta usada para esse fim, como também melhorarmos suas propriedades físicas pela adição de matéria orgânica, sendo que se for uma leguminosa, ainda será enriquecida em azoto. Se for feita a prática racional da adubação verde que, por alguma das considerações feitas, é providencial nos climas tropicais, podemos utilizar o solo com muito bom rendimento, fazendo também sua conservação, pois contribui para a manutenção do bom estado de granulação devido à presença do húmus.

A Cultura da Soja

PIMENTEL GOMES
En. Agrôn.

O Ministério da Agricultura está interessado no fomento ao plantio da soja em nosso país, tendo em vista o seu extraordinário valor econômico. A soja pode dar-nos uma riqueza pelo menos equivalente a que nos dá o café e é uma planta de ciclo vegetativo curto, de cultura fácil, e que enriquece o solo com azoto. Antes da segunda Grande Guerra, produziram-se uns 15 milhões de toneladas de soja, das quais 6.200.000 na Mandchúria, 5.800.000 na China, 2.500.000 no Japão e Coreia e 1.000.000 nos Estados Unidos, onde a cultura ia tomando grande impulso. Na Mandchúria, a soja era, de há muito tempo, o seu mais importante produto. Lá para 1935, a exportação de soja dava a este país importância equivalente a milho e quinhentos milhões de cruzeiros. A Europa era um grande mercado importador de grãos de soja, onde a indústria o transformava em óleo comestível e industrial, lecitina, caseína, etc., e seus numerosos derivados ou subprodutos: tintas, vernizes, sabões, matérias plásticas, adjuvantes para as indústrias de margarina e dos chocolates; farinhas alimentícias, para pastificio, pastelaria, confeitaria, etc.

Uma mistura de 25% de farinha de soja e 75% de farinha de trigo permite a fabricação de pão e biscoitos mais nutritivos e bem mais saborosos do que os feitos com farinha de trigo pura (Figueira).

Clima — Cresce bem nos climas temperados quentes e secos. Resiste melhor ao calor do que qualquer outra espécie de feijão. (Löbbeck). Ótima cultura para as regiões pouco chuvosas, pois se contenta apenas com uns 300 milímetros de chuva annual (Figueira e Löbbeck). Piper e Moore julgam-na mais sensível ao calor e a seca. Urge experimentá-la em nossas regiões semi-áridas, onde talvez tenha importante papel a desempenhar. Cultivei-a com resultados satisfatórios uns em escala reduzidíssima, na Paraíba e no Acre, não tendo, porém, podido inocular o terreno, o que tira grande parte do valor da experiência realizada.

Solos — Não é exigente quanto a solo. Prefere os silico-argilosos. Acredita-se que se adapta a todos os solos, desde que não sejam muito argilosos, úmidos ou ácidos. Convêm-lhes solos bem drenados, de consistência média, um tanto calcáreos, ricos em matéria orgânica em decomposição, com sub-solo permeável.

Variedades — Há uma quantidade tremenda de variedades — talvez milhares — que, quanto à precocidade, podem ser divididas em cinco grupos: muito precoces, semi-precoces, semi-tardias, tardias. As muito precoces, como a Easycook, e a Artofi, são colhidas com 80 a 90 dias; as precoces, como a Hahto e a Ebony, com 90 a 100 dias; as semi-precoces, como a Borehel e a Chiquita, com 100 a 110 dias. As semi-tardias, como a Mammoth Yellow e a Hermann, com 120 a 130 dias. As tardias, como a Ho San e a Mirado, com 130 a 150 dias.

Cultura — Prepara-se o terreno como para o milho, arando-se a boa profundidade e gradeando-se com capricho. Inocula-se o terreno, se nele nunca se cultivou soja, com o *Bacillus radicicola*, ou se unedecem as sementes com uma solução de sua cultura. Isto é essencial para uma boa colheita. Planta-se ao mesmo tempo que o milho, ou semanas depois. Semear-se 20 a 30 quilos de sementes por hectare, dando-se, entre as linhas, 80 a 90 centímetros de compasso. Seguem-se as carpas, se possíveis mecânicas, pois são bem mais baratas.

Faz-se a colheita quando estiver madura a maior parte das vagens. Arrancam-se as plantas, que ficam, depois, ao sol, para secar.

Descasca-se a soja da mesma forma que o feijão.

Colhem-se, em média, 1.500 quilos de soja em grão por hectare. No Brasil, a produção de soja por unidade de área é maior do que a de feijão. Moore e Piper afirmam que a cultura da soja é mais barata do que a de qualquer outra leguminosa.

(Comunicado do Serviço de Infamação Agrícola — Ministério da Agricultura — Janeiro de 1948).

Sociedade Nacional de Agricultura

Movimento da Secretaria em Janeiro e Fevereiro de 1948

Correspondência recebida:

Telegramas	15
Ofícios	28
Cartas	17
DDiversos	37
Total	97

Correspondência expedida:

Telegramas	15
Ofícios	36
Cartas	20
Circulares	7
Total	78

Serviço de Fornecimento: — Distribuição gratuita de sementes de Mucuna Prêto.

Foram atendidas as seguintes pessoas:

Mario Gaugica; Minas — Centro dos Lavradores; — Minas — Daniel Godinho Ferreira; — Sta. Cruz — Prof. Arthur do Prado; D. F. — Valler Botelho da Cunha; — D. F. — Durval do Amaral; Minas — Thomé Ruiz Martins; D. F. — Antonio Marques Evangelista; Estado do Rio — Rui do Brasil M. Lins; Estado do Rio — Antonio Moraes; Estado do Rio — Alvaro Dias Couta Prado; D. F. — Paulo Batista de Paula; Minas — Nascimento de Freitas Souza; Rio Grande do Sul — Paula de Salles Georges; D. F. — Dr. Bento Costa Junior; Estado do Rio — Dr. José da Gama Machado; D. F. — Waldemar de Oliveira Neves; Minas — Irmãos Carneiro; Minas — Coop. Agro-pecuária de Onatis Ltda.; Estado do Rio — Grupo Escolar D. Pedro II; Minas — Waldir Moraes; Amazonas — Tte. Vet. O. da Rocha Santos; Rio Grande do Sul — Arthur Viana Filho; D. F. — Dr. Hanibal Pôrto; D. F. — Prof. Dorra Matos; D. F. — Prof. Luiz Alves de Matos; D. F. — Henrique Mendes Tavares; D. F. — João Tavares da Costa; D. F. — Oficial Hélio Lorenzetti; Rio Grande do Sul — Astvanax Teixeira; D. F. — Jader Machado de Araújo;

Goiás — Geny Maglione Monti; Minas — José Riheiro Junqueira; Minas — Alexandre Pollastri Filho; Estado do Rio — Patronato de Menores; D. F.

Foram propostos e aceitos os seguintes sócios: — Dr. Raul Briquet Junior; D.F. — Dr. Pedro de Oliveira e Silva Filho; Pernambuco — Dr. Antonio Luiz de Souza Mello; D. F. — Dr. João Batista de Vasconcelos; Estado do Rio — Dr. Thomaz da Rocha Lagoa; D. F. —

Ofertas de livros diversos à biblioteca da Soc. Nac. Agr.

Dr. Raulolpho Chagas; D. F. — Comissão Brasileira Americana de Educação de Populações Rurais; D. F. — Secretaria de Agricultura de Pernambuco — Cornell University Agricultural Exp. Station de Ithaca — Organiz. Nações Unidas de la Agr. e alimentação.

Publicações recebidas durante os meses de janeiro e fevereiro

Monthly Report — Vol. XXII — n.º 9, jan. 948 — n.º 8, dez. 947 — n.º 7, nov. 947 — U.S.A.

"Índio do Brasil" Cons. Nac. Port. Índios — D.F.

Bol. Estatístico — Ano V — jul.-set. 947 — n.º 19 — D.F.

Rev. de Agricultura — Vol. XXXVIII — n.º 173 set, out, 947 — Rep. Dominicana.

Farmers Bull. 980 — 1.380 — 523 — 1.600 — 1.646 — 1.986 — 1.470 — 1.850 — 1.991 — 1.785 — U.S.A.

British Science News — Vol. 1 — ano 1 — 947 — Londres.

Carta Quincenal — n.º 51 — 1947 — Chile 52 — 53 — 54.

Bul de L'Unesco, vol. 1 — n.º 8 — nov. 947 — Paris — n.º 9 — dez. 947.

Zoology — n.º 204 — dez. 947 — U. S. A.

Cooperação — Ano V — vol XI — números 60 e 61 jul. ag. 947 — 62 e 63, set. out. — Ceará.

Ass. Rural del Uruguay — Ano LXXIV — n.º 11 — Montevideo — nov. 947.

Lavoura Arrozeira — Ano 1 — n.º 11 — n.º 12.

- Cooperativismo — Ano II, n.º 18 e 19 — D. F.
- Gazeta das Aldeias — n.º 2.121 — Portugal.
- Rev. de La Bolsa de Com. — Ano XLIX — n.º 11 — Montevideo — N.º 12.
- Bol. Sup. dos Serv. do Café. — Ano XXII — n.º 212 — 213 — 214 — 215 — 216.
- Chácaras e Quintais — Ano 38 — Vol. 76 — n.º 6 — S. Paulo — Ano 39 — Vol. 77 n.º
- O Observador Econômico e Fin. — Ano XII — n.º 111-113.
- Técnical Bul. n.º 913 — 911 — 936 — 914 — 935 — 915 — 916.
- Circular — n.º 760 — 762 — 765 — 763.
- Anais da Ass. Cr. Cavalos Crioulos — Pelotas.
- Liga Com. R. Janeiro — Ano XII — n.º 170 — D. F.
- Holland Shipping and Trading — n.º 4 — Ana 918.
- Bol. Cons. Fed. Com. Ext. — Ano X — n.º 10.
- Bol. Ass. Com. do Amazonas — Ano VII — n.º 76-77.
- Rev. do Clube de Engenharia — Vol. XVII — n.º 136.
- Bol. da Secr. Agr. Ind. Com. Pernambuco — Vol. XIV — n.º 1.
- Revue Intern. du Travail — Vol. LV — n.º 5 — n.º 6 — n.º 1.
- Port. Record — nov. 1917 — New Orleans — dez. 1917.
- Rev. da Soc. Rural Brasileira — S. Paulo — Ano XXVII — n.º 326-327.
- O Campo — nov. dez. 917.
- F. A. O. — vol. II n.º 5.
- Bull. da Argentina — Ano I — n.º 7.
- Bol. del Consorcio de Centros Agr. de Manabi — Rep. Equador — Ano X n.º 51 — 917.
- Leaflet — n.º 128.
- Rev. Bras. de Economia — Ano n.º 2 de 1917.
- Catalogue — n.º 3.
- Bol. Informacion Económica — Ano 1, n.º 1 — Colômbia.
- Britain To Day — n.º 139 — nov. 1917 — dez. 1917.
- Conjuntura Econômica — Ano 1 — dez. 917 — n.º 2 — jan. 918.
- Bol. de la Estacion Experimental Agr. de Tucuman — nov. 1916, n.º 59 — jan. 1917.
- Rev. Bras. de Panificação — Ano XII n.º 149.
- Bol. Ass. Rural de Cafelândia — São Paulo n.º 1.
- Plano Agropecuário Nacional — Montevideo — fev. 1917.
- Rev. de Agricultura — São Paulo — Vol. XXII n.º 11-12.
- Ministério da Agr. — Santiago do Chile — n.º 65.
- Farm. Science — Iowa — vol. 2 n.º 6 — n.º 7.
- Rev. de Meteorologia — Montevideo — Ano VI n.º 23 — n.º 21.
- El Toro Bravo — por Luis Fernandez Salcedo.
- Bol. da F. A. R. E. S. P. — n.º 30 — n.º 31 — n.º 32.
- Bol. da Argentina — Ano I n.º 7.
- El Agricultor Venezolano — Caracas — Ano XII n.º 126.
- Civitas Review — U. S. A. — Ano XV maio-jun. 917.
- Informaciones Argentinas — n.º 109.
- Anales de la Soc. Científica Argentina — tomo CXLIV — set. 917.
- Rev. de Medicina Veterinária — Buenos Aires — jul. set. 917.
- Agricultura e Pecuária — D. F. — Ano XVIII n.º 293 - 291 - 295 - 296 — 917.
- Agricultura — Madrid — ano 186-187 — 1917.
- Memórias do Inst. Oswaldo Cruz — ano 1917 — fase. 1 — tomo 15.
- Rev. de Intendência — ano XXI n.º 35.

Uso veterinário

FERRO

FERRARSIL

ARSÊNICO

Injetável

IODO

Poderosos restauradores das energias — Estimulantes da nutrição — Não tem
contra indicações — Para animais de qualquer porte

DEP. DE VETERINÁRIA DOS LABORATÓRIOS IODOBISMAN S. A. — Rua
do Rosário n.º 158 — Caixa Postal 2.523 — RIO DE JANEIRO — LITERATURA

A DISPOSIÇÃO

Federação Dos Plantadores De Cana Do Brasil

Relação das entidades filiadas

Paraíba

Ass. dos Plantadores de Cana da Paraíba.

Maguari — João Pessoa — Estado da Paraíba.

Pres.: Manoel Moura Rezende.

Pernambuco

Ass. dos Fornecedores de Cana de Pernambuco.

Av. 10 de Novembro — Edif. "Sulacap" — 3.º s. 315 — Fone 7265 — Recife.

Pres.: Silvano Queiroga.

Coop. Central dos Bangueseiros e Fornecedores de Cana de Pernambuco.

Av. 10 de Novembro — Edif. "Sulacap", 3.º s. 315 — End.-tel. "Banguê" — Caixa Postal, 685 — Fone 7265 — Recife.

Pres.: Jaime Carneiro de Albuquerque.

Coop. dos Plantadores de Cana de Itambê.

Nota: Não funciona.

Alagoas

Ass. dos Plantadores de Cana de Alagoas.

R. Sá e Albuquerque, 534 — End. tel. "Engenho" — Maceió.

Pres.: Eustáquio Gomes de Melo.

Sind. da Indústria de Açúcar e Engenho de Alagoas.

R. Sá e Albuquerque, 534 — Maceió.

Pres.: Ormindo Monte.

Coop. Central dos Bangueseiros e Fornecedores de Cana de Alagoas.

R. Sá e Albuquerque, 534 — End. tel. "Engenho" — Maceió.

Coop. dos Plantadores de Cana em Porto Calvo.

Porto Calvo — Alagoas — Nota: Não funciona.

Pres.: João Martins.

Coop. dos Plantadores de Cana de São Miguel dos Campos.

R. Sá Albuquerque, 534 — Maceió.

Coop. dos Plantadores de Cana de Assembléia.

End. tel. "Boa Sorte" — Assembléia — Alagoas.

Pres.: Teotônio Brandão Vilela.

Sergipe

Ass. dos Plantadores de Cana de Sergipe.

Av. João Ribeiro, 49 — Aracaju — Sergipe.

Pres.: Clodoaldo Vieira Passos.

Coop. dos Plantadores de Cana de Sergipe.

Av. João Ribeiro, 49 — Aracaju — Sergipe.

Pres.: Clodoaldo Vieira Passos.

Bahia

Sind. dos Lavradores de Cana da Bahia.

Av. Joana Angélica, 135 — Salvador — Bahia.

Pres.: João de Lima Teixeira.

Coop. Mista dos Fornecedores de Cana da Bahia.

Av. Joana Angélica, 135 — Salvador — Bahia.

Pres.: João de Lima Teixeira.

Espirito Santo

Ass. dos Plantadores de Cana da Itapemirim.

Pr. Jerônimo Monteiro, — Edif. "Taurure" — Cachoeiro do Itapemirim.

Pres.: Salme Taurere.

Minas Gerais

Sind. dos Plantadores de Cana em Ponte Nova.

Ponte Nova — Minas Gerais.

Pres.: Helder de Aquino.

Centro dos Lavradores de Ubá.

Ubá — Minas Gerais — R. Reixoto Filho.

Pres.: Ary Gonçalves.

Soc. Riobranquense de Agricultura.

Rio Branco — Minas Gerais.

Coop. dos Plantadores de Cana de Minas Gerais.

Ponte Nova — Minas Gerais.

Estado do Rio
Sind. Agrícola de Campos.
R. Santos Dumont, 64 altos — Cam-
pos — Est. do Rio.
Pres.: Serafim Saldanha.
Sind. dos Plantadores de Cana de Ca-
rapebús.
Estado do Rio.
Pres.: Joaquim A. B. Pinto.
Sind. dos Plantadores de Cana de Ita-
bira.
Estado do Rio.
Pres.: Latiff Mersi Rocha.
São Paulo
Ass. dos Fornecedoros de Cana às
Usinas de S. Paulo (Extinta).
Ass. dos Fornecedoros de Cana de Ca-
pivari.

São Paulo.
Pres.: Manoel Moreira.
Ass. dos Lavradores e Fornecedoros
de Cana de Igarapava.
São Paulo.
Pres.: José Rodrigues Nunes.
Ass. dos Fornecedoros e Lavradores
de Cana de Sta. Bárbara.
Santa Bárbara — São Paulo.
Pres.: Roberto Pyles.
Ass. dos Fornecedoros e Lavradores
de Cana de Sertãozinho.
Sertãozinho — S. Paulo.
Pres.: Atilio Magon.
Coop. Ararense de Plantadores de
Cana.
Araras — São Paulo.
Pre.: Sophie Delamain.

Criação de Coelhos

JORGE LESSA MOTTA REIS
Médico Veterinário

Não compreendemos porque, na época atual que atravessamos, em que o racionamento da carne bovina é um facto, em que a carne de aves alcança preços quase proibitivo, bem como a de caprinos e ovinos, para não falarmos na de suínos, ainda não pensaram, aqueles que se dedicam à criação de coelhos, em ampliar suas instalações, aumentando seu rendimento e produção, amenizando, em parte, a crise em matéria de carnes.

A carne de coelho é, comprovadamente, uma das mais saborosas e nutritivas que conhecemos. Seu comércio, pouco procurado, poderia ser paulatinamente, incentivado por um maior número de carcaças nos açougues.

Extranhiamos esse descaso, visto a de qualquer outra espécie animal, racionalmente criada, bem entendido. As instalações, a alimentação, o tratamento, etc., são mais simples, podendo, um só homem, tomar conta de algumas centenas de animais.

Uma orientação precisa e cuidados higiênicos adequados, etc., dada a grande prolificidade da espécie e a frequência das barrigadas (seis filhotes de cada vez, em média, e trinta dias de gestação), levariam o criador, em tempo muito curto, a um considerável aumento do seu plantel. Conforme a raça criada, em quatro a seis meses, os novos produtos poderiam ser dados ao consumo, com um peso nunca inferior a dois quilos. A

castração dos machos tornaria maior ainda o peso a comercializar.

Não devemos esquecer, também, o crescente progresso na indústria e comércio das peles de coelho, o que é, sem dúvida, outro atrativo para aqueles que se dedicarem à criação dessa espécie animal.

Desde que, pelos cuidados higiênicos constantes e por medidas profiláticas bem orientadas, sejam afastados os dois grandes inimigos dos criadores de coelhos (a mixomatose e a coccidiose), não temos dúvidas em proclamar o sucesso do empreendimento.

Convém lembrar, ainda, como fontes consumidoras de coelho, os hospitais e laboratórios, onde esse animal é indispensável para vários fins, notadamente para os trabalhos de diagnóstico em geral, entre os quais incluímos o diagnóstico precoce da gestação da mulher.

Como vemos, aqueles que se dedicarem ao desenvolvimento de uma criação de coelhos têm inúmeras possibilidades de colocar seus produtos, em face do largo campo de aplicação, que, aliás tratamos em linhas gerais.

O Ministério da Agricultura está aparelhado para demonstrar, racional e economicamente, como se deve conduzir um criador para alcançar pleno sucesso em seu empreendimento.

(Comunicado do Serviço de Informação Agrícola — Ministério da Agricultura — Janeiro de 1948).

Sociedade Nacional de Agricultura

CAPÍTULO II DOS ESTATUTOS

Dos sócios

Art. 9. — A Sociedade admite as seguintes categorias de sócios:

Efetivos, correspondentes, honorários, beneméritos, filiados e remidos.

§ 1.º — Serão sócios efetivos as pessoas naturais ou jurídicas, inclusive corporações ou organizações de caráter oficial que, domiciliadas no país, forem propostas, de conformidade com as Estatutos e contribuirem, sendo individuais, com a jóia de Cr\$ 50,00 e a anuidade de Cr\$ 40,00, e, sendo coletivos, com a jóia de Cr\$ 150,00 e a onuidade de Cr\$ 100,00.

§ 2.º — Serão sócios correspondentes as pessoas ou associações, com residência ou sede no estrangeiro, que forem escallidos pelo Diretoria em reconhecimento dos seus méritos e dos serviços que puderem ou quiserem prestar à Sociedade.

§ 3.º — Serão sócios honorários as pessoas que prestarem à Sociedade e à produção serviços tão relevantes que o Diretorio os julgue merecedores desse título.

§ 4.º — Serão sócios beneméritos as pessoas que por sua dedicação e serviços excepcionais à Sociedade e à produção, forem por proposto da Diretoria e a juízo da Assembléa Gernt, dignos dessa investidura.

§ 5.º — Serão sócios filiados nas associações agrícolas ou de classes diretamente ligadas à produção do Distrito Federal, que contribuirem com a jóia de Cr\$ 50,00 e onuidade de Cr\$ 100,00.

§ 6.º — Serão sócios remidos os que estando em condições de ser aceitos como efetivos ou fi-

liados, pngorem, de uma só vez, a jóia e 10 unidades.

Art. — 10. — Os filiados e as corporações oficiais deverão declarar a seu desejo de participar das vantagens de sócios da Sociedade, ficando o aceite dependente de resolução do Diretoria.

Parágrafo único — Os demais sócios efetivos e os remidos deverão ser propostos, por indicação de um ou mais sócios, à Diretoria, que deliberará a respeito.

Art. 11. — Os sócios filiados designarão um representante que participará das sessões; terá para esse fim, qualidade de Diretor e cujo mandato, que terminará sempre com o do Diretoria, poderá ser renovado, a juízo da instituição respectiva, entendendo-se que a recondução tenha sido feita, se aviso em contrário não for recebido pela Sociedade.

Art. 12. — Os sócios honorários e correspondentes não poderão ter ingerência alguma na direção da Sociedade, mas gozará de todos os demais vantagens de sócios, inclusive da direita de propor à Diretoria qualquer medida que julgarem útil à instituição e às classes que esta representa.

Parágrafo único — Aos sócios honorários e correspondentes serão expedidos, gratuitamente, os diplomas.

Art. 13. — Poderão remir-se, em qualquer tempo, os sócios efetivos e filiados, sendo por esse fim, contado um terço das anuidades pagas até o máximo de Cr\$ 1.000,00.



Mãos

que espalham
SALITRE do CHILE
não ficam vazias...

É MAIS LUCRATIVO multiplicar a produção de 1 alqueire com bom adubo, que plantar, tratar e colher 3 alqueires — pois só a economia de braços compensa fartamente. O SALITRE DO CHILE é um adubo natural que reforça a produtividade do solo. Experimente-o!

Solicite folhetos e informações, gratuitamente, ao

SERVIÇO TÉCNICO-AGRONÔMICO DO SALITRE DO CHILE

Caixa Postal, 2873 - São Paulo

Agentes Comerciais:

ARTHUR VIANNA — Cia. Materiais Agrícolas

Rua Florencio de Abreu, 270 - São Paulo. — Av. Graça Aranha, 226 - 3.º andar,
Rio de Janeiro — Av. Santos Dumont, 227 - Belo Horizonte.

Seleções Agrícolas

Gerente — O. Assumpção

Superintendente — M. Nunes

Diretor — Indio Santos

Secretario — Olavo R. da Cunha

PUBLICAÇÃO MENSAL

Propriedade de Editora Seleções Agrícolas Ltda.

ASSINATURAS

Brasil — Ano	Cr\$ 30,00
Exterior — Ano	Cr\$ 60,00
Numero do mês	Cr\$ 3,00
Atrasado	Cr\$ 5,00

Redação e Administração: Avenida N.º Pecanha, 26, 1.º

Tel. 23-666 — Rio de Janeiro

ACHTAM SE AGENTES NO INTERIOR



PRODUTOR DE LEITE

É, para V. S., uma questão de amor próprio e de orgulho, que a Usina para a qual fornece leite, fabrique boas produtos.

Conhece, sem dúvida, a fama dos produtos Nestlé. Pois a Nestlé só pode fabricar bons produtos se tiver um bom leite fresco. Fa a todo o possível para que o leite que fornece seja de primeira qualidade sob todos os pontos de vista.

I - Assim que o vasilhame vazio, empregado para o transporte, for recebido, deve ser destampado e posto de boca para baixo, sobre uma grade colocada acima do solo.

II - Todos os utensílios usados para a coleta do leite devem ser rigorosamente limpos logo depois de usados. Devem ser escovados primeiro em água fria, depois lavados em água quente, e finalmente escaldados em água fervendo.

III - As vacas devem ser tratadas todos os dias. É muito especialmente, antes de cada ordenha, tanto o úbere como as tetas devem ser bem lavados e enxugados, a fim de estarem limpos.

IV - Não use, nem deixe que seus empregados usem, toalhas, capas ou aventais sujos, na ordenha ou na manipulação do leite. Diariamente empregue toalhas, capas e aventais limpos.

V - O leite deve ser coado, depois de ter sido ordenhado de cada vaca, e nunca depois de ter acumulado a produção de várias vacas. Os melhores e mais práticos coadores são os de filtro de algodão, devendo o algodão ser jogado fora uma vez usado. Se empregar coadores de pano, devem eles ser fervidos após terem sido usados e postos a se ar ao abrigo da poeira.

VI - O leite tem que ser protegido do calor, da poeira, dos insetos e de quaisquer impurezas. Durante o transporte use latas tampadas ou cobertas com um pano molhado.

**COMPANHIA INDUSTRIAL E COMERCIAL
BRASILEIRA DE PRODUTOS ALIMENTARES**

CONCESSIONÁRIA EXCLUSIVA DOS PRODUTOS NESTLÉ NO BRASIL
FÁBRICAS DE LACTÍCIOS EM ABARÁS, ARARAQUARA E BARRA MANSA

ALAVOURA

A mais antiga publicação agrícola em circulação no Brasil



Castanheiras (*Bertholetia excelsa*), de plantação.

ANO LII

MAIO-JUNHO DE 1948

TRATORES CATERPILLAR-Diesel



Representam a solução moderna, eficiente, econômica dos principais problemas do lavrador.

Dezenas de milhares, em trabalho contínuo e multiforme, têm assegurado o aumento das áreas plantadas, pelo menor custo e mais rapidamente e com maior perfeição.



SOTREQ, S/A de Tratores e Equipamentos

DISTRIBUIDORES

para os Estados de Minas, Goiás, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Distrito Federal

Rio de Janeiro

Rua Camerino, 90 — Caixa Postal 30 — Telefone 23-1985

Belo Horizonte

Rua Rio Grande do Sul, 137

Campos

Rua Marechal Floriano, 40

Uberlândia

Caixa Postal, 370



Cultura de algodão-Mocó, Campo de Cooperação "Bela Vista", Município de Sta. Luzia — Parnaíba, 1940

S U M A R I O

O convênio Brasil-Argentina de 1941 — Arthur Torres Filho ..	3
Dr. Antonio Ennes de Souza	7
O Adlay, cereal do futuro — Reimor v. Schaafonsen	10
Engenharia Rural — Roberto David de Sanson	14
Semanas Ruralistas — Geraldo Goulart da Silveira	24
Desenvolvimento da produção de fibras nacionais — Arthur Torres Filho	26
A Pecuaria Fluminense	35
As Estações Experimentais e o futuro da lavoura do cacao — Eng.º Agrônomo Antônio Rodrigues Coutinho	37
Prof. Frederico Ferreira Lima — Seu falecimento	39
Remanescentes indígenas da Baía do S. Francisco — Antônio de Aranda Câmara	40
Combate à Peste Suína	41
Cooperativas e Corporações — Fábio Larz Filho	43
Primeira Reunião Semestral dos Prefeitos Fluminenses — Ge- raldo Goulart da Silveira	44
Fremios "Simões Lopes" de 1947	48
O Jeep Agrícola	51
Comissão Consultiva do Intercâmbio Comercial com o Exterior ..	52
O Girasol — D'Almeida Guerra Filho	56
Consultas e Informações — Geraldo Goulart da Silveira	57
Banco da Prefeitura do Distrito Federal — Regulamento das Operações de Crédito Rural	58
Hosques e Florestas — F. G. Steinemann	62

Sociedade Nacional de Agricultura

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA

PELA LEI N.º 3549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo: Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida

Presidente Benemérito: Dr. Wenceslão Braz Pereira Gomes

Presidente de Honra: Dr. Getúlio Dornelles Vargas



DIRETORIA GERAL

Presidente	— Arthur Torres Filho
1.º Vice-Presidente	— Lulz Simões Lopes
2.º " "	— Edgard Teixeira Lelte
3.º " "	— A. de Arruda Camara
1.º Secretário	— F. Murtinho Braga
2.º " "	— Adamastor Lima
3.º " "	— Eurico Santos
4.º " "	— Clnéas de L. Gulmarães
1.º Tesoureiro	— Kurt Repsold
2.º " "	— Otto Frensel

DIRETORIA TÉCNICA

Altino de Azevedo Sodré
Antonio Francisco Magarinos Torres
Franklin de Almeida
Enlo Lulz Leltão
Geraldo Goulart da Silveira
Iris Meinberg
João Maurício de Medeiros
Joaquim Bertino de Moraes Carvalho
Lulz de Oliveira Mendes
Pedro Fontes.



CONSELHO SUPERIOR

Alberto Ravache, Alvaro Simões Lopes, Anaplo Gomes, Antonio Barreto, Antonio José Alves de Souza, Apolonio Sales, Balbino de Souza Mascarenhas, Ben-Hur Ferreira Raposo, Benjamin do Monte, Carlos de Souza Duarte, Diogenes Caldas, Eduardo Duvioler, Evaldo Lodi, Pablo Furtado Luz, Francisco Saturnino de Brito Filho, Guilherme Egberto Hermsdorff, Honório da Costa Montelero Filho, Humberto Bruno, Ismael Cordovil, Israel Pinheiro da Silva, Itagiba Barçante, J. C. Belo

Lisbôa, Jeronymo Antonio Coimbra, João Gonçalves de Souza, João Tjader, José Sampalo Fernandes, José Solano Carneiro da Cunha, Landulpho Alves de Almeida, Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Manoel Neto Campelo Junior, Marlo de Oliveira, Napoleão de Alencastro Gulmarães, Ormeu Junqueira Botelho, Osear Daudt Filho, Paulo Parrelas Horta, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Ruy Carneiro, Sebastião Herculano de Mattos, Sebastião Sant'Ana e Silva.



A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTEs ÓRGÃOS:

Conselho Federal do Comércio Exterior (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho; Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Comissão Central de Preços (Presidência da República) — Agricultura) — Dr. Edgar Teixeira Lelte; Comissão Central de Preços (Presidência da República) — (Pecuária) — Dr. Jeronimo Antonio Coimbra; Comissão Permanente de Estradas de

Rodagem (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson; Comissão de Organização Rural (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Lulz Simões Lopes; Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgar Teixeira Lelte; Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção — Dr. Edgar Teixeira Lelte.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGAN OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LII

Maio-Junho de 1948

O CONVÊNIO BRASIL - ARGENTINA DE 1941

ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de
Agricultura

Acaba o Governo brasileiro de tomar uma resolução de há muito aconselhada pelos altos interesses da nossa economia: a denúncia do Convênio firmado entre o nosso país e a Argentina, convênio esse baseado numa teoria que a prática se encarregaria de negar.

Pena é que somente tantos anos depois de sua vigência é que ao Governo acudiu a idéia de torná-lo sem efeito de nossa parte, pois que, sem entrar em outros pormenores não menos importantes, pelo menos nos ficou, de semelhante acôrdo, uma penosa carga de prejuízos reais, com a quase completa destruição de uma indústria próspera e altamente benéfica à nossa vida rural, qual seja a das féculas panificáveis, dentre cujas matérias primas ocupava lugar de destaque a raspa da mandioca.

Por que a Sociedade sempre se mostrou contrária a tal convênio, não por qualquer prevenção ou desestima à república vizinha, mas por considerar ruinosas as suas consequências à nossa economia, vale a pena uma referência especial a esse convênio.

Além do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação de 7 de março de 1856, de alguns convênios (sobre exposições de amostras e venda de produtos nacionais, para a proteção das marcas de fábrica e comércio, fomento do turismo e acôrdo cambial), não houve no Brasil ver ratificado nenhum tratado comercial, embora negociados e assinados solenemente com a Argentina.

Não foi portanto, sem motivo de surpresa para os que acompanhavam as relações internacionais do domínio econômico, viesse o então Ministro da Fazenda da República Argentina, o hábil Sr. Frederico Pinedo, ao Rio de Janeiro para assinar com o seu colega brasileiro, remidos no Palácio Itamarati, em 6 de outubro de 1940, as recomendações destinadas a "incentivar o intercâmbio comercial entre os dois países, harmonizando, na máxima possível, as duas economias".

Dois foram essas recomendações, objeto das deliberações então tomadas entre os dois ministros.

a) — redução por ambos os países da emprega de sucedâneos nos gêneros de alimentação que um país importe do outro: café, ervamate e trigo — numa proporção tal que, no período de três anos, tais

produtos fossem entregues ao consumo de acôrdo com os tipos e especificações dos países de origem;

b) — facilidades miplas para a entrada e venda no mercado argentino de tecidos e outros produtos industriais do Brasil, ficando estabelecido que enquanto houvesse restrição de importação na Argentina a quota anual relativa aos tecidos brasileiros não poderia ser inferior a \$30.000.000,00 m/n. (trinta milhões de pesos — moeda nacional) em qualidades a serem determinadas.

Nessas duas recomendações básicas verificava-se o compromisso que iria assumir o Brasil de *aniquilar uma indústria*, enquanto a Argentina possibilitaria consumo precário, por prazo limitado, para produtos brasileiros, dentre êles *tecidos* de que não tinha onde ir buscar no momento senão no Brasil, em consequência da guerra.

Em outras palavras, contra o *aniquilamento* de uma indústria auspiciosa e de grandes efeitos no futuro — como era a da *farinha panificável*, tinhamos perspectivas apenas de aumento de mercados para o *café* (o que se não deu, continuando as adulterações até hoje) e o *mate* (praticamente perdido para nós com as plantações de Missões) e os *tecidos*, cuja indústria se desenvolveia fortemente na Argentina, à medida que se alargam as plantações de algodão no Chaco.

O mercado mundial do trigo não se apresentava, então, com as características atuais e os argentinos se haviam apercebido da ameaça que as farinhas panificáveis, especialmente a de mandioca, poderiam representar para as compras *compulsórias* de trigo no mercado platino. E' de salientar que, por essa época, a mistura não chegava a ter completado dois anos, iniciada como foi em 1 de agosto de 1938, com 2,00% em 1938, 3,75% em 1939 e 10% em 1940. Em 1941 nossa produção de farinha de raspa elevou-se a 136.831.000 quilos com 15,00% de mistura; e foi assim que, ao terminar a mistura, em 1943, por efeito do convênio, por nós aprovado em 16 de maio de 1941, havíamos deixando em seis anos, de importar 770.827.267 quilos de trigo, realizando numa economia de Cr\$ 435.111.977,25. Era realmente a mandioca um "monstro" que surgia no Brasil para enfrentar o monopólio do trigo, o qual seria forçoso aniquilar. Infelizmente, êsse resultado foi alcançado com grande abalo para nossa economia rural de que dificilmente poderemos nos refazer quando mais não seja pela desconfiança criada para medidas futuras de estímulo à produção da mandioca. Criou-se, por Decreto-lei n. 5.031, de 4 de dezembro de 1942, uma Comissão Executiva para controlar a produção, comércio e exportação da mandioca. Dentre as finalidades dessa Comissão, para cujo custeio criou-se logo uma taxa de 10% "sobre o valor da venda dos produtos da mandioca", estava a de "estabelecer convênios com os países consumidores a respeito de produtos de mandioca". Perdíamos o mercado interno e iríamos, com a produção condenada em sua marcha ascencional, sobrecarregada de impostos, procurar mercados no exterior para *produtos de mandioca*.

Voto vencido que fui como um dos membros da Delegação Brasileira que negociou o convênio Brasil-Argentina, sem ter podido ao menos atenuar o desaparecimento da indústria de farinha panificável, reduzindo-se a taxa da mistura a um mínimo que nos permitisse no futuro reerguer essa indústria, sinto-me hoje tranquilo, embora pezaroso, com a atitude então assumida, ditada como está agora provado, por um conhecimento mais exato do problema em lide.

"Não devemos ficar desarmados — dizia eu — em face do trigo argentino, diante das oscilações da produção mundial e da própria argentina, sob pena de assistirmos a uma elevação sensível de preços impostos livremente por aquele país, quando a compra de tecidos nos

é garantida por período fixado, findo o qual o mercado estrá aberto à competição mundial." Este receio — todos o sabem — se confirmou plenamente.

Merece, acentuávamos de modo especial, ter o convênio Brasil-Argentina de 9 de abril de 1911 objetivado principalmente o trigo e o café. Cumpriu o Brasil com o que ficara estabelecido: limitou a mistura em 15% em 1911, 10% em 1912 e 1913, ano em que cessou de modo completo. A República Argentina, só em 28 de abril de 1912, isto é, um ano depois, baixou o Decreto n. 116.110 proibindo a venda de café com *sucedâneos* em todo o seu território. Permaneceu de pé a proibição, entretanto, segundo informação do Departamento Nacional do Café de 13 de setembro de 1915, a Secretaria de Indústria e Comércio daquele país autorizou "o emprêgo do melão nas torrefações de café, na proporção de 50% da quantidade utilizada durante os doze meses anteriores àquela data, alterando o Decreto n. 19.059, de 20 de julho de 1911 que impedia o uso do melão a não ser para a produção de álcool nas destilarias". Informava ainda o D.N.C. ter sido a referida resolução revogada de modo terminante "ficando livre o uso do melão nas torrefações de café, sem limitações de prazo e quantidade", esclarecendo mais o aludido Departamento "posteriormente à aprovação do convênio assinado com o Brasil a Argentina tem permitido oficialmente o uso de um ingrediente (melão) fortemente prejudicial ao café, cujas qualidades altera, ao mesmo tempo que afeta diretamente o volume da importação do nosso país.

Em 6 de setembro de 1913 submeteu o Conselho Federal do Comércio Exterior, ao Presidente da República, resolução essa aprovada em que, no item n. 4, se solicitava dos órgãos competentes fôsmantida vigilância "no sentido de evitar se permita na Argentina a mistura de açúcar no café, por contravir tal política ao convênio firmado pelo Brasil e por aquele país em 9 de abril de 1911".

Sabe-se perfeitamente que o aumento do consumo do café brasileiro na Argentina dependerá do uso do produto puro, livre de torração com açúcar, daí a propaganda em que se empenharam o D.N.C. e as casas brasileiras localizadas naquele país.

Alegou-se ter havido em 1911 uma exportação de café para a Argentina no montante de 597.675 sacas quando fora de 421.280 em 1913 e 397.676 sacas em 1912 e 401.167 em 1910. Entretanto, se se examinar essa exportação em período mais longo, veremos, que em 1927 exportamos 400.731 sacas, em 1928, 159.263 sacas e em 1929, 573.930. Aqui urge a pergunta: qual o consumo de café na Argentina? Deverá elevar-se ao dôbro do que recebe do Brasil. Ele, não vem, entretanto, de outros países. Sua origem deverá ser encontrada nos sucedâneos ou em procedência ainda ignorada...

Em qualquer hipótese deve ficar assinalado que o convênio não foi cumprido por parte da República Argentina e, num item importante, aquele que trata da supressão de sucedâneos, que deu lugar ao Brasil suprimir as farinhas panificáveis na mistura com o trigo.

Quanto à erva-mate brasileira importada pela Argentina, que tinha nesse país um grande consumidor, vem descambando desde 1927, quando atingiu a 70 mil toneladas e, desde então, graças ao combate sistemático ali sofrido, está reduzido a pouco mais de 20 milhões enquanto a produção argentina passou de 20 milhões a mais de 100 toneladas. É dizer-se que, em 1921, a produção argentina de erva-mate se arrastava pela casa dos 2 milhões de quilos!

O convênio Brasil-Argentina em 23-1-1910 estabeleceram medidas para a pureza da erva-mate brasileira exportada para aquele país. Segundos esclarecimentos prestados pelo Presidente do Instituto do

Mate, a erva-mate procedente do Brasil é empregada para a formação de alguns tipos de erva-mate vendidos e autorizados na Argentina. E diz: "Todavía não existem medidas que estabelecem obrigatoriedade de misturas."

No que toca à erva-mate o mercado argentino só existe para o produto brasileiro em face das limitações de produção criadas pelo governo daquele país ou enquanto necessitarem do produto brasileiro para a formação dos tipos exigidos pelos consumidores.

A luz do convênio, aí fica exposto o que ocorreu sobre a redução do emprêgo de *sucedâneos* nos gêneros de alimentação que um país importa do outro — café, erva-mate e trigo daí a nossa oposição a sua letra, que na prática desmentia as vantagens colhidas pelo Brasil e Argentina visando "*incentivar* o intercâmbio comercial entre dois países, harmonizando, ao máximo, as duas economias".

Haverá quem diga que colhemos vantagens com os saldos da balança comercial a nosso favor, como rezam as estatísticas, feito esse levado à conta principalmente das nossas volumosas exportações de tecidos. Foi uma eventualidade surgida com a guerra e que não vem a pêlo aprofundar-se no seu exame e possibilidades futuras. Diz-se que as economias do Brasil e da Argentina são complementares. Se assim é, vemos, no entanto, a República Argentina estimular sua produção algodoeira e suas fábricas de tecidos, além de levar a efeito grandes plantações de pinho e cedro, de arroz, de fumo, de erva-mate, de laranja e certos produtos recebidos do Brasil, enquanto o Brasil, sem maior êxito, luta por conseguir o aumento da produção tritícola, ameaçado sempre de *ficar sem pão*.

Infelizmente no passo que nossas necessidades de trigo e farinha aumentam de ano para ano, a produção nacional se apresenta com pequeno acréscimo embora muito se deva esperar da política de desenvolvimento em que se empenha o Ministério da Agricultura.

Não podemos contar com a nossa contribuição para o abastecimento interno, com o agravante de vermos o aumento constante das nossas populações citadinas. Temos que nos convencer de que o problema do trigo é demasiado complexo entre nós para ser resolvido sem um plano governamental de conjunto orgânico, em que todos os problemas correlatos sejam resolvidos, desde o plantio de variedades obtidas pela genética até a defesa do mercado, compreendendo transportes, armazenagem, industrialização e distribuição. Seria uma política a longo prazo mantida sem desfalecimentos. Assim mesmo os resultados não seriam imediatos.

REVISTA DO COMÉRCIO

Órgão de Divulgação e Estudo dos Problemas das Classes Produtoras Nacionais

FUNDADOR: JOÃO DAUDT D'OLIVEIRA

PUBLICADA SOB OS AUSPÍCIOS DA

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO RIO DE JANEIRO
E DA

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO.

TODOS OS MESES:

ARTIGOS E REPORTAGENS ILUSTRADAS.

Seções Permanentes de Economia, Finanças, Comércio, Indústria, Movimento Bancário,
Movimento do Bolsa, O Congresso e a Economia Nacional, etc.

N.º Avulso — Cr\$ 10,00

Ass. Anual Cr\$ 100,00

DR. ANTONIO ENNES DE SOUZA

O CENTENÁRIO DE SEU NASCIMENTO

Comemorou-se a 6 de Maio, o centenário de nascimento do Professor Antonio Ennes de Souza, uma das figuras mais respeitáveis do magistério superior e da ciência em nosso país, estimado e admirado pelos seus contemporâneos como padrão de virtudes cívicas e morais, de que tantas provas deu em numerosas oportunidades.

Propagandista da abolição e da República, revelou-se, além de um mestre exemplar e competente, um ardoroso tribuno e um entusiasta das grandes causas públicas. Prestou, como engenheiro e geólogo e, também, como Tenente-Coronel Honorário do Exército, relevantes serviços ao país, tendo exercido, com patriotismo e competência, vários cargos de relevo na administração.

O Dr. Antonio Ennes de Souza foi em São Luiz, Maranhão, nos 6 de Maio de 1818 e foram seus pais o Sr. Sebastião José de Souza e D. Maria A. Ennes de Souza. Orfão de pai aos 5 anos de idade, foi entregue à sua avó materna que, após lhe ensinar o ensino primário e alguma instrução secundária, destinou-o ao comércio, onde trabalhou até aos 18 anos de idade. Em 1867, nutrido desejo de dedicar-se ao estudo das ciências naturais, seguiu para a Europa, preparando-se para o curso de engenharia.

Assistindo, como aluno ouvinte, às aulas da Sorbonne, onde pontificavam mestres como Delaforce de Gandry, Deville, Dunke e outros, dedicou-se a tais estudos, antes do curso especial de engenharia.

Por essa ocasião, sobrevieram-lhe dificuldades de ordem doméstica e o Dr. Antonio Ennes de Souza teve que regressar ao Brasil, dedicando-se, novamente, ao comércio, até 1873.

Voltando aos estudos das ciências físicas e naturais e depois nos de engenharia de minas, matriculou-se na Universidade de Zurich, na Suíça, onde recebeu o grau de doutor, apresentando uma "Dissertação sobre os amalgamas", escrita em alemão. Obteve, ainda, depois dos exames necessários, carta de aprovação especial em geologia, sendo declarado apto tanto para ensinar essa dis-

ciplina em escola superior, como para fazer investigações trabalhando como geólogo. Continuou a dedicar-se aos estudos especiais de minas e metalurgia, na Academia Real de Minas de Freyberg, na Saxônia, onde, afinal, obteve o diploma de engenheiro, depois de apresentar, também em alemão, uma "Dissertação sobre a mineração e metalurgia do ouro". Após sua diplomação, voltou ao Brasil.

Entre 1870 e 1873, quando teve de vir ao Brasil, aproveitou sua estada para, em companhia do Dr. A. de A. Oliveira e outros, instituir conferências públicas. Por essa ocasião fundou, em São Luiz, uma biblioteca popular.

O dr. Antonio Ennes de Souza nasceu Professor Catedrático de Metalurgia da Escola Politécnica do Rio de Janeiro; diretor, três vezes, da Casa da Moeda; Fundador e Presidente Perpétuo da Sociedade Nacional de Agricultura, eleito em 1897; membro fundador do "Instituto de Assistência e Proteção à Infância"; da Liga Brasileira contra o Analfabetismo em 1915; da Sociedade Protetora dos Animais, além de representante de diversas associações técnicas e culturais do Brasil e do exterior.

Era, também, membro da Sociedade de Ciências Naturais de Zurich e da Sociedade de Química de Berlim.

Foi inventor do para-choques "Ennes de Souza" e de vários aparelhos e de processos industriais na metalurgia.

Colaborou na imprensa desta Capital e do interior e escreveu além das citadas dissertações os seguintes trabalhos: "Conferências Públicas"; "Relatório da exposição Maranhense de 1871 e 1872"; "Estudo completo sobre os trabalhos de Desmonti" (tese de concurso para catedrático da Escola Politécnica do Rio de Janeiro); "O Trabalho e a vida subterrânea"; "Natureza" (poesia); "Os metais; ciência vulgarizada"; "Estudos sobre a carta geológica e mineralógica do Brasil"; "A mineração e metalurgia do ferro"; "Memorial sobre a mineralogia no Museu Nacional"; "A propósito dos estudos sobre os portos do Brasil"; "Estudo Físico e Químico sobre o meteorito cá-



DR. ANTONIO ENNES DE SOUZA
(Óleo de Cadino Fausto, sobre uma fotografia de 1897)

do em 1880 no Itapicuru-Mirim, no Maranhão"; "Estudo químico e industrial sobre o carvão de pedra da Chapada"; "Memória sobre os terrenos do Rio de Janeiro"; "Os terrenos auríferos de Cantagalo"; "Caracteres Republicanos", dissertando sobre grandes vultos da história antiga: Péricles, Lycurgo, Solon, Moy-

sés, "Reforma Monetária", "Organização da Milícia Nacional" e muitos outros.

Nos primeiros números desta Revista, são numerosos os seus escritos sobre agricultura e ciências naturais.

O Professor Antonio Ennes de Souza faleceu a 2 de Março de 1920, tendo deixado viúva D. Eugênia Rodrigues Ennes

de Souza, também já falecida, em 15 de Novembro de 1934.

Em comemoração ao centenário de nascimento dêsse ilustre brasileiro, realizou-se na Escola Izabel Mendes, antiga Escola Ennes de Souza, uma sessão cívica com o seguinte programma: Hino Nacional; discursos de D. Izabel Mendes, arquiteto Gabriel de Queiroz Vieira, Professora Juracy Correa Melquiades, alunas Lenita de Oliveira Ayres, Maria Alice de Almeida, Nely Coelho Rodrigues, Elijacy Pinheiro, sendo locutora a aluna Eunice Gloria Baraldo; Hino Ennes de Souza e Hino Nacional.

Em prosseguimento às comemorações foram levadas a efeito: Romaria à sepultura n. 5.171 do cemitério de São Francisco Xavier; na Casa da Moeda, inauguração de um retrato no gabinete do Diretor; sessão cívica na Escola Prudente de Moraes à Rua Ennes de Souza, Tijeca, e finalmente no anfiteatro da Escola Nacional de Engenharia, a homenagem dos antigos colegas e alunos.

Era idêin da Sociedade Nacional de Agricultura fazer iniciar, a 6 de Maio, como tributo de sua diretoria ao seu patrono, as obras da "Casa da Agricultura". Motivos independentes da sua vontade, porém, não permitiram a realização da homenagem, que está marcada para breve.

A 16 de Janeiro do ano passado, quando a Sociedade completava 50 anos de existência, fez a Diretoria bater n'ua medalha, de ouro, prata e bronze, no qual pela primeira vez, apparecem a effigie cunhada do antigo Diretor da Casa da Moeda, ao mesmo tempo que fazia inaugurar, em lugar de destaque do seu Salão de Sessões, um retrato a óleo do insigne brasileiro, da autoria do pintor Cadmo Paúlo.

Também por essa época, no lado da biografia dos demais Presidentes da Sociedade, foi publicada a do Dr. Ennes de Souza, escrita pelo redator-secretário desta revista, Sr. Luiz Marques Poliano.

Na sessão de 20 de Maio, a sua primeira parte foi dedicada à efeméride, tendo o Dr. Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade, feito uma commovente alu-

são à personalidade do fundador da Instituição, sendo, então, inserto na ala dos trabalhos um voto de homenagem e saudade.

A Sociedade Nacional de Agricultura associou-se às manifestações de reconhecimento tributadas ao saudoso brasileiro, tendo o seu Secretário enviado a seguinte carta ao Dr. Gabriel de Queiroz Vieira, que se colocou à frente das aludidas comemorações:

Exmo. Sr. Gabriel de Queiroz Vieira,

"Saudações atenciosas,

Respondo à sua carta de 18 dêsse. Assim que tive em mãos o seu cartão com o enunciado do motivo das suas visitas, falei com o Dr. Torres Filho, que me declarou dar todo o apoio às comemorações do centenário do Dr. Ennes de Souza.

Disse-me, mesmo, que organizasse uma sessão especial para o dia, na qual a S.N.A. demonstrasse mais uma vez o seu reconhecimento aos grandes méritos do seu fundador. Não poderíamos deixar de agir dessa maneira, tal é o papel que occupa na vida desta casa o Dr. Ennes de Souza.

Além disso, pretende o Dr. Torres Filho aproveitar a data de 6 de Maio para o lançamento das fundações da "Casa da Agricultura", embora isto tenha de retardar um pouco o início das obras, cujas plantas já estão aprovadas e ultimadas tôdas as numerosas providências necessárias.

A minha opinião, contudo, é que se devia organizar um grupo — digamos uma comissão de homenagem — de modo a que tudo se fizesse com união de vistas e de modo a concentrar e aproveitar todos os esforços para o maior brilhantismo do preito.

Se quiser marcar um encontro, para melhor entendimento, com muito prazer.

Dispacha do patricio e adador."

O ADLAY, CEREAL DO FUTURO

Do Sr. Reimar V. Schaaffhausen, de São Paulo, com a data de 15 de Abril de 1948, recebeu o Sr. Dr. Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, a seguinte carta:

"Prezado Senhor: Fui informado pela Seção do Fomento Agrícola em São Paulo que a Sociedade Nacional de Agricultura está interessada em obter trezentos quilos de sementes de Adlay.

Posso dispôr, da minha última safra da quantidade de três sacos com ca. 120 quilos em total. Trrei muito prazer em oferecer esta quantidade de sementes do Adlay, porte pequeno, gratuitamente, à Sociedade. Estou distribuindo sementes a muitas pessoas, e ao fomento estadual e federal, para apressar a introdução de um cereal tão útil e de tão grandes possibilidades.

Junto um artigo que escrevi para ser divulgado entre os sócios da Sociedade Nacional de Agricultura, ou para publicação numa revista. Desta forma, o Adlay tornar-se-ia mais conhecido entre maior número de agricultores.

Propositamente neste artigo não mencionei as grandes possibilidades do Adlay para mistura com a farinha de trigo. As quantidades existentes ainda não são suficientes para este fim, e tôda a safra do próximo ano pode ser usada para forragem e alimentação humana em grãos, e para obter sementes em grande quantidade. Ao meu ver, o primeiro objetivo deve ser introduzir o Adlay como planta forrageira e pode ser usada na própria fazenda. Assim o produtor não depende desde o início de um mercado, que somente poderá existir depois que o Adlay se tornar mais conhecido. Os criadores de galinha poderiam absorver grandes quantidades. Pessoalmente, preciso no próximo ano de 60 toneladas. Falei com alguns amigos que iam comprar imediatamente 30 toneladas por mês, se o Adlay existisse nessa quantidade. O problema do Adlay não existe no mercado ou no uso, mas na divulgação eficiente para que seja plantado na escala necessária, para o benefício da Nação.



Plantação do cereal Adlay, porte pequeno no sítio Guatapiranga, Sto. Amaro com Reimar v. Schaaffhausen — Março 1948

O Departamento da Produção Animal tem planos para plantar este ano 19 alqueires nos diversos campos experimentais. Provavelmente, o Dr. Geraldo Leme da Rocha, do Departamento pode fornecer a essa Sociedade a quantidade de sementes de que precisar.

Peço avisar-me para onde posso despachar os três sacos de sementes de Adlay.

Atenciosamente, (a) R. V. Schaaffhausen".

Éis o artigo, aliás bem digno de ser lido, e com o maior interesse:

ADLAY, CEREAL DO FUTURO

Sobre o cereal Adlay foram publicados nos últimos anos diversos artigos, que demonstram o interesse existente em torno deste cereal do futuro.

HISTÓRICO — O Adlay, (coir lacrima jobis L.) pertence à família das Gramíneas. Originário das Índias Orientais, passou às Filipinas. Dr. P. J. Wester publicou artigos sobre o Adlay em 1920 e 1921 na The Philippine Agricultural Review. Ele mandou um meio quilo de sementes para a Revista Chácaras e Quintais em 1921. A Revista publicou um artigo sobre o Adlay no fascículo de 15 de Fevereiro de 1922.



Adlay porte pequeno, sítio Guarapiranga, Sto. Amaro — 1948
Foto: Reimar v. Schaaffhausen

Em 1938, o agrônomo Dr. Ubirajara Pereira Barreto recebeu um saco de 8 quilos do agrônomo boliviano Dr. Maximiliano Rivéro Claire. O Dr. Ubirajara tornou-se grande entusiasta deste cereal de muitos usos, e escreveu dois folhetos e diversos artigos, publicados ou resumidos na revista Chácaras e Quintais.

Um artigo de autoria do Dr. Antônio Carlos Pestana foi publicado na revista "A Lavoura" em Nov.-Dez. 1946; Basílio de Magalhães escreveu um artigo no Estado de São Paulo de 17-6-47, e Dr. Glauco Pinto Viégas no Diário de São Paulo de 17-8-47. Outros artigos apareceram na Folha da Manhã em 24-5-47, e na Vida Agrícola em 24-5-47.

Para introduzir uma nova planta não é suficiente escrever apenas sobre as suas qualidades. O Dr. Ubirajara distribuiu também grande quantidade de sementes aos interessados. Recebi dele em 1940 um punhado de sementes, diferentes daquelas descritas até agora.

VARIEDADE DE PORTE PEQUENO — SEMENTES ESCURAS — CASTANHAS, ALONGADAS — O punhado de sementes que recebi foi encontrado por

um japonês na plantação dele e era de cor escuro-castanho, alongado.

Plantei as sementes em seis copas em terra pobre no sítio Guarapiranga, perto de Santo Amaro. As plantas se desenvolvem devagar, e em vez de alcançar uma altura de dois a três metros, como as outras de sementes redondas e claras, depois de três meses, tiveram uma altura de apenas 20-30 cm. Qual a minha surpresa quando verifiquei que com cinco meses, apesar do porte baixo, apresentaram uma grande carga. Colhi as sementes e plantei-as no próximo ano em terra boa. As plantas alcançaram uma altura de 80 cm. — um metro, dando grande quantidade de sementes.

Mandei fazer uma análise das sementes com o seguinte resultado:

No grão descascado foram encontrados

Umidade	7,28
Proteínas	16,05%
Carboidr. em amido	50,56%
Mat. grava	8,42%
Celulose	0,80%
Cinzas	1,43%
Não dosados p: d.	15,45%
Grãos descascados	64%
Casca e palha	36%

Pela análise pode-se verificar que se trata de um alimento de alto valor nutritivo. O teor de proteínas da variedade de porte pequeno com sementes escuras e mais alto do que a de sementes claras.

Achei o resultado demasiadamente interessante, e tive a sorte de encontrar um agrônomo competente e com visão que se prontificou visitar a minha pequena plantação de experiência. Dr. Antônio Carlos Pestana viu o Adaly de porte alto, e também as poucas plantas de sementes pretas. Ele catou as sementes raaduras e plantou-as no quintal de sua casa. Um ano depois mandou sementes para o Instituto Agrônomo em Campinas, e para muitas outras pessoas.

Dr. Glauco Pinto Viégas entregou as sementes ao Dr. Geraldo Leme da Rocha do Dep. da Produção Animal em São Paulo. Dr. Geraldo, agrônomo esforçado e estudioso, depois das primeiras experiências, verificou as grandes possibilidades do novo cereal, e em 1946 plantou uma área maior que rendeu cerca de uma tonelada de sementes.

Em 1947 êle forneceu sementes para os campos experimentais do Departamento em Pindamonhangaba, Nova Odessa, Serlãozinho, e Colina. Nestes campos foram plantados, em total, cerca de seis hectares. Esta iniciativa louvável do Dr. Geraldo contribuirá muito para uma mais rápida introdução do Adlay de porte pequeno em grande escala no país.

Tendo usado as poucas sementes colhidas para análises e experiências, e distribuído outras a amigos interessados, não possuí em 1947 quantidade de sementes suficiente para plantar um hectare. Gentilmente eu recebi-as do Departamento de Produção Animal por intermédio do Dr. Geraldo. Plantei um hectare em diversos lotes, com e sem adubação, no meu Sítio Guarapiranga em Sto. Amaro, onde as sementes da variedade de porte pequeno tiveram a sua origem.

Depois da colheita em Março 1948 verifiquei o alto rendimento e as outras qualidades insuperáveis deste cereal. Tenho certeza de que o Adlay poderá resolver muitos problemas da lavoura nacional.

USO E VANTAGENS DO ADLAY FORTE PEQUENO

Numa terra adubada com esterco de galinhas, semeada no dia 20 de Setembro de 1947 e colhida em 1 de Março 1948, o rendimento em grãos era equivalente a sete toneladas e meia por alqueire paulista, (3100 kg/ha) Em terreno bom, não adubado o rendimento era 5960 kg/alq. Em terreno pobre adubado com farinha de osso 5.020 kg/alq., e em terreno pobre não adubado 4.180 kg/alq.

O rendimento dos últimos dois lotes poderia ter sido maior, usando 60 quilos de sementes por alqueire em vez de 30, e semear com espaçamento de 80 cm. entre as linhas, em vez de um metro como foi feito. Em terra pobre a planta perfilha pouco e alcança uma altura menor.

Alto rendimento Planta perene

O Adlay é planta perene. Depois do corte brota novamente. Em clima apropriado dá uma segunda colheita no mesmo ano. O ciclo vegetativo da variedade de porte pequeno é mais curto em comparação com a variedade de porte alto.

Baixo custo da produção

O custo de produção é baixo pelo alto rendimento que é maior do que de milho ou arroz. Em clima quente dará diversas colheitas sem necessidade de nova aração.



Adlay porte pequeno, durante floração, sítio Guarapiranga, Sto. Amaro — Fevereiro 1948

Foto: Reimar v. Schaaffhausen

Mais nutritivo

O Adlay de porte pequeno tem 16% de proteínas de alto valor biológico. O alto valor biológico foi mencionado por B. J. Wester. É superior ao do milho, arroz, aveia, centeio, ervilha, equivalendo ou superando o do trigo.

Dr. Geraldo Leme da Rocha, junto com Dr. Henrique F. Raimo confirmaram estes dados pelas experiências feitas com pintos New-Hampshire. Numa ração balanceada substituíram completamente o farelo de trigo, por grãos de Adlay moído junto com as cascas, e palhas. Os pintos se desenvolveram melhor do que o lote comparativo, alimentados com farelo de trigo. A quantidade do Adlay moído na ração era de 35%.

SUBSTITUIÇÃO DO FARELO DE TRIGO. — O fato que o Adlay pode substituir com vantagem o farelo de trigo é de grande importância para o futuro desenvolvimento da nossa avicultura e pecuária.

VALOR DAS FOLHAS

O Adlay cresce rapidamente, depois da primeira safra dos grãos pode se aproveitar uma parte da plantação para o corte das folhas, durante a estação seca. Gado e galinhas gostam das folhas verdes, e também comem as folhas secas

que caem durante o beneficiamento. O gado come a planta inteira, com grãos e folhas, dispensando qualquer beneficiamento. De Agosto ou Setembro em diante não se cortam mais as folhas, para obter nova colheita de grãos em Janeiro ou Fevereiro do próximo ano.

Resistência à pragas e ataque de carunchos

São ainda vagos os conhecimentos sobre as doenças e pragas do Adlay. Em Trinidad, em 1941, foi observado um ataque de fungo *Colletotrichum graminicolum* nas folhas. Observei o ano passado, numa plantação de experiência, muitos grãos chôchos em algumas plantas. Cortei-as e as próximas safras eram normais. Neste ano observei numa pequena parte da plantação uma murcha na raiz depois do primeiro corte. Dentro dos colmos foi encontrado um fungo que está sendo estudado pelo Instituto Biológico de S. Paulo. O grão em casca parece resistente ao ataque de caruncho de milho.

USO PELO PRÓPRIO PRODUTOR. BENEFICIAMENTO

Mais uma vantagem do cereal Adlay consiste na facilidade do beneficiamento pelo próprio produtor.

Como forragem, os cavalos, porcos e galinhas comem o grão inteiro. Para pintos e vacas o grão pode ser moído, sem necessidade de separar a casca e palha.

Para separar o grão da casca servem máquinas de beneficiar arroz ou café. O sítio que não tem uma dessas máquinas pode facilmente fazer a separação, esfregando os grãos bem secos em cima de uma peneira grossa, desse modo quebrando a casca. Abanando com outra peneira mais fina, obterá em pouco tempo a quantidade de grãos beneficiados para usar na cozinha.

CEREAL UNIVERSAL, forragem e alimentação humana

Os usos do cereal Adlay para forragem foram mencionados acima. Também serve muito bem para a alimentação humana. Preparado como arroz, dá um prato delicioso e nutritivo, rico em vitaminas. O sabor assemelha-se com aveia. Para fazer pão, biscoitos ou bolos, o grão pode ser moído no moinho de subá, e misturado com farinha de trigo. Cada

boa dona de casa aprenderá logo usar o Adlay para fazer muitos pratos diferentes.

PLANTAÇÃO E COLHEITA — Para a plantação do Adlay porte pequeno prepara-se o terreno como para o milho ou outro cereal. Em terra boa semeiam-se algumas sementes à distância de 30-50 cm. entre covas e de um metro entre as linhas. A planta perfila muito, alcançando uma altura de 80 cm até um metro. Em terra mais fraca deve ser plantado com menor distância entre covas e linhas, porque perfilha pouco, e as plantas são de tamanho menor. Precisa-se fazer as carpinas necessárias para o malto não prejudicar a colheita. A quantidade de sementes usada para um alqueire varia com a fertilidade do terreno. Em terra boa 25 quilos por alqueire, em terra menos fértil 60 quilos ou mais.

A colheita se faz quando a maior parte dos grãos estão escuros, e as folhas secas. Cortam-se as plantas com ferro de cortar arroz bem afiado, rente ao solo. Essa operação deve ser feita com certo cuidado para não perder muitas sementes. Logo depois do corte convém fazer uma carpinha. Os sementes que saíram durante a colheita nascem em quantidade.

Para separar as sementes das plantas procede-se da mesma forma como com o arroz. Em culturas pequenas bateu-se as plantas manualmente, e em culturas maiores mecanicamente.

Aulas de ensacar as sementes convém secá-las no sol. As folhas soltas servem para forragem. Os restos das plantas voltam para a plantação, onde serão espalhados entre as linhas. Desta forma evita-se geralmente uma segunda carga, e o terreno conserva-se mais úmido.

Plantação e colheita são muito simples, quem sabe plantar milho ou arroz, pode plantar e colher Adlay.

Resumo — Não existe outro cereal que reuna tantas vantagens. Serve para alimentação humana e para forragem. Contém 16% de proteínas. Aproveitam-se os grãos e as folhas. Cultura simples e de alto rendimento. Em clima quente dá duas colheitas por ano. O produtor pode beneficiar o Adlay, usando os grãos na alimentação da família e para forragem na própria fazenda.

Pode se resumir: PLANTANDO DAI e dá muito.

ENGENHARIA RURAL

ROBERTO DAVID DE SANSON

Três elementos se devem considerar no problema da irrigação: a água — o sólo e a planta. Cada um deles tem a sua função particular e se acha subordinada a determinadas condições; mas a abjeto essencial da irrigação é aduzir a água onde ela se encontre até as raízes das plantas.

Captar a água, aduzi-la e distribuí-la no terreno afim de que ela se infiltre e umedeça o sólo no limite da capacidade que a sólo tem para ter a umidade ao alcance das raízes das plantas, eis a primeira parte do problema. O segunda consiste em dosar a água afim de que ela seja suficiente para atender à necessidade de água da plantação e não seja em exceso para não se perder em infiltrações profundas. A frequência da irigaçã dependerá da capacidade capilar do sólo e da intensidade de transpiração das plantas cultivadas.

Captar a água é desviá-la do seu curso natural ou reprazá-la para que seja armazenada em açudes ou reservatórios artificiais, de modo a poder usá-la quando escasseiam as chuvas ou estanquem os mananciais.

No território nacional, a bem dizer as chuvas não faltam; no Nordeste, na bacia hidrográfica do Orós, no ano em que choveu menos, no ano meteorológico de 1914-1915 a altura de chuva foi de 296,3 milímetros, isto é quase doze polegadas de altura d'água. Ora em Davia, na Califórnia, com doze polegadas de altura d'água para a irigaçã da alfafa obteve-se, na Estação Experimental, um lucro de 24 dólares por acre, isto é cerca de cinco mil e setecentos cruzeiros por alqueire geométrico. Em terras não adubadas com doze polegadas de altura d'água no Utah, na América do Norte, obtiveram-se 216 sacas de milha de 80 litros por alqueire geométrico. Mas o ano de 1914-15 foi um ano excepcionalmente sêco, porquanto na Bacia do Orós, a altura média de chuva é de 801 milímetros.

O que prejudica a lavoura no Nordeste é que a água de chuva não fica na sólo, quase toda ela se evapora, e quase nenhuma se infiltra nem se escoia superficialmente; o coeficiente de deflúvio é baixíssimo, não chega a ser em média de 7 por cento, às vèzes é quase nulo çama a foi nos anos de poucas chuvas.

Esse baixa coeficiente de deflúvio poderla ser a indicio de que a infiltração das águas caídas é grande si os cursos d'água da região fôsem perenes, mas onde não haja fontes nem nascentes no tempo da estiagem e onde a escaamenta das águas superficiais é uma pequena parcela da precipitação atmosférica conclue-se a evaporação é o fator predominante no sumiço das águas da chuva.

Para se evitar a evaporação, queranda-se conservar a água para irigaçã o recurso seria aumentar a umidade de ar ambiente ou baixar a sua temperatura pois que quanta mais saturado de umidade esteje o ar menor a evaporação do solo e quanto menor a temperatura da ar menor a sua capacidade de absorver umidade. Para se conseguirem essas condições o meio é fazer sombra com a vegetação; na sombra a temperatura cai e o ar se conserva com a umidade compatível com essa temperatura.

Mas par que a vegetação se desenvolva é necessária que haja inicialmente umidade na sola e isto só se pode conseguir reavivendo a superfície do terreno logo depois da chuva de modo a quebrar a continuidade das canoís capilares formados pelos vazios do sólo, ou cobrindo de palha essa mesma superfície. Temas por aí um meio de reduzir consideravelmente a evaporação e de fazer çam que a umidade armazenada na sólo sirva somente para a transpiração das plantas que se queira cultivar. A medida que a plantação se desenvolver, a sombra no terreno irá naturalmente aumentando e a umidade do sólo resultante das precipitações atmosféricas em vez de se perder pela evaporação irá sendo sugada pelas raízes das plantas para ser transpirada pelos estomatos das folhas. Portanto, onde haja escassez de água e onde a evaporação pela superfície do sólo seja intensa, a meio de se atenuar essa escassez é reduzir a evaporação picando a terreno para quebrar a continuidade dos canais capilares, em seguida à chuva, ou cobrindo o terreno com palha também em seguida à chuva; convindo recalher essa palha antes de cada pancado d'água, até que a vegetação se desenvolva.

Pode entretanta, mesmo que a evaporação não seja intensa, a água não permanecer sobre a terreno de modo a possibilitar a sua infiltração, em virtude da declividade da superfície do sólo. Nesse caso a deflúvia aumenta mas a umidade do sólo permanece escassa e a planta, embora suficiente a altura pluviométrica da região, não encontra na terra a reserva de água necessária à sua transpiração. O meio que se tem para corrigir essa anomalia é reduzir o escoamento superficial das águas caldas fazendo terraceamentos que quebram a velocidade das águas — evitando a erosão do sólo — ao mesmo tempo que favorecem a infiltração porque permitem a estagnação das águas.

A distância das terraças varlará com a configuração do terreno, havendo para as diversas regiões da América do Norte uma tabela de Ramser para a determinação dessa distância em função da de-

clividade e da natureza da vegetação e de conformidade com a altura pluviométrica média. Mas, de qualquer forma, em terrenos acidentados, isto é em plantações em terras que necessitem de uma permanente umidade da sóla, a meio de se atender a essa necessidade de umidade é de facilitar a infiltração das águas de chuva quer por meio de valões que cortem a escoamento das águas superficiais e as armazenem, quer fazendo as plantações em terras de nível.

O que se não deve perder de vista é que toda planta necessita de água para se desenvolver; a planta transpira como os animais respiram. Não que a água vá crescer muita coisa no organismo vegetal, ao contrário; em cada litro de água que passa pela planta na máxima uma, duas ou três gramas de água se fixam no seu organismo; mas a quantidade de água que a planta carece para o seu desenvolvimento resulta de que as folhas precisam manter uma comunicação entre as células da *chlorenchyma* e a atmosfera que contem dióxido de carbono necessário à nutrição. Ora a não ser em tempo de chuva a atmosfera está raramente saturada e daí o vapor de água das espaços intercelulares se difusa na atmosfera e a sua pressão col, provocando a evaporação da água das paredes úmidas das células. O resultado é a perda de água por transpiração; quanto mais seca o clima, maior é a taxa de transpiração e maior é a quantidade de água que a planta precisa extrair da sóla.

A transpiração desempenha uma série de funções úteis e mesmo necessárias ao desenvolvimento da planta, principalmente porque facilita a absorção e a elevação dos sais minerais. Mas não se deve supôr que a quantidade de sais minerais absorvidas ou que a substância orgânica formada com sua assistência seja proporcional à quantidade de água transpirada. É um erro supôr-se que, afim de obter a necessária quantidade de sais ao seu desenvolvimento, a planta precise transpirar a enorme quantidade de água, muitas vezes perdida, que ela transpira nos climas secos. Se assim fôsse as condições mais favoráveis ao crescimento das plantas se encontrariam nas regiões secas e quentes, artificialmente irrigadas, quando na realidade a mais luxuriante vegetação ocorre nos climas mornos e úmidos. Incantavelmente se pode garantir que a quantidade de água perdida pela planta excede grandemente o seu mínimo necessária. E nesse caso a transpiração pode ser reduzida não somente sem prejuízo, porém mesmo com vantagem para a planta.

Coefficiente de transpiração é a relação entre o peso da água transpirada pela planta desde a sua brotação até o momento da observação e o peso da matéria seca produzida pela planta até esse momento. Usualmente, porém, se substitue a locução "coeficiente de transpiração" pela expressão mais incisiva de "necessidade de água da planta". Essa

necessidade é determinada pela natureza própria da planta; por exemplo; as plantas do tipo milhete possuem uma eficiência de transpiração — que é a inversa da necessidade de água — duas vezes mais elevada do que as do tipo trigo ou cevada. Para se determinar a eficiência da transpiração que é a quantidade de matéria seca produzida pela planta para cada quilo de água consumida, é preciso fazer a planta crescer em recipiente resguardado contra a perda da água por evaporação ou por infiltração. O peso da água transpirada é determinado dia a dia por meio de pesadas e é totalizado até a momento que se arranca a planta. Pesando-se a matéria seca da planta-incluindo raízes, folhas caídas, etc. e dividindo-se o peso dessa matéria seca pelo peso da água transpirada tem-se a eficiência de transpiração, que é a número de gramas de matéria seca produzida por **mil gramas de água transpirada** pela planta.

Formulada a conceito de coeficiente de transpiração a questão que se impõe naturalmente é de saber-se si a valor desse coeficiente é a mesma para todas as espécies de plantas. As primeiras experiências feitas por Hellriegel nas condições climáticas da Europa Central pareciam indicar que o valor desse coeficiente era a mesma para todas as plantas. Em quase todas as plantas pesquisadas — cevada, aveia, trigo, centeio, favas, ervilhas, trevo vermelha, trigo maurisco — o coeficiente era aproximadamente 300. Os dados fornecidos pela obra clássica de Hellriegel se tornaram por muito tempo os fundamentos da ciência agrícola e originaram a convicção que não se deveria esperar muitas variações na necessidade de água das diferentes plantas. Mais tarde, entretanto, com estudos minuciosos da transpiração, apareceram opiniões diversas. Schraeder, por exemplo, distinguiu a respeito da necessidade de água dois grupos de cereais. O primeiro comprende o trigo, a cevada, o centeio e requer cerca de 350 a 470 grs. de água para a produção de **uma grama** de matéria seca; o segundo grupo, que inclui o milhete, a milha, a sorga, requer somente 168 a 196 gramas de água para a produção de **uma grama** de matéria seca. Isto é a necessidade de água do primeiro grupo é de 2,2 vezes a do segundo grupo. Schraeder também achou que nas plantas do primeiro grupo, as quais se distinguem pela baixa capacidade de resistência à seca, a média da intensidade da transpiração é de 2,5 vezes maior do que no segundo grupo, de modo que parece haver um certo grau de correlação entre a necessidade de água e a intensidade da transpiração de um lado e a capacidade de resistência à seca de outro lado.

Seria interessante examinar se a lavoura do trigo feita com irrigação, de modo a supri-la permanentemente da água necessária à sua transpiração não elevaria o seu rendimento na território nacional.

A irrigação do trigo na Estação Experimental de Utah feita por três vezes: — quando as primeiras

folhas se haviam desenvolvido e a planta tinha 15 a 20 centímetros de tomolho — quando a planta estava se incorporando e finalmente quando em florescimento —, sendo a dose de cada vez de 12,5 cms. de altura d'água, deu uma produção de 50 bushels por acre. A experiência foi feita num solo borrento, de contextura uniforme, com capacidade de retenção de umidade e altamente produtiva quando lavrado. A altura pluviométrica média anual num período de quatro anos foi de 445 milímetros. No mesmo terreno, sem irrigação, a safra foi de 40 bushels por acre. Todavia as mais completas pesquisas sobre eficiência de transpiração foram feitas na América do Norte por Briggs & Shontz os quais revisaram cuidadosamente toda a literatura referente à necessidade de água dos plantas e deram valiosas informações concernentes à eficiência da transpiração. E, ao mesmo tempo, evidenciaram que, nas regiões secas, os plantas capazes de consumir água mais produtivamente "são evidentemente aquelas que melhor se adaptam às regiões cujo suprimento de água é limitado". Os resultados das observações de Briggs & Shontz concordam com as observações de Schroeder no que respeita a diferença da necessidade de água dos grupos: — milho, milho e sorgo, de um lado, e trigo, cevada e aveia de outro.

Briggs & Shontz acharam:

Millio	Necessidade de água	Eficiência de transpiração
Esperanza	229	— 1000/229-3,34
Indian Flint. . . .	329	— 1000/329-3,04
Laguna	369	— 1000/369-2,71
China White	375	— 1000/375-2,67
Trigo		
Marquo	550	— 1000/550-1,82
Turkey	455	— 1000/455-2,20
Kubonka	491	— 1000/491-2,04
Emmer	517	— 1000/517-1,93

A eficiência de transpiração depende, porém, não somente das peculiaridades da planta como também da mudança de ambiente e, em particular, das condições meteorológicas e da umidade do solo. Tanto quanto se considerem essas influências externas, a influência das condições meteorológicas na necessidade de água dos plantas deve ser observada com a maior atenção, parquanto Maximav informa que a necessidade de água da planta ou a sua eficiência de transpiração variam de ano para ano e essas flutuações parecem ser o resultado da variação das condições do tempo. Via de regra nos anos secos, o eficiência de transpiração é mais baixo, isto é, maior é o quantidade de água consumida improdutivamente pela planta; não somente as experiências de Wetzell e seus colaboradores como

as experiências de Maximov em Tiflis revelaram que nos anos úmidos a eficiência da transpiração é mais elevada. E por outro lado Tulaikav fez experiências com sementes selecionadas em diferentes zonas climáticas da Rússia e chegou à conclusão de que a necessidade de água das plantas aumenta quando se passa dos climas úmidos para os climas secos.

Seria interessante examinar se os resultados das observações de Briggs & Shontz, Hellriegel, Schroeder e outros observadores, sobre a necessidade da água das plantas servem para o nosso meio.

A unidade do solo tem uma grande influência sobre o desenvolvimento dos plantas, tanto que os plantas crescidos em recipientes com grande conteúdo de umidade tem muitos vezes uma superfície de transpiração de 5 a 10 vezes a superfície de transpiração das plantas crescidas em solo seco. Isso é incontestável e provém de que as reduzidas dimensões das plantas crescidos solo seco se relacionam com a dificuldade de absorção da água pelas raízes da planta, devido a que quanto menor seja a superfície de evaporação das folhas, menor será a sucção das raízes. Experiências muito detalhadas foram feitas em Nebraska, em 1916, por Montgomery e Kieselbach sobre a necessidade de água da milho; nessas experiências a uniformidade de irrigação da saia cantido em grandes vasos com cerca de 125 quilos de terra cada um, foi conseguida mediante um tubo em espiral enterrado no solo de cada vaso e que distribuiu água por igual em todas as profundidades. As experiências foram feitas com cinco diferentes graus de saturação do solo, isto é: — 35 — 45 — 60 — 80 e 100 por cento da capacidade de retenção da umidade pelo solo. Para cada experiência a água aproveitável foi calculada pela determinação do coeficiente de murchamento do solo usada, sendo que a água inaproveitável foi verificada ser de 12 por cento do solo seco ao ar.

A tabela que se segue mostra os resultados das experiências de Montgomery e Kieselbach e indica a influência da redução da umidade sobre o tamanho da planta pelo média da peso da sua matéria seca, assim como dá a quantidade média da água consumida pelo planta durante todo o período vegetativa. Nessas experiências foram utilizadas quatro plantas para cada percentagem de umidade do solo.

Influência das diferentes percentagens de umidade do solo sobre a eficiência de transpiração dessa planta.

(1)	(2)	(3)	(4)
35	13,5	1,5	28,2Kgs.
45	17,3	5,3	68,2 "
60	23,1	11,1	105,7 "
80	30,8	18,8	127,1 "
100	38,5	26,5	108,1 "

(5)	(6)	(7)	(8)
111grs.	51cms.	253	3,96
297 "	75 "	229	4,38
443 "	93 "	239	4,18
484 "	101 "	262	3,82
372 "	100 "	290	3,45

Coluna (1) — Percentagem de unidade sôbre a capacidade capilar do solo.

Coluna (2) — Percentagem de umidade sôbre a sala sêca.

Coluna (3) — Umidade aproveitável em percentagem de solo sêca.

Coluna (4) — Quantidade total de água transpirado, em quilos.

Coluna (5) — Pêso da matéria sêca, em gramos

Coluna (6) — Altura do coule, em centímetros.

Coluna (7) — Coeficiente de transpiração.

Coluna (8) — Eficiência de transpiração.

Essas experiências confirmam os dados de outros autores em relação ao aumento progressivo — até um certo ponto — da eficiência da transpiração com o decréscimo da umidade do solo. No caso em apreço esse limite parece ser de 45 por cento da capacidade capilar do solo, o que corresponde a um teor de umidade, isto é, o conteúdo de água pelo solo igual a 17,3 por cento do peso do solo. Com um decréscimo de umidade do solo, isto é, para o solo com um conteúdo de água de 13,5 por cento do seu peso, a água foi consumida menos eficientemente de vez que a planta sofreu consideravelmente no seu desenvolvimento. Isso se vê indicado na tabela por uma notável redução de matéria seca e de altura. A diminuição da planta com a decréscimo da umidade do solo mostra que o aumento correspondente da eficiência da transpiração não é compensada de modo algum pela diminuição total da água consumida. Pela que se depreende parece claro que uma elevada eficiência de transpiração não implica que a planta tenha alcançado um bom desenvolvimento. Da diminuição de água consumida em virtude do decréscimo da umidade do solo resulta uma reduzida assimilação e um reduzido desenvolvimento. Mas por outra lado também verifica-se que, quando a percentagem da umidade capilar se reduz de cem por cento a cinquenta por cento, há um aumento da eficiência de transpiração e um aumento correspondente do peso da matéria seca produzida; d'onde se conclue que uma umidade do solo excessivamente elevada é desfavorável ao desenvolvimento da planta. Pode-se, pois, afirmar que:

A umidade do solo mais favorável ao desenvolvimento da planta é muito superior à umidade do murchamento mas é inferior à umidade que corresponde à capacidade capilar do solo.

A necessidade de água das plantas é, entretanto, profundamente afetada pelas condições atmosféricas

do meio, isto é, pelo clima. As necessidades de água verificadas em diferentes regiões, durante o mesmo período de tempo, com as mesmas variedades de planta variam muito como se pode verificar pelos dados que se seguem:

Plantas	Laether Índia	Hellriegel Alemoño
Milho	337	
Aveia	469	376
Trigo	554	338
Cevada	468	310
Ervilha	563	273
Feijão	—	282

King Wisconsin	Briggs & Shontz Colorado	Thom & Hotz Washington
271	368	231
503	597	313
—	513	375
464	534	325
477	788	385
—	736	484

Juntamente com a umidade do solo e o clima, a fertilidade do solo tem uma influência considerável sôbre a eficiência de transpiração da planta. Os adubos influem sôbre o peso da matéria seca e a provem experiências que demonstram que a eficiência da transpiração aumenta consideravelmente adubando-se os solos pobres. Isso é, naturalmente, a consequência de um aumento de assimilação em virtude de uma maior quantidade de sais minerais transportados pela água. Como prova do efeito das adubos sôbre a necessidade de água das plantas temos algumas observações feitas por Mart-gamery e Kiesselbach com a planta do Milho:

Infertil	113	376	550	350
Intermediário	184	414	479	341
Fertil	270	473	392	347

Vemos que sem adubação a necessidade de água da planta em um solo pobre é notavelmente mais elevada do que num solo fértil, e que o efeito de se adicionar adubos ao solo, em relação à necessidade de água da planta, é muito mais eficaz num solo infértil do que num solo fértil. D'onde se deduz que na eficiência da transpiração de uma planta não se pode deixar de levar em conta a natureza do solo. Para cada solo, em cada clima, a eficiência da transpiração é diferente. Portanto a necessidade de água das plantas deve se subordinar ao clima em que a planta se desenvolve e à natureza do solo em que ela cresce, conquanta seja possível mediante

um adequado suprimento de água e uma adubação conveniente fomentar em qualquer clima a cultura das mais variadas espécies vegetais. **Conquanto seja a irrigação o fator predominante na agricultura, o rendimento da irrigação — isto é a eficiência da transpiração — aumenta sensivelmente com a adubação.**

Mas, apesar das observações feitas sobre a necessidade de água das plantas, as resultados obtidas são, como vimos, variáveis, e são apenas uma base para a determinação da quantidade de água precisa em cada plantação.

Risler, nas experiências que fez no clima Europeu achou que a transpiração diária, expressa em altura d'água, era:

Numa plantação de Milha — de 2,8 mms. a 4 mms.

Numa plantação de Trigo — de 1,67 mms. a 2 mms.

Numa plantação de Batatinha — de 0,74 mms. a 1,4 mms.

Numa plantação de Capim — de 3,14 mms a 7,28 mms.

E mais precisamente verificou-se que a transpiração das falhas juntamente com a evaporação consome num hectare plantada de:

Milha — de 28 a 40 metros cúbicos de água

Trigo — de 26 a 28 metros cúbicos de água

Batatinha — de 7 a 14 metros cúbicos de água

Capim — de 31 a 73 metros cúbicos de água.

A água que a planta consome vem da sóla, captada por suas raízes as quais vão sugá-la dentro da terra onde ela se encontra sob a forma de umidade. Quando as chuvas caem com regularidade, isto é, quando são bem distribuídas na correr da ano, a teor de umidade da sóla é mais ou menos constante, porque a umidade se renova à medida que as raízes das plantas a sugam. Mas todas as salas não são igualmente permeáveis, a água não se infiltra neles com a mesma facilidade; e como a água da chuva que não se infiltra — ou se evapora ou se escoa —, a mesma altura de chuva pode ser suficiente numa região para atender à necessidade de água das plantas, e não ser noutra; porque da quantidade de chuva caída, a parcela que aproveita à vegetação é a que se infiltra.

E assim mesmo, dessa parcela que se infiltra só uma parte a que é retirada por capilaridade na camada superior da sóla onde penetram as raízes — vai servir à transpiração das plantas; a restante se infiltra mais profundamente, fora do alcance das raízes e não é aproveitada. Sendo essa quantidade de água restante que se infiltra mais profundamente, tanto maior quanta mais permeável for a sóla, verifica-se que se por um lado a permeabilidade permite que uma maior quantidade de água penetre na sóla, essa mesma permeabilidade por outro lado é desfavorável à retenção da água infiltrada na camada

superior da sóla onde se desenvolvem as raízes das plantas. Nas salas permeáveis, nas salas cuja grã é menos fina a tensão superficial das películas de umidade que envolvem as partículas da sóla é menor, e menor portanto é a força da capilaridade que retém a umidade contra a ação da gravidade; e portanto maior é a quantidade de água arrastada para baixo, quer dizer: maior é a quantidade de água que se infiltra profundamente.

Quando a umidade retida pela sóla é suficiente para atender às necessidades de água da planta, no intervalo de duas chuvas consecutivas, é clara que não é precisa fazer irrigação. A irrigação é necessária quando, tendo-se em conta a intervalo máxima entre duas chuvas consecutivas, se verifica que a umidade disponível na sóla, isto é a umidade capilar deduzida da quota de umidade que a planta não utiliza — e que se denomina umidade de murchamento — não é bastante para ocorrer durante aquele intervalo ao consumo d'água exigida pela transpiração das plantas. A taxa adicional do consumo, devida à evaporação do terreno plantado é pequena e pode ser muito reduzida desde que se tenha a cuidado de trazer a plantação bem capinada; a que não somente evita a transpiração pela mata cerna, pela revolvimento da superfície do terreno quebra a continuidade dos canais capilares que trazem para fora a umidade da terra, à medida que essa umidade se evapora.

A irrigação tem por fim suprir a sóla da umidade capilar, na camada superficial em que se desenvolvem as raízes das plantas. Toda irrigação que satura de umidade essa camada superficial da sóla ou é nociva à plantação — quando a sub-sóla impermeável ou é demasiada, porque só a umidade capilar permanece nessa camada superficial, a água restante se infiltra mais profundamente.

A chuva ideal seria a que caísse com a frequência de modo a suprir de umidade capilar a camada agricultável da sóla, sempre que a umidade disponível dessa camada estivesse esgotada pela transpiração das plantas. Naturalmente a frequência dessa chuva variaria conforme a natureza da plantação: há plantas que consomem mais água outras menos, e também variaria conforme a natureza do terreno: em terrenos inclinados, em terrenos menos permeáveis a quantidade de água que se infiltra é menor do que em terrenos planos e porosos. Em terrenos porosos a chuva deveria ser curta e frequente, para que não houvessem infiltrações profundas; em terrenos pouco permeáveis seria mais espaçada, porém miúda e demorada para permitir que se infiltrasse lentamente na sóla ao mesmo tempo que saturasse a atmosfera de vapor d'água para que não houvesse perda por evaporação.

O sóla pelas suas propriedades físicas, pelas dimensões de suas partículas e pela arrumação dessas partículas revela a quantidade de água que pode ser absorvida por ele, e a quantidade de água que

pode ser retida por êle sob a forma de umidade. Tanta uma como outra dessas quantidades de água, que se infiltram e que ficam no solo, dependem espaços compreendidos entre as partículas do solo, isto é das vazias e das dimensões dessas partículas. O volume das vazias depende da arrumação das partículas, e a força da capilaridade, que retém a umidade, aumenta à medida que a tamanho das partículas diminuem; porque num mesmo volume de solo o número de partículas aumentando quando a dimensão das partículas diminuem, também aumenta a área total das superfícies laterais das partículas contidas nesse volume, e portanto a força da capilaridade a qual é função dessa área.

A planta é uma pequena bomba de sucção: suga a água do solo pelas suas raízes e recalca-a para os seus folhos, pelas seus estômatos, sob a forma de vapor, a água retorna à atmosfera. Quando a umidade do solo é insuficiente para atender ao ritmo da transpiração os estômatos se fecham e as folhas murcham. Muitos vezes, porém, durante as horas quentes do dia, vinda muita intensa a transpiração, ocorre que, mesma quando a umidade do solo é suficiente, a umidade próxima às raízes da planta não se renova com a mesma continuidade com que essa umidade é sugada pelas raízes; há um desequilíbrio entre a obstrução provido pelas raízes e a consumo feita pelas folhas; os estômatos funcionam então como válvulas e se fecham parcialmente, e o intensidade da transpiração diminui. Ao cair da tarde a ambiente se refresca e a transpiração retoma o seu ritmo normal, então os estômatos se reabrem e as folhas readquirem a sua turgescência. Isto se dá porque transmitindo-se a umidade no solo pela engorgitamento sucessiva das películas de umidade que revestem as partículas do solo, a umidade passando das películas mais engorgitadas para as películas menos engorgitadas, esse movimento não se opera com a intensidade requerida pela transpiração, cuja ritmo se acelera com a calor; nas solas de grã grassa esse fenômeno é menos acentuado porque a umidade circula com mais facilidade, obedecendo como obedece às leis da capilaridade. Quando as raízes têm uma força de sucção superior ao suprimento de umidade, elas sugam em falso, fechando-se então os estômatos para restabelecer a equilibria, reduzindo a força de sucção. Isso também se verifica quando se regam as plantas durante o dia, quando o solo está muito quente; embora turgidas as folhas murcham porque aumentando a evaporação, a circulação do planta se acelera a um ritmo incompatível com o movimento de umidade do solo e os estômatos se fecham para diminuir a força de sucção das raízes.

Na vida vegetal, como na vida animal, o organismo para bem se desenvolver carece ter um equilíbrio entre o sua receita e a sua despesa, senão passa o consumir as suas próprias reservas e se desgasta, e não completa o ciclo normal de sua vida.

A planta que não recebe a água que a seu organismo pede, delinha e não dá frutos; e quando tem frutos pendentes, cessando a suprimento de água que lhe é necessária, vai buscar nas próprios frutos a água que carece para a sua transpiração. Nas secas prolongadas as laranjeiras ainda permanecem viçosas quando as laranjas ainda verdes entram a murchar; é porque a suma dos frutos está sendo utilizada para suprir a deficiência de umidade do solo.

Cada solo tem uma capacidade de umidade determinada e o problema da irrigação se reduz, racionalmente, a impregnar o solo da umidade capilar de que é capaz e a renovar essa umidade sempre que em virtude da transpiração das plantas, e da sua própria evaporação, essa umidade se reduziu a ponto de ser a sua tensão superficial maior que a força da sucção das raízes, isto é a um ponto que se traduz pelo murchamento das plantas.

A película de umidade que reveste as partículas do solo é como uma minúscula bôlha de sabão cujo conteúdo tivesse sido substituída por uma película de solo. Nos pontos de contacto das partículas do solo as películas se unem e formam assim uma rede capilar contínua engorgitada de partículas de solo às quais a película de umidade adere pela sua superfície interna, ficando a superfície externa da película voltada para a ar que enche as vazias compreendidas entre as partículas. À medida que a película de umidade vai se engorgitando o volume das vazias vai diminuindo, mas esticando-se a película com a seu engorgitamento chega a um ponto em que a força da gravidade é maior do que a sua tensão superficial e ela deixa escapar a água que excede à sua capacidade capilar, rampendo-se como uma gata d'água. A umidade retida pelas partículas do solo até a limite em que a tensão superficial equilibra a ação da gravidade se denomina umidade capilar. Se um solo de umidade higroscópica recebe água em sua superfície, as partículas desse solo se vão engorgitando da túnica oquosa que reveste as partículas vai aumentando, e com esse aumento se vai aumentando proporcionalmente a tensão superficial da umidade de cada partícula. Se os vazios estão saturados de umidade, seja porque o afluxo das águas de infiltração superficial é superior ao esgotamento pela infiltração profunda, ou porque há no sub-solo uma camada impermeável que repriza as águas de infiltração, a tensão superficial atuará no sentido de elevar para a atmosfera logo que cesse o afluxo da infiltração, a umidade que excede a capacidade capilar que se ache contida nas vazias. Isso porque a tensão superficial tem a propriedade de contrair as superfícies líquidas de modo a tornar mínimo o superfície envolvente das massas líquidas. Portanto, se por um lado a tensão superficial retém a umidade contra a ação da gravidade, por outro lado a energia potencial dessa tensão tende a expulsar essa mesma umidade das plantas em que ela se ache em excesso de

forma que haja equilíbrio das tensões em todos os pontos. É clássica a experiência de Plateau que comprovava esse fenômeno; a tensão superficial tende pois a nivelar a umidade.

Consideremos um sólo não saturado de umidade, consideremo-lo situado sobre um sub-sólo da mesma textura e admitamos que a tensão superficial da umidade seja a mesma nas duas superfícies adjacentes; não se produzindo, portanto, nenhum movimento de umidade. Se chover, entretanto, as partículas da sólo superficial se entumescerão e a pressão sobre as películas de umidade das partículas do sólo aumentará, sendo a umidade compelida para o sub-sólo onde, em virtude um menor teor de umidade a pressão sobre as películas é menor. E assim se processará a deslaminamento da umidade até que o equilíbrio se restabeleça. Se a mesmo sólo, em vez de receber água, perde água evaporação ou pela transpiração das plantas, a túnica aquosa das partículas da sólo diminuirá de espessura e consequentemente a pressão sobre as películas de umidade diminuirá, promovendo a ascensão da umidade do sub-sólo.

Portanto quando duas camadas de sólo adjacentes tem umidades diferentes há sempre um movimento de umidade dos pontos mais úmidos para os pontos menos úmidos; e isso porque sempre que a superfície livre do película de umidade aumenta, a pressão que ela exerce também aumenta, e a sua energia potencial tende a expelir a umidade para os pontos em que a pressão das películas de umidade é menor.

Estudou-se nas laboratórios a movimento ascensional da umidade nos solos. E se verificou a seguinte movimento:

Solos

Argiloso	2000
Humus	1770
Terra do jardim	1610
Arreio quartzosa m/fina	1170
Sólo turfosas	1140
Sólo arenoso	900
Sólo gypso	820
Sólo gizoso	700

Altura em milímetros, depois de:

½ hora	5 hs. e ½	á hs. e ½	21 hs. e ½
340	1100	1150	2000
400	1100	1140	1770
290	950	980	1610
440	920	970	1170
260	500	570	1140
430	620	660	900
120	400	400	820
60	330	340	700

Esses algoritmos mostram que a água se eleva muito mais depois de um certo número de horas

num sólo argiloso. E a observação revelou que, quando a sólo se acha muito seca, a ascensão capilar faz-se mais dificilmente, porque entre as partículas terrasas não havendo película de umidade formada não há tensão superficial nas mesmas que passa promover a movimentação de umidade das pontos em que a tensão é maior para os pontos em que a tensão é menor. Para que a umidade se possa movimentar é preciso que primeiramente se formem as películas de umidade. Por isso é que a imbebição do sólo, logo que a chuva cai se processa lentamente; no começo a chuva desliza como se a superfície do sólo estivesse encerada.

Walny acha que para que se processasse a movimentação capilar da umidade no sólo é necessária que o mesmo contenha uma quantidade de água que varia de 30 a 50 por cento de sua capacidade de saturação. É a dessecação da camada superficial do sólo que determina a ascensão capilar da água contida na sub-sólo. Quando porém o dessecação excede um certo limite, variável com a natureza do sólo, a ascensão capilar se interrompe. A camada superficial do sólo não recebe da camada sub-jacente, úmida, senão vapor d'água. O movimento capilar entretanto se restabelece com uma ligeira chuva, ou fazendo-se uma rega que umedeça os canais capilares.

Dissemos que o movimento da umidade capilar resulta da diferença de pressão das películas de umidade. A intensidade dessa pressão pode ser determinada desde que se conheça a tensão superficial e a curvatura da superfície úmida. Numa superfície

$$\text{estéfrica a pressão é dada pela fórmula: } p = \frac{2T}{R}$$

sendo a tensão T, para a superfície da água em contacto com o ar, na temperatura de 17° C, igual a 73,12 dynes por cm.

Esta pressão é que tende a elevar a água num tubo capilar; se a água se eleva a uma altura h o peso da coluna d'água é: massa x gravidade, e sendo a massa o produto de: volume x densidade, temos que o peso da coluna d'água de altura h é: volume x densidade x gravidade — Ora, por unidade de área, a volume da coluna d'água é: l x h = h; e considerando a densidade da água igual a l temos que o peso da coluna d'água de altura h e de seção

$$\text{igual é unidade é: } g \cdot h \cdot \text{ donde: } p = \frac{981 \cdot h}{R}$$

$$h = \frac{2T}{Rg} = \frac{2 \times 73,12}{981 \cdot R} = \frac{0,15}{R} \quad h \text{ é a altura em}$$

centímetros o que se eleva a água num tubo capilar de R centímetros de raio, sendo a tensão superficial da água em 73,12 dynes por cm. Aplicando o mesmo raciocínio a um sólo ideal em que a seção reta dos canais capilares fosse triangular, Keen mostrou que a máxima elevação da água em centímetros é

075

dada aproximadamente pelo fórmula $h = \frac{R}{D}$ — ou

$$h = \frac{1,15}{D}$$

sendo D o diâmetro dos portículos do

solo, em milímetros. Em virtude da grande variedade das seções dos canais capilares, os alturos de elevação da água por capilaridade são geralmente menores do que os indicados pela teoria. Lee achou que a ascensão capilar é limitada a 4 pés na areia grossa e a 8 pés nos solos argilosos. Mc-Gee achou que, em condições normais, as ações capilares atuam francamente até a altura de 4 a 5 pés, podendo a água, lentamente, se elevar até a altura de 30 ou mais pés.

Em resumo, nos solos de grã fina a soma das superfícies das partículas, por centímetro cúbico, é maior do que nos solos de grã grosso e, por conseguinte, uma massa d'água num centímetro cúbico de argila está espalhada sobre uma maior superfície do que num centímetro cúbico de areia, sendo as partículas de argila menores, o raio da película de umidade que as envolve é também menor; e poro que a raio dessa película de umidade que envolve a partícula de argila seja igual ao raio da película de umidade que envolve a partícula de areia, é preciso que a espessura dessa película seja maior na argila do que na areia. Por isso é que a capacidade capilar dos solos de grã fina é maior do que a capacidade capilar dos solos de grã grosso.

A água que se infiltra no solo é, pois, solicitada por duas forças; a gravidade e a capilaridade; à medida que a água vai penetrando no solo, ela vai enchendo os seus vazios e seu excedente vai se infiltrando mais profundamente. Quando cessa o afluxo da água superficial a água que enche os vazios continua a ser solicitada pela gravidade, os quais se vão esvaziando só permanecendo nos mesmos a água que é retida por capilaridade, em virtude da tensão superficial das películas de umidade. Essa água que permanece nos vazios a despeito da gravidade é que se chama umidade capilar.

Donde resulta que quando se derrama água na superfície do solo, em quantidade superior à capacidade capilar desse solo, a água excedente a essa capacidade se perde porque se infiltra profundamente.

A dose de água que se deve aplicar num solo dada é igual ao volume do camado do solo que se quer irrigar multiplicada pela diferença do percentagem entre o umidade capilar e a umidade que se verifica no momento da irrigação.

Nos solos leves, médios e pesados a percentagem de água que caracteriza a umidade capilar é, em relação ao peso específico aparente desses solos, a seguinte:

- Solos leves — 8 a 15% de água
- Solos médios — 15 a 20% de água
- Solos pesados — 20 a 25% de água.

Quando um solo dado está lotado de umidade capilar os seus vazios tem de 40 a 60% do seu volume ocupado pela água. O peso específico desses solos é, em médio:

- Solos leves — 1.15 quilo por litro
- Solos médios — 1.35 quilo por litro
- Solos pesados — 1.69 quilo por litro.

O problema da irrigação consiste em se considerar o solo como um reservatório de umidade, cujo nível máximo é limitado pela sua capacidade capilar e que se extravasa em pura perda sempre que se umedece o solo além desse limite. Uma vez dada essa capacidade capilar, as raízes das plantas, que funcionam como bombas do sucção para alimentar a transpiração, vão gradativamente, mas incessantemente, — mais de dia que de noite — reduzindo a nível dessa umidade até fazê-la baixar ao nível da umidade de marchamento, que se caracteriza pelo marchamento das folhas o qual é devido ao fato de ser insuficiente para a transpiração a umidade sugada pelos raízes. E é insuficiente porque o poder de sucção dos raízes se tornou inferior à tensão superficial da película de umidade que envolve os portículos do solo.

Antes que se atinja esse limite inferior da umidade do solo é necessária aduzir um novo suprimento de umidade, renovando-se a irrigação.

Quando se tem água em abundância a dose da irrigação, desde que não seja excessivo, pouco importa, se o sub-solo não é impermeável; porque então pode se dar a saturação do solo privando as raízes das plantas do oxigênio da ar que lhes é indispensável. Mas se o sub-solo é permeável a água de irrigação que excede a capacidade capilar da camada agricultável se perderá em infiltrações profundas sem prejudicar a plantação.

A frequência das irrigações está condicionada ao decréscimo da umidade do solo. Si a plantação transpira intensamente de modo a esgotar rapidamente a umidade do solo e si à essa transpiração se acresce a perda de umidade por evaporação da superfície do solo, é clara que as irrigações deverão ser mais frequentes do que quando esses fatores de perda de umidade forem menores. Mas de qualquer modo a irrigação é necessário antes que a umidade do solo se reduza à umidade de marchamento, a qual é, de acordo com observações feitas no Colorado:

De 1 por cento do peso de solo de Areia Grossa
2,5 a 3,5 por cento do peso de solo de Areia Fina
5 a 6 por cento do peso de solo de Borro Arenoso
10 a 15 por cento do peso de solo de Borro Argiloso.

Por onde se vê que num solo de areia grossa a marchamento das plantas só começa quando o solo só tem 11 litros, 5 de água por metro cúbico de solo, ou por metro quadrado de solo com um metro de profundidade, ao passo que num solo de Borro argiloso a marchamento começa quando ainda há no solo 236 litros de água por metro cúbico de solo.

Em compensação, como vimos um sólo de areia grossa só retém, na máxima 172 litros de água por metro cúbico de sólo; enquanto que um sólo de barro argiloso pode reter 422 litros de água por metro cúbico de sólo.

Donde se conclue que num sólo de areia grossa, num alqueire geométrica de superfície, com uma camada agricultável de 1,5 metro de espessura, se pode armazenar 15.715 metros cúbicos de água para a transpiração das plantas. Se a sólo fosse de barro argiloso o armazenamento seria de 18.150 metros cúbicos. Embora a vegetação se desenvolva bem desde que haja no sólo umidade disponível, isto é um teór de umidade compreendida entre a umidade de murchamento e a umidade capilar, vimos pelas experiências de Montgomery e Kiesselbach que a matéria seca produzida é máxima quando a umidade da sólo é de **oitenta por cento da umidade capilar** e por isso, para o rendimento da plantação:

É recomendável conservar-se o teór de umidade do sólo agricultável igual a oitenta por cento da umidade capilar impartando por isso que se façam frequentes irrigações com doses reduzidas.

Pela que vimos a capacidade capilar de um sólo dado depende da sua classe. E por conseguinte, antes de se fazer qualquer projeto de irrigação, cumpre analisar-se a sólo para determinar-se a volume de umidade que elle comporta — volume que se acha compreendida entre a limite da umidade hygrocópica e da umidade capilar — e a volume da umidade que nesse sólo pode ficar disponível para a transpiração das plantas — volume esse compreendida entre a limite da umidade de murchamento e da umidade capilar.

Parém nem toda a água de irrigação vai armazenar-se na camada agricultável da sólo sab a forma de umidade capilar; há perdas: perdas por evaporação, perdas por infiltração profunda e perdas que resultam das águas que sobram da irrigação em consequência de uma dosagem mal calculada. Avalia-se geralmente que o volume da água de irrigação assim se distribue, em média:

Sobras	5%
Infiltração profunda	25 a 40%
Evaporação pela sólo	10 a 15%
Água aproveitável p/transpiração	40 a 60%

O que quer dizer que da água aduzida e distribuída no campo cultivada, somente é utilizada pela transpiração das plantas de 40 a 60% do seu volume. Mas esse médio pode-se tornar um mínimo, e nesse caso só se aproveita para a transpiração 20 a 35% da água distribuída — ou um máximo, quando a irrigação é perfeita, e nesse caso se aproveita de 70 a 80 por cento da água distribuída.

Entretanto, afóra as perdas acima mencionadas, há as perdas por adução, as quais variam muito: sendo ínfimas ou a bem dizer nulas nas conductas forçados, mas podendo ser vultuosas nos canais a céu aberto em terra.

Vejamos agora qual é, na prática, a volume de água consumida na cultura das plantações, e a rendimento com a irrigação.

Alfafa — volume água por hectare: 3.050 m³ cúbicas — Safra: 14 tans. p/hect.

Davis-calif — volume água por hectare: 15.205 m³/cbs — safra: 21 tans. p/hect.

Trigo — volume água por hectare: zero m³/cbs. Safra: 3.412 litros p/hect. — 7 500 m³/cbs. — Safra 4.375 litros p/hect.

Cevada — volume água por hectare: zero — Safra: 955 quilos p/hect.

Davis-Calif. — volume água por hectare: 6.000 — Safra. 2.400 quilos p/hect.

Aveia — volume água por hectare: zero m³/cbs. — Safra: 4.462 litros p/hect.

Volume água por hectare: 7.500 m³/cbs. — Safra: 6.400 litros p/hect.

Milho — volume água por hectare: zero m³/cbs. Safra: 4.550 litros p/hect.

Logan-Utah — volume água por hectare: 6.000 m³/cbs — Safra: 7.875 litros p/hect.

Arroz — volume água por hectare: 12.500 metros cúbicos — Salas argilosas ou de adobe.

Calif. — volume água por hectare: 20.000 m³/cbs — Salas mais permeáveis.

Botatinho — volume água por hectare: zero metro cúbico — Safra: 10.500 litros p/hect.

Logan-Utah — volume água por hectare: 9.000 metros cúbicos — Safra: 26.250 litros p/hect.

Laranjois — volume água por hectare: 10.000 m³/cbs.

Algodão — volume água por hectare: 5.000 metros cúbicos.

Esses dados não são absolutos, pois como vimos a necessidade de água das plantas varia com as condições climáticas; e as perdas por evaporação e por infiltração profunda também variam com a temperatura ambiente e com a classe da sólo. Servem entretanto de critério para se ajuizar do efeito da irrigação sobre a produção agrícola. Não é tudo, porém, que haja água para as plantações, isto é que a altura da chuva durante a ciclo da vegetação seja bastante para prover à necessidade total de água das plantas; é preciso que esse volume de água venha dosada parceladamente de modo a conservar no sólo, permanentemente, uma umidade capilar à disposição das raízes das plantas. Nara adianta que chova de uma só vez toda a altura de água capaz de prover à necessidade da água de uma plantação, porquanto a maior parte dessa água não permanece armazenada na camada agricultável do sólo e se perde por evaporação ou por infiltração profunda, ou mesmo por escoamento superficial — e a plantação em pouco tempo terá sugada pela transpiração a remanescente que ficou no sólo sob a forma de umidade capilar; e começará a murchar, se não chover de novo. O critério da altura pluviométrica não serve para se determinar a conve-

niência ou inconveniência da irrigação; a que é preciso é conhecer-se a regularidade da distribuição das chuvas, para saber se em virtude do seu regime se pode contar com uma permanente umidade capilar do solo, desfalçada que seja essa umidade pela transpiração das plantas.

De um modo geral, em todo o território nacional o regime de chuvas é inconstante; mesmo na zona sub-tropical ou temperada; na época do estin-gem, passam-se semanas e às vezes meses sem que chova. E por outro lado com a camada permeável do solo nem em toda parte tem muita espessura, a armazenagem de umidade pelo solo é escassa; e os mananciais, quando a seça se prolonga, minguem muitas vezes secam. E por essa razão, apesar da temperatura nos meses da fria se prestarem à lavoura, quase não se planta, e quando se fazem plantações, a safra não dá rendimento. A água para a agricultura é o fator primordial para a sua aperfeiçoamento; pode-se cuidar da mecanização da lavoura, mas se não se puder contar com a água quando ela se torna necessária às plantações, se terá talvez barateado a mão de obra da lavoura, mas o seu rendimento não terá aumentado.

Mos a meconização da lavoura não deixa de ser vantajosa no sentido que facilitará o terraceamento dos muros, o que evitará a erosão; na mesma tempo que quebrando as enxurradas e fazenda a água estagnar sobre a superfície do solo, favorecerá a infiltração e por conseguinte a armazenagem da umidade.

Os terraços deverão ter a largura suficiente para que as plantações sejam feitas como para o irrigação, em regas e serão do tipo absortivo; nas regiões sujeitas o chuvas pesadas e demoradas os terraços serão do tipo drenagem, de reduzida declividade.

Nas terrenos de pouca declividade será sempre conveniente fazer-se a irrigação por meio de canteiros, cercados de banquetas 30 a 60 centímetros de altura e não devendo ter uma área superior a 4.000 metros quadradas cada um. O uso de canteiros se recomenda principalmente nos solos pesados, além de permitir que a água de irrigação permaneça sobre o terreno para que melhor se faça a sua infiltração, não devendo entretanto a dose de cada irrigação ser grande demais além que as plantas não sejam molestadas pela submersão. A área cercada pelas banquetas deverá ser bem aplainada podendo ter, entretanto, uma pequena diferença de nível a partir da cabeceira, para permitir que a água de irrigação cubra rapidamente o terreno. A descarga da cabeceira, em cada canteiro, deverá ser de cerca de 1.350 litros por segundo. Se o terreno é muito acidentado e a terraplenagem custosa os canteiros serão menores, podendo ser de 400 metros quadradas de área, não devendo entretanto a diferença de nível entre dois canteiros adjacentes ser superior a 15 ou 20 centímetros. O limite da largura dos canteiros é de 20 metros ou menos, em ter-

renos cuja declividade seja de cerca de um por cento. Os canteiros não deverão, porém, ter um comprimento superior a 120 metros, mesmo em terrenos pouco permeáveis, além de evitar infiltrações profundas junto às cabeceiras e infiltrações rasas nas extremidades.

Nos terrenos de maior declividade, sendo permeáveis, a método mais aconselhável é o de rolamento sendo a largura da faixa de 15 a 20 metros e o seu comprimento variável conforme a classe do solo. Para solos arenosos o comprimento da corrida será de 60 metros, com pequeno descargo na cabeceira; em solos pesados a corrida poderá ser até de 400 metros. A prática na Califórnia, para a irrigação por rolamento é o que se faz com as seguintes dimensões:

A irrigação por rolamento se faz de preferência em terrenos cuja declividade varie de 4 a 6 por mil e cuja natureza do solo permita que a natureza da água de irrigação seja absorvida à medida que a água corre sobre o terreno. Para isso a superfície do solo deve ser completamente desbastada e alisada, de forma que não haja depressões nem saliências, além de evitar que a água se empace em alguns lugares e não cubra outros; devendo a umidade ser homogênea em toda a camada agricultável.

Nos pomares, a irrigação pode ser feita cercando cada árvore ou cada grupo de árvores com banquetas e inundando-se a recinto. Esse método dispensa que se aplane o terreno, de vez que a água contida na bacia formada se infiltre no solo ao alcance das raízes das árvores.

Da conjunto dessas digressões sobre a finalidade da irrigação e sobre o modo de praticá-la, conclui-se que:

A altura de chuva de uma região não é uma indicação da necessidade ou da desnecessidade de se fazer irrigação. Somente o conhecimento do regime das chuvas, por meio de observações prolongadas, e o conhecimento da natureza do solo, com que se determina a capacidade de umidade capilar de um terreno agricultável, indicam a necessidade e a frequência das irrigações.

6.º — Onde a água for escassa e a configuração do solo permitir o método de irrigação mais aconselhável é o de canteiros, nas pequenas lavouras. Nas grandes superfícies agricultáveis a irrigação deverá ser feita por meio de regas, as quais, em solo arenoso não deverão ter mais de 400 metros; sendo 200 metros de comprimento uma boa média.

7.º — De um modo geral, sempre que a umidade do solo baixar, aproximando-se da umidade de murchamento, a irrigação é indispensável; entretanto é conveniente irrigar-se o terreno toda vez que a umidade do solo se reduzir à metade de teor da sua capacidade capilar.

8.º — A dose da irrigação será a que for necessária para elevar a umidade do solo, no momento em que faz a irrigação, até o teor de umidade compatível com a sua capacidade capilar.

Semanas Ruralistas

pelo Prof. GERALDO G. DA SILVEIRA
Engenheiro Agrônomo

I — Objetivos das Semanas Ruralistas

As semanas Ruralistas constituem, sem dúvida, um dos recursos mais eficientes e aconselháveis, para, de uma maneira concreta e objetiva, melhorar as condições de vida e de trabalho das nossas populações rurais.

Elas são eminentemente educativas e ilustrativas e, pelos seus resultados práticos já comprovados, merecem ser generalizadas e intensificadas.

Elas têm um grande alcance social e educativo e concorrem, de uma maneira muito eficiente, para a formação da verdadeira mentalidade ruralista de que tanto carecemos.

É preciso fazer chegar até aos nossos agricultores os princípios básicos da agricultura racional, sem o que não conseguiremos sair do empirismo e do rotinismo que, em grande parte, ainda caracterizam a nossa exploração agrícola; é preciso integrar o nosso homem rural na sua profissão e interessá-lo pelos problemas da comunidade rural, fatores primordiais para a melhoria das condições de vida e de trabalho das nossas populações rurais, enfim, torna-se necessário e inadiável, uma campanha em largas proporções, de recuperação agrícola e de valorização do homem rural.

Através de palestras, conselhos, sugestões, cursos práticos e demonstrações práticas realizadas no próprio local, convenientemente orientadas por técnicos e educadores que conheçam bem não só o meio rural e seus problemas, mas, principalmente a psicologia do nosso homem rural, conseguiremos, com grandes vantagens, atingir os elevados objetivos das Semanas Ruralistas.

Visando atingir tais objetivos é preciso, pois, que, durante as Semanas Ruralistas sejam promovidas:

a) — palestras sobre os mais variados assuntos agrícolas, principalmente sobre os problemas mais prementes da

região. Assim, por exemplo, nas zonas algodociras, os problemas relativos à cultura do algodão (seleção de sementes, plantio, tratos culturais, combate às doenças e pragas, etc) devem merecer uma atenção toda especial; nas zonas cafeeiras, os problemas relativos ao café (agora mesmo, a broca do café, vem exigindo medidas imediatas em defesa da produção cafeeira), nas zonas de criação, os problemas relativos à seleção, alimentação, profilaxia de enfermidades, etc.

b) — cursos rápidos e práticos, eminentemente objetivos, visando proporcionar ao homem rural os conhecimentos básicos sobre os processos racionais de conduzir os trabalhos agro-pecuários.

c) — demonstrações práticas sobre a mecanização da agricultura, práticas culturais racionais (combate à erosão, fertilização dos terrenos, irrigação, tratamentos sanitários, etc.) e tantos outros trabalhos que devem merecer a atenção dos agricultores.

d) — sessões cinematográficas, com a exibição de filmes agrícolas educativos e ilustrativos que ensinem como trabalhar melhor, as vantagens da agricultura racional, etc.

e) — distribuição de livros, folhetos, revistas, etc. sobre assuntos agrícolas, escritos em linguagem simples, atraente e convincente.

f) — palestras sobre cooperativismo, mostrando as vantagens da organização cooperativista da comunidade rural.

g) — distribuição de sementes selecionadas, especialmente das plantas mais cultivadas na região, ou, cuja cultura, embora não venha sendo praticada, mereça ser introduzida na zona.

h) — distribuição de máquinas, ferramentas, etc. nos Clubes Agrícolas locais, nos agricultores de menores recursos, etc.

i) — palestras sobre a necessidade da intensificação das culturas de subsistência (hortaliças, feijão, arroz, milho, etc.), bem como a criação de pequenos animais domésticos (aves, abelhas, etc.), visando não somente, o intercâmbio comercial, mas, principalmente, a melhoria das condições de alimentação da população rural.

j) — palestras e demonstrações práticas sobre higiene rural, tais como tratamentos preventivos e curativos das enfermidades mais comuns da região, sobre medidas de higiene individual e coletiva, etc.

k) — demonstrações práticas sobre como melhorar as pequenas indústrias rurais locais, e, como desenvolver novas indústrias.

l) — realizadas exposições, concursos, etc., que estimulem e despertem o interesse da população rural para os problemas mais palpitantes da região, e tantas outras medidas úteis e oportunas que devem ser tomadas de acordo com os recursos disponíveis, as necessidades locais, etc.

Oportunidades das Semanas Ruralistas

As Semanas Ruralistas, constituem, sem dúvida, um dos meios mais eficientes para fazer chegar até as populações rurais, a ação direta do Ministério da Agricultura, o Ministério do Fomento da Produção, o Ministério dos Agricultores, como já bem o disse, um de seus titulares.

O nosso homem rural, em muitos casos, não acredita no Ministério da Agricultura, nem crê em seus técnicos.

Somente através de demonstrações tão objetivas, como as proporcionadas pelas Semanas Ruralistas, é possível fazer com que eles encarem a questão de outra maneira, reabilitando assim o Ministério da Agricultura e seus técnicos.

O Serviço de Informação Agrícola que tantos e tão valiosos serviços tem prestado à agricultura nacional e à formação de uma verdadeira mentalidade ruralista, já realizou, com absoluto êxito, três Semanas Ruralistas.

a) — Semana Ruralista de Cardeiro, no Estado do Rio de Janeiro.

b) — Semana Ruralista de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso.

c) — Semana Ruralista de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais.

É auspiciosa e confortador o fato de outras Semanas Ruralistas estarem programadas pelo S.I.A., e oxalá, elas se realizem, cada vez mais frequentemente, pois o exemplo das primeiras é eloquente.

Precisamos cuidar um pouco mais da nossa população rural, que apesar das crises, dos inúmeros contratempos a que está sujeita a exploração agrícola, da falta de uma conveniente orientação, etc., continua sendo o baluarte da economia nacional.

O problema é intensificador, cada vez mais, a política de recuperação agrícola e de valorização do homem rural, pois só assim teremos na comunidade rural esclarecida, feliz e radicada ao solo.

Sugestões para trabalhos e debates entre os alunos do Curso de Formação Pedagógica de Professores e Orientadores do Ensino Agrícola

1 — Necessidade e oportunidade das Semanas Ruralistas.

2 — Estudos sobre a organização de uma Semana Ruralista.

3 — As Semanas Ruralistas e as escolas agrícolas.

4 — As Semanas Ruralistas e a educação rural.

5 — As Semanas Ruralistas, seus objetivos e aplicação prática em o nosso meio rural.

Inseriva-se sócio da

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Peça Estatutos e impresso para proposta à Secretaria:

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115, 6.^o
C. P. 1245 — Rio de Janeiro

Desenvolvimento da Produção de Fibras Nacionais

Prof. Arthur Torres Filho

O problema da sacaria para embalagem de produtos agrícolas sempre foi entre nós assunto de fortes cogitações, tornando-se estranho, aos olhos de muitos de nossos economistas que, possuindo o país florã riquíssima em plantas fibrosas, fôssemos tributários da juta indiana.

Não só no domínio da sacaria, dos envoltórios, como no da cordoaria, vastíssimo é o campo de consumo para os têxteis, tanto no Brasil como no mundo. Se destacarmos a América, vemos os Estados Unidos, o Canadá, a Argentina e o Brasil fazerem enormes aquisições de juta, principalmente para sacaria e tela, da Índia, utilizando o México o produto de suas próprias fibras. A nova política econômica não poderia ficar estranha a esses fatos, precisando habilitar nosso país a produzir fibras, além do algodão, que garantissem as necessidades internas e, se possível, possibilitando encarmos a exportação, mercê das condições naturais de que dispomos.

Fibras para tecidos, cordoaria, envoltórios representam aplicações vastíssimas em todo o mundo.

Naturalmente o Norte do Brasil sempre foi considerado como reservatório de fibras valiosas para todos os misteres. Em matéria de sacaria é que se nos apresenta o assunto em seu caráter crucial para a economia brasileira.

Era forçoso empreendêsemos o aproveitamento das fibras nacionais.

O cultivo da própria juta, de iniciativa privada em São Paulo, do vale do Paraíba e em outras zonas, devido a precalços surgidos, não pôde corresponder praticamente aos resultados desejados, apesar de haver nearretado fortes dispêndios.

Nos últimos tempos, enquanto no Ministério da Agricultura eram feitos experimentos com as fibras nacionais, na antiga Comissão de Defesa da Economia Nacional, em 1911, erion-se o Serviço de Contrôlo de Fibras Nacionais objetivando a *fiscalização e a utilização* das fibras e juta indiana.

A partir desse momento, as fibras nacionais passaram a ter colocação certa, nas fábricas de aniagem e cordoaria.

Ficou verificado que a juta importada da Índia, constituída de fibras de plantas de *Corchurus capsularis* L. e *Corchurus olitorius* L., família das tiliáceas, poderia ser misturada com a nacional. A espécie *capsularis* é a mais importante sob o ponto de vista têxtil, constituindo a maior parte da produção de fibras da Índia.

E foi graças a essa louvável iniciativa da Comissão de Defesa da Economia Nacional, que alcançou a mais elevada repercussão em nossa economia, logramos alcançar, na indústria, um consumo de 61% de fibras indígenas com a produção, em 1916, de 58.951.632 sacos 101.219.635 metros de telas e 35.160.931 quilos de fios. Estes dados constam do Diário do Congresso Nacional de 27-5-1917, pág. 2.022.

Segundo dados oficiais existem no país 31 fábricas produtoras de aniagem, assim distribuídas: 12 em S. Paulo, 4 em Pernambuco, 3 no Rio Grande do Sul, 3 no Distrito Federal, 1 no Pará, 1 no Maranhão, 1 no Ceará, 1 na Paraíba, 1 em Sergipe, 1 na Bahia, 1 no Espírito Santo, 1 no Paraná e 1 em Santa Catarina.

Coube a São Paulo produzir mais da metade dos artefatos de juta fabricados no país e essa produção vem crescendo constantemente, de ano para ano.

Torna-se digno de registro o interesse em nosso país pela juta, a partir de 1930, quando, na Amazônia, foram iniciadas as experiências do plantio pelos japoneses com sementes provenientes de São Paulo e Extremo Oriente. Deve-se ao brasileiro Antônio da Silva Neves, grande empreendedor e que morou na Índia, sempre com o pensamento voltado para o Brasil, dedicado sócio da Sociedade Nacional de Agricultura, a remessa das primeiras sementes de juta plantadas no Estado de São Paulo, cujas experiências foram mal sucedidas devido a condição meteorológica, a imperícia e à falta de perseverança no cultivo.

É conhecida atualmente a história da aclimação da juta no Amazonas, pelos japoneses, em Parintins, onde, nos primeiros anos, apesar da boa qualidade da fibra, o baixo rendimento das "jutas anãs" não permitiu a expansão do cultivo. Só a partir de 1930 foi alcançada a vitória por Rioto Oyama com o plantio da juta no Estado do Amazonas. Conseguiu esse agricultor, em 1931, uma variedade de juta que atingiu a altura de 4 pés com diâmetro de 2 polegadas. As sementes colhidas e plantadas em terra firme, desenvolveram-se de modo notável. Com uma nova espécie, a hoje conhecida juta Oyama, tendo o dobro da grossura e o triplo da altura, dando o dobro e mesma a triplo das variedades anãs, então cultivadas, tornou-se vitorioso o cultivo da juta entre nós.

Foi assim que se conseguiu a aclimação da juta na Amazônia, ponto de partida de enorme riqueza para aquela região e para o Brasil, se soubermos dar a devida orientação à exploração em bases econômicas e técnicas. Em 1936 eram enviadas as primeiras seis toneladas de juta para Belém. O produto oferecia índices satisfatórios quanto às suas propriedades de resistência, elasticidade e brilho.

Éis a marcha da exploração da juta amazoneuse:

1938	67.625	62.887,20
1939	168.355	201.925,60
1940	321.881	881.750,50
1941	937.955	3.387.763,40
1942	2.769.981	13.936.281,60
1943	3.221.304	17.025.801,30
1944	4.566.107	22.422.361,30
1945	4.289.000	
1946	4.530.000	

Acrescente-se a essa produção a do Pará que, em 1946, foi de 2.000 toneladas.

Com o irrompimento da guerra os japoneses ficaram tolhidos em possuírem conhecimentos seguros dessa cultura.

Não havendo produção de sementes selecionadas obtidas em Campos Experimentais e nem a necessário controle de distribuição esse tornou-se o mais grave aspecto da cultura, existindo atualmente cinco variedades: *juta Oyama* que atinge até 4 metros de altura, com floração aos 120 dias; *juta vermelha*, de

casca violácea, alcançando 4 metros de altura, florindo aos 130 dias; *juta peregrina*, de casca verde, não chegando aos 3 metros, florindo aos 90 dias; *julinha de casca verde*, não chegando a 2 metros de altura, florescendo aos 60 dias; *julinha vermelha*, de casca violácea, não passando de 1,5 metros de altura, com floração aos 40 dias. As duas primeiras oferecem bom rendimento agrícola e boa matéria prima para indústria. As três últimas, segundo o técnico Admar Fleury, diretor do Fomento Agrícola do Estado do Amazonas, apesar da boa qualidade da fibra apresentam baixo rendimento, sendo anti-econômico o seu cultivo. É preciso que nossa fibra seja dotada de resistência, maciez e limpeza, para que possa competir com a similar indiana. Os fatos expostos demonstram à sociedade que o problema da produção de boas variedades de juta depende da genética com a produção de sementes selecionadas em campo de multiplicação para o plantio e serem distribuídas aos agricultores junto aos centros de produção. *Esse será o ponto básico para a garantia da cultura.*

É importante salientar que a cultura da juta, cujo ciclo não vai além de cinco meses, não prejudica culturas de manutenção (mandioca, banana, milho, etc.) a que serve para demonstrar estarmos em presença de um acontecimento econômico de mais alta significação para a economia do vale Amazônico, desde que se evite a destruição da nossa juta pela similar indiana.

É preciso dizer que a cultura da juta na Amazônia não atende a 30% das necessidades das fábricas brasileiras. Temos uma produção total de cerca de 7.000 toneladas para uma importação de juta bruta que se elevou a 12.958.189.

Infelizmente o sistema tributário dos Estados do Vale do Amazonas, o custo elevado dos transportes, a falta de sementes selecionadas, de padronização e outras deficiências que assinalaremos, como da falta de mão de obra e ausência de financiamento no Vale do Amazonas, não são de molde a permitir futuro tranquilo à expansão do cultivo da juta. A juta nessa região, sem dúvida a mais propícia até agora encontrada entre nós, poderia garantir uma produção de fibras capaz de garantir nosso autoabastecimento. O total de despesas ori-

mudas de 37 impostos e taxas atinge a Cr\$ 1.687,39 que, juntando-se a Cr\$... 3.500,00, que é o custo da tonelada, no armazém em Manaus, perfaz Cr\$... 5.107,39.

Esse surto da juta deve-se a duas fábricas paulistas — Companhia Paulista de Aniagens e Companhia Fabril de Juta Taubaté, que consumiram, em 1944, 3.996.128 e 12.490.407 quilos respectivamente, o que representa 36% do consumo das fábricas brasileiras.

É tal a importância da juta que se pode considerá-la mesmo como material estratégico para o país e seria um dos melhores esteios econômicos do Vale do Amazonas. Há uma série de providências a tomar na defesa dessa riqueza que são da órbita dos municípios, governos estaduais e federal.

Na autorizada opinião do eng. agrônomo Felihesto Camargo, "o problema da produção da juta na Amazônia, é assunto fácil de ser resolvido e se acha enquadrado dentro das possibilidades econômicas da região amazônica, uma vez afastados os impedimentos que oneram ou retardam a cultura do comércio desse produto". É este quem ainda diz o seguinte: "a qualidade da fibra hoje produzida na Amazônia não é mais igual à do Oriente e tende a se desacreditar pela inexistência de um serviço oficial de multiplicação de sementes selecionadas. Para atender a necessidade mínima de produzir 100.000 toneladas de fibras, são necessárias 30 toneladas de sementes e, para a futura safra a ser semeada em dezembro, não há na Amazônia sequer 300 quilos de sementes puras".

Segundo declara ainda o competente e operoso profissional, o Instituto Agrônomo do Norte, com sede no Pará, possui as sementes mais puras das variedades "verde Oyama" e "Roxa de Cacau Grande" que não podem ser multiplicadas por falta de recursos. Dada conveniente orientação à cultura e eliminados que sejam certos impostos e taxas, onerando incrivelmente o produto, é o agrônomo Felisberto Camargo que diz, "o Brasil poderá tornar-se independente da Índia".

Estou seguramente informado achar-se o Sr. Daniel de Carvalho vivamente interessado em enfrentar a questão da juta, dentro das atribuições do Ministério, resultarão inócuas se não forem

acompanhadas por providências complementares da esfera de ação de outros setores administrativos, diante do fisco voraz, a destruir as melhores iniciativas, como está ocorrendo lamentavelmente com a juta da Amanônia.

No caso de têxteis nacionais seria preciso delimitar-se as áreas de exploração, impedir-se as experiências desastrosas, conceder-se favores fiscais, criar-se campos próprios destinados à produção de sementes e mudas, dar-se assistência técnica aos produtores instalando-se máquinas e prensas nas zonas próprias, proceder-se a fiscalização da padronização, reunir-se os produtores em cooperativa ou outras associações que permita a reunião de lavradores, proporcionando-lhes facilidades de financiamento, promover-se à organização de centrais de beneficiamento, instituir-se a licença prévia para importação de fibras e produtos manufaturados, como sugeriu o Conselheiro Anápio Gomes, para produtos importados que possam prejudicar a produção de fibras nacionais; auxiliar-se a montagem de fiação para o caroá, o linho e a rami; rever-se impostos, taxas, fretes e tarifas que incidem sobre as fibras nacionais e, particularmente, sobre a juta da Amazônia.

Quanto às fibras liberianas (provenientes de hastes ou caules) como a *guarima* (*urena lobata* — L.), a *malva veludo* (*Pavonia melacophylla*), o *pacopaco* (*Wissadula* sp.) são as indicadas para a indústria de aniagem em mistura com a juta.

As vasculares (fibras derivadas das folhas) também chamadas fibras "duras" são indicadas para a cordoalha e certas manufaturas, podendo ser utilizadas em aniagem.

Dentre esses temos o sisal do grupo das Agaves (*Agave americana*, a *Agave sisalana* Perrine, *Agave Af*), a Pita ou canhamo de Nova Zelândia (*Formium tenax* Forst), cultivado em São Paulo, a macambira (*Bromelia laciniosa* Mart.), o abacaxi (*Ananás sativus*) o tucum (*Batis acantocarpa* Mart), e o Caroá (*Neogluziovia variogata*).

Essas fibras vasculares são mecânica e industrialmente trabalhadas em máquinas modernas. As liberianas são mecânica e industrialmente trabalhadas em máquinas modernas. As liberianas são

substitutas perfeitas da juta, embora de custo mais elevado, exigindo maceração.

As Agaves, como o Sisal, estão encontrando adaptação perfeita no norte do país, principalmente nos Estados da Paraíba, Pernambuco e Bahia. O cânhamo de Nova Irlanda (*Formium tenax* Forst.) tem sua cultura em desenvolvimento no Estado de São Paulo, encontrando meio ambiente satisfatório. É planta aconselhada para o sul do país. A extração de tais fibras faz-se por processo simplesmente mecânico, não necessitando de maceração, como o linho e o cânhamo. Uma vez cortadas podem ser logo desfibradas.

Neste estudo rápido sobre matéria tão complexa como esta da fibricultura e na economia nacional, não desejo fazer o exame particularizado de cada fibra explorada no país. Um porém — o *caroá*, (*Neoglaziovia variegata* Mez, de grande família das bromeliáceas) merece rápidas referências. Seu rendimento em fibras é calculado de 4 a 6%. Racionalmente cultivado pode produzir 70 toneladas, para mais, por Ha., podendo dar 3.500 kgs. de fibras finas. Atinge a cultura média de 1 m. e as suas folhas alcançam 2ms. de comprimento e 0,03 m. de largura.

Sua utilização na indústria de aniagem é limitada, tendo sido de 4.407.990 kgs em 1915, e 2.851.170 em 1916; na indústria de cordoalha foi de 1.311.277 kgs. e, em 1916, de 1.006.425. É essa fibra exportada, o que se vem realizando desde 1920. Esta exportação acentuou-se de 1915 para cá com 897.915 kgs, passando a 4.270.316 em 1912, . . . 6.396.025 em 1911, alcançando 3.018.828 em 1915 e 5.237.965 kgs. em 1916, no valor de Cr\$ 20.168.736.

Deve-se essa exportação, em grande parte, aos esforços da Cooperativa Central de Beneficiadores de Caroá do Nordeste, em Pernambuco. A Argentina e os Estados Unidos são os dois países compradores, cabendo ao primeiro absorver 95,3%, cuja utilização principal se faz na indústria de solado de alpargatas.

Na produção brasileira figura Pernambuco com a contribuição de 51,0%, a Bahia com 27,8% e Paraíba com 15,1%.

O Sr. Nelson de Vincenzi, estudioso de nossas problemas econômicos, Superintendente do Serviço de Economia das

Fibras Getex, vem de publicar um valioso trabalho intitulado "A indústria Brasileira de Aniagem", no qual examinando a situação dessa indústria e seu suprimento de matéria-prima, aborda, com viveza o papel do *caroá*, achando que suas qualidades de planta fibrosa tem sido exageradas, tendo-se formado mesmo em torno dela uma lenda a que denomina "*lenda do caroá*". E, à pág. 105, declara "o regionalismo" pernambuco, por certo, o mais sensível do Brasil, aguçado pelo progressivo declínio econômico do Estado, envolveu o *caroá* numa aura mística. A planta do sertão se atribuíram, num animismo inconsciente, as virtudes convencionais do sertanejo, e como a este se lhe deu uma situação marginal de abandonada". É ainda sua opinião de que a proteção à fibra do *caroá* tem sido feita em detrimento de outras fibras nacionais nativas ou cultivadas revelando "incuria econômica a serviço de oportunismo político".

É certo que o governo de Pernambuco, em 932, por decreto n. 168 concedeu isenção de todos os impostos que viessem a recair sobre a exploração industrial da fibra do *caroá* e o governo federal, por decreto n. 1.950, de 30 de dezembro de 1939, isentou as fibras de *caroá* e de *côco* e seus manufaturas, do imposto de consumo em *toda território nacional*. Ainda cabe ao governo pernambucano tornar obrigatório, na indústria de aniagem e cordoalha, o emprego de 75% de *caroá* ou outras fibras cultivadas no Estado.

Em 20 de agosto de 1940, a Comissão de Defesa da Economia Nacional tornou também obrigatório, na cordoalha a utilização de 100% de fibra de *caroá* em todas as fábricas de barbanete empregando a juta importada e 25% em todas os fios, cordéis, cordas e cabos fabricados com o sisal nacional ou importado.

Ainda há pouco, no Congresso Nacional, o deputado Costa Porto mostrava que a região sertaneja de Pernambuco cobre 2/3 daquele Estado, declarando: "*não vejo outra solução para o sertão pernambucano que não seja a defesa integral da fibra de caroá*". E dizia mais: "*o caroá é a planta providencial, porque onde não há água e mais hostil o solo é aí onde êle melhor se desenvolve*". Preconiza a necessidade de estudos que orientam a exploração racional dessa

planta e seu melhor aproveitamento industrial com a instalação de fiações aperfeiçoadas. Não se pode, a meu ver, condenar o aproveitamento de uma planta que, a par de seu papel econômico, tem um outro de alta significação social, como o *caroá*, considerado "a mais importante fixador do sertanejo à sua gleba". É certo tratar-se de uma planta nativa em cujo aproveitamento racional muito se tem por fazer do ponto de vista genético e tecnológico. Suas aplicações industriais estão por ser estudadas e desenvolvidas convenientemente ainda que as fibras liberianas sejam as mais indicadas na indústria de aniagem. Embora as plantas da família das malváceas abundem entre nós não logramos ver nenhuma delas, até hoje, implantada sob a forma de cultivo em larga escala. Só agora, estamos vendo surgir o plantio da juta indiana na Amazônia.

Recordo, com justiça, o entusiasmo do saudoso ministro Simões Lopes pelo *caroá* com os resultados alcançados, na Itália e nos Estados Unidos com as experiências que mandou fazer de aproveitamento dessa fibra. Guardava êle cuidadosamente, como verdadeiro relicário, a que chamava "o arquivo do *caroá*", onde se viam produtos de enorme valor obtidos com a transformação da fibra do *caroá* em papel, pasta, celulose e belíssimos espécimes de seda vegetal. Deixando o cargo de Ministro, no Congresso, propugnou Simões Lopes, com entusiasmo, pelo aproveitamento industrial das fibras nacionais e, em particular, do *caroá*.

Vemos hoje, em Pernambuco, boas instalações de beneficiamento, fiação, cordoalha e tecelagem de fibras de *caroá*. O campo, entretanto, ainda se acha aberto a estudos de aperfeiçoamento do plantio e do melhor aproveitamento industrial desse textil. Não participo da opinião de que o que foi feito em benefício do *caroá* implique em desamparo ou prejuízo para as demais fibras nacionais.

Muito há que fazer pelas fibras nacionais ou cultivadas no país.

É, como vemos, grande o campo para a *industrialização* dos nossos textéis e dos que aqui podem ou já foram aclimatados, como no caso do linho, da

rami, restando, entretanto, explorá-las em bases econômicas e técnicas.

As fibras nativas exigem estudos genéticos e tecnológicos, com bases econômicas para que possam ser exploradas, como já ocorre com alguma delas. Além do comércio nacional podemos pensar na exportação. Somos, nesse particular, inegavelmente dotados de ótimas condições naturais. Ainda agora estamos seriamente ameaçados com as crises políticas do Oriente, impossibilitando o fornecimento da juta de que importamos 291.781 quilos de fio e 12.958.189 quilos em bruto, em 1946.

Legislação do emprego de fibras nacionais da indústria de aniagens e cordoalhas

Como muito bem salientou o Conselheiro em separado, no processo n. 721, V.B. por mim relatado, se não fôra a "política sãbia" que tornou obrigatória a mistura de certa percentagem de fibras nacionais com a juta indiana pela Defesa da Economia Nacional, em 1911, mantida pela Coordenação Econômica e, até agora, observada pela Cetex, não teríamos chegado a empregar 61% dessas fibras e apenas 39% de juta. Em 1946, só a produção de sacas, num total de 58.951.652 alcançou o valor de 456.519.635,50. Receioso de que a política de aproveitamento das fábricas nacionais possa ser modificada, o Sr. Conselheiro Anápio Gomes, avisadamente, propôs ficasse definida a orientação do Governo nesse particular.

Acontece que, em 27 de maio, os deputados Costa Porto, Plínio Lemos, Medeiros Neto e Arruda Câmara, apresentaram projeto ao Congresso Nacional regulando o emprego de fibras nacionais na fabricação de fios, cordões, cordas e cabos, bem como na indústria de cordoaria. Nesse ante-projeto que vai em seguida a *obrigatoriedade* do emprego de "um mínimo de fibras nacionais". Ao Ministério da Agricultura caberia fixar anualmente a percentagem do fio nacional a ser empregado na fabricação de *aniagem*".

Por uma comissão de técnicos do Ministério da Agricultura foi há tempos elaborado o seguinte ante-projeto ainda atualizado:

1.º — As fábricas de tecido de aniagem são obrigadas a empregar, na ma-

nufatura de seus produtos, em mistura com a juta indiana, uma percentagem mínima de 10% de fibras nacionais.

2.º — Ficam obrigadas tôdas as cordarias a empregar na confecção dos seus produtos 100% de fibras nacionais.

Parágrafo único — Na confecção de cabos para fins de marinha é facultado o emprego de fibras estrangeiras.

3.º — Na confecção de brins, lonas e outros artigos de linho ficam as fábricas obrigadas a empregar fibras nacionais em mistura com as estrangeiras numa percentagem mínima de 10%.

4.º — Tendo em vista o estoque de fibras nacionais disponíveis, poderá o Governo modificar as percentagens estabelecidas na presente resolução.

5.º — O preço de tôdas as fibras nacionais, cujo emprego está previsto nos itens 1.º, 2.º e 3.º, não deverá exceder o preço das fibras similares importadas.

6.º — Dependerá de expressa autorização do Ministério da Agricultura a importação de todos os produtos manufaturados de juta, sisal e manila.

A redação proposta virá beneficiar tôdas as fibras produzidas no país e não apenas, uma determinada.

Devemos esclarecer que abrimos uma exceção para o fabrico de cabos para fins de marinha, tendo em vista a necessidade de serem confeccionados com o Xubano da Manila (Musa textiles Ness), devido à sua resistência à água do mar e não possuímos, no momento, um substituto nacional em condições económicas e com as mesmas qualidades.

O projeto apresentado em 27 de maio a Câmara dos Deputados pelo deputado Costa Porto e outros é do seguinte teor:

"O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É obrigatório, em todo o emprego de fibras nacionais na fabricação de fios, cordéis, cordas e cabos.

Art. — As indústrias de fiação e tecelagem deverão empregar na fabricação de aniagem para quaisquer fins, inclusive para sacaria, um mínimo de fibras nacionais.

Art. 2.º — As indústrias de fiação e tecelagem deverão empregar na fabricação de aniagem para quaisquer fins, inclusive para sacaria, um mínimo de fibras nacionais.

Art. 3.º — O Ministério da Agricultura, de acordo com as disponibilidades da produção, fixará, anualmente, a per-

centagem de fio nacional a ser empregado na fabricação de aniagem.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário".

A legislação em vigor sobre a indústria de aniagens e cordalhas quanto ao aproveitamento das fibras nacionais, no concernente ao caroá está contida nas disposições da Portaria n. 4, da Comissão de Defesa Nacional de 20-8-1940.

Quanto às fibras macias, a última Portaria da mistura é a de n. 206, de 21-2-1941 que estabelece em 60% a tolerância de percentagens na mistura de fibras nacionais a juta indiana. Os industriais, segundo suas necessidades, aplicam maiores percentagens em tal mistura.

Conclusões

1. — Aos Ministérios da Fazenda e da Agricultura caberá a tarefa de tornar proficuo o investimento de capitais e a aplicação de medidas capazes de tornarem realidade a intensificação da produção de fibras nacionais e sua utilização na indústria de aniagens.

2. — Nesse caso, será preciso não serem esquecidos entendimentos com as administrações municipais, e estaduais dentro dos mesmos objetivos sob pena de ficarem inválidos os esforços com a incidência de impostos e taxas com repercussão nas iniciativas particulares.

3 — Delimitação das áreas próprias pelo Ministério da Agricultura dos vários textéis nacionais e dos adaptados às condições do país.

4 — Organização, nas zonas próprias, de campos experimentais e de multiplicação de sementes e mudas selecionadas para fornecimento aos produtores.

5 — Assistência técnica aos produtores, com fornecimento de material agrícola, orientação de culturas e de processos modernos no beneficiamento.

6 — Instalação de usina de beneficiamento, prensas e fiscalização da padronização para as várias fibras em exploração.

7 — Organização dos produtores em cooperativas e associações rurais permitindo reuni-los a fim de proporcionar-lhes assistência mais adequada e facilitar-lhe a reivindicação de medidas em defesa de seus próprios interesses.

8 — Financiamento aos produtores de textéis isolados ou reunidos em associações de classe.

(Conclui na pág. 31)



LEGHORN BRANCA — A RAINHA DAS POEDEIRAS

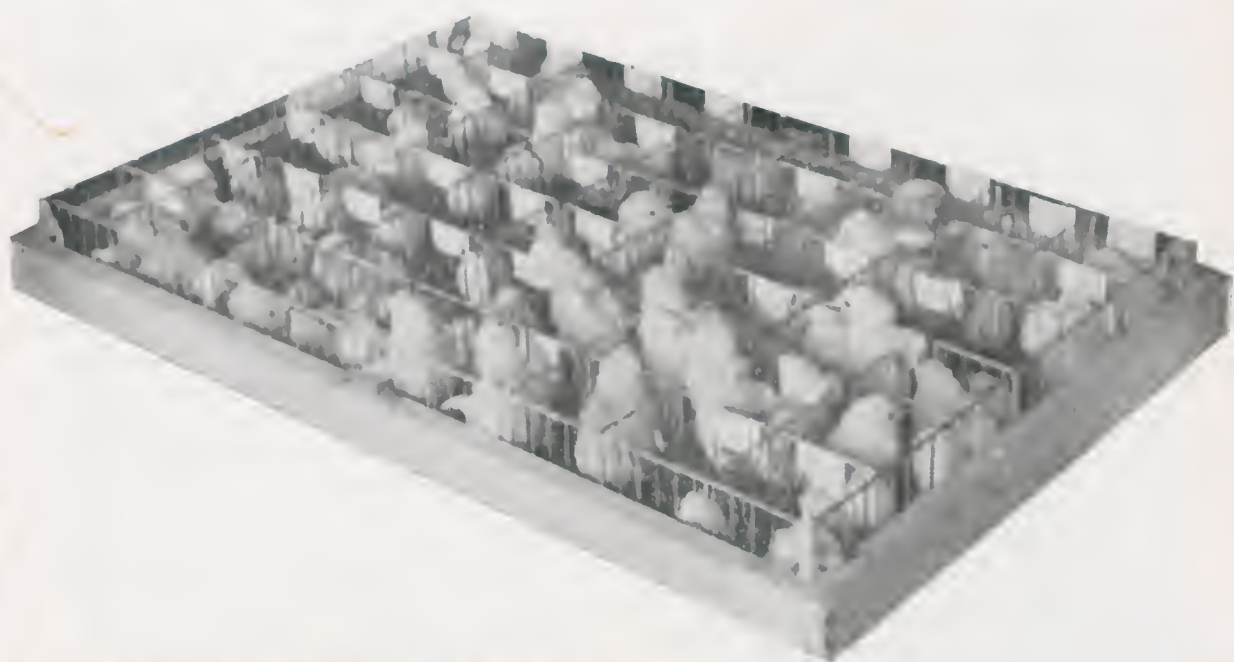
Instalações para 8.000 galinhas

Construídos mais de 3.000 mq. de galinheiros
Contrôle permanente de postura de tôdas as aves
Contrôle médico pelo Ministério da Agricultura



REMETAM O VALOR DE CR\$ 3,00 EM SÉLOS POSTAIS
PARA RECEBER SOB REGISTRO O NOVO CATALOGO





**PINTOS PEDIGREE
DA**



SEIMADOS

EST. DO RIO

ESCRITÓRIO: CURT WETZEL, RIO DE JANEIRO, RUA ALICE, 364

(Continuação da pág. 31)

9 — Isenção de impostos para importação de máquinas destinadas ao beneficiamento e fiação dos têxteis nacionais.

10 — Concessão de favores fiscais e quantos invertam capitais na produção e industrialização de têxteis nacionais cuja expansão se fizer em zonas consideradas apropriadas pelo Ministério da Agricultura.

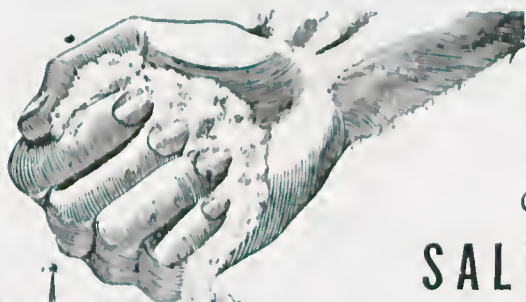
11 — Seria para descer fôsem extendidas a todos os têxteis de produção nacional os favores fiscais estabelecidos, com a exclusividade, às fibras de caroiá e de côco, na conformidade do decreto-lei n. 1.950, de 30 de dezembro de 1939.

12 — Ao Ministério da Agricultura deverão ser proporcionados os recursos necessários à execução de providências que lhe cabem na desenvolvimento e defesa da intensificação da produção de fibras, criando-se, com êsse fim, fundos especiais.

13 — Regular o emprêgo obrigatório de fibras nacionais na indústria de anagem, cordoaria e vestuário.

14 — Em relação à juta amazônica impõe-se, quando antes, a revisão do extensivo sistema tributário em vigor nos Estados do Amazonas e do Pará. Outro tanto, faz-se mister quanto aos fretes exagerados cobrados pelas companhias de navegação. Seria preciso fossem quanto antes estudados, em conjunto, os problemas que se relacionem com a defesa da juta da Amazônia, estabelecendo-se, para êste fim, planejamento em bases seguras. Teriam de ser convocados representantes dos governos estaduais, federal, órgãos do Ministério da Agricultura, Companhias de Anagem e de navegação, como o Lóide Brasileiro e outras, Associação Comercial do Amazonas e do Pará para efeito de garantir a expansão do cultivo da juta, base que poderá ser do ressurgimento da Amazônia.

15 — Ser estabelecida a licença prévia para a importação de fibras e produtos manufaturados que possam prejudicar a produção de fibras nacionais.



Mãos

que espalham

SALITRE DO CHILE

não ficam vazias...

É MAIS LUCRATIVO multiplicar a produção de 1 alqueire com bom adubo, que plantar, tratar e colher 3 alqueires — pois só a economia de braços compensa fartamente. O SALITRE DO CHILE é um adubo natural que reforça a produtividade do solo. Experimente-o!

Solhete folhetos e informações, gratuitamente, ao

SERVIÇO TÉCNICO-AGRONÔMICO DO SALITRE DO CHILE

Calxa Postal, 2873 - São Paulo

Agentes Comerciais:

ARTHUR VIANNA — Cia. Materiais Agrícolas

Rua Florêncio de Ahren, 270 - São Paulo. — Av. Graça Aranha, 226 - 3.º andar,

Rio de Janeiro — Av. Santos Dumont, 227 - Belo Horizonte.

A Pecuária Fluminense

Através a soberba demonstração que foi a 3.ª Exposição Estadual de Animais de Cordeiro

Encerrou-se no domingo, 16 de maio último, a 3.ª Exposição Estadual de Animais e Produtos Derivados de Cordeiro. Esta mostra, que a princípio tinha âmbito regional, este ano foi elevada à categoria de exposição estadual. Os maiores criadores do Estado se fizeram representar concorrendo para seu maior brilhantismo.

Organizada pela Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, tendo merecido o maior apôlo do Exmo. sr. Governador do Estado, coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva, que ao inaugurá-la em notável discurso, disse em palavras entusiasmadas da sua grande significação econômica, tendo-se em vista que como fonte de riqueza e considerando particularmente a situação geográfica privilegiada do Estado do Rio de Janeiro, aproximado que está do maior centro consumidor de nosso país, têm possibilidades inexgotáveis.

Inegavelmente é merecedor de nossos aplausos o digníssimo Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio, sr. dr. Edgard Teixeira Leite, vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, que não poupou esforços pelo maior brilhantismo do certame.

Escolhendo a cidade de Cordeiro para sede desta exposição, foram mais uma vez felizes as autoridades fluminenses pois pela sua situação de município pecuarista, é bem uma afirmação do novo espírito progressista do Estado do Rio de Janeiro. Acreditamos que no próximo ano, ainda melhor compreendidas as altas finalidades da realização desta mostra, os pecuaristas fluminenses melhor se prepararão para concorrer a este certame de estímulo a demonstração de progresso da pecuária fluminense. Julgamos que novidades, quer no terreno de uma melhor seleção de gado, quer num mais acentuado cuidado na escolha da forragem ou na aplicação de novas técnicas, e no aproveitamento dos produtos industriais correlatos à pecuária, serão exibidos num sentido de aperfeiçoamento e progresso.

Relação na 3.ª Exposição Estadual de Animais e Produtos Derivados de Cordeiro.

RAÇA GUERNESEY:

Lineoil — 1.º prêmio — Campeão da Raça — Carlos Kholler — Nova Friburgo.

Romanoff — 2.º prêmio — Reservado Campeão — Spinelli S. A. — Nova Friburgo.

Carneron — 1.º prêmio — Spinelli S. A. — Nova Friburgo.

General — 1.º prêmio — Carlos Kholler — Nova Friburgo.

Partura — 1.º prêmio — Carlos Kholler — Nova Friburgo.



TURCO — 1.º Prêmio (Fazenda Pedra Raza, Campos)

Quinta Coluna — 1.º prêmio — Spinelli S. A. — Nova Friburgo.

Scarlate — 1.º prêmio — Spinelli S. A. — Nova Friburgo.

Glória — 1.º prêmio — Carlos Kholler — Nova Friburgo.

Clarim do Rio Novo — 1.º prêmio — Dr. Maciel Filho — Paraíba do Sul.

Callban do Rio Novo — 1.º prêmio — Dr. Maciel Filho — Paraíba do Sul.

Ativo do Rio Novo — 1.º prêmio — Dr. Maciel Filho — Paraíba do Sul.

Calmaria do Rio Novo — 1.º prêmio — Dr. Maciel Filho — Paraíba do Sul.

Hortênsia Eucalyptus — 1.º prêmio — Ricardo Stern — Nova Friburgo.

Gracinha Eucalyptus — 1.º prêmio — Ricardo Stern. — Nova Friburgo.

RAÇA JERSEY.

- Pleusk — 1.º prêmio — **Campeão da Raça** — Paulo Gusmão — Araruama.
 Júlio Jacarépaguá — 1.º prêmio — Dr. Jorge Grey — Trajano de Moraes.
 Lamento — 1.º prêmio — Estâncias Duvivier — Três Rios.
 Adão Glória — 1.º prêmio — Clotilde de Moraes Grey — Cordelro.
 Hatalú Glória — 1.º prêmio — Clotilde de Moraes Grey — Cordelro.

RAÇA HOLANDEZA — PRETA E BRANCA:

- Marabú — 1.º prêmio — **Campeão da Raça** — Estâncias Duvivier — Três Rios.
 Tempestade — 1.º prêmio — Paulo de Gusmão — Araruama.
 Cristovam — 1.º prêmio — Paulo Gusmão — Araruama.
 Carlhosa — 1.º prêmio — Moacir Leltão — Cordelro.
 Carioca — 1.º prêmio — Estâncias Duvivier — Três Rios.

RAÇA NORMANDA

- Imperador — 1.º prêmio — **Campeão da Raça** — Estâncias Duvivier — Três Rios.
 Mont'Orguell — 1.º prêmio — Dr. Jorge Grey — Trajano de Moraes.
 Ma'Gloire — 1.º prêmio — Dr. Jorge Grey — Trajano de Moraes.
 Querença — 1.º prêmio — Dr. Jorge Grey — Trajano de Moraes.
 Alegre — 1.º prêmio — Dr. Cid Feljó Sampalo — Santa M. Madalena.
 Madrid — 1.º prêmio — Dr. Cid Feljó Sampalo — Santa M. Madalena.

RAÇA FLAMENGA

- El Morooco — 1.º prêmio — **Campeão da Raça** — Francisco Henriques — Cantagalo.

RAÇA RED-POLED:

- Barão — 1.º prêmio — **Campeão da Raça** — Uzlina São José — Campos.

CONJUNTO DE MESTIÇOS:

- Mestiços Flamengo — 1.º prêmio — Francisco Henriques — Cantagalo.

RAÇA NELORE:

- Campello — 1.º prêmio — **Campeão da Raça** — Dr. Edmundo Barbosa da Silva — São Fidells.
 Flôr de Ouro — 1.º prêmio — Edmundo Barbosa da Silva — São Fidells.
 Evora — 1.º prêmio — Dr. Edmundo Barbosa da Silva — São Fidells.
 Flautengo — 1.º prêmio — Dr. Edmundo Barbosa da Silva — São Fidells.

RAÇA GUZERAT:

- Libertador — 1.º prêmio — **Campeão da Raça** — Margarida Monerat — Itacoara.
 Baluarte — 1.º prêmio — João Carlos Burguês de Abreu — Cordelro.
 Baluarte — 1.º prêmio — João Carlos Burguês de Abreu — Cordelro.

- Turco — 1.º prêmio — Fazenda Pedra Raza — Campos.

Esta Fazenda possui um plantel de 60 fêmeas e 1 macho, registrados no S.R.G.R.O.I. Concorreu à Exposição com 11 produtos, sendo todos classificados. Além de **Turco**, 1.º prêmio, levantou o Campeonato de Conjunto, com este, **Itaquira**, **Acetona** e **Aspirina**.
 Arararuama — 1.º prêmio — Engenho Central Quilssaman Macaé.
 Nanate — 1.º prêmio — Jovino Lima Pinheiro — Itacoara.

RAÇA GYR:

- Gengis-Kan — 1.º prêmio. — **Campeão da Raça** — Estâncias Duvivier — Três Rios.
 Amargosa — 1.º prêmio — Cid Feljó Sampalo — Santa Maria Madalena.

DESFILÉ DE EQUÍDEOS

- Equibos — Mestiços de Puro sangue inglês:**
 Soneto — 1.º prêmio — João Carlos Burguês de Abreu — Cordelro.
Mestiços anglo-árabes:
 Ajax — 1.º prêmio — Dr. Jorge de Moraes Grey — Trajano de Moraes.
 Picadilly — 1.º prêmio — Dr. Jorge Grey — Trajano de Moraes.
 Rodney — 2.º prêmio — Dr. Jorge Grey — Trajano de Moraes.

RAÇA MANGALARGA:

- Caroá — 1.º prêmio — **Campeão da Raça** — Lafayette Villela — Cantagalo.
 Bolero — 1.º prêmio — Francisco de Assis Henriques — Cantagalo.
 Capixaba — 1.º prêmio — Alexandre Augusto Rodrigues — Cantagalo.
 Mimo — 1.º prêmio — Antônio Salvador de Almeida — Cantagalo.
 Mirante — 2.º prêmio — Lafayette Villela — Cantagalo.
 Surpresa — 1.º prêmio — Lafayette Villela — Cantagalo.
 Marabá — 2.º prêmio — Lafayette Villela — Cantagalo.
Mestiço bretão:
 John Gull. — 1.º prêmio — Dr. Jorge Grey — Trajano de Moraes.
Azinhos — RAÇA ITALIANA:
 Pedrinho — 1.º prêmio — Dr. Jorge de Moraes Grey — Trajano de Moraes.
 Merengue — 1.º prêmio — Maria Eivira Leltão da Cunha — Trajano de Moraes.

RAÇA CATALA:

- Badajós — 1.º prêmio — De Jorge Grey — Trajano de Moraes.
 Cerro Alto — 2.º prêmio — Dr. Jorge Grey — Trajano de Moraes.
 Granada — 1.º prêmio — Dr. Jorge Grey — Trajano de Moraes.

RAÇA PEGA:

- Garlmpello — 1.º prêmio — Dr. Jorge Grey — Trajano de Moraes.
 Capela Nova — 1.º prêmio — Dr. Jorge Grey — Trajano de Moraes.
 Baroneza — 1.º prêmio — Dr. Jorge Grey — Trajano de Moraes.

As Estações Experimentais e o Futuro da Lavoura do Cacáó

Do eng. Agrônomo Sr. Antonio Rodrigues Coutinho, recebemos a seguinte carta que inserimos, atendendo a pedido do missivista:

"Rio de Janeiro, 2-5-1948 — Ilm.º Sr. Dr. Arthur Torres Filho — Aproveitando a calma de um domingo tive o prazer de ler os últimos números da revista A LAVOURA — órgão oficial de nossa Sociedade e à qual o prezado colega e distinto amigo empresta o brilho de sua inteligência e cultura.

Lá a palestra pronunciada em sessão da diretoria, realizada em 2 de outubro p.p. pelo nosso comum amigo Dr. Pedro Fontes que, além de inúmeras atividades é adiantado lavrador, ou melhor, cacauicultor no município de Linhares, Estado do Espírito Santo, minha terra natal.

Tendo sido assistente técnico da Estação Experimental de Cacáó, estação esta pertencente à Secretaria da Agricultura do Estado do Espírito Santo, sempre me interessei pela cultura de tão preciosa esterculiácea e, lendo o artigo do Dr. Pedro Fontes resolvi tecer algumas considerações em torno de tão útil quão oportuna palestra.

1.º — Diz o Dr. Pedro Fontes que a Estação Experimental de Cacáó de Goytacazes *nenhum serviço prestou no setor experimental* (o grifo é meu).

Discordo do presado amigo Dr. Pedro Fontes pelo seguinte:

Por iniciativa do Eng. Agrônomo Bemvindo de Novais, a quem tanto deve a agricultura espiritosantense — a E.E.C.G. estabeleceu em várias fazendas particulares em 1932-1933 talhões de observação, para determinar o número e peso dos frutos de cada árvore, o peso e o número de sementes de cada fruto.

Depois de um ano de observação, sendo feitas colheitas semanais em cada talhão, colhidos separadamente os frutos de cada árvore etiquetada, publiquei no Jornal dos Fazendeiros pertencente aos amigos já falecidos Otávio Barreto e Eng. Agrônomo Ubirajara Pereira Barreto, um artigo em que trazia as conclu-

sões das observações procedidas e chegando à conclusão de ser a média de cacáó seco por planta e por ano, de pouco mais de 500 gramas.

Houve uma grita geral e o nosso amigo Dr. Auto Guimarães escreveu um artigo refutando o meu e, comentado o caso com o Dr. Fontes êle me deu razão.

Perguntarão então:

Por que motivo houve tanto barulho em torno de resultados experimentais?

A resposta é simplesmente esta: todos os negócios ou melhor a compra de uma propriedade era feita na suposição de que um pé de cacáó produzia em média por ano 1.500 gramas e, pelas nossas conclusões as propriedades ficariam desvalorizadas de 1/3.

Entre o interesse dos negócios dos lavradores e a verdade experimental prevaleceu o interesse dos negócios.

Estou retificando êste ponto da palestra do Dr. Fontes porque, somente quem conhece Linhares há cerca de 15 anos passados, sem comunicação alguma com o mundo a não ser um vapor semanal, quem assistiu o flagelo do impaludismo, quem colheu com os operários cacáó debaixo de núvens de mosquitos, não pode ler em artigo que nada se fez.

Não. Fez-se mais do que publicar um artigo.

Um lavrador que leu o meu artigo, acreditou na verdade dos fatos nele apontados pediu as fichas das árvores mais produtivas, obteve a semente das mesmas e com elas estabeleceu a sua lavoura. A despeito de não poder dar o trato que os cacauicultores mais abastecidos dão às suas lavouras, o lavrador Manoel Rodrigues Júnior tem uma das maiores produções do Rio Doce.

2.º — No trabalho já citado apontava a produção dos pés mais produtivos, e havia pés que haviam produzido 12 quilogramas de cacáó seco por planta e por ano.

O caso citado do lavrador Manoel Rodrigues Júnior mostra exuberantemente que a Estação fez um trabalho útil.

3.º — Citava no mesmo artigo um plano de experimentação agrícola. Naquele plano apontava muito do que o Dr. Fontes aponta hoje.

Se tivéssemos conseguido continuar com a orientação estabelecida teríamos hoje, preciosos dados sobre a produtividade, os melhores espaçamentos, os melhores métodos de propagação, as melhores variedades, os melhores métodos culturais, dados climáticos, etc.

Hoje que pertengo à Seção do S.N.P.A. do M.A. que planeja toda a experimentação agrícola do Brasil é que sinto o tempo que o Estado perdeu não seguindo a orientação experimental.

Caso o Estado do Espírito Santo queira pode estabelecer uma colaboração experimental com o M.A. e fazer o que o Dr. Fontes preconiza e, estou certo, não haverá de parte do Ministério obstáculo algum.

O que é básico é que o futuro homem seja devidamente valorizado.

Quem deseja técnicos eficientes, capazes e que permaneçam nas Estações Experimentais deve pagá-los devidamente, satisfazer-lhes suas exigências justas de um mínimo de conforto e efetiva assistência social.

Com funcionários mal pagos, mal safeitos, que não são ouvidos sobre assuntos vitais da sua estação nada se conseguirá. Experimentação agrícola é o alicerce de agricultura racional. E, no entretanto, cara, morosa, deve ser compreendida dentro de suas reais possibilidades, não se deve esperar dela milagres de noite para o dia.

O Estado de Minas mantém com o Ministério uma colaboração experimental que dia a dia se torna mais eficiente.

Porque os Estados da Bahia e do Espírito Santo não fazem o mesmo?

Pedindo ao colega agasalho na "A LAVOURA" do que julgar oportuno despede-se pedindo desculpas pela extensão desta o amigo e admirador

(a) *Antonio Rodrigues Coutinho.*

Rua São Clemente, 107 — Ap. 2-D.

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL
DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897



Eng.º Agrônomo Arthur Torres Filho
Presidente da Sociedade

*

Eng.º Agrônomo Antonio de Arruda
Camara
Diretor

*

Eng.º Agrônomo Geraldo Goulart da
Silveira
Consultor-Técnico

*

Luiz Marques Poliano
Redator-Secretário e Gerente



Redação e Administração:

AV. FRANKLIN ROOSEVELT 115, 6.º

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245 — Rio de Janeiro



Nem a redação da revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Professor Frederico Ferreira Lima

Seu Falecimento

Cumpre "A Lavoura" o doloroso dever de fazer o registo do falecimento de um dos mais prestimosos e entusiastas membros do quadro Social da Sociedade, o Prof. Frederico Ferreira Lima.

Associando-se ao pesar que o seu desaparecimento trouxe ao seu largo círculo de relações, esta revista insere alguns dados biográficos do Prof. Ferreira Lima, brasileiro patriota, devotado amigo da Agricultura, cuja memória será sempre lembrada com saudade pelos inúmeros brasileiros que ajudou a encaminhar para uma vida produtiva e útil.

Nasceu no Distrito Federal em 21 de agosto de 1872. Passou sua primeira infância em Nova Friburgo onde estudou, de 1877 a 1882 no Liceu Nacional. Curioso posteriormente o Colégio Salesiano de Santa Rosa onde ocupou a matrícula n. 2. Órfão de pai e mãe, em tenra idade, foi obrigado a interromper os estudos ingressando na vida comercial. Trabalhou em diversas firmas comerciais desta praça sendo admitido, mais tarde, na Casa da Moeda, como operário tipográfico, passando logo após para a seção central, como escriturário. Ai consolidou sua amizade com o grande Ennes de Souza, então diretor daquela repartição federal e com ele colaborou na chamada *campanha agrícola*, ao lado de Moura Brasil, Germano Vert, Campos da Paz, Jacy Monteiro, Gomes Carmo e muitos outros, daí resultando a instalação da Sociedade Nacional de Agricultura, em 27 de janeiro de 1897. A maior parte das publicações feitas pela imprensa durante essa grande campanha ou foi por ele redigida ou por ele taquigrafada.

Aprendeu taquigrafia com o prof. Henrique Teixeira Alves e dactilografia por si só, dedicando-se desde logo a essas duas técnicas, então incipientes no Brasil. A principal parte de sua atividade realizou-se no setor do ensino. Fundou o Externato João de Deus em S. Cristóvão; foi, durante longos anos, professor de português e aritmética no Liceu de Artes e Ofícios do qual foi membro do conselho e da diretoria; foi professor catedrático de dactilografia e de taqui-

grafia da Escola Preparatória de Profissões Liberais, da Prefeitura e quando esta foi extinta pelo prefeito Bento Ribeiro idealizou a fundação da Escola Remington, instituição especializada no ensino dactilográfico e taquigráfico, o que teve lugar a 15 de março de 1911.

Ocupou diversos lugares de destaque na vida pública: Diretor-Tesoureiro do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, durante 27 anos; Diretor do Departamento da Criança no Brasil, cuja presidência ocupou por vários anos; secretário da Seção de Educação do Comité Nacional Brasileiro do 1.º Congresso Americano da Criança, reunido em Buenos Aires; membro do Conselho de Menores do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; sócio benemérito da Associação Brasileira de Imprensa; membro do Conselho da Sociedade Amante da Instrução (Asilo João Alves Afonso); vice-presidente do Centro de Intercâmbio Musical Luso-Brasileiro; membro do conselho e diretor do Centro Carioca; sócio fundador e diretor-tesoureiro do Grajaú Tennis Clube; membro do Rotary Club do Rio de Janeiro e muitos outros.

Pertencia à Sociedade Nacional de Agricultura, à Sociedade Fluminense de Agricultura e a numerosas instituições culturais e de assistência social.

A sua maior atividade, pode-se dizer mesmo a sua vida, foi dedicada à Escola Remington, à cuja frente durante 37 anos, até seu falecimento em 14 de novembro de 1917. Nela realizou numerosos empreendimentos úteis, entre os quais podem ser mencionados o ensino, pela primeira vez realizado em nossa pátria, da dactilografia nos surdos mudos e aos cegos.

Nunca deixou de interessar-se pelos problemas agrícolas de nossa terra, os quais considerava como da máxima importância para a vida e o progresso do Brasil. Acompanhava desta arte todas as publicações quer do governo, quer da Sociedade Nacional de Agricultura, quer de particulares, as quais colecionava com carinho.

Remanescentes Indígenas na Bacia do S. Francisco

Há muitos anos, no início da nossa atividade como funcionário do Ministério da Agricultura, percorremos, demoradamente, o baixo São Francisco. Tivemos, então, oportunidade de visitar, em Porto Real do Colégio, os índios que ali viviam, muito pobremente, da pesca, da rudimentar agricultura e pequena indústria cerâmica, da fiação e da tecelagem de algodão, notadamente de rêsdes. Depois, em Palmeira dos Índios, visitamos, na mesma época, um sítio e plantações de índios Xucurus.

Porto Real do Colégio, então pouco salubre, nos fez compreender a delicadeza e a sublimidade da missão do funcionário responsável pela proteção aos índios.

A sua vida é de abnegação, de desprendimento e de sacrifícios. Nem sempre é compreendido e, muitas vezes, no seu trabalho de assistência e proteção, exercendo a catequese sente, à medida que abraça e facilita o nucleamento dos pobres selvícolas, o afastamento, discreto ou ostensivo, de alguns civilizados.

É, sem dúvida, consequência de interesses contrários.

O índio, apesar de adversas as circunstâncias que o cercaram desde o período da penebração, resistiu. E, ainda agora, são encontrados dispersos, vivendo a vida do cahoeiro das ribeiras do São Francisco, parentes das tribos que, em diferentes épocas, povoaram a região e, estabelecidos em agrupamentos, remanescentes de índios que se consideram descendentes dos Cariris, os estabelecidos em Alagoas e Pernambuco —, e dos Tupinambás — os da Bahia.

Sobre as condições de vida e a situação desses núcleos remanescentes teve o Coronel Vicente de Paulo T. F. Vasconcelos, quando diretor do Serviço de Proteção aos Índios, a gentileza de nos prestar, entre outros, os seguintes esclarecimentos:

Estado de Pernambuco

Belém (1). Nas ilhas do rio S. Francisco, atualmente sujeitas a este município, habitaram, desde tempos imemo-

Antônio de Arruda Câmara

3.º Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

"Estou convencido de que o fator principal da resistência dos nossos sertanejos deve ser procurado nos elementos técnicos que povoaram os sertões do nordeste na época do seu desbravamento".

Carlos Estevão.

riais, os índios atualmente denominados "Camelas" que constituem um dos grupos remanescentes dos "Cariris" do Nordeste. Esses índios vivem hoje dispersos por diversos municípios ribeirinhos do São Francisco, por ter a Municipalidade de Belém se apossado de suas terras para distribuí-las a civilizados, apesar dos protestos do S.P.I. É assim que em Cabrobó também se encontram desses índios.

Floresta — Existem índios também do grupo "Cariri" aparentados e em ligação com o grupo dos "Pancarús", ou "Pancararús", da Itaparica.

Itaparica (2) — No distrito de Tacaratu há índios "Pancarús" ou "Pancararús" na reserva que o S.P.I. até hoje tem conseguido defender da espoliação dos civilizados. Graças a essa possibilidade de morar e trabalhar com alguma tranquilidade, as condições de vida do "Pancarús" são boas. Esses "Pancarús" são trabalhadores; a sua produção de alimentos dá para o consumo e sobra para a exportação. Dessas sobras, em 1912, presentearam 80 sacos de feijão aos "Rodelas".

Estado de Alagoas

Porto Real do Colégio — Existem, neste município, índios ainda remanescentes dos "Cariris" pertencendo ao grupo dos "Xucurus".

Estado de Sergipe

No Estado de Sergipe aparecem alguns remanescentes de índios em Itaporanga.

(1) Atual Jatiú.

(2) Atual Petrolândia.

Estado da Bahia

No Estado da Bahia, no município de Angical, ribeirão do S. Francisco, nas bacias dos rios Brejo, Missão e Aricobé e na confluência desses com o rio Carová, há índios atualmente denominados "Aricobés", que se dizem remanescentes dos "Tupinambás". Os rios acima referidos são na bacia do Rio Grande, cuja confluência com o São Francisco é na cidade de Barra.

As condições de vida desses índios pouco diferem das dos trabalhadores nacionais adjacentes: — casas de pau a pique mal cobertas de palhas; alimentação com base na farinha de mandioca, peixe do rio e rapadura; calça e camisa como vestuário único.

Estado de Minas Gerais

Em nenhum dos municípios franciscanos no Estado de Minas Gerais, existem índios estabelecidos e em condições de serem cuidadas pelo Serviço de Proteção aos Índios.

Como se vê, estão limitados a pequenos núcleos os remanescentes indígenas na Bacia do São Francisco.

O Serviço de Proteção aos Índios conhecendo-lhes condições de vida e situação presta-lhes a assistência a seu alcance e procura fazer compreender a necessidade de se dispensar ao índio remanescente tratamento capaz de integrá-lo em a nossa civilização.

Combate à Peste Suína

Grandes prejuízos já causou a peste suína no país e a renovação da suicultura está dependendo de um incentivo combate a essa moléstia, campanha que só poderá sentir efeitos satisfatórios se houver estreita colaboração dos criadores e demais interessados no comércio de porcos, com os serviços oficiais de Defesa Sanitária Animal.

Qualquer descuido ou imprevidência será desastrosa às regiões ainda livres, sendo dever de todo cidadão, ditado pelo próprio senso de patriotismo, cooperar, tanto quanto possível, para o feliz êxito dessa campanha de recuperação de uma riqueza que é nossa e que está seriamente ameaçada.

Definição

A peste suína é produzida por um vírus de alto poder infectante, constituindo doença de larga contagiosidade, podendo ser facilmente levada à distância pelos cursos d'água, rodas de carros e caminhões, calçados e vestimentas das pessoas, pelos urubús, etc.

Os porcos doentes eliminam vírus pelos correntos, evacuações, urina, etc., e desta forma a peste suína vai se mantendo nas pocilgas, mangueirões e chiqueiros.

*Como reconhecer a peste suína?**Sintomas*

Febre, andar incerto, olhos vermelhos, manchas vermelhas na pele, diarreia escura, tendência a ficarem os doentes amontoados. Cinco a vinte dias de doença, mortalidade alta e os que escapam são perigosos, tornando-se propagadores da peste.

*Lesões**Pulmão e coração*

Apresentam manchas hemorrágicas espalhadas na superfície dos órgãos.

Baço (Passarinha) — Contém focos de cor azul escuro, levemente salientes.

Rins

Muito significativo o aspecto de ovo de perna que lhes conferem numerosos e pequenos pontos hemorrágicos.

Bexiga

Aberta a bexiga mostra o revestimento salpicado de pingos vermelhos.

Intestinos

Na parte interna é cheio de botões ulcerosos cobertos de material amarelo.

Como evitar e combater a peste suína?

1.º — Vacinando todos os porcos com a vacina cristal violeta. A vacina pode ser aplicada de dois modos diferentes:

a) *Aplicação subcutânea* — injetar na parte interna da coxa, debaixo da pele, 5 centímetros cúbicos, tendo-se o cuidado de desinfetar previamente a região com água de creolina e fazer massagem depois da operação.

b) *Aplicação intradérmica* — injetar na ponta da orelha um centímetro cúbico com agulha própria que penetrada superficialmente na pele faz visível saliência indicando o seu trajeto; a seringa deve ser de vidro para garantir uma boa pressão, a região é desinfetada e o porco dominado com o auxílio do "enchimbo".

2.º — Revacuando, depois do sexto ao oitavo mês da primeira incubação.

3.º — Isolando os porcos suspeitos e sacrificando os reconhecidamente doentes.

4.º — Os porcos suspeitos, sem acusarem sintomas acentuados poderão ser tratados pelo soro anti-pestoso em doses elevadas e vacinados dez a quinze dias depois de receberem o soro.

5.º — Destruindo pelo fogo ou enterrando profundamente os que morrerem ou os que forem sacrificados.

6.º — Limpando diariamente as pocilgas, chiqueiros e mangueirões e procedendo a desinfecção quinzenal com solução de soda a 2 ou 3% e leite de cal.

7.º — Não trazendo porcos de zonas suspeitas e estabelecendo o regime de quarentena para os adquiridos recentemente que deverão ficar isolados das criações pelo espaço de 30 a 40 dias.

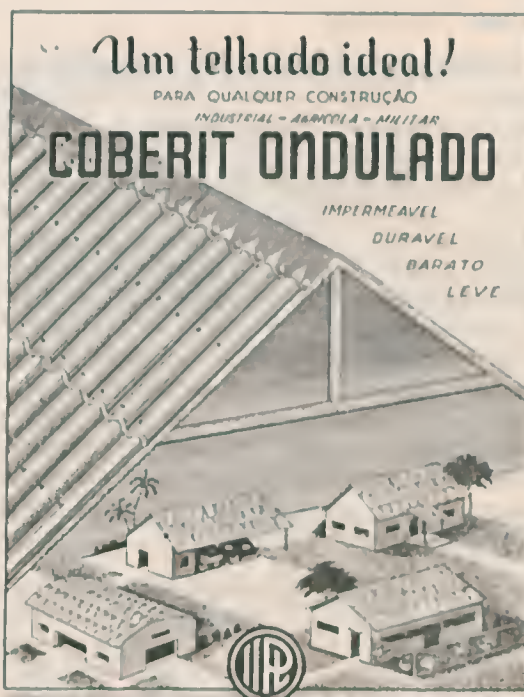
8.º — Tendo em vista o perigo que representam as pessoas e os veículos que estiveram em locais contaminados que podem levar o vírus pestoso nos calçados, nas rodas e nos cascos de animais de tração.

Um telhado ideal!

PARA QUALQUER CONSTRUÇÃO
INDUSTRIAL - AGRÍCOLA - MILITAR

COBERIT ONDULADO

IMPERMEÁVEL
DURÁVEL
BARATO
LEVE



INDÚSTRIA DE IMPERMEABILISANTES PAULSEN LTDA.

TELEF. 43.3693 Rio de Janeiro CAIXA P. 595
RUA JÓÃO CAETANO Nº 189

9.º — Só permitindo a entrada nos chiqueiros e nas pocilgas às pessoas que habitualmente ali trabalham; na entrada deve ser colocado um taboleiro de 60 centímetros de comprimento por 40 centímetros de largura e por 5 centímetros de fundo, cheio de cal extinta, a fim de desinfetarem os calçados sempre que, excepcionalmente, ali penetrarem pessoas outras.

10. Mantendo os porcos bem nutridos, utilizando água pura, canalizada; dividindo-os em lotes de acordo com as idades; fazendo o tratamento das verminoses com a fenotiazina e combatendo o piolho como produtos à base de DDT; afastando os urubús e qualquer outro comensal dos chiqueiros.

(Comunicado da Direção de Defesa Sanitária Animal e distribuído pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura — Março de 1948).

Cooperativas e Corporações

Fábio Luz Filho

Ainda existe muita gente culta ou que se diz culta que faz lamentável confusão entre *cooperativismo e corporativismo*.

Cooperativa e corporação são hodiernamente termos antitéticos, não obstante tratadistas considerem distribuição "*corporativa patronal*", idêntica ao princípio capitalista, a distribuição das sobras na proporção do capital (bancos Luzzatti italianos e cooperativas de crédito argentinas, algumas cooperativas norte-americanas), na das matérias primas e na dos produtos entregues.

Para o primeiro caso é justa a crítica; para o segundo e o terceiro, não. A regra cooperativa básica do *retorno* fundamenta-se no esforço que se recompensa. É o produtor que dá seu trabalho pessoal?...

O moderno conceito de *corporação* é radicalmente diferente do da *Economia Municipal*, em que predominavam as *colégios de Artes* (corporações, guildas, etc.), orgânicamente representativas, como acentua em "*Teoria e prática das sociedades cooperativas*", com funções religioso-morais, jurídico-políticas e econômicas, e atribuições de promover e proteger a produção, nascidas numa época em que havia a "convicção congênita de que a liberdade era o melhor subsídio de trabalho".

Corporativismo é a prática e a doutrina corporativa, nascida na Itália mussoliniana. É *organização social baseada nas corporações profissionais*, que, pelos seus órgãos eletivos, fiscaliza a atividade econômica de cada profissão. São organizações fechadas e subsidiárias do poder político. Possuem, por isso, um caráter de direito público. O Estado não deixa de controlar e dirigir as atividades profissionais através das corporações, não obstante dê autoridade a essas corporações para isso, cujas decisões têm o caráter de direito público, que poderão ser vetadas, ou não.

O corporativismo italiano definiu as corporações como instituições que "*reunem as organizações sindicais dos*

fatores da produção por determinado ramo de produção ou por uma ou mais categorias determinadas de empresa". Outra definição (Amos) diz que *corporação*, na ordem social-econômica, é o organismo de *direito público* que mantém equilibrados, dentro do seu seio, os legítimos interesses pertencentes a um ou vários ramos da produção. O sindicato passa a ser "uma peça do organismo corporativo". Não se compreende *corporação* sem *sindicato*. E sindicatos e cooperativas podem completar-se no campo da produção, mas não se confundem.

Manoilescu define a corporação como uma organização coletiva e pública composta da totalidade de pessoas, físicas ou jurídicas, que desempenham em seu conjunto a mesma função nacional e tem por objetivo assegurar o exercício de regras de direito impostas a seus membros.

Ego Spirito dá como conceito fundamental da economia corporativa o estatística de todos os fenômenos econômicos, conceito radicalmente diferente do cooperativo, como se sabe, de vez que este quer a administração das coisas, baseia-se na iniciativa privada e deseja que o Estado perca seu conteúdo coercitivo, ou totalitário. Talvez se loquem suas filosofias quanto à identidade de interesse individual com o geral, pelo princípio da satisfação das necessidades e subordinação da produção ao consumo, visando, porém ao consumidor, que disciplina e canaliza para o interesse comum.

A cooperativa é uma "economia completa" (*Wirtschaft*), como o foi a família no seu caráter de centro de produção e consumo.

A cooperativa é uma organização de natureza volitiva, aberta a todos, de entrada e saída livres, de adesão voluntária, formadora de uma consciência élica nas relações econômicas e organismo sócio-econômico-moral em última análise.

Primeira Reunião Semestral dos Prefeitos Fluminenses, para tratar dos problemas que interessam à lavoura

TEMA

Hortos Municipais: suas finalidades e importância para os Municípios Fluminenses

Como contribuição da Sociedade Nacional de Agricultura, que mantém, no Distrito Federal, a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", situada no Horto Frutícola da Penha, apresentamos aos srs. Prefeitos dos Municípios Fluminenses, como subsídio para o estudo dos problemas constantes do temário da "Primeira Reunião Semestral dos Prefeitos Fluminenses para tratar dos problemas que interessam à lavoura", um ligeiro esboço sobre as "Finalidades e Importância dos Hortos Municipais".

1 — Importância dos Hortos Municipais

A criação de *Hortos Municipais*, constitui, sem dúvida, um assunto que, dada a sua importância para os Municípios Fluminenses, será debatido, em seus múltiplos e variados aspectos, na "Primeira Reunião Semestral dos Prefeitos" da próspera Unidade da Federação.

De fato, a criação de *Hortos Municipais*, é um problema de relevante importância no momento em que o Governo do Estado do Rio se encontra empenhada em estudar e resolver, em bases seguras e objetivas, os mais prementes problemas da lavoura fluminense; lavoura que, por falta de uma assistência segura e decisiva, debate-se com vários problemas que precisam e devem ser resolvidos criteriosamente.

A criação de *Hortos Municipais*, de âmbito geral, não, apenas, Hortos destinados ao fomento do reflorestamento, mas Hortos que cuidem, não somente dos problemas da Silvicultura, mas também, dos problemas da horticultura propriamente dita (fruticultura, hortaliçicultura e jardinagem), é uma questão de grande interesse e oportunidade que, a nosso ver, muito concorrerá para a melhoria das condições econômicas da lavoura fluminense.

Pelo Engenheiro Agrônomo
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Professor da Escola de Horticultura
"Wenceslão Bello"

A par disso, pelas suas finalidades educativas, muito concorrerão os Hortos Municipais para a melhoria e elevação dos conhecimentos e modo de vida da comunidade rural fluminense.

A simples instalação de postos de distribuição de mudas, sementes, ferramentas, etc. não resolve, a contento, os problemas da lavoura.

De nada adianta a simples distribuição de mudas, sementes, etc., se os agricultores não estão convenientemente esclarecidos e orientados sobre os problemas da lavoura; sobre como plantar e cuidar racionalmente das culturas; sobre a importância da utilização de boas mudas e sementes; sobre como conservar e aproveitar melhor o solo, enfim, sobre como orientar segura e racionalmente qualquer exploração agrícola.

O *Horto Municipal* deve ser uma verdadeira escola que encaminhe, oriente, e guie o agricultor; que, ao lado das mudas e sementes que forneça em condições vantajosas, proporcione ao homem rural fluminense os conhecimentos básicos para que ele adquira uma qualificação profissional; que encare os problemas da comunidade rural com objetividade e interesse, resolvendo-os, satisfatoriamente, de acordo com as condições locais; que coopere, enfim, eficientemente com as autoridades municipais e estaduais para a solução dos mais palpitantes problemas da lavoura. Possuímos poucas escolas profissionais agrícolas, e, nessas condições, o ensino agrícola avulso, ensino prático e objetivo, que oriente os interessados sobre os mais variados assuntos agrícolas, deve ser ministrado por todos os modos e meios possíveis, pois é o único que, em pouco tempo e em condições vantajosas, resolve, em parte, o problema da qualificação pro-

fissional do homem rural. A nossa experiência em essa modalidade de ensino, nos dá certeza de que éle precisa e deve ser levado a efeito em todos os recantos do país.

Os Cursos Avulsos da Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural; os Cursos de Treinamento da Comissão Brasileira-Americana de Educação das Populações Rurais; os Cursos Rápidos da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello; os Cursos Práticos da Fundação Getúlio Vargas em colaboração com a Sociedade Nacional de Agricultura, etc., constituem um índice expressivo do interesse e oportunidade de tais cursos sobre os mais variados assuntos relacionados com a agricultura.

Os *Hortos Municipais* que venham a ser criados nos Municípios Fluminenses devem, ao lado de seus encargos relacionados com a produção de mudas, distribuição de sementes, trabalhos de cooperação com os lavradores e com as autoridades municipais, etc., cuidar ainda, com o máximo interesse e carinho, dos problemas do ensino, possibilitando que os lavradores fluminenses, adquiram os conhecimentos indispensáveis sobre diferentes assuntos e práticas relacionadas com a agricultura.

Fomentar e melhorar a lavoura, instruir o homem rural, estudar os problemas agrícolas e econômicos da agricultura municipal, eis os principais objetivos dos *Hortos Municipais*.

II — Finalidades dos Hortos Municipais

Múltiplas e variadas são as finalidades dos *Hortos Municipais* que almejamos, sejam criados e instalados, em um futuro próximo, no Estado do Rio de Janeiro.

Entre elas, podemos destacar as seguintes:

1 — Produção e distribuição de mudas

Uma das finalidades dos *Hortos Municipais* deve ser a produção e distribuição de mudas de árvores frutíferas, plantas ornamentais e essências florestais, mais indicadas para a região sob sua jurisdição. Para isso deve o *Horto Municipal* possuir instalações e aparelhamento necessários para a instalação de

grandes sementeiras e viveiros, que produzam mudas selecionadas em quantidade suficiente para suprir as necessidades constantes dos interessados. Essas mudas devem ser de essências florestais mais convenientes para o reflorestamento da região, enxertos de árvores frutíferas das espécies e variedades adequadas às condições etiológicas regionais; mudas das plantas ornamentais mais indicadas para os parques, jardins, praças, etc., do município, etc.

A venda de mudas deve ser feita em condições vantajosas (baixo preço, facilidade de pagamento etc.), pois a finalidade de um *Horto Municipal*, não é a de se constituir em fonte de renda para o município, mas, sim, em fomentar e auxiliar o desenvolvimento da lavoura.

2 — Distribuição de sementes

Devem os *Hortos Municipais* distribuir aos lavradores, por preços módicos e em condições vantajosas, sementes selecionadas de hortaliças e de plantas de pequena lavoura das variedades mais indicadas para a região, quando possível produzidas no próprio Horto, ou, então, adquiridas nos Campos de Sementes do Estado ou da União, etc.

3 — Trabalhos de cooperação

Os *Hortos Municipais* devem também fazer, em cooperação com particulares, trabalhos de reflorestamento, instalação de hortas, pomares, etc., prestando-lhes assistência técnica, fornecendo-lhe mudas, etc., pois o objetivo dos mesmos é fomentar e melhorar a agricultura.

4 — Reflorestamento de áreas devolutas

As áreas de terrenos devolutos, pertencentes ao Município, no Estado ou ao Governo Federal, poderão ser reflorestadas pelo *Horto Municipal* que se incumbirá de explorar racionalmente tais florestas, obtendo assim, uma renda que auxiliará a sua manutenção.

5 — Arborização de estradas, praças, parques, etc.

Deve constituir, também, incumbência do *Horto Municipal*, a arborização de estradas, praças, parques e jardins do

Município sob sua jurisdição em cooperação com o Departamento de Estradas, com o Estado, etc..

6 — *Divulgação e fiscalização dos Códigos Florestais e de Caça*

O *Horto Municipal* deve constituir-se em delegado do Serviço Florestal e do Serviço de Caça, divulgando sob todas as formas e meios possíveis os preceitos neles estabelecidos e fiscalizando a sua observância no Município sob sua jurisdição, visando a proteção à natureza.

7 — *Instalação de conservação de parques e jardins*

Em cooperação com as autoridades municipais, o *Horto Municipal* poderá ter, também a seu cargo, a instalação, nos recantos mais indicados, dos parques e jardins que se fizerem necessários ao embelezamento da região e recreação da população rural, cuidando ainda da manutenção e conservação dos mesmos.

8 — *Centro de estudos*

O *Horto Municipal* deve igualmente, constituir-se em centro de estudos relativos aos problemas agrícolas e florestais do município. Serão encargos do Horto, por exemplo, os estudos sobre as essências florestais da região, seus característicos e importância econômica; as experimentações sobre as essências florestais, árvores frutíferas, espécies hortícolas mais indicadas para a região; os estudos sobre as doenças e pragas mais frequentes na região, etc., trabalhos que poderão ser realizados em colaboração com Institutos de Pesquisas, Estações Experimentais, etc., constituindo-se assim, em um centro capaz de esclarecer os interessados sobre todas as questões relativas à agricultura regional.

9 — *Cursos Práticos*

A exemplo do que vem fazendo, com pleno êxito, desde 1937, a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", no Horto da Penha, Distrito Federal, será de toda conveniência, que nos *Hortos Municipais*, sejam realizados Cursos Práticos sobre assuntos compreendidos na silvicultura, na fruticultura, na floricultura e na hortaliçicultura, etc.,

Tais cursos, eminentemente práticos e objetivos, com a duração de 10 a 12 aulas deverão ser realizados, de preferência

aos domingos, para facilitar a frequência daqueles que, em virtude de seus afazeres habituais, não puderem frequentá-los em outra ocasião. Os Cursos Práticos, ministrados nos *Hortos Municipais*, inteiramente gratuitos e organizados de tal maneira que possibilitem a frequência mesmo dos menos cultos (substituição de provas práticas escritas por tarefas ou provas práticas orais) apresentarão, sem dúvida, resultados surpreendentes.

Entre outros, podemos lembrar, os seguintes Cursos Práticos que, estamos certos, alcançarão grande êxito, nos futuros *Hortos Municipais*:

- a) Curso Prático de Viveirista;
- b) Curso prático de Floricultura;
- c) Curso Prático de Exortin;
- d) Curso Prático de Organização de Pomares;
- e) Curso Prático de Reflorestamento;
- f) Curso Prático de Restauração de pomares;
- g) Curso Prático de Organização de Hortas Domésticas;
- h) Curso Prático de Preparo do Solo;
- i) Curso Prático de Extinção de Formigas;
- j) Curso Prático de Defesa Sanitária Vegetal;

10 — *Clubes Agrícolas*

Em todos os *Hortos Municipais*, será de toda conveniência, seja organizado, com os filhos de funcionários e trabalhadores do estabelecimento, um Clube Agrícola que terá por objetivo, iniciar os adolescentes nos práticas agrícolas, salientando o amor à terra e ao trabalho agrícola. Os Clubes Agrícolas, pelas suas elevadas finalidades, e pelos seus objetivos constituem verdadeiros centros de educação rural que precisam e devem ser difundidos entre nós.

11 — *Escolas de Horticultura e Silvicultura*

Nos Municípios de maiores recursos deverá ser mantida, anexa ao *Horto Municipal*, uma *Escola de Horticultura e Silvicultura* que ministre os ensinamentos relativos à horticultura em todas as suas especializações e à silvicultura, diplomando, em cursos de duração não superior a dois anos, os hortelões, fruticultores, jardineiros, floricultores e silvicultores de que tanto carece a agricultura fluminense, para que os trabalhos agrícolas relacionados com tais es-

pecialidades, sejam bem orientados e conduzidos.

Para matricula em tais cursos deve ser exigido, apenas, conhecimentos de nível primário (conclusão do curso primário), a fim de proporcionar àqueles que terminam o curso primário, uma oportunidade para que adquiriram uma qualificação como trabalhador rural. Tais escolas, inteiramente gratuitas, concorrerão, eficientemente, para a elevação da horticultura em todos os seus setores e da silvicultura, explorações que, pelas suas particularidades, precisam e devem ser incentivadas entre nós. Inicialmente, uma ou duas escolas nos municípios de maiores recursos, será um grande passo para o desenvolvimento do ensino agrícola no Estado do Rio de Janeiro.

12 — Mercados, postos de distribuição de produtos, etc.

Não basta fomentar a produção; é preciso organizá-la de tal maneira que ela possa ser colocada em condições vantajosas para o produtor. Nesse sentido será de grande interesse que o *Horto Municipal*, em colaboração com as autoridades municipais, instale um grande mercado Municipal, articulado com postos de distribuição espalhados pelo Município, organizados de preferência, sob regime cooperativista, a fim de que a produção agrícola municipal possa ser convenientemente distribuída e colocada nos mercados consumidores.

III — Conclusões

1 — A criação de *Hortos Municipais* no Estado do Rio de Janeiro, é uma medida aconselhável e terá, sem dúvida, um reflexo benéfico na economia agrícola fluminense.

2 — Os *Hortos Municipais* não devem limitar-se, apenas, à produção e distribuição de mudas e sementes, mas, ter um caráter mais amplo, fomentando e organizando a produção municipal.

3 — Os *Hortos Municipais* devem cuidar, com o máximo interesse e carinho, das questões relativas ao ensino agrícola, ministrando cursos práticos e rápidos, eminentemente objetivos, sobre os mais variados assuntos e práticas agrícolas.

4 — Será de toda conveniência que, nos *Hortos Municipais* dos maiores e mais ricos Municípios Fluminenses, se-

jam criadas Escolas de Horticultura e Silvicultura que preparem os hortelões, fruticultores, silvicultores e jardineiros de que tanto carece o Estado do Rio de Janeiro.

5 — Através dos *Hortos Municipais* poderão ser levadas a efeito campanhas interessantes e oportunas para a economia rural fluminense, tais como, as campanhas do reflorestamento, da exploração racional das florestas, da proteção à natureza, de restauração de pomares, da formação de pomares, de combate à erosão, de recuperação da fertilidade do solo, da instalação de hortas, da extinção de sãiva, e tantos outros de grande objetividade e interesse.

6 — Através dos *Hortos Municipais* poderão ser arborizadas as margens das estradas de rodagem, estradas de ferro etc., instalados e conservados parques e jardins de que tanto necessitam os municípios fluminenses, além de outros trabalhos semelhantes de grande interesse e oportunidade.

7 — Os *Hortos Municipais* devem constituir-se em centros de estudos sobre os problemas agrícolas da região, promovendo pesquisas e experimentações, levantando inquéritos, etc.

8 — Os *Hortos Municipais*, para que não se tornem muito onerosos para o município devem ser subvencionados pelo governo Estadual e contar com outros recursos tais como, rendas eventuais de venda de mudas, sementes, etc., de trabalhos de cooperação, de exploração racional de florestas sob sua administração, de donativos particulares, auxílios da Fomento Agrícola Federal, etc.

Obs.) O presente trabalho, subsidio para um estudo mais amplo relativo ao problema dos "Hortos Municipais", é uma contribuição da Sociedade Nacional de Agricultura que acompanha com grande interesse a atuação que, para o fomento da economia rural fluminense vem desenvolvendo o atual titular da Secretaria da Agricultura, Dr. Edgard Teixeira Leite, profissional brilhante, conhecedor profundo dos nossos problemas agrícolas; homem público devotado e entusiasta que muito está fazendo em benefício da lavoura fluminense, com o concurso de todos aqueles que bem desejam servir ao Estado do Rio e ao Governo Federal.

Premios "Simões Lopes" de 1947

Em sessão especial da Sociedade Nacional de Agricultura, realizada a 8 de abril deste ano, foram entregues aos alunos da Escola Nacional de Agronomia e da Escola Nacional de Veterinária os prêmios "Simões Lopes" de 1947, alcançados pelo Eng.º-Agrônomo Francisco de Paula Storino e Médico-Veterinário Matheus Nelly Notaroberto.

Sobre a personalidade do patrono do cobrição laurei, falou o Prof. Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e Reitor da Universidade Rural, a que



Médico-Veterinário
MATHEUS NELLY NOTAROBERTO



Eng.º-Agrônomo FRANCISCO DE PAULA STORINO

reado Francisco de Paula Storino, o mesmo acontecendo em relação ao Prof. Thomaz da Rocha Lagôa, que entregaria o que coube ao médico-veterinário Matheus Nelly Notaroberto.

O Prof. Honorio Mont.º Filho, visto achar-se presente o Dr. Lulz Simões Lopes, engenheiro-agrônomo e filho do patrono do prêmio, pediu que este se incumbisse da honrosa tarefa, o que foi feito sob aplausos.

O Prof. Rocha Lagôa, declinou da sua incumbência em favor do Dr. Guilherme Hermsdorff, a quem se deve o restabelecimento do prêmio Simões Lopes.

Ao receber a sua medalha de ouro, o Engenheiro-Agrônomo Francisco de Paula Storino, dirigindo-se ao Professor Torres Filho, pronunciou algumas palavras de agradecimento, extensivos à Sociedade Nacional de Agricultura, pelo decisivo papel que teve na outorga dessa recompensa e entregou à Mesa a sua proposta para admissão como sócio da Sociedade.

estão subordinadas aquelas duas Faculdades.

O Prof. Cincias Guimarães, Diretor dos Cursos de Extensão e Especialização da dita Universidade procedeu à leitura do histórico do prêmio e ao currículo dos dois alunos distinguidos com a medalha.

O Prof. Torres Filho, ao terminar a leitura destes documentos, pediu que o Prof. Honorio da Costa Montelhy Filho, Diretor-Substituto da E.N.A. fizesse a entrega do prêmio ao lau-

Seguiu-se com a palavra o Prof. Honório da Costa Monteiro Filho, que, como Diretor da E.N.A., queria tornar públicos os agradecimentos dos corpos docente e discente da Escola pelo apólo que tem recebido da Sociedade Nacional de Agricultura.

HISTÓRICO DA MEDALHA

O prêmio denominado "Simões Lopes", constituído de medalhas de ouro, foi instituído em homenagem ao Ministro da Agricultura Dr. Idefonso Simões Lopes, por antigos funcionários do Ministério da Agricultura, que ofereceram para tal fim, 5 apólices da Dívida Pública.

Posteriormente essas apólices acrescidas da importância de Cr\$ 1.075,00 correspondente



Medalha Simões Lopes (Anverso)

aos respectivos juros, foram recolhidas no Tesouro Nacional, conforme processo n.º 149.437 de 1947.

Na administração do Dr. Guilherme Hermsdorff, Diretor da Escola Nacional de Veterinária, houve entendimento com o D.A.S.P. no sentido de serem novamente concedidas essas medalhas aos melhores alunos da E.N.A. e E.N.V. Tendo o chefe do Governo da República, de então, autorizado a concessão desse prêmio, em processo que lhe foi submetido com parecer favorável do D.A.S.P., anualmente passou a figurar no orçamento dessas duas Escolas, a quantia de Cr\$ 1.500,00 destinada a cada uma, para as respectivas despesas de confecção das medalhas. Em 1947, em virtude da compressão de despesas, essa importância, não constou do orçamento, o que motivou o expediente do Senhor Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura ao atual Ministro da Agricultura, no sentido de serem pela referida Sociedade, oferecidas as medalhas de ouro aos melhores alunos das Escolas Nacional de Agronomia e Nacional de Veterinária,

pela circunstância de ter sido o patrono das medalhas, — Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

CONDIÇÕES PARA OBTENÇÃO DO PRÊMIO "SIMÕES LOPES"

- 1 — Ter feito o curso completo, desde o primeiro ano;
- 2 — Não ter sido reprovado nem prestado exames em segunda época;
- 3 — Ter obtido o maior número de pontos, computados pela soma das notas de aprovação;
- 4 — Em caso de empate, o prêmio será conferido ao aluno que tendo satisfeito as condições acima, obtiver o maior número de pontos na aprovação das cadeiras do último ano.

HISTÓRICO ESCOLAR

Mathias Nelly Notaroberto, diplomado veterinário em 1947 pela Escola Nacional de Veterinária.

Filho de João Notaroberto e de D. Maria José Freire Notaroberto, nascido aos dez de maio de 1924 no Distrito Federal.

Matriculou-se em 2 de março de 1944 no 1.º ano da Escola Nacional de Veterinária, tendo prestado o Concurso de Habilitação na 2.ª quinzena de fevereiro do mesmo ano. Obteve média global 58, extraída das seguintes matérias que constituíram o referido Concurso, sendo as aprovações em Inglês, com média 60; Sociologia, 75; Física, 70; Desenho, 50; Química, 60; História Natural, 31,5.

A habilitação no Curso Superior foi a seguinte:



Medalha Simões Lopes, Agronomia (Reverso)

1.º ano — 1944: Na 1.ª cadeira — Química orgânica e biológica, com média 0; 2.ª cadeira — Fisiologia dos animais domésticos, com média 7; 3.ª cadeira — Anatomia dos animais domésticos, com média 7; 4.ª cadeira — Histologia e Embriologia, com média 7.

2.^o ano — 1945: Na 5.^a cadeira — Zoologia médica, parasitologia e doenças parasitárias, com média 9; 6.^a cadeira — Patologia geral e semiologia, com média 9; 7.^a, cadeira — Anatomia Patológica e técnica de necropsias, com média 8; 8.^a cadeira — Microbiologia e Imunologia, com média 9,5.

3.^o ano — 1946: Higiene Veterinária Rural, alimentação dos animais domésticos, com média 8,5; 11.^a cadeira — Zootecnia geral, genética animal e exterior dos animais domésticos, com média 8; 12.^a cadeira — Terapêutica, farmacodinâmica, toxicologia e arte de formular, com média 7,5; 15.^a cadeira — Patologia e clínica médicas dos animais domésticos, com média 8.

4.^o ano — 1947: 10.^a cadeira — Doenças contagiosas e parasitárias dos animais domésticos, políclia sanitária, clínica, com média 10; 13.^a cadeira — Patologia e clínica cirúrgicas, obstétrica, com média 9; 14.^a cadeira — Zootécnica especial, com média 10; 15.^a cadeira — Patologia e clínica médicas dos animais domésticos, com média 8 e na 16.^a cadeira — Indústria e Inspeção dos produtos de origem animal, com média 8,5.

Obteve a classificação em 1.^o lugar, com a média geral 8, tendo colado grau de Veterinária no dia 18 de dezembro de 1947.

HISTÓRICO ESCOLAR

Francisco de Paula Storino, filho de Salvador Storino e de Dona Nelly Garcia, nascido aos 25 de março de 1926 e natural do Distrito Federal.

Matriculou-se na Escola Nacional de Agronomia em 27 de fevereiro de 1944, tendo prestado Concurso de Habilitação na primeira quinzena de fevereiro do mesmo ano e obtido média global 59, extraída da média das seguintes disciplinas: Matemática, Sociologia, Física, Química, História Natural e Desenho, sendo respectivamente as notas dessas disciplinas: 45, 90, 41, 67, 71, 40.

As aprovações nas diversas cadeiras do curso, foram as seguintes:

1.^o ano — 1944: 1.^a cadeira — Matemática, Geometria analítica e cálculo com grau 5; 2.^a cadeira — Física agrícola, com grau 9; 4.^a cadeira — Química analítica com grau 5; 7.^a cadeira — Botânica agrícola: anatomia, fisiologia e sistemática, com média 8; 8.^a cadeira — Zoologia agrícola: zoologia geral, anatomia e fisiologia dos animais domésticos, com grau 7 e Desenho com grau 7.

2.^o ano — 1945: 3.^a cadeira — Geologia agrícola: geologia, mineralogia e agrologia, com média 8; 5.^a cadeira — Química orgânica e tecnologia rural, com média 7,5; 8.^a cadeira — Zoologia agrícola, com média 10; 11.^a cadeira — Mecânica agrícola: máquinas e motores agrícolas, desenho de máquinas, com média 7 e 9.^a cadeira — Entomologia e parasitologia agrícolas com grau 6.

3.^o ano — 1946: 6.^a cadeira — Química agrícola, grau 5; 10.^a cadeira — Fitopatologia e microbiologia agrícola, média 9; 12.^a cadeira — Agricultura geral e genética vegetal, média 9; 14.^a cadeira — Horticultura e Silvicultura, média 7; 15.^a cadeira: Zootecnia: exterior e raças, Zootecnia geral e genética animal, média 8 e 17.^a cadeira — Engenharia rural, média 10.

4.^o ano — 5.^a cadeira: Química orgânica e tecnologia rural, média 7; 13.^a cadeira — Agricultura e genética especializada, média 9; 16.^a cadeira — Zootecnia especializada: criação, alimentação e higiene, média 9; 17.^a cadeira — Engenharia rural, média 8 e 18.^a cadeira — Economia rural, média 8.

Atingiu a 1.^a classificação com a média geral 8.

Colou grau de Engenheiro-Agrônomo no dia 18 de dezembro de 1947.

A Cultura da Bananeira

O prof. Geraldo Goulart da Silveira, acaba de enriquecer a nossa bibliografia agrícola com o trabalho sob o título acima: bem escrito, bem impresso, e, sobretudo, com muito o que se aprender. "A Lavoura" registra com duplo prazer o aparecimento do folheto "A Cultura da Bananeira", que *Chacaras e Quintais* incluiu na sua interessante série "Vamos para o campo" (vol. 35, 27 págs., ilustr.), por ser seu autor consultor técnico desta Revista e professor e vice-diretor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, mantida pela S.N.A. no Horto Frutícola da Penha.

O JEEP AGRICOLA,

Prestimoso Auxiliar dos Agricultores



Rápida palestra com um dos dirigentes da
"Willys Overland Export Co."

Acaba de passar por esta capital o sr. M. R. Dull Jr., Assistente do Superintendente da "Willys Overland Export Co.", que veio ao Brasil especialmente para avisar-se com os distribuidores daquela companhia automobilística no Brasil.

Na sede da firma "Gastal & Cia. Ltda." — um dos distribuidores da "Willys Overland" — tivemos oportunidade de palestrar com o Sr. M. R. Dull Jr., colhendo, com respeito aos novos rumos que estão sendo seguidos pela indústria de automóveis norte-americana em face da atual situação econômica mundial, as impressões que damos a seguir.

UMA NOVA MENTALIDADE

Como se sabe, a "Willys Overland Export Co." é a fábrica criadora do "Jeep Universal" — o carro que trouxe para as tarefas de paz, ampliadas e aperfeiçoadas, as qualidades que o tornaram famoso durante a guerra. Terminado o conflito, os engenheiros da "Willys Overland" introduziram no Jeep uma série de modificações que dele fizeram um carro de utilidade quase ilimitada, tal a diversidade das tarefas em que pode ser utilizado, no campo ou na cidade. Um dos novos tipos de "Jeep" lançados pela "Willys Overland" veio a ser o "Jeep Agrícola" — um carro construído especialmente para os agricultores, e que, graças aos implementos agrícolas com os quais trabalha, pode substituir os tratores nos trabalhos do campo.

Dissertando sobre as características desse carro, o Sr. Dull Jr. explica os motivos que levaram a Companhia de que é um dos dirigentes a criá-lo:

— A Willys Overland — diz ele — que, anteriormente, fabricava somente carros de luxo, foi a primeira grande fábrica de automóveis norte-americana a constatar a necessidade de se produzir, atualmente, carros de utilidade realmente prática, que atendam melhor as necessidades do homem comum, e, particularmente, daqueles que produzem, nos campos. Para estes é que foi criado o "Jeep Agrícola" — um carro em que a multiplicidade dos serviços que dele se pode esperar conjugou-se a grande economia do seu custo e da sua manutenção.

— Trata-se de um "Jeep" comum, adaptado aos serviços de campo?

— Sim. O "Jeep Agrícola" é um carro no qual são conservados os característicos essenciais do "Jeep Universal" comum, cujas qualidades de resistência às mais duras provas foram sobejamente demonstradas. Possui, entretanto, aperfeiçoamentos importantíssimos, como sejam o levantador hidráulico, para o trabalho com arados, duas toneladas de força, barra de tração, regulador de velocidade, etc.

MULTIPLICAÇÃO DO DOLAR IMPORTADO

Mr. Dull Jr. aponta para um "Jeep" que se achava em exposição cercado de curiosos, e prossegue:

— Hoje, pelo menos no que toca à "Willys Overland", a antiga mentalidade da indústria automobilística, modificou-se, moldando-se aos imperativos da ordem econômica da época especialíssima que atravessamos. Dessa mudança surgiu o prestimoso auxiliar da lavoura que ali está. Com o "Jeep Agrícola" a "Willys Overland" dá aos importadores multiplicidade de rendimento para o dólar importado. Com efeito, ao adquirir um "Jeep Agrícola", o agricultor leva para casa, pelo preço de um só veículo, um trator, um caminhão e um carro de passeio. A despesa é uma só; a utilidade é típica.

"JEEP AGRICOLA", PRODUTO PREFERENCIAL

E o Sr. Dull Jr. acrescenta:

— Isso explica a situação excepcional de que goza o "Jeep" nas tabelas de importação de vários países, nos quais é considerado como artigo preferencial. Na Turquia e na França, por exemplo, já existe prioridade de importação para o "Jeep Agrícola". Esperamos que outros países venham a seguir o exemplo, fazendo ao "Jeep Universal" a justiça que merece.

— Estamos, atualmente, exportando uma enorme quantidade de "Jeeps", para o mundo inteiro. E estamos incentivando a produção, de modo a podermos entregar um "Jeep" a cada agricultor que o deseje, sem as atuais delongas — que decorrem, em grande parte, de influências alheias à nossa vontade. Para que se tenha idéia do que estamos fazendo, basta dizer-lhe que há grandes fábricas de implementos agrícolas trabalhando exclusivamente para a "Willys Overland", fabricando os implementos que fazem parte do equipamento do "Jeep Agrícola". Todos os carros que exportamos em batam acompanhados de todos os acessórios que os tornam aptos a executarem qualquer tarefa agrícola.

E Mr. Dull Jr. concluiu, encerrando sua rápida entrevista:

— Estou certo de que as autoridades brasileiras hão de reconhecer o valor dos serviços que os nossos carros podem prestar para o rápido desenvolvimento da agricultura nesta pátria. O Brasil possui uma enorme riqueza em potencial, com a qual poderá abastecer-se a si mesmo, e ao mundo inteiro, por tempo incalculável. Que é preciso para que essa riqueza possa ser explorada? Seguir o caminho natural: industrialização da agricultura através do fornecimento de maquinaria moderna aos produtores, bem como da introdução de novos métodos de aproveitamento da terra. A "Willys Overland" deseja colaborar nesta obra, pondo à disposição dos agricultores brasileiros veículos que atendam, integralmente às necessidades de suas tarefas.

Comissão Consultiva do Intercambio Comercial Com o Exterior

Representação da Agricultura e Pecuária

O art. 7 do decreto n. 21.697-A de 23 de março deste ano, aprovando o regulamento expedido em virtude da lei número 262, de 23 de fevereiro, instituiu no seu artigo 7 a Comissão acima, a qual teria "a constituição e as atribuições fixadas no regulamento aprovado pelo presente decreto."

No regulamento aprovado, o art. 9 estabeleceu que a Comissão seria constituída pelo chefe do Gabinete do Ministro da Fazenda, pelo Diretor da Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil, pelo Diretor da Carteira de Câmbio do mesmo Banco, pelo Diretor-Geral do Conselho Federal do Comércio Exterior, pelo Chefe do Departamento Econômico e consular do Ministério das Relações Exteriores, pelo Acessor Técnico da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, por um representante da indústria, um do comércio, e um das *atividades agropecuárias*, respectivamente indicados pela Confederação Nacional da Indústria, pela Confederação Nacional do Comércio e pela *Sociedade Nacional de Agricultura* todos nomeados pelo Presidente da República.

Por Aviso n. 29, de 19 de abril, o Sr. Ministro da Fazenda solicitou à Sociedade a indicação do nome do delegado que deveria representar a Agricultura no Conselho, tendo a Diretoria, em ofício de 27, designado o Dr. Edgard Teixeira Leite, seu 2.º Vice-Presidente.

A 29 do mesmo mês, o "Correio da Manhã" estampou a seguinte notícia:

"Comissão de Exportação — Uma recusa que se explica — O Sr. Presidente da República solicitou da Sociedade Nacional de Agricultura que indicasse um representante das classes agrícolas para representá-la na comissão de Exportação, criada recentemente para resolver os assuntos ligados à exportação de produtos agrícolas. Acontece que a referida Sociedade indicou o Secretário da Agricultura do Estado do Rio, fato que contrariou os meios rurais por se tratar de

membro do Governo e que não poderá, com liberdade, julgar os interesses da classe uma vez que contra estes estejam as prevenções governamentais.

Os dirigentes da classe agrícola de S. Paulo, em reunião, deliberaram não aceitar o indicado pela S.N.A. para representar a classe, unicamente por não ser elemento desta e sim pessoa ligada aos meios oficiais".

Imediatamente, dirigiu a Sociedade Nacional de Agricultura ao "Correio da Manhã", que a estampou na sua edição de 4-5-1948, a nota que se segue, a qual não teve até agora nenhuma contestação:

"Sob o título acima, publicou esse conceituado matutino uma nota na sua edição de 29 de abril, na qual se alegava:

a) que o presidente da República solicitara da Sociedade Nacional de Agricultura a indicação de um representante das classes agrícolas para representá-la na Comissão de Exportação;

b) que a Sociedade indicara para a função o Secretário da Agricultura do Estado do Rio;

c) que esse fato contrariou os meios rurais;

d) que se tratava de membro do governo, o qual não poderia, com liberdade, julgar os interesses da classe, toda vez que contra estas estivessem as prevenções oficiais; e, finalmente,

e) que os dirigentes da classe agrícola de São Paulo deliberaram não aceitar a indicação da Sociedade, por se tratar de elemento ligado aos meios oficiais.

À Diretoria da Sociedade, cabe, a respeito, esclarecer:

a) que não recebeu nenhuma solicitação do Sr. Presidente da República para indicar representante seu à dita Comissão, e sim do Sr. Ministro da Fazenda, que agiu em virtude de dispositivo legal, o Decreto n. 21.697-A, de 23 de março de 1948, e regulamento com o mesmo baixado, em cujo Art. 9.º é a Sociedade Nacional de Agricultura *expressamente mencionada* como o órgão a

quem cabe a indicação do representante da lavoura;

b) o nome indicada foi o do Dr. Edgard Teixeira Leite, engenheiro agrônomo, fazendeiro, há longos anos Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e que, no momento, *eventualmente* também ocupa o cargo de Secretário da Agricultura do Estado do Rio;

c) a Sociedade Nacional de Agricultura, até agora só tem recebido, dos meios rurais, aplausos à dita indicação, surpreendendo-se com a afirmativa em contrário constante da nota;

d) a Comissão pertence à esfera *federal* e o representante indicado a membro do secretariado de um governo *estadual*, não compreendendo a Sociedade, por outro lado, que passa haver, da parte do governo, de qualquer esfera, *prevenções oficiais* contra a classe rural, como sugere a nota e de que é prova concludente da negativa a inclusão, espontaneamente pelo governo, de um representante da agricultura, na comissão em apêço;

e) a necessidade, ou não, do nome indicado pela Sociedade Nacional de Agricultura é da alçada exclusiva do Sr. Presidente da República. E' n' este que cabe a apreciação e julgamento da matéria.

Para finalizar, a Sociedade declara ainda que, funcionando há cêrca de dois anos, no Banco do Brasil, uma comissão análoga, cujas funções são ampliadas pela atual, de que tem participado delegação sua, foi esta, durante todo êsse período, exercida pelo mesmo nome agora indicado.

Nos trabalhos dessa comissão, ponde o Vice-Presidente da Sociedade e n'algio parlamentar demonstrar o mesmo espírito equilibrado, o conhecimento profundo dos nossos problemas rurais e econômicos, livre de paixões, sem ligações com grupos de qualquer natureza e, sobretudo, com uma grande noção de responsabilidade, dado o *caráter nacional* dos problemas que lhe cabe examinar ali. Foi por tôdas essas razões que a Sociedade, pondo de lado indicações que lhe chegaram de personalidades alheias aos seus quadros, e no exercício de uma prerrogativa que lhe é outorgada em lei, preferiu recanduzir à comissão o nome lhibado e por todos os títulos digno do respeito e da admiração da classe agrí-

cola, do Dr. Edgard Teixeira Leite, cujo competência na matéria e alto espírito pública eslão sobejamente comprovados.

Agrdecendo, Sr. Redtor, a sua guarda a estas linhas, apresento os meus protestos de elevada consideração e apêço".

A Sociedade tem recebido numerosas cartas, telegramas de lavradores, e entidades rurais de todo o país, aplaudindo a sua indicação, sendo de nolar os seguintes:

MATO GROSSO

Ass. Rural Poconé apoia indicação nome Dr. Edgard Teixeira Leite para representante Lavoura junto Comissão Importação Exportação Sds. Dr. Cid Nunes Cunha Pres.

Tenho satisfação de comunicar-lhe que estamos de pleno acôrdo indicação Dr. Edgard Teixeira Leite para representante lavoura junto Comissão Srs. José Rodrigues Fontes Prefeito Cácares.

Tenho satisfação comunicar-lhe que estamos de pleno acôrdo indicação Dr. Edgard Teixeira Leite para representante lavoura junto Comissão Importação Exportação Sds. José Rodrigues Fontes Pres. Ass. Rural Cáceres.

PARAIBA

Ass. Rural de Cuié empresta seu integral apoio indicação nome agrônomo Edgar Teixeira Leite representar lavoura junto Comissão Importação Exportação Srs. Roque Galvão de Macedo Resp. pela Presidência.

Presidente Sociedade Agricultura êste Estado pede-vos informar que nome Eng. Agrônomo Edgard Teixeira Leite foi he mrecedido nossa Associação diante indicação fizestes Srs. Agridefesa.

PERNAMBUCO

Preferência Indicação representante lavoura junto Comissão Importação Ex-

portação concordamos nome engenheiro agrônomo Edgard Teixeira Leite, Sdn. Henrique Oliveira Presidente Ass. Rural Caruarú.

Em reunião da Ass. Rural de Pescaira, foi aprovada a escolha nome ilustre e proficiente agrônomo Dr. Edgard Teixeira Leite representar esta Sociedade junto Comissão Importação Exportação. Sds. Dr. Esio Magalhães Pres. Ass. Pescaira.

Prazer comunicar-vos, engenheiro Edgard Teixeira Leite será nosso representante junto Comissão Importação Exportação. Srs. Raul Soares Pres. Ass. Rural Salgueiro.

Queira V. S. aceitar incumbência representar Soc. Rural deste Município junto Comissão Importação Exportação cujo fim vos transmitiremos plenos poderes. Sds. Raul Soares Pres. Ass. Rural de Salgueiro.

Tomando conhecimento indicação nosso consócio Dr. Edgard Teixeira Leite para representante lavoura junto Comissão Importação Exportação damos inteiro apoio deliberação dessa Soc. pelo acerto escolha distinto patricio que está altura dessa representação pelos seus méritos comprovados nos estudos e defesa dos nossos interesses agrícolas. Sds. José Vieira Melo Pres. Soc. Auxiliadora de Agricultura de Pernambuco.

Indicação ilustre patricio Dr. Edgard Teixeira Leite para representante lavoura junto Comissão Importação Exportação feita essa Sociedade merece nosso integral apoio pela certeza de que interesses classes rurais serão defendidos com todo critério e elevação. Sds. Benedito Silveira Continho Pres. Ass. Fornecedores de Cana de Pernambuco.

MARANHÃO

Ass. Rural de Rosário agradecendo comunicação, aprova deliberação Sociedade Nacional Agricultura indicando seu

digno Vice-Presidente Dr. Edgard Teixeira Leite representante junto Comissão Importação Exportação, esta entidade investe aludido representante plenos poderes defender interesses classe rural. Sds. Sebastião Barreira Bandeira Pres. Ass.

Esta Ass. está pleno acôrdo indicação nome engenheiro agrônomo Edgard Teixeira Leite representante lavoura junto direção carteira débito agrícola Industrial Banco Brasil solução memorial endereçamos Sr. Presidente República de quem recebemos telegrama 20 abril haver encaminhado Banco Brasil. Sds. Antonio Brandão Pres. Ass. Rural de Gaias.

PARANÁ

Solidarizamos nos com a indicação e escolha representante Lavoura junto Comissão Importação Exportação, Sr. Edgard Teixeira Leite, para representar classe rural do nosso município. Abraços Chernbim Almeida Pres. Rural do

Comunico Ass. Rural de São Matens do Sul apoia nome ilustre Vice-Presidente essa Soc., Dr. Edgard Teixeira Leite para representante lavoura junto Comissão Importação Exportação. Saudações Francisco Mira Pres.

Apoiamos indicação engenheiro agrônomo Edgard Teixeira Leite vice-presidente atenciosamente. Ass. Rural de Gaviúna Alberto Faustino Pereira, 1.º Secr.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Tendo União Agrícola Fluminense recebido comunicação Dr. Edgard Teixeira Leite representante Comissão Importação Exportação esta União congratula-se Vossência terdes apontado nome ilustre competente junto órgão Nacional esta União dá seu apoio integral. Manoel da Silva Pres.

Tenho satisfação comunicar Ass. Rural Fluminense de Exposições Rurais

manifesta integral e entusiástico apoio indicação nome Edgard Teixeira Leite representante lavoura junto Comissão Importação Exportação, Saudações Heitor Ferreira Vice-Presidente exercício.

Tenho a honra comunicar-lhe Diretoria Ass. Rural Nova Iguaçu, concorda plenamente apresentação nome eminente ruralista Dr. Edgard Teixeira Leite para representar lavoura junto Comissão Importação Exportação, Cordiais Saudações Sebastião Herenlano de Matos Pres. Ruralista.

RIO GRANDE DO SUL

Tradição dessa prestigiosa entidade patriotismo seus dirigentes indicam único caminho devemos tomar referência nome apresentado para representação agropecuária Conselho Importação Exportação motivou consulta 30/4 pronto apoiar integralmente, Sds. Oscar Daudt Filho Pres. Fed. Ass. Rurais Estado R. Gr. Sul — Farsul.

SERGIPE

Ass. Plantadores de Cana de Sergipe solidariza se designação engenheiro agrônomo Edgard Teixeira Leite, Sds. Artemio Vieira de Menezes Presidente substituto.

DISTRITO FEDERAL

Indicação Dr. Edgard Teixeira Leite representar lavoura junto Comissão Importação, merece todo nosso apóio feliz escolha por se tratar elemento capaz desempenhar com brilho, eficiência e honestidade importante delegação como profundo conhecedor que é do assunto, Atenciosas saudações João Soares Palmeira Secr. Geral Fed. Plantadores Cana Brasil.

SANTA CATARINA

Fed. das Ass. Rurais Sta. Catarina subscreve com prazer indicação Soc. subscreve com prazer indicação Soc. Nacional Agr. fizer nome engenheiro Edgard Teixeira Leite como representante lavoura junto Comissão Importação Exportação Saud. Lauro Fortes Bustamante Pres. da F.A.R.S.C.

BAHIA

Ass. Rural de Ilhéus aplande deliberação essa Soc. indicando engenheiro agrônomo Teixeira Leite representante lavoura junto Comissão Importação Exportação Rogamos transmitir engenheiro Teixeira Leite cordial abraço com a segurança nosso reconhecimento seu mérito perante classe agricultores Cordiais saudações, Amans Dorea Pres. Araujo Góes Secr.

Tendo Vossência solicitado pronunciamento Ass. Rural Fornecedor Cana da Bahia sobre indicação Dr. Edgard Teixeira Leite para representante lavoura junto Comissão Importação Exportação julgamos a escolha boa pois se trata de conhecedor problemas agrários. Fazemos votos que Dr. Edgard Teixeira Leite saiba defender lavoura canavieira como soube vossência quando aqui esteve na Bahia como inspetor Federal do Ministério Agricultura. Infelizmente a situação dos fornecedores Cana da Bahia é a mesma de 1929 fornece matéria prima para as usinas como na presente safra cujo termino já se verificou sem ter recebido pagamento das canas. Apresenta a Ass. Rural respeitosos cumprimentos — Rodrigues Teixeira Presidente.

MINAS GERAIS

Sociedade Mineira Agricultura solicita do ilustre amigo fazer sua indicação Dr. Edgard Teixeira Leite para representante lavoura junto Comissão Importação Exportação, Sds. Oliveira Novais Presidente Sociedade Mineira Agricultura (Federação Associações Rurais Estado Minas Gerais).

RIQUESAS INEXPLORADAS

O GIRASOL

Se levarmos em conta as vantagens econômicas decorrentes da exploração racional do Girasol, sobretudo no que diz respeito ao aproveitamento de suas sementes para a extração de óleo que, de passagem se diga, está provado ser tão bom quanto o melhor azeite de oliva, e ainda, se considerarmos que a sua exploração industrial não exige o revertimento de grandes capitais para a aquisição da maquinaria indispensável, é de justiça louvar a campanha que há longos anos vem o Ministério da Agricultura desenvolvendo em torno dessa nova fonte de riqueza agrícola visando um maior incremento de sua cultura onde se apresentem condições favoráveis.

Entretanto, apesar de todos esses esforços e da sua comprovada utilidade e valor, a cultura de Girasol não tem merecido a atenção devida dos nossos agricultores não obstante vir figurando ao lado de outras plantas nas nossas hortas e jardins, desde os tempos do Império, como objeto de ornamento e curiosidade.

As sementes do Girasol têm inúmeras aplicações, sendo seu fim principal o fabrico de azeite comestível e outros, de largo emprêgo não só na nossa alimentação diária mas, sobretudo, na indústria, uma vez ser êle resistente às baixas temperaturas não congelando e se conservando muito facilmente.

Recolhemos para os leitores de A LAVOURA, de diversas publicações especializadas recentemente editadas nos Estados Unidos e Argentina, alguns dados interessantes que passamos agora a oferecer: — As tortas dos resíduos do fabrico do azeite são ricas em proteínas podendo ser empregadas com êxito na alimentação do gado, sobretudo das vacas leiteiras, na engorda dos porcos, etc. — As sementes são empregadas na alimentação das aves e pássaros, em estado natural ou trituradas, de mistura com outros produtos que fazem parte de suas rações diárias. No Estado da Virgínia (E. U.) as sementes têm sido largamente utilizadas no fabrico do pão mis-

Pela Prof. D'ALMEIDA GUERRA FILHO
(Especial para A LAVOURA)

to e no preparo de sopas e mingaus. Quando tostadas, elas podem ser utilizadas, da mesma forma, na alimentação do homem. — As hastes após a colheita e depois de devidamente secas servem como combustível leve para uso doméstico, fornecendo suas cinzas grande quantidade de potassa. O azeite é também empregado no fabrico de sabões e sabonetes. — As folhas maduras são empregadas como forragem para as vacas leiteiras, e as novas e brotos, cozidos, podem ser consumidos como hortaliças em nossas mesas. Finalmente, a flor do Girasol está classificada entre as mais belas e as mais importantes como fornecedora de abundante material para a elaboração do mel, permitindo às abelhas, sem grande trabalho, a produção desse delicioso alimento.

Experiências feitas há pouco com o Girasol nos terrenos pantanosos do Observatório de Washington, edificado a margem do Potomack, provaram ser essa planta um agente poderoso de saneamento pelo seu prodigioso poder absorvente.

Ês o Girasol: ornamento e fator de economia.

FABRICA BANGÚ
TECIDOS PERFEITOS

Preferidos
no
Brasil







Grande
sucesso
em
Buenos Ayres

EXIJA NA OURELLA
BANGÚ-INDUSTRIA BRASILEIRA

Consultas e Informações

Cultura da Bananeira

Respondendo ao Sr. J. Lima, nosso consócio do Estado do Rio, temos a informar que, realmente, as mudas de bananeiras com bulbos pouco desenvolvidos e folhas desde cedo abertas, são as menos aconselhadas para plantio. O consulente em a série "Vamos para o Campo", editada por Cabanos e Quintais, encontrará no folheto número 35, instruções sobre a cultura da bananeira.

Fundação de um Clube Agrícola Escolar

Eclarecendo ao Sr. N. G., do Distrito Federal, temos a informar que é muito fácil e simples, fundar e registrar no Serviço de Informações Agrícolas do Ministério da Agricultura, um Clube Agrícola Escolar. O S.I.A., atualmente sob a direção do Eng. Agrônomo Mário Vilhena, dá assistência técnica e material aos 1.360 Clubes Agrícolas espalhados em todo o país. O consulente deve fundar, e quanto antes, o seu Clube Agrícola Escolar, pois os C. A. são verdadeiros centros de educação rural, que precisam e devem ser generalizados entre nós. Dirija-se já à seção de Clubes Agrícolas do S.I.A. pedindo um Boletim de Inscrição.

Cultura de Brincos de Princesa

Respondendo à Srª. M. S. do Distrito Federal, que nos consultou a respeito da planta vulgarmente chamada "Brinco de Princesa", temos a informar:

Eng.º Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira
Consultor Técnico da "A LAVOURA"

a) — as plantas ornamentais chamadas "Brinco de Princesa", pertencem ao gênero *Fuchsia*, da família *Denotéraceas*;

b) — existem várias espécies de *Fuchsia*, entre as quais sobressaem as espécies brasileiras cientificamente denominadas *Fuchsia integrifolia* Camb. e *Fuchsia alpestris* Gørdler, que atingem, respectivamente, até 10 metros e 8 metros de altura;

c) — a propagação pode ser feita por meio de estacas ou por sementes;

d) — o melhor terreno para as *Fuchsia* é o solo argilo-silicoso, bem revolvido e com bastante esterco de curral.

Brotos de bambús na alimentação

Eclarecendo ao nosso consócio E. G. do Espírito Santo, temos a informar que, realmente, os brotos de bambús, quando tenros, podem ser utilizados na alimentação, substituindo, perfeitamente, o palmito. Em um comunicado de setembro de 1917, do S.I.A. do Ministério da Agricultura, intitulado "Como substituir o palmito por brotos de bambús", do Eng. Agrônomo Shisuto José Murayama, o consulente encontrará mais detalhes a respeito, caso o deseje.

LAVRADOR! CRIADOR!

Fortalece a tua classe inscrevendo-te na "Associação Rural" do teu Município. Se não existir ainda, funda uma, dentro dos moldes do decreto-lei 8.127, de 24 de Outubro de 1945.

A Secretaria da S.N.A. te prestará todos os esclarecimentos a respeito.

Banco da Prefeitura do Distrito Federal S.A.

Regulamento das Operações de Crédito Rural

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1.º — A Carteira de Crédito Agrícola eletrônica, na forma do presente Regulamento, as operações de crédito rural, tendo em vista o Decreto n.º 22.010, de 30-10-46, o Decreto executivo do Prefeito do Distrito Federal n.º 9.089, de 17-12-47, e os contratos que forem firmados entre a Prefeitura e o Banco.

Art. 2.º — A importância a que se refere o Decreto n.º 22.010, de 30 de outubro de 1946, será aplicada exclusivamente no crédito rural do Distrito Federal, isto é, no crédito às atividades agrícolas pastorais e da indústria rural.

Art. 3.º — Só poderão operar no crédito rural os agricultores, cooperativas agrícolas de produção ou mistas e associações rurais do Distrito Federal.

Art. 4.º — Só poderão ser financiados os agricultores, cooperativas e associações rurais que se dediquem especificamente à produção ou ao beneficiamento dos produtos constantes da lista anexa, a qual só poderá ser alterada por ato do Prefeito.

Art. 5.º — Para na efetos desta Regulamento, consideram-se agricultores:

a) as pessoas físicas e jurídicas, que, sendo proprietárias, arrendatárias, parcelaras ou promitentes compradores de imóveis rurais de áreas não inferiores a cinco mil metros quadrados e destinados à exploração agrícola e animal, se achem devidamente inscritos no "Regulamento de Lavradores" da Secretaria Geral de Agricultura, Indústria e Comércio da Prefeitura do Distrito Federal;

b) as cooperativas agrícolas ou mistas e associações rurais, legalmente constituídas, que, com área de ação no Distrito Federal, tenham por fins preponderantes as atividades ligadas à exploração agrícola local e que tenham suas atividades subordinadas à fiscalização técnica da Secretaria Geral de Agricultura, Indústria e Comércio da Prefeitura do Distrito Federal.

Parágrafo único — Só serão concedidos empréstimos aos arrendatários ou parceiros que estejam ligados aos proprietários por contratos escritos e registrados que lhes garantam estabilidade na exploração agrícola, pelo prazo de aplicação e liquidação dos empréstimos.

Art. 6.º — O financiamento rural terá como objetivo:

a) o "custeio da produção", inclusive: a aquisição de sementes, mudas, adubos, inseticidas, fungicidas, fertilizantes e matérias primas;

b) o "melhoramento mobiliário", inclusive: aquisição de máquinas agrícolas, aquisição de caminhões para transportes rurais, aquisição de colmosais, aquisição de aves e ovos, bem como a instalação ou reforma de maquinaria das indústrias de transformação de produtos rurais;

c) o "melhoramento imobiliário", inclusive: construção de habitações, depósitos, silos, estábulos, pocilgas, galinheiros, cercas, banheiros antropométricos, câmaras frigoríficas, represas e estufas, bem como obras de drenagem, irrigação e conservação do solo;

d) o "reflorestamento";

e) a "aquisição a preparo de terras" destinadas à produção agropecuária.

O Banco da Prefeitura do Distrito Federal S.A., quando solicitado por agricultores, poderá adquirir imóveis rurais da área compreendida entre cinco mil e doze-

mil metros quadrados, para cedê-los aos interessados, mediante contrato de promessa de venda, com pagamento em prestações e financiamento de 100% (cem por cento). Da escritura constará cláusula expressa de anulabilidade do contrato se o promitente comprador não tiver, dentro do prazo máximo de um ano, iniciada e desenvolvido suficientemente, a exploração do Banco. A exploração rural previamente programada. O Banco da Prefeitura do Distrito Federal S.A., somente permitirá a transferência do contrato a agricultor, não proprietário no Distrito Federal e que vá residir naquela propriedade;

f) a "organização de núcleos agropecuários";

O Banco da Prefeitura do Distrito Federal S.A., por iniciativa da Secretaria Geral de Agricultura, Indústria e Comércio da Prefeitura do Distrito Federal, adquirirá áreas de terras, a fim de, após sua demarcação, fracionamento e devido preparo, alienar os lotes a agricultores, mediante contrato de promessa de venda, com pagamento em prestações e financiamento de 100% (cem por cento). Da escritura constará cláusula expressa de anulabilidade do contrato se o promitente comprador não tiver, dentro do prazo máximo de um ano, iniciada e desenvolvida suficientemente, a exploração do Banco, a exploração rural previamente programada. O Banco da Prefeitura do Distrito Federal S.A., somente permitirá a transferência do contrato a agricultor, não proprietário no Distrito Federal, e que vá residir naquela propriedade.

Parágrafo único — A quota anual destinada às operações de que trata a letra f não será superior a Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros).

CAPÍTULO II

DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

Art. 7.º — As solicitações de crédito serão feitas diretamente ao Banco da Prefeitura do Distrito Federal S.A., devendo os agricultores se dirigir ao Serviço Técnico do Crédito Rural.

Art. 8.º — Ao pedido de inscrição o proponente juntará os seguintes documentos:

a) Se for proprietário:

1. Carteira de lavrador expedida pela Secretaria Geral de Agricultura, Indústria e Comércio da P.D.F.;
2. Título de propriedade de imóvel rural situate no Distrito Federal e de área não inferior a cinco mil metros quadrados;
3. Orçamento detalhado da aplicação do empréstimo.

b) Se for arrendatário ou parceiro:

1. Carteira de lavrador expedida pela Secretaria Geral de Agricultura, Indústria e Comércio da P.D.F.;

2. Contrato escrito e registrado de arrendamento ou de parceria de imóvel rural situado no Distrito Federal e de área não inferior a cinco mil metros quadrados;
3. Orçamento detalhada da aplicação do empréstimo.

c) *Se pertencer ao Núcleo Colonial de Santa Cruz:*

1. Carteira de lavrador expedida pela Secretaria Geral de Agricultura, Indústria e Comércio da P.D.F.;
2. Autorização da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, quer para fazer a apenho da safra se for colono, quer para fazer hipoteca do lote se já for proprietário;
3. Orçamento detalhado da aplicação do empréstimo.

d) *Se for cooperativa ou associação rural:*

1. Declaração do Secretária Geral de Agricultura, Indústria e Comércio da P.D.F. de que está subordinada à sua fiscalização técnica;
2. Prova de estar legalmente constituída;
3. Prova de que o empréstimo solicitado foi autorizado pela sua assembléa geral;
4. Declaração do valor da produção provável de seus associados ou estimativa em que se basear, para fazer o pedido do empréstimo;
5. Orçamento detalhado da aplicação do empréstimo.

Parágrafo único — A carteira do lavrador será devolvida ao proponente no ato da inscrição.

CAPITULO III

DOS PRAZOS E LIMITES

Art. 9º — Os empréstimos aos agricultores, a que se refere a letra a do art. 5º, obedecerão aos seguintes prazos e limites:

a) *Para aquisição e preparo de terras:*

- 1) Para aquisição de terras que não disponham de benfeitorias aproveitáveis:
Prazo máximo de quinze anos e limite de Cr\$ 400.000,00.
2. Para preparo da propriedade que não disponha de benfeitorias e instalações aproveitáveis, a fim de permitir sua exploração:
Prazo máximo de quinze anos e limite de Cr\$ 200.000,00.
3. Para aquisição de terras com benfeitorias que permitam sua imediata exploração:
Prazo máximo de quinze anos e limite de Cr\$ 600.000,00.

b) *Para construção de habitações para agricultores e seus empregados:*

Prazo máximo de dez anos e limite de Cr\$ 200.000,00.

c) *Para construção de estábulos, inclusive esterqueira, silo, banheiro carapaticida e caixa d'água:*

Prazo máximo de dez anos e limite de Cr\$ 200.000,00.

d) *Para construção de pocilgas, inclusive depósito para forragens:*

Prazo máximo de dez anos e limite de Cr\$ 100.000,00.

e) *Para construção de aviários, inclusive depósito para forragens e casa para incubação:*

Prazo máximo de dez anos e limite de Cr\$ 120.000,00.

f) *Para construção e instalação de câmaras frigoríficas e matadouros:*

Prazo máximo de dez anos e limite de Cr\$ 300.000,00.

g) *Para construção de estradas e represas, bem como obras de irrigação, drenagem e conservação do solo:*

Prazo máximo de dez anos e limite de Cr\$ 300.000,00.

h) *Para aquisição de máquinas agrícolas, ferramentas e utensílios necessários à exploração agro-pecuária:*

Prazo máximo de cinco anos e limite de Cr\$ 150.000,00.

i) *Para aquisição de caminhões ou caminhonetes para transportes rurais:*

Prazo máximo de cinco anos e limite de Cr\$ 75.000,00.

j) *Para aquisição de chocadeiras e crideiras:*

Prazo máximo de cinco anos e limite de Cr\$ 100.000,00.

k) *Para reforma ou aquisição de maquinaria para indústrias rurais, inclusive instalações de frio:*

Prazo máximo de cinco anos e limite de Cr\$ 250.000,00.

l) *Para aquisição de forragens:*

Prazo máximo de um ano e limite de Cr\$ 100.000,00.

m) *Para aquisição de sementes, adubos, inseticidas e fungicidas:*

Prazo máxima de um ano e limite de Cr\$ 100.000,00.

n) *Para aquisição de gado leiteiro:*

Prazo máximo de três anos e limite de Cr\$ 200.000,00.

o) *Para aquisição de reprodutores suínos:*

Prazo máximo de dois anos e limite de Cr\$ 25.000,00.

p) *Para aquisição de aves reprodutoras, pintos e ovos:*

Prazo máximo de dois anos e limite de Cr\$ 50.000,00.

q) *Para aquisição de cabras, coelhos e abelhas:*

Prazo máximo de dois anos e limite de Cr\$ 25.000,00.

r) *Para reflorestamento:*

Prazo máximo de dez anos e limite de Cr\$ 50.000,00.

s) *Para formação ou reforma de pomares, inclusive a aquisição de enxertos:*

Prazo máximo de cinco anos e limite de Cr\$ 150.000,00.

t) *Para plantação de alpim, arroz, batata doce, batata inglesa, cana e mandioca:*

Prazo máximo de dois anos e limite de Cr\$ 100.000,00.

u) *Para plantação de hortaliças:*

Prazo máximo de um ano e limite de Cr\$ 50.000,00.

v) *Para plantação de tomate, repólho e pimentão:*

Prazo máximo de um ano e limite de Cr\$ 100.000,00.

w) *Para formação de pastagens e capineiras:*

Prazo máximo de um ano e limite de Cr\$ 50.000,00.

y) *Para contrato de empregados:*

Prazo máximo de um ano e limite de Cr\$ 50.000,00.

z) *Para contrato de colheitas:*

Prazo máximo de noventa dias e limite de Cr\$ 50.000,00.

Parágrafo único — Poderão ser conjugadas as diversas letras deste artigo.

Art. 10 — Os empréstimos às cooperativas e associações rurais, a que se refere a letra b do Art. 5º, obedecerão aos seguintes prazos e limites:

a) *Para melhoramentos imobiliários:*

Prazo máximo de quinze anos e limite de Cr\$ 1.000.000,00.

b) *Para melhoramentos mobiliários:*

Prazo máximo de cinco anos e limite de Cr\$ 750 000,00

c) Para aquisição de produtos essenciais ao custeio da produção agro-pecuária:

Prazo máximo de um ano e limite de Cr\$ 750 000,00.

d) Para estocagem do excedente de safra para conveniente distribuição nas entreafazas:

Prazo máximo de um ano e limite de Cr\$ 500.000,00.

Parágrafo único — Poderão ser conjugadas as diversas letras deste artigo.

Art. 11. — Os empréstimos aos agricultores que sejam proprietários de grandes áreas, obedecerão aos seguintes prazos e limites:

a) Para melhoramentos imobiliários:

Prazo máximo de quinze anos e limite de Cr\$ 1.000 000,00.

b) Para aumento substancial de sua produção rural:

Prazo máximo de cinco anos e limite de Cr\$ 1.000.000,00.

c) Para financiamento de colheitas:

Prazo máximo de seis meses e limite de Cr\$ 500.000,00.

Parágrafo único — Poderão ser conjugadas as diversas letras deste artigo.

Art. 12 — Em casos especiais, de instalações de grandes indústrias rurais, com autorização prévia da Diretoria, poderão ser ampliados os limites estabelecidos neste Regulamento.

CAPÍTULO IV

DAS GARANTIAS

Art. 13 — Os empréstimos serão efetuados mediante garantias reais ou pessoais, desde que consideradas convenientes pelo Banco.

Art. 14 — Serão aceitas as seguintes garantias e margens em relação a estas:

a) "garantia hipotecária": empréstimo de 50% (cinquenta por cento) sobre a avaliação feita pelo Banco;

b) "garantia de penhor mercantil": empréstimos de 70% (setenta por cento) sobre a avaliação feita pelo Banco;

c) "garantia de penhor mercantil": empréstimo de 100% (cem por cento) em relação ao custo da mercadoria, quando se tratar de aquisição, por parte das cooperativas citadas neste regulamento, de forragens não deterioráveis, desde que satisfaçam as condições estabelecidas pelo Banco;

d) "garantia de penhor agrícola": empréstimos de 60% (sessenta por cento) sobre a avaliação feita pelo Banco;

e) "garantia de penhor pecuário": empréstimos de 60% (sessenta por cento) sobre a avaliação feita pelo Banco.

Art. 15 — Em casos especiais, poderão ser feitas operações de crédito pessoal, por meio de empréstimos, em conta corrente, com garantia de notas promissórias emitidas pelo mutuário a favor do Banco e observado o seguinte conjunto de condições:

a) limite máximo de Cr\$ 100 000,00 (cem mil cruzeiros) para as responsabilidades totais de cada mutuário, excluídas as que tenham garantia hipotecária,

b) prazo máximo de um ano;

c) margem de vinte por cento em relação ao valor da nota promissória.

Art. 16 — Podem ser recebidos em penhor agrícola (Art. 6º da Lei n.º 492, de 30-8-1937):

a) máquinas e instrumentos agrícolas,

b) colheitas pendentes ou em via de formação no solo do contrato, quer resultem de prévia cultura, quer de produção espontânea do solo;

c) frutos armazenados, em ser ou beneficiados e acondicionados para venda.

Art. 17. — Podem ser recebidos em penhor pecuário (Art. 10 da Lei n.º 492, de 30-8-1937) os animais que se criam pascendo, para a indústria pastoril, agrícola ou de laticínios, em qualquer de suas modalidades, ou que sejam simples acessórios ou pertences da exploração rural.

Art. 18. — Podem ser recebidos em penhor mercantil:

a) mercadorias não deterioráveis facilmente e de franca aceitação, conferidas e seguradas;

b) títulos da dívida pública federal, pela sua cotação oficial;

c) letras de câmbio, promissórias e duplicatas que contenham a responsabilidade cambial de duas firmas, pelo menos, de comerciantes, industriais ou agricultores de reconhecido crédito e solvência;

d) "warrants", conhecimentos de depósito e de estradas de ferro, relativos a mercadorias que estejam nas condições mencionadas na letra a;

e) cédulas rurais, quando expedidas em favor de cooperativas, e desde que as operações que lhes tenham dado origem hajam sido realizadas nas condições estabelecidas neste Regulamento.

Parágrafo único — O penhor mercantil dependerá sempre da tradição efetiva da coisa apenhada, admitido, porém, o depósito em armazém do devedor, desde que cedido, por comodato, ao Banco ou a pessoa de sua confiança.

Art. 19 — Em casos especiais poderão ser recebidos em penhor mercantil bens não compreendidos na enumeração constante do artigo anterior.

Art. 20 — Nas operações com garantia pessoal, levar-se-ão em conta os limites cadastrais e as responsabilidades do mutuário e de seus co-obrigados, e os empréstimos terão o prazo máximo de um ano.

Art. 21 — Quando necessário, poderão ser conjugadas, num mesmo contrato de empréstimo, diferentes espécies de garantia.

Art. 22 — Para a decisão da concessão de empréstimos, deve ser considerada, independentemente de garantia exigida, a idoneidade moral e financeira do proponente, bem como as condições de ordem geral que influem nos resultados da operação proposta, embora não seja necessário que o proponente tenha limite cadastral.

CAPÍTULO V

DAS TAXAS

Art. 23 — Vigorarão para os empréstimos as seguintes taxas de juros (Decreto n.º 22 010, de 30 de outubro de 1946, art. 5.º): 4% (quatro por cento), 4,5% (quatro e meio por cento), 5% (cinco por cento) e 6% (seis por cento) ao ano até os prazos máximos de um, cinco, dez e quinze anos, respectivamente.

Art. 24 — O Banco não cobrará quaisquer comissões ou taxas do expediente em relação aos empréstimos e efetuará gratuitamente os seguintes serviços:

a) avaliação das propriedades a bens,

b) fiscalização da aplicação dos empréstimos;

c) despacho de papéis junto a Secretaria Geral de Agricultura, Indústria e Comércio e outras repartições públicas,

d) despacho de papéis junto a cartórios e registros públicos.

CAPÍTULO VI

DAS OPERAÇÕES

Art. 25 — As operações de crédito serão realizadas mediante contrato.

Art. 26 — O Banco dará sempre preferência nas operações de crédito ao pequeno e médio produtor, bem como às cooperativas que os financiarem, entendendo-se por pequeno produtor o que efetuar venda anual não superior a Cr\$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros), e por médio produtor aquele cuja venda anual varie dentro Cr\$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros) e Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros).

Art. 27 — No caso de empréstimos destinados a aquisição de bens, que devam ser dados em garantia, ou de artigos de que dependa o êxito das culturas ou da criação, o pagamento será feito diretamente pelo Banco ao vendedor, salvo casos especiais, em que deva ser dada autorização do Diretor, com aprovação do Diretor-Presidente.

Art. 28 — O devedor poderá, a qualquer tempo antecipar o pagamento de sua dívida, total ou parcialmente.

Art. 29 — As importâncias dos adiantamentos serão entregues em prestações previamente estabelecidas em contrato e condicionadas à marcha da execução dos planos de trabalho.

CAPITULO VII

DOS CONTRATOS

Art. 30 — Nos contratos de empréstimos, além das cláusulas peculiares à natureza da operação, deverão vir declarados:

- a) o valor do empréstimo;
- b) o vencimento;
- c) os fins a que se destina;
- d) a data ou datas de sua aplicação;
- e) a obrigação para o mutuário: de aplicar o empréstimo exclusivamente aos fins declarados; de fornecer com presteza as informações que lhe forem solicitadas; e de escriturar ou anotar, com clareza e em ordem cronológica, a aplicação dos adiantamentos, arquivando os documentos comprobatórios;
- f) o direito do Banco de fiscalizar a aplicação dos fornecimentos, fazendo exames de escrita e outras verificações que julgar necessárias;
- g) os juros compensatórios e moratórios;
- h) a exigibilidade antecipada da dívida, em caso de inadimplemento de qualquer das cláusulas estipuladas;
- i) a pena convencional;
- j) as garantias;
- k) o compromisso para o mutuário: de bem administrar a propriedade agrícola ou industrial, de modo a não paralisar ou diminuir sua produção; e de não gravar ou alienar ditos bens na vigência do contrato, nem vender seus produtos, sem prévia autorização do Banco.

Art. 31 — Não se firmará contrato de empréstimo, sem que estejam segurados em companhia idônea, aceita pelo Banco, o contra risco de fogo, roubo e suas consequências, os bens suscetíveis de seguro, até 31 de dezembro do ano em que for firmado o contrato.

Art. 32 — Dos contratos constará cláusula expressa pela qual o Banco tiverá autorizado a reformar, em companhia da sua escolha, o seguro contra fogo, bem como a aumentar, até o limite máximo de valor do empréstimo, o valor segurado.

CAPITULO VIII

DA MARCHA DOS PROCESSOS

Art. 33 — Os pedidos de empréstimo serão classificados em quatro registos distintos, atendendo-se à prioridade estabelecida para a concessão de créditos:

- registro n.º 1 — pequenos e médios produtores,
- registro n.º 2 — cooperativas que efetuem operações de crédito com pequenos e médios produtores,
- registro n.º 3 — grandes produtores,
- registro n.º 4 — associações rurais e cooperativas, excetuadas as de que trata o registro n.º 2.

Art. 34 — Só poderão ser processados pedidos de empréstimos constantes dos registros n.º 3 e 4, quando não houver, pendente de processamento, nenhum pedido consignado nos demais registros.

Art. 35 — Feita a inscrição, o Serviço Técnico do Crédito Rural providenciará no sentido de ser preparada a ficha cadastral do proponente.

Art. 36 — Se a ficha cadastral não for satisfatória o Serviço Técnico do Crédito Rural proporá ao Diretor a recusa da operação.

Art. 37 — Se a ficha cadastral for satisfatória, o Serviço Técnico do Crédito Rural apresentará ao Diretor um parecer pormenorizado e do qual constem a capacidade profissional e de trabalho do proponente, a capacidade de produção da propriedade rural, a capacidade de pagamento do proponente, a segurança do empreendimento solicitado, o valor do empréstimo, as garantias, os juros, as taxas de juros, as condições de financiamento e o plano de amortização, inclusive a minuta de contrato.

Art. 38 — Autorizado o empréstimo, o Diretor remeterá o processo para a Seção de Crédito Rural a fim de que esta promova a sua execução.

Art. 39 — Competirá ao agrônomo declator, no laudo de avaliação, se se trata de pequeno, médio ou grande produtor. Se a declaração do agrônomo não concordar com o constante do pedido do empréstimo, o Serviço Técnico do Crédito Rural promoverá a transferência de registro, sustando o processamento, até a ocasião adequada, se for o caso.

Art. 40. — O valor dos empréstimos só pode ser entregue aos mutuários simultaneamente com a efetivação das garantias ou depois desta, não se admitindo, a esse respeito, qualquer concessão de condunção, que será considerada, para todos os efeitos, como grave irregularidade funcional.

Art. 41 — A inscrição dos contratos de empréstimos nos competentes cartórios ou registros públicos será feita pelo Banco.

Art. 42 — As operações serão decididas:

- a) operações de valor superior a Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) pela Diretoria, ouvido o Conselho de Administração;
- b) operações de valor superior a Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) e inferiores ou iguais a Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) pela Diretoria;
- c) operações de valor superior a Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) e inferiores ou iguais a Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), pelo Diretor, com aprovação do Diretor-Presidente;
- d) operações de valor inferior ou igual a Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros);

- 1) operações "normais", com garantia real — pelo Diretor;
- 2) operações "especiais", inclusive as sujeitas a riscos maiores, entendendo-se como tais as operações com eventuais e as que não tenham garantia real — pelo Diretor, com aprovação do Diretor-Presidente.

Relação dos produtos vegetais e animais a que se refere o art. 4.º do Regulamento das Operações de Crédito Rural:

PRODUTOS VEGETAIS:

Alcornoque, Alcabala, Banana, Círcio, Fruta do cande, Laranja, Mamão, Limão, Manga, Azeitão, Anjico, Batata doce, Batata inglesa, Caju, Mandioca, Hortaliças (alface), Tomate, Repolho, Pimenta, Ervânia florestal,

PRODUTOS ANIMAIS:

Abelhas, Aves, Ovos, Cabras, Cuias, Cado leiteiro, Porcos



BOSQUES E FLORESTAS

1.º — *É negócio plantar-se árvores?*

Não é somente o negócio lucrativo, como se vê em seguida, mas, é principalmente, é um DEVER de cada cidadão, dentro de suas posses, plantar uma árvore.

Para um cidadão perfeito e normal, existem 3 máximas:

plantar uma árvore,
escrever um livro, ou
ter um filho,

diz uma velha máximo hindu.

Pelo seu valor psicológica e profundo efeito sociológico, diz este velho provérbio bastante. E para quem estude as leis as leis da natureza, saberá tirar delas valiosos ensinamentos para o bem da humanidade.

2.º — *Quais as espécies aconselháveis?*

De acôrdo com o que a natureza nos indica. Assim sendo, é necessário plantar e manter determinada região ou gleba de terras, o que ela já produziu em tempos idos, e, de certo, poderá produzir novamente, desde que o homem, que lhe reduziu ou relaxou a sua fecundidade, lhe restitua as forças necessárias, para tal fim; ou, então, cultivar árvores, para cujo êxito encontramos em outras regiões condições paralelas, referente ao clima e à composição da terra.

Entretanto, dentro das espécies florestais a replantar e cultivar, deve-se escolher aquelas, as quais, ao mo decorrer dos tempos, mais necessárias se tornaram ao homem.

Não se deve firmar somente as atenções exclusivas, aguçadas por uma intensa propaganda, e, também, pelo espírito imediatista de fartos lucros, em espécies florestais, como por exemplo o Eucalipto, a Conífera, e semelhantes, ou seja lenha para as fornalhas e celulose para a fabricação de papel.

A humanidade tem fome e quer alimentos; a máquina humana encontra-se enferrujada, seca, e bastante exusta,

F. G. STEINEMANN
(Especial para "A Lavoura")

por falta de lubrificantes; são óleos e gorduras que o corpo humano reclama em tôdas as latitudes deste vasto mundo de misérlas e fomes.

E para este fim, tôdas as essências florestais, que possam produzir SEMENTES OLEGINOSAS, devem ser cultivadas em primeiro lugar.

A Sociedade Nacional de Agricultura, em sua revista "A Lavoura" de outubro-novembro de 1947, publicou, sob o título "Importância Econômica dos Óleos Vegetais" da lavra do Dr. Arthur Torres Filho, um trabalho, que friza com uma nitidez desconcertante para os comodistas e cegos a situação na qual o Brasil se encontra, e o que é imprescindível fazer, para sair de nossa precária situação e evitar desastre peor.

3.º — *As espécies?*

Para esta indicação reportamo-nos aos grandes mestres nacionais da botânica, como Pio Corrêa, Eurico Teixeira da Fonseca, J. G. Kuhlmann, Bertino de Carvalho, e outros, em cujas obras temos valiosas indicações, tôdas elas colecionadas de observações práticas.

Potências estrangeiras, com estudos e interesses de nossa flora, fizeram e continuam fazer culturas com nossas sementes, com grandeza, com poucas exceções de culturas de vulto, porquanto vivemos na impressão fictícia "que temos tantos e tantos", os quais, entretanto, em estado... silvestre; êstes tantos não são suficientes para um empreendimento industrial de envergadura, como é de conhecimento geral, e mais uma vez demonstrado no artigo anteriormente citada.

Pode-se perfeitamente harmonizar os interesses dos "leñadores e fazedores enryão", causadores principais de nossos desertos, indleanda, por exemplo, as seguintes espécies florestais, entre as quais encontrarão para lhes saciar a fome de lenha:

Espécies florestais	Fator econômico	Início produtivo em anos	Observações econômicas
Andá-açú (Andu bras.)	37% óleo	1-5	óleo suntuosa e medicinal
Andiroba (Carapa guyan). . .	60% "	6	industrial - sabão; duas colheitas
Bleniba-Ucuuba (Myristica) . .	70% cêra	5	ind. e medicina
Cajueiro (Anacardium)	40% óleo	4	frutos e castanha
Castanheiro-Pará (Berthol.) . .	67% "	5-7	óleo e castanha alim.
Chicá (Sterculia)	40% "	5	até 65% óleo comestiv.
Cayatê (Omphalea-cotia)	70% "	5	indústria e lubrific.
Copahyba (Langsdorfii)	10 L.p-pê	7	óleo e resina - ind. e medicina
Dendezeiro (Elneis guin.) . . .	17/70% óleo	4	ind. e alimentício
Jalobá-Julai (Hymen-Courb). .	1 kg. p-pê 4 L. p-pê	7	resina copal e vinho medicinal
Mamona (Pachyra aquat.).	58% óleo	5	ind. e alimentício
Macúba (Acrocom.-côco)	59% "	4	ind. e alimentício; 80 L. sementes p.-pê.
Nogueira-Iguape (Aleur. mal). .	62% "	5	ind. Tung Oil para vernizes e pinturas
Sapucaia (Leeithis)	60% "	7	óleo e castanha alim.
Sapucainha (Carpotr. bras.) . .	60% "	5	ind. e medicinal
Samaúma (Chorizia spec.) . . .	25% "	5	alimentício e pãina
Genipapo (Genipá)	essência e vinho	5	madeira especial para aviação

4.º — *Quais as vantagens financeiras de cada espécie?*

Pelo exposta pode-se concluir, que a essência florestal, em geral, produz do 6.º ano em diante, entrando no 9.º ano em regular produtividade, a qual segue o seu ritmo em escala crescente. De acordo com os ensinamentos da botânica brasiliensis, a maioria das espécies indicam uma produtividade superior a 50 anos.

Após o início do ciclo produtivo, isto é do 6.º ano em diante, pode se tomar, salvo erro ou condições muito desfavoráveis para a espécie, como produção por pé, globalmente, 5 quilos de sementes ou equivalentes, do 2.º ano em diante sucessivamente até a produção de 40, 50 e 60 cêra de 10 quilos, aumentando sucessivamente por pé, mais ou menos, ou em produtos equivalentes, como sejam essências, seivas-vinhos, cêras, resinas, e outros proventos.

Plantando, inicialmente, por hectare, em uma distância de 4x4 m = 16 m. quadrados, cubem cêra de 600 árvores,

das quais, depois de "fecharem" e feito o desbaste, ficarão por hectare cêra 150-160 pés, com a distância de 8x8 m. e conforme o desenvolvimento das árvores.

Para avaliar, com possível previsão, o rendimento por hectare, em condições normais de produção, poderão servir, a título de exemplo, as cotações de 3 produtos, na data de hoje nesta praça do Rio, tirando destes números, e em paralelo à produção, as devidas conclusões:

Babaçú-saco de 60 kgs. Cr\$ 350,00 Cif Rio — por kg, Cr\$ 5,83;

Ucuuba — cêra Cif Rio — por kg. Cr\$ 12,00;

Mamona (Ricino) Cif Rio — por kg. Cr\$ 3,40;

Resina copal Cif Rio — por kg. Cr\$ 30,00.

Excluindo de nossa apreciação a cotação da Resina copal, poderá servir, com boa média, o preço de Babaçú + Ucuuba + Mamona / 3 = cujo resultado dará a cotação de Cr\$ 7,00 por kilo Cif Rio, em média.

Descontando, ainda, 50% para tôdas as despesas e as vantagens do comércio intermediário, julgamos não errar, colar para o produtor o preço de Cr\$ 3,50 por quilo de unidade em médio, das essências florestais indicadas.

Como renda extraordinária, não entrando nesta apreciação, ficam, ainda, os proventos dos desastes e de pequenas culturas intercaladas.

Pelo exposto, pode se calcular e concluir, como VANTAGENS FINANCEIRAS em global, o seguinte:

Um hectare, inicialmente 600 pés até ao 9.º ano, com 150 pés de essências florestais, produtoras de sementes oleoginosas ou equivalentes (cêra, etc.) poderá produzir, anualmente, para o seu possuidor, uma renda de:

ao 6.º ano 5 kgs. por pé x Cr\$ 3,50 = Cr\$ 2.625,00;

ao 9.º ano 10 kgs. por pé x Cr\$ 3,50 = 5.250,00;

ao 12.º ano 15 kgs. por pé x Cr\$ 3,50 = Cr\$ 52,50 x 150 = Cr\$ 7.875,00;

ao 15.º ano 25 kgs. por pé x Cr\$ 3,50 = 87,50 x 150 = Cr\$ 13.125,00.

e, daí em diante, ainda em escala crescente, até que a cultura alcance a sua plenitude de produção.

Ademais, tomando como paralelo as culturas de café, cacáo, laranja, coqueiro, e similares, fácil é de avaliar o desenvolvimento do valor produtivo de uma cultura, como acima exposto.

Acesso de óleos vegetais em todos os mercados do mundo, faz prêver, que as cotações supra sejam razoáveis, e, outrossim, a vantagem financeira, calculada, para o produtor. Não se deve esquecer as graves perturbações ocorridas no Oriente e ilhas do Pacífico, destruindo muitas culturas, produtoras de sementes oleoginosas, e cuja reabilitação, de certo, levará ainda muitos anos, conservando-se, assim, os preços nos mercados mundiais em alta por tempo imprevisto.

Vem confirmar esta previsão o Kltime comunicado do Departamento Federal do Comércio Internacional, seção de Óleos e Gorduras, dos EE. UU. da América do Norte, quando mencionava, entre outros fatores, que "a situação continua desfavorável" e que "as exportações são ainda 10% inferiores aos níveis de antes da guerra, ano de 1939."

A continuidade das perturbações e as novas em perspectiva, agravarão ainda mais as condições dos mercados do mundo, e, conseqüentemente, os preços de óleos e gorduras vegetais.

Deve se tomar, ainda, em conta, que a cultura de um BOSQUE ou de uma FLORESTA, favorece as "terras cançadas", melhora o clima, e não por último, FIXA O SEU CULTIVADOR À GLEBA, pela renda progressiva e o conforto que lhe oferece.

Seleções Agrícolas

Gerente: O. Assumpção
Superintendente: M. Nimes
Diretor: Eulcio Santos
Secretário: Otávio R. da Cunha

PUBLICAÇÃO MENSAL

Propriedade de Editora Seleções Agrícolas Ltda.

ASSINATURAS

Brasil — Ano	Cr\$ 30,00
Exterior — Ano	Cr\$ 60,00
Número do mês	Cr\$ 3,00
Atrasado	Cr\$ 5,00

Redação e Administração: Avenida Nilo Peçanha, 26, 1.º

Tel. 22-1566 — Rio de Janeiro

ACEITAM-SE AGENTES NO INTERIOR

Senhores Farendeiros

Sem a desinfecção adequada de chiqueiros, estábulos, galinhelos etc., os animais e aves estarão sujeitos a moléstias de cura difícil e dispendiosa. Com o uso diário do poderoso desinfetante profilático

CRUZWALDINA

Serão exterminados os micróbios, pulgas, mosquitos, moscas e cupim

LIMPA - DESINFETA - DESODORA

"Cruzwaldina" é fabricada e garantida pela

SOCIÉTÉ ANONYME DU GAZ DE RIO DE JANEIRO

Indústria Nacional



À venda em todos os bons armazéns e
casas de ferragens. Para vendas a granel
peça informações a

CASTRO LOPES & TEBYRIÇA - RUA DA ALFÂNDEGA, 81-A-3.º AND. - RIO DE JANEIRO

Granja Comary

Propriedade de Dr. Carlos Guinle



- ➔ Vendem-se reprodutores de Gado GERSEY puro sangue.
- ➔ Galinhas SUSSEX e CORNICH (Indianas) pretas e brancas.
- ➔ Faisões prateados.

INFORMAÇÕES:

Rubem Santos Rocha

Alto de Terezópolis

Estado do Rio

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGANIZADA NA SOCIEDADE NACIONAL DE EST. CULTURA



Este é o primeiro número da revista Alavoura, que se publica em julho e agosto de 1938. Ela se destina aos interessados em estudos de etnografia, história, geografia, literatura, arte, música, dança, teatro, cinema, rádio, televisão, imprensa, etc. O objetivo é divulgar os trabalhos realizados pelos autores e proporcionar aos leitores uma visão mais ampla da cultura brasileira.

ANO III

JULHO-AGOSTO DE 1938

Sociedade Nacional de Agricultura

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA

PELA LEI N.º 3549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo: Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida

Presidente Benemérito: Dr. Wenceslão Braz Pereira Gomes

Presidente de Honra: Dr. Getúlio Dornelles Vargas



DIRETORIA GERAL

Presidente	— Arthur Torres Filho
1.º Vice-Presidente	— Luiz Simões Lopes
2.º " "	— Edgard Teixeira Lette
3.º " "	— A. de Arruda Camara
1.º Secretário	— P. Murtinho Braga
2.º " "	— Adamastor Lima
3.º " "	— Eurico Santos
4.º " "	— Clnéas de L. Gulmarães
1.º Tesoureiro	— Kurt Repsold
2.º " "	— Otto Frensel

DIRETORIA TÉCNICA

Altino de Azevedo Sodré
Antonio Francisco Magarinos Torres
Franklin de Almeida
Enlo Luiz Leltão
Geraldo Goulart da Silveira
Iris Melnberg
João Maurício de Medeiros
Joaquim Bertino de Moraes Carvalho
Luiz de Oliveira Mendes
Pedro Fontes.



CONSELHO SUPERIOR

Alberto Ravache, Alvaro Simões Lopes, Anaplo Gomes, Antonio Barreto, Antonio José Alves de Souza, Apolonio Sales, Balbino de Souza Mascarenhas, Ben-Hur Ferrelra Raposo, Benjamin do Monte, Carlos de Souza Duarte, Diogenes Caldas, Eduardo Duvivier, Euvaldo Lodi, Fabio Furtado Luz, Francisco Saturnino de Brito Filho, Guilherme Egberto Hermsdorff, Honório da Costa Montelro Filho, Humberto Bruno, Ismael Cordovil, Israel Pinheiro da Silva, Itagiba Barçante, J. C. Belo

Lisbõa, Jeronymo Antonio Coimbra, João Gonçalves de Souza, João Tjader, José Sampalo Fernandes, José Solano Carneiro da Cunha, Landulpho Alves de Almeida, Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Manoel Neto Campelo Junior, Marlo de Oliveira, Napoleão de Alencastro Gulmarães, Ormeu Junqueira Botelho, Osear Daudt Filho, Paulo Parrelras Horta, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Ruy Carneiro, Sebastião Herculano de Mattos, Sebastião Sant'Ana e Silva.



A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTEs ORGAOS:

Conselho Federal do Comércio Exterior (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho; Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Comissão Central de Preços (Presidência da República) — Agricultura — Dr. Edgar Teixeira Lette; Comissão Central de Preços (Presidência da República) — Pecúria — Dr. Jeronimo Antonio Coimbra; Comissão Permanente de Estradas de

Rodagem (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson; Comissão de Organização Rural (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgar Teixeira Lette; Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção — Dr. Edgar Teixeira Lette.



Nas condições de ambiente próprio, o cacauzeiro caído forma novos cacauzeiros ao longo do seu tronco, tendo cada um deles raízes próprias.

SUMÁRIO

O Problema do Trigo — Prof. Arthur Torres Filho	3
Multiplicação das plantas por Estoqueia — Eng. ^o Agr. Geraldo Goulart do Silveira	6
III Exposição Agro-Pecuária Sul-Fluminense	9
A 1. ^o Sementeira do Hortelão na E. H. W. B. — Geraldo Goulart do Silveira	21
Caso do Agricultor	26
A Alimentação na Baía da S. Francisco — Antonio de Arruda Câmara	27
O Imposto de Transmissão de Propriedade na E. de R.	29
Quêdo da Produção Algodoeira na E. de S. Paulo	32
Sociedade Agrícola de Pelatos — Comemorações do 50. ^o Aniversário	34
Consultas e Informações — Geraldo Goulart do Silveira	35
Universidade Rural	36
XII Exposição Regional Agro-Pecuária de Leopoldina	39
Cooperativa Agrícola de Cotio	45
A Cultura do Trigo na E. de S. Paulo	47
Utilização da Soja na Alimentação do Brasileiro — Dr. Mozart de Cunha	48
A Cultura do Maracujá Perobo — Pimentel Gomes	57
Noticiário da E. H. W. B.	58
Sociedade Nacional de Agricultura	59
Escala de Horticultura Wenceslão Belo	64
Cooperativas de Trabalho — Fabio Luz Filho	67

Sociedade Agrícola de Pelotas

Exposições realizadas e patrocinadas pela Sociedade Agrícola de Pelotas, além das anuais enumeradas, na capa desta revista:

1.ª Exposição Nacional de Pecuária

A Exposição Agrícola de Pelotas, inaugurada a 3 de maio de 1917, por Delegação da Sociedade Nacional de Agricultura e Ministério da Agricultura teve o caráter de preparatória da 1.ª Exposição Nacional de Pecuária, realizada na Capital da República.

1.ª EXPOSIÇÃO DE EQUINOS

Em 1936 sob os auspícios da Sociedade Agrícola, foi realizada em Pelotas a Primeira Exposição de Equinos pela Diretoria da Remonta do Exército Nacional.

5.ª Exposição Estadual de Lãs

Em 17 de dezembro de 1944 foi inaugurada em Pelotas, pela Secretaria da Agricultura e Sociedade Agrícola, a 5.ª Exposição Estadual de Lãs. Neste certame foi verificado um recorde sul-americano, quando foram adquiridas dez arrobas de lã por 21 mil cruzeiros.

Os certames de 1945

Pela Sociedade Agrícola foi organizada a XXIII Exposição Pastori; e anexas a V Exposição Brasileira de Gado Holandês, pela Associação dos Criadores de Holandês do R. G. do Sul — a "1.ª Exposição Nacional do Ovinos Controlados" pela Associação Rio Grandense de Ovinos — a "1.ª Exposição Internacional de Equinos Crioulos" — e a XXVI Exposição Avícola pela Sociedade Avícola do R. G. do Sul.

1.ª Exposição Apícola

Em 1910, por ocasião da 6.ª Exposição Agrícola de Pelotas, teve lugar a 1.ª Exposição Apícola de Pelotas, organizada pelo sandoso mestre prof. Emílio Schenck, conhecido no Brasil como o Pai das Abelhas.

1.ª Exposição Canina

Junto ao 22.ª Exposição Agrícola foi organizada a 1.ª Exposição Canina a 25 de novembro de 1944.

HOMENAGEM E COOPERAÇÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE
AGRICULTURA, AS COMEMORAÇÕES DO 50.º ANIVERSÁRIO
DA
SOCIEDADE AGRÍCOLA DE PELOTAS

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897
ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LII

Julho-Agosto de 1918

○ Problema do Trigo

PROF. ARTHUR TORRES FILHO

Nos vários postos por mim ocupados no Ministério, na gestão de vários Ministros, como nos conselhos econômicos e no seio de instituições de classe, nunca deixei de me interessar e contribuir, aponcadamente embora, para esclarecer e defender os interesses nacionais no encaminhamento e solução do problema nacional da produção do trigo. É que nunca pude conformar-me com a tutela estrangeira, exercida por vezes com caráter pouco aceitável para a nossa soberania, num setor econômico ligado à produção da terra, em país como o Brasil, dispondo de vasto território, oferecendo, por isso mesmo, as mais variadas condições de clima e solo para o cultivo desse cereal.

Restaurado o Ministério da Agricultura na República, vemos ilustres e dedicados homens públicos presidirem os seus destinos e, dentre eles, Pedro de Toledo, Simões Lopes, Miguel Calmon, Fernando Costa e agora Daniel de Carvalho, voltarem a atenção para a questão triticola, colocando a solução do seu cultivo no primeiro plano de cogitações de seus programas administrativos.

Quero aqui relembrar o que dizia Alberto Boerger, em 1924, quando convidado por Miguel Calmon para visitar nosso país, de que o problema do trigo entre nós dependeria, em grande parte, da "experimentação exata", com a formação de tipos adequados a diversas zonas agrícolas, de clima e solo muito diferenciados. Essa era a orientação que já havia sido compreendida por Simões Lopes, quando criou as nossas primeiras estações experimentais de trigo, orientação que, com Fernando Costa, recebeu sistematização, através da atual rede de estabelecimentos de experimentação.

Fato digno ainda de referência, e o faço com especial agrado, por nele haver colaborado, foi o do contrato de Iwar Beckman, na administração Calmon, mais tarde aproveitado pelo Estado do Rio Grande do Sul, de cuja colaboração o país tem obtido magníficos resultados com repercussão, até mesmo, nos países do Prata.

A pouco e pouco fomos nos habilitando para lançar o cultivo do trigo em bases técnicas, com variedades nossas, adaptáveis às condições ecológicas de importantes regiões. Faltava-nos ainda hoje entrar decisivamente na fase da produção econômica, para atendermos às necessidades vultosas do consumo interno. É que, a par das variedades de trigo, ter-se-á de pensar em outros fatores: solo, clima, meios de transporte, mercados, preços, etc.

Preclarão ser determinadas com precisão, as regiões mais adequadas, para nelas concentrar-se maior soma de esforços declara com acerto, Iwar Beckman, na Comissão Técnica de Trigo.

Na Argentina, por exemplo, o trigo não é cultivado indistintamente em seu território. O grosso da produção está restrito a um arco de círculo que vai de Baía Blanca a Rosario, interessando as províncias de Buenos Aires, Santo Fé, Córdoba, Entre Rios e a extremidade oriental do Território do Pampa. É um trecho evidentemente de terra fértil, clima temperado e mediocrementemente chuvoso. A safra nessa região, já caiu de 10 milhões de toneladas a cerca de 3 milhões e 600 mil toneladas. Nem por isso a cultura foi abandonada. Dêsse total, o consumo na Argentina é de 2 milhões de toneladas e 600 mil são empregados na sementeira.

Apesar dos acôrdos com obrigatôriedade do suprimento por parte daquele país, o Brasil acaba-se inundado, no momento de farinha americana graças à abundância casual da safra nos Estados Unidos. Se não fora isso estaríamos na mesma dolorosa situação do ano passado.

A crise da produção argentina de trigo é grave, devendo-se atentar também no que já disse Marcelo Cantí, professor da Faculdade de Agronomia daquele país que já prognosticou, devido às condições desfavoráveis de clima na zona trigueira de seu país, a transformação da mesma em zona pastoril, devido à escassez e à má distribuição das chuvas. Há anos em que mais de 1 milhão de hectares são perdidos devido à seca.

A gravidade da situação brasileira está patente, colocado como está ficando nosso país em contingente social penoso e ameaçado no futuro, como já ocorreu na crise do pão de 1916.

Não se pôde pôr em dúvida haver no Brasil uma grande area capaz de produzir trigo e que já o produz normalmente. Está evidente que o nosso maior esforço terá de ser feito no Rio Grande do Sul, procurando-se outras regiões em que a cultura encontre bases econômicas para ser cultivado em larga escala e por métodos mecânicos. A Comissão Técnica de Trigo que elaborou o plano Beckman — Fagundes estará apta, constituída como está dos nossos melhores técnicos, a definir os rumos certos da triticultura nacional, de modo a permitir resultados que libertem a Nação do jugo estrangeiro que a estrangula.

Já me manifestei incisivamente sobre outro aspecto do problema do pão — que é o das farinhas panificáveis, o qual não pode deixar de ser encarado com o mesmo interêsse do incremento da triticultura.

Seja-me lícito ainda observar sobre o Plano o que ocorre em relação a S. Paulo. Foram indicadas quatro zonas (Salto Grande, Assis, Itaperunga e Vale do Sapucaí) deixando — se coubesse à Secretaria de Agricultura orientar a campanha. No caso particular de S. Paulo, o assunto do trigo é digno de atenção especial.

Se em Minas é onde se regista talvez o mais elevado rendimento por hectare entre nós; em S. Paulo, êle desce para o nível mais baixo, caindo para 410 e 300 ks., isso devido ao tempo seca durante o ciclo vegetativo, fugindo aos equivalentes meteorológicos.

Os resultados obtidos em Campinas, comprovados por Krug e Viegas, dois notáveis geneticistas brasileiros, servem para demonstrar não se poder contar, naquele Estado, com a produção de trigo em bases seguras, devido a ser muito seco o inverno.

Os estudos de ensaios de variedade e obtenção de linhagens novas no Instituto de Campinas datam de longos anos. É, portanto, assunto familiar aos técnicos daquele Estado; no entanto, não se pode pôr em dúvida estar S. Paulo em condições de trazer concurso preciso à campanha do trigo empreendida pelo Ministro Daniel de Carvalho, parecendo-me por isso tornar-se digna de exame a sugestão feita pelo professor João Candido Filho — que seja estudada a zona irrigada do vale da Paraíba para a lavoura tritícola e onde está estabelecida para o arroz.

Estudo meticoloso dêsse aspecto, sem dúvida importante do problema do trigo, mereceria ser levado em consideração, pois a região já está tão aparelhada para o cultivo e o beneficiamento do arroz, o qual é aplicável ao trigo.

Na abertura dos cursos da Universidade Rural, do corrente ano, o Prof. Octavio Dupont proferiu preleção de alto valor, sob muitos aspectos, destacando-se, dentro outros, o referente à necessidade de uma concentração de esforços produtivos com o cultivo do trigo em zonas que seriam planejadas por métodos modernos, como ocorre nos Estados Unidos e na U.R.S.S. Cita o Prof. Dupont, por exemplo, o vale do Jacuí e seus afluentes no Rio Grande, zona propícia à motocultura e com a possibilidade do escoamento da produção por via fluvial. O Rio Grande é o Estado em que, no inverno, os equivalentes meteorológicos são mais favoráveis à cultura do trigo, conforme o climoscópio de Azzi.

Suas zonas seriam aparelhadas, com estações de mecanização e demais elementos capazes de garantir aos agricultores o incremento e a defesa da produção em larga escala. A colonização, com agricultores conhecedores do cultivo do trigo e do linho e outras plantas econômicas; a formação de grandes empresas que se propuzessem promover o cultivo dêsse cereal em larga escala; a reunião dos cultivadores em associações de classe e cooperativas; enfim, estabelecendo-se bases técnicas, econômicas e financeiras mediante vigorosa planificação, viria resolver êsse angustioso problema para o Brasil.

A idéia central residirá na concentração de esforços mediante planificação a longo tempo.

Assumiu a questão do trigo caráter de muita gravidade para a vida política, social e econômica financeira do país, não sendo exagerado o colocarmos no mesmo nível do carvão, da siderurgia e do petróleo.

É natural, portanto, que todos quantos se interessarem pelo futuro do Brasil, país em crescimento e de larga projeção no mundo de amanhã, procurarem trazer sua contribuição ao exame dessa questão, como venho de fazê-lo neste momento.

Seleções Agrícolas

Diretor: Eurico Santos

Gerente: O. Assumpção

Superintendente: M. Nunes

PUBLICAÇÃO MENSAL

Propriedade de Editora Seleções Agrícolas Ltda.

ASSINATURAS

Brasil — Ano	Cr\$ 36,00
Exterior — Ano	Cr\$ 70,00
Número do mês	Cr\$ 3,00
Atrazado	Cr\$ 5,00

Redação e Administração: Avenida Nilo Peçanha, 76, 12.^o
Tel. 32-6163 — Rio de Janeiro

ACEITAM-SE AGENTES NO INTERIOR

Multiplicação Das Plantas Por Estaquia

1.ª PARTE

I — Generalidades

Dá-se o nome de estaca a um fragmento de vegetal (ramo lenhoso ou herbáceo, folha, raiz, etc) que, colocado na sola e em condições favoráveis, é capaz de enraizar e crescer formando uma nova planta.

A multiplicação por estacas, aferece, entre outras, as seguintes vantagens:

- as plantas obtidas por estacas possuem sistema radicular com menor capacidade de penetração na sola, comparada com o sistema radicular das plantas obtidas de sementes.

II — Emissão de raízes adventícias

A formação de raízes em um órgão que normalmente não as produz, é um fenômeno que se observa em numerosos vegetais dicotiledôneas.

Essa formação de raízes adventícias pode ser devida:

- ao desenvolvimento de gemas radiculares decedentes existentes nas cascas dos caules e que em condições favoráveis (sola, temperatura, humidade etc) entram em atividade, permitindo assim o desenvolvimento das estacas;
- a neoformação de raízes, isto é, formação e desenvolvimento de gemas radiculares onde elas não existiam anteriormente, em virtude



Figura 1
Formação de raízes
a — raízes
b — gemas
c — zona basal (cicatrização)
d — zona apical

- garante a transmissão integral de todas as características não só da espécie, como também da variedade, o que não ocorre na multiplicação por sementes;
- permite a obtenção de novas plantas com maior rapidez do que por meio de sementes.
Por outro lado, apresenta certas desvantagens, como, por exemplo:
 - as plantas obtidas por estacas, não apresentam, de um modo geral, um sistema radicular tão desenvolvido e vigoroso quanto as obtidas por sementes;

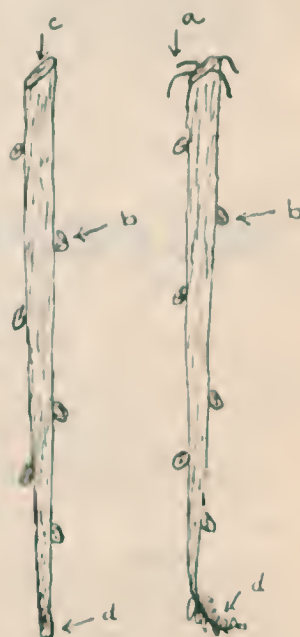


Figura 2
Formação de raízes
a — raízes
b — gemas
c — zona basal (cicatrização)
d — zona apical

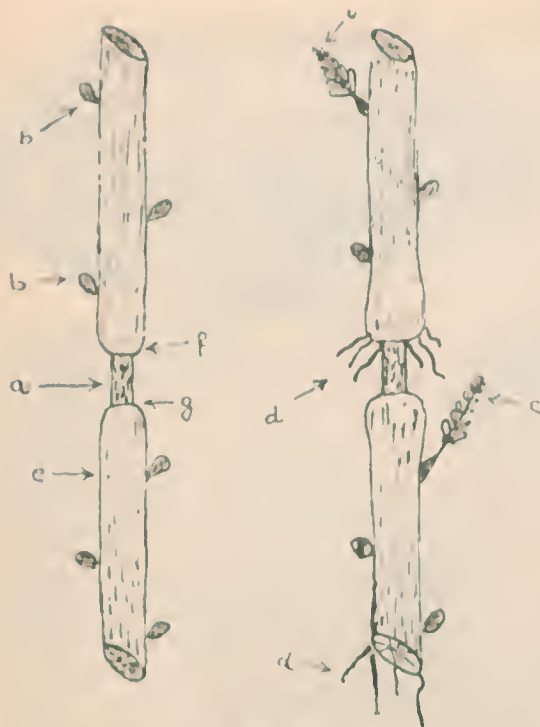


Figura 3
Formação de raízes
a — zona descortificada
b — gemas
c — ramos novos
d — raízes
e — casca
f — polo rizógeno
g — polo apical

de condições intrínsecas, quando as condições da meia são favoráveis.

Qualquer que seja o caso, é preciso, sempre que as estacas (ramas, folhas, raízes etc), encontrem condições favoráveis da meia (sala, temperatura, humidade etc), a fim de que elas emitam raízes adventícias vigorosas, que asseguram o desenvolvimento da nova planta.

Nem todas as vegetais admitem esse processo de multiplicação assexual.

Somente aquêles que têm aptidão para emitirem raízes adventícias podem ser assim propagadas.

Essa aptidão não pode ser determinada a priori; sômente ensaios experimentais, cuidadosamente orientados, podem indicar quais as plantas que possuem, com maior ou menor intensidade, essa capacidade de formação de raízes adventícias.

Um exemplo é suficiente para elucidar a questão, pois, mesmo que, até mesma em espécies muito afins, é diverso a compartimento em relação à formação de raízes.

De fato, enquanto na *Vitis Berlandier* (videiras do tipo americana) a enraizamento é muito re-

duzido, na *vitis vinifera* (videiras de mesa), a enraizamento é fácil.

Antes do estudo do mecanismo da formação das raízes adventícias em uma estaca, convém, seja dito algo a respeito da polaridade dos órgãos de uma planta.

III — Polaridade dos órgãos

A esse respeito, é clássica a experiência realizada com a vime (*Salix viminalis*), citada sempre pelos autores, quando abordam essa questão.

Retirando-se um ramo novo de vime, e colocando-o em uma atmosfera mais ou menos humida, observa-se que:

- a) se a estaca estiver colocada em posição vertical, de tal maneira que a gema terminal fique voltada para cima, e a região basal (cortada) para baixo, a caule cresce normalmente em virtude do desenvolvimento da gema terminal, enquanto que as raízes formam-se na região da superfície cortada (fig. 1).
- b) se a estaca estiver em posição invertida, isto é, com a gema terminal voltada para baixo, e a região basal (cortada) voltada para cima, observa-se, igualmente, a formação de raízes na superfície cortada, e o desenvolvimento da gema terminal, apresentando as raízes uma curvatura para baixo (geotropismo positiva), e a caule (brata), uma curvatura para cima (geotropismo negativa), conforme se verifica na figura 2.



Figura 4
Formação de calo em uma estaca
a — calo
b — raízes
c — gema

- s) se for feita uma descorticação anelar em qualquer região (retirada da casca em tôda a periferia), qualquer que seja a posição do estaco as raízes surgirão na região basal (região inferior, oposta à gema terminal), enquanto que as gemas que se desenvolvem em ramos são as da região apical (região superior), conforme se observa na fig. 3.

d) se for provocado o estrangulamento da estaca, em qualquer região, apertando-se no tronco, um arame, observa-se igualmente, que as raízes se formam na região basal, e as ramais, na região apical.

Essa experiência, muito simples, que podem ser repetidas, com estacas de outras vegetais que enraízam facilmente, mostram que:

- as vegetais apresentam uma certa polaridade, qualquer que seja a posição ocupada na estaca, distinguindo-se um polo rizogênico e um polo caulogênico;
- os fatores, que determinam a polaridade acham-se localizados, nos tecidos exteriores, tanto que, uma simples descorticação, ou, mesmo, um estrangulamento, sem provocarem a intempção da lenha ou da medula, são suficientes para que se manifestem os dois polos rizogênico e caulogênico.

Vejamos agora, como se formam as raízes adventícias.

Para isso é necessário embora em largas traças, que seja conhecida a estrutura da caule.

IV — Estrutura do caule

Examinando-se a caule nova de uma planta vascular observa-se que éle apresenta duas partes:

- casca ou cortex;
- cilindro central ou esteio.

A casca, no caule, é mais ou menos delgada e apresenta, as seguintes regiões.

- epiderme, que a envolve, formado por uma única camada de células miúdas, cutinizadas, providas de estômatos e geralmente, apresentando pêlos.
- parênquima fundamental, formado de células poliedricas, clorofiladas, deixando entre si meatas, e, não raro, contendo grão de amido.
- endoderma ou camada interna, que forma a chamada bainha amilífera, em virtude de suas células conterem grande quantidade de grãos de amido. Essas células são geralmente retangulares e suberificadas.

O esteio é a zona mais desenvolvida e apresenta as seguintes regiões.

- periciclo, formado de várias camadas de células que se alternam com as da endoderma;
- feixes libero-lenhosos, formada pela reunião de feixes liberianos (os mais externos), e feixes



NAS USINAS DE AÇÚCAR...

qualquer que sejam:

- as pressões exercidas sobre os mancais das máquinas e esmaltadores,
- o sistema de lubrificação das máquinas a vapor,
- os compressores e bombas de vácuo das centrais,
- os mancais das turbinas.

As ATLANTIC possui os lubrificantes adequados que, pelas suas excepcionais qualidades, representam as sentinelas avançadas de sua economia.

Para mancais de máquinas:
ATLANTIC H. F. S. OILS

Para máquinas a vapor:
ATLANTIC CYLINDER OILS

Para turbinas: ATLANTIC TURBINE OILS

Para bombas de vácuo e compressores:

Atlantic Ario Compressor Oil
Atlantic Shield Compressor Oil

ATLANTIC REFINING COMPANY OF BRAZIL

Av. Nilo Peçanha, 151 - Rio de Janeiro
Filiais e Agências nos Estados

lenhosos (os mais internos). Os vasos liberianos, acompanhados de células anexas e de fibras, formam a que se denomina floema na parte liberiana circular a seiva elaborada é orgânica, e pela parte lenhosa, a seiva inorgânica de mineral;

- medula, que é a parte mais interna, formada de células largas, separadas por meatas. A medula emite as raios medulares que separam lateralmente, os feixes libero lenhosos.

V — Formação das raízes laterais

No caso de raízes laterais gemariais, elas são de formação exógena, isto é, formam-se nos gemas axilares (região superficial do caule).

As raízes laterais não gemariais, são de formação interna, pois se originam na periciclo. Neste caso, forma-se no periciclo, a mamilo radicular que se diferencia em uma nova raiz que, por digestão dos tecidos atravessa a cortex. Essa raiz une os seis feixes com os feixes caulinores continuando assim a seu desenvolvimento.

III Exposição Agro-Pecuária Sul-Fluminense

A grande parada rural de Barra do Piraí, organizada pela Associação Sul-Fluminense de Exposições Rurais. Discurso do Secretário da Agricultura, Dr. Edgard Teixeira Leite. Discurso do Dr. Heitor Alves Barreira, Vice-Presidente em exercício da Associação, e Presidente da Comissão Executiva. Relação dos expositores premiados.



O dr. Teixeira Leite, Secretário da Agricultura do Estado do Rio, pronuncia o seu substancial discurso. A seu lado, S. Exa. o Sr. Governador do Estado, Cel. Edmundo de Mactéo Soares e Silva.

Durante a semana de 20 a 26 de junho último, a Cidade Fluminense de Barra do Piraí abrigou uma interessante mostra das atividades agro-pecuárias do Sul Fluminense, com a realização de mais uma Exposição, promovida pela Associação Sul-Fluminense de Exposições Rurais.

"A Lavoura" abre espaço para dar conta aos sócios da Sociedade Nacional de Agricultura e aos seus demais leitores, dos principais aspectos desse certame, que vem assinalando, de nos tempos a esta parte, a evolução do interesse

que os problemas ligados à terra vem despertando entre os seus representantes — agricultores e criadores.

Foi, sem dúvida, uma obra coroada do mais completo êxito, não só pela quantidade, mas também pela qualidade dos produtos apresentados, sem falar no enorme interesse que o assunto despertou, levando no recinto da exposição muitos milhares de pessoas.

A Divisão de Produção Animal, pelos seus técnicos, deu a mais estreita colaboração ao êxito do certame. Nesse sentido, o sr. Joaquim Sisino Rocha,



O dr. Heitor Alves Barreiros discursa como Presidente da Comissão Executiva. A sua oração vai publicada na íntegra, nesta notícia.

Chefe daquela Divisão e seus auxiliares, inspecionou os animais, vacinando-os, assistindo o seu transporte, feito aliás por intermédio e encargo da própria Secretaria, que, inclusive, tomou a responsabilidade da defesa dos mesmos no recinto da Exposição. Além disso, ofereceu a Secretária de Agricultura sete taças, sendo quatro destinadas aos animais vencedores do concurso leiteiro e três para os do concurso hípico.

É muito de louvar o interêsse demonstrado pelo sr. Helio Cruz de Oliveira, secretário do Governo estadual, por que o certame de Barra do Piraí alcançasse o maior sucesso.

Durante o ato inaugural, o Dr. Edegard Teixeira Leite, secretário da Agricultura — a que muito se deve o êxito de Exposição — e em sua qualidade de Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, entregou ao Dr. Heitor Barreiros, Presidente da Asso-

ciação, promotora do certame, a medalha de prata do cincuentenário, da Sociedade Nacional de Agricultura, que esta ofereceu em atenção nos serviços prestados pela Associação que preside ao desenvolvimento agro-pecuário do Sul-fluminense.

Foi o seguinte o discurso do Dr. Edegard Teixeira Leite:

Meus patricios!

Sejam, as minhas primeiras palavras, de louvar e de aplauso aos expositores e promotores desta esplendido mastro de pecuária, que a Associação Sul Fluminense de Exposições Rurais, está realizando nesta futura e próspera região.

Louvar e aplauso, que eu trago em nome do Governador Macedo Soares, que acampanha, com o mais vivo interêsse, o desdobramento das atividades dos criadores do vale do Paraíba, e da região vizinha que aqui, mais uma vez acorrem, não com palavras ou promesas, mas com atos concretos, com fatos positivos dando demonstração de sua capacidade de realização, de sua tenacidade e de seu espírito progressista.

No verdade, nenhuma prova maior, de tudo isso, que a presença em quantidade e qualidade dos animais aqui apresentados.

É um grande esforço, que exige preparação demorada, dispêndio avultado, esforços de toda sorte, que passam em geral de percebidas da grande público, mas que o Governo sabe, conhece, e reconhece e, faz questão de deixar bem acentuado, nesta saudação congratulatória, que é também mensagem de agradecimento aos criadores que expuseram seus produtos, prestando contingente de colaboração inestimável ao desenvolvimento da economia fluminense.

RESPONSABILIDADE

Os expositores que aqui compareceram, e os que, com eles cooperaram nesta "Campanha de resurgimento" do famoso e histórico vale da Paraíba, têm a mais exata compreensão da responsabilidade que lhes cabe, e da tarefa relevante que a de tipo laticínio, e que nunca será bem ressaltada, de prover do mais indispensável dos alimentos, a maior núcleo demográfico do novo país e centro nervoso da vida política da nação, ou seja a metrópole brasileira.

O problema de abastecimento de leite, não é só na um problema comum de produção sua respectiva exceder as contingências econômicas, para se enquadrar principalmente, no campo das atividades sociais, da de maior relevância da vida de um povo.

Já referi, numa outra oportunidade o oração de Churchill, numa convocação extraordinária do Parlamento Britânico, nas horas incertas da guerra quando Londres era toda as noites devastada pela aviação Germânica, e que ele iniciou dizendo que ia tratar da questão de extrema importância para o futuro do seu povo.

Iria pedir medidas para a preservação do rebanho leiteiro da Inglaterra, para assegurar o suprimento de leite, as crianças, os velhos e os doentes, na guerra e depois, na paz.

Porque, dizia ele, o problema de leite é pelo seu alta relevância, ante a situação, "um problema de Governo".

MISÉRIA E SUB-ALIMENTAÇÃO

Esta definição, deixa bem claro para administradores conscientes de suas responsabilidades, que o problema de leite e de capital significação, não sómente para o nosso país, mas a com uma das mais fundamentais, insubstituível, as uma as proporções alarmantes e catastróficas, mesmo nos centros mais ricos e de população de maior capacidade aquisitiva como as capitais dos estados, e a capital do próprio país.

Dai, uma das razões da mortalidade infantil, que apresenta proporções quase inacreditáveis da devastação pela tuberculose, que arrebatava mesmo nos centros mais providos de recursos para a seu combate, vidas, diariamente arrasadas, em tão grande número, que em certas cidades, antes que se complete as sessenta minutos de uma hora, noite e dia, por todo o ano, um tuberculoso desaparecia vítima sobretudo da sub-alimentação.

São verdades dolorosas, mas que devem ser ditas, e também de serem ouvidas, e devem ser ditas, e devem ser ouvidas, e sobretudo meditadas, e nunca escondidas, pois é tarefa urgente da defesa da nossa raça a solução do problema do Hamem Brasileiro — a qual só pode ser atendida, pelo esforço sinérgico do Governo, e das classes produtoras, notadamente da lavoura e da pecuária, pro-

vido o país de alimentação sadia e a preços razoáveis e acessíveis.

ASPECTOS ESTATÍSTICOS

O Estado da Rio segundo as mais recentes estatísticas possui 48 389 estabelecimentos agrícolas. Destes, 19 102 destinados à exploração da agricultura e 26 702 a agro pecuária.

Esses números evidenciam por si só, a importância crescente que a indústria pastoril está adquirindo na economia fluminense. Outros índices, corroboram estas conclusões.

Assim, dos 3 316,000 hectares, que é a área total dos estabelecimentos rurais, apenas 588 000 são destinadas à agricultura, e 1 857 000 a agro pecuária, e 775 exclusivamente à pecuária. Donde se vê que apenas 20% das regiões rurais do Estado (apenas 20%) são destinadas e produzem agrícola propriamente dita.

São confirmadas, também pelo seu valor, no total de Cr\$ 1 268 168 000. Cêrca de Cr\$ 199 727 000 são representados pela produção animal. Do confronto entre o valor da produção total em 1939, que são os últimos índices rigorosamente publicados, verifica-se que num total de 234 000 000 de cruzeiros, 162 284.000 cobrem a indústria agrícola e 59 755 apenas à produção animal e de criação animal.

A conclusão resulta que a indústria leiteira, meriand, a evidenciam que apesar da indústria animal ocupar cerca de 60% da extensão territorial, o seu rendimento é apenas 25% do valor da produção agrícola. Estes números são altamente significativos.

A produção leiteira fluminense em 1 088 estabelecimentos licenciados em 1940, atingiu 860 000 000 de cruzeiros cobrindo o Estado do Rio com 4% da indústria do Brasil.

Esses números demonstram a importância crescente que a pecuária vai adquirindo no Estado, invadindo terras mais seguramente, as regiões antigamente destinadas à lavoura no Rio e tendo sentido já o efeito produtivo de aumentar a alimentação e melhorar a saúde da população vegetal.

A aplicação desses fatos se encontra na transformação das velhas fazendas cativeiras em empreendimentos.

A cultura deficitária fez com que as abundantes e calças improdutivo e lentamente o campo agrícola foi avançando qual que espanta a mente para que indicados ao proprietário rural, a caminho a seguir pela linha de menor resistência promovendo a substituição da fazenda cativeira em estabelecimentos pastoris.

A propriedade esgotada, mal dada para o cultivo, e a competitiva mal colônia próspera e as fazendas foram abandonado a terra imbuída de outras atividades mais remuneradoras em regiões agrícolas mais férteis e sobretudo na migração para em massa para os centros urbanos. Foi o êxodo rural — abandono da terra pelo agricultor — e a ausência — o abandono da terra pelo proprietário, as duas modalidades pelas quais a proletária e a proprietária desertaram do meio rural, tracando as antigas atividades pela vida urbana.

E como consequência disso, a saude, a impudência, os verminoses, a tapera e quase sempre a miséria, a sub-alimentação e a vida sem encanto e sem esperança.

Dai o panorama facilmente verificado na zona propriamente pecuária anda está se desenvolvendo a industria do laticínios e produção de leite, de numero reduzido de upeórias agrícolas e n consequente e crescente escassez de mão de obra, de que se queixam os proprietários pois a criação extensiva exige um número insignificante de braços para fina agrícola.

Cabe aqui uma reflexão que seria uma resposta à observação corrente que foi n boi que expulsou o homem.

Na realidade o fenômeno teve outra origem mais profunda e mais grave. O homem abandonou a terra devido a sua exaustão. O solo, destruido pela cultura inconsiderada de métodos irracionais, não permitindo a conservação da fertilidade primitiva, levados as terras em alicive pelo trabalho superficial não raro também pelas enxurradas.

O, exemplos são tão numerosos, que apenas é difícil a sua escolha. Ha poucos dias atrás tive oportunidade de visitar uma velha fazenda cafeeira que se conserva há três gerações na mesma familia. Aberta há 103 anos, isto é, derrubados as matas primitivas, formadas grandes lavouras de café, que chegaram no tempo de sua maior pujança a 15 000 arrobas, que está hoje em franca retrocessão, não chegando a colheita, às remonescências dos antigos cafezais, a produzir 300 arrobas. Na decadência de 103 anos exatamente operou-se a derrubada da mata virgem, o plantio do café; atingiu-se a máximo de sua produção e esvoiu-se a cultura num rápida declínio. Também ai o homem desertou a campo; e o capim gordura invadiu vales e encostas, e a população bovina substituiu a população humana.

Este quadro se multiplica em grande parte do Estado, e é uma consequência, material decorrente da destruição da riqueza natural do solo, mais do que da desorganização do trabalho, como em geral se pensa e se afirma.

A desorganização do trabalho foi uma consequência da exaustão da terra, abandonada pela agricultura que já não podia fazer lavouras remuneradoras. "O boi não expulsou a homem" — Foi o homem expulsado pela "destruição da sala".

NOVOS PIONEIROS

Foi em plena crise, causada pela decadência da lavoura cafeeira, quando as propriedades agrícolas chegaram ao máximo aviltamento dos seus valores, que brasileiros, fluminenses e filhos de outros Estados, notadamente de Minas Gerais, começaram, com decisão e energia, a transformação econômica, de que agora somos expectadores, em uma das suas fases mais decisivas.

As terras abandonadas pelos proprietários e pelas colonos, foram transformados em pastagens, foram extendidos milhares de quilômetros de cerca de arame forpada, em que milhares de estacas foram empregados, permitindo a organização em pastos, dos copinzais criadas quase espontaneamente.

Na região cafeeira, foi lenta mas seguramente, sendo povoada, pelo rebanho bovino, que nos poucos foi melhorando, com a introdução de reprodutores de raças leiteiras.

Os velhos salares das fazendas cafeeiras, imensas, com as instalações acessórias que o gênero de exploração exigia, e que quase todos estavam em ruínas, ou em franca abandono, foram aos poucos

passando a outras mãos, se restaurando e muitas delas, num índice de capacidade de recuperação, que precisa e deve ser acentuada em louvor das que se utilizaram a obra de tão alta manta e de tão alta significação para a nossa cultura estão reparados, e se apresentam hoje, como padrões, entre as mais elevadas das habitações rurais, podendo se confrontar de qualquer país altamente civilizado.

Nunca serão bastantes os louvores a esses novos pioneiros, realizadores de tal recuperação econômica, dando uma soma de esforço, tenacidade, de capital, idealismo e de confiança no futuro, e que são renovadores da economia agrícola fluminense, substituindo a antiga tipo de organização exclusivamente agrícola, pela organização agro-pastoril, numa grande região da velha provincia, que está se reerguendo, já agora em bases firmes e com raízes seguras.

Quero exprimir aos que estão realizando esta obra, no Vale da Paraíba e dos seus afluentes, nas zonas da Baixada e nos terras dos encantos, a pública reconhecimento do Governo pela obra já realizada e a confiança de que ela será completada, por medidas que precisam e devem ser tomadas.

PONTOS CRÍTICOS

Exatamente há um ano, em memorável oração proferida neste mesmo local, numa cerimônia idêntica, o Governador Macedo Soares traçou com segurança e acerto a programa da Pecuária fluminense, e pôs em evidência os pontos críticos de uma organização agro-pastoril, neste campo de atividades. Dentre eles resalta pela sua importância, a da alimentação.

Precisamos e devemos organizar os suprimentos alimentares dos nossos rebanhos, para que possam dar às explorações, rendimento razoável, já que a terra está as umirnia preços sempre em ascensão, estabelecendo um desacôrda entre a rentabilidade de um níqueiro de solo, que custo sete, dez e quinze mil cruzeiros, que comporta apenas duas ou três rezes, e vacas que produzem média insuficiente de leite, agravada pelo pequeno período de lactação.

Na época de estiagem rigorosa, torna-se indispensável, para que a produção não decresça, a emprêga de rações complementares, que não agora são encontradas sobretudo no uso da farela e outros subprodutos da moagem de trigo.

Estamos assim, — já tenho dito e é necessária que se repita — para o abastecimento do capital do nosso país, grande cidade de cerca de dois milhões de habitantes, no mais estreita dependência da estrangeira, do trigo da Argentina, que está chegando em pronações cada vez menores, e a preços cada vez maiores.

Esta dependência é perigosa e humilhante, vamos dizer a verdade por inteiro, sem reduções.

Humilhante e perigosa, pois além do pão, alimento que a hábito tornou indispensável à dieta de quase todo a nosso povo, estamos também, em parte do ano, na subordinação da suplementa de produto estrangeira para obtenção do leite. Leite e Pão!

É na realidade, examinada em suas últimas consequências, dupla subordinação: econômica e política.

Mas, a criadnr fluminense, compreendeu bem a situação e um promissor movimento já se esboça, para remover esta quase inacreditável situação.

Vuma, agir para criar, dentro de cada fazenda a quase totalidade da ração de que carecem os novatos rebonhas, — pela sub-divisão das pastas, permitindo o seu melhor aproveitamento, pela plantio de leguminosas e de novas variedades de gramíneas forrageiras; pela adoção de processos racionais de conservação dos excedentes forrageiros, das espécies de abundância, pela fenação e pela ensilagem, pela criação de reservas forrageiras — proporcionando capins para a carne — pelo cultivo de uma forrageira, de trigo Adlay, de feijão-soja, e de tubérculos forrageiros, de mandioca e dezenas de vegetais fornecedores de alimentação complementar.

O Governo fluminense está atento as vassas necessidades e já empreendeu a campanha para a implantação da cultura do feijão-soja, dos quais a primeira, já encerrada, resultou a criação de duzentos campos de cooperação e a segunda, em franco desenvolvimento, com setecentos e vinte campos de cooperação, cerca de trinta municípios fluminenses.

Os resultados foram promissores e tudo faz crer na definitiva implantação de cultura, preciosa sob todos os aspectos — e que será fonte valiosa para fornecimento de alimentação proteínica para os nossos rebanhos.

A campanha para a implantação do trigo Adlay tem prosseguido e será uma fonte valiosa de fornecimento de proteínas, que é a razão da importância da farela de trigo.

Não menos importante, para este fim é o alargamento da cultura algodoeira, para a produção de farinha de algodão e que começou a renascer, depois de violento declínio, já que a Estado do Rio, dispõe sob todos os aspectos, de condições excepcionais, para a produção dessa valiosa malvacea.

Está certo de que, pelos valiosos esforços, e com a cooperação do poder público, com a qual poderemos sempre contar, a pecuária fluminense irá atingir uma completa independência em matéria alimentar, problema que é apenas questão de organização.

Basta neste sentido lembrar a que ocorre na Dinamarca, que mantém um avultado rebanho, com alta produtividade leiteira, e em que, durante nove meses do ano, a alimentação é realizada com forragens conservadas, pois as forragens verdes apenas são obtidas quatro meses por ano!

Outro aspecto, também ressaltado pelo Governador Macedo Soares, na sua natável oração aqui proferida, foi na situação verdadeiramente alarmante, em que se encontra a defesa sanitária animal.

A mortalidade, no gado maior, bem como no gado menor, assume proporções com as quais a criador já se afaz mas que não deixam por isso de serem enarques.

Os prejuízos ocasionados pela febre aftosa, direta e indiretamente, não podem ser avaliados em seus números exatos.

Ela caminha que se acha instalada nas fazendas de criação do Estado do Rio, e reduz a produção do leite, reduz o nascimento de bezerras, reduz a capacidade dos animais de trabalho, e não raro reduz a fazenda à miséria.

O mesmo ocorre com a pneumonia enterite e pasteurização dos bezerras, muitas vezes confundidas e que anualmente, segundo dados conservadores, ocasiona mortalidade de cerca de cinquenta mil jovens animais, todos os anos.

A estas molestias, devemos acrescentar a raiva, as verminoses, e também a peste suína.

É indispensável que o problema da defesa sanitária animal seja pôsto nos seus termos reais e exatos e no dote os departamentos e serviços deles, em arriegados, de toda o arsenal de que carecem, em técnicos, em verbos, em aparelhamentos de toda a ordem, notadamente da produção de vacinas e soro.

É necessário — e mais do que necessária — é urgente, que se forme uma "consciência nacional" em torno do problema, para evitar prejuízos anuais de muitas milhões de cruzeiros, que tem reflexo não apenas na economia nacional, mas assume proporções de calamidade pública, determinando os filas para a compra por preços sempre em alta de carne, de leite e de manteiga.

Alguns números permitem exprimir em seus termos matemáticas a situação do problema, para a produção de cento e dez milhões de animais, do gado maior e menor dos rebonhas brasileiros — patrimônio valioso que é uma parcela avultada do riqueza nacional, o Serviço de Defesa Sanitária Animal do Governo Federal dispõe apenas de oitenta veterinários.

A Secretaria de Agricultura do Estado do Rio tem apenas treze profissionais.

Outro número para o combate da peste suína torna necessário a emprego de dezessete milhões de cruzeiros, de vacina cristal violenta.

Até este momento, a nossa capacidade de produção não vai além de três milhões.

Temos de nos convencer que a criação, no Brasil, só é possível, em condições remuneradoras, quando a emprego sistemática da vacina preventiva se torna de uso generalizado. É neste sentido que devemos caminhar.

Esta tarefa, quando for devidamente organizado, representará para a economia fluminense — so ela — cerca de duzentos milhões de cruzeiros por ano, pois a tanto mantem, segundo calculos conservadores, prejuizo que as míletrias e pragas evitáveis, ocasionam anualmente.

Para tanto, precisamos e devemos contar com a colaboração das Cooperativas, que deverão desenvolver suas atividades neste sentido, podendo para tanto contar com todo o apoio do Governo, que está aliás junta as nossas criadores desenvolvendo uma ação direta e que cada dia mais se alongará.

O PROBLEMA DOS EXCEDENTES

Entretanto, encarado em seu conjunto, o problema número um, da pecuária fluminense não é o da alimentação, nem a defesa sanitária animal e o dos excedentes da produção leiteira.

Mas apesar de todas as percalços e dificuldades ele vai aumentando, e hoje, já se criou situação que começa a ser fator de perturbação econômica e cuja gravidade precisa ser posta em sua justa relevância, com toda a franqueza.

Como subeis, na época de fartura de forragem coincidente com a da maior pluviosidade há um excesso de produção de leite — que em certas regiões assume proporções avultadas.

Estatísticas bastante seguras, permitem entre tanto prever que ele atinge, neste período, a cerca de

cento e oitenta mil litros diários, que não podem ser absorvidos pelas mercados do Rio e Niterói.

É sem dúvida uma questão de sub-consumo, apenas.

Se o consumo, atingisse aos níveis razoáveis que precisa e deverá ter — não apenas este excedente, como tão-to a produção atual, poderia ser triplicada, sem que tal fato se verificasse.

Mas, não é possível, de chofre, aumentar o consumo e sabretudo criar o consumo variável, para a perícia de excedente e de carência, porque está a matéria dependente de hábitos alimentares que não podem ser repentinamente modificados.

Começa então, para a criação, a drama da falta de mercado, para um produto altamente perecível cuja conservação, *in-natura*, é precaríssima.

É o período das "cartes" o produtor recebe aviso de que a vasilhame para transporte foi "cortado", o que imparta dizer que duzentos, trezentos, seiscentos litros, em cada propriedade, ficarão em colocação, e que terão de ser entregues a preço reduzido, para outras fins.

Se apurarmos, por uma contabilização perfeita — transformado em cruzeiros — a prejuizo que isto acarreta a produção fluminense — cerca de duzentos mil litros diários, de leite em colocação, num período de quatro a cinco meses, cremo encontrar uma das explicações, porque a pecuária está se tornando francamente deficitária no Estado do Rio, em tantas e tantas propriedades. Na verdade, a produção consumida é de trezentos e dez mil litros, por dia, em todo ano, enquanto a excedente em seis meses — de 180.000 litros. — Em números redondos pode se aproximar das 50% as excedentes sobre o consumo real. Conhecendo este fatos, não poude o Governador Macedo Soares, ficar indiferente à situação e determinou que a Secretaria de Agricultura, tomasse em mão o problema, e procura-se, de acordo com as classes interessadas, encontrar solução adequada.

Estudos estão sendo rapidamente realizados, com o do conhecimento de muitas das presentes. Em colaboração com a secretaria cerca de nove Cooperativas da região de Contagala, Cordóia, Macuco e Municípios limítrofes, examinarão dentro de pouco dias o projeto e orçamento para instalar no norte fluminense, em local a ser escolhido, de indústria que absorva na época de abundância os excedentes de leite daquela próspero região.

Aproveita esta oportunidade, para pedir a Vossa atenção para o problema, que poderá ter outras soluções, e para as quais, encontrarão sempre, pronto a atender vos, a ação vigilante do Governador Macedo Soares.

Ja existe no Estado do Rio, neste vale, e na cidade de Barra Mansa, futura indústria de transformação de leite, cujos produtos — é sem favor que o digo, mas antes até como um dever que vou encontrá-lo em todo o país a melhor aceitação.

A mesma empresa, talvez possa, numa conjugação de esforços, dar nova eficiente colaboração aos nossos pecuaristas, para o problema dos excedentes, instalando em outros pontos, estações coletoras, pequenas usinas, de transformação semi-industrial, que na época da abundância, permitam a coleta dos excessos, remetendo os para a sua matriz, onde sofrerão a fase final de industrialização.

É apenas uma sugestão, que peço seja examinada. O que não se pode, porém, é ficar de braços cruzados, assistindo, resultante de desorganização,

todo um considerável aparelhamento econômico — que é a nossa pecuária, manter fazendas, criar rebanhos, produzir leite e ter o resultado final de seus esforços anulado, por assim dizer, por não ter mercado, quando existe um grande centro consumidor as suas portas, de alta capacidade aquisitiva, que consome apenas hoje menos de cento e trinta centímetros cúbicos por habitante, quando deveria consumir pela menos, meia litro.

Guardai bem estes números e meditaí sobre eles, meus patrícios.

Cinquenta por cento do leite produzido nas regiões próximas do Distrito Federal não encontra colocação para seu consumo, enquanto no capital da República, em cada cinquenta minutos, morre um tuberculoso, vítima principalmente da subalimentação.

Cinquenta por cento do resultado dos esforços da criação, — expressados em duzentos mil litros diários de leite, são vendidos em quatro a cinco meses por ano, a preço de "alvado de um dinheirão" enquanto o deficit, vai sendo cada vez maior a norma das explorações pecuárias do nosso Estado.

Não devemos nos iludir, com o aumento de consumo diário no capital da República, como solução de nossa situação. Se de 137.674 litros diários em 1939 passou o cerca de trezentos mil litros em 1948, estes números para serem corretamente interpretados, precisam ser confrontados com o aumento da população e também, com o aumento do leite para fins industriais, que não é o único. Na capital objetiva-se exportar para o Estado.

Tudo isto faz ver, meus patrícios, quanto é sério o problema dos excedentes, que peço ser resolvido, com energia e com decisão. Para tanto o Governo fluminense, encontrará sempre a maneira decidida e rápida e adequada.

INDUSTRIALIZAÇÃO — FABRICAÇÃO DE LEITE

O excedente já referido, encontrara também, sua transformação em laticínios — em queijos, de diversos tipos e na montagem de outros produtos — por certo, muito já se tem feito neste sentido. E hoje nos mercados já se abastecem em grande parte de produtos de fabricação nacional.

Há cerca de quatro anos atrás, era bem diferente a situação — pois muito de nós — com quem vos falamos neste momento — há de recordar-se de certo tipo de manteiga francesa — aliás fabricada alguma delas especialmente para o Brasil, por terem sua venda proibida na França, por serem misturadas com margarina — eram de uso corrente e quase exclusivo na dieta das classes abastadas.

Alguns números, na sua significativa eloquência, falarão muito claro, demonstrando a importância, que se abre para a nossa indústria de laticínios, que salvo em poucos núcleos e está ainda em estado incipiente.

Assim em 1947, em quatro bilhões de cruzeiros, que o país importou, de gêneros alimentícios — essenta milhões de cruzeiros o foram sob forma de produtos de laticínios.

Em janeiro deste ano, a nossa importação de laticínios atingiu a mais de cinco milhões de cruzeiros. Laticínios isto é, de queijo, de manteiga e de leite conservado, que podemos e devemos produzir, porque temos a quarta rebanho do mundo, porque temos condições propícias, em todas as sentidos para alcançar esta libertação do mercado estrangeiro, obtendo dentro de nossas fronteiras, produtos

que constituem por todos os motivos, uma alta eficiência, índice de cultura e de civilização.

Precisamos aperfeiçoar a nossa técnica de produção de queija — e neste sentido o Governador Macedo Soares já declarou, por ocasião da Terceira Exposição Estadual, o propósito do Governo fluminense, de criar em Resende e provavelmente em Cordeira, fabricas-escolas, de tipo da existentes em Juiz de Fora, embora em proporções mais modestas, para a formação de profissionais e operários — de técnicas de várias categorias, e que sejam ao mesmo tempo, um centro de consulta e de orientação para a industria de laticínios da nossa Estado.

Pois o adiantar agora, que a criação destes institutos, esta com o seu projeto bem adiantado, e que provavelmente, alem das referidas, será iniciada outra, em Macabu, junto na patronata lá existente, aproveitando-se as condições favoráveis, por termos ali instalações facilmente adaptáveis, algumas prontas a aprender e por ser centro de regiões que vem tornando acentuadamente pastoril.

PROBLEMAS DE TRANSPORTE

Ao lado destes problemas, e como parte, indispensável, de uma organização razoável em materia de industria pastoril, está o dos transportes, que no caso da produção leiteira, assume proporções de mais alta relevância.

Só realizadas em condições as mais adequadas, de custo e rapidez poderão atender as suas finalidades.

Basta lembrar que a tempo médio, gasto entre a ordenha e o consumo oscila entre 72 e 96 horas, ou sejam 3 ou 4 dias. Excepcionalmente 48 horas. Conhecei bem o problema. Precisamos de carrinhos próprios, trens com horários certos.

Mas na realidade, temos carras inadequados, e trens fora dos horários.

O Governador sabe tudo isso e está agindo. Mas a ação infelizmente, não pode ter a rapidez desejada, tantos são os fatores e abstrúculas a remover.

PROBLEMAS DE CRÉDITO

Mas, meus patricias — todo este programa de aperfeiçoamento da produção agro-industrial — instalações higiênicas para a ordenha, topumes e cercas para as pastagens — organização de farrageamento racional, e forragem conservada colhida na periodo da abundância, aquisição de alimentos concentrados, notadamente dos proteínicos; obtenção de reprodutores de bom padrão; melhoramento das usinas de conservação e industrialização, tudo isso não se faz com esforços de imaginação, com palavras que o vento leva, com promessas falozes, de que a contribuinte está farta, e que a povo já não aceita.

É necessário dinheiro para realizá-lo — a prazos razoáveis, a taxas também razoáveis, mas, sobretudo que não falte no momento oportuna, por que é precisa que se diga, que a produzir, mais do que juros baixos talvez, necessita de dinheiro, que lhe seja concedido quando tem dele necessidade.

Já conheceis, neste sentido, o programa do governo, amplamente desenvolvido, em declarações e discursos, do Governador Macedo Soares, e claramente anunciado, como pensamento do governo, na Primeira Reunião dos Prefeitos Fluminenses, nas seguintes termos:

Já agora pode o Governo do Estado do Rio anunciar que o Banco Auxiliar da Lavoura, terá caráter exclusivamente agrícola, estabelecimento semi-oficial, pela participação de capitais e de direção com representantes das classes produtoras com criterios adequados as diversas finalidades, isto é, financiamento da entre safra aquisição de máquinas, adubos, reprodutores, e material agrícola, crédito orientado com assistência técnica, para pequena produtor, e novas culturas, garantias de aquisição de outro, a preços mínimos para a produtor; carteira de crédito hipotecario, para a aquisição de propriedades e melhoramentos que exijam longo prazo de recuperação, com emissão de letras hipotecarias."

Estas palavras, pronunciadas em fevereiro da corrente ano, na Reunião dos Prefeitos, eu as confesso agora, e infirma, que a organização do crédito agrícola do Estado, está apenas dependendo da aprovação dos medidos solicitados por Mensagem do Senhor Governador Macedo Soares, à Assembléa Legislativa do Estado, e na qual é pedida a autorização para uma emissão de apólices, até a montante de cento e cinquenta milhões de cruzeiros.

Estas apólices, caucionadas, permitirão obter recursos para o capital inicial do Banco da Lavoura. Das cento e vinte milhões obtidos por caucionamento das apólices, cerca de um terço serão destinados a criação de crédito agrícola.

Como vêdes as promessas do Governo estão se cumprindo e estou certo de que a Assembléa Legislativa com seu espirito esclarecido ultime as necessárias medidas — que dela dependem — para que a nossa Estado possa ter organizada seu Banco — Banco que viva para a lavoura — e não viva da lavoura como teve a oportunidade de dizer — agora tenho a satisfação de confirmar.

Se demorar no estudo destes problemas é com a certeza de que as expando aqui, à vossa consideração, serão examinados e criticados, com a maior franqueza, e que com a vossa colaboração houvemos de encontrar para elle, soluções justas e adequadas.

Cantamos com a colaboração do Governo Federal, pelo seu órgão que mais de perto atende às finalidades da lavoura e da pecuária, e em boa hora entregue às mãos experimentadas do Ministro Daniel de Carvalho, e também padels contar com a ação vigilante da Governador Macedo Soares, que se inscreveu entre as mais ardorosas ruralistas do nosso país.

Já destes de vossa capacidade, demonstrações sobejas, e de que este certame é sem favor e sem duvida, uma demonstração brilhante e evidente.

Falando vos com franqueza e sem rebuços quero que as palavras finas destas declarações, sejam de votos de felicidade pelo sucesso deste certame e da pecuária fluminense, aqui tão brilhantemente representada, renovando vos os agradecimentos que vos apresento, em nome do Governador Macedo Soares, pela valiosa contribuição que ella está dando à economia da nossa velha e gloriosa provincia, e que, pelos vossos esforços está se integrando entre as mais prósperas regiões do nosso Brasil.

Em nome da Associação Sul Fluminense filou o Dr. Heitor Alves Barreiros, Vice-Presidente, em exercicio e Presidente da Comissão Executiva.

Referiu-se à situação precária do criador Fluminense, em face da falta de braços, da majoração de todos os impostos, da falta de elementos para o tratamento dos rebanhos finos, etc.

Tratou, ainda, da situação do leite destinado ao consumo na capital da República e defendeu a existência de um centro único de recebimento, fiscalização e distribuição do leite do Rio de Janeiro, desde que o entreposto de Triagem está em condições de manipular todo o leite que entra neste momento, com grande reserva de capacidade para o aumento que se verificar em muitos anos vindouros.

Éis o seu discurso:

A Associação Sul Fluminense de Exposições Rurais, nascida do idealismo de um grupo de criadores fluminenses e mantida como um imperativo das necessidades da classe, teve, desde o princípio, ponderável auxílio material dos poderes públicos, federal, estadual e municipal, e ao promover a III Exposição Agro-Pecuária Sul Fluminense, conta pela segunda vez com a presença de V. Excia. e de altas autoridades governamentais da República e do Estado do Rio, presença que constitui, para nós que aqui labutamos, motivos de justificado júbilo e incentivo para que, sob o apóio moral que ela representa, possamos continuar trabalhando para um desenvolvimento, cada vez maior, das nossas atividades, em benefício da melhoração da nossa produção agro-pastoril; num esforço conjugado e, por isso mesmo, crescentemente fortalecido e eficiente.

Não fora, também, a abnegação dos criadores e agricultores do Sul do Estado que, no começo de nossa organização, numa compreensão perfeito dos seus deveres e responsabilidades para com a classe a que pertencem, atenderam ao apelo para uma campanha financeira de que resultou a instalação deste recinto e a dedicação daqueles outros que, anos a fora, vêm dando à Associação o sua assistência, em um trabalho perseverante e construtivo, dificilmente poderíamos hoje apresentar a espetáculo que aqui temos.

Sr. Governador:

Até o ano de 1922, aproximadamente o sul fluminense possuía, como fruto da iniciativa particular, numerosas rebanhos, altamente selecionadas, de animais das raças Holandesa, Jersey, Guernesey, Schwyz etc., que apresentavam notável produção de leite, além de constituírem, muitos d'êles, fonte de criação de reprodutores finos.

A partir daquela época, a ação conjugada e o perfeito entendimento comercial de 2 ou 3 entrepostos, detentores únicos da entrada e distribuição de leite no Rio de Janeiro, de que resultou uma política baixista e totalmente contrária aos interesses dos criadores, determinou a desânimo dos pecuaristas que, não podendo abandonar prontamente os seus rebanhos, lançaram mão do recurso de se fazerem mais criadores do que produtores de leite. Prevendo maiores resultados na criação de bezerras para corte, apelaram para a intromissão nos seus rebanhos do sangue das raças italianas, que produ-

zinda metiços fortes por excelência, suportavam a manutenção da exploração de leite de suas mães e depois, embora sacrificados no desenvolvimento, ainda representavam preços compensadores nos frios gônicos.

O resultado desta situação foi a queda gradual da produção de leite no vale da Paraíba, principal centro de exportação do produto para a capital da República.

Tal situação se agravou de ano para ano, até que em 1940, quando não mais era possível retardar uma providência que puzesse termo a ganância dos entrepostos e a angústia dos produtores, tomou o Governo Federal a iniciativa de, com a assistência dos Governos estaduais interessados diretamente na produção do leite e da Prefeitura do Distrito Federal, centro principal de consumo, promover entendimentos entre produtores, usineiros, entrepostos, varejistas, técnicos em laticínios e consumidores.

De tais entendimentos, presididos pela Interventor federal no Estado do Rio, tanto quanto das entrevistas dadas à imprensa, concluíram todos a necessidade, inclusive compradores e distribuidores de leite, pela necessidade de criação de um centro único de recebimento, manipulação e distribuição do leite e seus produtos, no Rio de Janeiro.

Atendendo a essas necessidades e para que fosse possível realizar providências objetivas, criou o Governo Federal, em julho de 1940, a Comissão Executiva do Leite a quem atribuiu no inciso 5 do art. 2.º do Decreto que a instituiu, a obrigação de "promover a construção da Entrepasta Central do Distrito Federal e as usinas de beneficiamento e de aproveitamento das excessos de leite".

Na art. 3.º estabelecia o mesmo decreto que sob a responsabilidade dos Estados do Rio e Minas Gerais e da Prefeitura do Distrito Federal, seriam realizadas operações de crédito para os desapropriações e aquisições de imóveis, construção do entreposto central e sua movimentação.

Dando cumprimento a essas determinações, iniciou a Comissão Executiva do leite a construção do Entrepasto de Triagem, com capacidade para receber e manipular, aproximadamente, quatrocentos mil litros diários de leite, ao mesmo tempo que estimulava e mostrava a necessidade de se congregarem todos os produtores de leite em cooperativas, fazendo desde logo uma demonstração da importância que passaria a ter a classe, na defesa dos seus interesses, no dia em que as cooperativas se unissem numa corporação que fosse, no Rio de Janeiro, recebedora e distribuidora da produção oriunda das usinas do interior, organizadas cooperativamente.

Considerando o Governo de S. Excia. o Sr. Presidente da República oportuna a extinção da Comissão Executiva do Leite, foi baixado o decreto de 11 de setembro de 1946 que a extinguindo transferia a Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda. o seu patrimônio e atribuiu à nova entidade, no parágrafo a, da Art. 5.º, a obrigação de "organizar e manter perfeito serviço de recepção, tratamento, engorrafamento e distribuição, em grossa, do leite destinado ao consumo do Distrito Federal".

Como se vê, manteve o decreto o Entrepasto de Triagem na posição de centro recebedor e distribuidor do leite, destinado à população Cariaca e não pôde assim, não se justificava que a Cooperativa Central arcasse com as responsabilidades mo-

terios de obra de tamanho vulto, ainda em período de construção e, portanto, produzindo despesas elevadas, principalmente se considerarmos que, terminado a sua instalação terá capacidade para quase o dobro do leite distribuído no Rio de Janeiro, visto que a entrada atual é, aproximadamente, de 225.000 litros e terá Triagem capacidade para 400.000.

Não desejamos, Sr. Governador, a existência única de um centro comercial de aquisição e venda de leite para a Ria de Janeiro, não queremos esse privilégio para a Cooperativa Central, mesmo porque seria mantermos a espírito de "trust" e isso seria inconcebível num País democrático, cujo governo tem dado provas inequívocas de seu elevado espírito de justiça e imparcialidade, com que vem cumprindo a sua promessa de que seria a Presidente de todas as brasileiras.

Queremos, apenas, que reconheço a administração a desnecessidade de serem outorgadas novas construções de entrepostos, quando dispõe o Distrito Federal de um estabelecimento modelar, com capacidade para mais do que as necessidades atuais e que bastaria ainda por muitos anos, onde poderão ser centralizados e, por isso mesma tornados mais eficientes, todos os serviços de fiscalização sanitária, transporte e desembarque das estradas de ferro, controle de estradas e distribuição — e cujas taxas de passagem contribuirão para a normalização da situação econômica e para que pudessem ser terminadas as obras da Entrepasto de Triagem, transbordada, de acordo com a espírito da lei que transferiu à Cooperativa Central, em estabelecimento de utilidade pública e centro de controle e fiscalização do leite consumido no Distrito Federal.

Aproveitam as criadores da Sul do Estado, esta oportunidade, para dizer a V. Excia., em quem reconhecem o sincera propósito de conhecer e atender as necessidades dos produtores do Estado, ser precária a situação daqueles que promovem o abastecimento da Capital da República.

Fatores diversos vem contribuindo, uns infinda sobre a produção e outras afetando a recompensa econômica dos seus estafes e não permitindo que as capitais investidas nas suas propriedades apresentem rendimento justo.

Os primeiros decorrem da falta quase absoluta de larragens concentradas no mercado, sem as quais impossível se torna uma produção correlata com a qualidade dos rebanhas que, quanto mais finas, maiores exigências apresentam, exigências que não podem ser atendidas pelas nossas pastagens empobrecidas em quantidade e qualidade, graças à exaustão de nossa terras, que prestaram sua contribuição à riqueza dos calesais fluminenses e hoje, depois de outras muitas anos de exploração e uso como centro de produção pastoril, não contam sequer com o braço suficiente para o seu tratamento.

É a falta de trato das terras cnçadas do Estado do Rio constitui uma das peças de verdadeira circula vicioso.

Há falta de braços e as poucas encontradas são de tal modo caras que a fazendeiro, cujas rendas não podem ser equiparadas às da indústria, e vêm forçados a paralizar as suas atividades, exigindo das suas terras apenas a que elas podem dar. Por outro lado o trabalhador rural, humano como a do indústria, precisando viver melhor e tendo a noção de que somente mais remunerado poderá ter e proporcionar aos seus, uma vida em que sejam atendidas as exigências da alimentação e de conforto

tísico e social, emigra para as cidades, ou para os centros industriais.

Os fatores a que me referi, como atrantes sobre a recompensa do trabalho e a renda de capital, são aqueles que diminuem o valor da produção.

São as grandes distâncias a serem percorridas por um produto como o leite, facilmente deteriorável, transportado por estradas onde somente os carqueiros transitam, determinando que após muitas horas de viagem, exposta ao sol, chegue à usina de beneficiamento com elevado teor de acidez e sujeito a desnatagem, e não a inutilização.

É a precariedade dos transportes na estrada de ferro, sujeitas a frequentes atrasos, em carros impróprios, velhas e sem meios de proteção do produto, pela conservação do frio, ocasionando nova deteriorização entre o usina e o entreposto, onde novamente a acidez estabelece outras e elevadas perdas.

É a situação econômica da Cooperativa Central, arcondada com pesados ônus dos imóveis que encampou, continuando obras e, por tudo isso, exigindo a desconto de novas taxas das Cooperativas associadas, não contando com latame em boas condições de conservação, situação que permite e proporciona o estrago e perda de leite durante a viagem e manipulação.

É a esta situação difícil para o criador fluminense se juntou o aumento dos impostos que pesam sobre as suas propriedades e sobre as suas explorações; aumentos que se tornaram imperiosos, pela necessidade do Governo de V. Excia. de normalizar a situação econômica do Estado e de promover novos empreendimentos, além de ter de continuar obras iniciadas, cuja paralização acarretaria prejuízo para o plano de recuperação e desenvolvimento, empreendida pela administração estadual. Mas é feroza reconhecer que tais aumentos vieram atingir a iniciativa particular precisamente num período de crise econômica, em que a elevação da preço de todas as utilidades e a majoração dos padrões de salários, contrastam com a vulto da produção.

Reconhece, entretanto, o criador Sul Fluminense que deve contribuir com a sua quota de sacrifício em benefício das atividades governamentais, empenhadas na melhoria do nível de vida das populações rurais, necessitadas de assistência médica, de proteção contra as maléstias endêmicas, de ensino e de vias de transporte e comunicações, mas apela para V. Excia. no sentido de ser feita uma revisão da lei orçamentária que determinou o aumento do imposto territorial, de todos o que mais pesadamente atingiu a exploração rural.

Sr. Governador

Acaba V. Excia. de realizar uma visita ao Município de Barra do Pirai, como antes fez a outros do Norte do Estado e há poucos dias no de Vassouras.

Sabem as populações fluminenses dos elevados propósitos com que vem V. Excia. percorrendo o interior do Estado, fiel à sua política de verificar as necessidades e programá-las para realizar e aproveitar a Associação Sul Fluminense a oportunidade para secundar um gesto da população de Barra do Pirai que em abril deste ano encominou a V. Excia. um abaixo assinado, com cerca de 500 assinaturas, pedindo a restauração de uma estrada centenária que ligava os Municípios de Barra do Pirai,

Valença e Vassouras com um percurso de apenas 20 quilômetros.

Estrada que partindo de Barra do Pirai e seguindo pela margem esquerda do rio Paraíba vai atingir a vila de Juparona, distrito do Município de Marquês de Valença, tendo antes alcançado a ligação Juparona — Barra de Vassouras, distrito do Município de Vassouras.

Esta uma estrada inter municipal de vital importância para a ligação dos três municípios e centro de escoamento dos produtos das grandes e boas propriedades rurais, cujos proprietários precisam atravessar o rio Paraíba, em canoas, para que possam alcançar a estação de Demétria Ribeira, la Central do Brasil. A abertura dessa estrada vem sendo objeto de estudos e interesse do Sr. Prefeito da Comarca Municipal de Marquês de Valença que, neste sentido, teve entendimento com a Prefeitura de Barra do Pirai.

Em nome, pois, dos criadores fluminenses desse região, apela a Associação Sul Fluminense para V. Excia. no sentido de ser restabelecida essa importante estrada de radagem, com apenas 18 quilômetros a restaurar.

Terminando Sr. Governador quero agradecer a V. Excia. o auxilio inestimável que, para realização de mais este certame nos prestou a Governô do Estado do Rio, através da sua Secretaria da Agricultura, em boa e feliz hora entregue à competência técnica e aperiidade do Dr. Edgard Teixeira Leite.

Não fôra o auxilio econômico e a cooperação dos funcionários da Divisão de Produção Animal, tendo a frente o Dr. Joaquim Sizina Rocha, bem diferentes poderiam ser as condições de sua organização e a eficiência de seus trabalhos.

Igualmente agradeço, em nome da Associação Sul Fluminense de Exposições Rurais, ao Ministério da Agricultura, na pessoa de S. Excia. a Sr. Ministro Daniel de Carvalho a ajuda econômica, a colaboração e a assistência do Departamento Nacional da Produção Animal.

A V. V. Excias. e a tôdas as demais autoridades que nos honraram com a presença na inauguração deste certame, onde se vê refletido a desenvolvimento do pecuário no Sul do Estado do Rio e o esforço dos nossos criadores, apesar de tôdas as dificuldades e corências já apantadas, apresenta os mais sinceras agradecimentos da Associação Sul Fluminense de Exposições Rurais.

ENCERRAMENTO

Com a presença do Dr. Edgard Teixeira Leite, Secretário da Agricultura, Dr. Sisino Rocha, Diretor da Produção Animal no Estado do Rio, Dr. Paulo da Silva Fernandes, Presidente da Associação Rural e demais membros da Diretoria e da Comissão Executiva da III Exposição Agro-Pecuária Sul-Fluminense, teve início a cerimônia de encerramento.

Usou da palavra o Dr. Heitor Barreira que, em vibrante discurso, manifestou a satisfação da Associação pela êxito obtido e agradeceu aos criadores

o apóio à Diretoria, e à Secretária de Agricultura a assistência e colaboração infatigável dos técnicos da Divisão de Produção Animal do Estado, chefiados pelo Dr. Sisino Rocha e ao comércio e população de Barra do Pirai a ajuda material e o apóio moral prestados.

Discursou a seguir o Dr. Edgard Teixeira Leite, que se congratulou com a Diretoria da Associação e com os criadores pelo sucesso verificado na III Exposição e, reafirmando os propósitos da sua administração de prestar à Associação todo o apóio, formulou votos para sucessivas vitórias da classe.

Relação dos produtores distinguidos com as principais prêmias

BOVINOS

RAÇA HOLANDÊSA (Preta e Branca)

MIRON — **Campeão** — Prop. do Sr. Antonio dos Reis Meireles, Faz. Santana — Marquês de Valença — Est^o do Rio.

ALBATROZ — **Vice Campeão** — Prop. das Estâncias Duviver S/A, Faz. Piabanha — Três Rios — Est^o do Rio.

BALTAZAR AJAX — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Andrade Dias, Sítio S. Geralda — Jacarepaguá — Distrito Federal.

FAZENDÃO — **1.º Prêmio** — Prop. dos Srs. J. Honório & Irmãos Ltda., Faz. Sta. Clara — Sta. Rita do Jacutinga Est^o de Minas.

ALOMA — **1.º Prêmio** — Prop. das Estâncias Duviver S/A., Faz. Piabanha — Três Rios — Est^o do Rio.

PUREZA — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Carlos Simões Louro Faz. St^o. Antônio — Três Rios — Est^o do Rio.

PRINCEZINHA — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Antonio dos Reis Meireles, Faz. Santana — Marquês de Valença — Est^o do Rio.

(Vermelha e Branca)

GRAJAU BARTHO — **Campeão** — Prop. do Sr. Ede Nogueira de Oliveira, Faz. Paraíba — Barra do Pirai — Est^o do Rio.

SULTÃO — **Vice Campeão** — Prop. da Fazenda Pante Alta, Barra do Pirai — Est^o do Rio.

CUICA — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Ede Nogueira de Oliveira, Faz. Paraíba — Barra do Pirai — Est^o do Rio.

RAÇA JERSEY

1.º PRÊMIO DE CONJUNTO — **Dandy Favorita** — **Goldenrad Brlor Rose** — **Purezo** — **Fair View Vivi** — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Oswaldo Aranha — Faz. N. S. da Vitória — Barra do Pirai — Est^o do Rio.

CAMPONIO COMARY — **Campeão** — Prop. do Dr. Alfredo Barreira — Faz. S. José da Gramma — Pirai — Est^o do Rio.

DANDY FAVORITO — **Vice Campeão** — Prop. do Dr. Oswaldo Aranha — Faz. N. S. dos Vitorios — Barra da Pirai — E. do Rio.

JOÁ DE JACAREPAGUA — **1.º Prêmio** — Prop. da S/A. Agro-Pecuária Sta. Helena — Vassouras — Est.º do Rio.

BACURÁU — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Hugo Lengruber Portugal — Faz. Recreio — Pirai — Est.º do Rio.

TERCIRA — **1.º Prêmio** — Prop. dos Sr. Dr. Nathanael Soares da Rocha e Orlandino Klotz — Faz. Boa Morte — Rezende — Est.º do Rio.

PUREZA — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Os. Oswaldo Aranha — Faz. N. S. dos Vitorios — B. da Pirai — Est.º do Rio.

LIMEIRA DO PIABANHA — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Alfredo Barreira — Faz. S. João da Gramma — Pirai — Est.º do Rio.

GOLDENROD BRIAR ROSE — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Oswaldo Aranha — Faz. N. S. dos Vitorios — B. da Pirai — Est.º do Rio.

DIVISA — **1.º Prêmio** — Prop. da S/A. Agro-Pecuária Sta. Helena — Faz. Sta. Helena — Vassouras — E. do Rio.

E SPIGA — **1.º Prêmio** — Prop. da S/A. Agro-Pecuária Sta. Helena — Faz. Sta. Helena — Vassouras — E. do Rio.

DUQUEZA — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. José Luis Corrêa — Faz. Sobradinho — Barra Mansa — Est.º do Rio.

BOLIVIA — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Hugo Lemgruber Portugal — Faz. Recreio — Pirai — Est.º do Rio.

RAÇA GUERNSEY

ABAIBA HONRADO — **Campeão** — Prop. do Dr. J. S. Maciel Filho — Faz. Rio Novo — Paraíba do Sul — Est.º do Rio.

LEBLON — **Vice Campeão** — Prop. do Dr. Roberto Oliveira Castro — Faz. Chacrinha — Marquês de Valença — E. do Rio.

MEIYER — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Roberto Oliveira Castro — Faz. Chacrinha — Marquês de Valença — Est.º do Rio.

FAIRLAWN MAXIM'S INSTRUTOR — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. J. S. Maciel Filho — Faz. Rio Novo — Paraíba do Sul — Est.º do Rio.

DURO DO RIO NOVO — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. J. S. Maciel Filho — Faz. Rio Novo — Paraíba do Sul — Est.º do Rio.

CLARIM DO RIO NOVO — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. J. S. Maciel Filho — Faz. Rio Novo — Paraíba do Sul — Est.º do Rio.

CATITA DO RIO NOVO — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. J. S. Maciel Filho — Faz. Rio Novo — Paraíba do Sul — Est.º do Rio.

DULCINEA DO RIO NOVO — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. J. S. Maciel Filho — Faz. Rio Novo — Paraíba do Sul — Est.º do Rio.

GRANJA — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Roberto Oliveira Castro — Faz. Chacrinha — Marquês de Valença — Est.º do Rio.

RAÇA SCHWYZ

CARITO DE STA. CECILIA — **Campeão** — Prop. do Sr. Antonio de Barros Carvalho — Faz. Sta. Cecilia — B. da Pirai — Est.º do Rio.

METIORO — **Vice Campeão** — Prop. do Sr. Edmundo Gustavo D'Olne — Faz. Três Rios — Est.º do Rio.

ESTILO DAS ANDORINHAS — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. João José Batista — Faz. Andorinhas — Vassouras — Est.º do Rio.

HORIZONTE DAS ANDORINHAS — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. João José Batista — Faz. Andorinhas — Vassouras — Est.º do Rio.

GRANITO DAS ANDORINHAS — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. João José Batista — Faz. Andorinhas — Vassouras — Est.º do Rio.

LIBERDADE — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Antônio Barros Carvalho — Faz. Sta. Cecilia — B. da Pirai — Est.º do Rio.

GOYA DAS ANDORINHAS — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. João José Batista — Faz. Andorinhas — Vassouras — Est.º do Rio.

FELICIDADE DAS ANDORINHAS — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. João José Batista — Faz. Andorinhas — Vassouras — Est.º do Rio.

RAÇA RED-POLLED

PIO GRANDE — **1.º Prêmio** — Prop. do S/A. Frigorífico Anglo — Faz. Dom Carlos — Vassouras — Est.º do Rio.

BELIZA — **1.º Prêmio** — Prop. do S/A. Frigorífico Anglo — Faz. Dom Carlos — Vassouras — Est.º do Rio.

RAÇA DUQUESA

DIAMANTE — **Campeão** — Prop. do Sr. Joaquim Duque Filho — Faz. Sta. Terêsa — M. de Valença — Est.º do Rio.

CONTINO — **Vice Campeão** — Prop. do Sr. Joaquim Duque Filho — Faz. Sta. Terêsa — M. de Valença — Est.º do Rio.

PROVINCIA — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Joaquim Duque Filho — Faz. Sta. Terêsa — M. de Valença — Est.º do Rio.

TOPMOÇA — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Joaquim Duque Filho — Faz. Sta. Terêsa — M. de Valença — Est.º do Rio.

RAÇA GUZERAT

COMPLETO DA GUZARAIA — **Campeão** — Prop. da Fazenda Guzarate Ltda., Itaipua — Est.º do Rio.

RAÇA GYR

CASTILLO 2º — **Campeão** — Prop. do Sr. Edmundo Gustavo D'Olne — Faz. Laranjeiras — Três Rios — Est.º do Rio.

MONTI CASTILLO — **Vice Campeão** — Prop. do Sr. Edmundo Gustavo D'Olne — Faz. Laranjeiras — Três Rios — Est.º do Rio.

CARACOL — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Luiz Nolasco — Faz. Três Saltos — Pirai — Est.º do Rio.

GANDI — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Edmundo Gustavo D'Olne — Faz. Laranjeiras — Três Rios — Est.º do Rio.

UBERABA — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Edmundo Gustavo D'Olne — Faz. Laranjeiras — Três Rios — Est.º do Rio.

RAÇA INDUBRASIL

SULTÃO — **Compeão** — Prop. do Dr. Luiz Nolasco — Faz. Três Saltos — Pirai — Est^o do Rio.

BRASIL — **Vice Compeão** — Prop. do Dr. Luiz Nolasco — Faz. Três Saltos — Pirai — Est^o do Rio.

DUQUESA — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Luiz Nolasco — Faz. Três Saltos — Pirai — Est^o do Rio.

LAGUNA — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Luiz Nolasco — Faz. Três Saltos — Pirai — Est^o do Rio.

RAÇA NELORE

JAU DA INDIANA — **Compeão** — Prop. da Fazenda Indiana Ltda., — Pirai — Est^o do Rio.

CACIQUE — **Vice Compeão** — Prop. das Estâncias Duvivier S/A., — Faz. Piabanha — Três Rios — Est^o do Rio.

NAIPE DA INDIANA — **1.º Prêmio** — Prop. da Fazenda Indiana Ltda. — Pirai — Est^o do Rio.

MUZA — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Luiz Pessoa Guerre — Faz. Boa Vista — Pirai — Est^o do Rio.

EQUINOS

RAÇA MANGALARGA

DANUBIO — **Compeão** — Prop. dos Srs. Joaquim Souza & Filhos — Faz. da Pacinha — Barra do Pirai — Est^o do Rio.

CIGANO — **Vice Compeão** — Prop. do Sr. Cecil Murray Peerman — Faz. Dom Carlos — Vassouras — Est^o do Rio.

GEMADA — **1.º Prêmio** — Prop. da Fazenda da Ponte Alta — Barra do Pirai — Est^o do Rio.

RAÇA CAMPOLINA

CATIVO — **Compeão** — Prop. do Sr. José Joaquim da Cunha Filho — Faz. Socêga — Paraíba do Sul — Est^o do Rio.

GUAPORÉ — **Vice Compeão** — Prop. do Sr. José Alves Pimenta — Faz. Santana — Barra do Pirai — Est^o do Rio.

GALÃ — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. José Joaquim da Cunha Filho — Faz. Socêga — Paraíba do Sul — E. do Rio.

RUMBA — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Sylvio Lemos Campos — Faz. Sta. Cecília — Vassouras — Est. do Rio.

COMÉDIA — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. José Joaquim da Cunha Filho — Faz. Socêga — Paraíba do Sul — E. do Rio.

RAÇA INGLESA

GUARANÍ — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Waldir Esteves Guimarães — Faz. Chacrinha (Cia. Agro Pecuária) — Paraíba do Sul — Est^o do Rio.

LOLY — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Luiz Nolasco — Faz. Três Saltos — Pirai — Est^o do Rio.

PRIDILITA — **1.º Prêmio** — Propriedade da Fazenda Ponte Alta — Barra do Pirai — Est^o do Rio.

GAIVOTA — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Luiz Nolasco — Faz. Três Saltos — Pirai — Est^o do Rio.

EQUINOS (Diversos Raças)

1/2 SANGUE ÁRABE:

SANTAREM — **1.º Prêmio** — Prop. da Fazenda da Ponte Alta — Barra do Pirai — Est^o do Rio.

SHETLAND-PONEY

PALHAÇO — **Compeão** — Prop. do Sr. Hugo Lemgruber Portugal — Faz. Recreio — Pirai — Est^o do Rio.

PIBE — **1.º Prêmio** — Prop. da Fazenda da Ponte Alta — Barra do Pirai — Est^o do Rio.

QUEIADOSA — **1.º Prêmio** — Prop. da Fazenda da Ponte Alta — Barra do Pirai — Est^o do Rio.

RUMBA — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Hugo Lemgruber Portugal — Faz. Recreio — Pirai — Est^o do Rio.

WELSH-PONEY:

OBSCURA — **1.º Prêmio** — Prop. da Fazenda da Ponte Alta — Barra do Pirai — Est^o do Rio.

AZININOS

RAÇA CATALÃ:

PETROPOLIS — **1.º Prêmio** — Prop. da Fazenda da Ponte Alta — Barra do Pirai — Est^o do Rio.

CATALUNHA — **1.º Prêmio** — Prop. da Fazenda da Ponte Alta — Barra do Pirai — Est^o do Rio.

RAÇA PÊGA:

ZAZ TRAZ — **1.º Prêmio** — Prop. do Proprietário Lateadara Mantanhães S/A. — Faz. Sta. Angélica — Pirai — Est^o do Rio.

MUARES

ROSADA — **1.º Prêmio** — Propriedade do Sr. Hugo Lemgruber Portugal — Faz. Recreio — Pirai — Est^o do Rio.

FALANGE — **1.º Prêmio** — Prop. do Dr. Luiz Nolasco — Faz. Três Saltos — Pirai — Est^o do Rio.

OVINOS

CONJUNTO — **1.º Prêmio** — 1 macho — 1.º prêmio — 1 fêmea — 1.º prêmio — 1 fêmea — 2.º prêmio — Prop. do Sr. Durval Marcandes Godoy — Faz. Castelo — Rezende — Est^o do Rio.

DIANA — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Hugo Lemgruber Portugal — Faz. Recreio — Pirai — Est^o do Rio.

CAPRINOS

CRIOULO — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. João Guilherme de Moraes — Rua João Pessoa, 1889 — Barra do Pirai — Est^o do Rio.

ESTRELA — **1.º Prêmio** — Prop. do Sr. Hugo Lemgruber Portugal — Faz. Recreio — Pirai — Est^o do Rio.

A 1.ª Semana do Hortelão na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello"

Reportagem para "A Lavoura" pelo Professor Geraldo Goulart da Silveira.

Em virtude de acôrdo assinado entre a Sociedade Nacional de Agricultura e a Fundação Getúlio Vargas realizou-se a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", e o fez com grande êxito, a "1.ª Semana do Hortelão".

balho, foi mais um valioso serviço que a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", por iniciativa da Sociedade Nacional de Agricultura em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, prestou à educação rural e, especialmente, aos pequenos lavradores.

Aliás, ela sempre foi a casa do pequeno lavrador, e disso se orgulha.



Professores e "semanistas" da 1.ª Semana do Hortelão, na Escola Wenceslão Bello

No período de 5 a 10 de julho, a Escola manteve, sob regime de internato, inteiramente gratuito, 25 (vinte e cinco) pessoas residentes no interior, interessados nas explorações hortícolas, além de numerosos semi-internos, que frequentavam as aulas e faziam refeições na Escola.

A 1.ª Semana do Hortelão, que se desenvolveu em um ambiente de perfeita cordialidade e, sobretudo, de muito tra-

balho, pelos dados que se seguem, pode-se avaliar o trabalho intenso de que foi palco a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

AULAS

Durante a 1.ª Semana do Hortelão, foram ministradas 27 aulas, assim distribuídas:

1 aula pela Professor Geraldo Goulart da Silveira, — 1 aula pelo Profes-

sor Subael Magalhães da Silva, — 1 aula pelo Professor J. M. Mørtholo, — 1 aula pelo Assistente Romeu Rampazzo, — 1 aula pelo Professor Antônio de Arruda Câmara, — 2 aulas pelo Professor Pedro Goulart da Silveira Filho, 2 aulas pelo Assistente Severino Gonçalves Câmara, — 2 aulas pelo Assistente André da Silva Neto, — 2 aulas pelo Assistente Agrícola Castelo Borges; perfazendo um total de 10 horas de aula, isto é, sete horas e meia de horas de aula diariamente, exceto no sábado, que, em virtude do encerramento às 11,00 horas, só foram ministradas três horas e meia de aula.

RELAÇÃO NOMINAL DOS SEMANISTAS INTERINOS

1 — Antônio de la Peña Rocha, Bolívia; 2 — Adriano Alberto Teixeira, D. Federal; 3 — Agostinho Dias da Trindade, D. Federal; 4 — Dirceu Ramos Neves, D. Federal; 5 — Henrique da Silva Neto, D. Federal; 6 — João da Silva Azevedo, D. Federal; 7 — Mário Causan, D. Federal; 8 — Paulo Gomes Soares, D. Federal; 9 — Valdir Gonçalves da Cunha, D. Federal; 10 — Fernando Laureiro, E. Rio; 11 — Oto Surcus, E. Rio; 12 — Adelson Gonçalves, E. Santo; 13 — Artur Valdetaro, E. Santo; 14 — Augusto Guilherme Luis Kruger, E. Santo; 15 — Augusto Koelher Filho, E. Santo; 16 — Jarbas Castelo, E. Santo; 17 — Manuel Gaudin, E. Santo; 18 — Paulo Kerschhoff, E. Santo; 19 — Aníbal Antônio da Costa, Minas Gerais; 20 — Francisco A. de Arruda Câmara, Minas Gerais; 21 — Francisco Ferreira, Minas Gerais; 22 — José Fróis, Minas Gerais; 23 — Marciano Ribeiro do Vale, Minas Gerais; 24 — Sebastião Ribeiro do Vale, Minas Gerais; 25 — Moacir Lopes da Rocha, Pernambuco.

DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES

Durante a semana, foi a seguinte a distribuição das atividades:

6,30 horas, Café; 7,00 às 8,30 horas, Aula; 8,40 às 10,10 horas, Aula; 11,00 horas, Almoço; 12,00 às 13,30 horas, Aula; 14,00 horas, Merenda; 14,30 às 16,00 horas, Aula; 16,10 às 17,40 horas, Aula; 18,00 horas, Jantar; 19,30, Pales-

tra; 20,00 horas, Sessão cinematográfica.

NÚMERO DE REFEIÇÕES

Durante a Semana do Hortelão, fornecer a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" aos semanistas (internos e semi-internos):

a — 330 refeições servidas no almoço;
b — 360 refeições servidas no jantar;
c — 300 serviços de café da manhã;
d — 322 serviços de merenda.

PALESTRAS

Durante a Semana, precedendo a Sessão cinematográfica proporcionada pelo Serviço de Informação Agrícola, foram realizadas, diariamente, às 19,30 horas, palestras com feição objetiva e prática, que provocaram oportunos debates entre os professores da Escola e os Semanistas.

Tais palestras, feitas pelos próprios professores da Escola foram:

a — Considerações sobre os mercados para os produtos hortícolas, pelo Prof. Antônio Arruda Câmara.

b — Considerações sobre a industrialização dos produtos hortícolas, pelo Prof. Subael Magalhães da Silva.

c — Considerações sobre a instrução e o ensino hortícola, pelo Prof. Gerardo Goulart da Silveira.

d — Considerações sobre a organização de cooperativas dos horticultores, pelo Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho.

e — Considerações sobre o cooperativismo no Brasil, pelo Prof. Antônio de Arruda Câmara.

CONVIDADO DO DIA (*)

Durante as refeições, orientaram, após a sobremesa, a conversa dos semanistas, sobre assuntos de natureza técnica, especialistas para esse fim convidados.

Foram as seguintes, as conversas dos convidados do dia:

a — Moléstias dos animais transmissíveis ao homem, pelo Prof. J. Pinto Lima.

(*) Entre os convidados do dia não puderam comparecer por força maior Eurica Santos, Guaci Lavor e Luís Marques Poliano.

b - O valor do homem rural, pelo Técnico de Educação Rural, Roberval Cardoso.

s - Habitação Rural, pelo Eng. Agrônomo João Gonçalves de Sousa.

d - Animais venenosos, pelo Prof. Frederico Martinho Braga.

e - O mercado de sementes hortícolas, pelo hortelão Adriano Dantas,

las, administrador do Horto e Chefe dos trabalhos práticos, auxiliados pelos senhores Henrique da Silva Neto, velho serventário da Escola, Mário Adifio de Azevedo Carvalho, assistente da Escola e Aloisio Fonseca, presidente do Clube Agrícola "Miguel Calmon", que, de uma maneira perfeita, desempenharam o encargo que lhes fora confiado,



Experiência de um Jeep agrícola, puxando um arado, adaptado na ocasião. Na Boleia, o prof. Sibaël Magalhães da Silva

f - Combate à doenças e pragas, pelo Prof. Julhírez Guimarães Gomes.

g - Relações entre vizinhos, pelo Eng. Agrônomo Alberto Ravache.

BEM ESTAR DOS SEMANISTAS

Como era de esperar, o bem estar dos "Semnistas", constitui preocupação constante de todos os professores, serventários e alunos da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello". Para assegurar o bem estar dos semnistas, ficou constituída uma comissão de Bem-Estar, integrada pelo Sr. Adriano Dantas,

conforme asseguraram os "semnistas".

Tudo foi feito para que nada faltasse nos "Semnistas", para que esse se sentissem, um Escola que os hospedava, como se em seus lares estivessem.

Cordialidade, cooperação e bondade nunca faltaram para que tudo fosse assegurado aos "semnistas".

Professores e assistentes, pessoal administrativo, pessoal subalterno, e alunos da Escola, cooperaram com a referida comissão, para que pudesse desempenhar, com êxito seus encargos.

Os "Semnistas" por outro lado, muito cooperaram conosco,

Ambiente de harmonia e fraternidade eis o que se observou durante a nossa 1.^a Semana do Hortelão.

CLUBE AGRICOLA "MIGUEL CALMON"

O Clube Agrícola "Miguel Calmon" constituído pelos alunos da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", registrado no Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura sob o n.º 1.698, foi fundado em 1945.

É seu atual presidente, o aluno do 2.^o ano, Aloisio Fonseca, que tão bons serviços preston durante a "Semana do Hortelão".

Os componentes do Clube Agrícola Miguel Calmon, isto é, todos os alunos da Escola, cooperaram, com entusiasmo e boa vontade, para que transcorressem sem incidentes, os trabalhos da semana.

Ajudaram, sempre solícitos, em todos os trabalhos; procuraram proporcionar aos semanistas tôdas as facilidades para que êles se sentissem bem entre nós.

Durante a "1.^a Semana do Hortelão", o Clube Agrícola Miguel Calmon realizou uma sessão extraordinária para receber o Dr. William Simão, chefe da Seção de Clubes Agrícolas do Ministério da Agricultura, que ofereceu, na ocasião, aos alunos uma coleção de ferramentas.

Após a reunião, o Dr. William Simão inspecionou todos os trabalhos realizados pelo Clube Agrícola, retirando-se satisfeito com tudo quanto teve oportunidade de observar.

Os "Semanistas", muitos dos quais não sabiam o que eram Clubes Agrícolas que, espalhados pelo país, tantos e tão valiosos serviços tem prestado à educação rural (já existem 1.400 Clubes Agrícolas registrados no Ministério da Agricultura), ficaram muito interessados e entusiasmados com a reunião que tiveram a oportunidade de assistir.

SESSÕES CINEMATOGRAFICAS

Durante a "1.^a Semana do Hortelão" proporcionou a Escola, aos Semanistas, diariamente uma sessão cinematográfica às 20,00 horas, graças a valiosa colaboração da Seção de Ci-

nematográfica do Serviço de Informação Agrícola.

Remindo o útil ao agradável o Serviço de Informação Agrícola apresentou aos semanistas filmes de interesse geral, técnico e cultural. Durante a Semana foram realizadas meia sessão cinematográficas, e exibidos vinte e um filmes.

O operador Moacir Barreto, do M. A., foi muito solícito e atencioso, esforçando-se para que as sessões cinematográficas decorressem com regularidade.

O HORTELÃO

Durante a semana, circulou um jornal mimeografado, com três páginas em cada número, sempre ansiosamente aguardado pelos Semanistas.

O jornal circulava s quinze e trinta horas e trazia sempre, assunto de interesse para os semanistas.

Circulou durante a 1.^a Semana do Hortelão, seis números de "O Hortelão" com uma tiragem de oitenta exemplares cada número.

VISITAS

Entre os prestimosos amigos da Escola que vieram observar as atividades da 1.^a Semana do Hortelão, podemos destacar o Professor Heitor Vinicins da Silveira Grilo, Secretário da Agricultura do D. F., que focalizou para os Semanistas os problemas da horticultura no D. F., Dr. Amauri Silveira do Serviço de Informação Agrícola, Dr. William Simão e Senhora, da Seção de Clubes Agrícolas, o Dr. Dante Câmara Neiva e Senhora do Ministério da Fazenda, Dr. Júlio Galvão Vaz Cerqueirinho da Defesa Sanitária Animal do Pará, o Dr. Joaquim Cardoso Correia de Miranda da Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas, Dr. Clodomir de Azevedo Marques, chefe do Núcleo de agricultura da Escola de Iniciação Agrícola da Bahia, Obter de Lima Pereira, da Escola Agrícola de Barbacena, Dr. Abeillard Nazareth do Ministério da Agricultura, Dr. Fausto Norfini, do Serviço de Economia Rural, D. Vera Seixas da Silveira, Sta. Carminda Palheiros, Industrial Florêncio Gomes Soares; Dr. João Gonçalves de Sousa do Serviço de Economia Rural, Dr. Jalmiréz Guimaraes Gomes da Divisão de Defesa Sanitária Vege-

tal, Dr. J. Pinto Lima do Serviço de Informação Agrícola, Dr. Murinho Braga da Universidade Rural, Dr. Alberto Ravache do Serviço de Economia Rural e tantos outros visitantes ilustres, além de ex-alunos da Escola que trabalham na Secretaria da Agricultura do D. F.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Conforme estava programado, a sessão solene de encerramento da "1.^a Semana do Hortelão", realizou-se sábado, dia 10, às 11,00 horas.

A sessão foi presidida pelo Dr. Luis Simões Lopes, presidente da Fundação Getúlio Vargas, tomando assento na mesa o Dr. Rubens Porto, do conselho da F. G. V., o Dr. Melo Flores diretor executivo da F. G. V., o Dr. Carlos Vidal, Vice-Presidente da F. G. V., o Dr. Arruda Câmara diretor da Escola de Horticultura "Wenceslão Belo", Dr. Mira y Lopes, do Instituto de Selos e Orientação profissional, o Dr. Honório Monteiro, diretor da Escola Nacional de Agronomia e do Conselho superior da S. N. A., o Dr. Gimias Guimarães diretor da Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural e da diretoria da S. N. A., o Dr. Diógenes Caldas, representando o Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura, e do conselho superior da S. N. A., e o Dr. Luis Alves de Matos, diretor do Departamento de Ensino da F. G. V.

Entre outras pessoas presentes, encontravam-se o Dr. Hugiba Barenhe, antigo superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário, o Dr. Admstor Lima, da diretoria da S. N. A., o Dr. Alvaro Simões Lopes, alto funcionário do Ministério da Agricultura, professores da Universidade Rural, técnicos do Departamento de Ensino da Fundação Getúlio Vargas, técnicos do Ministério da Agricultura, Diretores da Sociedade Nacional de Agricultura, professores e alunos da Escola de Horticultura "W. Belo", semanistas etc.

Iniciada a sessão, falou o Dr. Arruda Câmara, Diretor da Escola, que, fez comentários sobre a solenidade que no momento realizava.

Falou a seguir, o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, que fez um sucinto relato das atividades da 1.^a Semana do Hortelão e dos resultados práticos da colaboração entre a Fundação Getúlio Vargas e a Escola de Horticultura "W. Belo".

Falaram a seguir, os semanistas Mário Canam, Fernando Loureiro e Antônio de la Peña Rocha e o Dr. Luis Matos que trouxe a palavra de estímulo do Departamento de Ensino da Fundação Getúlio Vargas, que tão innumeras vezes tem colaborado conosco.

Encerrando a sessão, falou o Dr. Luis Simões Lopes que congratulou-se com os semanistas pelo sucesso da semana, e, lamentando a ausência do Dr. Torres Filho, presidente da S. N. A., que se encontrava enfermo, trouxe o perfil do inextinguível batalhador que há cerca de 15 anos dirige os destinos da veneranda associação de classe.

Aos convidados foi servida uma mesa de frutas.

A 1.^a Semana do Hortelão obteve completo êxito, tendo sido atingidos seus elevados objetivos.

A experiência desse primeiro ensaio, servirá para aperfeiçoar, cada vez mais, outras semanas idênticas que venham a ser realizadas.

A Escola de Horticultura "W. Belo" com a colaboração da Fundação Getúlio Vargas, prestou mais um valioso serviço à educação rural.

Os semanistas que tiveram o prazer de hospedar, saíram da Escola, escla- recidos e, sobretudo, iniciados em práticas culturais mais racionais. A semana foi de trabalho intenso e prove- nioso.

Estão, pois, de parabéns, os semanistas que ocorreram ao nosso chamado, a Escola de Horticultura "Wenceslão Belo", pioneira do ensino hortícola entre nós, a Sociedade Nacional de Agricultura, veneranda associação de classe que há mais de 30 annos vem defendendo os interesses dos produtores e criadores do Brasil e a Fundação Getúlio Vargas, que tão assiduos serviços tem prestado ao país.

CASA DA AGRICULTURA

Lançada a Pedra Fundamental



"Casa da Agricultura" — futura sede da Sociedade Nacional de Agricultura, em início de construção

No dia 1 de junho último, e com a presença de numerosas sócias, diretores, membros do Conselho Superior da Sociedade Nacional de Agricultura, e pessoas gradas, às 10 horas da manhã, teve lugar a cerimônia do lançamento da pedra fundamental da "Casa da Agricultura", futura sede da Sociedade Nacional de Agricultura, cuja construção será iniciada imediatamente.

O Sr. Arthur Torres Filho, que presidia no ato, realizado no terreno sobre a Avenida Presidente Justo, doada pelo Governo Federal à Sociedade para esse fim, fez a enumeração dos esforços que vêm, há longos anos, sendo despendidos pela direção atual da Sociedade, e pelas outras que a antecederam, todas preocupadas em proporcionar sede condigna à instituição.

Após longos anos de trabalho — declara o Sr. Torres Filho — chegamos ao término da meta mais difícil, qual a

da obtenção do financiamento, e de aprovação das plantas na Prefeitura.

Não quiz a diretoria efetuar a cerimônia antes de completamente vencidos os óbices que se apresentam em tais trabalhos, afim de poder atacar, imediatamente, as obras. Informa das providências já adotadas pela Comissão de Obras, adiantando que as tapumes, os cálculos de carga, e outros serviços preliminares já foram providenciados. O Eng. Ary Azambuja, que se encarregou dos projetos e dos trabalhos técnicos da construção, já foi autorizada a apresentar os nomes das firmas que se encarregarão das fundações e dos seguintes trabalhos, de acôrdo com o sistema adotado de concorrências parciais.

Após uma salva de palmas, foram todos convidados a comparecer a sede atual da Sociedade, a poucos passos do local, para aí assinarem a ata respectiva.

A Alimentação na Bacia do São Francisco

O regime alimentar na bacia do São Francisco difere de uma para outra zona e é, na maioria dos casos, muito pouco variado. Observa-se, entretanto, acentuada influência das condições de abastecimento e dos hábitos, preferências e recursos do povo, na sua constituição.

Os gêneros alimentícios de maior consumo são os obtidos na localidade, e, assim, coincidem os períodos da safra com os de maior fartura.

Os flagelos climáticos, — inundações e, notadamente, as secas —, refletem-se, portanto, nas zonas em que se manifestam, sobre a alimentação.

Nos anos bons, isto é, naqueles de boa produção, há variedade e abundância de gêneros alimentícios. Não se manifestou crise de trabalho, e, sendo os mercados, então, abastecidos com produtos locais, é a população beneficiada, também, pelo menor custo da vida.

As inundações, destruindo culturas e dizimando rebanhos, provocam crises, — escassez e falta de gêneros alimentícios.

As secas constituem calamidade maior. Além de abrangerem, periodicamente, as zonas sertanejas, alcançam, vez por outra, embora com menor intensidade, as do agreste, centro, chapada, planalto oeste, itacambira, uruciana e, médio São Francisco. Nas zonas sertanejas até mesmo à beira rio, são as secas mais frequentes. Em consequência, anos há de escassa e, às vezes, nula produção. Nesses anos de crise e sofrimento, modifica-se, avulta-se mesmo, o regime alimentar. É que, reduzida a capacidade aquisitiva do povo sertanejo, fica a população pobre exposta a maiores dificuldades, chegando mesmo, em alguns casos, a recorrer, para sua alimentação, a essenciais recursos silvestres.

A margem do rio e de seus afluentes o peixe é alimento mais ou menos generalizado, e, como tal, acessível à população pobre. Seu consumo, nas zonas afastadas, é limitado, devido as dificuldades de conservação e transporte. Entretanto, com a lucipiente industrialização do pesando, vem aumentando,

ANTÔNIO DE ARRUDA CAMARA

3.º Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

do, progressivamente, o comércio de peixe seco.

A carne é menos acessível à população pobre. É gênero de uso diário, pelo menos em uma das principais refeições, entre os mais abastados. A carne fresca, de gado vacuno, tem maior consumo nas cidades. A seca, tanto o charque como a carne de sol ou do sertão, é muito apreciada no meio rural. Nas zonas sertanejas a carne de caprinos e de ovinos tem largo consumo. A de porco, tanto fresca como salgada, gosa de preferência em tôdas as zonas mineiras da bacia do São Francisco.

A caça, que raramente constitui objeto de comércio, concorre, com apreciável contingente, para a subsistência nos meios rurais principalmente nas zonas mais afastadas dos centros de maior circulação.

A farinha de mandioca é consumida em tôda a parte e constitui gênero imprescindível, — alimento do pobre que o rico não dispensa, — em todo o centro, norte e nordeste do vale.

O milho, sob a forma de fubá, e, às vezes, de farinha (de monjolo, de pipoca, de fubá, torrado, etc.), canjiquinha (xerem) e canjica (uncunzá), tem maior consumo que a farinha de mandioca, no sul. No centro, norte e nordeste, embora mais variado o número de pratos, é o milho, relativamente, pouco usado na alimentação diária.

O feijão é de consumo generalizado, e entra, mais das vezes, nas principais refeições.

O arroz é mais frequente nas mesas abastadas, sendo, mesmo nessas, muitas vezes substituído pela canjiquinha de milho, na parte sul da bacia.

As hortaliças, exceção feita das zonas situadas no Estado de Minas Gerais, são, relativamente, pouco consumidas. No centro, norte e nordeste, a batata doce, o curá e a nipim (uncunxeira) são



É o que se obtém facilmente nos Tubos de Pressão BRASILIT, de ponta e bolsa. Com um só anel de borracha especial, a JUNTA BRASILIT oferece maior segurança - maior rapidez - maior durabilidade - maior facilidade. E além dessas excepcionais vantagens, OS TUBOS DE PRES-

SÃO BRASILIT apresentam as seguintes características: Inteiriços e Monolíticos - Resistentes e Homogêneos - Inalteráveis e de Duração Ilimitada - Inoxidáveis - Leves - Fáceis de Colocar - Econômicos pelo Fácil Transporte, Colocação e Eliminação dos gastos de conservação.

BRASILIT

O MATERIAL PARA SEMPRE

S. A. TUBOS BRASILIT

SÃO PAULO

Rua Marconi, 131 - 7.º Andar

RIO DE JANEIRO

Av. Pres. Antonio Carlos, 203

Arco-Artur-872

muito apreciados e, sobretudo no sertão, feijão, fava e milho verdes, abobórnas (germinans), quimbo e maxixe regalam pobres e ricos nos períodos de fartura.

As frutas não fazem parte essencial da alimentação e, quase sempre, são consumidas fora das refeições.

O leite tem grande consumo nas épocas de maior produção, sendo o de cabra mais acessível, nos meios rurais, às famílias de menores recursos.

São esses, além das aves e ovos, de produção doméstica, os principais recursos alimentares encontradas na bacia do São Francisco. Entretanto, circunstâncias várias, inclusive falta de conhecimentos e de recursos, concorrem para que o regime alimentar, em dados casos, deixe muito a desejar.

Nas zonas rurais predomina, tanto nas exporações agrícolas como nas pastorais o trabalho a "seco"... quando a "molhado", isto é, com alimentação, — regime pouco freqüente, — é o trabalhador, geralmente, melhor alimentado.

O comum é duas a três refeições diárias além do "café". No primeiro caso almoço e jantar de feitura e composição equivalentes e no segundo almoço, jantar e café. O jantar, é, então, a principal refeição.

Os pratos regionais são, nas diferentes zonas, os das regiões a que pertencem — Nordeste e Leste.

Registram-se, aqui e ali, abusões alimentares. E, de entre êles, alguns há que concorrem, poderosamente, para o menor consumo de frutas.

○ Imposto de Transmissão de Propriedade no Estado do Rio

Uma reunião na Sociedade Nacional de Agricultura

A Sociedade Nacional de Agricultura dirigiu, em 26 de maio último, ao Exmo. Sr. Cel. Edmundo de Macedo Soares e Silva, Governador do Estado do Rio de Janeiro, o seguinte officio:

"A Sociedade Nacional de Agricultura remitta, há dias, em sessão especial, grande número de agricultores e pecuaristas fluminenses, individualmente e através de delegações de entidades rurais de numerosos municípios, a fim de estudar a Lei n.º 19-A, de 6 de dezembro do ano passado, visto que tal diploma, aparentemente extranha às classes rurais, apresenta contudo, em suas consequências presentes e futuras, problemas do maior relêvo para a agricultura fluminense.

O estudo da matéria foi accito pela Sociedade, antes de tudo, pelo desejo de colaboração, e apesar de ter tido a sessão uma ordem do dia previamente estabelecida, outros assuntos de indiscutível oportunidade foram objeto de debates e comunicações. O ambiente da reunião, a que esteve presente o nosso Vice-Presidente, Dr. Edgard Teixeira Leite, Secretário da Agricultura do Governo de V. Excia., foi o da mais absoluta franqueza na exposição dos factos, razão por que os debates transcorreram animadamente, illustrados muitas vezes por informações de S. Excia., sempre oportunas e esclarecedoras.

É justamente o resultado dessa reunião, na sua parte principal, que *ilata tenia*, vimos trazer a V. Excia., com o escopo de, assim, também colaborar-mos no trabalho que V. Excia. vem empreendendo em favor das classes rurais do Estado, ao tempo que, em o fazendo, cumprimos o dever que nos impõe a razão de ser de nossa existência: amparar por todos os meios os justos anseios da agricultura nacional.

Encaixado nessa Lei 19-A, de 6 de dezembro de 1917, depara-se o Art. 11 e seu § 2.º, do teor seguinte: "O imposto de transmissão incide *tambem* sôbre

os imóveis de propriedade de *personas jurídicas* quando permanecam no patrimônio destas por periodo superior a 33 anos, cobrando-se-lhes a taxa de 4%; "para os imóveis que há 33 anos ou mais, estejam *incorporados* a qualquer título no patrimônio de pessoa jurídica, o imposto é devido na data em que entrar em vigor esta lei, pelo primeiro periodo, contando-se os demais a partir do dia immediato; para os incorporados ou adquiridos há menos de 33 anos, contam-se os periodos a partir da data da incorporação ou aquisição".

O Art. 15.º fixa a base para o pagamento: "no caso previsto no artigo anterior, a base para cobrança do imposto será o *valor atribuido aos bens* ao fim de cada periodo de 33 anos".

São estes dois incisos, Senhor Governador, em torno dos quais girou todo o debate, não só pelos omnes que acarretam desde logo aos devedores desse imposto, como pelas consequências, em alguns casos desastrosas, que poderão trazer à agricultura do Estado do Rio de Janeiro.

Com effeito, quando todos apregoam a necessidade da mecanização agricola e quando se reconhece que esta só poderá ser difundida através de *empresas de agricultura*, dado o custo elevado do equipamento, fora do alcance, geralmente, de um só individuo, grava-se a propriedade rural da pessoa jurídica com um imposto retroactivo e, o que é mais, impossível de ser calculado. Retroactivo porque, desde já, estão as propriedades em tais condições obrigadas ao pagamento do imposto relativo a um *periodo que passou*, e sem medida porque, baseado no *valor atribuido* nos bens, ao fim de cada periodo de 33 anos.

Qual o valor de uma propriedade, findo periodo tão longo? Qual a autoridade que a atribuirá? De que forma será feito o cálculo, e qual o critério para essa atribuição? É de tal maneira vaga a quantia que uma determinada

propriedade teria de pagar que se tornaria de todo impossível determinar-se, em balanço, uma percentagem sobre o lucro da exploração, afim de fazer face ao seu pagamento, quando devido. Como disse muito bem um dos agricultores presentes, seria o mesmo que uma letra promissória aceita com prazo de vencimento fixo, mas com o débito em branco.

Notou ele, também, uma flagrante incoerência entre este novo tributo, ainda desconhecido da maioria dos interessados por encontrar-se no hõjo de uma lei de fim diverso, qual o do *impõsto de transmissõ de propriedade*, e a evidência que decorre da moratória nos pecuaristas, que reconhece a situação de insolvência da maioria dos fazendeiros que, como se sabe, vive num regime quase deficitário. Assim sendo, como poderá ele formar fundo para ocorrer ao pagamento deste novo tributo?

A injustiça é sobretudo flagrante para aqueles contribuintes cujo primeiro periodo de 33 anos já esteja vencido. Não existindo a lei, não houve naturalmente a previsão do fundo especial, e não existindo esse fundo, muitos casos haverá, prevalecendo o dispositivo, em que o fazendeiro terá de hipotecar a propriedade ou vender uma parte dela, para atender à exigência do fisco.

Releve V. Exa., Sr. Governador, notar que no caso especial do pecuarista, produtor de leite, antes de 25 anos não consegue ele chegar ao individuo puro-por cruz, partindo do reprodutor macho importado — único meio viável e econômico para melhorar os nossos plunteis leiteiros. Sem cruzamento com raças européias e seleção permanente, acompanhada de uma alimentação rica em proteínas, nada será conseguido a não ser vacas de pequena produção de leite o que, incontestavelmente, é anti-econômico. A prática tem demonstrado que a aclimação do gado importado é ocosíssima e apenas em algumas regiões do Brasil tem sido possível.

No Estado do Rio, pelo seu clima e qualidade das terras, o gado leiteiro sofre horivelmente esta adaptação ao meio, sendo devorado pela aftosa e pela tuberculose.

Isto que dizer que o fazendeiro

progresista e consciante, necessita de um largo periodo a fim de obter bons produtos, o mesmo se dando em relação ao reflorestamento, por que tanto se vem interessando o Govêrno de V. Exa. Este, com efeito, só é viável se a propriedade permanecer na posse do mesmo proprietário por periodo maior de trinta anos. Nenhuma essência florestal indigena, considerada madeira de lei, atinge ao estado de corte em menos de 50 anos. O próprio eucaliptus, somente depois de três décadas oferece porte para dormentes, postes, etc.

Assim sendo, o impõsto em questão mais se assemelha a uma punição ao agricultor conservador, empreendedor e idealista, *por ter mantido a sua propriedade*, apesar das vicissitudes da nossa vida rural, de preferência a tê-la retalhado para lotes de recreio, com o que certamente faria muito mais dinheiro e ficaria livre do impõsto ora crindo.

Somos apologistas da pequena propriedade, mas também reconhecemos que somente ela não resolve o caso agrário brasileiro. As grandes culturas, a mecanização, o reflorestamento em grande escala, sã serão possíveis nas propriedades deste ultimo tipo, e favorecer o seu fracionamento e transmissõ não nos parece medida aconselhável.

De resto, teremos de examinar esta lei sob o ponto de vista constitucional. Parece à Sociedade Nacional de Agricultura que ela foge aos preceitos da nossa Carta Magna, porque, conforme se verifica da seu enunciado, *estabelece os impostos de transmissõ de propriedade*. Deduz-se do seu contexto, não obstante a denominação dada, que esse impõsto não recaí, absolutamente, sobre *transmissõ de propriedade*, pela simples razão de que o imóvel que *continua a pertencer à mesma pessoa*, por espaço maior de 33 anos, não foi objeto de transmissõ.

Aos Estados foi permitido pela Constituição Federal vigente, em seu Art. 19, decretar impostos sobre a transmissõ de propriedade imobiliária *inter-vivos* e a sua incorporação ao capital das sociedades. Está evidente, e não pode merecer contestação, a flagrante violação da nessa lei básica.

O simples fato de a lei se referir a impõsto de transmissõ não é o bastan-

te é preciso que o seu dispositivo faça o imposto realmente recair sobre a alienação do imóvel; é indispensável que haja, de fato, a transmissão de domínio sobre o imóvel de uma, para outra pessoa.

A própria Constituição estadual, estabelece igualmente que é da exclusiva competência do Estado decretar impostos sobre a transmissão de propriedade *causa-mortis* e transmissão de propriedade imobiliária *inter-vivos* e sua incorporação ao capital das Sociedades (Art. 68).

Examinando-se os dispositivos das duas Constituições, a federal e a estadual, chega-se à conclusão de que são completamente idênticos, e que a Lei N.º 19 A contraria a ambas.

Seria possível admitir-se que uma pessoa jurídica possa transmitir a si mesma bens do seu patrimônio? Como pode haver imposto de transmissão de propriedade quando a proprietária não transmitir, por qualquer forma, o imóvel a outra pessoa?

Esta lei, Exmo. Sr. Governador, atenta contra o direito da propriedade, ao criar a incidência do imposto de transmissão *inter-vivos* de propriedade imóvel num caso em que, permanecendo o imóvel no patrimônio da mesma pessoa, *ipso-fato* não há transmissão de bens de uma pessoa a outra, *caso único em que é autorizado o imposto pela Constituição Federal (Art 19, III)*.

Entregamos, pois, o caso ao julgamento de V. Exn., certos de que o examinará tendo em vista os altos interesses da agricultura fluminense.

Aproveitamos o ensejo para apresentar a V. Exn., com os nossos agradecimentos antecipados, os protestos de elevada consideração e apreço.

Pela *Sociedade Nacional de Agricultura*, Arthur Torres Filho, Presidente.

Pela *Companhia Centros Pastorais do Brasil*, Armenia da Rocha Miranda.

Pela *Companhia Aliaça Agrícola*, Alvaro Mendes de Oliveira Castro, Diretor.

Por *Julião Nogueira & Irmão*, Julião Jorge Nogueira.

Pela *Companhia Fazendas Reunidas Normandia*, Carlos Guinle.

Pelas *Estâncias Duvivier, Ltda.*, Eduardo Duvivier.

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL
DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897



Eng.º Agrônomo Arthur Torres Filho
Presidente da Sociedade



Eng.º Agrônomo Antonio de Arruda
Camara
Diretor



Eng.º Agrônomo Geraldo Goulart da
Silveira
Consultor-Técnico



Luiz Marques Pollano
Redator-Secretário e Gerente



Redação e Administração:

AV. FRANKLIN ROOSEVELT 115, 6.º

Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1215 — Rio de Janeiro



Nem a redação da revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

QUÉDA DA PRODUÇÃO ALGODOEIRA NO ESTADO DE SÃO PAULO

A SOCIEDADE PAULISTA DE AGRONOMIA, enviou ao Conselho Federal do Comércio Exterior contribuição valiosa sobre os cousos presentes e remotos da diminuição ultimamente verificada na produção dessa preciosa fibra, a qual temos o prazer de aqui reproduzir.

1.º — A queda da produção algodoeira no Estado de São Paulo, por unidade de superficie, teve por couso principal o tempo desfavorável verificada nos três últimos anos. Influuiu também, na redução geral da colheita do Estado, o fato de ter sido semeado uma área menor.

2.º — Em maior ou menor escolo, foram também responsáveis por isso queda de produção: o diminuição do fertilidade médio das terras pelo desgaste, falta de rotação e má técnica no seu preparo e cultivo; a inobservância das exigências ligadas à época apropriada de plantio, ao espaçamento e ao combate às pragas; a falta de adubação, o êxodo da braço rural; as condições desfavoráveis de arrendamento; a falta de moquinório; o utilização de terras inadequados; e o deficiência de crédito agrícola.

3.º — Parte da queda da produção nesse periodo pode também ser atribuida aos estrogos cousados por certos pragas, sobretudo algumas de mais recente observação, como o "percevejo rojodo".

4.º — À vista dos elementos técnicos trazidos pelos especialistas, ficou constatado: que não há degenerescência nos variedades cultivados no Estado de São Paulo e que os Órgãos Técnicos Oficiais do Secretario do Agricultura continuem a dedicar especial interesse não só às antigas variedades, como igualmente às recém-isoladas.

A SOCIEDADE PAULISTA DE AGRONOMIA oprovo ainda a parecer da Comissao quanto às medidas que julga devem ser tomadas e os encaminha o Vossa Excelência certa da que serão accitos e postas em prática para a bem da economia paulista. Essas providências do incentivo à produção dividem-se em dois grupos: a de ação imediata para oindo oaconçor o presente safra e o de ação futura.

Constituem providências de ação imediata:

a) — financiamenta amplo e imediato aos produtores e maquinistas de algodão, quer no faso da preparação dos lavouras, quer na fase do produto colhido: — o crédito agrícola e preço minimo.

b) — ampliação e intensificação dos serviços técnicos ligadas ao incrementa da produção, multiplicação de sementes selecionadas, conservação de solos e combate as pragas.

c) — aquisição e distribuição pela custo, aos lavradores do Estado, de fertilizantes e inseticidas e moquinório agrícola.

d) — intensificação do companha educotivo para adoção de métodos agrícolas adequadas, principalmente no que se refere à época de plantio, espaçamento e rotação de culturas.

Devem constituir providências futuras:

a) — continuidade dos medidas de ação imediata

b) — ampliação e intensificação dos serviços técnicos ligados ao melhoramento das variedades algodoeiras cultivadas ou suscetíveis de serem cultivadas em São Paulo e à experimentação agrônômica em geral.

c) — mecanização das atividades rurais, visando a redução da custa de produção e a maior rendimento do braço agrícola

d) — organização de um grande plano de conservação dos solos, financiada e premiada as medidas de combate à erosão a assegurando preços compensadores às culturas destinadas a um programa de rotação.

e) — desanvolvimento e encorajamento às organizações de cooperativas de produtores, sob orientação e assistência técnicas do Secretario da Agricultura, abjetivando sobretudo facilitar o crédito agrícola e difundir as boas práticas culturais

A Comissão que se encarregou da presente estudo analisou ainda a situação internacional do algodão, em vista da redução dos estoques mundiais provocada pela diminuição das colheitas e pela aumento do consumo, chegando à conclusão de que a expansão da produção de São Paulo, nos próximos anos, estará assegurado pela colocação de suas sobras exportáveis nos mercados internacionais a preços compensadores.

Julgando ter colaborado com a presente estudo para que a Govrno de Vossa Excelência possa fazer reerguer-se a nossa economia algodoeira, a SOCIEDADE PAULISTA DE AGRONOMIA, pelas seus Diretores abaixo assinados, reitera a Vossa Excelência os protestos de seu mais profunda respeito

(ass) Eng^o Agr^o LINNEU CARLOS DE SOUZA DIAS
Presidente

(ass) Eng^o Agr^o ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA MENDES
1^o Secretário

CRÉME DE MILHO

“ L U X ”

EM PACOTES DE CELOFANE
DE 1 QUILO E ½ QUILO

O MELHOR DOS ALIMENTOS
PARA CRIANÇAS E ADULTOS

EXCELENTE EM

Beles, Biscoitos e Mingãos

O PRODUTO DO “MOINHIO DA LUZ”
MUITO IMITADO MAIS NUNCA IGUALADO

— Exigir a marca “LUX” do seu fornecedor —

Sociedade Agrícola de Pelotas

As comemorações do 50.º aniversário de sua fundação.

Com uma grandioso periodo de trabalho, a Sociedade Agrícola de Pelotas comemorará, o 25 de setembro próximo, o seu 50 aniversário de fundação.

Não poderia a instituição que há meio século trabalho proficuamente pelo progresso agrícola do Rio Grande do Sul festejar, de modo mais eloquente e condigno, êsses cinquenta annos de labor fecundo e patriótico. Daqui, como órgão da Sociedade Nacional de Agricultura, que sempre, desde os primeiros passos, montou estreito colaboração com a sua congênere de Pelotas, lhe enviamos as nossas saudações e os votos de prosperidade e êxito nas certames que serão agora realizados.

Em outros locais deste revisto, como homenagem e cooperação, inserimos as relações dos diversos expsições levados a efeito pelo Sociedade Agrícola de Pelotas, desde a sua fundação, o bem assim, outras realizações diversos a que se entregou, com os melhores resultados.

É a homenagem de quem conhece e reconhece os esforços que são necessários para, ao fim de tantos annos, poder apresentar tão grande fôlho de serviços ao país. Sômente um entronhado amor ao Pátrio, e um sem por devotamento à abandonada couso dos campos, poderão realizar e manter, com crescente desenvoltura, tão grandes tarefas.

A Sociedade Nacional de Agricultura foi gentilmente convidado para representar-se nos diversos exposições que se realizarão em 25 de setembro próximo, em Pelotas. O Dr. Luis Simões Lopes, que segue neste caso os tradições do seu illustre pai e nosso saudoso Presidente, Dr. Hldefonso Simões Lopes, foi incumbido, na qualidade de 1.º Vice-Presidente, de levar pessoalmente aos dirigentes da Sociedade Agrícola de Pelotas as nossas homenagens e lá estará, no dia oportuno, para de viva voz testemunhar o oprêço em que são tidos os serviços da Sociedade Agrícola de Pelotas, e, o que é mais, o carinho com que guardamos os cinquenta annos de uma colaboração perfeita no comum desejo de bem servir a causa rural do país.

Ainda como testemunho de nossas opiniões a respeito que bem pode ser considerado do agricultor sul-riograndense, a Sociedade Nacional de Agricultura ofereceu uma taça de prata para ser ajuizado nos concursos da 26.ª Exposição Feira de Pelotas, um dos certames com que a Sociedade local comemora o seu grande efeméride.

Além desso Exposição, serão realizados mais os seguintes:

- 1.º Exposição Internacional de Gado Leiteiro;
- 2.º Exposição Internacional de Equinos Criolos;
- 1.º Exposição Internacional de Avicultura;
- 7.º Exposição Brasileiro de Gado Holandês;
- 1.º Exposição de Trigo Nacional.

Exposição de Lãs;
Grande Exposição Industrial;
Exposição Canino;

Exposição de Sementes, além de outros diversos concursos.

A primeiro diretório da Sociedade Agrícola de Pelotas era assim constituído:

Presidente, Dr. José Cipriano Nunes Vieiro;
Vice-Presidente, Artur Maciel;
1.º Secretário, Dr. Antônio da Paiva;
2.º Secretário, Dr. Voz Bento;
Tesoureiro, Custódio B. de Oliveira.

Atualmente, o seu diretório tem a seguinte composição:

Presidente — Guilherme Echenique Filho, eng.º, agr.º,
1.º Vice-Presidente — João Thomaz Munhoz;
2.º Vice-Presidente — Adolfo Fetter;
1.º Secretário — Paulo O. de Boer, eng.º, agr.º;
2.º Secretário — Artur Sousa Leite;
Tesoureiro — George Boily Pascol;
Adjunto-Tesoureiro — Mária Mendes de Moraes.

Directores: Antônio Rocho do Rosa, eng.º, agr.º,
— José A. P. de Mogalhães — José Almeida Collores — Ibsen Viano — Ocério Oliveira Bender, eng.º, agr.º. — Osmy Maciel Ribos.

Suplentes: Adolfo Aronoldo — Genuino Faria Ferreira, méd. vet.º. — José Mario Moreira.

Conselheiro Fiscal: — João Abrantes — Paulo Simões Lopes — Aldo Coto de Melo.

Suplentes: Amoranto Polvo Coutinho, méd. — Franklin Mendonça da Sousa — Dário do Silveiro Tavares.

Diretor do Porque: Hélio Xovier.

Conselho Técnico Ayres da Cunha Echenique — Paula T. Dias do Cesto, eng.º, agr.º. — Flávio Farias Rocho, eng.º, agr.º,.

Consultas e Informações

Plantio de soja em laranjal:

Esclarecendo a mim nosso consócio do Estado do Rio que nos consulta sobre a possibilidade do plantio da soja em um pomar, temos a informar:

a — é viável e, até mesmo aconselhável, o plantio da soja como cultura intercalar no laranjal;

b — o plantio em linhas, distanciadas cerca de 60 em uma da outra, nas ruas do laranjal, é o mais conveniente. Em cada linha devem ser abertas as covas de 25 em 25 centímetros de distância, colocando-se em cada cova, duas a quatro sementes;

c — a soja pode ser plantada de janeiro a março, ou então, de setembro a Novembro.

Propagação da mangueira:

Respondendo ao nosso consócio A. B., de Minas Gerais, temos a informar:

a — a mangueira pode ser propagada por meio de sementes ou por enxertia;

b — no caso da propagação por meio de sementes, elas devem ser provenientes dos melhores frutos das árvores mais saudáveis e vigorosas. Uma vez colhidos os frutos deve-se retirar as sementes, limpá-las e lavá-las, tomando-se o cuidado para não ferir a membrana, quando se retirarem os tegumentos. Devem ser secadas logo após, pois perdem cedo o poder germinativo. A semeadura deve ser feita em canteiros de sementeira, convenientemente preparados;

c — no caso da propagação por enxertia, o método mais comumente empregado é a encostia. A garfagem e a borbulhia quando feitas em épocas apropriadas, tem dado ótimos resultados. A encostia, conquanto trabalhosa, é um processo que dá sempre resultados seguros.

Adubação orgânica:

Esclarecendo a mim nosso consócio do Distrito Federal, temos a informar, que a adubação orgânica pode ser feita com:

Engenheiro Agrônomo
GERALDO GÓTTIART DA SILVEIRA
Consultor Técnico da "A Lavoura"

a — esterco de curral, coqueira, galinheiro etc.;

b — terrico;

c — sangue seco ou fresco, restos de peixaria, etc.;

d — guanos;

e — tortas de amendoim, algodão, etc.;

f — adubação verde;

g — resto das colheitas.

Curso de Floricultura:

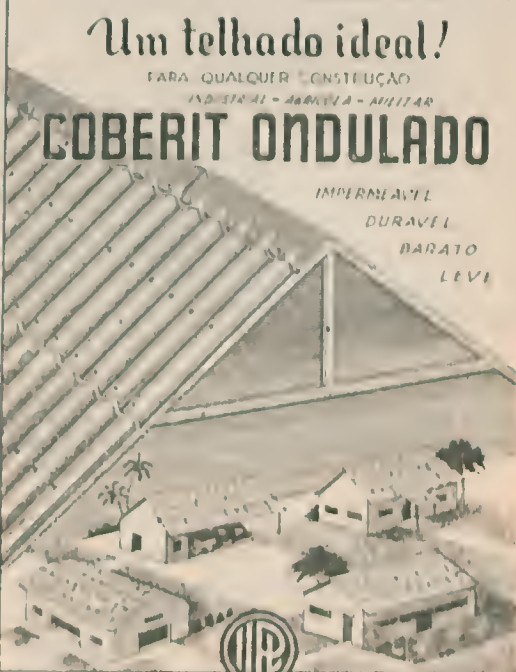
Esclarecendo à Sra V. S., do Distrito Federal, temos a informar que a Escola de Horticultura Wenceslão Bello (Caminho Maria Anga 180 — Penha), vem ministrando, em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, Cursos Práticos de Floricultura. Os cursos são inteiramente gratuitos e ministrados na sede da Escola.

Um telhado ideal!

PARA QUALQUER CONSTRUÇÃO
INDUSTRIAL - AGRÍCOLA - RURAL

COBERIT ONDULADO

IMPERMEÁVEL
DURÁVEL
BARATO
LEVE



INDUSTRIA DE IMPERMEABILISANTES PAULSEN LTDA.

TELEF. 357487 Rio de Janeiro CAIXA P. 633
RUA JOÃO CAETANO Nº189

UNIVERSIDADE RURAL

Lembrando o nome de Fernando Costa por ocasião da posse a 7 de junho último, dos membros do Conselho Universitário, na sede atual.

O Sr. Reitor da Universidade Rural, Prof. Artur Torres Filho, pronunciou as seguintes palavras:

Rural, bem merece ser considerado como seu patrono.

Rara fortaleza de alma, de caráter, irradiante simpatia no trabalho, uma intuição exata das necessidades do país, tornarem Fernando Costa, dentro do círculo de suas atividades, o protótipo daqueles pioneiros que desbravaram



Em 10 de outubro de 1947, em comemoração ao aniversário natalício de Fernando Costa, amigos e técnicos do Ministério da Agricultura resolveram reunir-se no local em que o grande ministro erguia a monumental obra que é hoje o C. N. E. P. A., no K. 47 da Estrada Rio S. Paulo. A presente fotografia é um flagrante da dita reunião, na escadaria do Instituto de Ecologia Agrícola e retrata bem o espírito simples e acolhedor de Fernando Costa, o apóstolo dos ensinamentos da técnica moderna de exploração da terra.

"Realiza-se hoje a primeira reunião do Conselho Universitário, decorridos três meses desde que se iniciaram trabalhos e cursos nas novas instalações da Universidade Rural. Parece-me o acontecimento digno de registro e, por isso, sobretudo indicado, recordar a figura daquele que idealizando, organizando planos da atual Universidade

sertões, representando para os demais, exemplos magníficos, motivos de emulção.

Meditando sobre quanto empreendeu e conseguiu, sobre sua vida, pensamos como Teodoro Roosevelt que — realmente, no mundo, para os homens como para as nações, o que mais vale é o

conjunto da idéia e da ação que realizam".

À esse paulista clarividente, entusiasta, progressista, que foi, acima de tudo, um homem brasileiro, quanto ficamos a dever!

Em rápido retrospecto poderemos apreciar-lo, possuído sempre de igual ardor cívico, desde o início de sua carreira.

Vemo-lo ascendendo do município, que foi sua verdadeira escola, escola de trabalho e dentro das condições peculiares ao meio brasileiro — sempre a inquirir quais as necessidades do povo, atendendo simultaneamente à educação, cuidando da saúde pública, promovendo o desenvolvimento das fontes de riqueza.

Depois, como membro do Congresso Estadual de S. Paulo onde sua atuação se impôs, desde logo, por uma visão segura dos interesses da coletividade.

Passando a Secretário da Agricultura, sua capacidade realizadora logo se impôs, logrando repercussão em todo o país.

Acontecimentos imprevistos da vida nacional pareciam haver interrompido o curso de sua brilhante carreira de homem público, mas felizmente, em maio de 1937, vamos vê-lo assumir a direção do Departamento Nacional do Café. Ao coerente com suas idéias, desde logo, traça seguro programa para combater a super produção, sem sacrifício para os produtores e para a economia nacional, incentivando a campanha dos cafés finos. Achava-se em boas mãos a política cafeeira, pois, Fernando Costa advogava a liberdade do comércio para esse produto, dando ao Brasil o legítimo direito de ser o maior produtor mundial, não só quantitativa como qualitativamente.

Decorrido pouco tempo dessa investidura, era o notável orientador chamado ao cargo de Ministro da Agricultura.

Acolhido, desde logo, favoravelmente pela opinião pública que nele viu um *right man in the right place*, demonstrou a larga experiência que adquirira das questões fundamentais da nossa economia agrícola. Pôs-se, sem perda de tempo, a movimentar a máquina administrativa, levando o espírito de

seus auxiliares diretos, expondo-lhes a obra que se propunha realizar, encaminhando para as devidas soluções os problemas agrícolas e assim, interessando tôdas as zonas do país.

Dotado de enorme capacidade de trabalho, destituído de vaidade, da morgue inerente as posições de relêvo, acessível a sugestões, sabendo tirar de tudo um alto proveito, acolhia, em seu gabinete quantos o buscavam — sem estabelecer distinção de classe e posição.

Foi, incontestavelmente, com aquelas maneiras simples, llanas que trouxera do interior paulista, do tempo, talvez, de Prefeito da Pirassununga, um tipo raro de administrador em nosso país, um tipo comparável a Jefferson, o campeão da Democracia e da Agricultura da América do Norte, de quem possuía a mesma ante-visão, o mesmo sentido humanitarista.

A mola principal de ação individual, tôda a eficiência que possuía advinhava da bondade, da compreensão dos homens e das coisas.

Mantinha o hábito de receber não somente aqueles que solicitavam explicações e favores peculiares à sua pasta, mas também a literatos, artistas que lhe conheciam o pendor pelo Belo e nele encontravam estímulo e auxílio.

Conquistou, desse modo, devoções sinceras, entusiastas, que muito facilitaram sua ação administrativa, realizada em comunhão com interessados, confundindo-se muitas vezes, o Ministro, com técnicos, mestres e até operários.

Seus empreendimentos, por vezes, arroçados, tidos como acima do nosso meio, eram oriundos de seu patriotismo, de uma antevisão dos destinos do país.

Achava que devíamos construir para o futuro, que num país como o Brasil seria um erro não cogitar disso.

Foi um criador de entusiasmos que ignoto sempre o derrotismo.

À frente do Ministério da Agricultura — Ministério da Economia Nacional — em menos de tres annos, deixou sua passagem assinalada como das mais profícuas.

Estendeu sua ação por todo o país, que procurou conhecer *de visu*, espalhando provas de seu espírito de brasilidade.

A falta de racionalização do trabalho atribuiu o atraso em muitas regiões do país. Seria, como homem do trabalho as agruras dos que vivem da terra, sem assistência social, sem recursos modernos de produção, lutando contra a natureza, não raro, agreste.

Seria longo enumerar tudo que realizou e deixou planejado para as administrações seguintes.

Ao setor do ensino, deu uma atenção especial. Vemos no Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas uma das suas grandes realizações por que sem técnicos, sem pesquisadores, como tão bem entendia, não poderemos explorar convenientemente a terra.

Do bem semeado, raras foram as sementes perdidas.

Uma das últimas, de tanta relevância, se representa na Universidade Rural, concebida em planos gigantescos. Uma verdadeira cidade universitária, dotada de laboratórios completos, campos de experimentação, instalações residenciais, campos de jogos, stadium destinando-se a servir à instrução e Educação dos que se destinam à vida agrícola do país, cujo povoamento dependerá do bom aproveitamento e conservação da fertilidade de suas terras.

Para que elas produzam, porém, frutos opimos e uma legião de agrônomos e veterinários capazes, que fará o Brasil rico e próspero, muito depende do esforço daqueles que, hoje aqui estão vivendo os primeiros dias difíceis da adaptação, de fixação.

Esses serão também, de certo modo, desbravadores, pioneiros, como o grande *idealista realizador*, que procurou dotar o país de um grande centro universitário dedicado à agronomia e à veterinária, ciências básicas para o progresso nacional.

Concluindo; foi meu intuito, ao fazer uma vida tão útil, tão cheia de serviços à Agricultura, ao Brasil, como a de Fernando Costa, dizer aos moços que seu exemplo aí está para ser respeitado e seguido, a fim de se tornarem dignos dele e da obra grandiosa que deixou lançada para o preparo das gerações futuras.



Não esquecerei, nesta oportunidade, uma palavra de agradecimento sincero para os corpos docente e discente, ao pessoal administrativo, a todos os servidores que colaboraram com a Reitoria nesta fase penosa de adaptações, de funcionamento da Universidade Rural.

Comemorando-se o 35.º aniversário da criação do curso de Agronomia e da Veterinária pelo Ministério da Agricultura no regime republicano, nosso pensamento se volta para os mestres que tanto tem dado em prol dessas carreiras, devendo ser destacado o papel importante e, por vezes decisivo, que nossos agrônomos e veterinários tem desempenhado para a grandeza do país.

Felicito os membros do Conselho Universitário que hoje se empossam e muito confio na colaboração desse importante órgão para que sejam realizadas as altas finalidades da Universidade.

XII Exposição Regional Agro-Pecuária de Leopoldina



Niagara Klinger — Propriedade do dr. Ornelo Junqueira

No período de 26 de junho a 4 de julho, realizou-se a XII Exposição Agro-Pecuária do próspero município de Leopoldina, Minas, promovida pela Associação Rural local.

Foi uma grande festa de trabalho tanto mais digna de louvores quanto todos sobemos das dificuldades com que deparam todos aqueles que, movidos pelo idealismo são de bem servir ao Brasil, procuram servir à sua agricultura. A regularidade com que a Associação Rural de Leopoldina vem realizando os suas magníficas Exposições, já afirmadas em todo o país, é, por outro lado, digna dos maiores elogios. As exposições de gado são realizações que perdem toda a sua finalidade quando levadas a efeito sem método, daí resul-

tando que o seu escôpo principal — o da comparação e o da emulação — fique em grande parte prejudicado. A regularidade pois, com que se vêm realizando as mostras de Leopoldina são o seu maior mérito e o melhor seguro de que o gado local, já afirmado, na especialidade, no país, se aprimore, estimulando esse melhoramento indispensável em todo o país.

A Sociedade Nacional de Agricultores, atendendo ao apelo que recebeu do Dr. Ornelo Junqueira Botelho dinâmico presidente da Associação Rural de Leopoldina, oferece uma bela taça de prata para ser adjudicada em benefício de melhoramento do gado leiteiro do município.

Como homenagem especial desta revista, publicamos a seguir a relação dos nomes que integraram as várias comissões, responsáveis pelo grande êxito obtido pelo certame.

No próximo número, daremos a relação completa dos animais premiados, limitando-nos, por agora, a dar o resultado do importante concurso leiteiro, que, pelos seus índices, muito recomendam os criadores leopoldinenses.

Sr. Rubens Peres, Presidente S. C. R. Junqueira; — Sr. Guonahyro Mata, Presidente do Clube Leopoldino; — Dr. Haroldo M. R. Junqueira, Presidente da Associação Brasileira de Criad. de Gado Guernesey, Sr. Erico Ribeiro Junqueira, Presidente do Clube de Criadores de Cavalos Mangalarga de Leopoldino; — Sr. Bernardino Racha, Presidente do Clube de Criadores de Cavalos Monçolara de Volta Grande; — Padre Raul de Faria Cunha, Viária; — Dr. Joaquim Cândido Ribeiro Junqueira Presidente do Aero Clube de Leopoldino; — Dr. Oivaldo Ch. Vieira, Presidente do Asilo Santa Antônia; — Sr. Mário de Paula Louzada,



"Conga", campeã do Concurso Leiteiro de 1948

Conga — a magnífica vencedora do concurso leiteiro de 1948, propriedade do Dr. José Ribeiro dos Reis

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prefeito José Ribeiro dos Reis, Presidente; — Dr. Ormeo Junqueira Botelho, Presidente da Associação Rural; — Juiz de Direito Dr. Pedro Ernesto da Resende; — Juiz Substituto Dr. Carlindo Alvorenga Mayrinc; — Promotor de Justiça Dr. Castelar Guimorães; — Francisco Barreto Faria Freire — Caletor Estadual, — Major Quintiliano Barbosa — Caletor Federal; — Monsenhor José Domingues Gomes — Diretor do Colégio Leopoldinense, — Dr. Alvaro Botelho Junqueira, Presidente do Rotary Clube; — Fco. Joaquim C. Guimarães, Presidente da Associação Comercial; —

Presidente da Cooperativo de Consumo Lido, dos Trabalhadores das Indústrias de Leopoldino, — Sr. José Inácio de Sousa, Presidente do União Musical Leopoldinense; — Sr. Acácia Serpa, Presidente da Sub-Comissão de Indústrias; — Dr. José de Paula, Zootecnista do Ministério da Agricultura, — Dr. João Damasceno Portugal, agrônomo do Secretaria da Agricultura; — Dr. Clóvis Junqueira Bastos, Veterinária da Secretaria da Agricultura, — Dr. Vicente Picarelli Neta, Agrônomo da Ministério da Agricultura; — Dr. José Maria da Silva, Veterinário da Secretaria da Agricultura; — Dr. Rofael de Sousa Dias, Agrônomo da Secretaria da Agricultura, — Jeferson Andrade Santos, Biologista

do Ministério da Agricultura, — Sr. Jonathas Ferreira de Toledo, Diretor da Associação, — Dr. Gabriel Heleno Junqueira, — Médico do Centro de Saúde, — Dr. Pedro Ribeiro Arantes, Inspetor Federal do Ensino, — Revma. Madre do Poz Sta. Maria, Diretora do Colégio Imoculado Conceição, — Professor Honorário Guimarães, Diretora do Grupo Escolar Botelho Reis; — Professor Emilia Roma Pinto, Diretor do Grupo Escolar Ribeiro Junqueira, — Professora Ana Monteiro de Resende, Di-



Touro reprodutor, importado, propriedade do dr. José Ribeiro dos Reis

retora do Educondário Sto. Terezinho; — Professora Agripino Lintz, Diretora do Educondário São José; — Padre Guilherme de Oliveira, Diretor da Seminário; — Sr. Romualdo Evangelista de Campos, Criador, — Sr. Homero Justino Carreiro, Prático Rural M. Agricultura, — Major Artur Brugger, Agricultor; — Sr. Álvaro Correia de Lima, Criador, — Dr. José Gomes Domingues, Delegado Regional; — Sr. José Fojorda de Melo, Agricultor, — Sr. Quirino Junqueira de Andrade, Diretor do Associação Rural; — Sr. Antônio das Reis Junqueira, Criador; — Sr. José Junqueira Bastos, Diretor-Gerente da Coop. dos Produtores de Leite de Leopoldina; — Sr. Custódia Botelho Junqueira, Diretor do Cio. Leiteiro Leopoldinense; — Sr. Antônio Ribeiro dos Reis Filho, Diretor-Gerente da Coop. de Valto Grande; — Sr. Neder Calin, Diretor-Gerente da Coop. de Aboiba; — Sr. José Francisco Ribeiro dos Reis, Diretor-Gerente da Coop. de Providência.

COMISSÃO DE PROPAGANDA

Dr. Joaquim Cândida Ribeiro Junqueira, — Dr. José Wenceslau Junqueira; — Dr. José de Paula; — Sr. José Amâncio de Oliveira; — Dr. Pedro Ribeiro Arantes; — Farm. Joaquim C. Guimarães; — Sr. Alfredo Bittencourt, — Sr. Guanhya Mota, — Sr. Acácio Serpa, — Sr. Jehú Faria, — Prof. Dr. Hamil Adum

COMISSÃO DE INDUSTRIA

Sr. Acácio Serpa; — Sr. José Junqueira Bastos, — Sr. Francisco de Assis Castro, — Dr. José Antônio Monteiro de Barras.

COMISSÃO DE ORNAMENTAÇÃO ARTÍSTICA

D^a. Maria Regina Monteiro de Castro; — D^a. Maria Amélia Brito Junqueira; — D^a. Maria do Glória Bastos Rodrigues; — D^a. Belarmino

Soares Moronho; — D^a. Maria do Glória Rocho; — D^a. Maria Aporecida Monteiro Ferreira; — D^a. Anizia Haddad Berbari; — Sr^a. Ernestino Paçano, — Sr^a. Maria de Resende Barbosa; — Sr^a. Carmem Spinola — Sr^a. Edith Magalhães.

COMISSÃO DE RECEPÇÃO

Todos os Senhores Associados da Associação Rural de Leopoldina.

COMISSÃO DE FESTAS E ESPORTES

Dr. Pedro Ribeiro Arantes, — Dr. José Gomes Domingues, — Sr. Guanhya Mota; — Sr. Fubem Peres, — Sr. Francisco Siqueira Barbosa, — Sr. José Rezende Barbosa; — Sr. José Brando; — Sarg. Adelio Silveira, — Sorg. Otávia Leopoldo Pereira

COMISSÕES TÉCNICAS

Parte Pecuária:

Zootecnista José de Paula e Agrônomo Vicente Picorelli Neto.

Auxiliares:

Sr. Osório Fojorda de Campos e Sr. Roberto de Sousa Ferreira.

Parte Agrícola:

Agrônomo, João Domoscena Portugal e Agrônomo Rofael de Sousa Dias.

Auxiliares:

Sr. Olovo Tomé do Silva e Sr. Manuel Barbosa Morais.



Touro Simental, propriedade do dr. Ormão Junqueira

Parte Veterinária:

Veterinária Clóvis Junqueira Bastos, — Veterinária, Geraldo Rodrigues Ferreira da Costa; — Veterinário, José Maria da Silva e Veterinária Aristoteles Brandão.

Auxiliares:

Sr. José Maria de Sousa, — Sr. Alcebiadas Valentim e Sr. Homero Justino Carreiro.

COMISSÃO DE FORRAGEAMENTO

Sr. Braz Conte — Sr. João Sebastião de Oliveira e Sr. José Marlo de Sousa.

SERVIÇOS DE SECRETARIA

Sr. Edson Weirneck — Sr. Osório Fajardo de Campos — Sr. Francisco de Paula Cândido — Sr. Carlos Alberto Miranda — Sr^a. Arlete Albuquerque — Sr^a. Ruth Fonseca da Costa — Sr^a. Maria Emilia Capdeville Botelho — Sr. Roberto de Sousa Ferreira — Sr. Luís Capdeville Botelho — Sr. Olinto Resende.

COMISSÕES JULGADORAS

Presidente das Comissões — Dr. Romulo Joviano

BOVINOS EUROPEUS

Dr. Tomas Heath Dalton — Sr. João Frenichs — Dr. João Maria da Silva e Dr. Mauricio Ribeiro Gomes.

BOVINOS INDIANOS

Dr. Policarpo Rocha Filho, — Dr. David T. Nodler — Dr. Clóvis Junqueira Bastos.

EQUIDEOS

Cel. Severino Junqueira de Andrade — Dr. Luis Rodrigues Fontes — Dr. Edgard Cardoso Bitencourt

SUINOS

Dr. Policarpo Rocha Filho — Dr. David T. Nodler — Dr. José Maria da Silva.

AVES

Dr. Policarpo Rocha Filho — Dr. José Maria da Silva — Sr. Mario de Paula Louzada

OVINOS E CAPRINOS

Dr. João Maria da Silva, — Dr. Policarpo Rocha Filho, — Dr. José de Paula

CONCURSO LEITEIRO E CONCURSOS DIVERSOS

Dr. Tomas Heath Dalton — Sr. João Frenichs — Dr. Policarpo Rocha Filho — Dr. Carlos Alberto Leta — Dr. José Maria da Silva — José Lichal — Dr. Clóvis Junqueira Bastos — Dr. José de Paula — Dr. David T. Nodler — Dr. Vicente Piorelli Neto — Sr. Carlos Alberto Miranda — Sr. Osório Fajardo de Campos — Sr. Ruy Leticia Louisa Ferreira — Sr. João de Sousa — Sr. João Rodrigues — Sr. João Marcelino

PRODUTOS AGRÍCOLAS

Dr. João Damasceno Portugal — Dr. Rafael de Sousa Dias — Dr. Antônio Resende — Dr. Dário Alves de Mela

Concurso Leiteiro

GRUPOS — LEITE

Grupos — Vacas	Proprietários	Quantidade total 3 dias
Cruzalta-Alvorada " -Requinta " -Pintura	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	240,900
Vita Hízerta Dengosa-Paratiba Dengosa-Cachoieira	Dr. José Newton Reis Junqueira	223,700
Lulziana-Mauricea " -Holandesa " -Trajara	Francisco Teodoro Junqueira	185,580
Camelia-Passateempo Dama - " Carlóra - "	Alceu Junqueira Ferraz	155,080

VACAS DE PORTE MÉDIO

QUANTIDADE DE MATÉRIA GORDA

Vacas	Raças e grão de sangue	N.º de crias	Proprietários	Total dos 3 dias	Média diária
Miltônia-Conga	P.P. Holandesa P.H.	2	José Ribeiro dos Reis	3,0784	1,0261
Cruzalta-Pintura	3/4 " "	3	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	3,0519	1,0171
Cruzalta-Alvorada	" " "	4	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	2,8248	0,9128
Dengosa-Cachoeira	" " "	5	Dr. José Newton Reis Junqueira	2,6393	0,8797
Liege-Janete	1/2 " "	3	Quirino Reis Junqueira	2,6364	0,8788
Clarinetta	" " "	4	Gabriel Reis Junqueira	2,4663	0,8221
Cruzalta-Requinta	3/4 " "	4	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	2,4338	0,8112
Onix-Tira-Teima	7/8 " "	3	Antenor Ribeiro dos Reis	2,4228	0,8076
Onix-Minerva	3/4 " "	2	Antenor Ribeiro dos Reis	2,3623	0,7876
Cruzalta-Sapucaia	" " "	5	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	2,3538	0,7846
Cruzalta-Gaucha	P.C. " "	3	Dr. José N. Reis Junqueira	2,3272	0,7757
Vita-Bizerta	1/2 " "	4	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	2,3149	0,7716
Liege-Vidruço	3/4 " "	4	Quirino Reis Junqueira	2,0900	0,6966
Providência-Rainha	P.P. " "	2	Quirino Junqueira de Andrade	1,7375	0,5791
Liege-Araça	3/4 " "	2	Gabriel Reis Junqueira	1,7375	0,5791
Somas				2,4521	
Médias				2,4521	0,8173

R A Ç A S M I X T A S

Cruzalta-Magnólia	1/2 Schwyz	5	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	2,7965	0,9321
-------------------	------------	---	-------------------------------------	--------	--------

VACAS DE PORTE MÉDIO

QUANTIDADE DE LEITE

Vacas	Raças e grão de sangue	N.º de crias	Proprietários	Total dos 3 dias	Média diária
Miltônia-Conga	P.P. Holandesa P.H.	2	José Ribeiro dos Reis	107,360	35,786
Onix-Tira Teima	3/4 " "	2	Antenor Ribeiro dos Reis	86,720	28,900
Cruzalta-Pintura	" " "	3	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	84,400	28,133
Dengosa-Cachoeira	" " "	5	Dr. José Newton R. Junqueira	83,260	27,753
Cruzalta-Requinta	" " "	4	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	82,500	27,500
Vita-Bizerta	2/0 " "	3	Dr. José Newton Reis Junqueira	81,000	27,000
Onix-Minerva	7/8 " "	3	Antenor Ribeiro dos Reis	77,300	25,766
Cruzalta-Alvorada	3/4 " "	4	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	74,060	24,686
Liege-Janete	1/2 " "	3	Quirino Reis Junqueira	73,420	24,473
Cruzalta-Sapucaia	3/4 " "	5	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	72,620	24,206
Providência-Rainha	1/2 " "	4	Quirino Junqueira de Andrade	66,300	22,100
Cruzalta-Gaúcha	P.P. " "	2	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	62,740	20,913
Liege-Clarinetta	" " "	4	Gabriel Reis Junqueira	59,320	19,773
Liege-Vidruço	3/4 " "	4	Quirino Reis Junqueira	58,700	19,400
Liege-Araça	1/2 " "	2	Gabriel Reis Junqueira	55,660	18,553
Somas				1 125,360	
Médias				75,024	25,008

R A Ç A S M I X T A S

Cruzalta-Magnólia	1/2 Schwyz	5	Herd. de Marco Aurélio M. de Barros	72,340	27,965
-------------------	------------	---	-------------------------------------	--------	--------

VACAS DE PEQUENO PORTE

QUANTIDADE DE LEITE

Vacas	Raças e grau de sangue	N.º de crias	Proprietários	Total dos 3 dias	Média diária
Cabedal-Vita	15/16 Guernsey	5. ^a	Irmãos Junqueira Hotelho	62,840	20,946
Comarca	3/4 Jersey	4. ^a	Alceu Junqueira Ferraz	62,640	20,880
Camélia	7/8 "	4. ^a	Alceu Junqueira Ferraz	60,740	20,246
Dulba	3/4 Guernsey	4. ^a	Alcides Batista de Castro	57,760	19,253
Veranista-Mary	" Jersey	8. ^a	Antonio Reis Junqueira	52,260	17,420
Belmonte-Camponesa	1/2 Guernsey	3. ^a	Neder Calil	51,960	17,320
Dama	7/8 Jersey	4. ^a	Alceu Junqueira Ferraz	49,900	16,633
Suecia-Mary	1/2 "	6. ^a	Antonio Reis Junqueira	48,040	16,013
Abaiba-D'Hain	P.C. Guernsey	6. ^a	Fazenda Abaiba S.A.	47,180	15,726
Abaiba-Bonau	" "	6. ^a	Fazenda Abaiba S.A.	46,980	15,660
Kelly-Gaivota	3/4 Jersey	8. ^a	José Nelson Reis Junqueira	45,960	15,320
Minerva de P. Tempo	7/8 "	11. ^a	José Nelson Reis Junqueira	45,780	15,260
Laguna	1/2 Guernsey	3. ^a	Alcides Batista de Castro	44,780	14,926
Carlota	7/8 Jersey	4. ^a	Alceu Junqueira Ferraz	44,440	14,813
Decu	P.P. "	7. ^a	Alceu Junqueira Ferraz	40,480	13,493
Belmonte-Caprichosa	1/2 Guernsey	5. ^a	Neder Calil	40,360	13,453
Encantada de Passatempo	" Jersey	2. ^a	Alceu Junqueira Ferraz	37,700	12,566
Cinelandia	3/4 "	2. ^a	Dr. Gabriel H. Junqueira	33,980	11,326
Somas				837,780	-
Médias				46,543	15,514

NOVILHAS

QUANTIDADE DE LEITE

Vacas	Raças e grau de sangue	N.º de crias	Proprietários	Total dos 3 dias	Média diária
Grietje	P.P. Holandesa P.B.	1	José Francisco Reis Junqueira	64,520	21,506
Luiziana-Irajara	15/16 " "	1	Francisco Teodoro Junqueira	64,060	21,353
Luiziana-Holandesa	P.C. " "	1	Francisco Teodoro Junqueira	61,380	20,460
Luiziana-Mauricéa	15/16 " P.B.	1	Francisco Teodoro Junqueira	60,140	20,046
Dengosa-Paraíba	3/4 " V.B.	1	Dr. José Newton Reis Junqueira	59,440	19,813
Limoeiro-Revolta	" " P.B.	1	Dr. Alvaro Hotelho Junqueira	57,120	19,040
Soma				366,660	-
Médias				61,110	20,370
Grietje	P.P. Holandesa P.B.	1	José Francisco Reis Junqueira	2,2623	0,07541
Dengosa-Paraíba	3/4 " V.B.	1	Dr. José Newton Reis Junqueira	2,0840	0,6946
Limoeiro-Revolta	3/4 " P.B.	1	Dr. Alvaro Hotelho Junqueira	2,0027	0,6946
Luiziana-Holandesa	P.C. " "	1	Francisco Teodoro Junqueira	2,0011	0,6670
Luiziana-Irajara	15/16 " "	1	Francisco Teodoro Junqueira	1,7219	0,5739
Luiziana-Mauricéa	" " "	1	Francisco Teodoro Junqueira	1,6276	0,5425
Soma				11,696	-
Médias				1,9499	0,6499

INSCREVA-SE SÓCIO DA

Sociedade Nacional de Agricultura

COOPERATIVA AGRÍCOLA DE COTIA

O relatório dos serviços do ano social de 1947-48

A cabamos de receber da Cooperativa Agrícola de Cotia o relatório apresentado pelo seu ilustre presidente, Sr. Dr. Manuel de Campos Ferraz de Almeida, à assembléa geral ordinária realizada em 31 de julho último, em São positório de fatos e idéias referentes Paulo.

É um longo e bem concatenado relatório a grande organização cooperativa de São Paulo, cuja leitura se reveste de oportunidade e interesse, mesmo para aquêles que não estejam diretamente ligados ao que poderíamos, com propriedade, chamar de maior realização do cooperativismo no Brasil.

O trato diário com os assuntos ligados à produção de gêneros alimentícios nos seus mais variados setores, à distribuição e ao comércio desses gêneros, dão aos dirigentes da Cooperativa Agrícola de Cotia a autoridade que vem da experiência, convinda, pois, aos responsáveis por esse importante campo da economia rural atentar para todos os fatos referidos no substancioso relatório.

Desde que os 83 pioneiros lançaram no moinho velho os fundamentos da Cooperativa Agrícola de Cotia, li se vão já 20 longos anos de lutas e de trabalhos, felizmente bem aproveitados, tem a organização evoluído sempre, como a indicar o caminho que devem os nossos produtores seguir para saírem da situação sempre difícil em que se encontram, a lutar contra uma série interminável de fatores adversos, quase todos — eles provenientes — verdade seja dita — da própria falta de espírito de associação e cooperativismo.

Em largos traços, deduz-se do relatório do Presidente Manuel de Campos Ferraz de Almeida que a Cooperativa Agrícola de Cotia conseguiu, apesar

das dificuldades que a todos assobrem neste momento, elevar para além de 1.000 o número dos seus cooperados, no período em apreço, distribuídos por 23 depósitos regionais, abrangendo a quase totalidade das regiões agrícolas do Estado. Do serviço inicial de vendas, passou a Cooperativa aos de compras, crédito, beneficiamento, fabricação de adubos e de compostos para aves, transportes, engenharia, mecânica, incubação, seleção de aves reprodutoras, experimentação agrícola, assistência hospitalar, instrução técnica aos filhos dos lavradores e orientação e controle da produção, este último possivelmente abrangendo todo o âmbito da vida rural.

São campos vastíssimos, como se vê, os em que a Cooperativa atua. Apresentando uma percentagem de aumento de 115%. Isso vem mostrar que a situação financeira dos produtores, em virtude de causas conhecidas, não é lá das melhores, estando-se pois em face dos diversos elementos explicativos constantes do relatório, pode-se verificar que todas essas assntos tiveram, no correr do exercício e na preço, atenção e cuidados da administração, de que fulam com muita expressão as cifras do resumo que se segue da atividade financeira da Cooperativa:

<i>Setores</i>	<i>Importância em Cr\$</i>	<i>Aumento ou diminuição</i>
Vendas ...	153.597.482,60	- 0,6 %
Compras ...	85.097.763,70	+ 16,8 %
Crédito ...	165.185.947,00	+ 13,0 %
Utilidade própria ...	16.079.573,50	+ 60,9 %
TOTAL ...	119.960.766,80	+ 9,6 %

O capital da cooperativa alcançou, no exercício examinado, a respeitável soma de Cr\$ 21.875.100,00, representando um aumento de Cr\$ 5.168.500,00 sobre o exercício anterior.

No Departamento do Crédito, um dos mais importantes serviços da cooperativa, aumentaram os empréstimos, num total de Cr\$ 1.359.163,60, reprimido "um fenômeno sério que não pode ser ocultado no momento em que os mais autorizados círculos prevêem dramáticas conseqüências para a situação econômica, determinada pela segunda guerra mundial" conforme adverte o Presidente da Cooperativa.

O Departamento de vendas ultrapassou em 7% a previsão orçamentária anterior, apesar do tratamento dos mercados. Attingiram as vendas da Cooperativa em 1917-18 Cr\$ 153.597.482,60, tendo sido distribuídos pela Cooperativa 3.260.000 dúzias de ovos, 630.000 cachos de bananas, 156 toneladas de chá, cuja exportação para a Argentina está tomando incremento. Por esses três produtos se pode ter uma idéia do volume comercial da Cooperativa.

São dignas da maior atenção as cifras correspondentes aos Departamentos de Compas, de Transportes, de Engenharia, de Experimentação e Contrôlo, merecendo especial destaque o que se refere à Assistência Médica. No tópico correspondente do relatório, apresenta-se-nos esse importante Departamento através das cifras que se seguem:

Consultas	8.160
Tratamentos	2.235
Aplic. de injeções	9.038
Consultas a domicílio	115
Carteiras de saúde	9
Atestados médicos	300
Aplicações fisioterápicas	539
Internações	2.521
Encaminhamento a hospitais	63
Encaminhamento a especial tas.	1.523
Vacinas e injeções profiláticas.	5.070
Análises patológicas	1.819
Operações	1
Partos	1
Casos diversos	999

A esses resultados acrescentem-se ainda: 9 visitas médicas à população escolar e 72 aos bairros. Para vacinação, 23. A ambulância realizou 305 viagens, com 20.532 quilômetros. A farmácia distribuiu medicamentos no valor de Cr\$ 1.103.691,70. Foram também dadas 3.107 consultas e realizados 1.125 tratamentos odontológicos.

Não há nenhum aspecto da completa organização que é hoje a Cooperativa Agrícola de Cotia que não haja sido sucinta mas claramente exposto pelo Presidente Ferraz de Almeida no relatório que estamos perfunctóriamente analisando.

Revela, porém, para fechar esta nossa ligeira apreciação, transcrever, com os agradecimentos da Sociedade Nacional de Agricultura, de que é órgão "A Lavoura", o seguinte trecho:

"Em, a propósito, assinalamos, este é o momento dos debates em torno de reformas, de conselhos a respeito da mecanização das culturas, do estabelecimento de planos de financiamentos das entre-safras e até da fixação de preçobases para o lavrador, objetivando o melhor rendimento das sementes e das colheitas.

A oportunidade, portanto, parece propicia a uma forma declaração sobre os anseios e necessidades da nossa grande classe, promovendo-se a votação da carta da lavoura. Nada de grandes sonhos. Contudo, sempre estará conosco o apoio seguro de associações realmente poderosas e ativas, dentre as quais manda a justiça destacarmos a Sociedade Nacional de Agricultura e a Federação das Associações Rurais de São Paulo, a cujos quadros dirigentes, unis por distinção alheia, temos a honra de pretercer".

A Cooperativa Agrícola de Cotia, e a seus dirigentes, com especialidade o seu ilustre presidente Dr. Manuel de Campos Ferraz de Almeida, os melhores votos de crescente prosperidade.

A Cultura do Trigo

no Estado de S. Paulo

A "Sociedade Paulista de Agronomia", visando colaborar com o Governo do Estado para a solução dos problemas relacionados com a cultura e o fomento do trigo no Estado de São Paulo, tomou a iniciativa de constituir uma comissão para discutir e apresentar um parecer sobre a momentosa questão.

Fizeram parte dessa Comissão que se reuniu em São Paulo, técnicos especializados em culturas de inverno, os engenheiros agrônomos: Carlos Teixeira Mendes, Lente Catedrático da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"; Carlos Arnaldo Krug geneticista; Mário Jannuzzi Purchio, melhorista; Mário Zaroni, Paulo da Silva Leilão, Carlos Gayer e Joaquim de Alcântara Barros, técnicos de fomento; Glauco Pinto Viégas e Milton Alcover, técnicos experimentadores.

Após prolongados debates, nos quais o assunto foi focalizado nos seus diversos aspectos, chegaram-se às seguintes conclusões, que representam a opinião unânime dos técnicos ali presentes:

Considerando

que o trigo é um alimento de largo consumo entre nós, cuja procura vem se expandindo e tende a aumentar cada vez mais;

que enorme é a evasão de divisas com a aquisição do cereal no exterior o que contribui para o desequilíbrio de nossa balança na pauta da exportação;

que a falta desse precioso alimento tem criado angustiosos problemas sociais, que tenderão a agravar-se, se não se tomarem medidas de fomento de sua produção;

que, com a utilização de novas variedades, o Sul do País e, inclusive o Estado de São Paulo, poderá produzir, nos preços atuais, trigo em condições muito compensadoras para o lavrador;

A "Sociedade Paulista de Agronomia" faz as seguintes recomendações:

1.º - Há necessidade de se criar uma Comissão de técnicos permanente, para o estudo das possibilidades da cultura e aproveitamento dos cereais de inverno;

2.º - É indispensável que se incentive, sem demora, a criação de variedades adequadas ao meio, ampliando em extensão e profundidade os trabalhos já bem iniciados no Instituto Agrônomo, em Campinas;

3.º - Devem ser ampliados os estudos relativos à cultura dos cereais de inverno, particularmente trigo, sob todos os seus aspectos e, em especial, as questões relacionadas com a rotação de culturas, mecanização, bem assim seu comércio;

4.º - As regiões produtoras de trigo do País e do estrangeiro, devem ser visitadas por técnicos especialistas, para se confrontarem, nos estabelecimentos que se dedidem às pesquisas, dos trabalhos em realização, nesses vários centros;

5.º - O fomento da cultura do trigo só deverá ser feito em zonas e em terras apropriadas orientando-se pelos resultados das pesquisas já conduzidas pelos especialistas no assunto.

Inscruva-se sócio da

**SOCIEDADE NACIONAL
DE AGRICULTURA**

Peca Estatutos e impresso para proposta
à Secretarin:

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115, 6.º
C. P. 1245 — Rio de Janeiro

Utilização da Soja na alimentação do brasileiro

DR. MOZART DA CUNHA

"La soja, la divina dispensatrice di energie, simbolo della fecondità, adatta a tutti gli usi alimentare sorgi oggi gloriosa sugli altare della moderna dietetica europea e americana, avvalorata da studi e da prove che ne esaltano e confermano l'importanza e benefica".

La Soja — Fúlvio Battari (1)

Vêm-nos da China, país dos sonhos, do ópio e das visões místicas, as principais referências ao uso alimentar da soja. Informes antigos envolvem seu aparecimento em um halo de fantasia, pela imprecisão dos documentos e exagero de alguns escritos com estãgia até pela poesia. Conta-se, por exemplo, que, há milênios, uma caravana de mercadores chineses fora assaltada e saqueada em caminho, ficando despojada de rico carregamento. Obrigados ao refúgio nas montanhas, andaram a esmo aqueles homens, até que, famintos, encontraram pequenos arbustos dos quais pendiam favas. Utilizaram-nas como alimento e logo recobriram o ânimo. Valtando à lita, puderam reconquistar o que haviam perdido. Verdade ou lenda, seu uso se generalizou por todo o mundo oriental e uma coisa não sofre dúvida: ainda nos dias de hoje a soja constitui a base da alimentação de milhões de indivíduos.

A primeira indicação científica que encontramos a respeito das particulares virtudes nutritivas da soja parece-nos contida num livro antiquíssimo, escrito antes de Cristo, sobre Matéria Médica e atribuído ao imperador Shenmg (2). E ali mencionada a leguminosa sob os nomes de Siang-yu e Ta-tou, sendo que este último, em tradução literal significa o grande feijão — talvez para exaltar as suas virtudes nutritivas. Estas denominações provavelmente representam o que de mais antigo se conhece sobre a planta. Como se depreende do exposto,

a questão dos primórdios da soja assume feição insegura, convindo por isso sairmos desse período imaginoso para a realidade dos tempos modernos.

O ano de 1.712 assinala o transporte das primeiras sementes de soja para o continente europeu, trazidas do Japão pelo botânico alemão Kaempfer. A França iniciou suas primeiras culturas por volta de 1885. A descrição botânica da leguminosa deve-se a Linneu. Sua nomenclatura tem tido em cada época, consoante a maneira de ver dos botânicos, uma classificação especial, conforme se vê no quadro abaixo, extraído de Piper e Morse (3):

Platycodon Max — Linneu 1753.
 Delichos Soja — Linneu — 1753.
 Soja hispida — Moench — 1791.
 Soja japônica — 1821.
 Glycine soja — 1845.
 Soja angustifolia — 1855.
 Glycine ussuriensis — 1861.
 Soja max — 1911.
 Glycine max — Merrill — 1917.

Dados botânicos completos acham-se contidos em vários escritos nacionais e estrangeiros. Destacamos entre os primeiros e esplêndida monografia de Henrique Lobbe (1), publicada pelo Ministério da Agricultura.

Valor nutricional da soja

Com o advento da ciência da nutrição os estudos dos diversos princípios nutritivos buscaram novos domínios, recrescidos cada dia nos ensaios biológicos e na fauna experimental. Nesse particular a ressaltar o valor das pesquisas de Carbonne e Mendel; nos princípios do século 19, à luz das quais se evidenciam o aspecto qualificativo das proteínas, e outras investigações, que hoje constituem os fundamentos da nutriologia.

A proteína, como se sabe é centra de gravidade da alimentação humana. Considerada, com justa razão, a base física da vida, sua carência reveste-se de especial gravidade podendo cumular no desliramento da raça. Só por isso deve estar entre as cogitações perenes dos estudiosos. Consideramos essa carência como um assunto da maior importância na alimentação do brasileiro. É sabido que as proteínas alimentares fornecem material amido necessário à construção e reparação do organismo vivo, ao mesmo tempo que preparam elementos para formação de várias hormônios" (tiroxina, adrenalina, insulina) e fermentos (glutênio) etc. É igualmente sabido, que as proteínas não tem o mesmo valor nutricional. Sherman (5) divide-as em completas, parcialmente incompletas e incompletas. Completas ou de alto valor biológico são aquelas que tratam a vida e promovem o crescimento normal. Este grupo é o que nos interessa no presente e toda e nela se incluem a quase totalidade das proteínas de origem animal e algumas de proveniência vegetal.

A soja merece especial registro por seu teor em proteína de alto valor biológico; a presença desta em esta apreciável aparenta-a da carne. Estudos norte-americanos, reunidos em um Symposium e publicadas na *Federation proceedings*, de junho de 1944, colocaram a proteína da soja entre as suas recomendações para o incentivo das fontes alimentares de origem vegetal. Não somente razões de ordem científica militam em favor de tal recomendação. Motivas de ordem econômica por certo colaharem neste parecer. O principal deles é o curso da proteína de origem animal, cada dia mais elevado, à proporção que aumenta o índice demográfico. Donald S. Payne, citado por J. B. Griffing (6), chefe da 5.^a zona da Comissão Brasileira-Americana, comparou a produção de proteína da soja com a de várias fontes animais e verificou que a soja fornece 380 quilogramas por hectare ao passo que as carnes de porco e de galinha, os ovos e o leite fornecem, em conjunto, 122 quilogramas de proteínas ou sejam 2/3 menos, na mesma extensão de terra. É ainda mais; comparou a riqueza protéica da soja com a dos alimentos animais e encontraram as seguintes cifras em cada quilograma:

Leite	34 grs.
Ova	20-112 grs.
Farinha de trigo . .	116 grs.
Bife	206 grs.
Soja	615 grs.

Olhamos agora um mestre patricio — o professor F. A. de Moura Campos (7).

"Enquanto o feijão comum tem baixo valor biológico para a seu conteúdo protéico, a ovo, leite, a castanha do Pará, a soja e algumas vísceras apresentam alto valor biológico, ao lado de apreciável coeficiente de digestibilidade".

As pesquisas de Camargo Nogueira no Departamento de Fisiologia da Faculdade de São Paulo, segundo informo o mestre citado, revelaram resultados altamente significativos. A farinha de soja analisada registrou:

Coefficiente de digestibilidade . .	88,8
Valor biológico	82,3

As citações acima bastam para evidenciar a importância alimentar da soja em dietética humana e a necessidade de se promover seu maior consumo entre as diversas populações. É foi isso exatamente o que ficou firmemente documentado na experiência do presente conflito. Forçoso é reconhecer que a guerra, portadora de tantos males e tantos sofrimentos, sempre trás nas suas trágicas consequências algumas vantagens. Ela influi no progresso, impulsiona a pesquisa científica, acelera o progresso material do mundo com invenções que transfiguram o panorama da vida terrestre.

No setor alimentar a opinião é unânime: a soja contribuiu para evitar a carência protéica de milhões de indivíduos. Depoimentos insuspeitos atribuem à soja os êxitos iniciais dos exércitos alemães, catalogando-os entre as armas secretas de que se vangloriava o inimigo. Os exércitos aliados incluíram a farinha de soja na ração denominada K e enviam vastos suprimentos da leguminosa para o continente europeu, a fim de reforçar o seu arsenal protéico.

Segundo J. D. Gray (8) a Inglaterra utiliza e ainda utiliza uma farinha integral de soja, denominada Soyolk, para reforço natural do pão.

O pão de Soyolk é uma mistura de 22% de farinha de soja finamente moída com 78% de farinha branca de trigo, sem modificação apreciável do sabor e dando notável aumento ao valor nutritivo do produto.

Nos Estados Unidos continua-se a emprestar importância cada vez maior ao cultivo da soja. É o que se depreende das palavras de J. B. Griffing, proferidas em recente conferência na Escola de Agricultura do Recife. Disse esse ilustre técnico norte-americano:

"Nos Estados Unidos o milagre da soja já passou, como um meteoro através do céu, de uma posição insignificante para uma de importância estratégica na economia nacional."

Segundo o citado técnico a produção de soja durante os últimos vinte anos foi a seguinte:

	Toneladas
1924	148.410
1931	692.850
1941	3.201.360
1943	5.872.860
1944	7.000.000

(safra parcial)

E por último acrescentou: "Para que possamos compreender a magnitude de tal colheita (1944), digamos que seria equivalente às safras de milho que poderiam ser produzidas no Estado de Pernambuco num período de 10 anos".

São dispensáveis outros argumentos para demonstrar que devemos encarar patrioticamente a questão da soja, tanto mais quanto os países mais ricos do que o nosso e portanto de maior acesso às fontes proteicas animais não utilizam unicamente essas últimas, ao contrário, procura-se o aprovisionamento por outras de menor custo e maior facilidade de produção.

Composição química

O grão de soja constitui um rico repostório de proteínas, lipídios, sais minerais e vitaminas. Compõem-se de embrião casca e cotilédones que representam 2, 8 e 90% respectivamente do grão. As substâncias proteicas não se repartem

igualmente nesses componentes. Os cotilédones e o embrião são as partes mais ricas. Dado o número elevado de variedades de soja — acima de mil, torna-se plausível indagar se também as diferenças botânicas não influem na composição química. A resposta não poderá ser dada senão pela afirmativa, especialmente no que concerne à taxa de lipídios, tão variável que permite a divisão da leguminosa em duas classes; a de alto e a de baixo teor lipídico. Com respeito à taxa proteica, parece haver uniformidade de pontos de vista; a riqueza proteica mantém-se em níveis elevados, que variam de 35 a 46%.

Éis, segundo Piper e Morse (9), a composição química das sementes de soja:

água	7,71
subst. azotadas	31,91
gorduras	20,20
subst. ext. não azotada	20,57
celulose	4,55
cinzas	5,78

Dai se depreende que a leguminosa é particularmente rica em proteínas e lipídios.

O quadro que se segue, reproduzido de Mitagrín (10) mostra a supremacia das proteínas contidas na soja em comparação com outros alimentos.

Merece atenção o fato de que não importa o momento a riqueza quantitativa das proteínas para avaliação nutricional de um determinado produto alimentar. Impõe-se também saber da qualidade dos ácidos aminados que integram a constelação proteica. A soja deve o seu valor nutricional à glicinina — proteína de natureza completa.

Aplicações alimentares

Entre os produtos alimentares preparados com a soja enumeramos os seguintes:

- 1) grãos verdes utilizados diretamente "in natura".
- 2) grãos secos em sopas, pirão, bolinhos e outras iguarias.

Deve-se ter o cuidado de colocá-los de molho na véspera e desprezar a primei-

ra água de fervura na manhã seguinte e, substituindo-a por outra, para não enrijecer as sementes.

Submetidos à fermentação alcoólica, obtém-se um condimento picante muito apreciado pelos chineses e vulgarizado nos Estados Unidos com o nome "Soy — bean sauce".

3) leite — obtém-se da maceração dos grãos em uma prensa ou pilão e a seguir filtra-se H²O. Essa emulsão apresenta composição química semelhante à do leite de vaca sendo mesmo mais rico em proteínas e sais minerais.

Dos caracteres físicos — a cor é o único que tem semelhança com o leite animal. Não se presta aos mesmos usos alimentares do produto de origem animal, devido ao sabor. Apresenta a vantagem de não sofrer tão facilmente a proliferação microbiana como sói acontecer com o leite animal.

4) queijo — graças ao seu alto teor de caseína vegetal, a soja permite elaborar vários tipos de queijo de larga utilização, principalmente entre os asiáticos: ton-fu, juba (espécie de requeijão) etc., produtos de difícil aceitação em nosso meio.

5) óleo — da leguminosa pode-se extrair, por meio de prensas ou solventes, um óleo que se presta a fins culinários e industriais.

6) farinha — a obtenção da farinha em nada difere dos processos ordinários de moagem utilizados para os cereais.

Contribuição prática

Há três anos que o SAPS, através dos seus órgãos técnicos, vem estudando a possibilidade da utilização da soja nas diversas formas previstas. Em fins de 1944 recebíamos a primeira partida de leguminosa, proveniente do Horto experimental de São Simão, por intermédio do Fomento Agrícola do Ministério da

Agricultura. Por esse tempo ainda não havia o produto industrializado sob a forma de farinha no nosso Comércio.

A extração do leite e da farinha foi feita no então Laboratório de Tecnologia Alimentar, graças à solicitude do Dr. Rubens Descartes de Paula.

O leite foi usado tanto direta como indiretamente, em forma de mingaus. O leite de soja e seus derivados apresentam composição química muito semelhante à do produto de origem animal. Não tem entretanto o sabor agradável de se último e acarreta por isso restrições tão acentuadas que dificilmente poderá estender-se no nosso uso.

O leite de soja associado a outros elementos presta-se, às maravilhas, como substituto do leite de vaca, nos casos em que manifestações alérgicas provocadas por este último indicam a sua eliminação da dieta habitual.

Em tais casos já se utiliza nos Estados Unidos uma emulsão preparada com água, grãos macerados, óleos, dextrose, fosfato e carbonato de cálcio, cloreto de sódio (mull soy).

A farinha de soja representa até o momento o único produto alimentar cujo uso tende cada vez mais a entrar no terreno prático.

Os aperfeiçoamentos introduzidos em sua preparação permitem a obtenção de produtos refinados, perfeitamente apropriados ao fabrico do pão, biscoitos, bolos, lalharim e outros pastificios.

A inclusão da farinha de soja n'esses produtos permite enriquecê-los com substâncias de valor nutritivo superior ao da própria farinha de trigo. Para que possam ser apreciadas as vantagens nutritivas da soja passamos a transcrever o resultado das análises de farinhas de diversas procedências, feitas pelo químico Salatiel da Mota no Laboratório do "SAPS".

PERCENTAGENS DOS ELEMENTOS NUTRITIVOS E RESÍDUOS PURÍNICOS DO GRÃO DE SOJA E DOS ALIMENTOS MAIS COMUNS (MATAGRIN)

Alimentos	Proteínas	Hidratos de carbono	Gorduras	Minerais	Calorias	Resíduos purínicos
Grão de soja	35,5—42,8	25,8—28,0	18,7—20,0	4,1—5,3	4,55—4,71	0,2
Carne de vaca	16,5—18,0	0,0	4,5—22,5	1,1—1,8	2,68	2,5
Fígada de vaca	—	—	—	—	—	3,3
Casteleta de carneiro	14,7	0,0	10,7—24,9	1,5	2,87	1,2
Toucinho	8,9	0,0	52,6—57,0	0,2	5,95	1,3
Aves	17,8	0,0	8,8—9,6	1,2	1,46	1,5
Peixes de água doce	14,3	0,0	3,4	1,4	1,18	1,4
Salmao	15,7	0,0	8,4	1,4	1,45	1,5
Leite de vaca	3,6	0,0	3,9	0,7	0,72	0,2
Ovo de galinha	12,4	—	10,8	0,5	1,37	0,3
Arroz (em grão)	8,0	79,0	3,0	3,1	3,60	0,3
Trigo (em grão)	10,9	73,0	1,5	3,1	3,60	0,3
Aveia (em grão)	14,3	67,0	1,5	3,0	3,55	0,6
Milho (em grão)	10,2	72,1	3,1	2,8	3,63	0,3
Batata	2,4	22,5	0,5	1,1	2,80	0,2
Pão e massas	9,0	4,5	0,1	1,2	3,25	0,1
Leguminosa (média)	22,0	60,0	2,0	3,0	4,10	0,5
Frutas (médias)	0,8	11,8	0,4	1,0	0,7	0,0

FARINHA DE SOJA INTEGRAL
VARIÉDADE AKSARBEN — HORTO DE SÃO SIMÃO

ENSAIOS	ÁGUA.	CINZAS	PROTÍDIOS	LIPÍDIOS	GLICÍDIOS
1	9,57	5,02	41,1	21,73	Par
2	9,66	5,05	41,1	21,84	
3	9,65	5,04	41,5	22,44	diferença
Média	9,62	5,04	41,2	22,00	22,14

FARINHA DE SOJA INTEGRAL
VARIÉDADE LIO — SOI DELTA SOCIEDADE COMERCIAL LTDA.

ENSAIOS	ÁGUA	CINZAS	PROTÍDIOS	LIPÍDIOS	GLICÍDIOS
1	8,36	4,97	46,00	19,60	Par
2	8,29	4,77	45,66	19,36	
3	8,28	4,92	46,69	19,58	diferença
Média	8,31	4,88	46,11	19,51	21,19

Como se vê, a composição química acima exposta mostra imicemente pequenas variações, que não chegam a comprometer as virtudes alimentares da leguminosa em aprêço. Com as duas farinhas descritas foram preparados pães, biscoitos, bolos, talharim, etc.

Três experiências de panificação tivemos ocasião de realizar. A primeira na padaria do "SAPS" e as outras duas na padaria experimental da "Standard Brands of Brasil Inc." 900 pães de 50 grammas cada um, foram preparados de trigo e soja nas seguintes proporções: 5, 10, 15 e 20%. Posteriormente foram feitas mais duas experiências, desta vez na padaria experimental da "Standard Brands", em vista de impedimento na padaria do "SAPS", motivado pela sua reforma. Os resultados foram inteiramente favoráveis tanto no que toca à panificação como à aceitação para os tipos de 5 e 10%.

O produto apresentado revelou côdea bonita, com um tizado amarelo-ouro, possuindo a fragrância e sabor do pão comum. O mesmo entretanto não se verificou para os tipos de mistura acima de 10%. Revelaram côdea escura e massa compacta. Além disso notava-se certo trazo amargo, característico da leguminosa. Esse inconveniente, todavia, parece ficar completamente sanado com o recente processo norte-americano, que consiste em tratar a farinha pelo vapor e secagem, método ainda não pôsto em prática em nosso meio.

A última experiência de panificação foi realizada com o emprêgo de farinha de soja de baixo teor lipídico, por sugestão de um membro dessa Comissão, o Dr. Ruy Coutinho. Utilizamos nesta úl-

tima experiência a farinha Stohley, cujo teor de gordura não excede de 7%. Os resultados mostraram que a citada farinha se presta ainda melhor à panificação que a de alto teor lipídico. Transcrevemos abaixo os resultados dos pesquisas sobre o enriquecimento do pão com farinha de soja de alto teor de gordura nas percentagens de 5, 10, 15 e 20%. Não foram realizados ensaios de laboratório com o segundo tipo de farinha. Mas os resultados obtidos com a primeira conferem ao pão um lugar de destaque entre os agentes de correção alimentar. Tratou-se de pão enriquecido por processos naturais e cujos índices de proteínas e sais minerais preponderam sobre o pão branco, comum, cuja carência é manifesto.

As pesquisas de Laboratório obedeceram à seguinte técnica:

Água, por desidratação em estufa a 105°.

Cinzas ou Sais Minerais totais, por incineração em forno de mufla em temperatura do vermelho incipiente.

Protídios, pelo processo de Kjeldahl ou Nitrogênio Multiplicado fator 6,25.

Lipídios, ou extrato etéreo, por extração em balão de Soxhlet.

Glicídios, por diferença.

Galio, por precipitação pelo oxalato.

Fósforo, pelo método de Lorentz.

Ferro, por técnica colorimétrica de Snell, modificando.

As tabelas abaixo mostram os resultados obtidos, todos os valores representando grammas por cento.

PÃO SOJA 5%

Ensaio	Água	Cinzas	Protídios	Glicídios	Lipídios	Cálcio	Fósforo	Ferro
1	31,47	1,76	11,59	—	0,451	0,037	0,148	0,00384
2	31,86	2,03	12,05	—	0,879	0,037	0,150	0,00385
3	31,49	2,06	11,69	—	—	0,026	—	0,00383
Médio	31,60	1,95	11,77	54,02	0,665	0,033	0,149	0,00384

Nota: — Todos os valores nestas tabelas representam grammas por cento

PÃO SOJA 10%

Ensaio	Água	Cinzas	Protídios	Glicídios	Lipídios	Cálcio	Fósforo	Ferro
1	36,16	2,00	11,25	—	1,02	0,031	0,124	0,00359
2	35,08	1,95	11,53	—	—	0,031	0,122	0,00358
3	35,27	2,03	11,13	—	—	0,031	0,124	0,00354
Média	35,50	1,99	11,30	50,19	1,02	0,031	0,123	0,00357

PÃO SOJA 15%

Ensaio	Água	Cinzas	Protídios	Glicídios	Lipídios	Cálcio	Fósforo	Ferro
1	33,05	2,13	12,71	—	1,913	0,236	0,120	0,0033
2	33,28	1,82	12,68	—	1,675	0,021	—	0,0029
3	—	1,82	12,61	—	—	—	—	0,0029
Média	33,16	1,92	12,66	50,47	1,079	0,028	0,120	0,0030

PÃO SOJA 20%

Ensaio	Água	Cinzas	Protídios	Glicídios	Lipídios	Cálcio	Fósforo	Ferro
1	34,54	2,03	13,33	—	2,57	0,028	0,100	0,0036
2	32,55	2,34	13,20	—	—	—	0,114	0,0043
3	—	—	13,27	—	—	—	0,109	0,0043
Média	33,54	2,18	13,26	48,45	2,57	0,028	0,108	0,0040

Como sabemos, a variação do teor em água do alimento faz com que variem os teores de todos os outros princípios imediatos numa razão inversamente proporcional; em outras palavras, quanto maior for a percentagem de água, menores serão as de cinzas, protídios, lipídios e glicídios. Assim, visto terem os tipos de pães em estudo apresentado per-

centagens de água diferentes, foi calculada a seguinte tabela, com base em teor de água médio, que permitirá estudo comparativo mais exato dos diversos valores. As diferenças para menos encontradas nas taxas dos sais minerais devem ser levadas à conta dos métodos de pesquisas utilizados.

PÃO	ÁGUA	CINZAS	PROTÍDIOS	LIPÍDIOS	GLICÍDIOS
5%	33,45	1,90	11,45	0,647	52,56
10%	33,45	2,05	11,66	1,05	51,78
15%	33,45	1,91	12,60	1,78	50,25
20%	33,45	2,18	13,18	2,57	48,51

O trabalho analítico foi executado sob a direção do químico Salatiel Mota com a colaboração dos seguintes laboratoristas: Paulina Petterle, Dorival Veloso, João de Andrade, Laeres Bastos.

As pesquisas acima anunciadas permitem evidenciar o enriquecimento da farinha de soja, em qualquer das percentagens acima indicadas revela possuir não só aumento da coza protéica senão também aumento do teor ferrico. Não foram feitas pesquisas de outros elementos, como por exemplo, as vitaminas por ser principalmente o estudo da questão protéica o objetivo de se trabalho.

As experiências culinárias com a soja não se limitaram a pão. Foram estudadas outras preparações, tais como biscoitos, bolos e farinha.

A preparação de biscoitos e bolos em proporções até 50% foi bem sucedida, nada se opondo à generalização do seu uso. O mesmo não se pode dizer da farinha, cuja preparação se afasta do tipo comum aceito pela população quanto às suas propriedades organolépticas. Quanto ao uso da soja sob outras formas, além das estudadas, julgamos que até o presente momento, ainda indica difficilmente poderá adaptar-se ao nosso paladar.

A difficuldade entretanto não parece ser irremovível. Um pouco de atenção ao problema por parte dos nossos técnicos agrícolas levará, por certo, à obtenção de um produto ideal. Ainda recentemente recebemos de São Paulo por gentileza do Dr. Artur Torres Filho, amostras de uma variedade especial, cultivada pelos japoneses, cujo emprego sob a forma de feijão comum pouco difere das outras leguminosas, empregadas na culinária brasileira.

Conclusões

1) Na conjugação de esforços de toda a ordem que se vai processando no Brasil por defesa da nutrição e da saúde do povo, um dos pontos básicos é o da criação de novos recursos alimentares, especialmente daqueles que vão ao encontro das exigências biológicas e econômicas das coletividades. Hoje, já não se pode deixar de reconhecer a necessidade de se promover a procura de métodos para certas proteínas de origem

animal, de obtenção cada dia mais onerosa, pelas proteínas de origem vegetal de alto valor nutricional, com a soja. Basta lembrar as consequências resultantes do último conflito, em que a inclusão da leguminosa evitou o aparecimento da carência protéica entre os exércitos beligerantes naquelas regiões em que as reservas alimentares animais se tornaram escassas.

2) A soja está fadada a ser um grande tema nacional. Trata-se de uma leguminosa cujo valor nutricional não se resume unicamente na presença em quota apreciável de substâncias protéicas, mas na qualidade dos seus ácidos aminados. Entre as proteínas da soja inclui-se a glicina, a que a leguminosa em estudo deve o seu conceito dietético.

3) As experiências que vêm sendo realizadas na Comissão de Estudos Técnicos do "SAPS" com o concurso dos seus órgãos de pesquisas, evidenciam a possibilidade da inclusão de sua leguminosa, sob a forma de farinha integral em teor até de 10% de mistura no trigo, para o fabrico do pão, obtendo-se produto de sabor e aspecto agradáveis, de valor nutritivo superior ao pão comum.

4) O emprego sob a forma de farinha estende-se também a outras preparações culinárias, tais como bolos, biscoitos, etc., em cujas massas pode entrar em teor até de 50% com resultados plenamente satisfatórios.

5) A farinha de soja aconselhável na prática culinária tanto pode ser a de alto como a de baixo teor lipídico, sendo que as experiências realizadas demonstram ser esta a última a que melhor se presta para a panificação.

6) A utilização das variedades de soja que motivaram as nossas experiências em outras aplicações alimentares que não as indicadas apresenta-se na prática difficilidade em virtude do paladar amargo que a leguminosa possui. Merece entretanto especial registro o esforço desenvolvido pelos nossos técnicos agrícolas no afã de produzir variedades especiais dessa leguminosa com intuito de garantir o suprimento protéico, sem os inconvenientes que a tornam de difficil adaptação ao nosso paladar. Nesse particular devemos assinalar as experiências culinárias

que realizamos com uma variedade de soja, de identificação botânica para nos desconhecida, obtida na Cooperativa de Colia, Estado de São Paulo, graças à gentileza do Dr. Artur Torres Filho, ilustre Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

A utilização dos grãos secos da citada leguminosa, tal qual tivemos a oportunidade de degustar em sopa, pirão e salada, representa mais um valioso complemento dietético. Uma particularidade deve ser citada: é que a soja nessas condições aumenta de cinco vezes o seu volume após cocção.

7) O leite de soja, cuja industrialização seria de desejar, poderia em certas circunstâncias substituir o leite de origem animal.

8) Por último, aprez-nos assinalar que ao "SAPS" cabe a primazia de ser o primeiro estabelecimento oficial do País a incorporar a soja, sob a forma de farinha, à carta alimentar do trabalhador, na defesa da seu maior patrimônio, que é a saúde.

BIBLIOGRAFIA

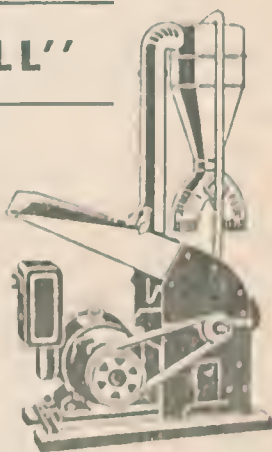
- 1) FULVIO BOTARI — 1.^a edição 1932.
- 2) Citado por DIES — Soy Beans — Gold from the Soil MAC MILLAN — 1943
- 3) PIPPER C. V. and WORSE W. J. — the soybean — 1923.
- 4) HENRIQUE LÓBBE — A cultura da soja no Brasil — Publicado pelo Ministério da Agricultura — 1938
- 5) HENRRY C. Sherman in Essentials of Nutrition — 1943
- 6) J. B. GRIFFING — Inoportância da soja para o Brasil — Conferência feita na Escola de Agricultura do Recife

MOINHO A MARTELOS

"BELL"

Para moagem econômica de milho, outras cereais e forragens.

Força necessária — 2 a 10 H.P. apenas, conforme o tamanho do moinho.



INDISPENSÁVEL A TODO CRIADOR

COMPANHIA AUXILIAR DE VIAÇÃO E OBRAS

Rua Santa Luzia, 685 - 10.^o - Rio de Janeiro
Rua 24 de Maio, 239 - São Paulo

7) MOURA CAMPOS — Considerações em torno do valor biológico de alguns alimentos simples e associados.

8) J. D. GRAY — All about the soja — bean.

9) Já citado

10) MATAGRIN — Le soja e les Industries du Soja — 1939.

PROFISSIONAL DA AGRICULTURA

O Decreto-lei 8.127 de 21 de outubro de 1945, considera profissional da agricultura:

a) A pessoa natural ou jurídica que exerça atividade rural em qualquer de suas formas: agrícola, extrativa, pastoril, ou de indústria rural;

b) o técnico ligado a essas atividades;

c) o proprietário, o arrendatário e o parceiro de estabelecimento rural

§ 1.^o Estabelecimento rural é o imóvel destinado ao cultivo da terra, à extração, à invernagem ou engorda de

animais e a criação, à recriação, a extração de matérias primas de origem animal e vegetal e à industrialização conexa ou acessória dos produtos derivados dessas atividades.

§ 2.^o As indústrias rurais compreendem:

a) a extração, a colheita, o beneficiamento, e transformação e o preparo dos produtos agro-pecuários e de matérias primas de origem animal e vegetal;

b) o aproveitamento, pelo preparo ou transformação, dos seus subprodutos.

A Cultura do Maracujá Peroba

Pimentel Gomes
Eng. Agrn.

O maracujá, *Passiflora edulis*, é uma trepadeira bastante conhecida ao norte do Rio de Janeiro, sendo encontrado em muitos dos seus sítios e chácaras. Não existem, porém, grandes culturas, culturas sistemáticas desta planta, ao contrário do que acontece na Austrália. Os australianos verificaram, mais cedo do que nós, as possibilidades extraordinárias do maracujá-peroba. Publicaram várias e interessantes monografias a respeito. Fomentaram a cultura. Transformaram o nosso modesto e brasileiríssimo maracujá-peroba numa cultura de primeira ordem, uma espécie de parreira tropical.

Precisamos de aproveitar melhor uma das nossas mais interessantes plantas. Tenho encontrado o maracujá-peroba vegetando muito bem do Distrito Federal ao Acre. Em Pernambuco, Paraíba, Ceará e Bahia há plantas magníficas, produzindo com estranha abundância. No Acre, o seu desenvolvimento é magnífico. No Jardim Botânico do Rio de Janeiro, estou agora plantando a *Passiflora edulis* com sementes provenientes do Acre. Acredito que o maracujá peroba possa ser cultivado em todo o Brasil, com exceção dos trechos mais frios, pois, certamente, não resistirá os invernos de São Joaquim, Santa Catarina, com suas mínimas de 15 graus abaixo de zero.

Tenho-o visto em muitos tipos de solo; mas sílico argilosos e argilo-silicosos profundos, não alagadiços, são os melhores. Tive, porém, boas plantações em solos sílico-limosos no horizonte A e argilo-silicosos no horizonte B, no litoral paraibano. As terras de encosta voltadas para o norte são ótimas também para esta cultura.

A multiplicação é feita por meio de sementes reticadas de frutas grandes e completamente maduras, colhidas em plantas saudáveis e muito produtivas. Deixam-se as frutas murchar bem. Retiram-se as sementes, que devem secar à sombra, em cauteiros bem preparados.

Ara-se e gradeia-se enfiadamente o terreno. Abre-se covas com o compasso de 3 metros por 6, com muita antecedência, covas grandes de uns trinta a quarenta centímetros uns três dimen-

sões. Aduba-se bem com estrume de curral, cinza vegetal, terriço.

Mudam-se as plântulas quando tiverem uns dez centímetros de altura, em dia úmido.

Enfileiram-se as estacas ao longo das linhas de plantação e estendem-se sobre elas quatro a cinco fios de arame liso, como se se tratasse de plantação de parreiras.

Deixa-se crescer, de início, apenas uma haste principal até alcançar o pri-



Maracujá Peroba ou "Redondo" — *Passiflora edulis* Sims Seg. Bailey — "Stand. Cycl. Hort." (Reproduzida de "Frutas Indígenas", de F. C. Hoehne, Diretor do Instituto de Botânica de S. Paulo, 1930)

meiro arame. Permite-se então o esgalhamento. As rammas vão sendo distribuídas sobre os fios.

A colheita é iniciada no ano seguinte. A produção é abundante e as frutas encontram mercado amplo, pagando bem. Prestam-se a importante indústria de bebidas e podem ser comidas em natureza ou utilizadas no preparo de refrescos e sorvetes deliciosos.

Outras informações e algumas sementes com o autor, no Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.

(Comunicado do Serviço de Informação Agrícola Ministério da Agricultura).

Noticiário da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello"

Semana do Hortelão:

O Dr. Antônio de Arruda Câmara, diretor da E. H. W. B., aprovou o plano da "Semana do Hortelão", elaborado pelo Professor Geraldo Goulart da Silveira.

A "Semana do Hortelão", que sera pela primeira vez realizada na "Escola de Horticultura Wenceslão Bello", terá o patrocínio e o valioso auxilio da Fundação Getúlio Vargas.

Para a realização da "Semana do Hortelão" foi fixado o periodo de 5 a 10 de julho de 1918.

Cursos Práticos:

Estão sendo realizados, no periodo de abril a junho, nove Cursos Práticos em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas.

É a seguinte a relação dos Cursos Práticos planejados pelo Professor Geraldo Goulart da Silveira, elemento de ligação entre a S. N. A. e a F. G. V.: Fuxertia, Botânica Agricola, Reflorescimento, Zoologia Agricola, Contabilidade Agricola, Hortas Domésticas, Economia e Administração Rural, Floricultura e Organização de Herbários.

Nos cursos acima referidos estão matriculados 281 candidatos.

Curso de Técnico em Educação Rural:

O Sr. Ministro da Agricultura designou o Agrônomo Economista Rural Antônio de Arruda Câmara, diretor da E. H. W. B., para professor de Economia no Curso de Técnico em Educação Rural, da D. C. A. E. E.

Curso de Extensão de Fruticultura:

Está sendo realizado aos domingos, na E. H. W. B., em colaboração com a Universidade Rural, um novo Curso de Extensão de Fruticultura, com 57 alunos matriculados.

São professores do referido curso, os engenheiros agrônomos Geraldo Goulart da Silveira e Jaluírez Guimarães Gomes.

Designação de professores:

O Sr. Ministro da Agricultura designou para professores do Curso Avulso de Horticultura, da Universidade Rural, que está sendo ministrado na E. H. W. B., os seguintes técnicos: Engenheiro Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, Engenheiro Agrônomo Subael Magalhães da Silva, Engenheiro Agrônomo Jaluírez Guimarães Gomes e Professor Pedro Goulart da Silveira Filho.

Cursos Regulares da E. H. W. B.:

O Dr. Antônio de Arruda Câmara, Diretor da E. H. W. B., comunicou ao Presidente da S. N. A., que tiveram inicio, dia 22 de março, as aulas dos Cursos Regulares da E. H. W. B.

O intermito foi, este ano, grandemente ampliado, graças à subvenção que a Fundação Getúlio Vargas, houve por bem conceder à E. H. W. B.

PEQUENO VOCABULARIO PORTUGUES — INGLÊS DE

Terminologia Agrícola

O Sr. D'Almeida Guerra Filho, socio desta Sociedade e estudioso de nossas questões agricolas, acaba de dar a lume um interessante opúsculo sobre o tema acima. É mais uma valiosa contribuição que as nossas letras rurais lhe ficam a dever.

Teve o Sr. D'Almeida Guerra Filho a gentileza de colocar à disposição dos seus consócios, na Sociedade, alguns exemplares de sua publicação, para distribuição gratuita áqueles que o solicitarem.

Esse oferecimento, "A Lavoura" tem o prazer de transmitir aos seus assinantes e socios da S. N. A.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

sessão da diretoria em 25 de maio

Centenário de Ennes de Sousa — Posso do General Anópio Gomes no Conselho Federal de Comércio Exterior — Bento do Abreu Sampaio Vidal — Semana Ruralista do Campos — Transmissão da Propriedade rural no Estado do Rio — Matadouro de Três Rios — Imposto territorial

Com grandes concorrência, reuniu-se ontem o Diretorio da Sociedade Nacional de Agricultura. Da ordem do dia constavam assuntos de immediato interesse para as praduares do Estado do Rio, o que trouxe a reuniao as elementos mais representativas da agricultura e pecuária fluminenses dentre os quais. Dr. Teixeira Leite, Secretário da Agricultura, Deputado Federal Eduardo Duvivier, Deputado Estadual Bernarda Belo, Dr. Armênio Rocha Miranda, pela Campanha Centras Pastaris do Brasil, Dr. Carlo Guinle, Sampaio Fernandes, Carlos de Almeida e Sousa, Dr. A. de Barros Corvalho, representando a Associação Fluminense de Exposições Rurais, de Barra da Piraí; Luís Augusta Tiago da Silva, N. Iguaçu; Alberto Ravonche, Inácia Rangel de Marins Coutinha, de Ria Bonita; Olinto Arogão, de São Gonçala; Álvaro C. Castra, Sebastião Lutterbaen Sabrinha, da Carmo; Deputada Vasconcelos Tôrres, Carnélia Maura Milward Azeveda, de Barra Mansa; Daniel Marcondes Finlay; Fi G. Steinemann, par si e por Antônio Paciolo, proprietário do Matadouro de Três Rias; Paula Parreiras Harta, Mária de Oliveira, Julião Nagueiro, pelo Sindicato das Industriais da Açúcar e da Álcool, de Campos; Alexandre Pallostri Filha, pela Associação Comercial e Agrícola de Barra Mansa; Francisca Sates Meneses, Jerônimo Antônio Coimbra, representante da pecuária na Comissão Central de Preços; José Antônio Alves, pela Emprêso Agrícola e Indústria Fluminense; Zozima Lóis Pereira, pela Cooperotiva Agrícola de Sacra Família, Lincolu Griaos de Marais, Guilherme Egberta Hermsdorf.

O Prof. Artur Tôrres Filho, que presidiu à sessão, disse que, apesar de se ir tratar de assunto especial, contuda a sessão era ordinário e, por isso, desejavo, antes, dizer algumas palavras a respeito de vários assuntos da instituição.

Comunicou que, a 6 de maio deste ano, comemorou-se o centenário do nascimento de Antônio Ennes de Sousa, fundador da Sociedade e seu primeira presidente. Referiu-se aos traços principais da personalidade do illustre maranhense, vários vezes diretor do Caso da Moeda, professor da Politécnica, engenheiro illustre e republicano extremado. Informa que, quando se comemorou o

cinquentenário da Sociedade fez inaugurar no seio a seu retrato a óleo, cunhou uma medalha comemorativa em três metais com a sua effigie e fez publicar, juntamente com as de outros presidentes da Casa, a sua biografia. Quando do inicio das obras do "Caso da Agricultura", a Sociedade, ainda este ano, lhe prestará ainda outras mercedas homenagens.

Comunicou depois, o Dr. Tôrres Filho que, por ocasião da posse do General Anópio Gomes, do Conselho Superior da Sociedade, como Diretor Geral do Conselho Federal do Comercio Exterior, manifestou em discurso a esperança de que, em vista das provas que tem dado a illustre militar do perfeito conhecimento dos nossos problemas economicos, muito se poderá esperar do trabalho daquele Conselho em favor da nosa produção.

O Sr. Artur Tôrres Filho, consignou o apóio prestado que tem a Sociedade recebido de centenas de associações rurais de todo país pela indicação, que fez ao Sr. Presidente da Republica — que o acalheu — da nome do Dr. Edgard Teixeira Leite, seu Vice Presidente para integrar, como representante da agricultura, a Comissão Consultiva de intercâmbia Comercial com o Exterior, recentemente instalada na Banca do Brasil. Explica o Sr. Tôrres Filho que, mais do que uma indicação, trata-se de uma recondução, de vez que o illustre fluminense e antigo parlamentar, há mais de dois anos, vinha exercendo a mesma função em órgãos semelhante, até aqui existente naquele estabelecimento, substituída pelo recentemente criado.

O Sr. Tôrres Filho solicitou ainda, com aprovação geral, um voto de profunda pesar pelo falecimento, em São Paula, do Sr. Bento de Abreu Sampaio Vidal, agricultor progressista e antigo presidente da Sociedade Rural Brasileira daquele Estado. Teve palavras de grande apreço para com o illustre brasileiro desaparecido, o quem chamou, além de grande ruralista, de clador de cidades, pois que Marilia, hoje uma dos mais prósperas cidades paulistas, foi pelo mesmo fundado.

Fez ainda algumas referências à recente Semana Ruralista realizada em Campos, e à qual a Sociedade deu todo o seu apóio, bem como à fundação da Associação Rural de Campos, que foi um dos melhores resultados do dito certame, esperando que o rico município fluminense, aparelhando esse novo órgão, alcance resultados ainda mais positivos na terrena da lavoura e da indústria.

A seguir, explicou que a convocação foi feita tendo como ordem do dia a recente legislação fiscal do Estado do Rio, na qual sobresai, a lei de transmissão de propriedade, que consigna dispositiva a

Seu ver perigoso, por anegar ainda mais a própria cidade rural, a que redundará em desestímulo a produção, produção esta que devera, ao contrário, ser fomentada ao máximo.

Deu a palavra ao Agrônomo Sr. Armenio da Rocha Miranda, que expõe aos presentes vários aspectos da referida lei, começando por informar que dentro do bojo da lei n.º 49-A de Dezembro do ano passado, que altera disposições da impôsta de transmissão "inter vivos", depara-se o artigo 14 e seu § 2.º, do teor seguinte: "O impôsta de transmissão incide também sobre as imóveis de propriedade de pessoas jurídicas, quando permaneçam no patrimônio desta por período superior a 33 anos, cobrando-se-lhe a taxa de 4%". O § 2.º diz que para imóveis que há 33 anos, ou mais, estejam incorporados a qualquer título ao patrimônio de **pessoa jurídico**, o impôsta é devido no data em que entra em vigor esta lei, pela primeira período contandose os demais, a partir do dia imediato, para os incorporados adquiridos há menos de 33 anos contom-se os períodos a partir da data da incorporação ou aquisição".

Mostrou o Sr. Rocha Miranda as graves consequências que advirão para a economia rural do Estado de tais dispositivos, e outras que citou, bastando que se diga que há casos em que o proprietário terá de pagar, imediatamente, 200 mil de cruzeiros, de impôsta, que incidiu sobre a propriedade, nos 33 anos decorridos, sem o seu proprietário saber, pois que a lei retorque, por igual e espaço de tempo! Facilita ainda o Sr. Armenio Rocha Miranda várias outras aspectos, como o do reflexo, por que tanto se interessa agora a governa fluminense, a incerteza em que ficará o proprietário sobre o impôsta a pagar, pois que este será calculada na taxa de 4% sobre o valor atribuído aos bens ao fim de cada período de 3 anos". E então pergunta: qual o valor de uma propriedade, findo um período tão longe? a territorial, ou o de uma avaliação feita pela fisco? A seu ver, constituiria tal impôsta uma verdadeira letra aceita com prazo de vencimento fixo, mas com a débito em branco.

Por fim, apresentou a Mesa sugestões, escritas, que não lidas, passando a falar, em seguida, o Sr. Deputado Estadual Bernardo Bela, representando o sócio e agricultor Joaquim Simões de Araújo, da Cidade do Carmo. Começa S. S. explicar que, estando presente às sessões da Câmara nas quais se tratou da materia, manifestou-se desde logo contra essa lei, não só pelos efeitos anti-econômicos, mas, principalmente por considerá-la anti-constitucional. Dá as razões por que assim pensou e procedeu, por que não pode admitir que passa haver um impôsta de transmissão de propriedade quando a propriedade não se transmitiu, por qualquer modo. Se na ocasião que o assunto voltar ao

legislativo estadual, lá se encontrar como deputado, informa à Sociedade, será favorável à revogação desta lei.

O Deputado Eduardo Duvivier analisou a lei sob o ponto de vista constitucional, consideranda-a como seu antecessor no tribuna, também contrário a nos a Carta Magna.

O Dr. Olimpio Saturnino da Silva Pinto, presidente da Associação Rural de Campos, notou que a seu sentir é contrário aos referidos dispositivos da lei fluminense, que atentam contra o direito de propriedade, criando a incidência do impôsta de transmissão **inter-vivos** de propriedade imóvel de em um caso que, permanecendo a imóvel no patrimônio da mesma pessoa, não há **transmissão** de bens de uma pessoa a outra, caso único, em que é autorizado o impôsta pela Constituição Federal. (Art. 119, III).

O Sr. Julião Nogueira, representante do Sindicato dos Industriais de Açúcar e de Alcool de Campos, encostou as palavras de ordem que o precederam, concluindo também pela inconstitucionalidade do lei n.º 49-A, a qual, a seu ver, está completamente fora de duvida, cobrindo ao Poder Judiciário, caso seja revogada, decretá-la para evitar o completo aniquilamento da industria no Estado do Rio.

Vários outros oradores se fizeram ouvir, no mesmo sentido, tendo o lavrador Sr. Inácio Rongel de Marins Coutinho, de Rio Bonito, aproveitado a ocasião de se achar presente a Sr. Secretaria da Agricultura do Estado do Rio, para mostrar a quanto ficaram oneradas as propriedades rurais do Estado, com o novo lançamento do impôsta territorial, aumentado em grande proporção. Este impôsta é hoje de 2% sobre o valor da propriedade e, assim enquanto pagava, o ano passado, Cr\$ 2.400,00 de impôsta pela sua propriedade, pagara o pagar agora Cr\$ 14.800,00 isto sem contar as vendas em consignação, a impôsta de renda, etc.

O Sr. Teixeira Leite informou que a próprio Governu fluminense reconheceu que o aumento da lei n.º 41, de 2 de dezembro de 1947 foi demasiado, tanto assim que atendendo as reclamações, sancionou a lei n.º 114, de 20 de abril deste ano, atenuando um pouco o excesso, e permitindo, conforme o caso, um desconto de 20 a 40% nos atuais lançamentos.

O Sr. Marins declarou que a Caletaria do Rio Bonito desconhece essa lei, tanto assim que insiste na cobrança pela lei n.º 41, ao que o Sr. Teixeira Leite responde autorizado o lavrador a procurá-lo pessoalmente.

O Sr. Luis Augusto Tiago da Silva, do Iguaçu, pediu licença para falar com toda a franqueza, há mais de trinta anos é lavrador e vai deixar a profissão, por não poder suportar mais as embora

ços da toda ordem, inclusive os fiscaes, que tolhem a sua atividade. Cita o caso da laranja, referindo que os compradores desta Capital estão abandonando as compras, no seu municipio por lhe ser mais conveniente adquirir laranja em Santa Cruz e Campo Grande, onde os fretes e impostos são mais baixos. A laranja apodrece, diz, enquanto se introduz no mercado nacional, suca de laranja com nome estrangeira, e onde tudo e estrangeiro, isto é, rótulo!

O Sr. Teixeira Leite unctou a informação de que o Estado do Rio é um Estado privilegiado, porque a sua posição geográfica a coloca como que abdicando o Distrito Federal. De lá vem para o consumo na Capital o sal, o açúcar, as geras e a primeira necessidade, principalmente da pequena lavoura. Mas, e tem o privilegio da proximidade do mercado, tem contra si a medida restritiva, o tabelamento, deixando o produtor em situação precaria, como e o caso do leite e dos outros generos. Chagou-se a ver a população do Distrito Federal com um sal mais barato do que custa ao produtor de Cabo Frio por preço inferior ao que corre em Campos, arroz, sorgo, açúcar, mais barato do que custam no Rio Grande e em Pernambuco respectivamente. De forma, que, como fluminense e agricultor, deseja ver abolida, ou pelo menos em decréscimo constante a oneração da produção no Rio, evidentemente, não é possível, pois que o Estado precisa de numerário para manter o seu maquina administrativa, para conservar e abrir estradas, melhorando o quanto possível, por outros meios, a situação do produtor.

Não se encontra presente oficialmente pelo seu cargo, mas como Vice-Presidente da Sociedade e como fluminense, mas promete toda a sua simpatia junto ao Sr. Governador do Estado Sr. Coronel Edmundo Maciel Soares, que tambem e espirito aberto, acessivel e compreensivo, além de conhecer muito bem todas as dificuldades citadas na assembléa.

O Sr. Deputado Bernardo Belo voltou a falar, pedindo a atencão da Sociedade para o caso dos matadouros localizados nos centros de consumo quando, a seu ver, deveriam estar localizados nos centros pastoris. Cita um trabalho do Sr. Duvivier, a respeito das perdas enormes que o fornecimento de carne sofre na situação e pede a S. Excia. que o traga, como contribuição, a Sociedade. Vem a propósito a sua referéncia de iniciativa, que considera arrojada, da Sr. Antônio Paciello, que como o seu Matadouro de Três Rios, está prestando um grande serviço ao Estado.

O Sr. Duvivier endossou as palavras do Sr. Belo, declarando que a perda pode ser contada á razão de 1 quilo de carne por hora de viagem do gado em pé, e que essa perda, em Minas, foi avu-

liada em mais de Cr\$ 30 000 000,00 a nual mente.

O Sr. Frederico G. Steinemann comunicou a todos que a iniciativa da Sr. Antônio Paciello não pode ser opina circunscrita a esse aspecto, pois que há outro, de grande importância que cabe ao seu empreendimento, a fabricação de adubos para o que está sendo em execução instalações e aparelhamento de grande monta. O Sr. Teixeira Leite ouviu, com entusiasmo o empresário, que promete voltar em dia.

O Sr. Artur Torre, Filho delegou a representação da Companhia Centro Pastoral do Brasil Companhia Fazenda Reunida Normandia, Companhia Aliança Agricola, Julio Nogueira & Irmãos e Granjas Reunidas Rio Petropolis, além do Presidente do Conselho Nacional de Agricultura e Ministério da Agricultura e da instituição presentes, para apresentarem o memorial a Sr. Enviado do Executivo Fluminense.

Em seguida, foram encerrados os trabalhos.

MOVIMENTO DA SECRETARIA DURANTE OS MESES DE MARÇO - JUNHO

Correspondencia Recebido:

Telegramas	46
Officias	68
Cartas	52
Diversas	55
Total	221

Correspondência Expedida:

Telegramas	34
Officias	98
Cartas	26
Circulares	79
Total	237

Serviço de Fornecimentos: Distribuição gratuita de Sementes de Mucuna Preta e "Alay". Foram atendidas as seguintes pessoas. — Sr. Alcy Ferreira, Est. Rio — Sr. Emanuel Altberg, Est. Rio — Coop. Agro Pecuária de Quatis Ltda., Est. Rio — Grupo Escolar "D. Pedro II", Minas — Sr. Ronaldo R. Fittb, S. Paulo — Ctão, David Tropowsky Tauais, Sta. Catarina — Sr. George Proter, D. F. — Sr. Mauro Rodrigues Nogueira, D. F. — Prof. Augusta Goulart — G. Fraga, D. F. — Sr. Artur de Moura, D. F. — Sr. Fernando Loureiro, D. F. — Sr. Tomáas Fernandes, Est. Rio — Sr. Delfino Marques Guimarães, Est. Rio.

Foram propostos e accitos as seguintes socios: — Dr. F. Luis Wist, Eng^o e jornalista, D. F. — Sr. Arnaldo Cyraco de Oliveira Rocha, Carmo, Est. Rio — Profa. Julieta Capanema, D. F.

Novos Assinantes de "A Lavoura" — Sr. Finexto Ruben de Oliveira, D. F. — Ctão, Wilson Rezende Nogueira, D. F. — Dep. Nogueiras Falcão, D. F. — Dep. João Aguiar, D. F. — Almozari Jado Cereal do Estado do Paraná — American In-



ternational Association, D. F. — Associação Rural de Orleans, Sta. Catarina — Dr. Rui da Silveira Castro, Recife, Pernambuco — Sr. Waldir Gonçalves da Cunha, D. F. — Sr. Assaf Muci Daer, Est. Rio — Escola Profissional Agrícola Misto "Cangaço José Bento" — Tte. Otto de Faria, D. F. — Sr. Máario Fernando Figueira, Lisboa, Portugal — Guill van Den Bertwigh C. V., Maasniel Koermond, Holanda — Lilla & Irmãos, S. Paula — Mc Conn Erickson Corporation of Brazil, D. F. — Sr. Rafael Lumock do Monte, Recife, Pernambuco — Dr. Jarbas Peixoto, D. F. — Sr. Cláudio Feijó, Império, E. Rio

OFERTAS DE LIVROS DIVERSOS A BIBLIOTECA

— Dr. Alvaro Ornela de Sousa, Dir. da "Lavoura Arrozreira" da R. Grande da Sul, o livro "Recuperação da Terra pelas Adubação Verde"

— Do Inst. do Açúcar e do Alcool — 'Relatório sobre as Capitânias Conquistadas no Brasil pelos Holandeses (1639) — Suas condições econômicas e sociais por Adriaen van der Dussen — Tradução do Dr. José Antonio Gonçalves de Melo Neto.

— Dr. Carlos Bastos Tigre, Assistente Técnico do Serv. Agro Industrial do Dep. Nac. Obras Contra as Secas a Publicação N.º 147 Serie I-A, "A Horticultura nas Bacias de Irrigação dos Postos Agrícolas" Fortaleza, Ceará 1947.

— Dr. Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, envia "Relação do Inst. de Óleos, referente ao ano de 1947 apresentado ao Diretor do S. N. P. A. Do Serv. de Informação Agrícola — Pomares 1948

— da Vitória, Dr. Otto Lira Shrader — Horticultura, Serv. Inf. Agr. — As Brocas da Abroeira, Dr. José Soares Brandão Filho — O Precevejo rajado do Algodoeiro causador da redução das colheitas, H. F. G. Sauer — Espécies Horticolas, Dr. Itagiba Barçante — Doenças da Batata, Dr. Josué A. Deslante — Doenças e Pragas das Plantas de Horta, Dr. Constantina do Vale Régio, Dr. Jarmirez Guimarães Games e Dr. Goldino Brandão Alvim — Hortas para a Brasil, Dr. Renato de Sousa Aranha — Horta da Vitória, Trad. S. I. A. — Conserve-mos este Solo, trad. S. I. A.

— Dep. Fed. Lauro Montenegro, "O Trigo e a Reforma Agrária".

— Da Instituto Nacional do Pinho, "Programa de Ação e Orçamento para 1948" — Relatório Com Bras. Amer. Educ. Popul. Rurais — "Aspects of Current American foreign Policy" "Business Problems in Farming" — "Landscaping the Farmstead" — Lei Orgânica do Ensino Agrícola — "Unit Costs in a Selected Group of High-School Libraries" — Bol. da C. B. A. R. n.º 11, nov. — n.º 12, dez. 947 — Monthly Report vol. XXVIII n.º 1 maio 948

— Do Dep. Afr. dos Estados Unidos: — Studies on the

OFERTAS

— Do Dep. de Agricultura dos Est. Unidas — Studies on the origin of the icelandic Frola Rannokn á Vidnámsspathi íslencks sandfjar gegn Mædiveikinni — Rannoknir á Jurtajuskdomm — Leaflet n.º 119, 123, 623 — Farmers Bull. n.º 776, 1.378, 1.442, 1.663, 1.751, 1.891, 1.897, 1.881, 1.906, 1.984, 1.994 — Circular n.º 376, 761, 771 — Technical Bull. n.º 938, 952, P 86 de 1948, P 87 de 1948 — Report of the So-

— lictor 1947 — Report of the administrator of agr. Research 1947 — Life Insurance for Farm Families n.º 621

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

— Bol. Ass. Com. do Amanara — Ano VII, n.º 78 jan. 79 fev. de 1948

— Bol. da Leite, D. F. — Ano I n.º 9, 10, 11, de 1948

— Bol. Técnico do Inst. Agronômico R. Grande do Sul — n.º 2 dez. 1947

— Bol. Informativo da Ass. Com. Agr. Barra Mansa — Ano IV, n.º 25, 27 de 1948

— Bol. Ass. Rural do Vale do R. Grande Barretos — n.º 31, 32, 33, 34, 35, 36 e 37 de 1948

— Bol. Cons. Fed. Com. Ext. D. F. — Ano X, n.º 11, 12 de 1948

— Bol. do Ensino Agrícola, S. Paulo — Ano III, jan. fev. mar. de 1948

— Bol. F. A. R. E. S. P. — n.º 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40 e 41

— Bol. Ass. Rural de Café Xndia S. Paulo — n.º 1 dez. 1947.

— Bol. Soc. Coop. Ind. Pec. do Pará Ltda — Ano XV, n.º 67, 68 de 1947

— Bol. Econômico do D. F. — Ano 1948.

— Bol. Econômico do D. F. — Ano 1948.

— Bol. Seção de Fomento na Est. Pará — Ano 5, jan.-dez. de 1946.

— Bol. Sup. das Serv. da Café, D. F. — Ano XXII, n.º 247, 248 e 249

— Bol. Min. da Trab. Ind. Com. — Ano XIII, out. 1946.

— Bol. Informativo de Minas Gerais — Ano 948, n.º 1, 2 e 3.

— Bol. Informativo do Clube de Engenharia, D. F. — Ano VI, n.º 35 de 1948.

— Bol. Estat. do Inst. Bras. de Geogr., D. F. — n.º 20 out.-dez.

— Bol. Ind. Animol S. Paulo — Vol. 9 n.º 1/2 jan. 1947.

— Bol. Estatístico do Inst. Nac. da Sal. D. F. — Ano V, n.º 47 e 55 1947.

— Bol. Ass. Com. de Niterói — maio de 1948

— Bol. Rev. O Campo, D. F. — Ano 19, n.º 217, 218, 219 e 220 de 1948.

— Bol. Rev. Lavoura Arrozreira, R. Gr. Sul — Ano II, n.º 11, 12, 13, 14 e 15 de 1948.

— Bol. Agronômica R. Gr. Sul — Ano XI n.º 130, 131 e 132 nov.-dez. 1947 — n.º 133, 134 e 135 de 1947.

— Bol. Cooperativismo, D. F. — Ano II, n.º 16, 18, 20 e 22.

— Bol. Bragantia, S. Paulo — vol. VI, n.º 12 de 1946 vol. VII, n.º 1, 2, 3, 4 e 5 de 1947.

— Bol. Ceres, Minas — vol. VII, n.º 40 jan.-dez. de 1947.

— Bol. Cooperação Ceará — Ano VI, vol. XII, n.º 66 e 67 de 1948.

— Bol. Agric. e Pecuária, D. F. — Ano XIX, n.º 299 e 300 de 1948.

— Bol. Bras. de Economia, D. F. — Ano 2, n.º 1 de 1948.

— Bol. Soc. Rural Brasileira, S. Paulo — Ano XXVIII, n.º 130 e 131 de 1948

— Bol. Chácaras e Quintais, S. Paulo — Ano 39, vol. 77, n.º 1, 2, 3, 4, 5 e 6 de 1948.

— Bol. Agrícola, S. Paulo — vol. 24, n.º 3 e 4, 1, 2.

- Bol. Bras. de Panificação, D. F. — Ano XIII, n.º 150, 151, 152 e 153 de 1948.
- Bol. A Gronjo, R. Gr. Sul — Anu 3, n.º 29, 30, 31 e 32 de 1948.
- Bol. Clube de Engenharia, D. F. — vol. XVIII, n.º 137, 138, 139, 140 e 141.
- Bol. Liga Com. R. Janeiro, D. F. — Ano XII, n.º 171, 172, 173 e 174.
- Memórias do Inst. Osvaldo Cruz, Tomo 45, fasc. 2, Ano 1947.
- Anuário Est. do Prefeitura D. F. — Ano 1947.
- New Orleans Port Record — rev. 1948, março 1948.
- Experiment Station Record, U. S. A. — vol. 95, jun-dez. 1946.
- Bol. del Consorcio de Centros Agrícolas Monobit, Equador — Ano X, n.º 52, de 1947, — 53 de 1948.
- Agronomia Lusitana, Portugal — vol. 7 n.º 3 de 1945.
- Gonadaria, Lima — Ano 1, n.º 3.
- Research Bull., Ames Iowa — n.º 350, 351, 353 e 354 de 1947.
- La Technique Africaine Internationale, Suíço — Ano XVII, n.º 1 de 1947.
- Foam Science, Iowa — vol. 2, n.º 8 e 9 de 1948.
- Bol. del Onst. Nac. Investigaciones Agronómicas, Madrid — n.º 17 dez. de 1947.
- L'Unesco, Paris — vol. 2, n.º 1, 2, 3, 4 e 5, de 1948.
- Carta Quincenal, Valparaíso — n.º 56, 57, 58, 59, 60, 61 e 62.
- Neighbors, U. S. A. — vol. 4, n.º 1 de 1948.
- Gazeta das Aldeias, Lisboa — N.º 2.128 de 1948.
- British Science News, U. S. A. — vol. 1, n.º 4, de 1947, n.º 5, 6 e 7 de 1948.
- Bol. Informaciones Agropecuarias, Chile — n.º 66, 67, 68 e 69.
- Rev. Ass. Rural del Uruguay, Montevideo — Ano LXXV, n.º 12 dez. 1947, n.º 1, 2 e 3 de 1948.
- Rev. de la Federacion Rural, Montevideo — Ano 10, n.º 29 de 1947.
- Rev. de la Bolsa de Com., Montevideo — Ano 1, n.º 3, 4 e 5, de 1948.
- Ingeniero Agronómico, Argentina, Tomo 9, n.º 1, 2, de 1948.
- Bol. Americano, U. S. A. — Ano XII, n.º 594, 595, 596, 597 e 598 de 1948.
- Science News Letter, U. S. A. — vol. 53, n.º 13, 14, 15 e 16 de 1948.
- Foreign Agricultures, U. S. A. — vol. XII, n.º 1, 2 e 3 de 1948.
- Know Your Watersheds, n.º 67.
- Agricultura Técnica, Santiago — Ano VII, n.º 2 dez 1947.
- Informaciones Argentinas, n.º 10 e 11, de 1947.
- Report of the Third Session of Conference 947 U. S. A.
- Britain To Day, n.º 141, 142, 143, 144, 145 e 146.
- Revue Internationale du Travail — vol. LXII, n.º 5 e 6 nov-dez de 1947, n.º 1 e 2 jan-vel 1948.
- Bol. Informativo, Rep. Dominicana — Ano V, n.º 10 e 11, 12 e 13, de 1947 — n.º 15 de 1948.
- Preservation of Grains in Storage — F. A. O. F. A. O. N.º 6 maio 1948.
- Agricultura, Rep. Dominicana — Vol. XXXIX, n.º 177 mar-abr 1948.
- Gozette — vol. XLVIII, n.º 2.474.
- Comoro Oficial Com. Agr. Ind. Sto. Domingo — Rep. Dominicana.
- The Journal — vol. 137, n.º 1 maio 1948.
- New Orleans Port Record — maio-abril 1948.
- Produccion, Venezuela — n.º 40.
- El Exportador Americano, vol. 142, nuq. 4 abril 1948.
- Grondeiro, Peru, n.º 4 março de 1948.
- Cootes's Herd Book — vol. 92, dez. 1945-1946).
- Cotologue Botany — n.º 166 — 173.
- Biennial Report — 1944 — 1946.
- Foods used by Filipinos.
- Through Research to Better Farming, Virginia — n.º 330 jun. 1947.
- (Deport. de Agr. dos Est. Unidos. — Farmers Bull. n.º 776, 1.043, 1.060, 1.624, 1.646, 1.881, 1.934, 1.989, 1.993, 1.674.
- Tecnical Bull. 865.
- Circular 769, 780, 757 e 25.
- Leaflet, 160, 1.679.
- Bull. of the Conegie Inst. of Technology, n.º 1, series 42 de 1946.
- MiscelXnios, n.º 225.
- Journal of Agr. Research, vol. 76, n.º 3, 4 de 1946.
- Bull. Univ. Hawaii, n.º 7 de 1948.
- Do Cons. Int.º de Com. e Prod. — "Cubs y el Plan Marshall do Dr. Julian Añenes.
- Colombio, y el Plan Morcholl por Dr. Leonel Torres G. H.
- Bolivia y el Plan Marshall por Dr. Alfredo Oporto Crespo.
- La Argentina y el Plan Marshall por Dr. Jesus Prado Ararte e Abraham Sheps.
- Falecimento:** — Sr. Eduardo de Miranda Rheingantz socio efetivo n.º 3.975 proposta por Dr. Miguel Calman Du Pin e Almeida em 20.6.16.

Livraria Editora Coelho Branco

ENDEREÇO TELEGRÁFICO: — EDITOR — RIO, CODS. TELS. RIBEIRO, MASCOTTE E BRASIL. TELEGRAMAS: PELO "TELEGRAMA NACIONAL", "WESTERN TELEGRAPH", "ALL AMERICA CABLES" e "CABO SUBMARINO ITALIANO".

CORRESPONDENTES EM TODOS OS ESTADOS DO BRASIL E NOS SEGUINTE PAISES: ARGENTINA, URUGUAI, CHILE, PERU, VENEZUELA, CUBA, ESTADOS UNIDOS, PORTUGAL, ESPANHA, INGLATERRA, FRANÇA, ITALIA, ALEMANHA, BÉLGICA, PARAGUAI, HOLANDA E MÉXICO.

A. Coelho Branco J."

RUA DA QUITANDA, 9 — TELEFONE: 22-3631 — RIO DE JANEIRO

Escola de Horticultura "Wencesláo Belo"

1.^a Semana de Hortelão

5 a 10 de Julho de 1918

Realizada por iniciativa e sob a orientação da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA e da FUNDAÇÃO GETÉLIO VARGAS com a colaboração do SERVIÇO DE INGORMAÇÃO AGRÍCOLA.

GENERALIDADES

Início da Semana — Segunda-feira, 5 de Julho de 1918.

Fim da Semana — Sábado, 10 de Julho de 1918.

Regime — Internato e Externato, gratuitos.

Internato — Capacidade limitada a 25 homens.

Externato — Número ilimitado de pessoas.

Inscrição — Até 30 de Julho mediante pedido em carta ao Diretor da Escola.

Endereço — Toda correspondência postal ou telegráfica deve ser endereçada para a sede do estabelecimento; — Caminho Mario Angé 180 — Penha-Rio de Janeiro.

Acesso à Escola — Automóveis e ônibus 38 e 98 pela Avenida Brasil. De trem da E. F. Leopoldina, bond Penha e ônibus 36 e 37 acesso a pé pelas ruas *Hau-Costa Rica*.

Telefone — 30-11-33.

REGIMENTO INTERNO

As pessoas que ficarem sob o regime de internato obedecerão às normas seguintes pelos alunos internos da Escola:

a) levantar-se e recolher-se às 6 e 22 horas, respectivamente;

b) fazer as refeições no horário: — café 6,30 — almoço 11 — merenda 11 e jantar 18 horas;

c) frequentar, dentro do horário, as aulas;

d) não perturbar a disciplina;

e) manter estreitas relações de cordialidade e de cooperação.

As pessoas que ficarem sob o regime de externato ficam obrigadas às mesmas normas de disciplina cordialidade e cooperação.

PROGRAMA

Professor ANTONIO DE AMARAL CAMARÁ — Adubação orgânica, Estrumeiras, Água, Rega, Irrigação, Higiene das hortas.

Professor GERALDO GOULART DA SILVA — Culturas especializadas de hortaliças: — alface, cenoura, chicória, couve, repolho, nabo, rabanete, beringela, pimentão, tomate, ervilha, etc.

Professor SEBASTIÃO MAGALHÃES DE SILVA — Preparo do terreno para a instalação de hortas. Trabalhos com arados de disco e de aiveca (tração animal) e com arado de aiveca (manual) — Trabalhos com grades de disco e de dentes (tração animal) — Escarificadores e capinadeiras manuais — Preparo do solo com trator hortícola — Trabalho de ceifa com o trator hortícola. Demonstrações.

Professor J. M. BARTHOLO — Localização da horta — Divisão do terreno em lotes ou em quadras — Taboleiros — Alinhamento — Curvas de nível.

Professor PEDRO GOULART DA SILVA FILHO — Contabilidade e noções de economia hortícolas.

Assistente ANDRÉ DA SILVA NETO — Defesa sanitária das hortas — Preparo e utilização de inseticidas e fungicidas — Trabalhos com pulverizadores e polvilhadores — Desinfecção de sementes — Combate a formigas e cupins.

Assistente ROMÉU RAMPAZZO — Sementeiras e repiagens.

Assistente Agrícola CASTELO BOMAS — Adubos, e adubação química.

Assistente SEVERIANO GONÇALVES CAMARA — Características, emprego e conservação das ferramentas e utensílios hortícolas.

PALESTRAS

Durante a Semana, precedendo a Sessão Cinematográfica do Serviço de Informação Agrícola, serão realizadas as seguintes:

Segunda-feira — 5-7-18 — Considerações sobre os mercados para os produtos hortícolas — Prof. Antônio de Arruda Câmara.

Terça-feira — 6-7-18 — Considerações sobre a industrialização dos produtos hortícolas. — Prof. Subael Magalhães da Silva.

Quarta-feira — 7-7-18 — Considerações sobre a instrução e ensino hortícolas. — Prof. Geraldo Goulart da Silveira.

Sexta-feira — 9-7-18 — Considerações sobre a organização cooperativista dos horticultores — Prof. Pedro Goulart da Silveira Filho.

Nas palestras, que não se revestirão do caráter de conferência e terão feição objetiva e prática, procurar-se-á interessar os alunos no debate da matéria em estudo.

CONVIDADO DO DIA

Durante as refeições especialistas para esse fim convidados orientarão a conversa versando assunto de interesse técnico ou, apenas, cultural. Entre os prestimosos amigos da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" já inscritos na lista dos convidados do dia figuram o Prof. Frederico Martinho Braga, o técnico de educação rural J. Pinto de Lima, o agrônomo economista Alberto Ravache, os engenheiros agrônomos Guaracy Cabral Lavour e João Gonçalves de Souza, o escritor Enrico Santos e o redator da "A LAVOURA" Luiz Marques Poliano.

SESSÕES CINEMATOGRAFICAS

As sessões cinematográficas obedecerão aos programas organizados pelo Serviço de Informação Agrícola que se esforçará para, reunindo o útil ao agradável, apresentar films de interesse técnico e cultural.

CLUB AGRICOLA "MIGUEL CALMON"

Os diretores e comissões de associados do C. A. Miguel Calmon ficam à disposição dos "SEMANISTAS" e, em dia da SEMANA DO HORTELÃO esperam receber a visita do Chefe da Seção dos Clubs Agrícolas homenageando nessa oportunidade o Serviço de Informação Agrícola.

VISITAS

Quinta-feira — 8-7-18 — visita à Sociedade Nacional de Agricultura durante a reunião semanal da Diretoria

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Sabado — 10-7-18 — às 20 horas sessão solene de encerramento.

HORARIO DAS AULAS

Segunda-feira — 7,00 — 8,30 — Professor Subael Magalhães da Silva — 8,10 — 10,10 — Professor Subael Magalhães da Silva — 12,00 — 13,30 — Assistente Romem Rampazzo — 11,30 — 16,00 — Professor Arruda Câmara — 16,10 — 17,10 — Professor Geraldo Goulart da Silveira.

Terça-feira — 7,00-8,30 — Professor J. M. Bartholo — 8,10-10,10 — Assistente Severino Gonçalves Camara — 12,00-13,30 — Assistente Romem Rampazzo — 11,30-16,00 — Professor Pedro Goulart da Silveira Filho — 16,10-17,10 — Professor Geraldo Goulart da Silveira.

Quarta-feira — 7,00-8,30 — Professor Arruda Câmara — 8,10-10,10 — Assistente André da Silva Neto — 12,00-13,30 — Assistente Romem Rampazzo — 11,30-16,00 — Professor Subael Magalhães da Silva — 16,10-17,10 — Assistente Agrícola Castello Borges.

Quinta-feira — 7,00-8,30 — Professor J. M. Bartholo — 8,10-10,10 — Assistente Severino Gonçalves Camara.

Sexta-feira — 7,00-8,30 — Professor J. M. Bartholo — 8,10-10,10 — Assistente André da Silva Neto — 12,00-13,30

Professor Arruda Câmara — 11,30-16,00 — Professor Pedro Goulart da Silveira Filho — 16,10-17,10 — Professor Geraldo Goulart da Silveira.

Sabado — 7,00-8,30 — Professor Aranda Camara — 8,40-10,10 — Professor J. M. Bartholo — 12,00-13,30 — Assistente Agrícola Castelo Borges — 14,30-16,10 — Assistente André da Silva Neto — 17,10-17,40 — Professor Geraldo Goulart da Silveira.

BEM-ESTAR DOS SEMANISTAS

O bem estar dos "SEMANISTAS" constitui objeto de natural preocupação. Todos os Professores, serventários e alunos de Escola de Horticulura "Wenceslão Bello" procurarão, com o maior empenho, assegurar-lo. O horticultor Adriano Dantas, administrador e chefe dos trabalhos práticos, auxiliado pelos Senhores Henrique da Silva Neto, Mário Adílio e Aluizio Fonseca, este presidente do Club Agrícola "Miguel Cal-

mon" constituem a COMISSÃO DE BEM-ESTAR.

OBSERVAÇÕES

As pessoas que acompanharam com interesse e regularidade todos os trabalhos da 1.ª SEMANA DO HORTELAO será fornecido um CERTIFICADO DE FREQUENCIA.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA VEM DEFENDENDO, HA MAIS DE 50 ANOS, OS INTERESSES DOS LAVRADORES E DOS CRIADORES DO BRASIL. "A LAVOURA" SUA REVISTA, É ENVIADA, GRATULAMENTE, A TODOS OS ASSOCIADOS.



Mãos

que espalham

SALITRE do CHILE

não ficam vazias...

É MAIS LUCRATIVO multiplicar a produção de 1 alqueire com bom adubo, que plantar, tratar e colher 3 alqueires — pois só a economia de braços compensa fartamente. O SALITRE DO CHILE é um adubo natural que reforça a produtividade do solo. Experimente-o!

Sollicite folhetos e informações, gratuitamente, ao

SERVIÇO TÉCNICO-AGRONÔMICO DO SALITRE DO CHILE

Caixa Postal, 2873 - São Paulo

Agentes Comerciais:

ARTHUR VIANNA — Cia. Materials Agrico'as

Rua Florêncio de Abreu, 270 - São Paulo. — Av. Graça Aranha, 226 - 3.º andar,
Rio de Janeiro — Av. Santos Dumont, 227 - Belo Horizonte.

Cooperativas de Trabalho

FÁBIO LUZ FILHO

A lei 22.239, que disciplina a organização das cooperativas, definiu muito bem as cooperativas de trabalho: "*São cooperativas do trabalho aquelas que, constituídas entre operários de uma determinada profissão ou ofício, ou de ofícios vários de uma mesma classe, têm como finalidade primordial melhorar os salários e as condições do trabalho pessoal de seus associados e, dispensando a intervenção de um patrão ou empresário, se propõem contratar obras, tarefas, trabalhos ou serviços, públicos ou particulares, coletivamente por todos ou por grupos de alguns*".

Vejamos a definição de uma das últimas e melhores leis promulgadas na América do Sul sobre cooperativas, a da Venezuela, que teve a valiosa colaboração de *Fabra Ribas* (julho de 1912)

"Son sociedades cooperativas de productores aquellas cuyos miembros se asocian con el objeto de trabajar en común en la producción de mercancías e en la prestación de servicios al público".

Além disso, temos a definição que dá de *trabalhador* a legislação trabalhista brasileira, donde admirar que pessoas cultas tendem fundar cooperativas de trabalho manual (até de trabalhos domésticos...) incluindo no quadro de seus associados até sacerdotes e advogados, num mistifório estonteante, e numa candura que estarrece.

Em "*teoria e prática das sociedades cooperativas*" defini esse tipo de cooperativa em suas características doutrinárias e técnicas.

É analogicamente admissível que advogados, contadores, etc., fundem suas cooperativas profissionais, ou os sacerdotes, se tiverem profissão propriamente dita (agricultores, advogados etc.); mas, nunca na qualidade de prestados, o que não é profissão. Simplesmente como sacerdotes ou advogados ingressarem em cooperativas operárias ou de artesanato como associados, não é possível.

Operário é o que trabalha em uma arte ou ofício. A prelazia é sacerdócio puro e simples que não profissão ou ofício. As cooperativas do art. 24 da lei são tipicamente profissionais. Ademais, poderia eu derrubar verdadeira avalanche de tratadistas e leis de numerosos países em que se dá a definição do que seja cooperativa de trabalho.

O advogado tem uma profissão liberal.

Do ponto de vista econômico, é absolutamente destituída de fundamento qualquer argumentação em relação aos sacerdotes, sem nenhuma menção às suas altas e belas funções espirituais e ao seu nobre missionar, e aos inestimáveis serviços prestados, com desprendimento, ao progresso cultural da humanidade. Relembro sempre com emoção e gratidão os meus tempos do glorioso Ginásio de S. Bento, do Rio de Janeiro, em que o ensino era absolutamente gratuito e os professores eram *Carlos Laet*, *Fausto Barreto*, *Mário Barreto*, *Rozendo de Oliveira*, *general Arêas*, etc. Em "Rumo à Terra" digo como me sensibilizaram os quadros coloniais do Rio Grande do Sul que tinha por centro as igrejinhas alvinilentes no fundo verde da mata, e as legendas místicas embutidas, com inapagável fé, nos braços rijos das cruzes de madeira longamente abertos para amplos de misericórdia e perdão nos pátios dessas igrejinhas brancas. ...O Sermão da Montanha... A referência evangélica a que aludiu ilustre amigo e brilhante causidico é puramente metafórica e contraditória até nos léxicos, que dizem que *obreiros evangélicos* são os missionários, ministros de religião "que propagam a sua doutrina. Vazim, pois, de qualquer sentido científico. *Econômicamente* (que é o ângulo que nos interessa), *trabalho é o exercício das faculdades humanas dirigidas diretamente à produção da riqueza, o que implica o exercício das faculdades humanas, orgânicas, intelectuais e morais. O exercício de atividade humanas que não vise à produção*

de riqueza (pesquisas filosóficas, exercício do culto religioso, perfeição ética, exercício do magisterio, etc.), não é considerado trabalho economicamente falando, trisa-o ainda Tomoto.

O ensino da matemática, por exemplo, não é considerado trabalho, ao passo que o engenheiro que aplica seus conhecimentos numa fabrica é um trabalhador, como o medico, notadamente o sanitaria que, precavendo a saude do homem, avalia-o como valor economico. O mesmo quanto ao agrônomo nos campos, nos laboratórios, nas pesquisas economicas, etc.

Trabalho é a atividade que se encaminha em uma serie regular de operações. O encontro fortuito de um diamante não é trabalho, de vez que não cristaliza as faculdades acima enumeradas. Trabalho é o esforço aplicado à produção com um fim explicito. "Trabalho é o esforço dobrado dirigido e acompanhado pelo pensamento e pelo querer".

J. B. Say definiu o trabalho como sendo a ação continuada mediante a qual executamos operações de industria, ou somente uma parte dessas operações. Jules Simon acrescenta-lhe o elemento subjetivo. Para ele o trabalho tem necessariamente por fim um resultado útil, isto é, a produção de uma riqueza, considerando riqueza tudo aquilo que pode servir para o melhoramento das condições de vida.

Cossa diz que "il lavoro è l'applicazione della forze umane alla produzione.

Esso non è per l'uomo uno scopo ma un mezzo necessario per pro cacciargli la maggior parte della ricchezza che gli ab-sognano". Há o trabalho *tênicamente produtivo* e o *economicamente produtivo*.

Dai os dois polos economicos, dentro dos quadros da economia mercantista vigente: o *entrepreneur*, *impreuditore* ou *empresário*, e *operário*, isto é, a inteligencia diretora e ordenadora e o elemento executivo, o trabalhador. Assim está colocada toda a legislação trabalhista do mundo, excluida a Rússia, com seu regime de capitalismo de Estado, que, ao invés de abolir é salarizado, como o accentua Heriot, o generalizou.

Em face de exposto lumbas acima, não vejo como assimilar sacerdotes e advogados a trabalhadores. -Ai esta a natureza especialissima das cooperativas de trabalho e o seu conceito doutrinario.

Esta parlenda não envolve atitude negativista ou intenção de obscurecer o valor e o alcance da árdua tarefa de catequese economica e moral, pela palavra escrita e falada, de elementos católicos ou protestantes e de brilhantes representantes das profissões liberais. Entre tantos, ai estão Wollenborg e Raiffeisen, Schulze e Lazzatti, as altas realizações de Boerenbond belga, e, no Brasil, a magnifica e fecunda atuação do padre Anstadt no Rio Grande do Sul desde 1902, quando fundou a primeira caixa rural tipo Raiffeisen (este era protestante). É a pléiade que tem a sua frente Gide...

LAVRADOR! CRIADOR!

Fortalece a tua classe inscrevendo-te na "Associação Rural" do teu Municipio. Se não existir ainda, funda uma, dentro dos moldes do decreto-lei 8.127, de 24 de Outubro de 1915.

A Secretaria da S.N.A. te prestará todos os esclarecimentos a respeito.

"SOCIEDADE AGRICOLA DE PELOTAS"

Exposições Rurais pela mesma realizadas em Pelotas, desde a sua fundação

1.ª	Exposição Rural,	inaugurada	a	21 de abril de 1899
2.ª	"	"	"	" 21 de fevereiro de 1900
3.ª	"	"	"	" 20 de abril de 1902
4.ª	"	"	"	" 23 de abril de 1905
5.ª	"	"	"	" 3 de maio de 1907
6.ª	"	"	"	" 13 de novembro de 1910
7.ª	"	"	"	" 21 de abril de 1917
8.ª	"	"	"	" 3 de maio de 1913
9.ª	"	"	"	" 18 de outubro de 1919
10.ª	"	"	"	" 13 de maio de 1926
11.ª	"	"	"	" 26 de novembro de 1927
12.ª	"	"	"	" 15 de dezembro de 1928
13.ª	"	"	"	" 15 de dezembro de 1928
14.ª	"	"	"	" 15 de novembro de 1932
15.ª	"	"	"	" 13 de novembro de 1933
16.ª	"	"	"	" 30 de novembro de 1931
17.ª	"	"	"	" 26 de novembro de 1938
18.ª	"	"	"	" 1 de dezembro de 1939
19.ª	"	"	"	" 30 de novembro de 1910
20.ª	"	"	"	" 29 de novembro de 1911
21.ª	"	"	"	" 21 de novembro de 1912
22.ª	"	"	"	" 25 de novembro de 1911
23.ª	"	"	"	" 3 de outubro de 1915
24.ª	"	"	"	" 15 de novembro de 1916
25.ª	"	"	"	" 29 de novembro de 1911
26.ª	"	"	"	" 25 de setembro de 1918

HOMENAGEM E COOPERAÇÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, AS COMEMORAÇÕES DO 50º ANIVERSÁRIO DA SOCIEDADE AGRICOLA DE PELOTAS



PRODUTOS VETERINÁRIOS

O INSTITUTO PINHEIROS

(Caixa Postal, 951 - São Paulo)

tem o prazer de comunicar aos Senhores Veterinários, Fazendeiros e Farmacêuticos, que está iniciando o lançamento de uma grande série desses produtos.

Os primeiros já a venda são:

- SULFAGUANIDINA:** tubos de 10 e vidros de 100 comprimidos de 0,60 g.
- VACINA CONTRA MANQUEIRA:** ampolas de 10 cm³ e frascos de 100 cm³
- SÔRO ANTI-TETÂNICO:** ampolas de 20 cm³
- VACINA CONTRA BRUCELOSE:** ampolas de 20 cm³ e frascos de 100 cm³
- VACINA ANTI-RÁBICA:** ampolas de 5 e de 10 cm³ e frascos de 100 cm³

Dos dois últimos, por serem os seus prazos de validade relativamente curtos, o Instituto Pinheiros não manterá grandes estoques, atendendo, entretanto, a qualquer pedido dentro do prazo mínimo necessário ao preparo dos mesmos que, assim, serão sempre fornecidos com absoluta garantia de atividade máxima.

Brevemente o Instituto Pinheiros apresentará outros produtos veterinários de grande eficácia, como: **Terнерina** (Buco-Vacina contra diarreia infecciosa dos bezerros), **Stilbestrol**, e, ainda, **Vacina Contra a Bouba Aviária**, **Vacina Contra a Peste Suína**, etc..

Quaisquer consultas sobre os mesmos bem como sobre as doenças dos animais domésticos, serão prontamente respondidas pelo Departamento de Veterinária.

Pelo sistema de reembolso postal, o Instituto Pinheiros atenderá diretamente a todos os pedidos de seus produtos, quando não encontrados na localidade de residência do solicitante.



ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



NESTE TERRENO SOBRE A AVENIDA GENERA JUSTO E TA SE ERGUENDO A CASA DA AGRICULTURA, SEDE DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LII

RIO DE JANEIRO — BRASIL
SETEMBRO-OUTUBRO DE 1948



BANCO DO BRASIL S. A.

1808 — 1918

Sede: — Rua 1.º de Março, n.º 66 — Rio de Janeiro (DF)



TAXAS DE DEPÓSITOS

DEPÓSITOS SEM LIMITE	2 % a a.
DEPÓSITOS POPULARES (Limite Cr\$ 10.000,00)	4 ½ % "
DEPÓSITOS LIMITADOS:	
Limite Cr\$ 50.000,00	4 % "
Limite Cr\$ 100.000,00	3 % "
DEPÓSITOS A PRAZO FIXO:	
Por 6 meses	4 % "
Por 12 meses	5 % "
COM RETIRADA MENSAL DE JUROS:	
Por 6 meses	3 ½ % "
Por 12 meses	4 ½ % "
DEPÓSITOS DE AVISO PREVIU:	
30 dias	3 ½ % "
60 dias	4 % "
90 dias	4 ½ % "



LETRAS A PREMIO (sêlo proporcional).

Condições idênticas às de depósitos a prazo fixo.



O Banco faz tôdas as operações do seu ramo — descontos, empréstimos em conta corrente, cobranças, transferências, etc., e mantém filiais ou correspondentes nas principais cidades do país ou do exterior, possuindo no Distrito Federal, além da Agência Central, à Rua 1.º de Março n.º 66, mais as seguintes: BANDEIRA, Rua Mariz e Barros, n.º 44 — BOTAFOGO (em instalação), Rua Voluntários da Pátria, n.º 449 — CAMPO GRANDE, Rua campo Grande, n.º 100 — COPACABANA (em instalação), Avenida Nossa Senhora de Copacabana, n.º 1292 — GLÓRIA, Rua do Catete, 238-A — MADUREIRA, Rua Carvalho de Souza, n.º 299 — MÉIER, Avenida Amaro Cavalcanti, n.º 95 — RAMOS, Rua Leopoldina Rego, n.º 78 — SAO CRISTOVAO, Rua Figueira de Melo, n.º 369 (esquina da Rua S. Cristóvão) — SAÚDE, Rua do Livramento, n.º 63 — TIJUCA (em instalação), Rua Desembargador Isidro, n.º 4 — TRADENTES, Rua Visconde do Rio Branco, n.º 52 e VILA IZABEL, Avenida 28 de Setembro n.º 412-A.



O caprino no Nordeste. Abrigo Misto, na Fazenda Esfomeado, propriedade do Sr. José Borges

S U M A R I O

As classes rurais	3
A questão agrária brasileira, Arthur Torres Filho	6
O que se lê e ouve na Baía do S. Francisco, Antonio de Arruda Camara	10
Inquérito sobre diretrizes da politica económica brasileira	12
As novas tarifas aduaneiras	16
A verminose dos bovinos, Jorge Vallsman	22
Ensino de Hortaliçicultura, Geraldo Goulart da Silveira	23
Solubilidade de alguns fosfatos naturais, Jayme Benedito de Arango e Cássio Mendonça Pinto	25
Princípios Rochadallanos, Educação e Plano de Orientação Cooperativa, Fabio Luz Filho	29
Os Concursos de postura e o Programa de Seleção de Aves, Henrique Francisco Rahno	32
Conservação de ovos Amaury H. da Silveira	38
Mercados agrícolas, Attila de Mattos	40
Discurso, Felix Aires	45
Sociedade Nacional de Agricultura	48
Casa da Agricultura	50
Financiamento direto no pequeno lavrador	52
Açúcar - Algodão - Adubos, F. G. Steinemann	55
O Ovo de boa qualidade, Otávio Domingues	59
Cooperativas escolares, Geraldo Goulart da Silveira	60

Sociedade Nacional de Agricultura

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

Reconhecida de utilidade pública pela lei n.º 3.549, de 18 de Outubro de 1918

Presidente Perpétuo: Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida

Presidente Benemérito: Dr. Wenceslão Braz Peralta Gomes

Presidente de Honra: Dr. Getúlio Dornelles Vargas



DIRETORIA GERAL

Presidente	— Arthur Torres Filho
1.º Vice-Presidente	— Luiz Simões Lopes
2.º " "	— Edgard Telxela Leite
3.º " "	— A. de Arruda Camara
1.º Secretária	— F. Murtinho Braga
2.º " "	— Adamastor Lima
3.º " "	— Eurico Santos
4.º " "	— Cléas de L. Guimarães
1.º Tesoureiro	— Kurt Repsold
2.º " "	— Otto Frensel

DIRETORIA TÉCNICA

Altino de Azevedo Sodré
Antonio Francisco Magarinos Torres
Franklin de Almeida
Enlo Luiz Leitão
Geraldo Goulart da Silveira
Iris Melnberg
João Maurício de Medeiros
Joaquim Bertino de Moraes Carvalho
Luiz de Oliveira Mendes
Pedro Fontes.



CONSELHO SUPERIOR

Alberto Ravache, Alvaro Simões Lopes, Anaplo Gomes, Antonio Barreto, Antonio José Alves de Souza, Apolonio Sales, Balbino de Souza Mascarenhas, Ben-Hur Ferreira Raposo, Benjamin do Monte, Carlos de Souza Duarte, Diogenes Caldas, Eduardo Duvivier, Eivaldo Lodi, Pablo Furtado Luz, Francisco Saturnino de Brito Filho, Guilherme Egberto Harnisdorff, Honório da Costa Monteiro Filho, Humberto Bruno, Ismael Cordovil, Israel Pinheiro da Silva, Itagiba Barçante, J. C. Belo

Lisbôa, Jeronymo Antonio Coimbra, João Gonçalves de Souza, João Tjader, José Sampalo Fernandes, José Solano Carneiro da Cunha, Landulpho Alves de Almeida, Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Manoel Neto Campelo Junior, Mario de Oliveira, Napoleão de Alencastro Guimarães, Ormen Junqueira Botelho, Oscar Daudt Filho, Paulo Parrelras Horta, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Rny Carneiro, Sebastião Herenlano de Mattos, Sebastião Sant'Ana e Silva.



A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTEs ÓRGÃOS:

Conselho Federal do Comércio Exterior (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho; Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Comissão Central de Preços (Presidência da República) — Agricultura — Dr. Edgar Telxela Leite; Comissão Central de Preços (Presidência da República) — Pecuária — Dr. Jeronimo Antonio Coimbra; Comissão Permanente de Estradas de Rodagem (Ministério da Viação) — Dr. Raul

David de Sanson; Comissão de Organização Rural (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgar Telxela Leite; Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção — Dr. Edgar Telxela Leite; Comissão Revisora do Acôrde Tarifaria (Ministério do Exterior) — Dr. Antonio de Arruda Camara.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LII

Setembro-Outubro de 1948

AS CLASSES RURAIS

Daqui, destas colunas, dirigiremos mais um apelo aos homens que no Brasil vivem da lavoura, da pecuária, e das demais atividades que tiram diretamente do solo os produtos e as matérias primas — que sustentam as populações citadinas, alimentam a indústria na sua tarefa de transformação e valorização das utilidades, fornecendo em seguida ao comércio o material de sua atividade, qual a de distribuidor daquelas riquezas.

Talvez não seja mesmo um apelo; será mais uma advertência.

Dos 47 milhões de habitantes em que as estimativas oficiais cifram a população brasileira, 75%, ou seja mais de 30 milhões de pessoas, vivem diretamente no trabalho rural.

Até hoje tem sido a Agricultura a gata borralheira do trabalho nacional — desprezada, esquecida, e, o que é mais, impiedosamente esmagada pelas outras atividades, organizadas em quadros perfeitamente entrosados, conseguindo, à margem do trabalho rural, lucros fabulosos. Desses enormes proventos, hoje, numa pequena parte — manda a verdade que se diga — se beneficiam diversas classes de trabalhadores urbanos, através as obrigações impostas ao comércio e à indústria pela nossa legislação social.

Um exemplo bastaria para afiançar a afirmação: perguntemos ao industrial dos tecidos por quanto ele vende ao comércio atacadista um quilo de algodão em pano e, por outro lado, quanto teria pago ao lavrador pela matéria prima; em seguida, inquirissemos do consumidor sobre o quanto dispendeu com o varejista pelo mesmo algodão industrializado. E assim, teríamos o quadro que, via de regra, aplicado a toda produção agrícola industrializável, nos dá uma idéia da proporção verdadeiramente irrisória que fica para o lavrador.

Entretanto, para que um fardo de algodão chegue à fábrica de tecidos, que de agruras, de incertezas, prejuízos sofre o produtor? As pragas, as intempéries, a falta de crédito, a nossa inerte política fiscal, o transporte caro e falho, a deficiência da mão de obra, e quantos outros percalços que dia a dia se avolumam, sufocando a atividade rural em todas as suas manifestações?

É que a classe não se organizou ainda. Não existe, no país, a representação coesa, unânime, da atividade rigorosamente produtora do país. É uma lacuna que se deve menos aos esforços dos seus líderes — e até dos governos — do que aos próprios interessados, lavradores, criadores e profissionais das indústrias rurais, os quais não se tem empenhado a fundo pelo necessário evento, talvez por não terem alcançado ainda a sua grande urgência.

Cada município deveria ter a sua associação rural, viva e forte. Cada Estado, captando as aspirações da unidade federaliva, a sua

Federação Rural, tôdas elas reunidas, em perfeita comunhão de ideias, na Confederação Rural Brasileira, agindo junto ao govêrno federal, com autoridade bastante para falar de igual para igual com a indústria e a comércio, sôbre as suas necessidades, seus problemas, e, mais do que tudo, para fazer valer os seus direitos como uma das forças vivas da Nação, afastando com sua presença os falsos líderes que em seu nome andam por aí a abusar da expressão classes produtoras.

Não nos move qualquer animosidade contra aquelas atividades, de resto tão necessárias e úteis à vida nacional quanto a Agricultura. Achamos, muito pelo contrário, que tôdas se completam, formam um todo, e uma depende da outra. O que não compreendemos, nem admitimos, é que uma prevaleça sôbre a outra. Os países, para serem economicamente fortes, precisam dispor de uma indústria e de um comércio também fortes. Mas estas duas atividades, por sua vez, estão condicionadas a uma Agricultura não menos forte, que possa fornecer ao povo e às fábricas, em quantidade e qualidade necessárias, os alimentos e as matérias primas de que precisam. Há um escalonamento, uma gradação nessas três atividades econômicas, entrosadas e interdependentes. A hipertrofia de uma, e o enfraquecimento de outra, gera desequilíbrios, e sofre a economia nacional; desorganiza-se a produção, daí derivando fenômenos que se traduzem em crises de sub e superprodução, desaparecendo a relatividade que deve existir entre os preços de uma e das outras atividades, fazendo eclodir graves consequências no campo social.

A fuga dos campos para as cidades, ultimamente acentuada, reflete essa anomalia, existente na nossa economia. A visão de maiores salários, de melhores condições de existência, de mais conforto, de assistência social, de maiores possibilidades para a prole, trouxeram, e estão trazendo, numa verdadeira corrida, milhares e milhares de brasileiros que, de pronto, passaram de produtores a consumidores forçados. Ai surgiram as favelas, a carência de habitação e de alimentos — criando novos problemas para os governos, assim desviados de sua precípua finalidade, os quais os atacam como podem mas nem sempre com os resultados previstos, porque as causas aí continuam a solicitar providências de base, remédios que afinal são simples, e conhecidos de todos.

Nenhum brasileiro se sente bem com a preponderância, sobretudo no momento que corre, do comércio e da indústria sôbre a agricultura. Urge tirá-la dessa situação inferior a que tem sido relegada, por causas várias, acumuladas de longos anos, deixando-a como caudatária de suas irmãs mais ricas. E o primeiro passo no sentido desse novo 13 de maio será o fortalecimento da classe, pela sua organização. Pela sua organização imediata, não importando no momento saber qual o sistema mais aconselhável. O que é precisa é que haja um corpo representativo da atividade rural no Brasil, com raízes profundas, penetrando os distritos, os municípios, as regiões, os Estados — e cobrindo todo o Brasil.

Nenhuma guerra terá possibilidade de êxito sem soldados, mas estes só poderão aspirar a vitórias se enquadrados em corpos perfeitamente estruturados e dirigidos.

Organizemos, pois, esse Exército Salvador que está faltando no Brasil — a classe rural, para que ela, com a força latente que tem dormido séculos, venha a ocupar o lugar que lhe cabe, e possa empenhar-se pela obtenção da igualdade a que tem direito no nosso cenário econômico.

Cada lavrador deverá procurar arregimentar-se, engrossar o corpo social da associação rural do seu município. Sem preocupações de

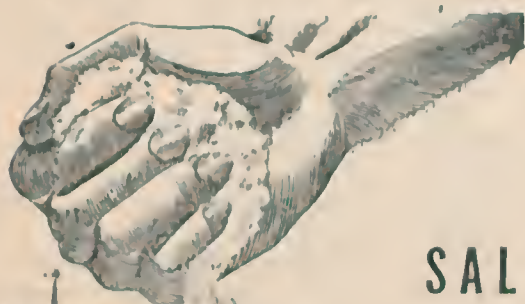
pequenas vantagens materiais, que estas, afinal, nunca poderão ser tantas e tão fartas que suplantem o que éle paga de mensalidade na Associação. Precisamos dizer ao lavrador e ao criador que a principal vantagem de uma Associação é representada pelos benefícios de ordem geral que ela possa conseguir para a coletividade. Tanto maiores serão essas vantagens quanto maior fôr o seu corpo social, isto é, maior número de lavradores de uma determinada zona abrigar em seu seio.

Cinco ou dez cruzeiros para um lavrador não é muito. Mas representam os grãos de uma escala da força rural local, capaz de modificar conceitos, opiniões, e evitar decisões contrárias ao interesse de todos e de cada um.

Daqui destas colunas advertimos aos homens do campo do Brasil: É preciso que cada um assuma a atitude de inscrever-se na sua Associação Rural Municipal; imbuir-se de espírito associativo, de classe, para fazer frente aos graves problemas que afligem a lavoura. Isoladamente, nenhum fazendeiro representa força capaz de contrariar interesses que lhe são prejudiciais; reunidos, porém, em uma associação forte e representativa, a sua voz será ouvida e respeitada.

Mas não basta inscrever-se; é necessário que assista às reuniões debata os assuntos, colabore na administração; que persista, que leia, tudo fazendo para que a Associação seja um órgão vivo, ativo, diligente e eficaz.

Se assim acontecesse, em pouco tempo o cenário econômico do Brasil se transmudaria, para benefício de todos e para o maior progresso e felicidade da Nação.



Mãos

que espalham

SALITRE do CHILE

não ficam vazias...

É MAIS LUCRATIVO multiplicar a produção de 1 alqueire com bom adubo, que plantar, tratar e colher 3 alqueires — pois só a economia de braços compensa fartamente. O SALITRE DO CHILE é um adubo natural que reforça a produtividade do solo. Experimente-o!

Sollicite folhetos e informações, gratuitamente, no

SERVIÇO TÉCNICO-AGRONÔMICO DO SALITRE DO CHILE

Caixa Postal, 2873 - São Paulo

Agentes Comerciais:

ARTHUR VIANNA — Cia. Materiais Agrícolas

Rua Florêncio de Abreu, 270 - São Paulo. — Av. Graça Aranha, 226 - 3.º andar,

Rio de Janeiro — Av. Santos Dumont, 227 - Belo Horizonte.

A Questão Agrária Brasileira

PROF. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Sem nos liliarmos aos exageros da antiga teoria dos fisiocratas de que a terra constitui o único agente de formação da riqueza, somos levados, nos dias que correm, a considerar a posse e a distribuição da terra, ou melhor, o regime agrário acomodado às condições de cada povo, como condição essencial ao progresso agrícola e ao bem estar das nações.

"L'Empire romain tombe, disparaît. Les invasions barbares détruisent les ruines d'une longue et féconde civilisation fondée sur le respect du Droit et basée sur la recherche incessante de la solution des problèmes agricoles. Aussi peut-on dire de tout temps que la sécurité, la liberté et le progrès des peuples son fonction du développement du progrès agricole". (Luiz Dop)

Teorias econômicas antigas reconheciam a existência de um direito de comunidade sobre a terra e é conhecida a apóstrofe de Proudhon. É conhecida também a teoria de Ricardo, de que foi o precursor, considerando a *renda do solo* como a renda por excelência, ganha sem trabalho e, por isso, ilegítima. Stuart Mill, considerava também a terra como "o patrimônio da humanidade inteira".

O princípio de que a renda do solo é uma renda não ganha, um *unearned increment*, tem sido objeto de crítica entre socialistas, etc. Esse princípio foi esposado também por Henri Georges e, no seu célebre livro *Progress and Poverty*, reconhecia "o direito igual que todos os homens têm sobre a terra".

Se deixarmos de lado essa e outras teorias relacionadas com a *renda da terra*, cuja concepção tem de ser modificada à luz dos ensinamentos agronômicos e das condições da economia mundial, importará ter em conta a *posse da terra*, como base da segurança dos esforços e do bem-estar futuro do agricultor. Do que não se pode duvidar é da necessidade de reduzir a população

agrícola ao solo, ou melhor, da adoção de uma *política rural* que seja capaz de permitir orientação segura no melhoramento e aperfeiçoamento da produção. Por esse mesmo motivo, mediante estudos exatos, em todo o ciclo de seu melhoramento, somos adeptos de uma orientação capaz de imprimir novos destinos à exploração da terra entre nós.

Correntes de opinião bem definidas ainda não se formaram em nosso meio, de modo a saber-se até onde deverá chegar a ação do Estado. Em qualquer caso está-se impondo nova legislação rural, atendendo às condições econômicas e sociais peculiares às várias regiões do Brasil, impedindo seu entorpecimento econômico, já agora se agravando de forma alarmante.

"A renda do solo provém do trabalho social e o Estado tem o direito de tomá-la para atender aos fins da coletividade". (Juan B. Justo, "La cuestión agrária — Buenos Aires").

Não propendemos pela situação econômica da agricultura brasileira, sem estudos sociológicos neurados, em cada região agrícola, segundo a escola georgista, a considerar o *impósto único* sobre a terra, como a base de toda a reforma agrária, considerada essa renda como sujeita a apropriação pelo Estado. Uma legislação rural moderna, a nosso vêr, terá de considerar a ligação e a organização de todos os elementos da produção nas múltiplas regiões do país. Nessa diretriz é que teremos de traçar o programa de reforma rural para não agravarmos as condições agrícolas brasileiras, já de si precárias.

A organização da produção rural estará sempre subordinada à vinculação do trabalho à terra e ao aproveitamento e formação do capital. As diversas nações, de acôrdo com as condições que lhe são próprias, seguindo etapas diferentes, adotam normas próprias a seguir no ciclo de melhoramento de sua economia rural.

Caracteriza-se o *regime agrário*, na atualidade, por facilidades concedidas ao agricultor para tornar-se proprietário facilitando-se-lhe capital e equipamento técnico. Assim se explicam as diretrizes que caracterizam o grande movimento legislativo contemporâneo em matéria de socialismo agrário.

Mas, de que valerá subdividir a terra sem proporcionar elementos materiais e crédito para cultivá-la? Daí o fato de se impor mutuamente a instituição de crédito especial a juros módicos e prazos longos a serviço da agricultura — como um dos meios, juntamente com o código rural, para que se estabeleçam em bases seguras as fontes de riqueza agrícola.

*
* *

Se o momento econômico e social se apresenta inchado de dificuldades e se nos são adversas, por muitos fatores, as condições brasileiras, dificultando orientação uniforme na legislação rural a adotarmos, precisaremos ir lançando, com segurança, os alicerces da obra meritoria da transformação da vida social da população dos campos, congregando e organizando a grande classe rural, fundamento de qualquer reforma agrária.

Assunto de controvérsia mas, nem por isso, menos digno de consideração por parte dos estudiosos de economia rural, é o que se prende à *superfície e à natureza* das explorações agrícolas. Haverá um critério uniforme a adotarse nesses casos? Poder-se-á admitir uma dada área como ótima? Que gênero de exploração a preferir-se: a feita diretamente pelo proprietário da terra ou a do arrendamento? São essas questões verdadeiramente clássicas, bastante discutidas e no Brasil difíceis de solução como têm sido exposto pelos conhecedores de nossa economia rural. Parece-nos ser solução preferível aquela que se harmonize com as condições econômicas e sociais de cada região, isto é, dentro dos princípios hoje estabelecidos pela sociologia rural, podendo coexistir a *pequena e a grande exploração* com cultura direta pela agricultura ou pelo processo do arrendamento. A *grande cultura*, mediante emprêgo em larga escala da mecanização, apresenta-se a

alguns economistas como forma sedutora na grande exploração rural em zonas de população pouco densa. Para proporcionar rendimento necessário, certas explorações exigem área suficiente e configuração adequada de solo.

O economista A. Young, por exemplo, é adepto da *grande cultura* imprimindo-se às emprêsas agrícolas caráter coletivo, como acontece nas sociedades anônimas com a indústria.

A superioridade das grandes explorações está longe de aparecer na agricultura com a mesma evidência que na indústria e no comércio. Assim, o debate tradicional, entre os partidários da grande cultura, da pequena e da média propriedade rural, ainda não está terminado.

Os últimos, sobrepondo o problema da *propriedade* da solo ao de sua *exploração*, raciocinam como si, na pequena cultura, o explorador fôsse sempre o proprietário da terra que cultiva, e invocam a favor de sua tese considerações de ordem social de que não nos ocuparemos.

Trata-se, assim, duma questão puramente econômica, a de se saber si a produção poderá ser alcançada *com menos despesas* numa grande exploração agrícola do que numa pequena, os exploradores sendo supostamente da mesma educação rural. Esta questão é somente uma parte do problema econômico da pequena e da grande exploração rural.

As grandes emprêsas industriais tiram a amplidão de suas dimensões vantagens, meios de produção a preço baixo, mas a grande cultura está longe de alcançar os mesmos resultados.

Verdadeira cruzada, entretanto, tem sido empreendida em quasi todas as nações em prol das áreas reduzidas nas explorações rurais, principalmente nos países de forte densidade de população, só se empregando excepcionalmente a mão de obra assalariada. Essa tese está filiada à concepção da *pequena e média propriedade* com a exploração direta da terra pelo proprietário e sua família. *Propriedade e exploração* seriam os dois termos do problema a se completarem e a serem estudadas em cada região.

Mas, são tão variadas as condições sociológicas e econômicas do meio rural em um país como o Brasil que se não pode adotar nenhum critério absolutista nessa diretriz. A aplicação a agricultura do regime das empresas industriais só em regiões muito especiais poderá ser aconselhada. Vemo-la seguida pelos países colonizadores ou em regiões novas e mal povoadas criando-se empresas de acentuado caráter industrial e comercial. Importa a orientação em perfeita racionalização, tal como sucede na indústria, dependendo muito da natureza das explorações e do estado social das populações agrícolas.

Isso quer dizer que regras absolutas não poderão ser estabelecidas para as dimensões das empresas agrícolas e, portanto, para a escolha entre a grande e a pequena propriedade.

É verdade que, no regime da pequena propriedade, torna-se possível recorrer ao cooperativismo, combatendo-se, em certo ponto, a declarada inferioridade econômica da mesma.

Já é tempo de instituímos segura orientação em *política agrária*, criando o verdadeiro crédito agrícola e moderna legislação rural, único meio de colocarmos o Brasil à coherda de graves acontecimentos econômicos-financeiros que se acentuam cada vez mais, podendo repercutir gravemente na ordem social e política.

*
* *

Sem a fixação do homem no solo, não pode haver organização da riqueza.

Grande mal tem residido no fato de não havermos criado o interesse pelo trabalho da terra. Cumpre-nos deixar a política urbana, de simples fachada, (haja vista as terras entregues ao abandono em derredor dos maiores centros populosos do país) e convertermos por um programa construtor, de produção padronizada capaz de facilitar a defesa dos reais interesses dos que se dedicam à exploração da terra.

Os produtos naturais só podem adquirir valor depois de transformados e essa transformação exige técnica e, principalmente, recursos financeiros. Só mediante métodos modernos de produção, beneficiamento e padronização aplicados à agricultura, poderemos alcançar

o desenvolvimento das fontes de produção em bases estáveis e não em fases transitórias como até aqui.

A *colonização rural*, com todo seu ciclo de melhoramentos, representa, tanto para as nações novas, como para as velhas, a fórmula política mais grave e salvadora da atualidade. De que valerão terras em abundância sem saber explorá-las para o bem-estar e a defesa econômica do país? A vida da nação tem de gravitar em derredor do campo e não da cidade, como temos procurado fazer.

Nenhum país pode fugir às contingências do momento social que atravessamos. A organização rural no Brasil repousa em bases instáveis dando provas graves de decadência, exigindo normas para o uróbio abastecimento do mercado interno e sem poder enfrentar a concorrência externa. Acentua-se dia a dia a fuga do interior com o abandono das terras caçadas. A diversidade dos fatores naturais, econômicos e financeiros exige o exame particularizado de cada zona ou região para os planos de reerguimento econômico.

Novos estudos de solo para restaurar sua fertilidade não os possuímos senão em escala limitadíssima para orientar os técnicos e sua ausência quase absoluta para os agricultores. Se assim é, como empreendemos o loteamento em bases rígidas em todo país?

Disse-o Fernando Costa, cujo nome sempre evoca com saudade, dirigindo-se aos agricultores paulistas que havia passado naquele prospero Estado (e é o de melhor aparelhamento técnico do Brasil) o ciclo das terras virgens, naturalmente ricas em humus, fósforo e calcio. Era chegado o momento da agricultura racional com a recuperação de *terras caçadas*, sem o que teria de retroceder nossa civilização.

Dentro desse mesmo pensamento, a ilustre Ministro Daniel de Carvalho, na abertura dos cursos deste ano da Universidade Rural, assim se expressava, com muita justiça diante da queda de rendimento por hectare de nossas culturas, sintoma de extrema gravidade para o futuro do país: "o processo histórico-econômico da prática da agricultura errante, descuidada e primitiva, já atingiu seu clímax no Brasil, pois seus efei-

los maléficos, em nosso país, se fazem sentir desde o descobrimento”.

Tudo está a indicar que o esforço produtivo para ser constante exige a *planificação*, e que só o estudo cuidadoso das regiões submetidas à exploração do homem pode fornecer a necessária orientação.

A fragmentação da propriedade territorial dependerá do estudo das condições econômicas e sociais, não poderá obedecer a um mesmo critério em todo o país.

A admirável economia riograndense do sul, baseada na colonização, tornou aquele Estado um dos celeiros mais seguros do país; as transformações que se processam em S. Paulo, depois da crise em 1939, com a divisão dos latifúndios, fez elevar enormemente o número de propriedades criando a policultura, essas, além de outras, são demonstrações evidentes de que carecemos instituir a *política agrícola nacional*. As dificuldades a vencer não serão sempre as mesmas e nem as diretrizes a seguir poderão obedecer a um só critério. O aproveitamento da Baixada Fluminense exigirá métodos bem diversos dos a serem empregados no Nordeste ou no Norte.

Segundo o anuário estatístico de 1940 o Brasil possui 1.904.589 estabelecimentos rurais sendo 19,70% com a área de 1 a 5 hectares, 12,61% de 5 a 10 hectares, 16,57% de 10 a 20 hectares, 23,89% de 20 a 50 e 6,31% de 200 a 1.000 hectares. Em alguns Estados,

como S. Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, a subdivisão está se processando aceleradamente, ainda mesmo sem uma política colonizadora, baseada no critério agrícola. Nos termos da mensagem apresentada ao Congresso em 1917 pelo Exm^o Sr. Presidente da República, cogita o Governo de melhorar a situação das populações do interior mediante legislação que facilite o acesso à terra, sem se tratar da socialização do solo, e dentro dos preceitos constitucionais.

É de esperar, portanto, que todas as facilidades dos governos federal, estaduais e municipais sejam proporcionadas a quantos queiram se dedicar à vida rural, seguindo-se assim uma política econômica de aproveitamento da terra.

Esse será o verdadeiro caminho de salvação nacional.

Pode-se dizer que apenas, em diminutas faixas do território nacional, a exploração agrícola logrou assumir algum aspecto de estabilidade, por falta de organização técnica e econômica.

Não temos ainda, em contornos definidos, programa capaz de realizar os salutares preceitos contidos na Constituição de 1946.

Necessitamos, com toda a evidência, levar o bem-estar às populações do campo, porque, sem o concurso delas, não lograremos firmar, em bases seguras, o enriquecimento e o bem-estar nacional.

THE ROYAL BANK OF CANADA'

CAPITAL E RESERVAS \$CDN 78.474.246,55

MATRIZ — MONTREAL, CANADA

Filiais no Brasil — RIO DE JANEIRO — SAO PAULO — SANTOS — RECIFE

O Banco oferece não somente seus serviços bancários completos em todo o Continente, como também em todo o mundo

O Que Se Lê e Ouve na Bacia do São Francisco (*)

— *Imprensa* —

A população dos municípios banhados pelo Rio São Francisco, seus afluentes e sub-afluentes, apesar — da força de penetração da imprensa diária do Rio de Janeiro, de São Paulo, Recife e Salvador, já concorre para manter apreciável número de jornais, em Belo Horizonte, a encantadora capital mineira, e em outras cidades de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Sergipe, compreendidas na Bacia do Rio São Francisco.

Os jornais do Rio de Janeiro contam elevado número de assistentes na parte mineira da grande bacia e são lidos, também, nas cidades marginais compreendidas entre Pirapora e Joazeiro. Os panfletos alcançam as zonas do sul, notadamente os municípios do oeste mineiro. Os diários da cidade do Salvador circulam no longo trecho da bacia compreendido no território baiano e, alcançam, muitas vezes, em concorrência com os de Aracaju e Maceió, as zonas da litoral e mata no Baixo S. Francisco. E os de Recife têm larga circulação nas do agreste e sertão não sendo raro encontrá-los nas do Baixo e do Médio São Francisco.

Dos jornais da Bacia do Rio São Francisco têm larga influência fora das zonas franciscanas os diários de Belo Horizonte que circulam em todo o Estado de Minas Gerais. Os demais têm no geral, acentuada influência no próprio município e, alguns deles, também, nos municípios vizinhos.

É apreciável o número de jornais, revistas e boletins, sobretudo na cidade de Belo Horizonte. Mas, a verdade, é que muitos têm sido publicados nestas e em outras cidades do São Francisco, tendo, mesmo algumas com a de Joazeiro, por exemplo, que figurariam em destaque, se coubesse, nos acalçados limites desse trabalho, uma pesquisa histórica da imprensa na Bacia do Rio São Francisco.

Atualmente são editados na Bacia do Rio São Francisco os seguintes órgãos:

Jornais

Alagoas — Apóstolo e o Democrata, em Penêdo.

(*) Inquerito realizado em 1943-44.

Antônio do Arruda Câmara

Vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Sergipe — O Éco, A Defesa e O Escolar, em Propriá.

Pernambuco — A Voz de Pesqueira e A Região, em Pesqueira; — O Amigo do Mututo, em Arcoverde; — A Voz do Sertão, em Triunfo; O Progresso, em Rom Conselho e o Farol em Petrolina.

Bahia — A Pena, em Curitiba e O Arauto, em Joazeiro.

Minas Gerais — Adoremus, Diário da Tarde, Estado de Minas, Folha de Minas, Mensagem, Minas Gerais e Voz do Povo, em Belo Horizonte; — Abaeté-Jornal e A Reação, em Abaeté; — A Voz de Arcos, em Arcos; — O Éco, em Bambuí; — Senhor Bom Jesus, em Congonhas do Campo; Minas-Jornal, em Conselheiro Lafaiete; — A Estrela Polar, em Diamantina; Divinópolis-Jornal, em Divinópolis; — O Liberal, em Dões do Indaiá; — Estado Novo, em Formiga; — Folha de Ibiá e Juventude, em Ibiá; — Correio d'Oeste e Gazeta Liberal, em Itapeccerica; — A Jornada, em João Ribeiro; Gazeta do Norte e O Operário, em Montes Claros; Gazeta de Minas, em Oliveira; — Gazeta de Paraopeba, em Paraopeba; — Folha de Patos, em Patos; — Município de Pitangui, em Pitangui; — Alto São Francisco, em Pini; — Presidente Olegário, em Presidente Olegário; — O Tempo, em Santo Antônio do Monte e Alvorada, em Sete Lagoas.

Revistas

Pernambuco — Escribio, em Petrolina.

Minas Gerais — Alterosa, Arquivos Mineiros de Leprologia, Belo Horizonte, Cérebro, Cultura, Consolação, Era uma vez..., Manual de Jurisprudência, Mariana, Minas Farmacêutica, Minas Médica, Minas Tenis, Odontólogo, Optalmos, O Batista Mineiro, O Estudante Mineiro, O Grifo, Pequena Missionário, Rádio Novidades, Revista Comercial de Minas Gerais, Revista da Identificação, Revista de de Jurisprudência Nacional, Revista dos Construtores, Revista Mariana, Revista Médica de Minas, Revista Mineira de En-

genharia, Revista Mineira de Tuberculose, Revista Social Trabalhista e Revista Tributária, em Belo Horizonte; — Grilo e Santuário São Geraldo, em Curvelo; — Santuário Santo Antônio, em Divinópolis; — O Evangelista, em Formiga; — A Seára, em Ibiá e Revista Farmacêutica de Ouro Preto, em Ouro Preto.

Boletins

Minas Gerais — Boletim Catequético, Boletim da Ordem dos Advogados de Minas Gerais, Boletim da Sociedade Mineira de Medicina Veterinária, Boletim do Museu D. Inocêncio, D.E.E., Fôlha Universitária, Ginásio Arnaldo, Informador Comercial, Lista de Assinantes de Belo Horizonte, Notícia Espírita, O Espírita Mineiro, Revista U.E.C., Síntese e Sino de São José, em Belo Horizonte.

— Rádio —

Estações radio-difusoras

O desenvolvimento cultural é facilitado, em todos os centros povoados da Bacia do Rio São Francisco, pela Rádio-difusão.

A Hora-do-Brasil é esperada, com interesse, por todos os que têm um rádio no alcance. É a maneira mais rápida e mais cômoda de ficarem ao par do que passa no país e do que faz o Governo.

Muita gente adquire ou refaz conhecimentos de geografia.

O noticiário esportivo atrai a mocidade... nos povoados e vilas mais afastadas os rapazes estão em dia e discutem, com entusiasmo, a vida desportiva do país.

As notícias de caráter local, — eventuais referências a recursos naturais, vida econômica e social, possibilidades de desenvolvimento de serviços públicos na zona do rádio ouvinte —, têm valor especial.

Ouvem, conformance a situação da zona, as estações rádio-emissoras das capitais mais próximas. As das cidades de Recife e Salvador no Norte e as de Belo Horizonte, do Rio de Janeiro e de São Paulo no centro e sul da grande bacia. Há, entretanto, acentuada preferência pelas estações das próprias capitais. Observa-se, porém, que os agricultores e criadores procuram as estações que mantêm programas de interesse rural e

isto concorre para que estações do Rio de Janeiro e Belo Horizonte penetrem até os sertões pernambucanos.

No território mineiro as estações de maior influência são as de Belo Horizonte — Rádio-Mineira, Rádio Guarani e Rádio-Confidência. Mas, além destas, servem aos municípios da Bacia do Rio São Francisco, a Rádio-Voz de Formiga e o Rádio-Clube-de-Patos.

Os portos de Joazeiro e Penêdo comportariam, pelo nível de cultura dessas cidades ribeirinhas, estações rádio-emissoras e elas viriam, sem dúvida, contribuir para a expansão cultural no Médio e Baixo São Francisco.

Os jornais e revistas chegam atrazados... são "minas" a explorar com paciência e vagar.

Propaganda

A imprensa e as estações rádio-difusoras exercem notável influência cultural e educativa — fazem a propaganda na região. É preciso, porém, que se faça a propaganda da região, tornando conhecidas as suas possibilidades, os seus inúmeros atrativos, inclusive clima e paisagens, de maneira que se encaminhem para a Bacia do Rio São Francisco, iniciativas, capitais e correntes turísticas.

É outro intuito não nos animava ao reunir, nessas páginas, embora desordenadamente, os elementos informativos conseguidos.

Fontes consultadas

Bibliografia — publicações do Departamento de Imprensa e Propaganda — Rio de Janeiro.

Informantes — J. Dantas Mendes, Alagoas; Elder Coelho, Sergipe; Oamar Silveira, Pernambuco; J. Profúcio Borgêa, Bahia e Orlando Aragão, Minas Gerais.

O TRIGO E A REFORMA AGRÁRIA

Do Sr., Deputado Lauro Mantenegro, recebeu a Sociedade Nacional de Agricultura alguns exemplares do folheto sob o título nelma, o qual insere os discursos pronunciados na Câmara pelo ilustre parlamentar sobre o momentoso assunto.

Daqui, os nossos melhores agrudecimentos.

CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR

Inquérito

Sobre Diretrizes da Política Econômica Brasileira

A Sociedade Nacional de Agricultura recebeu, e com o maior prazer divulga, o questionário abaixo transcrito, organizado pelo Conselho Federal do Comércio Exterior. Convém lembrar que a classe agrícola mantém, desde a sua fundação representação efetiva, por intermédio do Presidente da Sociedade, Dr. Arthur Tôres Filho nesse Conselho.

A Sociedade receberá, com o maior apreço, as respostas que os seus associados ou não, e assinantes desta revista, queiram dar ao dito questionário. Essas respostas serão depois estudadas na Sociedade, que procurará consubstanciar numa resposta única o pensamento da classe agrícola.

Quem quer que procure estudar os problemas econômicos brasileiros, seja tendo em vista o metabolismo interno do país, seja em função do nosso intercâmbio com o exterior, não pode deixar de sentir certa apreensão. De fato, encarando-se a conjuntura nacional sem pessimismo e sim com o realismo que a época impõe, concluímos desde logo que não podemos procrastinar indefinidamente a solução de problemas fundamentais do país, cumprindo-nos fixar objetivos seguros e traçar os itinerários para atingir tais objetivos. Em resumo: precisamos sem perda de tempo fixar as diretrizes e os planos de uma esclarecida e corajosa política econômica interna que sirva de base a uma política econômica exterior firme e bem definida.

2. No campo econômico, o Brasil apresenta sintomas claros de estar na iminência de perder terreno, pois, enquanto outros países progredem, o nosso permanece estacionário em vários setores econômicos, ou mesmo regride em outros. É isso devemos reconhecer e proclamar a fim de que tenhamos maior firmeza no equacionamento e solução dos problemas nacionais, pois

o declínio do nosso prestígio político internacional acompanhará na mesma cadência o declínio da nossa economia. Nada nos adianta procurar atribuir a este ou àquele órgão da Administração Pública, a esta ou àquela autoridade a culpa pela situação pouco satisfatória em que se encontram múltiplos setores econômicos nacionais, porque, com semelhante atitude, tentaremos apenas transferir para poucos a culpa de muitos. De fato: o que sentimos é que grande parte das elites brasileiras ainda não se deu bem conta da situação delicada em que nos encontramos e da situação mais delicada para que marchemos se não mobilizarmos as reservas morais e culturais do país, para o fim de mudarmos, pelo menos em parte, os rumos até agora seguidos. Há vozes autorizadas que vêm lançando verdadeiras advertências ao País, emitindo verdadeiros S.O.S. e apontando os meios de solucionar múltiplos problemas nacionais. É um dever de justiça proclamarmos que a indústria e o Comércio, através de seus congressos, seus memoriais, suas publicações, têm dirigido as mais incisivas e constantes advertências à Nação. Acontece, porém, que de alguns anos a esta parte essas duas grandes classes, em virtude de campanha cujas origens e intuítos não devemos focalizar aqui, têm visto suas advertências e sugestões recebidas não raro com desconfiança por uma parte ponderável da opinião pública e com reservas em alguns setores administrativos. São vozes que infelizmente ainda não encontraram adequada ressonância no ambiente nacional e que frequentemente equacionam problemas paralelos, enquanto o de que necessitamos é de tomar, no campo econômico-financeiro, todos os nossos problemas fundamentais submetendo-os a uma análise profunda e estabelecendo para cada um deles a solução adequada e possível,

sem esquecermos a hora presente, mas pensando no Brasil dos nossos filhos e dos nossos netos. Para isso, *a primeira medida a tomar é procedermos a uma sondagem extensa e profunda na cultura especializada do País*. Dai o apêlo caloroso que ora dirigimos aos expoentes dessa cultura no sentido de que enviem ao Conselho Federal de Comércio Exterior, no mais breve prazo possível, seu indispensável depoimento sôbre os itens do questionário anexo, depoimento que será tanto mais útil quanto mais objetivo, claro, preciso, fructuoso em preocupação de escolas ou doutrinas econômicas.

3. As contribuições recebidas serão cuidadosamente estudadas no Conselho Federal de Comércio Exterior por várias comissões de abalizados economistas a fim de que, recolhidos os pontos de vista dominantes, seja traçada uma política econômica senão para todos, pelo menos para os setores fundamentais da produção brasileira, até onde seja isso possível na conjuntura atual, respeitadas os compromissos já assumidos pelo nosso País no plano internacional e ressalvadas as medidas já previstas no *Plano Salte*, ora sob a apreciação do Congresso Nacional.

4. No incluso sumário estão indicados os setores a respeito dos quais desejamos conhecer a opinião das entidades de classe, dos centros de cultura especializada, dos economistas e estudiosos dos nossos problemas econômico-financeiros. Deixamos de incluír alguns setores (transporte, mão-de-obra, estaleiros, pesca etc.) porque sôbre eles já existem no próprio Conselho Federal de Comércio Exterior e noutros órgãos da Administração Pública estudos que podemos considerar completos e atualizados. Dadas a vastidão e a complexidade do inquérito, é claro que cada entidade de classe ou pessoa solicitada a pronunciar-se terá inteira liberdade de fazê-lo apenas em relação aos setores de sua especialidade ou preferência. O que importa é que não se façam apreciações ou planos genéricos, isto é, que a opinião de cada um seja objetiva e tanto quanto possível justificada, equacionando os problemas e demonstrando-lhes a solução. Alguns exemplos

ilustrarão nosso pensamento a êsse respeito:

- 1.º — Se o balanço da situação mundial da borracha nos levar à conclusão de que o produto brasileiro não pode concorrer no mercado exterior com o similar do Oriente ou o produto sintético, deve ou não o Poder Público modificar a política de amparo financeiro que vem dispensando a êsse setor através do Banco da Borracha, garantindo, todavia, a sobrevivência da indústria nacional de artefatos de borracha e, conseqüentemente a produção de *latex* necessária a essa indústria e pasando, ao mesmo tempo, a adotar uma política de estímulo à cultura da juta, fonte de produção de grande futuro e capaz de modificar os aspectos sócio-econômicos da Amazônia, dada a segurança do mercado interno com a indústria de aniagem existente no País e grande possibilidade de exportação para mercados do Continente?
- 2.º — Admitindo-se a conveniência da exportação de minério de ferro, devem ser indicados:
 - a) a quantidade máxima a ser exportada por ano e durante que período;
 - b) o que devemos exigir como meio efetivo de pagamento (carvão, montagem em nosso País de certas indústrias fundamentais).
- 3.º — Admitindo-se que, dentro de 2 ou 3 anos, o mercado argentino estaria inteiramente perdido para os nossos tecidos e fios de algodão, ne providências deveríamos adotar desde já para evitarmos o grande e permanente desequilíbrio que tal perda traria à balança comercial do Brasil com a República platina?
- 4.º — Dadas as possibilidades de nos tornarmos dentro de um decênio auto-suficientes quanto a certos produtos que nos vêm quasi totalmente ou em grande parte do exterior (trigo, chá, certas frutas etc.), indicar os pontos onde devem ser feitas as respectivas culturas e meios de defesa da produção brasileira.

5. Voltando a referir-nos a certos sintomas de diatese nacional, devemos acentuar que, para aquêles que vêem o Brasil não apenas pelo asfalto da Avenida Rio Branco e pelas arranha-céus de Copacabana, mas costumam fazer o giro do horizonte e projetam suas preocupações para o futuro da nacionalidade, não há ilusões a respeito do destino que nos espera, se não dermos novos ritmos à economia do País. A terra se esteriliza de maneira impressionante e o pauperismo momentâneo; a sub-alimentação e moléstias variadas estão causando a nosso ver a decadência biológica de grandes contingentes da população de diversas regiões brasileiras; ao lado de algumas centenas de milhares de brasileiros, razoavelmente tributáveis, vivem milhões de zeros econômicos; daí o baixo nível da renda nacional; daí uma produtividade *per capita* tão mesquinha e um padrão de vida tão baixo, que ficamos em posição pouco lisonjeira quando nos comparamos com outros países, mesmo do nosso Continente. Estamos diante do seguinte trilema: ou nos tornamos uma potência econômica, ou demonstramos que o Brasil é um país pobre, ou corremos o risco de parecer que somos um povo incapaz. Estamos presos à primeira ponta do trilema e por isso procuramos um denominador comum para solução dos grandes problemas brasileiros. A respeito da solução de alguns deles, as opiniões serão divergentes; em relação a de muitos outros, esperamos uma grande maioria de opiniões concordantes; aquelas serão cuidadosamente balanceadas e expostas com os prós e contras e estas apresentadas ao País de modo que em torno delas se cristalice uma consciência nacional, ressalvado, está claro o caráter confidencial de que alguma por ventura se revista.

6. Quando acentuamos a necessidade de se intensificar o mercado interno e de se criarem ou ampliarem certas fontes de produção, não estamos advogando para o nosso País uma política de autarquia ou de exagerado nacionalismo econômico; a que pretendemos é contribuir para que nos libertemos de certas sujeições econômicas perigosas, que pesam sobre nós, e elevar o padrão de vida do nosso povo, não esquecendo

a ameaça que paira sobre vários setores da produção brasileira, em face da intensa exploração que ora se verifica dos recursos do Continente Africano e do soerguimento econômico de alguns países e colônias da Ásia, fenômenos que não podemos deixar de acompanhar com a mais viva atenção.

Gen. Anapio Gomes
Diretor Geral

QUESTIONÁRIO

A — Agricultura

- 1— Quais os produtos agro-pecuários e extrativos, cuja produção devemos intensificar, tendo em vista o consumo interno e o externo? E que medidas facilitaríamos a consecução de tal objetivo?
- 2— Qual a aparelhagem técnica (silos, câmaras de exurgo, câmaras frigoríficas, armazéns etc.) e a assistência econômica necessárias, que permitam o escoamento normal da nossa produção agro-pecuária?
- 3— Quais as zonas geo-econômicas que devem ser aparelhadas para tal fim e em relação a que produtos?
- 4— Como aproveitar, racional e economicamente, as reservas florestais do País, tendo-se em vista as suas necessidades futuras e a restauração das áreas devastadas?
- 5— Sabendo-se que é baixa a produtividade no ramo agro-pecuário e que o seu aumento poderia ser alcançado mediante mecanização intensiva, quais as medidas aconselháveis, que viriam aumentar e melhorar a produção de maquinaria e instrumental agrícola do País?
- 6— Quais as medidas práticas que sugere para a solução do problema da produção de fertilizantes, inseticidas e fungicidas?

B — Indústria

- 1— Quais as indústrias que devem existir ou ser criadas no País, por seus fundamentos econômicos ou de segurança nacional?
- 2— Quais as que deve o Poder Público nuparar ou estimular, e por que meios?
- 3— Que critério de prioridade deve ser observado na criação dessas indústrias?

- 1— Sabe-se que têm sido feitas propostas para a transferência de certas indústrias européias para o Brasil. Desde que se indedifiquem essas indústrias com as de que cogitam as perguntas 1 e 2, quais as medidas a serem tomadas sem perda de tempo, pelo Poder Público, para a sua transferência?
- 5— Em que condições de tempo e de espaço devemos montar uma rede de indústria do frio?

C— Comércio

- 1— Quais as modificações aconselháveis na legislação e na tributação para intensificar o comércio interno do Brasil?
- 2— Idem, idem, quanto à legislação sobre o comércio exterior, inclusive se devemos substituir o sistema de tarifas específicas pelo de tarifas *ad valorem*?
- 3— Analisando-se os mercados externos dos produtos brasileiros (extrativos, agro-pecuários, industriais) em face da concorrência de outros países, qual a perspectiva para cada um desses produtos? É possível manter e ampliar-lhes a exportação? Perderemos o mercado? Que devemos fazer em cada hipótese?
- 4— Quais as medidas aconselháveis para evitar qualquer descrédito aos produtos brasileiros no exterior (padronização, amostragem, penalidades aos exportadores inescrupulosos etc.)?
- 5— Numa conjuntura mundial como a que ora atravessamos, devemos ou não adotar, dentro de certos limites, uma política de acordos de compensação com os países de moedas inconvertíveis? Exemplos dos acordos vantajosos que podemos fazer nesse sentido, atualmente?

D— Minerais

- 1— Quais os minerais que podemos exportar livremente?
- 2— Quais os que não devemos exportar, a fim de constituírem reservas de segurança?
- 3— Quais os que só devemos exportar mediante condições rígidas (em

troca, por exemplo, de equipamentos essenciais)?

- 4— Sendo mais conveniente a exportação de produtos pelo menos semi-manufaturados, em relação a que minérios devemos seguir essa política?
- 5— Quais os que devem ser industrializados no País, ou porque a sua industrialização apresente bases econômicas, ou porque interesse a segurança nacional?

E— Diversos

- 1— Constituído um dos problemas fundamentais da economia brasileira a ampliação do mercado interno, quais as medidas mais indicadas para, em curto prazo, atingirmos êsse objetivo?
- 2— Como devem ser organizados o crédito e o seguro agro-pecuário?
- 3— Quais as medidas a serem adotadas no sentido de equiparar-nos a marinha mercante nacional quanto aos transportes internacionais?
- 4— Em face do crescente número de organismos internacionais de supervisão econômica e financeira, que devemos fazer para conciliar o intervencionismo estatal com o princípio da livre iniciativa?
- 5— Quais os dispositivos da "Carta de Havana" que julga vantajosos e quais os que julga prejudiciais ao Brasil?
- 6— Em que condições, e para que fins, devemos aceitar a colaboração do capital estrangeiro no soerguimento econômico do Brasil?
- 7— Existem órgãos da Alta Administração Pública que não estão devidamente aparelhados para intensificar a produção e o comércio interno e o intercâmbio com o exterior? Em caso afirmativo, que devemos fazer para torná-los eficientes?

NOTA — O fato de o questionário não se referir a outros problemas que possam influir na fixação das diretrizes da política econômica nacional, não impede sejam êles tratados pelas diferentes entidades e pessoas inquiridas.

As Novas Tarifas Aduaneiras

A Sociedade Nacional de Agricultura representada na comissão respectiva

Atendendo à solicitação contida em Aviso do Sr. Ministro da Fazenda, a Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura designou seu representante junto à Comissão de que trata o art. 3.º da lei n.º 313, de 30 de julho deste ano, o seu 3.º Vice-Presidente, Engenheiro Agrônomo Antonio de Arruda Câmara.

A lei em questão é a seguinte:

LEI N.º 313 — DE 30 DE JULHO DE 1948

Autoriza o Poder Executivo a aplicar, provisoriamente, o Acôrdo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio; reajusta a Tarifa das Alfândegas, e dá outras providências.

O Presidente da República — Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a aplicar, provisoriamente, o Acôrdo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, cujo texto consta da Ata Final da Segunda Reunião da Comissão Preparatória da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Emprégo, assinada pelo Brasil e outros países, em Genebra, a 30 de outubro de 1947.

§ 1.º A partir de 1 de agosto de 1948, são reajustados os direitos específicos de importação para consumo, constantes da atual Tarifa das Alfândegas, mediante as majorações abaixo enumeradas:

1) de 10% (dez por cento) sobre os direitos de importação correspondentes às mercadorias aqui expressamente indicadas:

CLASSE 3.ª

Pêles e Couros

37. Preparados ou curtidos.
/12 — Envernizados, graneados ou não.

CLASSE 6.ª

Lã

Em bruto ou preparada.
Em bruto.

175. Tecidos (sobre todas as 21 alíneas deste artigo, com exclusão das de números 14 e 15, ou sejam "palmecheis" — / 14 — Até 250 grs. por metro quadrado; /15 — Demais de 250 grs. Idem).

CLASSE B.ª

Frutas, Cereais, Legumes, etc.

Frutas.

225. Amêixas, cerejas, damascos, figos, maçãs, melões, pêssegos, morangos, peras, uvas e semelhantes, frescas ou verdes.

247. Malte;

/2 — De outros cereais.

CLASSE 15.ª

Linho, Juta, Cânhamo, Râmia

Em bruto ou preparados.

434. Em bruto, preparados, restelados, assecados, em estrigas ou beneficiados de qualquer modo, tintos ou não:

/1 — Juta

/2 — Linho, cânhamo ou râmia.

486. Em fio preparado em meadas, novelo, bobinas e carretéis de qualquer qualidade (sobre todas as 8 alíneas deste artigo).

Em obras

526. Tecidos (sobre todas as 33 alíneas deste artigo).

CLASSE 17.ª

Pedras, Terras, Minérios e outros produtos Minerais

569. Amianto ou asbesto

Sòmente sobre as seguintes alíneas deste artigo:

/1 — Em bruto

2/ — Em fibras

Em pó:

/3 Simples ou sem mistura de qualquer matéria

/4 — Com mistura de outra matéria

/5 — Em pasta ou massa

/ — Preparado para cadinhos

582. Cimentos (sòmente sobre a alínea 3 deste artigo ou seja, /3 — de Portland ou romano).

CLASSE 18.ª

Louça e Vidro

625. Quaisquer obras não classificadas (sòmente sobre as latrinas das alíneas 9 a 12 deste artigo, em louças de números 1 a 4).

CLASSE 19.ª

Alumínio, Chumbo, Estanho, Zinco e suas ligas Chumbo

Em obras:

665. Canos ou tubos, retos, curvos ou em espiral (sòmente sobre a alínea 1 deste artigo, ou seja, /1 — Simples).

2) de 20% (vinte por cento) sobre os direitos de importação correspondentes às mercadorias classificadas nos artigos da Tarifa das Alfândegas, a seguir enumerados ou que se refram apenas aos produtos expressamente indicados:

CLASSE 6.ª

Lã

Em bruto ou preparada

133. Em bruto

/1 — Comum

134. Lavada ou desgordurada, simples ou carbonizada, "blousses" ou resíduos de cardagem ou pentagem;

/2 — Tinta

CLASSE 21.^a*Ferro e aço e suas ligas*

Em obras

343. Fios (arame)

(Sómente sobre a alínea I deste artigo, ou seja, /1 — Farpado, galvanizado).

CLASSE 24.^a

Matérias primas e preparações diversas, para as indústrias de perfumaria, pintura, tinturaria, curtume e outros usos.

Sobre todas as matérias primas desta classe, excluídas as mercadorias do art. 936, já livre pela Tarifa, e as do número 987, de taxa-ção *ad-valorem*, bem como as enumeradas nos arts. 971, 974, 982, 983 e 984.CLASSE 30.^a

Aparelhos, instrumentos, máquinas, e objetos físicos, químicos, matemáticos e óticos (sobre todos os artigos desta classe).

CLASSE 31.^a

Aparelhos, instrumentos e objetos de cirurgia, medicina, odontologia e veterinária — (sobre os artigos desta classe).

CLASSE 33.^a

Veículos, seus acessórios e pertences.

Sómente os seguintes artigos desta classe:

1.778. Aeroplanos, aeronaves em geral, montados ou desmontados, acessórios e pertences.

1.779. Carros montados ou desmontados,

Próprios para passageiros ou carga, entrega de encomendas, socorros pessoais, serviço funerário e fins semelhantes, como: ambulância, caminhões, ônibus e outros, /6 Até 2.000 quilos.

1.780. Embarcações montadas ou desmontadas completas:

A vela, a óleo ou a vapor.

Para serviços de portos, etc.: /9 Idem ou aço ou ferro (casco).

CLASSE 34.^a

Máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios diversos (sobre todos os artigos desta classe).

3) de 40% (quarenta por cento) sobre os direitos de importação para consumo relativos às ordens mercadorias classificadas na Tarifa das Alfândegas atualmente em vigor, quer tenham sido ou não incluídas na Lista de Concessões Tarifárias III — Brasil, que faz parte integrante do Acôrdo Geral da Tarifas Aduaneiras e Comércio, assinado, em Genebra, a 30 de outubro de 1947, exceptuadas as ferramentas agrícolas, previstas no art. 1.814 e o fumo em fôlhas, artigo 267/3, que continuarão sujeitos aos direitos em vigor.

§ 2.º Não serão reajustados os direitos de importação para consumo cobrado sobre o pe-

tróleo e seus derivados, art. 599, e a lã crua bruta ou preparada, arts. 133, alínea 2, 134, alínea 1, e 136, todos da Tarifa das Alfândegas mantido, porém, o reajustamento em relação às alíneas 4, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 do referido artigo 599.

Art. 2.º As concessões tarifárias feitas nos países signatários do respectivo Protocolo entrarão igualmente em vigor, a partir de 1 de agosto de 1948.

Art. 3.º Dentro de 30 (trinta) dias da vigência desta Lei, o Poder Executivo nomeará comissão composta de um representante de cada um dos Ministérios das Relações Exteriores, Fazenda, Agricultura, Trabalho, Indústria e Comércio e de representantes do Conselho Federal de Comércio Exterior, da Confederação Nacional do Comércio, da Confederação Nacional da Indústria e da Sociedade Nacional de Agricultura, por êles designados.

§ 1.º A comissão de que trata êste artigo, compete examinar, mediante provocação dos interessados a situação de quaisquer produtos cujos direitos de importação tenham sido reduzidos, de modo que exijam a adoção das medidas previstas no Acôrdo Geral.

§ 2.º Decorridos 90 (noventa) dias de sua constituição, a comissão enviará relatório conclusivo ao Ministério das Relações Exteriores, que mediante prévia aprovação do Congresso Nacional, providenciará sobre a aplicação do art. XIX do Acôrdo Geral referido no art. 1.º, denunciando-o na hipótese de não ser o Brasil atendido.

§ 3.º A comissão terá caráter permanente e reunir-se-á mediante convocação do Ministério das Relações Exteriores a pedido de qualquer interessado ou quando for julgado necessário. Cumpre-lhe, também, estudar os ajustes relativos ao desenvolvimento econômico (art. XVIII do Acôrdo), a fim de serem tomadas as providências que o interesse nacional indicar.

Art. 4.º Sem prejuízo de outras disposições estabelecidas em lei, com o mesmo objetivo, é o Poder Executivo autorizado a fazer reduções de emergência, dentro da margem do reajustamento, sobre os direitos de importação para consumo relativo a artigos que, por motivos de escassez ou de sua preponderante influência no custo de vida, exijam, temporariamente, a adoção dessa providência.

Art. 5.º Esta Lei não prejudicará as isenções de direitos de importação para consumo, já concedidas a entidades oficiais ou privadas, em virtude de lei ou de contratos com o Governo Federal.

Art. 6.º Dentro do prazo de 30 (trinta) dias o Ministério da Fazenda promoverá a reimpressão da Tarifa das Alfândegas, depois de convenientemente reajustada e atualizada esta com as anotações que se tornarem necessárias à execução do Acôrdo.

Art. 7.º E' o Poder Executivo autorizado a providenciar quanto à aplicação disposto no art. 19 do Acôrdo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio referente às concessões que pesam sobre as seguintes mercadorias: Leite em pó (artigo 98/31, penicilina pura (artigo 1.530 ex), folhinhas ou almanaques (artigo 545-3).

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de Julho de 1948; 127.º da Independência e 60.ª da República.

*Eurico G. Dutra
Corrêa e Castro,
Raul Fernandes,
Carlos de Sousa Duarte,
Morvan Figueiredo.*

PROTOCOLO PARA APLICAÇÃO PROVISÓRIA DO ACÓRDO GERAL SOBRE TARIFAS ADUANEIRAS E COMÉRCIO

1. Os Governos da *Comunidade da Austrália*, do *Reino da Bélgica* (ao que diz respeito no seu território metropolitano), do *Canadá*, da *República Francesa* (no que diz respeito no seu território metropolitano); do *Grão-Ducado do Luxemburgo*, do *Reino dos Países-Baixos* (no que diz respeito ao seu território metropolitano), do *Reino Unido da Grã Bretanha e da Irlanda do Norte* (no que diz respeito ao seu território metropolitano) e dos *Estados Unidos da América*, acordam entre si, desde que o presente Protocolo seja assinado em nome de todos os governos acima enumerados, no mais tardar até 15 de novembro de 1947, em aplicar, a título provisório e a partir de 1 de janeiro de 1948:

a) as partes I e III do Acôrdo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio;

b) e parte II dêsse acôrdo em tudo que fôr compatível com a legislação em vigor.

2. Os governos acima mencionados aplicação, a título provisório, o Acôrdo Geral nas condições enunciadas acima do que diz respeito a outros de seus territórios, além dos metropolitano, a partir de 1 de janeiro de 1948 ou depois desta data, logo que expirado o prazo de trinta dias a contar da data em que o Secretário Geral das Nações Unidas tenha recebido notificação da decisão de aplicar o Acôrdo, a título provisório, em um ou vários dêsses territórios.

3. Para qualquer outro govêrno signatário do presente Protocolo, a aplicação Provisória do Acôrdo Geral nas condições acima mencionadas efetuar-se-á a partir de 1 de janeiro de 1948; ou depois desta data, expirado o prazo de trinta dias, a contar da data na qual o presente Protocolo fôr assinado em nome dêsse govêrno.

4. O presente Protocolo permanecerá aberto na sede das Nações Unidas:

a) até 15 de novembro de 1947, para a assinatura dos govêrnos signatários do Ato Final adotado no término da segunda sessão da Comissão preparatória da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Emprêgo, que não o tenham feito na data de hoje.

5. Será lícito a todo govêrno que tiver pôsto em aplicação o presente Protocolo, suspendê-la, tornando-se efetiva essa denúncia depois de expirado o prazo de sessenta dias, a contar da data na qual o Secretário Geral das Nações Unidas tenha recebido, por escrito, a respectiva notificação.

6. O original do presente Protocolo ficará em poder do Secretário Geral das Nações Unidas, ao qual incumbem fornecer cópias autênticas do referido documento a todos os govêrnos interessados.



Em fé do que, os representantes infra assinados, depois da apresentação dos seus plenos poderes, achados em boa e devida forma, assinaram o presente Protocolo.

Dado e passado em Genebra, em um único exemplar, nas línguas francesa e inglesa, fazendo fé ambos os textos, em trinta de outubro de mil novecentos e quarenta e sete.

As associações rurais de todo o país, a propósito dessa nova representação, da S. N. A., foi enviado o seguinte ofício:

“Tenho o prazer de comunicar que o nosso Vice-Presidente Antonio de Arruda Câmara foi designado para representante da Sociedade Nacional de Agricultura na Comissão a que se refere o Art. 3.º da Lei n. 313, de 30 de julho dêsse ano, a qual autoriza o Poder Executivo a aplicar, provisoriamente, o Acôrdo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, cujo texto consta da Ata Final da Segunda Reunião da Comissão Preparatória da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Emprêgo, assinada pela Brasil e outros países em Genebra, em 30 de outubro de 1947.

A fim de que o nosso representante possa realmente expressar ali os interesses da classe, pedimos o envio de sugestões sobre quaisquer aspectos que, do ponto de vista dessa prezada congênera, possa ser de interesse para a lavoura e a pecuária brasileiras.

Nesta ocasião, apresento a V. S. os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.”



O lema que encima estas linhas, fielmente cumprido, abriu aos Produtos Nestlé as perspectivas de um campo de imensa amplitude, qual seja o de contribuir para o aprimoramento da raça humana, desde o berço, através de alimentos preparados com base nos progressos alcançados pela Ciência no campo da dietética.

Na missão de prestar serviços à infância encontram os Produtos Nestlé a colaboração valiosa de anônimos defensores da saúde, dos médicos, dos técnicos nos mais variados assuntos e do produtor de leite.

A todos êles deverá ser grato saber que essa colaboração recebe o acatamento e a respeitosa consideração de um público incalculável que confia nos Produtos Nestlé.

Ao esforço incansável do produtor de leite, no labor cotidiano da coleta e entrega do leite natural — puro, saudável, próprio para a industrialização sob diversas formas — a Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares sempre rendeu os maiores tributos de reconhecimento. Com o trabalho que valoriza rebanhos, pastagens, instalações indispensáveis e, sobretudo o potencial humano das zonas rurais, os criadores contribuem com valiosa parcela para a extensão do serviço em pról da Criança.

**COMPANHIA INDUSTRIAL E COMERCIAL
BRASILEIRA DE PRODUTOS ALIMENTARES**

CONCESSIONARIA EXCLUSIVA DOS PRODUTOS NESTLÉ NO BRASIL
FÁBRICAS DE LACTICÍNIOS EM ARARAS, ARARAQUARA E BARRA MANSA

JOAQUIM AUGUSTO TEIXEIRA

ESTUQUES

ESCULTURAS

ORNAMENTAÇÕES



Rua Evaristo da Veiga, 99

Telefone 22-8806

1.º ANDAR — RIO DE JANEIRO



HÁ COISAS QUE NÃO PODEM SER APRESSADAS...

A Natureza é sábia... mas não se apressa... Seus processos de desenvolvimento são lentos. Também a maturação da boa cerveja obedece às leis naturais... é coisa que não pode ser apressada... Por várias semanas, o Brahma Chopp "dorme" o sono da maturação, em gigantescas dornas, fermentando sob rigorosa e constante vigilância. É neste período de lenta maturação que o Brahma Chopp assimila todos os princípios revitalizantes do malte e as propriedades digestivas, o aroma... e o agradável sabor tônico-amargo do lupulo. É a razão da super-qualidade do Brahma Chopp — a boa cerveja que o Sr. e todos apreciam.

**Brahma
Chopp**
EM GARRAFA OU EM BARRIL



Devo as transmissões esporádicas do Rádio Nacional, às 10 em no domingo, a tarde, em todas as noites e médias, ao senhor, o senhor e a senhora, pela Rádio Nacional.

4/1948 200

PRODUTO DA CIA. CERVEJARIA BRAHMA S. A. B. - RIO DE JANEIRO - S. PAULO - CURITIBA - P. ALEGRE - P. FUNDO

Écos da Exposição Rural de Leopoldina

A Sociedade Nacional de Agricultura, dirigida pelo Dr. Ornelo Junqueira Botelho, Presidente da Associação Rural de Leopoldina, o seguinte ofício:

"Vimos aprazecer o valioso prêmio de uma taça, que essa Sociedade contribuiu para a Nossa XII Exposição, informamos que a mesma cabe ao Sr. Ribeiro dos Reis, proprietário da fazenda Mato Dentro, situada em Abaiba, município de Leopoldina, que conquistou com a Campeã do concurso leiteiro, em quantidade de leite — vencedora vara de nome *Millonia-Gouga*, raça Holandesa P. R.

O Estímulo que podemos levar aos nossos expositores se devem em grande parte, aos prêmios que os amigos, ofereceram todos convictos quanto é necessário estimular a produção nacional, muito cooperando com certeza de caráter tão acentuadamente econômico como a que temos procurando realizar".

No número passado, demos uma completa reportagem sobre a magnífica certeza, ilustrado com a fotografia da vencedora do concurso leiteiro, detentora do prêmio Sociedade Nacional de Agricultura.

A Verminose dos Bovinos

Jorge Vaitsman
Médico-Veterinário

Quando iniciamos nossa vida profissional, há pouco mais de um decênio, foi uma surpresa encontrar criadores que não acreditavam que os vermes eram capazes de arruinar a saúde e provocar a morte de seus animais. Era uma surpresa justificada, pois trazíamos da escola a impressão de que era este um conhecimento generalizado em nosso meio rural. Em zonas de pecuária orientada, ou onde a influência dos técnicos se fazia sentir de mais longa data, não havia essa descrença, é claro, e nós mesmos tivemos ocasião de visitar fazendas de zona leiteira, onde, além da rotação de pastagem como medida profilática para combater verminose dos bezerros, havia, também, a aplicação periódica e sistemática de vermífugos a todos os bovinos adultos. A profilaxia da verminose não constituía, contudo, rotina de nosso sistema de criação. Atualmente, embora muito tenham conseguido os técnicos no sentido de divulgar e impor os processos racionais para tratamento e prevenção das doenças do gado, não se pode dizer que os problemas de higiene e profilaxia veterinárias sejam diferentes. A evolução, mesmo lenta, é, contudo, satisfatória e isso podemos constatar, com facilidade, através a correspondência que, sobre os assuntos técnicos, nos tem sido enviada.

Ainda recentemente, recebemos de Carrancas, no oeste mineiro, interessante carta de pequeno criador, cuja divulgação de seus principais trechos julgamos oportuna, pois nela o missionista relata os resultados de suas observações pessoais, comprovando os prejuízos causados pela verminose em seus bovinos. As observações são concisas e simples mas suficientes para o diagnóstico e podem servir de ilustração a outros criadores que ainda não se perceberam dos perigos que os vermes representam à boa saúde dos rebanhos. A seguir, os trechos em que o criador trata do assunto:

"...e ao mesmo tempo, peço-lhe um conselho veterinário para doença que tem atacado meu gado. Tem causado grande prejuízo. Vou dar uma informação da doença: a rez atacada fica triste, arrepiada; o pêlo *engrossa*; emagrece; perde as forças e depois aparece uma disenteria amarelada e a rez deita e não tem forças para levantar-se. Acaba morrendo em menos de 30 dias. Tenho aberto diversas vezes e encontrado no intestino um colosso de vermes mais ou menos de 4 centímetros de comprimento e finos. Fui aconselhado a dar fenotiazina, mas..."

A verminose dos animais, principalmente dos bovinos, é uma das causas do pequeno rendimento econômico de muitos rebanhos. As vacas leiteiras infestadas produzem pouco leite; os bezerros custam a desenvolver-se, adoecem com frequência e são fáceis vítimas de infecções e afecções diversas. Quando a infestação é grande, como no caso acima, ocorrem mortes e os prejuízos do criador se agravam de modo alarmante.

Entretanto, a verminose pode ser facilmente debelada, bastando que o criador tome algumas medidas práticas, entre as quais a mais eficiente e barata é a administração periódica da fenotiazina a todo o rebanho. A aplicação do produto deve ser feita de acordo com as instruções dos fabricantes. Sempre que possível, contudo, será bom aconselhar-se com um veterinário para a orientação geral da profilaxia.

Pelo exemplo acima registrado, verificam nosso leitores que a verminose já é apontada pelos próprios criadores como causa de doenças e mortes de seus animais e este fato é bem um índice de compreensão com a qual nosso homem rural está recebendo os ensinamentos técnicos que lhes têm sido divulgados.

(Comunicado do Serviço de Informação Agrícola — Ministério da Agricultura — julho de 1948).

Solubilidade de Alguns Fosfatos Naturais

As condições brasileiras têm sido pouco propícias ao desenvolvimento da indústria de adubos fosfatados. Dificuldades inerentes ao meio e à natureza dos nossos minérios, ao lado dos pesados encargos financeiros da parte comercial, provenientes da necessidade de armazenar a produção para vendê-la apenas em restritas épocas do ano, são entraves seíssimos à obtenção do fertilizante barato.

A nossa reserva de fosfatos é grande. Somente as duas maiores jazidas — Araxá, em Minas Gerais, e Serrote, próximo a Juquiã, no litoral sul paulista — encerram algumas centenas de milhões de toneladas do precioso minério, de acordo com recentes trabalhos de prospecção. Neste ponto, fizemos grande progresso nos últimos dez anos.

A utilização desses fosfatos, mediante a sua transformação em superfosfato, em fosfato-remânia ou em fosfato desfluorizado, opõem-se algumas dificuldades técnicas e a nossa proverbial escarência de ácido sulfúrico, álcalis e combustível. A questão não se resolve com facilidade, apelando para a eletricidade, porque, quando a temos à disposição, o custo das instalações ainda é barreira para o modesto capital com que sempre pretendemos enfrentar os problemas industriais de maior envergadura. A solução imediata mais necessária parece ser a do fosfato desfluorizado, desde que seja constatado, com firme suposição, que o seu elevado preço atual provém da parcimônia com que ainda está sendo produzido nos E. U., como indústria muito recente.

Solução ideal seria usar os nossos fosfatos in-natura, tendo em vista que o seu preço talvez compense a lentidão com que é absorvido pela sóla e o emprego inicial de grandes quantidades de fertilizante, de utilidade remota, sujeito aos encargos decorrentes do investimento de capital a longo prazo. Todas as iniciativas tendentes a esclarecer este problema são dignas dos maiores elogios, porque mesmo um sucesso relativo bastaria para contrabalançar as di-

Joyme Benedito de Araújo

e

Cássio Mendonça Pinto

(do Laboratório de Produção Mineral, do M. A.)

ficuldades da solubilização artificial dos fosfatos naturais.

Todos sabem que não é nova essa modalidade de adubação. Nos E. U., onde o superfosfato sai das fábricas ao preço de 20 dólares a tonelada, a adubação in-natura tem aumentado progressivamente nos últimos anos, atingindo respectivamente 193.931, 256.736 e 411.543 toneladas em 1943, 44 e 45.

Em 1938, por determinação do Ministro Fernando Costa, a Divisão de Fomento da Produção Mineral distribuiu gratuitamente aos lavradores paulistas cerca de 5.000 toneladas de apatita de Ipanema. Como essa distribuição não foi acompanhada da necessária divulgação, advertindo os lavradores sobre a natureza do material, os resultados imediatos pouco animadores chegaram a constituir propaganda negativa para os primeiros superfosfatos fabricados com minério daquela jazida, embora fossem eles de boa qualidade. Dever ter concorrido para este resultado a falta de orientação técnica dos lavradores, pois as experiências não foram acompanhadas por agrônomos, e a moagem insuficiente do fosfato.

Notícias recentes sobre adubação in-natura nos foram transmitidas pelo engenheiro industrial Roman Facchini, sócio de uma firma de fabricantes e comerciantes de adubos de S. Paulo, que, em viagem pela Europa, manteve contacto com industriais franceses interessados em certo fosfato natural africano vendido sob a designação de "Hiperfosfato" e apresentando bons índices de solubilidade. Por seu intermédio, tivemos notícia do método Schleinger, usado na Suíça para determinar a solubilidade dos fosfatos naturais, que consiste no seguinte:

Submeter 1 grama de fosfato a quatro ataques sucessivos, por 100 cc de

solução de ácido cítrico a 2%, com agitação pelo espaço de meia hora, determinando o P205 solúvel após cada alaque.

Infelizmente não conseguimos informações sobre como interpretar os resultados obtidos, de modo a fazer a sua correlação com a eficiência agrônômica do adubo. Todavia, julgamos interessante submeter os diversos fosfatos naturais brasileiros ao método Schleinigier e apresentar os resultados aos técnicos de agricultura, pois a eles cabe opinar, após experiências diretas ou mediante dados existentes na literatura especializada, que não conhecemos, sobre a significação desse controle analítico. É este o objetivo do presente trabalho.

A fixação de métodos de determinação da solubilidade dos fosfatos tem sofrido modificações, à medida que novos estudos são feitos sobre a eficiência dos adubos. Inicialmente, só era computado o P205 hidrossolúvel, passando-se em seguida a considerar como útil também o fósforo solúvel em solução de citrato de amônio e, agora, em ácido cítrico. A conclusão mais importante de recente visita dos fabricantes de adubos ingleses aos EE.UU., noticiada por "Fertilizer Review", é que devem ser adotados na Inglaterra os padrões americanos de solubilidade, mais amplos, para benefício dos fabricantes, pelo aumento de capacidade de suas instalações, e dos agricultores, que poderiam incrementar o uso dos fertilizantes, em virtude da baixa de preço. Oxalá os agrônomos patrios tirem conclusões semelhantes quanto aos índices de Schleinigier.

Além da tabela de resultados do método Schleinigier aplicado aos fosfatos brasileiros, apresentamos, para termos de comparação, dados colhidos por Ronien Facelina na Europa, mostrando a diferença de solubilidade natural entre os fosfatos africanos e os da Flórida, aplicando o mesmo método. Como a moagem é operação sempre ao nosso alcance para tornar mais eficientes os adubos naturais, pois no máximo os carece um pouco, adotamos a granulagem de 325 mesh para todas as amostras.

Os dados expostos indicam que os fosfatos da Flórida situam-se, sob o ponto de vista considerado, entre os

SOLUBILIDADE DE FOSFATOS NATURAIS ESTRANGEIROS PELO PROCESSO SCHLEINIGER

Procedência	Geftsa Hyper Reno	Geftsa moído	Geistlich (?) marroquino	Algeriano	Marroquino	Flórida
Granulagem	300	150	200	300	300	?
P205 total	28,75	28,10	33,30	26,55	33,80	36,60
1.ª extração	(1) 13,01 (2) 45,2 (3) 45,2	(1) 10,72 (2) 38,1 (3) 38,1	(1) 9,44 (2) 28,3 (3) 28,3	(1) 9,09 (2) 34,2 (3) 34,2	(1) 10,78 (2) 31,9 (3) 31,9	(1) 6,25 (2) 17,1 (3) 17,1
2.ª extração	10,59	9,09	8,04	7,75	8,71	5,68
3.ª extração	5,14	5,74	6,63	5,17	6,38	32,6
4.ª extração	0,25	2,05	4,78	2,39	4,78	47,6
	28,99	27,60	28,89	24,40	30,65	22,65
	100,7	98,1	86,7	91,9	90,6	61,9

(1) Teor de P205 solubilizado em cada extração

(2) Índice de solubilidade: P205 solubilizado P205 total. %

(3) Idem, valores acumulados

SOLUBILIDADE DE FOSFATOS NATURAIS BRASILEIROS PELO PROCESSO SCHLEINIGER

I) Jazidas do Estado de São Paulo

Procedência	Ipanema			Serrate-amarela			Serrate-cristalizado			Jacupiranga														
Granulação	325			325			325			325														
P205 total	22,1			37,9			38,3			27,8														
	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)												
1. ^a extração	3,6	16,3	16,3	7,8	20,6	20,6	8,3	21,7	21,7	4,9	17,6	17,6												
2. ^a extração	3,6	16,3	32,6	7,0	18,4	39,0	8,1	21,1	42,8	4,1	14,7	32,3												
3. ^a extração	3,3	14,9	47,5	6,7	17,7	56,7	7,4	19,3	62,1	3,6	12,9	45,2												
4. ^a extração	3,3	14,9	62,4	6,6	17,4	74,1	7,4	19,3	81,4	3,3	11,9	57,1												
	13,8			62,4			28,1			74,1			31,2			81,4			15,9			57,1		

- (1) Teor de P205 solubilizado em cada extração
 (2) Índice de solubilidade: P205 solubilizado P205 total, %
 (3) Idem, valores acumulados

SOLUBILIDADE DE FOSFATOS NATURAIS BRASILEIROS PELO PROCESSO SCHLEINIGER

II) Jazidas de diversos Estados

Procedência	Araxá-consistente			Araxá-terroso			Alagôa-Monteira			Bauxita-Trauíra														
Granulação	325			325			325			325														
P205 total	30,6			19,3			38,1			17,1														
	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)												
1. ^a extração	4,4	14,4	14,4	3,9	20,2	20,2	3,5	9,2	9,2	0,05	0,3	0,3												
2. ^a extração	4,4	14,4	28,8	3,3	17,1	37,3	3,3	8,7	17,9	traças	—	0,3												
3. ^a extração	3,6	11,8	40,6	2,3	11,9	49,2	3,1	8,1	26,0	traças	—	0,3												
4. ^a extração	3,9	12,7	53,3	1,6	8,3	57,5	2,9	7,6	33,6	nilul	—	0,3												
	16,3			53,3			11,1			57,5			12,8			33,6			0,05			0,3		

- (1) Teor de P205 solubilizado em cada extração
 (2) Índice de solubilidade: P205 solubilizado P205 total, %
 (3) Idem, valores acumulados

nosso de Araxá e de Serrate, apresentando solubilidade comparável aos de Ipanema e de Jacupiranga. Por isso, não devemos perder de vista que, não obstante o baixo preço de seu superfosfato, os americanos empregaram em 1945 mais de 100 mil toneladas de fosfato

in-natura, constituindo este número um incentivo para um programa de estudos deste processo de adubação, tendo em vista que três culturas de ciclo longo — café, cana de açúcar e pastagens — são elementos decisivos da economia nacional.

O fosfato maranhense da ilha da Trauíra, constituído de bauxita fosforosa, mostrou-se praticamente insolúvel em ácido clórico a 2%. A apatita de Alagôa do Monteiro, que ocorre em belos cristais, apresentou índices de solubilidade muito baixos. Todavia, representa ela, pela sua pureza, ótima matéria prima para a indústria de superfosfato, que já está sendo organizada em Recife. Os fosfatos de Serrote, se bem que algo mais solúveis que os seus congêneres nacionais, ainda estão muito aquém dos fosfatos africanos. Os minérios de Araxá (consistente), Jacupiranga e Ipaucema, sob este ponto de vista, são sensivelmente equivalentes. O material terroso de Araxá apresenta índice de solubilidade comparável ao de Serrote, na primeira extração, mas não acompanha o ritmo nas extrações seguintes.

Apresentamos nos agrônomos os dados catalogados, pois a eles compete averiguar a utilidade prática do método de Schleinitzer.

Belo Horizonte, Julho de 1948.

Jayme Benedicto de Araujo
Cássio Mendonça Pinto

=====

**A 1.^a SEMANA DO HORTELÃO NA
ESCOLA DE HORTICULTURA
WENCESLÃO BELO**

O Sr. Dr. Antonio de Arruda Câmara, 3.^o Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, e diretor da Escola de Horticultura Wenceslão Belo, recebeu do Sr. Dr. Daniel de Carvalho, Ministro da Agricultura, a seguinte carta:

"Tenho a satisfação de acusar o recebimento de vosso officio n.^o 112.923, de 13 do corrente, que acompanhou o relatório da 1.^a Semana do Hortelão realizada na Escola de Horticultura "Wenceslão Belo", sob os auspícios dessa Sociedade e da Fundação "Getúlio Vargas".

A leitura do relatório dos trabalhos realizados e da organização dada á Semana causam impressão favorável quanto aos efeitos que ela deve ter produzido ou quanto aos seus objetivos.

Formulo votos pela repetição dessa iniciativa que é uma colaboração no trabalho educativo de que muito necessitam nossas populações rurais. Cordiais saudações".

A LAVOURA

(ÓRGAM DA SOCIEDADE NACIONAL
DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897



Eng.^o Agrônomo Arthur Torres Filho
Presidente da Sociedade



Eng.^o Agrônomo Antonio de Arruda
Câmara
Diretor



Eng.^o Agrônomo Kurt Repsold
Redator Técnico



Eng.^o Agrônomo Geraldo Goulart da
Silveira
Consultor-Técnico



Luiz Marques Pollano
Redator-Secretário e Gerente



Redação e Administração:
AV. FRANKLIN ROOSEVELT 115, 6.^o
Telefone: 42-2981
Caixa Postal 1245 — Rio de Janeiro



Nem a redação da revista nem a sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Princípios Rochdalianos, Educação e Plano de Orientação Cooperativa

FABIO LUZ FILHO.

Em livros sucesivos tenho frisado que o cooperativismo possui grandes virtudes de disciplina, de coesão, de mútuo-entendimento, uma filosofia moral criadora de um clima novo nas relações humanas.

Mesmo antes da atual fase de experiência socialista, a Inglaterra libérrima, berço dos "Rochdalianos" famosos que lançaram ao mundo a idéia cooperativa moderna, que venceu cem anos de experiências sem desfalecimentos que valem por uma consagração, tinha o pensamento de seus líderes políticos e cooperativistas para o aperfeiçoamento do seu sistema educativo no sentido da fecunda ação cooperativa.

Acaba ela mesmo de, recentemente, elevando-o ao baronato, dar assento, na Câmara dos Lordes, a *M. Palmer*, o ilustrado presidente da Aliança Cooperativa Internacional, com sede em Londres, como elemento avançado a quebrar, com líderes trabalhistas, o conservantismo dessa Câmara, que já não possui o direito de veto em determinados casos.

Fabra Ribas, o ilustrado economista e sociólogo espanhol que me honra com a sua amizade e me distingue com seu aprêço, acaba de me enviar brilhante trabalho que apresentou a "2.^a Conferência de 1.^a Unión Cooperativa Boliviana", realizada em Caracas em 1945.

Pereute êle, com o costumado brilho e a sólida cultura de que é dotado, a tecla da necessidade da formação de técnicos e da educação cooperativa.

Cita a *Edward Filene* ("Successful Living in This Machine Age") e a *Gerald Wendt*, aludindo ao trabalho gigantesco dos 2.400 laboratórios norte-americanos, nos quais empregam 70.000 técnicos, com despesas que vão a 300 milhões de dólares. Núcleos que possibilitarão, ampliados pela formidável capacidade desse grande povo, a posse de campos científicos semelhantes a êsse que levou ao assombro da desintegração do átomo, sonho secular dos sábios. O homem pacífico do laboratório subvertendo, com o poder do cérebro, com a potência do estudo aerisolado, com as armas da cultura científica, o panorama político do mundo, quicá, radicalmente, seu aspecto econômico e social em futuro próximo.

Nascido o cooperativismo, como já foi acentuado, de imperativos históricos: o desequilíbrio entre o processo da produção e as exigências do consumo, constitui êle, precisamente por isso, um dos capítulos mais vastos e empolgantes da economia social moderna, cujos postulados cimentam uma nova concepção da criação e distribuição das riquezas, feitas para a satisfação de necessidades e não para o lucro, princípio ético-social de alcance enorme: a riqueza consumida pelo seu justo preço; o lucro pertencendo ao que legitimamente o criou; o esforço criador como base fecunda da recompensa; o elemento pessoal como fator de dinamismo; o capital servindo ao trabalho; a humanização dos meios de produzir.

Carlos Howarth, oventista, pobre operário de uma fábrica de algodão, foi, como já vimos, o inspirador do princípio-chave que *Gide* classificou de "golpe de gênio": a norma revolucionária do retorno, da distribuição das sobras do exereleto social na proporção do consumo que não do capital. A êsse princípio, entre outros, filia-se todo o poder de sua expansão no mundo.

Sintetizo o que a Aliança Cooperativa Internacional, com sede em Londres, órgão coordenador do movimento cooperativo mundial e impertérito mantenedor da pureza de seus princípios, deu recentemente como características basilares rochdalianas. El-las:

1 — "*Libre acesso e adesão livre*" — Este princípio estabelece que o ingresso em uma sociedade cooperativa deve ser livre para todos sem distinção de cor, raça, sexo, nacionalidade, ou crença religiosa. Cada cidadão deve achar-se em condições de permanecer fora do movimento ou pertencer ao mesmo de acôrdo com os ditames de sua própria vontade.

2 — "*Contrôle democrático*" — Este princípio estimula a completa autonomia das cooperativas. O elemento básico do governo democrático: "Um homem, um voto", é o fundamento da constituição cooperativa e é exercitado sem discriminação de sexos. É fãvor de capacidade eletiva e seletiva, de disciplina mental e moral, de sensibilidade social.

3 — "*Distribuição de excedentes ou sobras*" — É feita a distribuição na proporção das compras. É o método pelo qual o lucro, único móvel propulsor do comércio e da indústria, é eliminado. É o "reino da jura preço" (*Gide*).

4 — "*Limitação do juro ao capital*" — É um princípio que, sem desconhecer o direito à compensação pelo uso do capital, nega toda pretensão ao proveito puramente capitalista e fecha a porta à usura em todas as suas formas.

5 — "*Neutralidade política e religiosa*" — Aplicável a todos os associados e em todas as operações e discussões das sociedades cooperativas. Este princípio ressalva a independência dos associados e a unidade das sociedades cooperativas. Permite ao movimento cooperativo apelar para a boa vontade de todos e concentrar todas as suas forças na realização de suas idéias econômicas e sociais.

6 — "*Pagamento a dinheiro de contado*" — É um fator essencial não somente da estabilização do comércio e da indústria em geral. Litra a comunidade dos consumidores da servidão da dívida e conduz a hábitos de economia.

7 — "*Estímulo à educação*" — Considerada a regra de ouro. Assegura o desenvolvimento moral e intelectual dos cooperadores para funções de responsabilidade e para uma vida ampla em uma comunidade que marcha progressivamente para um plano mais alto de civili-

lização, para a construtora de um mundo mais compreensivo e harmônico.

Maurice Colombain, acentua, com muita justiça, que a primeira tarefa da educação cooperativa é dar aos homens livres fé e consciência, fundar e fortalecer-lhes o sentimento da liberdade e da igualdade por meio do conhecimento viril de suas responsabilidades. Obra necessária, mas ainda insuficiente. Walter Scott conta que, um dia, utilizando-se de dois remos de um barqueiro, percebeu que num dos remos do barco estava inscrita a palavra "Fé" e no outro a palavra "Trabalho". Perguntando ao barqueiro o motivo daquilo, este em resposta, manobrou com vigor o remo a que chamava "Fé", e o barco começou a rodar sobre si mesmo, sem rumo. Manobrando o remo "Trabalho", disse a Walter Scott o barqueiro que o bote então caminhava direito porque empregava "Trabalho" juntamente com "Fé".

Assim sucede com o barco cooperativo. Não há possibilidade de se navegar se não for impulsionado pela fé, e, tampouco, poderá navegar com segurança e bem orientado se não for movido, também, e ao mesmo tempo, pelo trabalho. Isto é, pela colaboração de todos os que lhe confiaram seus interesses e suas esperanças. Necessitamos, pois, de aprender a trabalhar juntos, a pensar e sentir juntos. Temos que aprender a solidariedade. Devemos educar-nos.

Já houve quem dissesse que o cooperativismo é um movimento de natureza econômica que se vale, com inteligência e propriedade, da educação, ou um processo educativo quem tem por instrumento a ação econômica.

Tão necessária é essa educação que, na Suécia, Índia, Rússia, Inglaterra, Canadá, Estados Unidos, etc., continuam a criar-se cátedras nas escolas superiores, inclusive de agricultura, para o ensino e a prática do sistema cooperativo, que em muitas constitui uma disciplina autônoma, como veremos.

Na Inglaterra, por exemplo, a "Cooperative College", em Manchester, teve a seguinte frequência em seus cursos em 1940: Jovens, 1.200, com 35.000 alunos; adultos: 335 cursos, com 7.000 alunos; cursos para dependentes e empregados de cooperativas: 1.338 com 23.871 alunos.

Esse estabelecimento de ensino terá brevemente a sua alta escola de cooperativismo, com trabalhos de laboratório e investigação.

Os "comitês" de educação cooperativa são reconhecidas pelo governo inglês e têm representação no "National Education Council".

O novo governo provisório austriaco é presidido pelo dr. Karl Benner, o qual dirige, ao mesmo tempo, a pasta das Relações Exteriores. Conhecido nos meios cooperativistas mundiais, pertence ele ao Comitê Central da Aliança Cooperativa Internacional, órgão centralizador e coordenador do movimento cooperativo internacional com sede em Londres. É ainda presidente da União Central de Consumo das Cooperativas de Consumo da Áustria.

O sr. Andreas Korp é um dos diretores gerais da Cooperativa Central de Abastecimento. O sr. Duchtnger, ministro da Agricultura, é o líder de maior destaque da União das Cooperativas Agrícolas da Áustria.

Vários países da América do Sul (Argentina, Colômbia, Venezuela, Perú, etc.) possuem Cen-

tros e Institutos de Estudos Cooperativos. Agora mesmo no Perú acaba de relucir atividades a "Escola de Cooperativismo", com pessoal idôneo e especializado, e o Congresso de Estudantes aprovou uma moção sugerindo a criação de uma cátedra de cooperativismo na Faculdade de Direito e Ciências Políticas e Sociais.

A Universidade Operária da Colômbia, em Bogotá, acaba também de incluir em seu currículo um curso de cooperativismo. Acaba de acentuar em meu último livro — "Teoria e prática das sociedades cooperativas" — como o Bureau International du Travail traçou o quadro do ensino cooperativo em vários países, entre eles a Índia, onde pelo menos dez universidades dão cursos de extensão sobre a história e a teoria cooperativa. No plano que apresentei e vi aprovado pelo plenário da Reunião de Secretários da Agricultura realizada o ano passado no Rio de Janeiro, acentuei a relevância do setor educativo. Eis o plano:

1.º — *Crédito especializado*, através da C.C.C. seja diretamente, seja através de órgãos estaduais específicos, naturalmente majorado o fundo financeiro de que dispõe. Coadjuvará a C.C.C., através de técnicos capazes, não só a propaganda como a educação do associado (seja como prestatário, seja como cooperador), estendendo o crédito às várias modalidades de cooperativas, entre elas as de consumo, dentro de normas flexíveis.

2.º — Destinarem os D.A.C. estaduais os 50.000 — cruzetros anuais que recebem, devidamente comprovados e com a possível ingerência do S.E.R., a uma intensa obra de propaganda escrita e falada, de assistência e de aparelhamento técnico, sob a supervisão desse mesmo Serviço de Economia Rural, que deverá para isso ter fundamentalmente alterados seus quadros, com verbas mais amplas se é realmente desejo do Governo que se faça verdadeiro cooperativismo no Brasil em realizações duradouras.

3.º — Que o S.E.R. peça ao Sr. Ministro da Agricultura leve ao conhecimento do Sr. Presidente da República a atividade dos fiscais em face das isenções legais de impostos, mediante discriminação clara e incisiva.

4.º — Ao lado da propaganda comum, escrita, falada, através dos instrumentos modernos naturalmente indicados (imprensa, palestras, rádio, etc.), uma assistência legal, doutrinária, jurídica, contábil e prática, quer pela divulgação escrita da jurisprudência e princípios firmados pelo S.E.R., quer através de *instrutores* ou *inspetores itinerantes e censores agro-pecuários* (exame das regíes geoeconômicas e suas possibilidades), o que seria enormemente facilitado com a coadjuvação da S.P.E.S. desse Serviço, das Agências estaduais, por si ou em colaboração com os D.A.C., ou departamentos outros de agricultura, educação e saúde.

5.º — *Propaganda, organização, Ensino, Educação, Assistência, Fiscalização*, eis pontos nevrálgicos.

6.º — *Formação da carreira de técnicos em cooperativismo*, com facilidades de leccionação, vencimentos compatíveis e elementos de trabalho suficientes, e ampliação de quadros, do selo dos quais sairão, ou não, os elementos do item 4.º.

7.º — Obrigatoriedade dos D.A.C. que recebem auxílio de contratar os técnicos necessários mediante estágio aqui no S.E.R. e dar aplicação específica a esse auxílio ou, se possível, federalização dos D.A.C. que se tenham revelado inoperantes, pela denúncia dos atuais acordos.

8.º — Direitos preferenciais de transportes e mineração de fretes para os produtos das e para as cooperativas.

9.º — Organização de cooperativas-modelos municipais, intermunicipais ou regionais para culturas típicas, ou não, de funções múltiplas, mistas ou cíclicas, com assistência oficial permanentemente, se possível.

10.º — Concentração do movimento cooperativo nacional onde necessário e possível.

11.º — Formação de cooperativas de hortaliçicultores, de policultura, de laticínios (leite de granja) e avícolas em torno das grandes cidades, quer em núcleos coloniais, quer isoladas, dando-se-lhes um sentido federativo.

12.º — Continuação da campanha das cooperativas de crédito específicas, quando possíveis, e das de consumo e articulação das federações destas com as federações agro-pecuárias ou com as grandes cooperativas agrícolas isoladas, mediante convênios e financiamento adequados.

13.º — Cooperativas de colonização ou de trabalho agrícola, com trabalho coletivo ou não, onde forem possíveis.

14.º — Incentivo à formação de cooperativas para gêneros de alimentação, ou exigência de reserva de hectares necessários a essa produção, quando possível, em cooperativas de outros tipos, notadamente nas de laticínios e de culturas típicas.

15.º — Auxílio em transportes.

16.º — Ao se fundarem ou projetarem cooperativas ter em vista:

a) — o exame prévio de suas estruturas econômicas e existência e possibilidade de administradores e gerentes capazes, ou elementos oficiais com qualidades para orientá-las em última instância;

b) — averiguações em tôrno da potencialidade da produção a ser cooperativada em volume e qualidade, transportes e possibilidades e preferências de mercados;

c) — exame das necessidades reais quanto ao crédito;

d) — exame das razões financeiras, econômicas, morais, psicológicas e culturais que possam retardá-las, ou levá-las ao fracasso;

e) — as indústrias agro-pecuárias correlatas possíveis de desenvolver;

f) — apóio e interesse das Prefeituras, mesmo que seja depositando seus fundos nas cooperativas, e atenuação de exigências fiscais; facilidades em e para caminhões, mercados e barreiras.

17.º — As cooperativas de consumo deverão visar, na medida do possível entre outras causas já amplamente especificadas em estatutos-modelos oficiais, etc., a:

a) — educação cooperativa sistemática, aproveitados os sobejos elementos de doutrina e de ordem prática existentes;

b) — aquisição nas fontes de produção, sempre que possível

18.º — As agrícolas incluirão também em seus programas de ação:

Colocar, entre as suas atividades, os caminhões vicinais, os armazéns, silos e frigoríficos, as frotas de caminhões, carretas, carros, carroças, muares, instrumental agrícola, reprodutores, mudas, sementes, plantéis selecionados, bichos de seda, sub-produtos, etc.; preeminência ao aspecto técnico, com especialistas contratados sempre que possível; amparo do crédito oficial, ou não; o ensino e a educação sanitária como setores obrigatórios, na impossibilidade de cooperativas sanitárias específicas, etc.

19.º — Incentivo às cooperativas escolares.

20.º — Cooperativas pastoris específicas, com programa de inseminação artificial.

O plano acima poderá ser instruído com o seguinte questionário:

1 — Quais os tropeços encontrados para fundação e posterior funcionamento das cooperativas nos Estados?

2 — Quais as dificuldades encontradas em matéria de contabilidade?

3 — Têm tido as cooperativas amparo de crédito particular ou oficial? E' premente essa necessidade? Como atender a esse setor dentro das peculiaridades locais?

Quantas cooperativas de crédito no momento existem e volume global dos empréstimos feitos para fins agrícolas?

4 — Têm sido encontrados administradores capazes?

5 — Tem o órgão específico de organização e fiscalização de cooperativas meios para assistir às mesmas e fiscalizá-las? Caso contrário, quais as razões disso?

6 — Tem havido apóio do govêrno estadual as iniciativas desse órgão?

7 — Quais os gravames fiscais que pesam sobre as cooperativas no Estado e no município? Há tendência para minorá-los?

8 — Preenchem os Conselhos de Administração e Fiscal das cooperativas regularmente a suas funções? Têm concorrência as assembleias gerais?

9 — Há ingerência das autoridades federais, estaduais ou municipais na economia interna das cooperativas?

10 — Há satisfação da parte dos associados em relação aos serviços prestados pelas cooperativas? Quais as suas falhas? Há fidelidade dos associados às suas cooperativas?

11 — Tema a ação cooperativa de alguma forma contribuído para o melhoramento do nível da economia rural do Estado, ou ainda permanece em estágio de experiência? Neste último caso, promete resultados? Há trabalho de educação cooperativa?

12 — Quais os setores de economia do Estado que se acham organizados cooperativamente, o número de cooperativas existentes e sua situação patrimonial, volume de sua produção e sua situação em relação aos mercados internos e externos?

Os Concursos da Postura e o Programa de Seleção das Aves

INTRODUÇÃO

A Indústria avícola será a Indústria do futuro, no Brasil. No momento, suas possibilidades, embora remotas, apresentam um volume comercial vistoso, de modo a não permitir dúvidas quanto ao seu promissor futuro.

No entanto, para que a Indústria avícola se torne de fato uma Indústria lucrativa, quer produzindo ovos, quer carne ou reprodutores, um programa de seleção das aves se faz mister, representando a base da produção econômica dos produtos fornecidos pela avicultura.

Sabendo-se que a alimentação representa cerca de 45% do custo total da produção de ovos, a conclusão de que quanto mais ovos puzer uma galinha tanto menor será o custo da produção por dúzia, está ao alcance de qualquer leigo.

Desde que a postura elevada das galinhas condiciona uma produção econômica, proporcionando maiores benefícios ao avicultor, a seleção para a produção de ovos é o caminho mais acertado para aqueles que desejam explorar essa característica biológica das aves. Porém, nem sempre empregam os avicultores os métodos mais indicados para a seleção de suas aves. Alguns, rotineiros, mantêm plantéis de aves e as selecionam tão somente pelos tipos padrões das raças. Outros as selecionam pelos caracteres morfológicos correlacionados com a produção de ovos.

Tais métodos, empíricos, não correspondem às finalidades impostas pelo desenvolvimento da avicultura. Os que deles se têm utilizado, pouco ou nada avançam no desenvolvimento de linhagens ou famílias produtivas. Aqueles que têm realizado pesquisas sobre o problema, procurando encontrar correlações entre os caracteres morfológicos e a produção de ovos das aves, são unânimes ao afirmarem a falta de segurança desses métodos de seleção para a produção de ovos.

Reportando-nos aos estudos das relações entre a forma do corpo e a postura das aves, citaremos Jull, Quilm e Godfrey (1933), do Beltsville Research Center. Os autores citados estudaram um lote de 237 galinhas da raça Leghorn Branca. Após completar um ano de postura (305 dias), esse lote de galinhas foi dividido em 3 grupos, a saber:

- a) grupo de galinhas de alta postura (245 ovos);
- b) grupo de galinhas de média postura (200 ovos);
- c) grupo de galinhas de baixa postura (156 ovos);

As medições do corpo compreenderam:

- 1) medida do comprimento da cavidade abdominal;
- 2) medida da largura da cavidade abdominal;
- 3) medida do comprimento do esterno (quilha).

As três medidas foram procedidas em aves vivas e em carcaças de aves do mesmo lote,

HENRIQUE FRANCISCO RAIMO
(Do Departamento da Produção Animal de S. Paulo)

que apresentaram, no caso, diferenças insignificantes.

Os resultados obtidos mostraram que as diferenças entre o comprimento e largura da cavidade abdominal e o comprimento do esterno (quilha), entre as galinhas de alta postura e as de baixa postura, foram insignificantes, o que vem demonstrar a impraticabilidade de tais medidas nos métodos de seleção avícola para a produção de ovos.

A cabeça das aves igualmente tem sido estudada, procurando os pesquisadores correlacionar algumas medidas da cabeça com a capacidade de produção das aves.

Dentre os diversos pesquisadores que estudaram o problema, citaremos Miller e Carver (1933). Os citados autores, estudando 9 medidas da cabeça de 319 galinhas da raça Leghorn Branca e de 113 galinhas da raça Rhode Island Red, concluíram que as medidas da cabeça não constituíam por si um índice da capacidade de produção de ovos das galinhas.

Tais estudos praticamente esgotaram o assunto, pelo volume de dados interpretados, acuidade técnica empregada, bem como pelo auxílio da Biometria, reveladora matemática nas possíveis relações entre caracteres correlativos.

Com a redescoberta das leis de Mendel, a Genética Animal expandiu-se e os estudos se encaminharam para a identificação dos verdadeiros princípios que devem reger o melhoramento dos animais domésticos. Dentre esses, as aves, especialmente as poedeiras, vêm merecendo especial atenção dos técnicos responsáveis pela seleção das aves dos estabelecimentos oficiais.

Como resultado desses estudos, sabemos que existem vários fatores fisiogênicos que condicionam a produção elevada de ovos das galinhas, destacando-se a maturidade sexual, intensidade da postura, ausência de êxodo e persistência da postura. Desde que esses fatores genéticos são os que, em grande parte, condicionam a postura elevada das aves, outra seleção que não seja a genotípica deve ser afastada.

O controle da produção das aves originais e da sua progênie é o ponto básico de todo programa de seleção avícola. Uma galinha vale por sua produção de ovos e capacidade biológica de transmissão dos caracteres que condicionam a postura elevada.

O controle da produção das filhas dos acasalamentos de um galo com determinada galinha, constituindo uma família, representa uma das mais importantes fases do controle da progênie. É a fase-recorde de família.

Esse controle é tão mais importante quando se conhecem os seguintes fatos:

- 1) um galo acasalado com galinhas diferentes pode apresentar resultados diferentes;

2) uma galinha acasalada com galos diferentes pode, igualmente, apresentar resultados diferentes.

Diante de tais fatos incontestáveis podemos admitir que, mediante o controle da produção das galinhas originais e de sua progênie, poderá o avicultor progredir na elevação da média de postura de seu rebanho — base econômica de toda a avicultura racionalizada.

A identificação das aves pela anlagem ou outra qualquer marca, bem como a identificação dos ovos pelo controle do ninho-alçadão, fornecem os elementos básicos para todo um programa de seleção.

A inserção desses elementos em fichas de controle, em divisão liberal, postura e incubação, constitui por si o marco para o desenvolvimento de um programa de seleção genotípica.

No entanto, tais fatos não foram identificados, confirmados e difundidos sem um comprovante público que pudesse testemunhar diante dos avicultores especializados na produção de aves "tipo exposição", ou daqueles aferrados aos métodos empíricos de seleção fenotípica, o verdadeiro caminho a ser trilhado, na árdua tarefa seletcionista para a produção de ovos. Para tanto surgiram os concursos de postura.

Finalidade dos Concursos de Postura

A função primordial dos concursos de postura, no início, foi a de comprovar publicamente os métodos seletivos empregados pelos avicultores de determinada região ou de todo um país.

Depois que se alargaram os conhecimentos da Genética Animal, é que várias formas de herança se achavam intimamente associadas à produção de ovos, e que o controle pelo ninho-alçadão, após a identificação das aves, fornecia preciosos elementos biológicos, caracterizando as melhores poedeiras, uma nova era abriu-se aos concursos de postura. Rápidamente eles grangearam popularidade e se multiplicaram largamente nos países de avicultura progressista e racionalizada. Assim é que, somente nos Estados Unidos, contam-se para mais de 40 concursos de postura.

Além desses concursos, promovidos por entidades oficiais, foram muitos aqueles organizados por sociedades avícolas regionais, principalmente nos Estados Unidos, valendo no entanto para efeitos de récorde os resultados obtidos pelas aves nos concursos oficiais.

Resumo Histórico dos Concursos de Postura

As primeiras notícias de controle de postura em conjunto, representando várias raças e criadores diferentes, datam de 1897, na Inglaterra. Esses controles não eram procedidos por órgãos técnicos oficiais e tinham curta duração.

O primeiro concurso oficial de postura, abrangendo um período de 12 meses de controle, foi inaugurado em 1902, no Hawkesbury Agricultural College, na Nova Gales do Sul, Austrália.

Na Europa, o primeiro concurso de postura em caráter oficial foi inaugurado em 1912, no Harper's Adams Agricultural College, Westport, Inglaterra, que controlava a postura das aves concorrentes durante 365 dias.

Nas Américas, o primeiro concurso de postura realizado em caráter oficial foi o da Colúmbia Britânica, no Domínio do Canadá, em outubro de 1911. No mesmo ano, quase ao mesmo tempo, eram inaugurados o Concurso de Postura da Storrs Agricultural Experiment Station (Storrs Agricultural College), Storrs, Connecticut e o de Mountain Grove, no Missouri, ambos nos Estados Unidos da América do Norte. Estes concursos tiveram início a 1 de novembro de 1911.

Na América do Sul, segundo nossos dados, o primeiro concurso de postura foi realizado no Chile, no período de 1927-1928, seguindo-se o da República Argentina, realizado no período de 1929-1930, na cidade de Rosário.

No Brasil, o primeiro concurso de postura promovido por entidade oficial, no caso representada pelo Dep. da Produção Animal, da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, foi realizado no Parque Central de Avicultura, São Paulo, em 1938-1939.

Antes, no período de 1937-1938, fôra realizado no Rio de Janeiro um concurso de postura, promovido pela Sociedade Brasileira de Avicultura, porém em caráter officioso.

Condições Gerais de Controle dos Concursos de Postura

Os concursos de postura destinavam-se tão somente ao controle da postura anual, sem atentar para outros fatores biológicos de capital importância para o progresso seletivo das raças mais indicadas para a exploração industrial de ovos. Dessa maneira, as aves eram classificadas na ordem decrescente do total da postura anual e os lotes na base da média das 10 melhores poedeiras do lote.

Porém, desde que as classificações comerciais tomaram por base o peso dos ovos tornou-se necessária uma alteração no julgamento final das aves concorrentes. O peso das ovos postos, refletindo um caráter biológico de grande valor comercial, exigia da direção técnica dos concursos sua equivalência junto ao número de ovos postos.

No entanto, essa alteração somente se processou após a realização de sucessivos concursos. Valemo-nos dos dados divulgados pela New Jersey Agricultural Experiment Station, New Brunswick, N. J., que pelo Departamento de Avicultura superintende os três concursos de postura do Estado: Vineland, Passaic County e Hunterdon.

O Concurso de Postura de Vineland foi instalado em 1916 e os ovos colhidos e anotados nas fichas das galinhas não eram pesados, recebendo somente uma marca X, aposta na ficha de registro individual de postura, correspondente à data da postura do ovo. Esta rotina foi mantida até 1927. Em 1928-1929, os ovos colhidos foram pesados, não influindo porém na classificação geral das aves. No entanto, foi estudado o critério a ser empregado, valendo-se do peso obtido para a confecção de tabelas de pontos, correspondendo a cada ovo um determinado número de pontos ou fração, de acordo com o peso dos ovos, aferido pelas balanças fabricadas especialmente para esse fim, conforme a tabela confeccionada. Isto é, um ovo é classificado pelo peso em onças alcançando por uma dúzia de ovos, a partir de 18 onças por dúzia.

TABELA

Ovos pesando	18	ondas	por	dúzia	recebem	0,70	pontos	por	ovo
"	"	19	"	"	"	"	0,75	"	"
"	"	20	"	"	"	"	0,80	"	"
"	"	21	"	"	"	"	0,85	"	"
"	"	22	"	"	"	"	0,90	"	"
"	"	23	"	"	"	"	0,95	"	"
"	"	24	"	"	"	"	1,00	"	"
"	"	25	"	"	"	"	1,05	"	"
"	"	26	ou	mais	onças	por	dz.	1,10	"

Esse sistema de pontos reportando-se ao peso dos ovos postos pelas aves somente foi empregado nos Concursos de Postura do Estado de New Jersey, a partir de 1930. Tal critério de classificação generalizou-se, sendo adotado em todos os demais concursos de postura.

Métodos de Contrôlo dos Concursos de Postura

A maioria dos concursos de postura baseia-se no controle da postura de frangas, com relação ao número de ovos e seu respectivo peso. As aves entram para o recinto dos concursos antes de haver iniciado a postura e permanecem em controle durante 365 dias, contados a partir da data da postura do primeiro ovo, inclusive. Este é o critério-base para o desenvolvimento da maioria dos concursos de postura.

Uma condição essencial é exigida das frangas concorrentes aos concursos de postura norte-americanos. Estas devem iniciar a postura até o dia 1 de novembro, inclusive, a fim de que o término do período de controle seja uniforme bem como a coleta de elementos técnicos e organização dos trabalhos de expediente.

Outra modalidade de controle, aliás bem sugestiva é apresentada pelo Congresso de Postura de Vineland, New Jersey. Em 1916 foi aberto o Concurso de Postura que operava nas seguintes bases:

- 1 — cada lote consistia de 10 frangas;
- 2 — as frangas eram controladas em ninho-capão durante 2 anos;
- 3 — durante o segundo ano de postura as aves concorrentes entravam em reprodução. Cada avicultor fornecia o galo-reprodutor para seu lote;
- 4 — durante o terceiro ano as filhas das galinhas concorrentes eram controladas.

Esse método de controle vigorou até 1924-1925, passando depois ao controle da postura de frangas somente. Em 1934-1935, o concurso de Vineland passou novamente ao controle de galinhas na seguinte base:

- 1 — lotes de galinhas que terminaram seu primeiro ano de postura sob a fiscalização oficial das granjas;
- 2 — as galinhas concorrentes são controladas até a morte;
- 3 — os resultados da postura são anotados anualmente, somando-se o total de ovos postos até a data de sua morte.

Em 1937-1938, o Concurso de postura de Pennsylvânia padronizou uma classe para receber galinhas controladas nas mesmas bases que regem o Concurso de Postura de Vineland.

Outra reforma de importância, introduzida nos regulamentos dos concursos de postura, foi aquela que modificou o critério de classificação dos lotes concorrentes. Os regulamentos

previam a classificação dos lotes pela soma do número de ovos e de pontos obtidos pelas 10 melhores poedeiras do lote, dentre aquelas que terminavam o ano de controle. Porém, desde 1938, quase todos os concursos de postura uniformizaram seus regulamentos, baseados no seguinte:

- 1 — os lotes inscritos deverão constar de 13 frangas;
- 2 — a classificação dos lotes será feita pela soma total dos ovos postos e seus respectivos pontos, de todas as aves que completaram o ano de controle;
- 3 — os avicultores somente poderão substituir as aves que morrerem dentro das suas primeiras semanas após o início do concurso.

O CONCURSO DE POSTURA DO DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO ANIMAL

SAO PAULO

O decreto que estabeleceu o Concurso de Postura do Estado de São Paulo foi expedido pelo Secretário dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, em 17 de janeiro de 1938, estabelecendo as Instruções para a realização dos concursos de postura, a cargo do Departamento da Produção Animal. Essas Instruções foram modificadas a 30 de janeiro de 1939 e novamente a 20 de outubro de 1942.

Reza o ato de 20 de outubro de 1942: "O Senhor Doutor Paulo de Lima Corrêa, Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, considerando que a realização de concursos permanentes de postura é um dos meios mais eficientes para o fomento da avicultura industrial.

Considerando que as Instruções que acompanharam o ato de 30 de janeiro de 1939 precisam ser modificadas, resolve aprovar as seguintes Instruções para a realização dos mencionados concursos do Departamento da Produção Animal".

Dessas Instruções mencionaremos os artigos básicos:

"Artigo 7.º — Os concursos serão anuais e terão o limite máximo de inscrição total determinado pelo Departamento da Produção Animal e o limite mínimo de 10 lotes com 130 aves.

Parágrafo 1.º — Cada concorrente poderá inscrever, no mínimo, um lote e, no máximo, dois, de 13 cabeças de uma só raça e variedade, computando-se para o controle coletivo a postura de 10 melhores de cada lote, ficando as três restantes de reserva, como "substitutas" para a substituição alterada.

Artigo 9.º — Parágrafo 3.º — As frangas que não iniciarem a postura até o dia 1 de maio, inclusive, ficam automaticamente eliminadas do Concurso.

Artigo 15.º — Sòmente concorrem aos Concursos aves procedentes de criadores cujas granjas possuam atestado de sanidade passado pelo Departamento de Defesa Sanitária da Agricultura. O atestado refere-se a: 1 — Puro-lose, 2 — Tifo aviário, 3 — Colera aviária, 4 — Neurolinfomatose e 5 — Condições gerais de sanidade da Granja.

Parágrafo 3.º — Após serem examinadas nas Granjas, as aves serão marcadas com anéis invioláveis do C.P.P. os quais serão apostos pelos técnicos do D.P.A. ou D.D.A.

Artigo 18.º — O registro de postura será feito mediante o controle pelo ninho-alcapão. Os ovos postos fora do ninho serão computados no controle coletivo.

Artigo 19.º — A classificação será feita tendo em vista o número de pontos e o número de ovos.

Artigo 20.º — Para a classificação por pontos se adotará o método dos quocientes de acôrdo com a fórmula:

Pêso do ovo

a) $\frac{\quad}{55}$

55

O pêso da unidade para os 15 primeiros ovos que ponham as frangas será de 45 gramas, quando será adotada a fórmula:

Pêso do ovo

b) $\frac{\quad}{45}$

45

Artigo 21.º — Para a classificação coletiva, quer seja por pontos, quer pelo número de ovos, será somado o número de pontos, ou a postura das dez melhores aves dos lotes.

Artigo 23.º — A ração usada será uniforme para todos os lotes da mesma raça e balanceada a critério do Departamento da Produção Animal, correndo as despesas de alimentação por conta do mesmo Departamento.

CONCURSO DE POSTURA E PROGRAMA DE SELEÇÃO DAS AVES

Os concursos de postura representam nos países pioneiros da realização de tais certames, o marco inicial dos programas de seleção das aves, pela soma de novos conhecimentos trazidos à luz da zootecnia, oriundos de tais controles da postura das aves e ampliados pelas modernas concepções das várias formas de herança dos fatores que condicionam a produção de ovos.

Antes de tudo, os concursos de postura, instalados nos numerosos centros avícolas dos países que desejam colocar a avicultura no devido lugar entre as fontes de maior produção e rendimento, têm como preclua finalidade e de arguir tecnicamente o potencial biológico das aves inscritas, mediante o emprêgo do ninho-alcapão.

O registro da postura, salvaguardado pela rubrica oficial, fornecerá elementos preciosos para o estudo dos fatores filogenéticos que condicionam a produção anual de ovos das galinhas.

Número de ovos

A divulgação entre os avicultores concorrentes dos elementos fornecidos pelo controle, em primeiro lugar da produção de ovos, pelo emprêgo de ninhos-alcapão, fêz com que se difundisse êsse processo destinado à identificação dos ovos postos pelas aves, tornando possí-



vel a seleção das gallinhas, tendo em vista a capacidade de produção das mesmas.

Data dêsse período a limitação e mesmo o abandono por parte dos avicultores da criação de aves tendo como finalidade o aspecto exterior, os "tipos de exposição".

Pêso dos ovos

Depois que se modificaram os regulamentos dos concursos de postura, que passaram a considerar o pêso dos ovos na classificação das aves, novo passo de grande alcance prático foi dado, tendo em vista que as classificações comerciais tomaram por base o pêso dos ovos.

Com essa medida preenchia-se uma grande lacuna apresentada pelos concursos de postura, evitando a competição visando somente o número de ovos, em detrimento de seu pêso. O avicultor concorrente para figurar com êxito no resultado final dos concursos de postura deve igualmente selecionar seus lotes, tendo em vista êsses dois fatores de grande importância na produção de ovos: número e pêso.

Os certificados fornecidos aos avicultores, depois de concluído o período de controle, espelham os melhores resultados obtidos pelas aves do lote, isto é, recebem a certificado as aves que puseram 200 ovos ou mais e com o pêso médio de 56,7 gramas.

Viabilidade das Aves

Os conceitos modernos da herança da viabilidade das aves, que permite a formação de famílias e linhagens resistentes a várias moléstias e maior vitalidade, encontram nos concursos de postura uma confirmação, obrigando os avicultores concorrentes a dispensar o máximo de atenção a êstes pontos básicos no programa de seleção de suas aves.

Desde que a classificação dos concursos de postura é realizada computando-se os resultados obtidos por tôdas as aves dos lotes, naturalmente serão beneficiados aqueles que tiverem seu lote completo ao finalizar o concurso. Cada ave morta implicará na perda de um número valioso de ovos e pontos na classificação final.

É o prêmio-estímulo para aqueles que encaram a seleção genotípica de suas aves como o melhor processo para elevar a média de postura de seu rebanho.

Supervisão Oficial da Seleção e da Produção das Aves

Os concursos de postura, pelas suas características de ordem técnica, fornecem os elementos necessários para controle e fiscalização oficial da produção das aves em relação nas granjas-selecionistas e ponto de partida para a abertura dos registros de seleção e da produção das aves.

O emprêgo continuado do ninho-açapão, nas granjas de origem, a confirmação da produção nos concursos de postura, a divulgação dos resultados obtidos, focalizando os elementos essenciais para o melhor desenvolvimento dos programas de seleção, são os pontos capitais para o estabelecimento da supervisão oficial no controle da produção das aves nas granjas-selecionistas.

Estudo dos Fatores Físico-Genéticos da Postura

Os concursos de postura, além de trazerem dados inestimáveis para o proprietário, cujas aves são concorrentes, oferecem meios para a instituição competente investigar os resultados a fim de que possa mais seguramente resolver os problemas avícolas, em benefício dos programas de seleção das aves.

Assim, entre nós, o Concurso de Postura de São Paulo tem sido a fonte de elementos técnicos para a elucidação de vários pontos de seleção avícola em nosso meio.

Velga e Raimo (1940, 1941, 1942 e 1943), estudando os resultados do 1.º Concurso de São Paulo, apresentam em uma série de trabalhos conclusões importantes para os avicultores patrios.

Os trabalhos em questão se referem a:

- 1 — Estudo geral sobre o peso dos ovos por lotes e por raça;
- 2 — Estudo sobre a maturidade sexual por lote e por raça;
- 3 — Estudo sobre a produção de ovos por lotes e por raça;
- 4 — Estudo sobre a influência do meio sobre a produção de ovos (temperatura, estado higrométrico, chuvas, etc.);
- 5 — Estudo geral sobre as diferentes formas de controle da postura com seus graus de segurança;
- 6 — Estudo sobre as moléstias incidentes no concurso;
- 7 — Intensidade e persistência da postura.

A divulgação desses estudos entre os avicultores tem prestado os maiores benefícios, quer pela soma de novos conhecimentos de seleção avícola, quer pelas normas racionais de alimentação e manejo.

Os estudos prosseguem e a coleta de novos elementos técnicos dos concursos ulteriores está se processando, tendo em vista conclusões de ordem prática, de molde a permitir aos avicultores novos elementos para melhoramento de seus plantéis.

Tais estudos são tanto mais importantes quanto se sabe que nosso meio avícola apresenta condições diversas de outros centros mais progressistas, cuja avicultura técnica tem permitido desde há muito o estudo de problemas de capital importância para o melho-

ramento da média de postura dos rebanhos de aves.

A pobreza da literatura indígena sobre zootecnia avícola nos obriga a chamar a atenção dos técnicos para esses estudos, os primeiros passos, tomados no sentido de arguir o potencial biológico de nossas aves e, através dessa arguição, obter os elementos necessários que nos permitirão a orientação segura dos programas de seleção das aves em nosso meio.

A realização dos concursos de postura, em São Paulo, permitiu uma coleta oficial de elementos técnicos, representando somente por esse fato, valiosa contribuição para o progresso de nossa avicultura.

Conclusões

1.º — Os concursos de postura representam antes de tudo o marco inicial do incentivo da seleção para a produção de ovos — base econômica da avicultura.

2.º — A realização de concursos de postura nos centros de avicultura intensiva, no Brasil, será uma medida zootécnica de grande alcance, permitindo o melhoramento dos programas de seleção das aves.

3.º — Os concursos de postura fornecem os elementos para demonstrar publicamente os métodos de seleção empregados pelos avicultores-selecionistas.

4.º — Os concursos de postura, pelo emprêgo de rações equilibradas e construções avícolas apropriadas, difundem entre os avicultores as normas racionais de alimentação e abrigo das aves.

5.º — Os concursos de postura permitem a comparação da capacidade biológica das aves dos lotes de diferentes avicultores, sob as mesmas condições de trato e alojamento, estimulando o desejo de competição, essencial ao progresso de qualquer iniciativa coletiva.

6.º — Os concursos de postura, pela interpretação dos elementos técnicos coletados, chamam a atenção dos avicultores para a segurança e as falhas dos vários métodos de seleção e demonstram claramente que a média da produção de ovos pode ser elevada mediante determinados métodos de seleção e alimentação adequada.

7.º — Os concursos de postura estimulam entre os pequenos criadores e produtores de ovos para consumo o emprêgo do ninho-açapão, como o melhor processo para a identificação das aves com as melhores características biológicas e ponto de partida para os programas de seleção.

8.º — Os concursos de postura permitem, pelo controle da intensidade da postura das aves, uma melhor apreciação prático-científica do valor da alimentação a ser proporcionada às aves.

9.º — Os concursos de postura permitem a formação de núcleos de aves com características biológicas controladas oficialmente, ponto de partida para a formação de famílias e linhagens produtivas.

10.º — Os concursos de postura, no Brasil, podem ser o ponto de partida para o controle e fiscalização oficial da postura das aves das granjas-selecionistas e abertura dos livros de registro da seleção e produção de nossas aves.

(ANAIIS DO II CONGRESSO BRASILEIRO DE VETERINARIA, 1943)

Banco Cruzeiro do Sul de São Paulo S. A.

MATRIZ — SÃO PAULO — RUA DA QUITANDA, 144 — Endereço Telegráfico: "BANCRUZE" — CAPITAL: Cr\$ 30.000.000,00
 Capital Realizado: Cr\$ 20.000.000,00 — Aumento de Capital: Cr\$ 10.000.000,00 — Reservas: Cr\$ 15.854.306,30 — Operações iniciadas em
 1 de Outubro de 1943 — Carta Patente n.º 3.043 de 15-9-1943. — MATRIZ: Rua da Quitanda, 144 — S. PAULO — Endereço Telegrá-
 fico: "BANCRUZE" — FILIAL DO RIO DE JANEIRO: Rua da Candelária, 4

BALANCETE REALIZADO EM 30 DE SETEMBRO DE 1948 — Compreendendo as operações da Matriz, da Filial do Rio de Janeiro e das agências de:
 Avare, Central (São Paulo), Cerqueira César, Conchas, Fartura, Franca, Gália; Garça, Herculândia, Ipaçuçú, Ipiranga, (São Paulo), Leme, Miguelópolis; Mogi das
 Cruzes, Purocinimo do Sapucaí, Penha (São Paulo), Pirajui, Pompéia, Presidentes Bernardes, Quintana; Rancheira, Santo Amaro (São Paulo) e Santos:

ATIVO		PASSIVO	
DISPONIVEL		NAO EXIGIVEL	
CAIXA		Capital	20.000.000,00
Em moeda corrente	34.469 047,10	Aumento de Capital	30.000.000,00
Em dep. no Banco do Brasil S A	89 462 928,70	Fundo de Reserva Legal	1.091.000,00
Em dep. a ordem da Sup. da Moeda e do Crédito	7 543 984,00	Fundo de Provisão	4 689.880,00
Em outras espécies	102 399,10	Outras Reservas	11.073.426,30
REALIZAVEL		EXIGIVEL	
Letras do Tesouro Nacional	149 175,00	Depósitos:	
Empréstimos em C Correntes	190 813.571,00	A vista e a curto prazo:	
Títulos Descontados	284.040 856,10	De Poderes Públicos	789.211,70
Agências no País	68 186 912,30	Em C C sem Limite	351.352.269,40
Corresp. no País	30.318.109,50	Em C C Limitadas	51.745.770,80
Capital a Realizar	4.840.400,00	Em C C Populares	4.218.064,30
Outros Créditos	3 932.780,60	Em C C sem Juros	13.801.016,80
Impóveis	2 379.914,40	Em C C de Aviso	29.991.337,50
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS:		Outros Depósitos	1.867.246,20
Obrigações de Guerra depositas no Banco do Brasil	5 577.348,20	A prazo:	
S. A. no valor nominal de Cr\$ 7.543.900,00, a		A Prazo Fixo	107.720.654,30
ordem da Sup. da Moeda e do Crédito		Sub-Soma	561.485.571,00
IMOBILIZADO		OUTRAS RESPONSABILIDADES:	
Edifícios de uso do Banco	1 329.524,30	Agências no País	64.217.471,10
Móveis e Utensílios	5 228 727,70	Corresp. no País	50.163 039,60
Material de Expediente	1 693 455,60	Ordens de Pagamentos e Outros	
Instalações	2 573 691,60	Créditos	391.921,90
RESULTADOS PENDENTES		Dividendos a Pagar	175.311,90
Juros e Descontos	3 136.293,30	RESULTADOS PENDENTES	
Impostos	245.918,70	Contas de Resultados e Outras Contas	17.144.744,00
Despesas Gerais e Outras Contas	4 407.328,60	CONTAS DE COMPENSAÇÃO	
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		Valores em Garantia	85 456.718,90
Valores em Garantia	72 002 009,90	Depositantes de Valores em Garantia e em Custódia	325 970.946,20
Valores em Custódia	16.454.709,00	TOTAL	1.066.403.312,00
Títulos a Receber de C Albeis	237 514.227,30		
TOTAL	1 066 403 312,00		

Dr. Ricardo Jafet — Presidente.
 Gladston Jafet — Vice-Presidente.
 C. D'Agostino — Superintendente.

SÃO PAULO, 4 DE OUTUBRO DE 1948.

Antonio Alfredo D'Agostino — Gerente.
 Jordão Mendes da Silveira Junior — Contador.

Conservação de Ovos

Amaury H. da Silveira
Eng. - Agrônomo

1 - *Que é a conservação de ovos?*

É o processo de guardá-los perfeitos por período de 6 a 12 meses.

2 - *Para que o avicultor deve conservá-los?*

Para duplo fim: obter ovos em abundância na época de escassez ou para vendê-los pelo dôbro do preço nos meses em que eles são relativamente raros.

3 - *Em que época deve ser feita a conservação?*

Na ocasião em que os ovos são abundantes, isto é, de agosto a novembro, para a época de escassez, de fevereiro a maio.

4 - *Por que os ovos apodrecem?*

Porque constituem ótimo meio para o crescimento e desenvolvimento de micróbios, especialmente de determinadas bactérias.

5 - *De onde provém estas bactérias?*

De diversas fontes, a saber:

- a) da própria galinha — antes de formar a casca, o ovo pode receber bactérias (1 a 2% dos casos);
- b) do ninho — a fonte mais comum de contaminação de ovos;
- c) da caixa de conservação — onde um ovo pôdre que se quebra serve para espalhar os micróbios;

6 - *Como evitar a putrefação?*

Tomando-se certos cuidados, tais como:

- a) colher os ovos pelo menos duas vezes por dia, em cestas de arame ou taquara, para resfriá-los rapidamente;

- b) desinfetar os ninhos, mudar a palha, usar drogas germicidas, etc;
- c) separar os ovos quebrados, pôdres, sujos, etc;
- d) colocar os ovos em local arejado, fresco e seco;
- e) evitar o contato da galinha com o ovo, o que vale dizer, evitar o contato das fezes no ovo, usando ninhos escurmoleadores.

7 - *Em que princípio se baseia a conservação de ovos?*

Na obstrução dos poros da casca para evitar a evaporação da umidade do ovo e com o fim de impedir que o ar e com ele os micro-organismos, penetrem pelos poros da casca e decompõem o produto.

8 - *Qualquer ovo pode ser conservado?*

Não. Os ovos devem ser frescos, de preferência inférteis, pesando umis de 56 gramas, de casca resistente e limpos.

9 - *Quantos são os processos de conservação de ovos?*

O número de processos conhecidos atinge a mais de uma centena.

10 - *Qual o melhor processo?*

É difícil assegurar-se que este ou aquêle seja o melhor. No entanto, teóricamente, o processo melhor é aquêle que fôr mais seguro, mais prático e mais econômico.

11 - *Como se classificam?*

Para aproveitamento do ovo inteiro há dois processos gerais: frigidificação e uso de substância conservadora.

12 - *Em que consiste a frigidificação?*

Consiste em manter os ovos devidamente embalados, em salas frigidifica-

das onde a temperatura é de 0° a 2° C. Este é um dos melhores, senão o melhor processo, porém, é caro e só convém a grandes estabelecimentos comerciais. Tempo de conservação: 12 meses. Os ovos frigorificados devem ser consumidos logo que saem do frigorífico.

13 — *Que tipos de substâncias conservadoras são usadas?*

Três: a substância inerte, o "verniz" isolante e o líquido para imersão.

14 — *Qual é a melhor substância inerte?*

Entre as muitas apontadas (algodão em rama, cascas de arroz, serragem de madeira, areia, cal em pó, talco, carvão, cinza, farelos, etc.), aconselhamos o uso do algodão em rama por ser barato, limpo e não dar gosto ruim ao ovo.

15 — *Como proceder usando o algodão em rama?*

Basta envolver cada ovo em papel de seda branco, colocar os ovos com a ponta mais fina para baixo e acondicioná-los em algodão em rama numa caixa de madeira em local fresco, seco e isento de insetos. Ao fim de 6 meses o ovo tem sua câmara de ar aumentada, porém, ao ser quebrado, tem-se a impressão de tratar-se de ovo fresco.

16 — *Qual é o melhor "verniz"?*

Dos muitos empregados para tal fim (silicato de sódio, óleo de linhaça, vaselina pura, cera, sebo, resinas, parafina, lacte, gelatina, cola, produtos patentados etc) o silicato de sódio é tido como dos melhores.

17 — *Como empregar um "verniz"?*

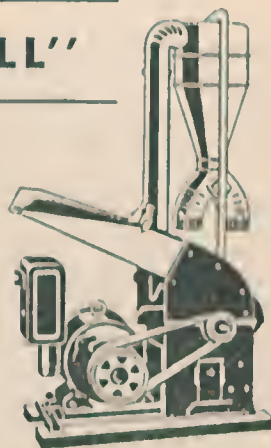
O processo consiste em pincelar 1 a 2 vezes o ovo com o "verniz" escolhido, deixar secar e acondicionar em uma substância inerte. O "verniz" veda os poros da casca. Tempo de conservação: 6 meses. Para o comércio a aparência do ovo é geralmente desagradável porque o "verniz" adere à substância inerte usada.

MOINHO A MARTELOS

"BELL"

Para moagem econômica de milho, outros cereais e forragens.

Força necessária — 2 a 10 H.P. apenas, conforme o tamanho do moinho.



INDISPENSÁVEL A TODO CRIADOR

COMPANHIA AUXILIAR DE VIAÇÃO E OBRAS

Rua Santa Lúcia, 685 - 10.º - Rio de Janeiro
Rua 24 de Maio, 239 - São Paulo

18 — *E que líquidos são usados?*

Óleo de algodão, água de cal, solução de silicato de potássio a 3%, etc., são todas substâncias próprias para imersão de ovos que se quer conservar. O importante é não transmitir gosto ao ovo.

19 — *Qual o melhor líquido aconselhado?*

Obtivemos ótimo resultado com o emprego da água de cal.

20 — *Como se usa a água de cal?*

Basta fazer uma solução de 125 gramas de cal em 2 litros de água num vidro de boca larga, pote de barro, louça ou pequeno barril de madeira e mergulhar os ovos, deixando-os em repouso durante 6 meses. O ovo assim conservado apresenta-se no fim deste tempo como se fôsse ovo do dia.

Mercados Agrícolas

ATTILA DE MATTOS
(Da Secretaria da Agricultura do
do Estado do Rio de Janeiro)

Comentário: É o mercado agrícola a meio mais prático e de inestimável ajuda para conseguirmos uma educação agrícola objetiva e, especialmente, de fundo utilitário. Sabemos como é penoso todo trabalho educativo no meio rural, necessitando grande soma de sacrificios, dispêndio de energias para se conseguir, quase sempre, pouco resultado e os seus efeitos são, evidentemente, demorados embora seja uma semente promissora de frutos tardios mas de grande sabôr para a economia nacional, através os tempos. Para resolver tão relevante problema mais rápido e intensamente, necessário se torna que juntemos ao trabalho educacional um cunho de interesse, pois sabemos, como pode atuar o lado econômico no grão de atenção sobre qualquer atividade humana. Educando adolescentes e adultos, preparando o futuro sem desprezar o presente, intensificando o ensino agrícola modernizado e defendendo a produção imediata, dá-nos o mercado agrícola uma solução sob o aspecto educacional, econômico, social e sobrenodo *administrativo* à questão da aprendizagem e do abastecimento, isto é, da alimentação e do ensino com um caráter sumamente substancial.

— E não deixamos de reconhecer de sua afinidade, no campo agrícola, com todos os estabelecimentos de natureza agrária, constituindo o seu estudo, de imprescindível importância, tanto mais se levarmos em consideração o momento presente que nada se faz em contingente capaz de anular ou defender integralmente a produção nacional.

A) — Definição

— Entende-se geralmente por *mercado* o lugar onde se vende e se compra mercadorias. Compreende-se por *mercadorias* não só legumes e frutas, como os demais produtos: carnes, cereais, madeiras, minerais, produtos manufaturados, bens imóveis, trabalho, câmbio, títulos, juros, etc.

B) — Divisão

— Os mercados dividem-se em mercados locais de produtos da própria região como mercados gerais de produtos de toda natureza. Mercados municipais, estaduais, nacionais e até internacionais — conforme fôr sua direção e custeio do governo respectivo — temos ainda os mercados cujas transações se operam à vista do comprador ou do vendedor, como os mercados de produtos ou objetos em trânsito ou localizados fora do âmbito de suas vendas e cuja transação se opera diante dos seus representantes, significando essa denarcação, em torno do que se adquire ou se vende, uma operação de mercado, daí se esclarecendo estar o *mercado* de determinada especialidade em *alta*, *baixa*, *estável*, conforme o movimento operado.

C) — Finalidade

— A apresentação dos produtos em determinado local faz convergir os interessados na sua compra ou venda, estabelecendo-se então, o grande elo entre o comércio, a indústria e a agricultura, figurando, de um lado, a fonte de produção, no caso representado pelo estoque e de outro o consumidor, caracterizado pelo abastecimento.

D) — Importância econômica

— No cenário nacional os mercados mal administrados são os causadores de todos os desequilíbrios econômicos e não há nada, até hoje, impedindo as altas ou baixas, a escassez e a superabundância regional. O poder público assiste atônito a esse fenômeno e o povo estarecido, diante da ineficiência governamental, sofre suas graves consequências e tudo caminha sem solução, empobrecendo-se a economia nacional, restringindo-se a soberania e enfraquecendo-se a raça-de-povo faminto e desnutrido — embora a terra seja ubérrima, fértil e extensa. É um tesouro mal guardado ou aproveitado.

— Os mercados cuidam da colocação dos produtos, estimulam a produção, elevam a riqueza, atraem o capital, concorrem para o progresso geral, ativa e anima comercialmente o trabalho, o salário, o bem estar, melhorando o padrão de vida de um povo.

E) — Influência no Fomento da Produção

— O fomento à produção se não fôr devidamente estudada a questão dos mercados para colocação dos produtos, será uma iniciativa previamente fadada ao insucesso e é o que vemos entre nós. Não basta estimular a produção através de seus serviços de distribuição de material e técnica de plantio, necessária se torna a orientação referente a parte comercial que acompanha e mantém "os chamados preços de ordem", evitando ilusões perigosas, "descobrida a argueta comercial" os competidores e os mercados, permitindo a empresa realizar as grandes previsões. Não se efetiva nenhum trabalho de educação contábil e no entanto "a contabilidade é o ólio de qualquer empresa"; é ela que diz a qualquer momento e com a máxima exatidão "onde se está e para onde se vai. Acompanha um produto através das múltiplas operações a que possa estar sujeito, para dizer do seu exato custo de produção, oferecendo elementos valiosos que orientarão os técnicos e as operações comerciais".

— Bem poderíamos lembrar, que na direção desse serviço de tão grande responsabilidade, uma cuidadosa previsão viesse harmonizar o seu equilíbrio com os mercados próximos e então diríamos que a previsão agindo administrativamente procura "ver o futuro redu-

zido ao mínimo os imprevistos que passam atuar sobre a empresa".

— Nosso trabalho é, porém, de levar a ação do mercado agrícola até as fontes de produção, não nos interessando estudar em detalhes, as organizações de fomento.

E) — Administração

a) Boa ou má administração; b) Expediente; c) Secretaria; d) Estatística; e) Almoxarifado; f) Armazéns-frigoríficos e depósitos; g) Escrituração; h) Aprendizado; i) Clubes agrícolas; j) Cooperativas; k) Conferências, prêmios e semanas rurallistas; l) Aprendizagem; m) Assistência Técnica.

a) Boa ou má administração

— "Administrar é prevêr, organizar, mandar, coordenar e controlar". Não há definição mais acertada para dizer do que seja a administração de um mercado agrícola, em menor ou maior amplitude, de que ora é descrita. Não se trata de um caso de economia dirigida porque, nesse caso, deixaria de ser um mercado público nem tão pouco, um entreposto sob a responsabilidade cooperativista. Não há um só comprador ou adquirente, o comércio é livre e no nosso mercado pode figurar o vendedor-lavrador como o negociante-intermediário. Há apenas uma administração, bem orientada, inteligentemente conselha de suas responsabilidades, agindo com o cérebro e a experiência, bem dosada, da experiência da lei da oferta e da procura. Energia e sobretudo sabendo dirigir o pessoal, estudará a formação de seu quadro de empregados, dando-lhes as funções próprias, onde possam trabalhar, obtendo maior rendimento. E se seu plano de ação estender-se da administração interna do mercado até a fonte de produção então, sim, teremos um mercado que possa evitar:

Escassês — que pode ser a falta natural do produto ou o desaparecimento proposital provocado por qualquer exploração sem proveito, geralmente, sobre o agricultor que quase sempre não é lembrado pelos resultados dessas manobras, aliás, é preferível extinguir-se de tão despudorado procedimento. A escassês só se justifica quando o produto está em fim de safra ou fora mesmo da período da safra. Se a nossa indústria agrícola estivesse bem desenvolvida poderíamos suprir com os produtos enlatados como ocorre presentemente com os produtos americanos, no mercado carloca.

— O ideal seria que os produtos não sofressem a alteração de preço tanta na fatura como na falta, não teríamos o desequilíbrio nem do lavrador nem do consumidor. E' erra pensarmos somente no lavrador como apenas no consumidor — assim pensam as Comissões de Preços. Ambas se completam e não vivem isoladas, qualquer providência extrema fere de frente os interesses do outro e nunca teremos o meio termo.

Fatura — Nos mercados urbanos a fatura é demasia de estoque, é praça abarrotada, nível superior de consumo e com isso uma queda de preço pronunciada. Vem então a falência do lavrador especialmente o monocultor — outro mal irreparável nosso — o agricultor que só planta e colhe um produto. E a educação agrícola chega ao absurdo de só replantar o que está na moda, o que está dando dinheiro,

se é café, tomate, batata, trigo, feijão, etc. só aquilo é que se planta, provocando fatalmente, uma queda e daí as lamúrias e os créditos agrícolas em crise e desastrosamente mal empregados até hoje

Elevação de preço no mercado — Essa elevação é quase sempre provocada por manobras ilegais, fazendo faltar a mercadoria o que se opera com a sonegação de estoque e, às vezes, é a própria falta de mercadoria — a causa principal.

— Uma organização de mercado com seus empregados com atribuições definidas e num desajuste perfeita de seus encargos, estendendo-se até às fontes de produção, pode evitar esse tão decantado *câmbio negro* que nada mais é que a imperícia dos dirigentes.

Tratamento dos produtos — Um assunto deveras importante é o mal acondicionamento ou embalagem de nossos produtos. Não temos também transportes adequados e também o zelo e cuidado dos empregados. Não há consciência de serviço ou educação profissional. Todos os operários agrícolas devem passar por cursos práticos onde se venturassem esses problemas de tão palpitante importância.

Difusão do ofício no trabalho — O operário seja qual for o trabalho ou ramo de ação, na indústria, agricultura ou comércio sempre por uma questão de finalidade utilitária, deve transmitir os seus conhecimentos àqueles que mais de perto lidam ou têm contato. Não me refiro aos aprendizes ou ajudantes porque a estes obrigatoria se faz a transmissão de conhecimentos. No caso em foco, trata-se das pessoas de mais próximo contato, mesmo de finalidade diferente às do companheiro próximo. Na falta inesperada de um oficial de serviço não se interrompe. Restringir seu pessoal nos trabalhos, com gosto e entusiasmo, dará mais rendimento, sabendo mandar. Nada se tem feito nesse sentido e por aí vemos como cresce diariamente o preço de todos os produtos, quando o caso não é de falta, senão de ausência de patriotismo. Devemos educar os nossos lavradores, precisamos educá-los, dando a cada um a sua atribuição dentro de uma fazenda. Essa denominação — *Mercado* entre nós, tem uma tradição pouco ilustre e uma significação a que o povo interpreta como um agrupamento de exploradores e, de fato, outra não tem sido a sua missão pois, artigos em média são vendidos com base de lucro de 100 a 200%, notando-se que, essa margem, exageradamente cobrada, não vem beneficiar os lavradores das terras e campos.

Deve o Mercado passar um corpo administrativo capaz, com funções definidas e de modo a atender toda a sua estruturação. A organização dos mercados agrícolas não deve se restringir à sua finalidade atual de comprar e vender os produtos agrícolas sem nenhum outro interesse relativa a origem, qualidade e sobretudo o estímulo à produção. A administração interferindo ativamente na ordem interna do mercado, cuidará da limpeza, distribuição, fiscalização sobre os preços e correlação de produtos. Há uma responsabilidade grande na direção geral da administração. Deve haver bastante equilíbrio entre o estoque, a produção e a distribuição de atribuições pelos encarregados de qualquer função por mais insignificante, podendo causar prejuízos ou danos quando pessimamente realizado, certo ser-

vigo. O corpo de funcionários devidamente ajustado constitui permanente preocupação da direção geral que manterá em dia a ficha de produção ou rendimento de trabalho de cada um, revendo mensalmente, a fim de evitar a permanência na função de um elemento que, por motivos vários, decresce o seu coeficiente de produção, isto além do resultado da providência decorrente do índice de rendimento diminuindo, evita desastre maior vivendo dos resultados negativos acusados noutros setores e pela sua negligência e tanto maior é o prejuízo quanto maior for o seu plano de ação. Sendo o mercado agrícola de influência até no campo de cultura, pode a negligência funcional prejudicar o plantio, a colheita, embalagem, acondicionamento, transporte e mesmo o escoamento e consequentemente, a situação econômica de toda a organização. É atribuição primordial da administração fazer o quadro de atribuições funcionais, estabelecendo obrigações e deveres a todo trabalho definido em harmonia com seus encargos.

b) Expediente

É a parte burocrática da administração. Não levando em conta o conceito atual sobre o entrave que a parte burocrática pode acarretar ao funcionamento da empresa sob um ritmo natural e regular, reconhecemos que a burocracia bem orientada trás ao serviço de expediente uma grande contingente de eficiência. Para isso deve ser delineado um plano de trabalho, na própria rotina de modo que se encaminhem não só as ocorrências normais como os casos eventuais numa marcha sem que haja a menor parcela de retardamento além do que, pela sua natureza, cada caso exigir. Inúmeros fatos demandam um intervalo indispensável para coligir os informes e o preparo do processo sujeito a um despacho ou a execução de uma providência. Queremos pessoal estritamente necessário e imbuidos todos de suas obrigações ou deveres. O regime de fichários para o serviço interno da própria administração como do próprio mercado, e bem assim, de todos os fornecedores, lavradores, proprietários de terras, viaturas, transportes, áreas das terras, produção, endereços e toda correspondência, completamente em dia, por menor que seja a sua extensão ou profundidade. Val nisso um grande êxito na organização do mercado, pois a constante correspondência com os lavradores é a parte mais importante de todo trabalho realizado a fim de ambientar o roceiro com o meio urbano.

Pelo expediente transitarão todos os informes referentes à lavoura, por ele colocamos em contato o lavrador distante com o meio onde o seu produto vai ser visto, examinado, apreendido e vendido. É interessante que ele saiba a fim de estimulá-lo à perfeição e ao desenvolvimento de sua lavoura. Na parte interna do mercado o expediente deve estar atento em suas obrigações, não demorando em prestar qualquer esclarecimento pedido. Em agricultura não há proteções, uma informação prestada fora do momento preciso pode ocasionar sérios prejuízos, principalmente quando se tratar do produto já exposto à venda, correndo o risco da depreciação e, consequentemente, a prejuízos totais.

c) Secretaria

Sua estruturação não tem a extensão nem a complexidade de deveres que o expediente mas

é o órgão colocado entre este e o administrador. Redige e prepara toda correspondência oficial-resultados de relatórios, planejamentos e instruções a serem assinados pelo chefe ou diretor geral e daí tomar o curso de providência a ser cumprida, é o que faz a Secretaria. A parte de rotina do Gabinete está sob o controle direto, mesmo porque, frequentemente, não estará presente ao serviço o diretor e os casos comuns, de solução imediata, cuja solução é dada pela praxe pode ser despachada pelo secretário sem que se paralise o serviço, tendo em vista a ausência da autoridade responsável. Constituído de dois a cinco funcionários devem os mesmos entenderem de tudo um pouco e contato com o expediente é quase total visto serem ininterruptos os pedidos de informes, esclarecimentos e orientações.

d) Estatística

Sua finalidade é de capital importância e o seu raio de ação estende-se desde o controle e organização diária das entradas e venda de todas as mercadorias como parte que acompanha o produto desde sua origem até o mercado agrícola. Levantamentos mensais de toda produção e escoamento, preços de aquisição e colocação dos produtos, valor da safra, cálculos econômicos de cada artigo na ante-safra, faltas e interesse de pedidos. No meio agrícola durante a safra e no fim da safra, abundância, deverá organizar todos os cálculos sobre os terrenos, valores, créditos, culturas, colocação e aceitação da produção, rendimento e aproveitamento do solo. Os funcionários não poderão permanecer somente na sede do mercado, deverão percorrer toda área cuja convergência da produção se processa para o mercado a que está subordinado. Uma estatística perfeita sobre o número de trabalhadores agrícolas, terras cultivadas, possibilidades de plantio, dados sobre as possibilidades econômicas e, também a compilação de informes sobre agricultura com o caráter de propaganda, vem ocasionar a estabilidade do mercado, as garantias e segurança para todas as transações comerciais. Pela estatística pode-se calcular as necessidades referentes às ferramentas indispensáveis a cada um.

e) Almoxarifado

É a repartição controladora de todo material. Esse material pode ser dividido em material de uso no próprio mercado, na sua parte de conservação e de expediente como o estoque de ferramenta, tratores, caminhões, sementes, arame farpado, formicida e todos os objetos de uso indispensável à lavoura, não só aquelas para venda por preço especial como os destinados à aprendizagem e empréstimos, visto o nosso idealizado mercado possuidor sob o seu controle a incumbência de prestar todo auxílio que lhe for pedido pelas cooperativas, clubes agrícolas e lavradores individualmente. Lubrificantes, ferragens, querosene para socorrer os lavradores onde não haja luz elétrica e sal para o gado. Toda aquisição de material que possa facilitar e por em contato direto o agricultor cujos produtos são escoados para o mercado deve ser lembrado e adquirido. O mercado nessa grande e especial atribuição vai concorrer extraordinariamente para o fomento da produção. Inclue-se também o serviço de distribuição gratuita de boletins, instruções, informações agrícolas com uma re-

nessa regular e normal por todos os recantos, constituindo um dos melhores ensinamentos dos novos processos de cultura, cabendo-lhe, pela orientação que lhe der a estatística, a disseminação de informes por cada zona de cultura própria e regional.

f) Escrituração

É a parte contábil de toda organização desde os recolhimentos para os necessários pagamentos como o reembolso de despesas eventuais. Dirigida por um contador e um número de funcionários que deve variar conforme o Serviço, manterá toda contabilidade, incluindo a compra e venda de ferramentas, registro de despesa com a distribuição gratuita, locomoção de veículos, núcleos agrícolas, viagens, enfim toda série de movimentação econômica da instituição.

g) Armazéns — Frigoríficos e depósitos

Não se pode compreender a instalação de um mercado agrícola se não pensarmos imediatamente nos armazéns frigoríficos e de depósitos. Os produtos agrícolas pela sua natureza delicada e o mal acondicionamento comumente verificado entre nós impõe a instalação próxima de um grande depósito refrigerado para repouso, conservação e durabilidade dos legumes e frutas, evitando-se desse modo, grandes prejuízos materiais e financeiros, pois além da mercadoria que se estraga, a pressa em se vender por qualquer preço os seus produtos, mesmo com sacrifício de seu valor na fonte de produção. Se o interesse é o grande incentivo para que se trabalhe e produza a segurança inspirando confiança, proporciona a tranquilidade e o estímulo para o indivíduo que produz descansado, por saber que o resultado de seus esforços, está garantido e assegurado na fonte de consumo por preço compensador. Na direção dos armazéns-depósitos como refrigeradores há uma técnica toda especial, bem assim uma orientação que daí partirá referente ao acondicionamento, seleção e carinho especial com os produtos, encaixotamento, engradamento e todas as demais práticas que possam influir na melhor apresentação, sendo sua ação também de âmbito em toda a zona de convergência para o seu mercado.

h) Aprendizado

O Aprendizado é o grande animador da agricultura. O mercado agrícola fomentará a criação de aprendizados agrícolas ou um na sede sob seu controle e encargos ou diversos, de acordo a densidade demográfica, dos centros de produção que convergirem para seu intercâmbio, também, sob sua responsabilidade, terá estreita relação com os aprendizados criados no seu ralo de ação a fim de estimular o aproveitamento dos filhos de lavradores com vocação e, também, dos seus próprios funcionários que deverão adquirir conhecimentos, especialmente pelos motivos posteriormente justificados.

i) Clubes Agrícolas

É uma modalidade de intensificação do ensino agrícola que concorre grandemente para espalhar o interesse e adunção por todos os assuntos concernentes à agricultura. Esses clubes serão disseminados por todos os aglomerados, preferencialmente, nos lugares mais dis-

tantes, onde toda espécie de dificuldade de combinações seja de tal forma que o Clube Agrícola constitua o único meio de contato com o mercado agrícola. Por intermédio deles daremos nos lavradores todas as notícias. Se para organizá-los for necessário a permanência de um funcionário por uma semana, um mês, no local para sua organização — não vacilemos em isso providenciar. É até interessante organizarmos um corpo de empregados, adredeamente preparados, para visitá-los periodicamente, animando-os e intensificando-os. Dar instruções aos adultos, ensino aos adolescentes, congregando a família agrícola, prendendo-a junto à terra.

j) Cooperativas

Pelo interesse que deve orientar a administração no sentido de a todo o custo manter o fogo sagrado de estímulo à lavoura está, também, em seu programa não a direção de cooperativas, mas concorrer para criação de novas cooperativas e prestigiar todas elas, não só colocando os seus produtos como, também, mantendo o mais estreito intercâmbio de relações comerciais. Dar preferência nas locações dentro do mercado, como auxiliar no serviço de transporte, informações agrícolas, notícias, assistência técnica e toda sorte de benefícios com que possa incrementar o cooperativismo. Essa colaboração é o maior incentivo e sua ausência tem sido o maior desestímulo a o movimento cooperativista.

k) Conferências, prêmios e semanas ruralistas

Através de seus clubes agrícolas, das cooperativas e de seus postos de recepção, como meios de entrosamentos, pode o mercado agrícola incentivar a realização de conferências, estabelecer prêmios e promover periodicamente, semanas dos lavradores, fazendo convergir para o local escolhido todos os lavradores, compreendidos num plano de ação. Trazem essas iniciativas a educação agrícola, o gosto, a animação e bem assim a disseminação de novos processos e métodos. Tem a vantagem de trazer o intercâmbio social entre lavradores de sítios afastados que se tornam conhecidos e que vão manter correspondência, logo após esses contatos.

l) Aprendizagem

É uma modalidade nova que o mercado agrícola vai estabelecer. Como um corpo mais ou menos de empregados possuidores de técnicos especializados levará o mercado agrícola todos os conhecimentos aos lavradores. É bastante pedir que logo se locomoverá um técnico a fim de lhe dar todo o auxílio na orientação solicitada. Essa aprendizagem ficará a cargo de seus próprios funcionários. Essa iniciativa, diretamente controlada pela administração, vai obedecer o seguinte critério:

O nosso mercado agrícola, autônomo ou não e com vida própria ou custeado pelo Ministério da Agricultura ou pelos Estados, manterá o seu quadro de funcionários todos sob o regime de *contratos anuais*. Essa modalidade que visa destruir o grande impedimento no administrador diante dos funcionários públicos, libertando-o igualmente de dificuldades para conseguir organizar seus quadros, porque, 1.º — manterá um ordenado compensador de acordo com o padrão de vida; 2.º — aos seus

próprios empregados que se especializarem, dará a oportunidade de se desdobrarem, permitindo levar o concurso de sua assistência aos lavradores, em nome do mercado agrícola e de cuja taxa mínima de reembolso de despesas, terá o empregado participação integral. Com essa modalidade, um empregado que ganhar, por exemplo, Cr\$ 1.000,00 mensais, pode alcançar até Cr\$ 4.000,00 mensais.

Não importa seus lucros nem isso vem prejudicar os interesses do mercado porque a renovação periódica de seus empregados mantida a aprendizagem permanente, concorre para obter novas energias e os que saem vão sempre levados por um interesse dentro da própria agricultura — ou vão dedicar-se exclusivamente à lavoura e assim fazemos novos técnicos ou vão dedicar-se à agricultura em algum sítio ou fazenda. Obedece esse critério a instruções rígidas, constantes de regulamentos e que serão respeitadas sem o menor trabalho, dado o interesse econômico que é o estimulador da auto-disciplina.

m) Assistência Técnica

Em sua estruturação funcional terá o mercado agrícola um corpo de técnicos que poderá reunir-se sob a direção do administrador e será constituído, no mínimo, de um agrônomo e de um veterinário que controlarão toda parte de assistência técnica. Sua ação será no sentido de formar os grupos técnicos, supervisionando todo ensino, não só no aprendizado como na aprendizagem, informações e esclarecimentos e bem assim o exame dos produtos, análises, apreciações, classificações. Nas aquisições de material, ferramentas, produtos é sempre exigido o parecer do técnico, previamente, a fim de que toda e qualquer apreciação que resulte em benefício da cultura, preparo da terra etc. seja de real proveito a sua opinião. Visitas de inspeção periódicas e a fiscalização diária do mercado é de finalidade precepuar e inadiável.

Postos de Recepção

O mercado agrícola na sua estrutura e para completo êxito e eficiência e de acordo com sua finalidade, manterá na sua zona de escoamento ou de convergência, postos de recepção que significam justamente o seu prolongamento ou presença entre os lavradores. Serão distribuídos por diversos pontos em locais de acesso a vários sítios, nos entroncamentos de estradas ou de caminhos, onde haja um aglomerado, podendo ser em sede de município, distrito ou de povoado. Lá irão os caminhões a fim de transportar as mercadorias e também levar todos os artigos próprios à lavoura bem como de consumo atendendo a todas as suas necessidades. É de incomparável importância e utilidade, não me estendendo em considerações sobre sua aplicação, o que farei em trabalho a parte, dado o extremo e desigual valor no terreno social, econômico e educacional.

Conclusão

Pelo exposto verifica-se que o mercado agrícola, como o maior centro de interesse no meio rural, tem uma relevante importância no terreno agrícola que podemos classificá-lo como

Um telhado ideal!

PARA QUALQUER CONSTRUÇÃO
INDUSTRIAL - AGRÍCOLA - MILITAR

COBERIT ONDULADO

IMPERMEÁVEL
DURÁVEL
BARATO
LEVE

INDÚSTRIA DE IMPERMEABILISANTES PAULSEN LTDA.

TELEF. 4.33003 Rio de Janeiro CAIXA P. 899
RUA JÓÃO CAETANO Nº 189

a maior fonte de progresso e sucesso na grande reforma agrária que nos leva a concluir que:

1.º — O mercado agrícola é o maior centro de interesse dos lavradores sendo por esse motivo a alavanca com que há de se erguer a agricultura brasileira, e, conseqüentemente, o melhor objetivo para os seus princípios educacionais.

2.º — Sendo o lavrador rural, como qualquer outro indivíduo socialmente falando, por excelência interessado, isto é, desperta-lhe a atenção tudo que se relacione com sua economia, está o mercado agrícola fadado a satisfazer os seus desejos, intensificando a produção em moldes modernos e produtivos.

3.º — É o mercado agrícola a maior garantia na colocação dos produtos agrícolas e tranquilizador de todo trabalhador que produz e não sabe onde colocar seus produtos.

4.º — O mercado agrícola é o veículo ou a forma pela qual poderá ser positivamente orientado o lavrador no sentido de organizar a sua produção, isto é, induzi-lo a produzir de acordo com as observações do mercado ou comerciais, a se dedicar a esta ou aquela cultura nas épocas convenientes — o que evitará os excessos da superprodução.

5.º — A organização do mercado agrícola resolve todo problema agrícola porque reúne em sua estruturação, todas as repartições ou iniciativas em benefício da lavoura.

6.º — E, finalmente, o mercado agrícola soluciona o problema da escassez, da falta, valorização e disseminação dos produtos agrícolas entre as populações que muito necessitam e terão por preço ao alcance de todos.

DISCURSO

Do alto desta tribuna, porque seja o mais digno, não o caso; porque o mais humilde, a verdade. A gentileza de meus colegas quis eleger para seu porta-voz, seu representante, neste momento, o menor de todos! numa demonstração insofismável da camaradagem mais integral num desaprêço às pompas exteriores dos arautos espalhafatosos!

Em nossa turma há companheiros que vêm, há 4 anos, sustentando galhardamente a coluna dos primeiros lugares; há os que antes de se formar já são doutores; os consultores disciplinares nas bancas de estudo e os verdadeiros amigos nos momentos difíceis! E por que me eleger a mim como seu intérprete, no instante máximo do prazer acadêmico! É uma confiança sem precedente! E seja tudo pela Boa-Vontade, a gloriosa santa que alicerça a virtude e protege os mundos!

A Pátria precisa de filhos ilustres, e nesse movimento associativo de atividades culturais, encontramos em ponto elevado a Casa de Américo Braga, o domicílio da Medicina Veterinária do Estado, o arrimo tão nosso que chega a ser de todos, o lar do trabalho ímune à formalidade e a ostentação, o adumo de mérito científico de tantos feitos, o primeiro a instituir, dentre nós, os cursos práticos rurais, a casa modesta que tanto orgulho nos causa, na segurança e na capacidade de seus 11 anos de vida!

Aqui, o nosso estudo, a nossa atividade não se patentela em relatórios, pareceres e demais papelada, mas em fatos insofismáveis, vantagem patente, realidade proveitosa!

Honra-nos, sobretudo, a escolha do Exmo. Sr. Dr. Edgard Telxela Leite, Secretário da Agricultura, para representar Sua Excelência, o Exmo. Sr. Cel. Edmundo Macedo Soares e Silva, o primeiro Governador constitucional do Estado, que vem demonstrando constante interesse pela nossa classe e pela nossa Escola, a ponto de firmar, em discurso recente, "que está convencido da necessidade da medicina veterinária, e que considera o técnico veterinário em primeiro plano dos técnicos do nosso país". Sua Excelência, um perfeito coadjuvador de nossas condições, inclui no seu programa administrativo a prosperidade do ensino superior, num exemplo claro de democracia e, numa causa excelsa de fraternidade!

Na época em que se procura eriar mais estabelecimentos de ensino, não se compreende que justamente no governo de um grande amigo do povo, fechasse as portas um estabelecimento cujo patrimônio cultural e moral é inegável, um templo cuja lólha de serviços prestados, a Pátria já não pode esquecer! Por isso é que os Doutorandos de 1947 confiam que Sua Excelência nuncie nossa conceituada Escola, na consequência lógica de seus gestos de estadista, que são dos mais nobres, e dos seus méritos de homem público, que são dos mais exemplares!

Senhor Representante do Exmo. Sr. Governador do Estado, aqui, só o pessimismo está no chão, pois o entusiasmo moço alinha-se, eleva-se e a esperança do nosso progresso pal-

FELIX AYRES

Orador da Turma de 1947, da Escola Fluminense de Medicina Veterinária, em 12-12-1947, no salão nobre da Academia Fluminense de Letras.

ra ainda mais acima! Não somos nós, nem a Congregação da Escola, nem o Estado, nem o Brasil quem pede a continuação deste tradicional templo de ensino, trata-se de uma justificativa do progresso, um apêlo da Civilização! E como a inteligência de Sua Excelência vive para a felicidade do Estado, que este marco de ciência continue para a grandeza da cultura nacional! Que seja transmitido a Sua Excelência que o reconhecimento e a admiração dos Doutorandos de hoje, ficam em posição de sentido, esperando as suas diretrizes!

Vale-nos ainda, e muito, o esforço dos nossos homens públicos, de ciência e de letras, de labor e honradês; o apêlo que têm pelo que nos é necessário, o interesse que empenham, o braço que movimentam para o curso do trabalho e o cérebro que desdobram para a inteligência da vida! El-os, pelo nosso cuidado, pela nossa história, pelo nosso futuro!

Excelentíssimo Sr. Dr. Edgard Telxela Leite, M.D. Secretário da Agricultura do Estado, da Turma dos Doutorandos de 1947, da Escola Fluminense de Medicina Veterinária, foste escolhido o Primeiro, porque sóis um cidadão prestante e laborioso, um equilíbrio a serviço da coletividade, um exemplo que serve de espelho aos moços, uma honra que arvorece o júbilo dos velhos, um motivo de consideração para o público. Titular que pertence a tradicional família fluminense do Barão de Vasouras, amigo do maior interesse da nossa vida profissional, protetor do ensino, amparador de escolas; Engenheiro-Agrônomo; Prefeito Municipal, Secretário da Fazenda e Secretário da Agricultura no Estado de Pernambuco; Deputado Federal à Constituinte de 1945; Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, Presidente da Sociedade dos Amigos d'Alberto Torres; Vice-Presidente do Conselho Inter-Americano de Comércio e Produção; Membro do Conselho da Federação do Comércio e, atualmente, Secretário da Agricultura do seu Estado onde vem cumprindo e fazendo cumprir um programa de administração elevado e digno, ressaltando seu proveito o labor em prol da Agricultura e da Pecuária da terra de Alberto Torres e Nilo Pecanha, José do Patrocínio e Euclides da Cunha! E tanto, que é notado pelas autoridades, pelo Governo, pelo povo! Vossa Excelência não é um elemento estranho ao nosso meio, aprendemos Economia Política, Legislação e argumentação sobre os problemas rurais com Vossa Excelência, através das colunas das publicações especializadas, pois professor é Vossa Excelência dos de maior conceito e jornalista militante dos de maior realce e proveito a serviço da coletividade! Homem de ciência, homem de política, homem-exemplo, que não enche os pulmões com o ar

da jactância nem abre solução de continuidade no vírus da ostentação! A Vossa Excelência, portanto, a nossa melhor boa-vontade, a admiração e o reconhecimento, o aplauso e o êxito, a firmeza e a sinceridade!

Outras turmas aqui passaram, mais felizes, de braço dado com a Esperança; nós, menos contemplados, ora transpomos o limiar do pórtico com a Saúde! Os nossos corações se purificam e as nossas almas se firmam, neste instante, unidas aos pensamentos claros de sentimento, para lembrar o Mestre que se chamou em vida — Américo de Souza Braga — e em ausência, símbolo científico da Medicina Veterinária no Brasil! O professor, o mestre das sugestões oportunas, útil aos seus próprios adversários, discuta para o nosso alcance, a evolução científica do mundo moderno! Por isso e que nós o sentimos com satisfação e o recordamos com a pureza que nos é possível!

Nossa homenagem ao Professor! o guia da vida proveitosa e profissional, o amigo imprescindível, mais impertérito e mais responsável val chegar! Toma lugar na sua cátedra, sauda-nos com o seu aceno; dirige-se no quadro negro para os esboços e demonstrações; ao laboratório, para as experiências; à clínica, à inspeção, à cirurgia, à legislação rural, ao direito veterinário, às questões zootécnicas, e tudo para o nosso conceito, para o nosso progresso! E' uma descortezia deixar de ouvir-lhe as aulas, a discorrência de saber, a explanação da ciência! As demonstrações práticas que esclarecem e os conhecimentos científicos que edificam!

Minhas senhoras e meus senhores, só a presença dos mestres, neste local e nesta noite, que é o dia de nossa vida, neste momento que é a sublimação dos nossos ideais, basta para perenizar o nosso orgulho! Tivemos a honra de homenageá-los a todos e eles aqui vieram, aqui estão e aqui nos acompanham, homenageando mais a nós do que nós a eles! Seus princípios, suas ações, seus méritos nos dignificam! A personalidade humana não lhes sobrepuxa a louçania espiritual. Distintos, corretos, irmãos! Não fraquejam, não trepidam, não cedem, pois têm a responsabilidade do exemplo! Não se atrazam, não se escondem, não se ostentam, porque possuem a pureza da modéstia; por isso que sua grandeza de espírito ficará sempre, como um fanal em nossa vida! As palmas que aqui florescem, neste momento, no jardim de vossa espontaneidade, são para eles, os nossos queridos Mestres! E nós os homenageamos a todos, sem restrições, sem restrição em reservas, com o que temos de mais dinâmico — o coração; com o que possuímos de mais puro — o espírito!

Aqui homenageamos o Mestre Vital Brasil, a força máxima do nosso incentivo, cérebro humano que se ergue como um lábaro nos mastaréis da ciência, sopro de vida que movimenta o corpo do nosso trabalho, grande protetor da Escola e glória da ciência nacional!

Para atualizar e realizar, floresce a mentalidade nova, que pensa, que estuda, que se expressa pela verdade! O homem tem que se adaptar às condições presentes, de pós-guerra, de alto padrão de vida e de recursos parcos e poder aquisitivo complexo e de concorrência absolutamente dinâmica! Não é simples o aspecto da tarefa sem limites de ajust-

tar-se, pois a facilidade das coisas positivas vem por intermédio da instrução técnico-profissional. A intelectual, aliás, não deve se restringir à pecuária e à agricultura; deve, sim, ter finalidade mais ampla, que é preparar, dando-lhe verdadeira orientação técnica, o braço do trabalhador, trazendo, de modo geral, à lavoura, à criação, à indústria (como já se está fazendo), normas modernas e abolindo os sistemas rotineiros da falha, tão estafantes, tão infecundos! (Como já se está edificando!).

Preparar orientadores que arregaem a manga e "ensinem a trabalhar trabalhando", soerguendo o plano de organização que ressalta a veterinária moderna, a veterinária que se ergue para a prosperidade e se socializa para o bem geral!

O trabalho, pela sua amplitude, não pode ficar dependendo das locuções dos cientistas, claro que estes são imprescindíveis, para imprimir-lhe orientação, mas os diversos ramos de atividade, a expansão das riquezas naturais, pede o braço técnico-prático, que a falta de incentivo e de apólo ainda reela!

A Escola de Alberto Torres cria adeptos. A visão do vidente se concretiza, ele estudou profundamente as condições educacionais do povo brasileiro, traçou-lhe as diretrizes, no plano de organização que legou à posteridade.

E Vossa Excelência, Sr. Dr. Edgard Teixeira Leite, é um seguidor do Mestre, filho da mesma terra e pugnador do mesmo ideal! Vossa Excelência foi Presidente da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, dirigindo-a com a superioridade que caracteriza a sua proficiência; e vem, como Engenheiro-Agrônomo e como administrador, imprimindo nas suas ordenadas técnicas as medidas especiais da sua competência! E a Escola de Alberto Torres é a que de mais necessário se nos afigura na difusão do ensino da agricultura e da pecuária, tão útil e tão oportuno, sempre, em toda ampliação de disciplina e em toda renovação de economia!

A Veterinária é assunto de relevância no momento, e na concepção moral das nossas possibilidades, queremos uma democracia de vontades fortes, uma democracia de eleição e civismo, tão clara que se ombreie à equidade, tão pura que se eleve à justiça!

Acompanhemos o veterinário no exercício das suas atribuições nas cidades, nos municípios, nas regiões longínquas, e aí o encontramos como um perfeito técnico-economista, zelando pela saúde, pela higiene, pela seleção e pelo aproveitamento dos rebanhos. A prosperidade dos municípios tem o seu grande curso de reserva e riqueza na pecuária, no intercâmbio das transações rurais, no entrelaçamento das atividades catupésinas, no repostório da vida agrícola!

E o nosso técnico da assistência aos campos e às baixadas, aos planos e aos altanados, às ribeiras e aos socavões abandonados dos sertões ermos, dos centros de cria, recria e das invernações, já tem dado os testemunhos mais claros e mais irrefutáveis da sua proficiência, fazendo o incentivo do fomento pecuário, a inspeção, a polícia, a profilaxia, a defesa, a salvaguarda do patrimônio animal; ensinando, auxiliando, prevenindo, como um verdadeiro fiscal da economia rural brasileira! Nas cidades, assistindo a conservação dos produ-

tos alimentares, a carne, o leite, os derivados, a conservaria, a chacinaria, a fabricação, os transportes, as indústrias cárneas, os frigoríficos, os currais sanitários, os matadouros, mercados, entrepostos, para que a entrosagem dos trabalhos não retrogrida! Pelas granjas e pelas fazendas, feiras e peixarias, pelo que auxilia e pelo que previne, não deixemos deslembado o seu grande desempenho, na disposição e no cuidado, no controle e na vigilância!

A questão da raiva, principalmente nos meios adiantados, a luta se trava sem medidas que alcancem a sua extensão! As providências impostas pela necessidade são realmente dignas de mérito. Hoje, a maioria das pessoas em tratamento dessa virose de curso ciclico, já na prevenção, na profilaxia, atesta a orientação veterinária, pelo zelo preservativo, o cuidado indispensável, a eficiência num ramo de atividade que bem lhe diz respeito! Porque tem importância magna a vacinação antirábica no Brasil, iniciativa da veterinária nacional! Aquil, nossa homenagem, uma vez mais, ao mestre especialista deste ramo científico: — Américo Braga!

Em 1921, é o veterinário brasileiro que, em São Paulo, combate a peste-bovina, no seu principal foco, irradiado em diversos municípios, salvando a América do Sul dessa catástrofe, que importaria em prejuízos sem conta, causados pela terrível zoonose infecto-contagiosa, considerada o flagelo do gado bovino! Esse feito honra a ciência do país e sábios internacionais a ele se referiram com a seu aplauso. E se o ilustre pesquisador Moacir Alves de Sousa teve oportunidade, nessa época, de luzir o braço do seu saber, o Dr. Taylor Ribello de Melo, também professor desta Escola e também nosso amigo, expandiu a força da sua técnica e o valor do seu critério científico, colocando-se em plano alto da veterinária no país!

Hoje, a peste-suína enturva a abastança dos nossos campos, prejudicando a suinocultura, o comércio, a indústria, a vida, enfim, dos pecuaristas das regiões do sul! Crescendo assustadoramente e diluindo rebanhos! E o veterinário para lá se dirige, sem deter-se, embora que se trate mais da alçada da administração com os seus recursos, do que mesmo e tão somente do cientista, do técnico com a sua proficiência. Uma não pode ser movlmentar sem a outra. Se aquela é o braço, esta é a força. Se uma o recurso, a outra, o emprêgo. Causa e efeito; alfa e ômega! Não nos enganemos, nem procuremos resolver, adlando, a caso tão sério que se nos apresenta! Torna-se necessário, a bem da sanidade animal, da saúde dos rebanhos, da produção, da economia, a profilaxia intensa dessa septilemia mortal! Se não arregimentarmos recursos neste sentido, se não providenciarmos a tempo o combate à epizootia que fere nossas reservas tão de frente e tão de pronto, dentro em pouco, não teremos mais a carne, o toucinho, a banha! E tanto isto já se evidencia, e tanto já se precipita, que o Brasil começa a importar banha do estrangeiro!

E' o índice denunciador dos rebanhos que a Peste-porcina nos ceifa, e no mesmo tempo o panorama demonstrativo da proteção comprometida! Os prejuízos econômicos, consideráveis. Os estragos nos Estados do Paraná,

São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais e Estado do Rio, sem conta! Esperar já é uma convivência; adiar, já é um crime! E para essa luta só há um combate: o técnico; um entendido — o que se prepara para as questões rurais; um titular — o veterinário! Nesse campo é que devemos encontrá-lo, pois só a ele cabe fazer a profilaxia intensa da peste, a doença infecciosa! Este é o problema mais premente! Já divisamos nos arcãos do 5.º ano, o mais responsável, o mais difícil, essa grande responsabilidade! E para lá seguimos! Para ministrar os conhecimentos da veterinária, nas regiões criadoras, despertando o interesse da vida rural, em processos de trabalhos proveitosos que resolvem problemas, indicam soluções e dirigem ensinamentos nos centros pecuaristas com o empenho, verificado em benefício da classe, nos planos construtivos da experiência, compreendendo o fomento da produção dos seus plantéis e consequente soergulimento da sua economia zootécnica!

Assim, ficam os incientes bem conduzidos nas suas justas proporções e os interessados, na garantia dos seus haveres!

A vós, caros colegas que ainda ficam, e que há pouco, nos homenagearam com as festas da vossa espontaneidade e as demonstrações do vosso apreço, a vós primeiranistas, segundanistas e terceiranistas mais obsequiosos do que os veteranos, a vós que chegais por último e sois mais fidalgos do que os que já se despedem, a vós que nos ironxestes a efusão do vosso entusiasmo por intermédio do vosso órgão central de cidadania, que é o Centro Acadêmico Vital Brasil Filho, o reduto de vossa dignidade, o nosso muito obrigado! Dêstes gestos assim não há quem possa chegar a altura, a estes pretitos insígnies ninguém pode igualar ao certo!

Aqui trazemos a nossa solidariedade e apertamo-vos a mão com os votos sinceros de que vos anime sempre, a alma pugnaz dos vossos antepassados e dos vossos contemporâneos!

Lá fora, no exercício da profissão, se encontrarmos igual trato, teremos ganho a sorte, porque vós é que nos destes lições de camaradagem, como os nossos mestres no-las deram de cavalheirismo!

Vitoriosos rapazes, nós é que vos homenageamos com a estima e a admiração! Prezados amigos, nós, os homenageados, é que vos agradecemos!

Seleto auditorio, vossa presença é a preciosa dádiva de Natal deste fim de ano, que ora recebemos; não só nos conforta, também nos enriquece! Não encontramos intérprete a altura dos nossos agradecimentos, nem palavras que expressem a nossa grande alegria, porque há um 12 de dezembro cingindo em nossa vida!

Inscriva-se sócio da

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Peça Estatutos e impresso para proposta à Secretaria:

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115, 6.º

C. P. 1245 — Rio de Janeiro

TeL. 42-2981

Sociedade Nacional de Agricultura

MOVIMENTO DA SECRETARIA NOS MESES DE JULHO-AGOSTO 1948

Correspondência Recebida:

Telegramas	17
Ofícios	32
Cartas	31
Diversos	25
Total	108

Correspondência Expedida:

Telegramas	35
Ofícios	39
Cartas	37
Circulares	48
Total	159

Foram propostas e accitos os seguintes sócios: - Sr. Paulo Gomes Soares, D.F. - Sr. Estevão Herrerias, S. Paulo - Cláudio Corv. Eduardo Bezerril Foutenelle, D.F. - Sr. Francisco Ferreira, Minas - Sr. Benedito Simões dos Santos, S. Paulo - Sr. Manoel Augusto Carneiro das Neves, Est. do Rio - Sr. Celso Silverios dos Reis, D.F. - Sr. Arthur Antunes Quintanilha, Est. do Rio - Bernardino Antunes Filho, Est. do Rio.

OFERTAS DE LIVROS A BIBLIOTÉCA DA SOC. NAC. AGR.

Secr. Agr. Ind. Com. de Pernambuco: - "Processos Contrôle das Docuças das Plantas" de A. Gheves-Batista - Rev. Dep. Ass. Coop. - Bol. Vol. XII, n.º 4 ano 915 - Vol. XII, n.º 2 ano 916 - Vol. XII, n.º 2 ano 916 - Vol. XIV n.º 1 ano 917 - Vol. XIV, n.º 3 ano 917 - Vol. XIV, n.º 2 ano 917.

Secr. Agr. Ind. Com. Rio Grande do Sul: - Boletins - N.º 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, Circulares: - n.º 59, 60.

Sociedade Paulista de Agronomia: - Anais do 1.º Congresso Bras. Agr. Vol. n.º 1, Vol. 2 - Bol. n.º 1 "O Aperfeiçoamento dos Métodos da Cultura do Eucalipto no Serv. Florestal da Cia. Paulista de Estr. Ferro".

Cornell University Agr. Exp. Station: - Bull. n.º 812 nov. 917 - Memoir n.º 275 nov. 914 - 276 nov. 917 - 277 nov. 917 e 279 abril 918.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Bol. Estatística I.B.G.E. ano VI abr-jun 918 n.º 22 - Mau n.º 87 jun. 918.

Bol. de Informaciones - Madrid - ano 1 n.º 1 918.

Rev. Gazeta das Aldeias - Portugal - n.º 2 138 ano 918 1 jul.

Bol. Soc. Coop. Ind. Pec. Pará Ltda. ano XVI jun. 918 n.º 69.

Anuário Estatístico do Brasil ano VII 917 I.B.G.E.

Rev. de la Bolsa Com. - Uruguai - ano 1 jul 918 n.º 7 - Estatística.

Bol. Informaciones Agro pecuárias - Chile - n.º 71 maio 917.

Rev. Ass. Rural del Uruguay - ano LXXV n.º 5-6 maio-junho 918.

Farm Science - Iowa - vol. 2 n.º 10 abril 918.

Research Bull. U.S.A. - n.º 356.

Bol. Meteorologia - Montevideo - ano 6 n.º 7 maio 918.

Rev. Orientacion Meteorológica - Montevideo - n.º 2 maio 918.

Rev. Chacaras e Quintais - ano 39 vol. 78 n.º 1.

Rev. Cafelera de Colombia - vol. VIII n.º 116 jun. 918.

Conjuntura Econõmica - D.F. - ano 11 jul. 918 n.º 7 e n.º 8.

Monthly Report - jun. 918 vol. XXIII n.º 2.

Bol. Informativo - Rep. Dominicana - ano VI n.º 17 abril 918.

Bul. L'Unesco - Paris - vol. II n.º 6 jun. 918.

Rev. Liga Com. R. Jauciro - D.F. - ano XII n.º 175 maio 918.

Bol. Est. Exp. Agr. de Tucuman - ano 918.

Rev. Soc. Rural Brasileira - S. Paulo - ano XXVIII - maio 918 n.º 332 e 333 jun. 918.

New Orleans Port Record - jun 918.

O Campo - maio-jun. 918 ano 19 n.º 221-222.

Bol. Americano — ano XII 603, 601, 605.

Agros — ano XXXI n.º 3 maio-jun. 918.

Lloydia Ohio — vol. 10 dez. 917 n.º 4.

Rev. Bras. de Panificação — ano XIII jul. 918 n.º 155.

Bol. Serv. Er. Rural — ano IV e V n.º 6 e 7.

Bol. Informativo — D.F. — Ano IV n.º 1.

Bol. Econômico — Uruguay — ano 918 — jun. n.º 6.

Cooperativismo — D.F. — ano III jul. 918 — n.º 25 — 25, 24, 23.

Bol. Informativo, C. 1.º Com. Prod. — n.º 42 jul. 918.

Bol. Ass. R. Vale. R. Gr. — S. Paulo — jul. 918 n.º 38B.

Veterinária — D.F. — ano II jan. 918 n.º 1.

Rev. Medic. Veterinária — Buenos Aires — vol. 29 out-dez. 917.

Bol. do Leite — D.F. — n.º 13 jul. 918 ano II Epoca 4.º n.º 12.

Britain To-Day — n.º 147 jul. 918.

A Granja — R. Gr. Sul — ano III n.º 33 jun. 918.

British Science News — vol. 1 n.º 8 918.

Anales Soc. Científica Argentina — tomo CXLV abril 918.

Lavoura Arrozreira — R. Gr. Sul — ano II jun. 918 n.º 18, 17, 16.

Iowa Farm Science — Ames — vol. 2 n.º 11 maio 918 n.º 12 jun. 918.

O Cultivador — ano 1 jul. 918 n.º 8.

Bol. Bibliográfico Agrícola — Madrid — 1-2-918.

Rev. Meteorológica — Uruguay — ano VII n.º 25 e n.º 26 ano 918.

Agriculture Abroad — U.S.A. — n.º 4 vol. 3 abril 918.

Connecticut Products — vol. 1 n.º 4.

Rev. de Agricultura — S. Paulo — vol. XXIII n.º 5-6 maio-jun. 918.

Informaciones Argentinas, abril-maio jun. 918 jul.-ag.-set. 917.

Bol. Câmara de Reajustamento Econômico — D.F. — ano IX n.º 75 jan.-março 918.

Bol. Cons. Fed. Com. Ext. — ano XI n.º 2 fev. 918.

Carta Quinzenal — Chile — n.º 64, 65, 66 e 67 de 918.

Bol. Ass. Com. Amazonas — Ano VII n.º 80 março 918 — 81 abril 918.

F.A.R.E.S.P. — ano 918 n.º 42, 43, 44 e 45.

Bol. Secr. Ind. Com Pernambuco — Vol. XV n.º 1 de 918.

Neighbors — vol. 4 n.º 4 U.S.A.

Seleções Agrícolas

Diretor: Eurico Santos

Gerente: O. Assumpção

Superintendente: M. Nunes

PUBLICAÇÃO MENSAL

Propriedade de Editora Seleções Agrícolas Ltda.

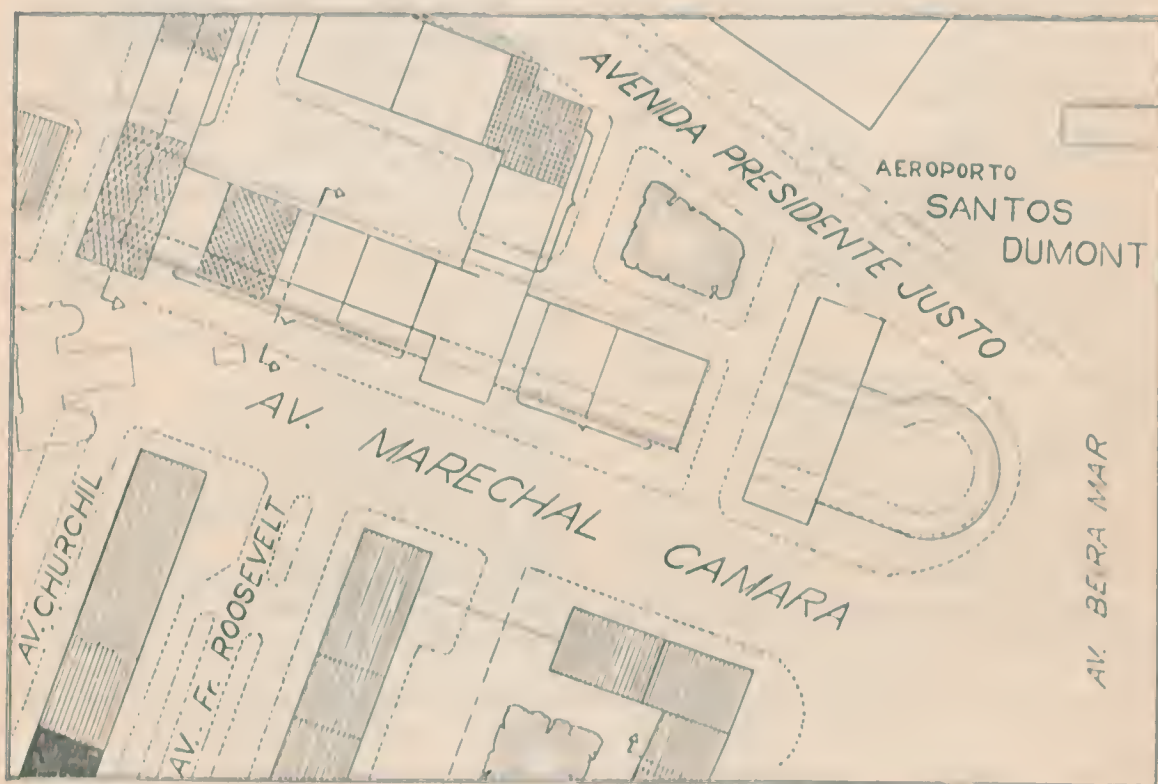
ASSINATURAS

Brasil — Ano	Cr\$ 36,00
Exterior — Ano	Cr\$ 70,00
Número do mês	Cr\$ 3,00
Atrasado	Cr\$ 5,00

Redação e Administração: Avenida Nilo Peçanha, 26, 12.º
Tel. 32-6163 — Rio de Janeiro

ACEITAM-SE AGENTES NO INTERIOR

CASA DA AGRICULTURA



- Edifício onde a Sociedade tem sede atualmente.
- Terreno onde se erguerá a "Casa da Agricultura".
- Quadras já construídas.
- Edifícios em construção.

Proseguem os trabalhos preliminares da construção da "Casa da Agricultura", sede da Sociedade Nacional de Agricultura.

Estão a ultimar-se os trabalhos de saneamento do terreno, indispensável à perfeita egruagem do magestoso edifício, cujos furos atingiram a mais de 20 metros de profundidade.

Ao engenheiro J. B. Bidart, foi entregue, pela Comissão de Obras, composta dos Srs. Arthur Tôres Filho, Luis Simões Lopes e Kurt Repald, tendo como secretário na Sr. Luis Marques Palmino a tarefa dos cálculos do cimento armado.

Uma vez terminados as *tests* da saneamento, será feita a coleta de preços para as fundações, estrutura em cimento armado e tubulações embutidas.



Um ângulo do terreno, vendo-se a placa e, ao lado, a sonda. A esquerda, o cupolo do Edifício do Ministério do Agricultura

Os clichês reproduzem o primeiro, um trecho da planta urbana do local, a que se pode chamar a "porta aérea da cidade", na qual está assinalada a exata posição em que se erguerá a "Casa da Agricultura". O segundo, uma fotografia lateral do terreno, com a placa

de Construção bem visível. Ao lado, o tripé da sonda e, à esquerda, a cúpula do Ministério da Agricultura.

Daqui, destas colunas, iremos dando aos Socios e amigos da Sociedade noticia pormenorizada ao andamento das obras da "Casa da Agricultura".

LAVRADOR! CRIADOR!

Fortalece a tua classe inscrevendo-te na "Associação Rural" do teu Município. Se esta não existir ainda, funda uma, dentro dos moldes do decreto-lei 8.127, de 24 de Outubro de 1945.

A Secretaria da S.N.A. te prestará todos os esclarecimentos a respeito.

Financiamento diréto ao pequeno Lavrador

*Accito o ponto de vista da Sociedade
Nacional de Agricultura*

Pela primeira vez, no Brasil, o Banco do Brasil vai conceder financiamento direto aos pequenos lavradores, ao mesmo tempo que será estimulado no Congresso o andamento dos projetos de lei referentes à garantia de preços mínimos dos cereais e gêneros de primeira necessidade e a reforma bancária de acôrdo com a qual será criado o Banco especificamente da Lavoura.

Estas medidas de maior importância para a recuperação econômica do país ficaram decididas na reunião convocada pelo presidente da Republica, no Catete, à qual compareceram os ministros Correia e Castro e Daniel de Carvalho, respectivamente da Fazenda e da Agricultura, o general Anápio Gomes, diretor geral do Conselho Federal de Comércio Exterior, os Srs. Guilherme da Silveira e Marino Machado, respectivamente, presidente do Banco do Brasil e diretor da Carteira de Crédito Agrícola, e o Sr. Artur Torres Filho, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

Segundo foi noticiando, a questão do financiamento feito diretamente aos pequenos lavradores foi defendida na aludida reunião pelo presidente da S. N. A., sendo o seu esquema aprovado para imediata aplicação. A questão dos preços mínimos e da reforma bancária dependem, entretanto, da aprovação do Congresso, onde existem projetos, a respeito, em andamento.

O govêrno visa, em suma, incentivar o crédito, objetivamente, em primeiro plano, beneficiar as culturas rurais na presente safra, de modo a que a crise que se verifica na produção de gêneros de primeira necessidade seja vencida sem demora, possibilitando um melhor abastecimento do mercado interno, bem como o excedente para a exportação, sem o que se torna difícil o equilíbrio da balança comercial.

A propósito dessa polpitante matéria, após a reunião, foi distribuído pelo Catete uma nota a imprensa, consignando dos seus termos as mais im-

portantes esperanças no seio da classe agrícola.

Um vespertino, ouvindo a respeito o Sr. Ministro da Fazenda, teve de S. Exa. a confirmação de que o objetivo principal do Govêrno, apoiando antiga aspiração das classes rurais, através de seus órgãos representativos, é de disseminar o crédito por tôdas as zonas de produção, já na presente entressafra. Além do financiamento normal, beneficiando grandes empresas, o Banco do Brasil sugeriu e foi autorizado a iniciar imediatamente o financiamento aos pequenos produtores, desde o proprietário e o arrendatário, até ao meeiro e o colono. O dono de uma propriedade no valor de 100 mil cruzeiros terá crédito até o limite de 20 mil cruzeiros.

O crédito ao pequeno produtor será local e direto, à base da honestidade e da capacidade profissional do mesmo, seguindo exemplo do que já ocorre em vários Estados. O Banco Mineiro da Produção, por exemplo, concedeu no ano passado 8 mil cruzeiros e já reembolsou todo o numerário distribuído, não perdendo um só vintem. Em Pernambuco, foram realizados 28 mil empréstimos, beneficiando igual número de agricultores, pois a média de cada empréstimo foi de mil cruzeiros. Esses exemplos mostram a viabilidade do crédito disseminado em proveito do mais modesto agricultor. Enquanto isso, o Banco do Brasil, em 47, fez pouco mais de 6 mil empréstimos dessa natureza.

As cooperativas de crédito e as associações rurais ao lado dos bancos particulares, desempenharão relevante papel na nova política de financiamento agrícola oficial no Brasil, principalmente no apoio da firma do pequeno produtor.

O Brasil possui quase dois milhões de propriedades agrícolas representando vasto campo para aplicação do crédito especializado. Todavia esse crédito somente poderá beneficiar tão elevado número de propriedades quando for ministrado por um organismo como

o Banco Rural, entidade que a própria Constituição reconhece como indispensável ao desenvolvimento econômica do país e que o atual governo deseja criar, conforme propôs no Congresso, na reforma bancária. Podemos acrescentar que o presidente da República está vivamente interessado pela imediata execução da nova política de financiamento, devendo realizar no Catete outras reuniões para consolidar todos os objetivos em vista.

Acrescentou o Sr. Carreira e Castro que já haviam sido expedidas as determinações do Governo para o imediato financiamento à produção. O titular da Fazenda manifestou sua confiança nos resultados das medidas que serão postas em prática, salientando que as mesmas podem ser consideradas das mais importantes até agora adotadas pelo atual Governo. Acredita o ministro que a produção será grandemente aumentada, a fim de não só melhorar o abastecimento interno do país, mas também permitir maior exportação, com a qual obteremos mais divisas para as nossas importações de artigos essenciais.

Foi o seguinte, o esquema lido e apresentado na reunião do Catete pelo Sr. Artur Torres Filho, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

"Foi extremamente honra para a Sociedade Nacional de Agricultura receber do Exm. Sr. Presidente da República convite para "o estudo do problema do financiamento da produção agrícola".

2. Esse sempre foi pelo Sociedade considerado o problema máximo da agricultura nacional, por ele se batendo arduamente durante cerca de 50 anos, tendo em vista que com o auxílio para aquisição de terras, para os melhoramentos imobiliários e imobilizáveis, sem o custeio da produção, o exemplo do que ocorre em outros países e, bem perto de nós, no Uruguai e na Argentina, não nos será possível a mobilização do trabalho da terra, permitindo ao país melhorar a produção e a vida das populações do interior.

A nossa história econômica demonstra desde o período colonial, no Império e mesmo na República, a falta de crédito para o produtor rural, sem entretanto ter-se conseguido até hoje um regime de assistência permanente, capaz de garantir a produção, e a movimentação das safras, com lucro razoável para aquele que vive legitimamente do trabalho da terra.

3. É bem verdade que ultimamente, com a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, dá-se um passo bem avançado na tentativa de proporcionar-se o crédito ao agricultor, o qual, como sabemos, tem que ser feito sob três modalidades: **hipotecário, pignoratício e pessoal**.

Quando a primeira, para que finalmente se estabeleça entre nós, faz-se mister a criação de

um cadastro rural em bases seguras e será também decisivo para a colonização dos campos, devendo portanto merecer atenção especial, tendo sido na Argentina fator de alto relêvo no fortalecimento da sua economia agrícola, na que toca à segunda fórmula, para a qual temos criado uma legislação especial, estudos terão que ser feitos, de modo a permitir uma aplicação, seja na parte agrícola e pecuária, garantindo por outro lado aos bancos os seus investimentos por meio de cédulas pignoratícios. Neste particular, observar na Argentina uma aplicação generalizada do penhor para colheitas pendentes, produtos armazenados, a prazos longos sob esta forma, quanto a terceira fórmula, isto é, o crédito pessoal, baseado na idoneidade moral e na aptidão profissional do agricultor ou criador, com o pagamento do débito em parcela durante o ciclo das safras, ou entre uma e outra, com limites variáveis de acordo com as regiões, os produtos e outros fatores, é para nós a que se nos afigura mais premente e a que terá maior repercussão nos meios rurais do país. Neste particular, já muito tem feito a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil através de suas agências de seminários pelo país. Entretanto, o crédito pessoal utilizado exclusivamente em favor de pequenos produtores, isto é, daqueles que não saem de sua gleba para vir bater as portas dos bancos na cidade para êles é que precisamos urgentemente criar um aparelhamento que precorará ser simples, desprovido de formalidades legais e burocráticas, que além de tudo anem o adiantamento aos temerários. Para êste fim, as cooperativas de **crédito agrícola** e semelhantes (de que poderão ser citados os exemplos da Paraíba do Norte, Rio Grande do Sul, Pernambuco principalmente, com suas caixas rurais, e as associações rurais — poderão ser os órgãos intermediários e de elevada e laboração com o Banco do Brasil e, futuramente, com a Banca Rural, cuja criação, por feliz inspiração do Sr. Ministro da Fazenda, foi proposta na Reforma Bancária e consta de dispositivo da Constituição.

Para recordar o fato de que em 1938, as cooperativas de crédito na Paraíba do Norte, através de suas caixas rurais, fizeram 23 474 empréstimos a pequenos agricultores, no valor médio de 727 cruzeiros. No Rio Grande do Sul, as 34 caixas de crédito rural tozern anualmente empréstimos a pequenos agricultores de dezenas de milhões de cruzeiros. E' essa, a meu ver, a orientação mais democrática e mais feliz que poderemos seguir em benefício daqueles que ainda labutam na vida árdua dos campos. Mais de 800 Municípios do Brasil reclamam crédito em facilidades de financiamento para as atividades agrícolas. Basta dizer que as taxas cobradas chegam a 20 e 30% ao ano quando a Agricultura dificilmente poderá pagar mais de 3 a 5%, com baseando-se o pagamento em prestações de acordo com as áreas cultivadas.

Ponto importante e mesmo decisivo para o êxito do crédito será a da simplicidade de seu mecanismo. É preciso que o agricultor, em qualquer zona do seu Estado ou Município, em três ou quatro dias, no máximo, tenha solução de sua proposta de empréstimo, tendo ao estabelecimento responsável o crédito agrícola local. Tenho profunda convicção de que prescindindo à distribuição dos empréstimos um critério seguro, na conformidade das condições agrícolas e pecuárias locais, sem desvirtuamento, o clero rural saberá honrar seus compromissos.

4. Intelizmente, o que tem acontecido com o **crédito agrícola** entre nós, é que as instituições cha-

malas a prodigalizá-lo, na sua maioria, atraídos por lucros mais fáceis e até pela especulação, se entregam mais às operações mercantis, deixando inteiramente ao desamparo os pequenos produtores.

É evidente portanto que para haver no país a existência de crédito **realmente beneficiado o lavrador**, aí incluídos o proprietário, o arrendatário, o meeiro, etc., será preciso um sistema bancário abrangendo a extensão do território nacional, no qual além dos estabelecimentos oficiais central e regionais colaborem na distribuição de crédito bancos particulares, locais e regionais, bem como associações rurais, cooperativas, aos quais seriam assegurados recursos e favores especiais. É digno de exame neste particular a lei denominada "Agricultural Credit Act", do Presidente Wilson, dos Estados Unidos. O que é preciso, evidentemente, é canalizar recursos para a lavoura, pois que é dela que tudo emana para a riqueza pública.

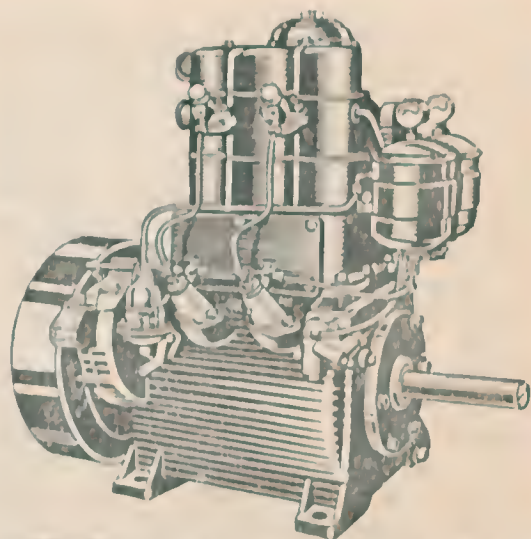
5. É-me grato assinalar, como já ficou perfeitamente acentuado pelo Sr. Ministro da Agricultura na reunião dos Secretários de Agricultura em 1946, ao seu projeto de Reforma Agrária, na qual salientou a necessidade de garantia da preço mínimo à produção, pensamento que tem também acompanhado a ação do ilustre Ministro da Fazenda, Sr. Correia e Castro, a interêsses do Governo, culminando com a presente reunião, na solução do grave problema do financiamento rural, a cuja deficiência parte se atribuir em grande parte, a presente mal estar social, com a conseqüência das cidades diante da fuga dos campos.

6. Dentro das idéias expostas, a dado o pensamento de S. Ex.ª, a Sr. Presidente da República, de levar estímulo e amparo os verdadeiros produtores nacionais, ausa a Sociedade Nacional de Agricultura sugerir a seguinte modalidade para atender principalmente à situação do pequeno produtor.

— facilidade, em todo o país, de crédito até o limite de Cr\$ 15.000,00 a todo agricultor, inclusive arrendatários, meeiros, colonos, etc., a ser concedido através das agências da Banca do Brasil e sempre que possível, sob a forma de acordo com cooperativas, associações rurais e mesmo com outros bancos regionais e locais, obedecendo a uma supervisão central, a fim de evitar possíveis desvirtuamentos e, sobretudo, afastar as conhecidas entorses burocráticas que tornam difícil no momento qualquer operação de crédito de que careça a agricultura.

Basto considerar que, em 1947, a Carteira Agrícola da Banca do Brasil forneceu a pequenos produtores apenas 315 empréstimos de Cr\$ 250,00 a 5.000,00, 618, de 5 a 10.000,00, 900, de 10 a 20.000,00, e 458, de 20 a 30.000,00, no total de 2.291 empréstimos, enquanto que na categoria dos grandes, de 100 a superiores a 500.000,00, foram realizadas 5.793 empréstimos.

Estes algoritmos servem para demonstrar que o nosso crédito agrícola ainda não conseguiu penetrar tão profundamente quanto seria de desejar a nossa grande massa rural, espalhada em mais de 2 milhões de propriedades, e cuja maioria é justamente constituída de pequenos agricultores, hoje praticamente desamparados na que tira a este grande fator de melhoria e aumento de produção, que é o crédito fácil, barato e a longo prazo".



DIESEL deve ser o seu MOTOR HALLETT a sua marca

Assistência técnica eficiente e peças sobresselentes como garantia de bom funcionamento

Distribuidores Gerdas no Brasil
G. BORGHOFF & CIA.
R. Evaristo da Veiga, 130 - Tel. 42-3720
End. Telegr. Borgmagotta - Rio

ESPALHADOS SÓBRE A TERRA

Há poucas viventes tão espalhados sobre a terra como a mosquito, pois pode viver tanto na floresta virgem tropical como nas tundras sibéricas. O facto de o mosquito sugar sangue já a torna uma praga para a humanidade, mas este modo de viver que se limita ao sexo feminino, torna-se um perigo da vida porque a mosquito pode transmitir germens de uma doença, que vivem no sangue de um ente, para o corpo de outra vítima mordida.

A doença mais temida que o mosquito transmite, é a malária. Apesar de haver relativamente só poucas espécies de mosquitos que transmitem a malária, êles tornaram-se habitáveis uma terça parte da terra, causando anualmente 200 milhões de casos de malária. Mais de um milhão de homens morre cada ano na Índia, só em consequência desta doença. Cada um, também a população indígena, considera a luta contra a mosquito malarígeno como uma obra de interêsses gerais. A rega de sítios de incubação com petróleo e outros inseticidas que matam larvas, uma boa drenagem, a uso diário de 400 mg. de quinina, a título de profilaxia durante a estação em que reina a malária e de 1 até 1,3 gr. de quinina durante uma semana, a título de remédio, todas estas medidas são agora consideradas pela população como sendo úteis e necessárias na luta implacável contra uma das pragas mais cruéis da humanidade.

Espalham-se as mosquitos sobre toda a terra, mas também se difunde em todo o mundo a convicção de existir uma arma excelente contra a malária, a saber a quinina.

Açúcar - Algodão - Adubos

Escreve o dr. José Lins do Rego, em 3 do corr. mês no "Globo", recordando "a época aurea, na qual o açúcar dera mais ouro a Portugal do que mesmo o ouro de Minas Gerais", e, após outras importantes considerandas da atualidade, diz: "A lavoura da cana se aniquila nas terras, que carecem de homem, as fábricas queimam os últimos gravetos, e a produção encarece assustadoramente. O açúcar, fonte de receita, não pode corresponder ao esforço do homem, desde que A TERRA NÃO RENDE e a concorrência dos novos produtos do sul domina o mercado interno. E assim chega-se ao fim do açúcar pernambucano e ao fim de uma economia. E o triste é verificar que não há remédio para a doença que marcha".

É verdade que a doença marcha em muitas regiões, entretanto, **HÁ REMÉDIO PARA ESTA DOENÇA.**

Desejo com esta singela colaboração, que as palavras de terrível e amargo pessimismo, pronunciadas pelo dr. Antlogenes Chaves, a que se refere o sr. José Lins do Rego no citado artigo, se tornem palavras de esperança, que iluminem aedes renovadoras e fecundas.

Seja-me permitido citar, em seguida, trechos de obras publicadas sobre as atividades agrícolas no Brasil, certo de que, pelos seus autores de há muito, foi indicado o que é imprescindível fazer para melhorar e aumentar a nossa produção.

Escreve o dr. Arthur Torres Filho no "Resumo Histórico da Sociedade Nacional de Agricultura" sob o título — O momento nacional e a mobilização dos campos — a página 174, trabalho executado pelo sr. L. Marques Pollano em 1945, o seguinte: "Que tão palpitante e digna da mais elevada atenção dos nossos governantes e dos profissionais de agronomia, é a prática da LEI DA RESTITUIÇÃO, fazendo voltar à terra o que dela é extraído pelas colheitas e pelos rebanhos. A nossa produção agrícola e pecuária retira do solo pátrio, anualmente, milhões de toneladas de Azoto, Aeldo Fosfórico, Potásio e Cálcio cuja restituição é mínima".

Atéltimos, assim, a queda dos valores das terras brasileiras com a derribada incessante das matas virgens, o êxodo das populações rurais, o deslocamento das plantações da proximidade das vias de transporte e comunicações, criando um problema social econômico de graves conseqüências para o futuro do Brasil".

Em sua conferência realizada no Rotary Club de Campos, Estado do Rio de Janeiro, descreve o engenheiro agrônomo Rui da Silva Pinto, a "situação atual e medidas aconselháveis à melhoria da lavoura canavieira de CAMPOS", citando entre fatos e números o seguinte:

"Qual é o rendimento dos nossos canaviais? A média geral da lavoura campista, incluindo terras melhores e piores, incluindo, ainda, canas plantadas e adensadas, é aproximada-

F. G. Steinemann

(Membro da Soc. Nac. de Agricultura e do Conselho Florestal)

mente 28 tons. por ha., encontrando-se algumas lavouras de exceção, com rendimento superior, geralmente localizadas em terrenos descaçados — antigas pastagens ou lagoas recentemente drenadas.

Para melhor se avaliar quanto é baixa a produção dos nossos canaviais, vejamos alguns dados referentes a outros países:

Argentina	43,3 tons. por ha.
Cuba	50,0 " "
U. S. A	50,0 " "
Trindade	65,0 " "
Ilhas Maurício	70,0 " "
Gulana Ingleza	96,0 " "
Feri e Hawai	111,0 " "

De todos esses países o que apresenta menor rendimento, é a Argentina, que ainda assim é superior ao nosso em 50%.

Mas é preciso que se constiga um aumento proporcional da produção da matéria prima — a cana. Para isso ter-se-á que adotar uma de suas soluções: ou aumentar a área das plantações ou aumentar o rendimento dos canaviais."

Referindo-se entre outros fatores ao transporte e à mão d'obra, diz em seguida: "A solução é, pois, aumentar o rendimento dos canaviais. E para isso é necessário adubar e irrigar." É mais adiante: "Que a adubação e irrigação podem ser economicamente aplicadas em Campos, conforme se pôde constatar na Estação Experimental ai, com as instalações de irrigação em perfeito funcionamento.

Outro problema importante que a adubação e irrigação podem contribuir para resolver, é o da mão d'obra.

E para isso é preciso adubar e irrigar, porque o número de homens necessário para plantar e tratar um hectare, que produz 28 tons., é o mesmo número de homens necessário para plantar e tratar um hectare que produz 56 tons." (Publicação d'A LAVOURA — março/abril de 1947, pgs. 22 a 24, Rio de Janeiro.)

"FERTILIZAÇÃO DAS TERRAS DA ZONA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO", de Diogenes de M. Vasconcellos, estudo publicado em — A LAVOURA, dezembro de 1947, pgs 56 a 57, Rio de Janeiro, trás entre outras, as seguintes considerações:

"O panorama canavieiro de Pernambuco é bastante sombrio, os rendimentos culturais atingem cifras insignificantes. A cultura da cana não corresponde, em absoluto, ao progresso industrial alcançado, marchou quase em sentido oposto, constituindo um sistema de forças que tendem a um desequilíbrio funesto.

As terras estão esgotadas, não produzem mais, PRECISAMOS ADUBAR, é o que ouvimos todos dizer.

Sim, o esgotamento é incontestável, representa o fruto de uma prática colonial, primitiva, que, ainda, perdura até os nossos dias.

Vejamos o que nos revelam os dados estatísticos:

Valores experimentais, obtidos pelo Serviço Experimental da Secretaria de Agricultura do Estado, na zona Barro de Suassuna, em Escada, evidenciaram um rendimento de 35 tons, por ha, na cana planta, e 11 tons, na sóca, ou sejam 23 tons, em média por ha. A variedade empregada foi a P. O. J.2878, tendo o experimento sido localizado em terreno de encosta.

Dados d'um campo de adubação, feito na Usina Aliança (zona norte do Estado), revelaram um rendimento cultural de 43,7 tons, por ha, na cana planta, e 35,0 tons, na sóca, ou sejam 39,3 tons, em média nas duas colheitas. Empregou-se no experimento em apreço a variedade C. P.27.139.

São frequentes os terrenos de encosta onde não mais se encontra solo agrícola; plantam-se canas em pleno sub-solo, destituído de matéria orgânica."

Quanto a ACIDEZ, o sr. Adauto Teixeira, num trabalho publicado no Boletim n.º 3-vol. XII, da Secretaria de Agricultura do Estado, concluiu: serem ácidos, em geral, os solos de Pernambuco. Apresenta, ainda, os seguintes estudos:

"Um solo ácido, é geralmente impróprio às plantas, às calcícolas principalmente. A acidez dificulta o trabalho das bactérias nitrificadoras, impedindo a decomposição normal a matéria orgânica, e, mediante o acúmulo de nitrído carbônico, formam-se substâncias orgânicas tóxicas.

No estudo realizado em 65 municípios, estabelece a seguinte classificação:

d) agrupando os valores de pH, de nos os municípios e suas necessidades em CAL:

" Solos muito necessitados		
em cal	10	13,38 %
Solos necessitados em		
cal	52	80,00 %
Solos não necessitados		
em cal	3	4,62 % "

Referente aos FERTILIZANTES escreve:

"Os insucessos de alguns plantadores de cana no emprêgo de adubos, consistem, principalmente, no uso de fórmulas inadequadas às necessidades locais, copias, quasi sempre, de folhetos de propaganda de firmas vendedoras de produtos fertilizantes ou de trabalhos estrangeiros.

Os experimentos de adubação de cana que o Serviço Experimental vem executando, tem revelado o seguinte:

a) que as nossas terras necessitam, em ordem decrescente, de Fósforo — Azoto — Potássio;

b) serem as fórmulas mixtas (compostas de adubos orgânicos e inorgânicos), as que maiores rendimentos têm proporcionado em planos de adubação, em que fertilizantes minerais apenas entram também na composição.

c) que o adubo verde e a calagem melhoram consideravelmente o índice de produção agrícola."

E, ainda, em data recente, 6 de setembro no corr. ano, "O GLOBO" sob título sugestivo publicou: "AS TERRAS DA BAHIA ESTÃO FAMINTAS DE ADUBAÇÃO", e, em seguida, uma exposição do agrônomo Orlando G. Teixeira, ex-secretário da Agricultura d'aquela Estado, referente à exploração de jazidas de fosfatos, para serem utilizados como adubos.

Em quanto a nossa situação agrícola se revela nas lrases: "As terras estão esgotadas, não produzem mais, e, precisamos adubar", um artigo, publicado no "Reader's Digest" de junho do corr. ano, pgs. 85 a 88, mostra-nos que "O GUANO VOLTA A SER RIQUEZA" na República vizinha do PERU, pois que "somente com o auxílio do guano, adubo de prodigiosa riqueza, é possível desenvolver a agricultura na costa seca do Perú. As montanhas fornecem algumas míngudas gotas d'agua para a irrigação; mas, espalhando suficiente quantidade de guano, o agricultor peruano consegue colher de 320 quilos de algodão limpo por ha., enquanto que a média é de 55 quilos no Estado de Louisiana, U. S. A., e de 70 quilos no Egito."

E continuando, diz o articulista daquela revista: "Conquanto a última colheita de guano tenha sido vendida por US\$ 2 800.000,00 aos fazendeiros do país, poderia ter rendido US\$ 29.000.000,00, se fosse exportada.

"Entretanto, o adubo é tão vital a agricultura do Perú, que o governo desse país permite apenas a exportação de alguns quilos, solicitados por instituições científicas para os estudos. E o governo daquele país tanta importância deu ao assunto, que, em 1909, formou a Companhia Administradora del Guano (com participação de 51%), no propósito de reorganizar a indústria e prover adubo para as culturas do algodão e da cana."

Eis aí a explicação do enorme progresso agrícola da República do Peru, e a razão das fantásticas colheitas por hectare: "A APLICAÇÃO DE ADUBO ORGANICO NA AGRICULTURA, PRATICANDO A "LEI DA RES-TITUIÇÃO", como recomenda dr. Arthur Torres Filho, no artigo, inicialmente citado.

Em discurso pronunciado pelo Secretário da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, dr. Edgard Teixeira Leite, na ocasião da Exposição Agro-Pecuária na Cidade de Barra do Piraí, insinua esta autoridade, e, também, homem do campo, mais uma vez na necessidade de adubação e diz: "a falta de trato da terra cançada do Estado do Rio constitui uma das peças de verdadeiro círculo vicioso"

"A QUEDA DA PRODUÇÃO ALGODOEIRA NO ESTADO DE SAO PAULO" conforme exposição feita pela Sociedade Paulista de Agronomia, publicada na "LAVOURA" Julho-agosto de 1948, cita entre outros fatores, por exemplo no item 2.º "a diminuição da fertilidade média das terras pelo desgaste etc. e a falta de adubação", e recomenda:

"Constituem providências de ação imediata (no item c): aquisição e distribuição pelo custo, aos lavradores do Estado, de ter-

utilizantes etc." e mais: "Devem constituir providências futuras: a) continuidade das medidas de ação imediata." Esta exposição foi apresentada no Conselho Federal do Comércio Exterior, e subscrita pelos engenheiros agrônomos srs. Linneu Carlos de Souza Elias, como Presidente e Antonio José Telxelra Mendes, como 1.º Secretário.

"O Jornal em 5 do corr. publicou um depoimento do engenheiro agrônomo Renato Gonçalves Martins, enviado especial do Ministério da Agricultura ao Nordeste, às zonas produtoras de algodão, demonstrando os quadros mais negros daquelas zonas. "E' de tal forma brutal o quadro algodoeiro, dessa região, que as cores sombrias do quadro paulista se esbatem e adquirem tonalidades róseas quando postas em confronto com as dominantes na crise nordestina".

Pela leitura de publicações em alguns jornais, ficamos sabendo que o Secretário de Agricultura do Estado de Pernambuco, sr. Barros Barreto, já iniciou "A campanha pelo soergulmento da produção algodoeira de Pernambuco", entretanto, nos diversos itens das medidas propostas e no plano elaborado, não nos consta a inclusão do importante fator "ADUBAÇÃO — FERTILIZANTES".

Os melhores planos, as mais aperfeiçoadas patrulhas mecanizadas e a mais rigorosa seleção de sementes, poucos resultados, compensadores dos esforços e das despesas feitos, poderão produzir, se não forem observadas as palavras e a recomendação do dr. Arthur Torres Filho, quando diz, como anteriormente citado: "QUESTÃO PALPITANTE E DIGNA DA MAS ELEVADA ATENÇÃO DOS NÓS-SCS GOVERNANTES E DOS PROFISSIONAIS DE AGRONOMIA, E' A PRÁTICA DA LEI DA RESTITUIÇÃO, fazendo voltar à ter-

ra o que dela é extraído pelas colheitas e pelos rebanhos." E este desgoste de nossas terras monta, anualmente, em milhões de toneladas de Azoto, Acido fosfórico, Potássio e Cálcio, cuja restituição é mínima.

Se, entretanto, a nós não foi ainda dada a possibilidade de produzir adubo orgânico de tal eficiência e no volume de 170 mil toneladas anuais como o do Peru, temos, todavia, empreendimentos industriais, os quais, em conjunto, já estão produzindo dezenas de milhares de toneladas por ano, para acudir as necessidades mais prementes de nossa agricultura, especialmente no que se refere ao plantio de algodão e de cana.

Tendo em vista uma dosagem média de 50 gramas por metro quadrado para estas culturas, conforme indicações técnicas, geralmente aceitas, é admissível calcular os milhares de hectares que podem ser adubados.

Esta produção existente, poderá ser aumentada, ainda, com o aproveitamento de novas fontes, como expôs o agrônomo Orlando G. Telxelra, referindo-se às jazidas de Fosfatos na Bahia, e outros Estados, como, por exemplo, às de São Paulo.

Desta maneira, as terras deixarão de ser "Familias de Adubação", e, sim, corresponderão ao esforço do homem com uma farta renda, pois, o mesmo homem que lhe tirou tudo, compreendeu, finalmente, que lhe devia restituir os elementos principais, como sejam:

Azoto — Fosfato — Potássio — Cálcio.
ESTES SÃO OS REMEDIOS DA DOENÇA.
QUE ASSIM FICARA TOLHIDA EM SUA MARCHA DEVASTADORA.

Rio de Janeiro, em setembro de 1948.

O Petróleo Auxilia a Criação de Gado

Quando o DDT foi usado nas ilhas do Pacífico durante a guerra, circularam notícias sobre a sua utilização na criação de gado. DDT, como se sabe, é um pó branco e, para ser eficiente como inseticida, deve estar sob a forma líquida.

A Humble Oil & Refining Company, do Texas, afiliada da Standard Oil Company (New Jersey), decidiu empreender trabalhos de pesquisa no sentido de obter a forma líquida do DDT. A Companhia desenvolveu três tipos principais.

No primeiro tipo concentrado, o DDT não se separava da água quando esta não era agitada. Isso significava que, se a chuva causasse transbordamento do reservatório de água por onde os animais deveriam passar, razoável quantidade de inseticida seria perdida. No segundo tipo, o DDT separava-se da

água como creme do leite, ficando na superfície. Novamente, o concentrado seria perdido todas as vezes que as chuvas causassem transbordamento do reservatório. Um animal, também, poderia ficar em contacto com uma forte solução flutuando e sofrer queimaduras. O terceiro tipo foi o que deu melhores provas. Não se estraga com a chuva e não causa danos ao gado.

Esse tipo é representado por uma solução com 35% de DDT, que foi submetida a provas intensivas nos campos e demonstrou ser muito eficiente no combate nos mosquitos, carrapatos, mûscas e piolhos. O gado protegido pela solução ganhou, em média, 50 libras por cabeça, durante o período do ataque dos insetos — 90 dias. Não houve efeitos prejudiciais nos animais. O DDT concearreu para tornar os pastos mais pacíficos e mais prósperos.

Progride o Associativismo Rural no País

O desenvolvimento das Associações Rurais constitui uma demonstração de interesse público e das classes produtoras pelos problemas da vida agrária.

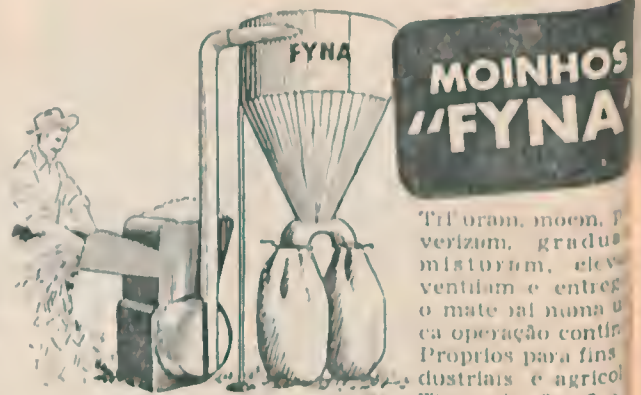
As Associações Rurais, entre outras iniciativas para soerguer a economia brasileira, representam verdadeiro estímulo à produção e, consequentemente, à melhoria da nossa balança comercial.

De conformidade com os dados fornecidos pelo Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura, acham-se em funcionamento no país 116 Associações Rurais, 27 Associações Rurais Regionais, 7 Associações Rurais Especializadas, 1 Associação especializada, em agronomia e 6 Federações de Associações Rurais no total de 157 entidades, todas elas reconhecidas e registradas nesse Serviço.

As Associações Rurais acham-se assim discriminadas, por Estados: Santa Catarina, 27; Rio Grande do Sul, 21; Minas Gerais, 20; São Paulo, 13; Pernambuco, 6; Paraná, 5 Maranhão, 5; Rio de Janeiro, 5; Mato Grosso, 3; Paraíba, 3; Piauí, Ceará, Espírito Santo, Bahia e Rio Grande do Norte, 1 em cada.

As Associações Rurais regionais estão assim distribuídas: São Paulo 19; Minas Gerais, 2; Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Paraíba e Goiás, 1 em cada.

Existem Federações de Associações Rurais nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Norte e Associações Rurais especializadas nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Pernambuco e Alagoas (1 em cada) sendo que na Bahia existe a única sociedade especializada em agronomia reconhecida e registrada no país.



**MOINHOS
"FYNA"**

Tritoram, moem, pulverizam, gradam, misturam, elevam, ventilam e entregam o material numa única operação controlada. Proprios para fins industriais e agrícolas. Tipos de 8, 12 e 18 H. P. - 98 martelos.



**MOINHOS
"ALBION"**

Martelos de aço de temperatura especial. Crivos em forma de barril assegurando trituração mais completa e maior rendimento. Ventilador e ciclone fornecidos separadamente. Tipos 4, B e 12 H. P.

Rendimento aproximado:

Tipo H-1	- 110 kgs. de milho p/hora, crivo 1/16 (fir)
	310 " " " " " " 3/16
Tipo H-2	- 400 " " " " " " 1/16 (fir)
	630 " " " " " " 3/16
Tipo H-3	- 620 " " " " " " 1/16 (fir)
	1.600 " " " " " " 3/16

DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS:

PANOBRA S. A. ENGENHARIA E COMÉRCIO

Av. Graça Aranha, 327 - B.º - Tel. 42 2537

LOJA: - Avenida Mem de Sá, 72-A - RIO DE JANEIRO

FILIAL de São Paulo: - Rua Aurora, 279

A Lavoura

Órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura. Distribuída gratuitamente nos sócios.

Preço da assinatura anual:

Cr\$ 60,00

O Ovo de Boa Qualidade

O valor do ovo de consumo depende de cinco coisas: frescura, limpeza, tamanho, coloração, e infertilidade.

Ser fresco é a condição primeira para que o ovo seja um bom alimento. Considera-se fresco o ovo recém posto ou de postura recente. Este recente é variável com o clima. Certamente num clima temperado o envelhecimento do ovo é um processo moroso e um ovo com 8 a 10 dias pode até ser considerado fresco.

A existência de refrigeradores, geladeiras, frigoríficos melhora a situação e permite levar esse limite muito além.

Mas desde a hora da postura até chegar ao consumidor, onde então é conservado num ambiente de baixa temperatura, o caminho é longo, demorado e incerto.

Dai a necessidade de cuidar para que esse ovo, uma vez posto vá ter, o mais breve possível, às mãos do consumidor, nas melhores condições.

Essa vigilância ajudará ainda a criar-se a condição de limpeza, também muito necessária. Ovo sujo ou com casca sem brilho ninguém compra para comer. Além de ser de conservação muito mais difícil.

O ovo lavado (que foi sujo) é fácil identificar: não tem brilho. Sem brilho é ainda o ovo velho.

O tamanho do ovo mostra-se também de influência decisiva no seu valor. Um ovo de 40 gramas é um ovo pequeno, que o consumidor deve aprender a rejeitar.

Ovos de 50-56 gramas são de peso médio e grandes já serão os de 60 gramas, e mais.

Entre nós não se vende ovo a peso. Mas dia chegará em que teremos de estabelecer uma classificação segundo o peso, a idade e a limpeza.

Quanto à infertilidade do ovo devemos lembrar que se trata de uma condição muito necessária, para que ele seja comestível, de boa qualidade.

Ovo para consumo deve ser "claro".

É que a fecundação ou gалаção prejudica esse ovo, devido a possibilidade de contaminação. Se a galinha põe, mesmo sem galo, porque trazer a concurso dêste inútil, senão prejudicial?

OTAVIO DOMINGUES

Professor da Escola Nacional de Agronomia

Finalmente temos a coloração elemento de apreciação não desprezível visto como influe mais do que se pensa na escolha do ovo que se compra.

As galinhas leves das raças do Mediterrânea (Legorne, Minorea, La Bresse, etc.) põe ovos de casca branca típica.

As galinhas de dupla utilidade (ovos e carne) como a Rhode Island vermelha, a New Hampshire, as Plymouth, as Orpington, as Light Sussex põe ovos castanho ou rosados, de tonalidade variável até na mesma galinha, conforme a fase da postura.

Em face de ovos brancos e de ovos rosados as donas de casa se dividem: umas preferem os primeiros e, outras, os últimos.

Como os ovos da criolada são coloridos, uma gama que vai do acastanhado ao rosado, e como ovo "caipira" é ova ruim, parece ter-se estabelecido uma ligação entre uma coisa e outra. Dai a preferência pelos ovos de casca branca. Ovos, na verdade, cuja limpeza será de pronta apreciação e que, em geral, são da hom tamanho e provenientes de galinárias bem cuidadas, o que pode ser elemento de garantia para a sua boa qualidade.

Mas há também a preferência pelo ovo de casca colorida.

E a razão, que já ouvi referir, é de que esses ovos são mais nutridos. Creio ser desnecessário negar essa correlação entre coisas tão diversas: certa pigmentação da casca do ovo e maior riqueza nutritiva de seu conteúdo. Isso não existe e não servirá de razão para a sua preferência.

O certo é que a preferência existe. E ela pode se justificar pelo fato dos ovos de casca colorida serem também, quando limpos e grandes, provenientes de galinárias bem cuidadas, o que lhes pode garantir sua boa qualidade.

A MECANIZAÇÃO

DA

Lavoura



O clichê reproduz uma fase das experiências realizadas na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, mantida na Penha pela Sociedade Nacional de Agricultura, do "Jeep Agrícola", que no momento puxa um arado de discos.

A coloração da gema é outra questão que bem pode ser aqui ventilada.

Há gemas desboladas e há gemas de coloração mais intensa. Diz-se que estas são mais nutritivas do que aquelas. Também é falsa.

É sabido que essa diferença de coloração depende da alimentação que recebeu a poedeira. Os ovos de gema am-

rela, desbatada, são provenientes de aves que não comem "verde", ou que não recebem ração de milho amarelo ou vermelha.

Há a dizer ainda não haver nenhuma aproximação entre a cor da casca e a cor da gema. Uma não depende da outra. Nem a cor da casca, nem a da gema influem sobre o valor nutritivo do ovo.

COOPERATIVAS ESCOLARES

As Cooperativas Escolares, sua importância e objetividade nas Escolas Agrícolas.

1. *Importância as Cooperativas Escolares*

As cooperativas escolares são organizações associativas dos estudantes que, pelas suas elevadas finalidades, pela sua função eminentemente educativa, pela sua importância na comunidade escolar, pelo relevante reflexo sobre a comunidade rural, constituem verdadeiros centros de educação e cooperação que precisam ser intensificados entre nós.

É indispensável que, nas escolas agrícolas de todos os graus, sejam fundadas e auxiliadas as cooperativas escolares porque elas são organizações indispensáveis nas escolas modernas, escolas ativas, escolas que educam para a vida.

As cooperativas escolares cooperam para:

a) despertar, entre os alunos, os princípios sadios da solidariedade humana; princípios elevados que devem ser cultivados com todo o interesse e dedicação.

b) despertar, entre os alunos, as noções de apóio e confiança recíproca, bases de uma perfeita organização social.

c) desenvolver, nos alunos, o senso de responsabilidade, educando-os para a vida prática.

d) desenvolver, entre os alunos, o espírito associativo e de cooperação indispensáveis à verdadeira vida em sociedade, na qual todos trabalham e cooperam para o bem-estar comum.

Através de gerações educadas desde os bancos escolares no regime cooperativistas, muito, conseguiremos fazer em prol de uma comunidade rural mais esclarecida, melhor organizada, mais radicada no solo, etc.

Engenheiro Agrônomo
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Professor da E.H.W.B.

As cooperativas escolares são verdadeiros centros de educação e cooperação, organizações que completam a escola.

De acordo com os dados fornecidos pelo Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, estão registradas 548 cooperativas escolares, congregando muitos milhares de associados.

O número de cooperativas escolares é ainda, relativamente pequeno, mas já representa um índice bastante expressivo do movimento cooperativista que se estende por todo o país, através do trabalho do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura.

2. *Objetivos das Cooperativas Escolares*

São múltiplas e elevadas as finalidades Escolares, associações de grande alcance social e educacional que precisam ser incentivadas e imparadas.

Através das cooperativas escolares muito conseguiremos fazer em benefício do nosso homem rural, que vive isolado, sem uma conveniente orientação educativa e social, pois os reflexos das atividades das cooperativas escolares far-se-á sentir, de uma maneira muito acentuada, sobre a comunidade rural.

Entre outros, são objetivos das cooperativas escolares:

a) concorrer para a difusão dos elevados princípios da cooperação entre os alunos na escola e fora da escola, promovendo assim uma maior confiança entre os homens.

b) concorrer para a ampliação e elevação do nível cultural dos associados organizando para isso museus, bibliotecas, concertos, exposições, etc., e pro-

Cuidado COM AS AGUAS IMPURAS!

USE EM SUA
CASA EM FILTRO
ESTERILISANTE

SENUN

E BEBA
TRANQUILO
SUA AGUA

SENUN — Garantia absoluta contra todos os germens da água



SIMPLICIDADE E PRECISÃO



A junta Brasilit é executada em poucos minutos, mesmo por pessoal não especializado.



sem, entretanto, com por cento estanque e de absoluta segurança.

Arco-Artur-877

É o que se obtém facilmente nos Tubos de Pressão BRASILIT, de ponta e bolsa. Com um só anel de borracha especial, a JUNTA BRASILIT oferece maior segurança - maior rapidez - maior durabilidade - maior facilidade. E além dessas excepcionais vantagens, OS TUBOS DE PRES-

SÃO BRASILIT apresentam as seguintes características: Inteiriços e Monolíticos - Resistentes e Homogêneos - Inalteráveis e de Duração Ilimitada - Inoxidáveis - Leves - Fáceis de Colocar - Econômicos pelo Fácil Transporte, Colocação e Eliminação dos gastos de conservação.

BRASILIT

O MATERIAL PARA SEMPRE

S. A. TUBOS BRASILIT

SÃO PAULO

Rua Marconi, 131 - 7º Andar

RIO DE JANEIRO

Av. Pres. Antonio Carlos, 201

movendo uma série de palestras, conferências e reuniões educativas.

c) cooperar com as autoridades escolares para a função de outras instituições de caráter educativo, recreativo e cultural tais como Clubes Agrícolas, Grêmios de Estudantes, Clubes Esportivos, Imprensa Agrícola, etc.

d) concorrer para o fomento da produção da região promovendo campanhas, realizando exposições e feiras que demonstram as vantagens da agricultura científica e racional.

e) desenvolver, entre os alunos, o senso da responsabilidade através do desempenho de encargos e trabalhos inerentes nos diferentes postos de direção da cooperativa, concorrendo assim para a formação de homens dignos, responsáveis e trabalhadores.

f) concorrer, para despertar entre os alunos o senso da economia bem orientada, da previdência social, etc.

g) cooperar para a melhoramento das condições sociais, econômicas, etc. da comunidade rural, através de um trabalho esclarecida e orientada.

Em verdade, não se pode estabelecer,

em alguns itens, os múltiplos e elevados objetivos das cooperativas escolares.

Eles são os mais amplos possíveis; abrangem, não somente os associados, mas se estendem, também, a toda a comunidade rural, concorrendo assim para a formação de uma geração esclarecida e capaz, educada nos elevados princípios do cooperativismo, geração que trabalha pelo bem estar coletivo.

As Cooperativas Escolares e os Clubes Agrícolas são organizações de adolescentes com grande acervo de benefícios prestados à comunidade rural, que merecem e devem ser fomentadas e estimuladas.

Eles constituem centros educativos que não devem faltar nas escolas agrícolas.

As escolas agrícolas não devem ser apenas, estabelecimentos que ministrem o ensino profissional; elas devem cuidar ainda da formação humana dos educandos preparando-os para a vida; deve centralizar, em torno de si, toda a atenção da comunidade rural; deve irradiar ensinamentos e cooperar ativamente para a melhoria das condições de vida e de trabalho das populações rurais.

Associações Rurais

A Sociedade Nacional de Agricultura, que ha longos annos vem encabeçando o movimento associativo da classe agricola no Brasil, tomou parte ativa na promulgação do decreto-lei n.º 8.127, de 24-10-46, combatido por alguns, mas louvado por muitos, que felizmente verificam consubstanciar-se nele a orientação vitoriosa na maioria dos países americanos, como são exemplos a "American Farm Bureau Federation", nos Estados Unidos, e as Federações das Associações Rurais, na Argentina e no Uruguai, bem como, na Europa, mais recentemente, a "International Federation of Agricultural Producers", que se propõe organizar os produtores de todo o mundo e que, até agora, já realizou oportunos e proveitosos congressos, nos quais compareceram somente os verdadeiros agricultores, sem intervenção de outras classes al incluídos os órgãos oficiais.

A Sociedade Nacional de Agricultura e a comissão que orienta a aplicação dessa lei, continuam, em estreita colaboração com o Ministério da Agricultura, a promover a criação de associações rurais municipais e suas federações estaduais, convencidas de que essa é a fórmula mais natural e por isso mesmo mais indicada para a desejada organização da nossa classe agricola. E essa organização se afigura indispensável e urgente à Sociedade Nacional de Agricultura, como preclua condição para que os poderes públicos nestes tempos de verdadeira fuga dos campos, lhe possam assistir com os meios de que carece, não só para a elevação do seu nível de vida, mas também para que ela assuma o alto papel que lhe cabe na comunhão brasileira.

O ASSOCIATIVISMO RURAL EM SANTA CATARINA

SEGURO COLETIVO NA AGRICULTURA

A Associação Rural de Itaipóls que se compõe de 178 sócios mantém um seguro coletivo contra acidentes no trabalho. Para manter este seguro coletivo a Sociedade criou uma mensalidade adicional de três cruzeiros. A Diretoria desta Associação está assim constituída: Presidente: Ricardo Paulo Kurman; Vice-Presidente: Pedro Vieira Sobrinho; 1.º Secretário: Francisco Brasilha Dins; 2.º Secretário: Pedro Peres

de Lima; 1.º Tesoureiro: Jorge Piscins; 2.º Tesoureiro: Manuel Martins. Comissão Fiscal: José Sebastião da Silva, Loridano Ruthes, João Carreim — Suplentes: Júlio Wasm, Alfredo Veiga, José Sabatke.

A Associação Rural de Orleans já ha tempos vem mantendo uma Apólice de seguro coletivo, contra acidentes no trabalho de seus associados. Segundo o última relatório desta Associação nada menos de 15 acidentes ocorreram em 1947 e todos êles foram prontamente atendidos e liquidados pela Sul América Terrestre, Marítima e Acidentes.

(Do "Noticiário" da Federação das Associações Rurais de Santa Catarina).

Livraria Editora Coelho Branco

ENDEREÇO TELEGRÁFICO — EDITOR — RIO CODE TELE — RIBEIRO, MASCOTTE E BRASIL. TELEGRAMAS: PELO "TELEGRAMA NACIONAL", "WESTERN TELEGRAPH", "ALL AMERICA CABLES" e "CABLE SUMMARINO ITALIANO"

CORRESPONDENTES EM TODOS OS ESTADOS DO BRASIL, E NOS SEGUINTE PAISES: ARGENTINA, URUGUAI, CHILE, PERU, VENEZUELA, CUBA, ESTADOS UNIDOS, PORTUGAL, ESPANHA, INGLATERRA, FRANÇA, ITALIA, ALEMANHA, BELGICA, PARAGUAI, HOLANDA E MEXICO

A. Coelho Branco J.

RUA DA QUITANDA, 9 — TELEFONE: 22-3631 — RIO DE JANEIRO

COMPANHIA DE PROPAGANDA, ADMINISTRAÇÃO
E COMÉRCIO

PROPAC

DISTRIBUIDORES DE

ALLIS-CHARMERS MANUFACTURING CO.

Tratores e Máquinas Agrícolas

BLACKSTONE & CO. LTD.

Grupos Geradores
Material agrícola
Motores à óleo Diesel — Industriais.
" " " " — Marítimos
Bombas (Unchokeable)

R. A. LISTER & CO. LTD.

Auto Trucks
Grupos Geradores a óleo Diesel
" " " " gasolina
" " " " querosene
Material de Lactelinos
Motores a gasolina — Industrial
" a querosene "
" a óleo Diesel "
Tosquadeiras elétricas
" a óleo Diesel
Bombas de sucção para poços

R. A. LISTER (Marine Sales) Ltd.

Motores a óleo Diesel — Marítimo

RANSOMES, SIMS JEFFERIES, LTD.

Ipswich — Inglaterra.

Material agrícola pesado

COCKSHUTT PLOW CO. LTD.

Brantford — Canadá.

Material agrícola

KRAMER BODY & EQUIPMENT CO. INC.

Reboques "Cobey Hi-Speed"

HORN MANUFACTURING CO.

Equipamento "Horn-Draulic"

ESCRITÓRIOS :

AV. RIO BRANCO, 85-14.º

Telefone: 23-2101



PRODUTOS VETERINÁRIOS

○ INSTITUTO PINHEIROS

(Caixa Postal, 951 - São Paulo)

tem a prazer de comunicar aos Senhores Veterinários, Fazendeiros e Farmacêuticos, que está iniciando a lançamento de uma grande série desses produtos.

Os primeiros já a venda são:

- SULFAGUANIDINA:** tubos de 10 e vidros de 100 comprimidos de 0,60 g.
- VACINA CONTRA MANQUEIRA:** ampolas de 10 cm³ e frascos de 100 cm³
- SÔRO ANTI-TETÂNICO:** ampolas de 20 cm³
- VACINA CONTRA BRUCELOSE:** ampolas de 20 cm³ e frascos de 100 cm³
- VACINA ANTI-RÁBICA:** ampolas de 5 e de 10 cm³ e frascos de 100 cm³

Dos dois últimos, por serem os seus prazos de validade relativamente curtos, o Instituto Pinheiros não manterá grandes estoques, atendendo, entretanto, a qualquer pedido dentro do prazo mínimo necessário ao preparo dos mesmos que, assim, serão sempre fornecidos com absoluta garantia de atividade máxima.

Brevemente o Instituto Pinheiros apresentará outros produtos veterinários de grande eficácia, como: **Terenerina** (Buco-Vacina contra diarreia infecciosa dos bezerros), **Stilbestrol**, e, ainda, **Vacina Contra a Boubá Aviária**, **Vacina Contra a Peste Suína**, etc..

Quaisquer consultas sobre os mesmos bem como sobre as doenças dos animais domésticos, serão prontamente respondidas pelo Departamento de Veterinária.

Pelo sistema de reembolso postal, o Instituto Pinheiros atenderá diretamente a todos os pedidos de seus produtos, quando não encontrados na localidade de residência do solicitante.



FACILITE O SEU TRABALHO



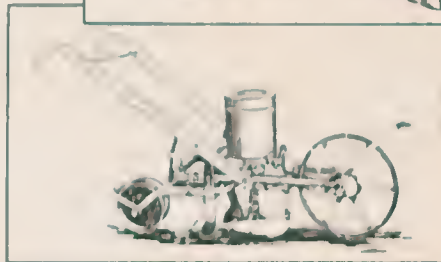
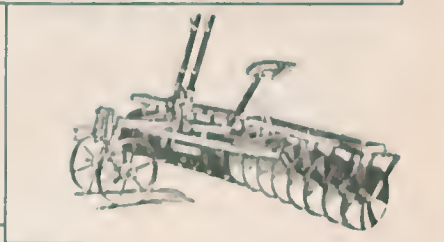
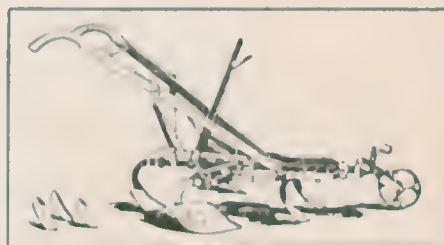
COM MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Mesmo nesta época de mecanização da lavoura, em que o emprêgo de tratores está revolucionando a agricultura, há sempre lugar nas fazendas para máquinas agrícolas de tração animal.

A série de máquinas agrícolas McCormick-Deering International para tração animal é a mais completa, incluindo vários tipos de arados de aiveca e de disco, grades de discos e de dentes, plantadeiras, cultivadores, etc.

O emprêgo dos melhores materiais disponíveis e a mão de obra esmerada usada na fabricação destas máquinas asseguram anos e anos de funcionamento satisfatório e maiores lucros para o fazendeiro.

Peça informações na Concessionária International mais próxima ou às filiais da Campanha.



MAQUINAS AGRÍCOLAS INTERNATIONAL

INTERNATIONAL HARVESTER MAQUINAS, S. A.

RIO DE JANEIRO
Av. Oswaldo Cruz, 87

SÃO PAULO
Rua Oriente, 57

PORTO ALEGRE
Rua Gaspar Martins, 633

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ORGAM OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



Progride rapidamente a revolta do trigo
na Itaipá. Na gravura, um moderno con-
junto mecânico em trabalho na propriedade
"Atlantida", de S. Miguel Arcanjo, São
Paulo. O seu proprietário foi considerado
o campeão da cultura mecanizada do trigo
no Estado. Bandeirante. Veste de pé, por
de trás do operador, o general Anísio Go-
mes, Diretor Geral do Conselho Federal
de Comércio Exterior.

ANO LII

RIO DE JANEIRO — BRASIL
NOVEMBRO - DEZEMBRO, 1948

TRATORES CATERPILLAR-Diesel



Representam a solução moderna eficiente, econômica dos principais problemas do lavrador.

Dezenas de milhares, em trabalho contínuo e multiforme, têm assegurado o aumento das áreas plantadas, pelo menor custo e mais rapidamente e com maior perfeição.



SOTREQ, S/A de Tratores e Equipamentos

DISTRIBUIDORES

Para os Estados de Minas, Rio de Janeiro Espírito Santo e Distrito Federal

Rio de Janeiro

Rua Camerino, 90 — Caixa Postal 30 Telefone 23-1985

Belo Horizonte

Rua Rio Grande do Sul, 137

Campos

Rua Marechal Floriano, 40

Uberlândia

Caixa Postal, 370



A derrubada e, após, a agricultura incipiente. Em seguida, o abandono da terra esaurida e o avanço sobre outras florestas, à cata de novas terras férteis.

S U M A R I O

Fertilização das terras base da economia nacional (Arthur Torres Filho) ..	3
Causas do decréscimo da produção algodoeira paulista e brasileira (Arthur Torres Filho)	5
A realidade do trigo brasileiro	7
O abastecimento da nova capital	12
Multiplicação das plantas por Estaquia (Geraldo Goulart da Silveira)	15
As novas tarifas aduaneiras	18
Para incrementar a mecanização da lavoura	21
A broca do café	21
Charque	25
A carpa: peixe flagelo que deve e precisa ser combatido (Rui Simões de Me- nezes)	27
A cultura de trigo em Veadelros (Luiz C. de Godoy)	30
Consultas e informações (Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira)	33
15. ^a Exposição Nacional de Animals e Produtos Derivados (S. Paulo)	34
Latifúndio e mecanização (Edgard Teixeira Leite)	37
O cacau encarado por um produtor brasileiro	39
Sugestão para a organização Agrária Fluminense (Eng. Agr. Arthur Ober- laender Tibau)	40
Zoologia e Entomologia Australianas	47
Como se cria um "Campeão" Bovino (Jorge Valtzman)	48
Noticiário da Escola de Horticultura "Wenceslão Helle"	49
Sociedade Nacional de Agricultura	50
"Mal de Chifres" (Otacillo Pinto C. de Souza)	52
Combate ao Gafanhoto Migratório	53
O verdadeiro conceito das cooperativas do trabalho (Fábio Luz Filho)	55

Sociedade Nacional de Agricultura

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

Reconhecida de utilidade pública pela lei n.º 3.549, de 18 de Outubro de 1918

Presidente Perpétuo: Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida

Presidente Benemérito: Dr. Wencesláo Braz Paralta Gomes

Presidente de Honra: Dr. Getúlio Dornelles Vargas



DIRETORIA GERAL

Presidente	— Arthur Torres Filho
1.º Vice-Presidente	— Luiz Simões Lopes
2.º " "	— Edgard Telxela Leite
3.º " "	— A. de Arruda Camara
1.º Secretário	— F. Murtinho Braga
2.º " "	— Adamastor Lima
3.º " "	— Eurleo Santos
4.º " "	— Clnéas de L. Gulmarães
1.º Tesoureiro	— Kurt Repsold
2.º " "	— Otto Frensel

DIRETORIA TÉCNICA

Altino de Azevedo Sodré
Antonio Francisco Magarinos Torres
Franklin de Almeida
Enio Luiz Leltão
Geraldo Goulart da Silveira
Iris Melnberg
João Maurício de Medeiros
Joaquim Bertino de Moraes Carvalho
Luiz de Oliveira Mendes
Pedro Fontes.



CONSELHO SUPERIOR

Alberto Ravache, Alvaro Simões Lopes, Anaplo Gomes, Antonio Barreto, Antonio José Alves de Souza, Apolonio Sales, Balbino de Souza Mascarenhas, Ben-Hur Ferreira Raposo, Benjamin do Monte, Carlos de Souza Duarte, Diogenes Caldas, Eduardo Duvivier, Eivaldo Lodi, Fabio Furtado Luz, Francisco Saturnino de Brito Filho, Guilherme Egberto Hermsdorff, Honório da Costa Monteiro Filho, Humberto Bruno, Ismael Cordovil, Israel Pinheiro da Silva, Itagiba Barçante, J. C. Belo

Lisbôa Jeronymo Antonio Colmhra, João Gonçalves de Souza, João Tjader, José Sampalo Fernandes, José Solano Carneiro da Cunha, Landolpho Alves de Almeida, Manoel Carlos Ferraz de Almeida, Manoel Neto Campelo Junior, Mario de Oliveira, Mario Vilhena, Napoleão de Alencastro Gulmarães, Ormeu Junqueira Botelho, Oscar Daudt Filho, Paulo Parielras Horta, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Ruy Carneiro, Sebastião Herculano de Mattos, Sebastião Sant'Ana e Silva.



A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTEs ÓRGÃOS:

Conselho Federal do Comércio Exterior (Presidência da República) — Dr. Arthur Torres Filho; Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Comissão Central de Preços (Presidência da República) — Agricultura — Dr. Edgar Telxela Leite; Comissão Central de Preços (Presidência da República) — Pecuária — Dr. Jeronimo Antonio Colmhra; Comissão Permanente de Estradas de Rodagem (Ministério da Viação) — Dr. Raul David de Sanson; Comissão de Organização

Rural (Ministério da Agricultura) — Dr. Arthur Torres Filho; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; Comissão de Intercâmbio Comercial com o Exterior (Ministério da Fazenda) — Dr. Edgar Telxela Leite; Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção — Dr. Edgar Telxela Leite; Comissão Revisora das Tarifas (Acórdo de Genebra), (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Antonio de Arruda Camara.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LII

Novembro-Dezembro de 1918

Fertilização das Terras, Base da Economia Nacional

ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Temos abusado no Brasil demais do que espontaneamente nos deu a Natureza e, em relação ao solo agrícola, já experimentamos as consequências de uma agricultura falha de bases racionais que vem empobrecendo acelaradamente o solo em seus princípios fertilizantes.

O clamor que vem de longe, ainda não pode ser atendido em toda sua plenitude. Por vezes parece estarem todos apostados no país em transformar o solo do Brasil num deserto adusto e estéril.

De um lado, derriba-se a floresta incessantemente e, de outros sujeita-se esse solo aos efeitos da erosão, nada se lhe restituindo pela adubação.

Agravando esta situação já manifestada na queda dos rendimentos agrícolas, ainda se perdem ou são enviados para fora do país resíduos e sub-produtos vegetais e animais que deveriam ser aproveitados na fertilização das terras cultivadas.

É preciso que se inicie, com urgência, campanha nacional, mediante base experimental, de restituição à terra do que dela tira a planta e o animal, sob pena de assistirmos ao enfraquecimento constante da nossa agricultura e o abandono de terras, como já se acentua entre nós.

As fontes de produção zotada, potássica, fosfórica e cálcica precisam ser estudadas e aproveitadas, amparando-se suas explorações, orientando-se a aplicação dessas adubações no meio rural.

A produção e distribuição de adubos, principalmente orgânicos, como a divulgação dos métodos racionais de aplicação, constitui necessidade palpante para a defesa da economia rural brasileira, cujos rendimentos culturais atestam decréscimos alarmantes.

CONCLUSÕES

- 1.º) — *É necessário facilitar a obtenção de adubos azotados; pela propaganda racional e intensiva do plantio de leguminosas para a adubação verde; pelo ensino e auxílio do melhor preparo e aproveitamento do adubo de curral; aproveitamento sistemático nos matadouros, frigoríficos, charqueadas e fábricas de produtos de origem animal, sobras e resíduos de colheitas, preferencialmente, no preparo de adubos orgânicos; pelo incentivo ao aproveitamento, na indústria de adubos, de sub-produtos e resíduos agrícolas; pela exploração da indústria do azoto, no país; e, pela importação dos sais amoniacais e dos nitratos, destinados a adubação, enquanto não os produzirmos no país.*

- 2.º) — *É preciso intensificar a produção de adubos fosfatados; pela exploração sistematizada das jazidas brasileiras de rochas fosfatadas e aproveitamento de depósitos fosfatados.*
- 3.º) — *Mistér se faz favorecer a obtenção de adubos potássicos; pela impartação, com favores aduaneiros, dos sais potássicos indispensáveis à adubação; pelo racional aproveitamento das cinzas; pelo aproveitamento das águas-mães das salinas; e, pela incentivo a exploração industrial dos sais potássicos no país.*
- 4.º) — *É indispensável facilitar a exploração dos calcários, visando a produção de corretivos e o preparo de adubos; pela moagem, a um grão de pulverização adequado, do carbonato duplo de cálcio e magnésio; e, pela cal, mediante calcinação, em caieiras, de rochas e sedimentos colhidos nos depósitos calcários.*

Para alcançar tais objetivos e em face da situação em que se encontram, no momento, o comércio e a indústria de adubos, no país, apresentam-se como indispensáveis as seguintes recomendações:

- a) *reunião, no Ministério da Agricultura, de uma comissão composta por técnicos desse órgão e das Secretarias de Agricultura dos Estados mais interessados, com o fim de apreciar e oferecer sugestões a possíveis alterações no regulamento baixado pelo Decreto n.º 8.169, de 6 de novembro de 1941, que estabelece a fiscalização do comércio de adubos, e, ao mesmo tempo, assentar as bases para uma campanha de incentivo, pela divulgação e pelo exemplo, ao mais intenso emprego de adubos orgânicos, principalmente, da adubação verde;*
- b) *tornar obrigatória, junto aos frigoríficos, maladauros, charqueadas e fábricas de conservas de produtos de origem animal, que tenham determinado volume mínimo de produção diária, a industrialização, como adubo, dos sub-produtos, concedendo, para tanto, favores fiscais e facilidades para a aquisição e impartação de maquinária;*
- c) *restringir a exportação e proibir-se a utilização, como combustível, de tortas, principalmente de algodão e mamona;*
- d) *intensificar-se as pesquisas geológicas na sentido de encontrar jazidas minerais;*
- e) *criar facilidades e auxiliar-se a instalação de fábricas de ácido sulfúrico, amoníaco e ácido nítrico e as de adubos em geral;*
- f) *estudar-se o aproveitamento das águas-mães das grandes salinas para a extração do potássio;*
- g) *recomendar-se ao Ministério da Viação o estudo e a execução de redução, em todas as ferrovias, dos fretes cobrados no transporte de adubos e matérias primas a eles destinadas;*
- h) *auxiliar as cooperativas e as associações rurais para que explorem a indústria de adubos e favoreçam a sua distribuição e consumo entre os produtores rurais;*
- i) *promover-se a ida de técnicos ao estrangeiro, com o fim de se aperfeiçoarem no fabrico e emprego de adubo. Os métodos eletrolíticos devem ser considerados como um dos principais objetivos desses estudos.*

Causas Do Decréscimo Da Produção Algodoeira Paulista e Brasileira

Porecer dado no Conselho Federal do Comércio Exterior

Pelo Sr. ARTHUR TORRES FILHO,
representante da Agricultura

Em 21 de julho do ano passado, diante da queda da produção algodoeira do país, solicitei a atenção do Conselho para esse fato, dada a sua importância em nossa economia, quer para o abastecimento interno, quer para a exportação, onde figura como matéria prima e tecidos em alto relêvo.

Aprovada que foi a indicação por mim feita, o Conselho dirigiu-se à Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, à Federação das Associações Rurais do mesmo Estado, à Bolsa de Mercadorias, à União dos Lavradores de Algodão e à Comissão de Financiamento da Produção do Banco do Brasil.

Em 1-3-1948 o processo foi desenvolvido acompanhado das respostas recebidas, dentro das Bolsas de Mercadorias, da Sociedade Rural Brasileira, da Sociedade Paulista de Agronomia, da Federação das Associações Rurais, da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo e, finalmente, do Ministério da Agricultura, em 3 de maio do corrente ano.

Todas essas respostas são unânimes em reconhecer como alarmante o quadro da produção algodoeira nacional, principalmente em relação a São Paulo, a partir da safra de 1944-45, sendo atribuída essa queda a múltiplos fatores, como sejam: degenerescência das sementes, falta de assistência técnica, queda da fertilidade do solo, condições climáticas desfavoráveis, ausência de crédito agrícola ou financiamento ao pequeno produtor principalmente deficiência de mão de obra e necessidade de mecanização, de irrosiação, necessária de fertilizantes e imediatas para o combate às pragas e doenças, necessidade da substituição das variedades em cultivo por outras de maior rendimento, etc.

Dos memoriais recebidos, um dos mais dignos de ponderação é, sem dúvida, no caso particular da lavoura algodoeira paulista, o procedente do Instituto Agrônomo de Campinas e encaminhado ao Conselho em 20 de dezembro de 1947 pelo Diretor Geral da Secretaria de Agricultura do Estado, Dr. Raimundo Cruz

Martins. Esse memorial acentua terem sido quatro as causas principais da queda da produção paulista:

I — tempo desfavorável, apontado como "causa fundamental da baixa produção";

II — como decorrência da primeira causa, as seguintes: desenvolvimento de pragas, especialmente do percevejo rajado; mau preparo dos solos; falta de máquinas; perda de fertilidade das terras, etc.;

III — as sementes, no entender do Instituto de Campinas, não constituem causa das baixas colheitas, devendo ser afastada a hipótese da degenerescência das mesmas;

IV — os preços altos do algodão constituíram um fator positivo no sentido de impedir maior diminuição das áreas.

Como medidas de caráter imediato para remediar a situação, o Instituto de Campinas sugere as seguintes providências:

1.ª — proporcionar duplo financiamento agrícola, a juros módicos, especialmente aos pequenos lavradores (meeiros, arrendatários e silantes);

2.ª — estabelecer preços mínimos compensadores;

3.ª — facilitar a aquisição de fertilizantes;

4.ª — possibilitar meios para estimular o trabalho de fomento da cultura.

O Plano "SALTE" no capítulo Alimentação cuida detidamente da situação do algodão na economia nacional. Salienta que até 1929, antes da derrocada da cultura cafeeira em São Paulo, quando se iniciou uma nova fase na produção algodoeira naquele Estado, o Brasil só contava com a produção do Nordeste. Focaliza o Plano com muita segurança, as medidas postas em prática em São Paulo, e que lhe deram preponderância na economia algodoeira do país, logrando conseguir produzir um só tipo de algodão 28-30, fibra média de reputação mundial. Reconhece o Plano que a produção algodoeira do Brasil entrou em período de declínio a partir de 1944, e, entre as cau-

sas dêsse declínio, cita: a) exaustão do solo, devido a processos errôneos de cultivo; b) fatores climáticos desfavoráveis; c) falta de assistência financeira aos produtores; d) elevado preço dos arrendamentos de terra; e) aparecimento de novas pragas; f) elevação do preço de adubos, etc.

O Plano "SALTE" apresenta sugestões diversas para enfrentar-se a situação al-

godoeira, sendo principais: a criação, no Ministério da Agricultura, do Serviço de Plantas Têxteis; estabelecimento do fundo do algodão no futuro Banco Rural; e criação de uma Companhia Nacional de Armazéns Gerais para ligar o produtor rural ao sistema financeiro.

Pelo quadro abaixo bem se pode verificar qual a gravidade da nossa situação algodoeira:

Ano	Total do Brasil Ton.	Índice	Total de S. Paulo Ton.	Índice	Total do Brasil menos S. Paulo Ton.	Índice
1937	409.539	100,0	202.118	100,0	207.421	100,0
1938	438.928	107,2	248.296	122,8	190.632	91,9
1939	433.353	105,8	273.261	135,2	160.099	77,2
1940	465.180	113,6	307.377	152,1	157.803	76,1
1941	510.395	124,6	380.768	188,1	129.627	62,5
1942	376.954	92,0	282.665	139,8	94.289	45,5
1943	496.444	121,2	375.098	185,6	121.346	58,5
1944	587.193	143,4	483.193	239,1	104.000	50,1
1945	340.000	83,0	232.000	114,8	108.000	52,1
1946	284.000	69,3	174.000	86,1	110.000	53,0

Conclue-se, finalmente:

Que em relação à queda da produção da lavoura algodoeira no Estado de São Paulo, tudo faz crer que a Secretaria da Agricultura daquele Estado, pelos seus órgãos técnicos, esteja tomando as providências capazes de remediar essa situação, concorrendo para tanto a distribuição de novas variedades, já se verificando mudanças nas condições climáticas, e outras já foram postas em prática, como as recomendadas pelo Instituto Agrônomo de Campinas.

A vista do exposto impõe-se o seguinte:

1 — Encarecer a urgência da aprovação do projeto de lei n. 951-17, que trata do financiamento dos gêneros de primeira necessidade e que se encontra no Sena-

do Federal, projeto em que assegurará o financiamento ao lavrador, garantindo-se um preço mínimo remunerador;

II — Recomendar-se ao Ministério da Agricultura que, em colaboração com as Secretarias de Agricultura dos Estados algodoeiros, amplie seus serviços de incremento da produção algodoeira em bases técnica e econômica, tendo em vista a multiplicação de sementes selecionadas, combate às pragas e moléstias, conservação dos solos, melhoramento das variedades algodoeiras, mecanização reduzindo-se o custo de produção, organizando cooperativas de produtores, facilidades de crédito, etc, e exercendo fiscalização rigorosa, na padronização para garantir sua colocação nos mercados externos.

Livraria Editora Coelho Branco

ENDEREÇO TELEGRÁFICO: — EDITOR — RIO, COD. TEL. — IUBENHO, MASCOTTE E BRASIL. TELEGRAMAS: PELO "TELEGRÁFO NACIONAL", "WESTERN TELEGRAPH", "ALL AMERICA CABLE" e "CAHO BISMARINO ITALIANO".

CORRESPONDENTES EM TODOS OS ESTADOS DO BRASIL E NOS REQUINTES PAÍSES: ARGENTINA, URUGUAI, CHILE, PERU, VENEZUELA, CUBA, ESTADOS UNIDOS, PORTUGAL, ESPANHA, INGLATERRA, FRANÇA, ITÁLIA, ALEMANHA, BELGICA, PARAGUAI, HOLANDA E MEXICO

A. Coelho Branco J.^o

RUA DA QUITANDA, 9 — TELEFONE: 22-3631 — RIO DE JANEIRO



Fazenda Atlântida, S. Miguel Arcanjo (Estado de S. Paulo) — Demonstração da colheita mecânica de trigo

A REALIDADE DO TRIGO BRASILEIRO

Declarações do Ministro da Agricultura

Problema de importância capital para a nossa vida econômica, o do trigo, enfrentado pelo governo com a tenacidade e a disposição de resolvê-lo definitivamente, é natural que desperte a atenção dos homens públicos. Assim, na imprensa e nas Casas do Congresso, aparecem opiniões ou são feitas sugestões que, por um lado, denotam falta de perfeito conhecimento da situação atual da campanha, levando, por outro, uma certa confusão ao espírito público.

Nestas condições, seria interessante divulgar a verdade sobre as condições do trigo brasileiro, pela palavra do mais autorizado a falar sobre essa questão, o ministro da Agricultura, sr. Daniel de Carvalho. Disse-nos o titular da referida pasta:

— A campanha do trigo nacional obedece a um plano de conjunto, traçado com rigor pelo Ministério, com a colaboração dos secretários de Agricultura dos Estados e depois de uma reunião especial, ouvida a palavra dos técnicos e cientistas. Ficaram assim articulados os serviços federais e estaduais, tanto os

de ordem técnica, quanto os de caráter administrativo. Fizem-se diversas reuniões, tendo sido algumas presididas pelo ministro, que se deslocava desta capital para esse fim. Um dos mais importantes desses encontros se efetuou em Bagé, no ano passado, com a presença dos atuais governador e secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul, àquela época ainda não empossados. Para as falhas, erros, desconexões, que se observavam, eram dadas as providências adequadas.

AS BASES DA CAMPANHA

Passa, em seguida, o sr. Daniel de Carvalho a enumerar as principais bases da campanha em favor do trigo nacional. A primeira delas foi a garantia de preço mínimo, antes de iniciada a safra. Depois, o fornecimento de sementes convenientemente selecionadas, com experiência prévia de germinação, de modo a assegurar boa colheita. O governo forneceu tratores e máquinas para o cultivo desse cereal, ceifadeiras e trilhadeiras para a colhei-

ta mecânica. Deu assistência técnica, sendo os trigais percorridos por agrônomos ou práticos rurais do Ministério e das Secretarias de Agricultura dos Estados Interessados. Sempre que aparecia qualquer moléstia, eram os trigais visitados por fitossanitaristas, que faziam aplicar os inseticidas indicados. Dêsse modo foram debelados logo no início os pequenos surtos que se verificaram de pulgão verde e lagartas. O financiamento das safras foi realizado pelo Banco do Brasil e outros bancos, havendo o nosso principal estabelecimento de crédito enviado inspetores especiais para facilitar essas operações. Armazéns foram construídas em Passo Fundo, Carazinho, Getúlio

ainda têm dado todo o apoio à campanha do governo em prol do trigo nacional, se obrigaram a comprar todo o nosso trigo das safras de 1948 e 1949, ao preço de 170 cruzeiros, por 60 quilos, ensacados, com o peso hectolitrico de 78 quilos FOB, pórtio marítimo do Estado produtor, inclusive Pórtio Alegre e Pelotas.

OS RESULTADOS

A safra de 1947, que já foi de cerca de 100 mil toneladas acima da do ano anterior, atingiu a 345 mil toneladas. Dessarte, Santa Catarina produziu o bastante para o seu con-



... o proprietário da fazenda, e o General Anapio Gomes, Diretor Geral do C.F.C.E., dentre outros

Vargas e Erechim no Rio Grande do Sul, sendo esses os primeiros de um largo programa relativo à questão de armazenagem e cuja conclusão, como é óbvio, depende da obtenção de grandes recursos. Junto ao Ministério da Viação, o da Agricultura obteve a concessão de prioridade para o trigo nos transportes ferroviários, rodoviários e marítimos. Foram construídos pequenos moinhos nas zonas menos providas de meios de transporte, como em Golás e algumas regiões do sul, oferecendo, do mesmo passo, o governo certas facilidades a particulares ou empresas para o estabelecimento de moinhos, alguns dos quais já vão prestar serviços na safra que ora se inicia. Para o escoamento de todas as safras, os grandes moinhos, que, além de fornecer crédito para o contrato de técnicos estrangeiros,

sumo e ainda para exportar para o Paraná e São Paulo. E o Rio Grande do Sul pôde enviar para o Rio de Janeiro mais de 100 mil sacos de farinha de trigo nacional. No corrente ano, espera-se uma safra de cerca de 500 mil toneladas. Encontrando-se o nosso mercado abarrotado de farinha de procedência estrangeira, especialmente americana e argentina o governo resolveu adotar as seguintes providências: Suspensão das licenças de exportação de farinha de trigo de qualquer procedência estrangeira para todo o território nacional; fixação, em portarias do Ministério da Agricultura, do preço de 170 cruzeiros por 60 quilos FOB do trigo nacional, com o pagamento de uma bonificação por peso hectolitrico de modo a estimular a melhoria quantitativa de nosso trigo; financiamento da compra

do trigo nacional nas mesmas condições estabelecidas para o trigo argentino; prioridade para o transporte nas estradas de ferro, de rodagem e nas vias marítimas.

CAUSAS DETERMINANTES DO SUCESSO

Antes de enumerar as causas do sucesso da campanha do trigo quiz o ministro da Agricultura aludir ao único pequeno insucesso observado.

— Até agora, disse, o Ministério só teve conhecimento de um insucesso parcial com uma partida de sementes fornecidas à Secretaria de Agricultura de São Paulo, as quais não

balho das estações experimentais agrícolas da União e dos Estados, graças ao qual se conseguiram variedades adequadas às regiões. São variedades altamente produtivas e resistentes às moléstias. Épocas de plantio, peculiares a cada uma delas, adubação e todas as culcadas requeridas por essa cultura delçada foram também objeto de estudos das estações experimentais, não se descuidando o Ministério e as Secretarias de Agricultura dos Estados da parte do fomento da produção e da defesa sanitária vegetal. De justiça é salientar o esforço que têm dispendido na campanha do trigo nacional as estações fito-técnica de Bagé, no Rio Grande do Sul, do governo es-



Fazenda Atlântida, S. Miguel Arcaño (Estado de S. Paulo) — O trigal, a perder de vista, e as fisionomias estampando satisfação pela ansiada realidade do Trigo brasileiro.

apresentaram boa germinação. Logo que ocorreu o fato, o ministro foi a São Paulo e se entendeu em Mogi das Cruzes, com o secretário de Agricultura daquele Estado. Este tomou todas as providências, tendentes a remediar a situação, mandando buscar novas sementes no Rio Grande do Sul. Embora a produção de São Paulo ainda seja muito pequena o insucesso não trouxe desânimo e novas culturas foram iniciadas, esperando-se que a atual safra paulista apresente uma colta apreciável, mesmo com a desproporção que se verifica ante a produção paranaense, catarinense e riograndense do sul.

Para a obtenção dos excelentes resultados que se evidenciam na produção do trigo brasileiro, alguns fatores devem ser mencionados, sendo o primeiro deles o longo e paciente tra-

tadual, e a de Passo Fundo, no mesmo Estado, do Ministério da Agricultura, e ainda as estações de Caçador, em Santa Catarina e a de Curitiba, no Paraná.

Em Minas Gerais, cabe à sua estação estadual o desenvolvimento da espécie "Kenia 155", e à estação de Patos, do Ministério da Agricultura, a fixação da variedade "Balles". Esta última estação é hoje uma das mais completas do Ministério, estando destinada a exercer uma grande influência no desenvolvimento da triticultura, nas admiráveis terras dessa região, que se estende por Serra Negra, São Gotardo, Carmo do Paranaíba e localidades próximas. Os cuidados técnicos salvaram a variedade denominada "Montes Claros", quase desaparecida e em Goiás existem excelentes condições para a triticultura, especial-

mente na Chapada dos Veadeiros, com suas variedades conhecidas secularmente.

PRÓXIMA EMANCIPAÇÃO

Terminando, disse o sr. Daniel de Carvalho: — Em resumo, posso afirmar que no caso de não sofrerem solução de continuidade as providências que, desde os fins de 1946, vêm sendo dadas em benefício do fomento da produção do trigo nacional, e se não se verificarem modificações muito acentuadas no mercado Internacional, dentro em pouco poderemos estar emancipados do trigo estrangeiro.

NOVOS PREÇOS PARA O TRIGO NACIONAL E FACILIDADES PARA O ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO

Os entendimentos havidos entre os ministros da Agricultura, Fazenda, Viação e o presidente do Banco do Brasil, para solução dos problemas dos moageiros de trigo brasileiro, darão sem dúvida, novas perspectivas econômicas tanto para a indústria tritícola como para os próprios produtores, os quais, principalmente no Rio Grande do Sul, sentem-se constrangidos com os preços oferecidos pelos argentinos, iguais mesmo, aos que fazem para o consumo interno de seu país, mas apenas no referido Estado. Tais preços chegam a ser menores do que os do trigo nacional.

Essas novas medidas têm como principal objetivo a restrição de importação de trigo ou de farinha, pois que na opinião dos técnicos encarregados de estudar o assunto, o trigo e a farinha importadas deverão apenas suprir e obviamente não cobrir todas as possibilidades dos produtores e industriais brasileiros, que se vejam assim, numa iminente crise, crise essa destinada a destruir aquilo que com tanto esforço está sendo construído. Além disso, o novo critério economizará as divisas e melhorará o suprimento dos subprodutos de trigo.

Firmados pelo Banco do Brasil, nos mesmos moldes dos financiamentos para aquisição do trigo Argentino, os moageiros terão, assim, a oportunidade de adquirir o trigo nacional, o que por outro lado, muito ajudará os produtores. Todo o trigo comerciável da safra 1948-49 será adquirido pelos moageiros.

Sabe-se que o Banco do Brasil já está disciplinando as novas importações de acordo com as necessidades do consumo.

Geralmente a colheita inicia-se em dezembro, porém este ano ela começou em novembro, calculando-se em mais de 500.000 toneladas o volume da mesma, o que representa metade do nosso consumo.

Se o escoamento de farinha de trigo nacional se fizer sentir com mais intensidade, não haverá mais necessidades de financiamento.

Prestando auxílios complementares o Ministério da Viação colocará à disposição dos interessados, com prioridade absoluta, os meios de transportes rodo-ferroviários e marítimo entre as zonas de produção e os moinhos.

Ela a portaria assinada em 10-11-48 pelo ministro da Agricultura, tabelando o trigo em todo território nacional:

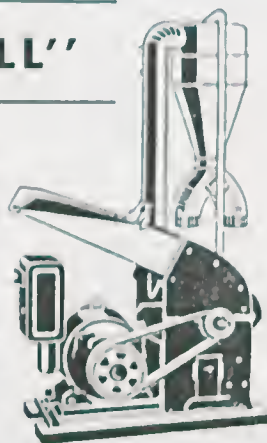
“Tendo em vista o disposto no parágrafo segundo do artigo sétimo do Decreto-lei número 4.935, de 13 de novembro de 1942, assim

MOINHO A MARTELOS

“BELL”

Para moagem econômica de milho, outros cereais e forragens

Força necessária 2 a 10 H.P. apenas, conforme o tamanho do moinho.



INDISPENSÁVEL A TODO CRIADOR

COMPANHIA AUXILIAR DE VIAÇÃO E OBRAS

Rua Santa Luzia, 685 - 10.º - Rio de Janeiro
Rua 24 de Maio 239 - São Paulo

como a autorização contida no Decreto-lei número 6.171, de 5 de janeiro de 1944, e considerando a necessidade da atualização da tabela de preços mínimos para a produção de trigo nacional, baixada pela Portaria número 951, de 29 de dezembro de 1944.

Fica mantida a liberdade de comércio, em todo país, do trigo de produção nacional;

Os preços mínimos do trigo de produção nacional, a serem pagos obrigatoriamente pelos moinhos existentes no país, serão os constantes da tabela abaixo, a partir da data de publicação da presente Portaria:

Pêso hectolítrico	Preço mínimo
82 (ou mais)	175,10
81	174,30
80	173,50
79	171,70
78	170,00
77	168,30
76	166,60
75	164,90
74	163,20

Havendo fração no pêso hectolítrico, este deverá ser considerado como um ponto acima, quando igual ou superior a meio e com um ponto abaixo, no caso contrário;

Os preços acima são entendidos para o produto limpo, seco, embalado em sacos de 60 (sessenta) quilos e entregue F. O. B., portos de embarque, assim considerados os portos marítimos, inclusive Porto Alegre e Pelotas”.

Banco Cruzeiro do Sul de São Paulo S. A.

MATRIZ — SÃO PAULO — RUA DA QUITANDA, 144 — Endereço Telefônico: "BANCURUZE" — CAPITAL: Cr\$ 30.000.000,00 — Capital Realizado: Cr\$ 20.000.000,00 — Aumento de Capital: Cr\$ 10.000.000,00 — Reservas: Cr\$ 17.244.306,30 — Operações iniciadas em 1.º de Outubro de 1943 — Carta Patente n.º 3.043 de 15/9/1943 — FILIAL DO RIO DE JANEIRO: Rua da Candelária, 4.

BALANCETE REALIZADO EM 30 DE NOVENBRO DE 1948

Compreendendo as operações da Matriz, da Filial do Rio de Janeiro e das agências de: Avaer, Central (R. Sto. André, 80 a 84 - S. Paulo), Cerqueira Cesar, Conchas, Fartura, Franca, Galia, Garça, Hercúlia, Ipaçu, Ipiranga (S. Paulo), Leme, Miguelópolis, Mogi das Cruzes, Pastorcino do Sapucaí, Penha (S. Paulo), Pirajui, Pompêi, Presidente Bernardes, Quintana, Rancharia, Santo Amaro (S. Paulo) e Santos.

ATIVO

DISPONIVEL		
CAIXA		
Em moeda corrente	51.016.588,30	
Em depósito no Banco do Brasil S. A.	72.312.089,40	
Em depósito à ordem da Sup. da Moeda e do Crédito	8.190.235,70	131.631.496,30
Em outras espécies	112.582,90	
REALIZAVEL		
Empréstimos em C. Corretes	192.004.433,60	
Títulos Descontados	303.790.318,90	
Agências no País	75.453.352,30	
Comresp. no País	17.190.307,70	
Capital a Realizar	3.540.400,00	
Outros Créditos	4.216.572,60	
Imóveis	2.379.914,40	
III. E VALORES MOBILIÁRIOS:		
Obrigações de Guerra dep. no Banco do Brasil S. A. no valor nominal de Cr\$ 5.190.100,00, à ordem da Sup. da Moeda e do Crédito	6.025.053,20	604.600.352,70
IMOBILIZADO		
Edifícios de uso do Banco	1.674.367,80	
Móveis e Utensílios	5.429.032,50	
Material de Expediente	1.948.613,20	
Instalações	2.649.991,60	11.702.005,10
RESULTADOS PENDENTES		
Juros e Descontos	8.858.351,80	
Impostos	274.499,10	
Despesas Gerais	7.066.078,40	16.198.929,30
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
Valores em Garantia	81.605.247,50	
Valores em Custódia	17.530.324,00	
Títulos a Receber de C. Albas	231.563.735,10	330.699.306,60
TOTAL	1.094.832.090,00	1.094.832.090,00

Dr. Ricardo Jafet — Presidente.
 Gláudio Jafet — Vice-Presidente.
 C. D'Agostino — Superintendente.

PASSIVO

NAO EXIGIVEL		
Capital	20.000.000,00	
Aumento de Capital	10.000.000,00	30.000.000,00
Fundo de Reserva Legal	1.091.000,00	
Fundo de Provisão	5.079.890,00	
Outras Reservas	11.073.426,30	47.244.306,30
EXIGIVEL		
DEPOSITOS:		
A vista e a curto prazo:		
De Poderes Públicos	578.646,70	
Em C C sem Limite	382.582.590,90	
Em C C Limitadas	57.263.961,70	
Em C C Populares	6.014.352,50	
Em C C sem Juros	13.691.001,90	
Em C C de Aviso	34.499.269,10	
Outros Depósitos	2.553.166,40	497.482.939,20
A prazo:		
A Prazo Fixo	105.809.784,50	
Sub-Soma	603.292.733,70	
CUTRAS RESPONSABILIDADES:		
Agências no País	81.095.352,70	
Corresp. no País	12.059.549,20	
Ordens de Pagamentos e Outros		
Créditos	496.443,20	
Dividendos a Pagar	171.280,90	93.852.626,00
697.145.399,70		
RESULTADOS PENDENTES		
Contas de Resultados		19.743.077,40
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
Depositantes de Valores em Garantia e em Custódia	99.135.571,50	
Depositantes de Títulos em Cobrança no País	231.563.735,10	330.699.306,60
TOTAL	1.094.832.090,00	1.094.832.090,00

SÃO PAULO, 2 DE DEZEMBRO DE 1948.

Antonio Alfredo D'Agostino — Gerente.
 Jordão Mendes da Silveira Junior — Ch. Adm.
 Luiz Carlos Paschoal Aum (Contador - C.R.C. 10.394).

O Abastecimento da Nova Capital

No auditório da Sociedade Nacional de Agricultura realizou-se, a 1 de outubro último, com grande concorrência, a palestra do Sr. Antonio de Arruda Câmara, Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, e incumbido pela Comissão de Estudos para Localização da nova Capital do Brasil, dos trabalhos de investigações agronômicas no Planalto Central, sobre as condições de abastecimento da futura Capital Federal.

Abriu os trabalhos o Sr. Arthur Torres Filho, presidente da Sociedade e membro daquela Comissão, que pediu ao General Poly Coelho, presidente da mesma, que assumisse a presidência da sessão. Também tomaram assento à mesa os Srs. General Silveira de Melo, Luiz Simões Lopes, Vice-Presidente da Sociedade e presidente da Fundação Getúlio Vargas, Candido de Abreu e Souza, representante do General Anapio Gomes, Diretor Geral do Conselho Federal do Comercio Exterior e Nilo Fernandes, representante do Conselho Nacional de Geografia.

Obtendo a palavra, o Sr. Arruda Câmara, durante cêrea de hora e meia, à vista de mapas especialmente organizado, estuda, sob o aspecto agrícola, a região escolhida para a futura Capital do país, colocando-se, ao fim da palestra, ao dispor da assembleia para responder às perguntas que lhe fossem feitas.

A sua palestra versou a matéria consubstanciada nas seguintes conclusões:

I

É baixo o padrão de vida da população rural. As condições naturais, entretanto, mesmo no atual estágio de economia e de cultura, favorecem e permitem um nível de vida muito mais elevado.

A alimentação é farta e pode ser bastante variada. Não há, rigorosamente, a possibilidade de escassez de alimentos.

II

O clima é, sobretudo nas regiões mais elevadas, ameno. Não está sujeito a bruscas variações de temperatura e, no correr da estação mais quente, o calor de certas horas do dia é atenuado pela calma frescura das noites.

III

A salubridade, — favoráveis como são as condições climáticas —, será assegurada em qualquer ponto do território.

O aparecimento de malária nos vales de maior riqueza vegetal e nas zonas marginais expostas a periódicos alagamentos não impede o povoamento. A desobstrução dos leitos, a drenagem das terras alagáveis e o desenvolvimento da agricultura serão, talvez, suficientes medidas de saneamento.

A elevação do padrão de vida e a consequente melhoria das condições higiênicas do meio rural, contribuirão, eficazmente, para a saúde da população.

IV

Não há falta de água para atender às necessidades da agricultura. As terras próprias para culturas são, em geral, bem irrigadas. É abundante a água corrente, mesmo nas regiões de nascentes.

A deficiência de águas à superfície, nas chapadas e nos chapadões, poderá ser suprida pelo racional aproveitamento da água subterrânea. A se julgar pelos "poços" existentes está o respectivo lençol a uma profundidade razoável e proporciona boa e rendosa vazão.

O represamento nas "cabecelas" será, onde possível, grande recurso para a irrigação nas chapadas, nas encostas e nos chapadões.

As lagoas estão reservado papel de relevância econômico-social. Não prejudicam as condições de salubridade, proporcionam água para irrigação e outras finalidades agro-industriais, são piscosas e oferecem, algumas delas, interesse turístico e desportivo.

Os alagados que, com prejuizo da salubridade local, se formam em consequência de transbordamento de rios, não se confundem com as lagoas permanentes e podem ser eliminados fazendo-se a desobstrução dos leitos.

As águas são, em geral, de boa qualidade, embora tendam a salobras as de alguns dos altos tributários do Maranhão e do Paraná, na bacia do Tocantins.

V

As terras de Cruls são bem irrigadas. Ligado suas águas, que se distribuem pelas bacias Tocantins-São Francisco-Paraná, o PLANALTO CENTRAL DO BRASIL à AMAZONIA, ao LITORAL e ao PRATA.

VI

As chuvas se distribuem, anualmente, com regularidade, permitindo estabelecer-se, bem definidos, os períodos de atividades no meio rural.

VII

Não há terras inaproveitáveis na região considerada. As que não se prestam às explorações agrícolas, servem, ainda que subsidiariamente, à indústria pastoril.

As melhores terras são as de matas e as chamadas terras de cultura. Incluem-se nessas designações as terras que, em virtude de anterior exploração, apresentam-se em capuêras, lavouras e pastagens ou ivernadadas.

Os terrenos de cerrado proporcionam, em dadas condições, apreciável rendimento. O cerrado constitui, algumas vezes, transição entre a mata e o cerrado.

Os terrenos de cerrado, aproveitáveis os mais frescos e bem constituídos para o cultivo de árvores frutíferas e de essências florestais, têm acentuada "vocaçào" pastoril.

Os cerrados de terrenos secos e os carrascais não constituem dominância.

Os campos naturais cobrem terras, em sua maioria, iguais às dos cerrados e com eles se

confundem e identificam nas chapadas, encostas e nos chapadões, sob a ação das queimadas.

VIII

Flora e fauna, modificadas pela repetida ação das queimadas, que alteram a fisionomia e as condições da vida nas regiões atingidas, precisam, no que ainda for possível, ser preservadas e, racionalmente, protegidas. Impõem-se medidas e providências acauteladoras, como, por exemplo, a instalação de parques nacionais e a instituição de "releários", "santuários" ou "parques de refúgio".

IX

O racional aproveitamento e a econômica exploração das terras de cerrado e de campos naturais, nas extensas chapadas com escassez e, até, ausência de água corrente à superfície, terá de se apoiar em plano de captação da água subterrânea que é, a se julgar pelos "poços" existentes, boa e abundante.

X

Os cerrados e os campos cerrados de Goiás são os mesmos ou pouco diferem dos que ocorrem, também em amplas áreas, nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso.

Os campos alpinos nada ou pouco diferem dos de Minas Gerais descritos pelo Eng.º heiro Alvaro A. da Silveira.

XI

A lavoura é mais desenvolvida nos centros rurais de maior densidade demográfica. A pecuária constitui a maior fonte de riqueza. As indústrias rurais, ainda rudimentares, apresentam pequeno desenvolvimento.

Dever-se-á considerar que, para os fins em vista, importam as possibilidades e não o passado e o presente da agricultura. O progresso agro-pecuário, no estágio atual dessas explorações, deve ser encarado como índice do potencial.

Não-se poderia, sem correr o risco de grave erro, condenar ou eleger essa ou aquela região pelo índice e variedade de sua produção atual. O necessário, indispensável, mesmo, é a verificação cuidadosa das possibilidades, considerando-se, naturalmente, as zonas produtoras situadas a distâncias compatíveis com as necessidades do abastecimento.

Não será exagero considerar como razoáveis para atender ao abastecimento de uma cidade-capital distâncias compreendidas em um círculo de ralo até 150 quilômetros em se tratando de produtos perecíveis, e 350 quilômetros quando se tratar de gêneros inalteráveis.

As principais terras de mata e de cultura do Estado de Goiás estão situadas, em relação aos sítios indicáveis para a edificação da nova capital, a distâncias que satisfazem às necessidades de abastecimento.

A região dos Veadeiros deve ser considerada centro de abastecimento das cidades compreendidas nas zonas do Planalto e do Norte goianos. Desenvolvida em o seu território a cultura do trigo e, possivelmente, a fruticultura, terá excepcional importância como zona fornecedora de alimentos.

Em qualquer dos sítios onde, satisfeitos requisitos essenciais, venha a ser erigida a nova CAPITAL DO BRASIL, o abastecimento será assegurado:

a — de hortaliças, frutas, leite, aves, ovos, etc., pelos vales próximos e a zona compreendida em um ralo de até 150 quilômetros;

b — de cereais, grãos leguminosos e outros produtos da indústria alimentar, pelos centros produtores próximos e, sobretudo, pela zona das matas denominadas MATO-GROSSO, SÃO PATRÍCIO e PARANA;

c — de carne, charque, manteiga e outros produtos alimentares de origem animal pelas zonas pastoris compreendidas em um círculo de ralo até 350 quilômetros

XII

A maioria das terras compreendidas na região em estudo pertence a particulares. Conhecidas como devolutas, apenas, áreas relativamente pequenas nas bacias do Maranhão e do Paraná. Conviria fosse feito o levantamento do cadastro das terras devolutas e das terras patrimoniais indicando as áreas em poder de ocupantes.

O regime dominante na exploração das terras de propriedade particular não embaraça os negócios e nem, portanto, as desapropriações, sendo mais elevado o preço das terras no sudoeste do território.

XIII

É fácil compreender, — concentrando-se nas terras de mata, desde os primeiros dias, as atividades agrícolas e nada havendo sido feito, em tão longo período, pelo reflorestamento, a diminuição, cada vez mais acentuada, das áreas cobertas de matas, capuerões e capuêras.

Hiá nas matas remanescentes, nos capuerões e nas capuêras, madeiras para construções. Embora, ano após ano, se sucedam as derrubadas, é, ainda, relativamente considerável a reserva existente.

A queima dos campos, diminuindo, anualmente, e até eliminando as árvores dos cerrados, concorre, poderosamente, para a redução das reservas de madeira para lenha e para carvão. As indústrias que dependerem de combustível vegetal terão, naturalmente, de se interessar pelos problemas florestais.

XIV

O reflorestamento das terras anteriormente cobertas de matas não oferece dificuldades e precisa ser, objetiva e racionalmente, considerado.

O florestamento das terras de campo e de cerrado exige mais atenção e cuidados. Nas chapadas e nos chapadões secos ou com deficiência de água à superfície torna-se necessário, e até indispensável, a irrigação.

A zona a florestar precisará ser aparelhada com a água imprescindível nos trabalhos de irrigação. Nelas impõe-se, por outro lado, o aproveitamento, como adubo, da matéria orgânica obtida no local. Em tais condições será o florestamento possível, com as espécies adequadas, onde quer que se torne necessário.

Poder-se-á, face o exposto, não só proteger a cidade-capital com o plantio de árvores frutíferas e florestais formando, à conveniente

distância, larga faixa verde de interesse climático e paisagístico, como, também, assegurar sua arborização.

XV

O povoamento das áreas compreendidas nas vizinhas províncias fitogeográficas MATOGROSSO e SÃO PATRÍCIO está se processando espontaneamente e aceleradamente. Para elas afluem, em maior número, famílias procedentes dos Estados da Bahia, de Minas Gerais e de São Paulo.

O povoamento dos vales e terras marginais tem sido muito mais lento e, pelo que observamos, parece depender, sobretudo, da execução de um plano rodoviário que atenda às necessidades da agricultura.

O povoamento das chapadas e dos chapadões, nas extensas zonas de campos e de cerrados, será bem mais demorado. Entretanto, — resolvido pela açudagem e pelo aproveitamento da água subterrânea o problema da deficiência de água que se apresenta nessas zonas, — será possível o desenvolvimento de um racional plano de colonização.

A topografia favorece a construção de estradas de rodagem, de grandes autovias e aeródromos.

A abertura de uma rede de poços tubulares na zona a ser colonizada permitirá o abastecimento das residências e o suprimento da água necessária à prosperidade das culturas nos sítios, chácaras e granjas.

Um bem orientado plano de açudagem, principalmente nas regiões de nascentes, deve ser considerado na colonização. Influirá, também, no desenvolvimento da piscicultura e modificará, consideravelmente, a fisionomia da paisagem.

XVI

Consideramos necessária, indispensável mesmo, a realização, por especialista, de estudos pedológicos. Dever-se-á proceder o levantamento de perfis para análises físicas, químicas e mineralógicas dos solos típicos. Essas análises e os elementos meteorológicos seriam interpretados, à luz dos mais modernos conhecimentos da ciência do solo, para segura e definitiva apreciação das possibilidades agronômicas do Distrito Federal. Esses estudos permitiriam a classificação racional dos solos, facilitando a orientação do povoamento e das explorações agro-pecuárias.

Do relatório Técnico da Comissão de Estudos para Localização da nova capital do Brasil, (1.^a Parte, Vol. II, pg. III-20), extraímos a seguinte referência ao trabalho do Engenheiro Agrônomo Arruda Câmara, precedendo, aliás, as conclusões antes transcritas, e aprovando-as integralmente:

9. O PONTO DE VISTA AGROLÓGICO

Este é, sem dúvida, um ponto de vista importantíssimo a considerar, quando se trata de fazer a escolha da região do Planalto Central, em que deverá ser edificada a nova Capital. É também um ponto de vista que tem sido explorado em desfavor da solução dada ao problema da mudança da Capital, pela Comissão Cruls. Dal a necessidade que esta Comissão teve de pôr a limpo a questão, o que foi feito com pleno êxito.

Vamos aqui, com dados positivos, procurar provar que o "Retângulo de Cruls" possui as qualidades agrológicas necessárias para se colocar ali a nova Sede do governo federal, suposto esse retângulo com uma população acima de um milhão de habitantes. Na área de 52.000 quilômetros quadrados, que acho conveniente seja dada ao Território Federal do Planalto, existem, no meu entender, possibilidades para uma agricultura e uma pecuária que deverão garantir o abastecimento dessa população, desde, é claro, que não se pense em alcançar essa agricultura e essa pecuária sem trabalho. Digo isso porque existem, no Brasil, pessoas que pensam só serem utilizáveis para a agricultura, as *terras de matas*, não que provavelmente adquiriram vendo o modo usado pelos nossos capangas, que seguem eternamente a rotina de destruir as matas e queimar os campos. No Planalto Central, si ali queremos realmente iniciar uma nova era em nossa existência nacional, val ser necessário adotar a lavoura e a criação compatíveis com a técnica moderna. Não temos um Ministério de Agricultura? Façamos com que esse Ministério se incumba de organizar o Território Federal do Planalto, em bases técnicas. Creio que isso não será difícil.

Devemos não perder de vista que esse Território, colocado nas condições aqui previstas, ficará cercado de várias regiões ricas, que em poucos anos se terão desenvolvido extraordinariamente desde que ali seja construída a nova Capital. Isso será a garantia de um intenso povoamento do Brasil Central — objetivo supremo da mudança da Capital.

Não é difícil fazer a prova a que aludo acima. O Engenheiro Artur Torres Filho, membro desta Comissão, foi encarregado dos estudos agronômicos visando as questões de solos, florestamento, reflorestamento e irrigação. Tendo incumbido o seu auxiliar, agrônomo-economista Antônio de Arruda Câmara, dos trabalhos de campo para isso indispensáveis, este último, depois de ter ido ao terreno, apresentou um bem elaborado relatório, sob o título "Investigações agronômicas — Regiões do Estado de Goiás".

Esse relatório do agrônomo-economista Arruda Câmara é o fruto de suas observações, feitas no campo, durante uma demorada visita ao retângulo de Cruls e adjacências. Não tem o objetivo de colocar uma região abaixo ou acima de qualquer outra. Possuindo longo trabalho de serviços no Ministério da Agricultura e obedecendo à orientação do Engenheiro Torres Filho, que é o reitor da Universidade Rural do Brasil, o agrônomo-economista Arruda Câmara trouxe uma valiosa contribuição para o problema da mudança da Capital e assim desfez completamente o equívoco de esterilidade do planalto goiano.

Em síntese, o ensinamento geral que se tira desse excelente relatório é a ampla possibilidade de uma agricultura moderna, que entretanto não deve prescindir da irrigação e da fertilização do solo, bem como da "defesa contra a erosão, em todo o "retângulo de Cruls" e suas vizinhanças. A utilização dos poços e molhos de vento, é outro assunto prático e interessante referido no trabalho em apreço.

Não me é possível, nos breves limites dessa justificação de voto, dar aqui mais do que as conclusões a que chegou esse relatório. São as que mencionamos ordenadamente a seguir: "

Multiplicação das Plantas por Estaquia

Engenheiro agrônomo
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
 Professor da E.H.V.B.



Diversas modalidades de estacas

- 1 — estaca de raiz
- 2 — estaca de colma
- 3 — estaca de rizoma
- 4 — estaca de tubérculo
- 5 — estaca de bulbilho
- 6 — estaca de bolbo
- 7 — estaca de ramo lenhoso
- 8 — estaca de ramo lenhoso
- 9 — estaca de ramo lenhoso
- 10 — estaca de uma só gema
- 11 — estaca herbácea
- 12 — estaca de folha

2.^a parte

VI — *Condições de êxito da estaquia*

Não é difícil conseguir-se êxito da estaquia.

É preciso, apenas, sejam consideradas duas séries de condições:

- a) — condições extrínsecas
- b) — condições intrínsecas

As condições intrínsecas ou internas são aquelas que dizem respeito à própria estaca, e as extrínsecas, aquelas referen-

tes ao meio onde elas devem enraizar e crescer.

Condições intrínsecas: — É evidente que a condição essencial é que a estaca, qualquer que seja a sua natureza (estaca de ramo, estaca de folha, etc.), tenha capacidade para emitir raízes adventícias, conforme já acentuamos no capítulo anterior.

A capacidade para emitir raízes adventícias é uma qualidade específica que depende da natureza da própria planta.

Em algumas, ela é muito fácil (videira, amoreira, rosira, etc.); em outras, é muito difícil (damasqueiro, pessegueiro, etc.).

O que se pode afirmar em face das experiências já realizadas é que:

a) — de um modo geral, as estacas de madeira branda enraizam mais depressa que as estacas de madeira dura; e igualmente, portanto, as estacas herbáceas enraizam mais depressa que as estacas lenhosas, apesar das primeiras exigirem maiores cuidados.

b) — via de regra, as estacas de plantas de crescimento rápido enraizam mais depressa que as estacas de plantas de crescimento mais demorado.

Igualmente, além da capacidade de emissão de raízes adventícias, deve-se, na escolha das estacas para plantio, levar em consideração:

a) — o seu estado fitossanitário, (estacas com sintomas de enfermidades ou estacas ataradas por pragas não devem ser plantadas).

b) — é preciso que as gemas estejam vivas e bem engorgiladas.

c) — que seja satisfatório o estado de desenvolvimento das plantas fornecedoras das estacas, a fim de que elas contêmam, acumuladas, as reservas nutritivas que necessitam durante os primeiros dias.

Condições extrínsecas: — Além das condições acima citadas, é indispensável que as condições do meio sejam tais que facilitem o enraizamento.

Tais condições são:

a) — temperatura favorável e tanto quanto possível constante. As baixas temperaturas da mesma forma que as accentuadas oscilações de temperatura, concorrem, com frequência, para o insucesso da estaquia.

b) — ambiente húmido, considerando-se sob esse ponto de vista não só a humidade atmosférica (elevado grau higrométrico), como também, a humidade do próprio solo. É preciso, entretanto, lembrar que as estacas, embora requerendo, solo húmido, não toleram os terrenos enxureados (excesso de humidade).

c) — solo adequado, isto é, terreno sílico-argiloso-humoso, convenientemente destorroado (é preciso evitar os solos compactos, frios e impermeáveis que não se prestam para estaquia).

d) — ambiente mais ou menos sombreado, pois o excesso de luz é prejudicial ao enraizamento das estacas.

É indispensável que as condições sejam desfavoráveis à evaporação, a fim de reduzir a perda de água das estacas.

As condições que dificultam a evaporação da água, tanto a contida nas estacas, como a do solo são:

a) — menor intensidade de iluminação;

b) — menos ventos

c) — maior quantidade de humidade atmosférica;

d) — menor superfície de evaporação (estacas desprovidas de fôllhas);

e) — temperatura não excessivamente elevada.

Quando tratarmos do preparo das estacas, do plantio das estacas e das medidas de protecção aos canteiros, estudaremos, novamente, tais questões.

VII — *Classificação das estacas quanto a natureza*

De acôrdo com a natureza, isto é, de acôrdo com as partes das plantas utilizadas para este tipo de multiplicação vegetal, as estacas são classificadas em:

a) — estacas de caule, abrangendo as estacas de ramos (herbáceos e lenhosos), as estacas de colmos, as estacas de caules subterrâneos abrangendo os rizomas propriamente ditos, e as suas diversas modalidades (estacas de tubérculos, de bulhos, de bulbilhos, etc.).

b) — estacas de raízes

c) — estacas de fôllhas

A escolha do processo de estaquia a ser utilizado depende da própria planta.

Vejamos, embora muito resumidamente ainda um dos processos de estaquia acima citados, salientando as suas particularidades, as plantas que os admitem, etc., ficando para outro capítulo o estudo mais detalhado das estacas de ramos, que são as mais empregadas em fruticultura e em floricultura.

Estacas de ramos: — Constituem fragmentos do ramos herbáceos ou lenhosos, providos de gemas e que, colocados em condições convenientes enraizam com maior ou menor facilidade. A escolha dos ramos fornecedores de estacas, a maneira de cortar e de preparar as estacas, etc., serão estudados mais adiante. Enraizam facilmente por meio de esta-

cas de ramos numerosas fruteiras (videira, amoreira, figueira, etc.) e muitas plantas ornamentais (maucá, roseira, primavera, etc.). De acôrdo com o maior ou menor grau de lignificação as estacas de ramos podem ser lenhosas ou herbáceas; as primeiras são as mais usadas para a multiplicação de árvores frutíferas por estaquia; as segundas, são as mais usadas para as plantas ornamentais (cravo, dália, etc.).

Estacas de colmos: — Os colmos constituem caules indivisos, mais ou menos cilíndricos, providos de nós e meritalos muito desenvolvidos. Fragmentos de colmos abrangendo dois ou mais meritalos com as respectivas gemas encontradas nos nós, constituem estacas que enraízam facilmente como por exemplo, o cano de açúcar.

Estacas com uma só gema: — São estacas providas de uma só gema (em geral só são usadas quando as gemas são bastante desenvolvidas e engorgitadas, como por exemplo a videira).

Estacas de rizomas: — São estacas de caules subterrâneos, como por exemplo a bananeira. Cada rizoma pode ser dividido em vários fragmentos, providos de gemas, constituindo cada um deles uma estaca.

Estacas de bulbos: — Os bulbos são caules subterrâneos (cebola, jacinto, etc.) que enraízam facilmente e constituem, portanto, ótimas estacas.

Estacas de tubérculos: — Os tubérculos são caules subterrâneos providos de gemas e com substâncias de reserva acumuladas, como por exemplo a batatinha. Fragmentos de tubérculos, desde que contenham gemas, constituem estacas que enraízam facilmente.

Estacas de bulbilhos: — Os bulbilhos constituem modalidades de bulbos (alho, por exemplo). Destacados os diversos componentes dos bulbilhos, (dentes como são vulgarmente chamados), eles constituem boas estacas.

Estacas de folhas: — Certas folhas, como por exemplo as da legônia, constituem também, estacas, pois quando colocadas no solo, desde que sejam tomadas certas cuidados, enraízam facilmente e multiplicam numa nova planta.

Estacas de raízes: — Fragmentos de raízes de certas plantas como por exemplo a fruta-pão, constituem também ótimas estacas que enraízam e formam uma outra planta.

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL
DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897



Eng.º Agrônomo Arthur Torres Filho
Presidente da Sociedade



Eng.º Agrônomo Antonio de Arruda
Camara
Diretor



Eng.º Agrônomo Kurt Repsold
Redator Técnico



Eng.º Agrônomo Geraldo Goulart da
Silveira
Consultor-Técnico



Luiz Marques Pollano
Redator-Secretário e Gerente



Redação e Administração:
AV. FRANKLIN ROOSEVELT 115, 6.º
Telefone: 42-2981

Caixa Postal 1245 — Rio de Janeiro



Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

As Novas Tarifas Aduaneiras A LÃ

Aprovada pela Comissão Revisora o parecer do relator o Sr. Antônio de Arruda Câmara, representante da Sociedade Nacional de Agricultura. Coincidentes os pontos de vista do agricultor, da indústria e do comércio.

Parecer.

I — Constam do presente dossier memoriais apresentados pela Federação das Associações Rurais do R. G. do Sul (Porto Alegre), Cooperativa Central dos Produtores de Lãs Ltda. (Porto Alegre-Estado do R. G. do Sul), Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro e Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral (São Paulo-Estado de São Paulo) pleiteando:

I — **Federação das Associações Rurais do R. G. do Sul** — por si e pela Cooperativa Central dos Produtores de Lãs Ltda., a "denúncia do ACÓRDO DE GENEBRA na parte relativo à tarifa de Lã" (lãs finas) e "que seja dada ao artigo 133 uma única especificação" (lã em bruto).

II — **Cooperativa Central dos Produtores de Lãs Ltda.** — as medidas propostas pela Federação das Associações Rurais do R. G. do Sul e "uma adequada defesa tarifária" para a produção nacional de lãs;

III — **Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro** — em seu nome e por delegação do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral e da Federação das Indústrias do R. G. do Sul, revogação do Decreto-lei n.º 8.819, de 24 de janeiro de 1946, a revigoração dos Decretos-leis ns. 7.367 e 7.682, de 8 de março e 27 de junho de 1945 e amparo, mediante elevação da tarifa, à fabricação, no país, dos feltros tecidos de lã, sem fim, para usos industriais;

IV — **Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral** — a atenção para a transferência, do Brasil para a República Argentina, de estabelecimentos industriais de fiação e tecelagem.

2 — Instruindo as memoriais figuram no dossier.

a) ofício do Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio, do Estado do R. G. do Sul, transmitindo à Federação das Associações Rurais, informações prestadas pelo Serviço de Ovinatécnia sobre a produção de lã e sua classificação;

b) cópia de memoriais expondo a situação dos produtores de lã (criadores de avinos) e solicitando a intervenção do Governador e da Assembléa Legislativa do Estado do R. G. do Sul no sentido de ser obtida a "libertação da exportação de lã em bruto, lavada ou industrializada" e a "revogação do Decreto-lei n.º 8.819, de 24 de janeiro de 1946, firmados, coletivamente, pelos presidentes das seguintes instituições: — Cooperativa Central dos Produtores de Lãs Ltda., Cooperativa Rural Alegrentense Ltda., Cooperativa Santonense de Lãs Ltda., Cooperativa Sudeste dos Produtores de Lãs Ltda., e Cooperativa Regional de Lãs Vnle do Uruguai Ltda.;

c) cópia de memorial justificando a revogação do Decreto-lei n.º 8.819, de 24 de janeiro de 1946 e o revigoração dos Decretos-leis ns. 7.367 e 7.682, de 8 de março de 27 de junho de 1945,

dirigido ao Deputado Federal Artur de Sousa Costa, ex-Ministro da Fazenda e Presidente da Comissão de Finanças, pela Federação das Indústrias do R. G. do Sul.

d) cópia de memorial ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República em que a Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro e a Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral, do Estado de São Paulo, se manifestam pelo revigoração dos Decretos-leis ns. 7.367 e 7.682, de 8 de março e 27 de junho de 1945;

e) exemplar do DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, do Estado do R. G. do Sul (Ano II-n.º 80-12 de agosto de 1948) em que vem publicado (págs 36-37) discurso pronunciado pelo deputado estadual engenheiro agrônomo Celeste Gobbata a propósito do memorial das cooperativas dos produtores de lã;

f) recortes dos jornais, de Porto Alegre, DIÁRIO DE NOTÍCIAS e CORREIO DO POVO, — editoriais e artigos referentes à lã e à situação desse produto na economia pecuária e industrial em face das disposições do Decreto-lei n.º 8.819, de 27 de janeiro de 1946 e da Lei n.º 313, de 30 de julho de 1948;

g) cópia fotostática do Decreto que autoriza, com lavares aduaneiras, e facilidades especiais à entrada de técnicos e operários, a transferência de umas fábricas de tecido de seda, do Brasil para a República Argentina.

3-0 exame dos memoriais e das peças que as instruem não deixa dúvidas quanto à importância da matéria em estudo que, debatida como tem sido pelos verdadeiros interessados, apresenta-se escaimada de contraversias. Os criadores de avinos para a produção de lã, as cooperativas responsáveis pela colocação dessa matéria prima nos mercados e as industriais de sua fiação e tecelagem estão acordes quanto à necessidade e à maneira de ser a produção nacional de lã amparada em a nosso regime tarifário e acordos comerciais.

4-0 limite das nossas atribuições ao exame da situação dos produtos "cujos direitos de importação tenham sido reduzidos" (§ 1.º art. 3.º da Lei n.º 313, de 30 de julho de 1948) leva nos a considerar, em virtude da redução dos direitos de importação para Cr\$ 1,40 Cr\$ 4,00 e Cr\$ 7,50 kg PB, npenas:

133 Fm bruto:

Lã fina, de número mais fino que 50's;

134 Lavada ou desengordurada, simples ou carbonizada "blnusses" ou resíduos da cardagem ou pentengem;

Lã brnca ou de côr natural, exclusivamente de número mais fino que 50's;

136 Cardada, penteada ou preparada de qualquer forma, inclusive tops e mechas;

Tops e blnusses de lã crua de número mais fino que 50's.

5 Os feltros tecidos de lã, para uso industrial, não tiveram ns respectivos direitos de importação reduzidos e, assim, escapam ao nosso exame.

6 A redução dos direitos de importação do lã "de número mais fino que 50's" criou para os nossos interesses de país produtor situação desfavorável e altamente prejudicial à economia dos criadores de ovinos poro lã. O acentuado melhoramento da qualidade do lã nacional produzida no Estado do R. G. da Sul deu lugar à predominância, nestes últimos anos, de lã fino sobre o entre fino e a grossa. Em consequência, na hipótese de vir a ser mantida a redução dos direitos de importação de lã de número mais fino que 50's, — lã será reconhecer que, sem nenhuma vantagem substancial para a economia do consumidor de artigos de lã — estará sendo contrariada a nossa política interna de estímulo à produção e ao seu aperfeiçoamento.

7 O Professor Franklin de Almeida, cotedrático

do cedeiro INDUSTRIAS e INSPEÇÃO DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, da Escola Nacional de Veterinária (Universidade Rural), "para conhecer da pericia de classificadores, em nosso país, com Lanometro Zeiss" (1) fez uma série de mensurações de finura utilizando, em os seus trabalhos, lãs comercialmente classificadas como de MERINO, BORREGO MERINO, MERINO FINA, BORREGO FINA, CRUZA PRIMA, CRUZA FINA 1 e CRUZA FINA 2, todas de produção do Estado do Rio Grande do Sul.

Os resultados das mensurações procedidas por aquele acadêmico cientista conforme as especificações da "American Society for Testing Materials" estão consignados nos quadros seguintes que transcrevemos da estuda MENSURAÇÃO DE FINURA DE LÃS DO BRASIL (2).

QUADRO I (3)

CLASSIFICAÇÃO DE ORIGEM	ENTRE 83 E 74% DE FIBRAS COM 10 A 30	ENTRE 74 E 64% DE FIBRAS COM 10 A 30	ENTRE 64 E 45% DE FIBRAS COM 10 A 30
Merino Fino	+	+	—
Merino	+	+	—
Borrego Merino	+	+	—
Borrego Fino	—	+	—
Cruza Prima	—	—	—
Cruza Fino 1	—	—	—
Cruza Fino 2	—	—	—

QUADRO II (4)

CLASSIFICAÇÃO DE ORIGEM	ENTRE 22,5 E 25,5-17 FIBRAS %	ENTRE 25,5 E 27-24 FIBRAS %
Merino Fino	+	—
Merino	+	—
Borrego Merino	+	—
Borrego Fino	—	+
Cruza Prima	—	+
Cruza Fino 1	—	+
Cruza Fino 2	—	+

No classificação au escala de Bradford, concluiu o Professor Franklin de Almeida, estas fibras de lã MERINA, MERINA FINA e BORREGO MERINA devem ser qualificadas como de Classe 60's e os fibros das lãs CRUZA PRIMAS, FINAS 1 e 2 e BORREGO FINA como da Classe 58's. Na classificação estadunidense (Blood System and Count System) estas lãs todas, esclarece o Professor Franklin de Almeida, seriam classificadas como 1/2 Blood.

8 A classificação comercial da lã de ovinos obedece às especificações e às normas estabelecidas pelo Decreto-lei n.º 7,197, de 27 de dezembro de 1944. As especificações relativas à lã de velo, isto é, "aquela produzida nos diversos regiões do corpo de um ovino, com exceção das patas e barriga durante a período de 12 meses, estabelecem as seguintes classes:

1.º MERINA, dividida em três tipos, com a finura mínima de 64's;

2.º AMERINA, com a finura de 60's a 64's;

3.º PRIMA, dividida em dois tipos, com a finura de 58's a 60's;

4.º CRUZA, dividido em cinco tipos, com a finura de 58's a 40's.

5.º CRIOLA, com ausência de mechos propriamente ditas e existência de grande quantidade de pêlos que acompanham as fibras.

9 A produção de lã no Estado do R. G. do Sul eleva-se o cerca de 16 000 toneladas anuais. Dessas, segunda informações firmadas pelo chefe do Serviço de Ovinotecnia, da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, 2.000 correspondem à finura 64's / 60's (MERINA e AMERINADA), — 2.000 à finura 60's / 58's (PRIMA), — 7.500 à finura 58's / 56's (CRUZA I e CRUZA III), — 2.500 à finura 54's / 48's (CRUZA III) e 1.500 à finura 46's / 44's (CRUZA IV e CRUZA V).

10 Indicam esses resultados da classificação feita nos entrepostos licenciados e sob a responsabilidade técnico do Serviço de Ovinotecnia, por classificadores registrados no Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura, que 71,87% de lã de velo produzida no Estado do R. G. do Sul, tem a finura de 56's a 64's.

11 Nos Estados Unidos as lãs de finura acima de 56's figuram nas tarifas GERAL 32c/34c — ACORDO 25 1/2c/24c 1b (Cr\$ 10,54 /9,22), — as de finura 44's a 56's com as mesmas taxas, — os de finura 40's a 44's com 34c/32c e 17c/15c



HÁ COISAS QUE NÃO PODEM SER APRESSADAS...

A Natureza age vagarosamente. É tanto o lento desenvolver da crisálida em borboleta e dos canais do bicho da seda, quanto a maturação da boa cerveja são processos da Natureza que não podem ser apressados. Durante sem nas a flo, o Brahma Chopp fica em absoluta repouso, fermentando e numa uree não, em gigantescas taras, sob cuidadoso e constante contrôe. Nesse período, Brahma Chopp assimila todos os ricos princípios do malte e o sabor tônico-amargo do lúpulo. É a razão da super-qualidade do Brahma Chopp — a boa cerveja!

**Brahma
Chopp**
EM GARRAFA OU EM BARRIL



Que se transforme
em oportunidade de
trabalho nacional. Se-
de em domingo, à
tarde, em todas as
partes e modas.
em todos, a tar-
de em à noite, pela
Nódo Moed.

Record 3014

PRODUTO DA CIA. CERVEJARIA BRAHMA S. A. B. - RIO DE JANEIRO - S. PAULO - CURITIBA - P. ALEGRE - P. FUNDO



1b (Cr\$ 7,02 / 6,20) e os de finura até 40's com 24c/22c e 13c/11c 1b (Cr\$ 5,35 / 4,54). O Canadá, de taxa preferencial livre, montém o de 10c 1b NMF (Cr\$ 4,05).

12 O exemplo dos Estados Unidos é expressivo.

13 A retirada do lã de número mais fino que 50's do ACORDO e a abertura de novas negociações não prejudicam substancialmente, pela pequena diferença de direitos resultante, o comércio de importação. Beneficiará, entretanto, consideravelmente, a produção brasileira de lãs finas, levando os criadores de ovinos para lã a um permanente interesse pela melhoria e aumento dos rebanhos. Dos Estado do R. G. do Sul estender-se á a outros centros pastoris do país, de clima e pastagens convenientes, a criação de ovinos para a produção de lãs finas.

14 A equiparação do lã em bruta ao petróleo e seus derivados importados para consumo (§ 2.º art. 1.º da Lei n.º 313, de 30 de julho de 1948) não corresponde, evidentemente, a um imperativo da economia popular e, recebiamos, nenhum benefício proporcione aos consumidores dos artigos de lã. A importação dessa preciosa matéria prima, com a redução de direitos concedido, não afetará, em face da diferença resultante, o custo da produção industrial de maneira a oferecer apreciável margem de diminuição nas preços. Retiret-se-á, entretanto, na economia e na espirita dos criadores de ovinos, desestimulanda-os.

15 Em face do exposto parece justa e conveniente, — dada a nossa posição de país produtor de lãs finas e pequeno importador dessa matéria prima, — a ampóra sollicitado.

Para Incrementar a Mecanização da Lavoura

O governo concederá favores especiais a companhias, emprêsas e cooperativas organizadas com esse fim —
A importante lei sancionada pelo presidente da República

O presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra, sancionou, a 23 de setembro último, importante lei do Congresso nacional, que regula as normas por que o Poder Público se propõe incrementar a mecanização da lavoura no país, através de favores especiais a companhias, empresas e cooperativas, que se organizarem com esse fim.

O ato teve caráter solene, tendo comparecido ao Palácio do Catete, incorporados, os membros das comissões de Agricultura e Finanças da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, realizando-se a cerimônia, às 11 horas, no Salão Amarelo, presentes o titular da Agricultura, ministro Daniel de Carvalho; o chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, professor José Pereira Lira; senadores Francisco Sá Tinoco e Felinto Muller; deputados Israel Pinheiro, Lauro Montenegro, Bias Fortes, Lauro Lopes, Benedito Valadares, Carlos Pinto, Olintho Fonseca, Duque de Mesquita e Fernando Nóbrega.

A referida lei, cujo regulamento deverá ser baixado dentro de 120 dias, dispõe:

Art. 1.º — O Poder Executivo auxiliará, na forma da presente Lei, as companhias ou empresas, inclusive cooperativas, que tenham por objetivo a mecanização da lavoura e de outras atividades rurais.

Art. 2.º — Para fazer jus aos favores de que trata a presente Lei, as companhias, empresas ou cooperativas manterão aparelhagem completa de máquinas agrícolas, estoques de peças sobressalentes, oficina de consertos e reparos, e corpo técnico, constante de engenheiros agrônomos e capatazes especializados em trabalhos mecânicos de exploração rural e irrigação e combate à erosão.

Art. 3.º — As companhias, empresas ou cooperativas deverão organizar núcleos de serviço, em cada zona agrária, deli-

mitada pelo Ministério da Agricultura ou Secretaria dos Estados.

Parágrafo único — Nesses núcleos deverão ser mantidos: a) oficina de conservação e reparos; b) máquinas em número suficiente para o perfeito desenvolvimento dos trabalhos da zona agrária; c) pessoal necessário; d) um serviço de venda de adubos e sementes selecionadas em colaboração com o Ministério da Agricultura e Secretaria da Agricultura dos Estados.

Art. 4.º — O Serviço técnico da especialidade de cada companhia, empresa ou cooperativa será contratado, quando solicitado pelos agricultores, na base de hectare trabalhado e de acordo com a tabela de preços organizada pelo Ministério da Agricultura.

Art. 5.º — As companhias, empresas ou cooperativas poderão contratar com os governos estaduais e municipais, dos Territórios e com particulares, a construção de estradas de rodagem, dentro das respectivas zonas agrárias, desde que tenham máquinas disponíveis e não prejudiquem esse contrato os trabalhos das épocas próprias da lavoura.

Art. 6.º — É o Governo Federal autorizado a auxiliar as companhias, empresas ou cooperativas, com: a) fornecimento de maquinaria para pagamento a longo prazo sem prejuízo dos serviços agrícolas a cargo do Ministério da Agricultura; b) isenção de direitos e taxas aduaneiras; c) isenção de impostos; d) redução de fretes nas estradas de ferro do Governo.

§ 1.º — O Ministério da Agricultura não poderá fornecer máquinas cujo valor total seja superior a 70 % (setenta por cento) do capital realizado da entidade a que for prestado o auxílio.

§ 2.º — Nenhuma das máquinas fornecidas nos termos deste artigo poderá ser alienada, senão quando for julgada desnecessária ou inadequada ao serviço da

entidade e houver para isso, autorização do Ministério da Agricultura.

Art. 7.º — Para atender ao disposto no artigo anterior, alínea "a", é o governo igualmente autorizado a promover as operações de crédito necessários, até o limite de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), para compra, por intermédio do Ministério da Agricultura, da maquinaria referida na presente lei.

Art. 8.º — No caso de dissolução ou liquidação de qualquer das companhias, empresas ou cooperativas a que se refere o artigo 1.º, terão preferência para aquisição das máquinas agrícolas compradas com as vantagens concedidas por esta lei, o Ministério da Agricultura, as Secretarias estaduais de Agricultura e Municipalidades da zona onde a entidade funcionar, e, finalmente, as cooperativas, empresas ou companhias similares, observada esta ordem.

Parágrafo único — O preço dessa aquisição não será superior ao da venda feita pelo Ministério, deduzido o valor correspondente à depreciação, de acordo com

os cálculos técnicos relativos ao tempo de funcionamento que as máquinas tiverem.

Art. 9.º — A maquinaria e os materiais serão fornecidos à empresa, quando a longo prazo, a juros de 4% (quatro por cento) ao ano, sob penhor, em posse do devedor.

Parágrafo único — Vencida a dívida, a execução obedecerá, no que for aplicável, ao processo expedido de que trata a lei número 492, de 30 de agosto de 1937 (artigos 22 e 30).

Art. 10. — Os serviços de fomento econômico das estradas de ferro organizadas para desenvolvimento da agricultura nas zonas da concessão, serão consideradas, pelo efeito da presente lei, nas mesmas condições das companhias, empresas ou cooperativas referidas no art. 1.º.

Art. 11 — O Poder Executivo regulamentará esta lei, dentro de 120 dias, a contar da data de sua promulgação.

Art. 12 — Revogam-se as disposições em contrário."



Mãos

que espalham

SALITRE do CHILE

não ficam vazias...

É MAIS LUCRATIVO multiplicar a produção de 1 alqueire com bom adubo, que plantar, tratar e colher 3 alqueires — pois só a economia de braços compensa fartamente. O SALITRE DO CHILE é um adubo natural que retorca a produtividade do solo. Experimente-o!

Solicite folhetos e informações, gratuitamente, ao

SERVIÇO TÉCNICO-AGRONÔMICO DO SALITRE DO CHILE

Caixa Postal, 2873 - São Paulo

Agentes Comerciais:

ARTHUR VIANNA — Cia. Materiais Agrícolas

Rua Florêncio de Abreu, 270 - São Paulo. — Av. Graça Aranha, 226 - 3.º andar,

Rio de Janeiro — Av. Santos Dumont, 227 - Belo Horizonte.

A BROCA DO CAFÉ



- 1 - Grão muito atacado, com o inseto em todas as fases
- 2 - Adulto (besouro causador)
- 3 - Ninfa, 4 - Larva, 5 - Ovos
- 6 - Ramo de cafeeiro, com frutos verdes e maduros, mostrando os orifícios de penetração da Broca.

A BROCA DO CAFÉ

(*Hypothenemus hampei* (Ferrari, 1867))

ADULTO — É um besouro muito pequeno, medindo, aproximadamente, 1,5 mm de comprimento, de cor negra lustrosa, com antenas e pernas castanho-claras.

OVO — Tem, em geral, a forma elíptica ou ovoide, de cor branco-leitosa e de aspecto brilhante. São encontrados nos frutos verdes granados, nos maduros e nos secos.

LARVA — É de cor esbranquiçada, um tanto transparente, recurvada, sem pernas, com a cabeça castanha. Atinge o crescimento completo de 10 a 20 dias, podendo demorar mais tempo.

NINFA — É branca, com quasi 2 mm de comprimento, mostrando diferenciadas as partes principais de adulto. No fim de 6 dias, em média sai o besouro, podendo variar este período de 4 a 10 dias ou mesmo prolongar-se até 15 dias quando coincidir variações altas e baixas de temperatura.

O adulto, recém-formado é ligeiramente amarelado, de corpo mole e somente depois de 2 a 3 dias adquire rigidez, tornando-se castanho escuro e por fim negro. O desenvolvimento de ovo a adulto pode durar de 18 a 55 dias, mais ou menos.

MODO DE VIDA

Antes de deixar o fruto em que se criou, a fêmea é fecundada, depois do que sai à procura de grãos para realizar suas posturas. O ataque é feito diretamente ou na orla marginal da "corôa" do fruto, e mais raramente junto ao pedúnculo. Abre um orifício de 1 mm de diâmetro, formando uma galeria réta, em direção à semente, que é alargada e transformada em câmara na qual deposita os ovos.

A postura começa, em geral, quando os frutos estão bem granados, podendo continuar durante 15 a 20 dias, diminuindo até parar quando os frutos estiverem normalmente povoados de larvas. Daí, então, procura a fêmea outro fruto onde reinicia a postura interrompida. A broca é capaz de pôr de 30-120 ovos durante o seu período de vida, que pode variar de 3 a 9 meses, segundo determinadas condições. Grãos muito verdes, ainda aquosos, embora perfurados, não encerram ovos.

O macho, menor que a fêmea, não sai da semente em que se criou, permanecendo neste último, quer quando ainda pendente, quer quando caído no terreno.

No início da infestação o número de frutos atacados é pequeno; à medida que o inseto se dissemina e multiplica a quantidade de grãos infestados aumenta.

A disseminação natural da broca é lenta, efetuando-se progressivamente de cafeeiro para cafeeiro nas épocas em que existem frutos em condições de serem atacados pelas fêmeas que se criaram nos cafés da safra anterior deixados nas árvores ou no terreno.

MEDIDAS IMEDIATAS DE COMBATE

1 — Fazer a colheita cedo e bem feita, iniciando pelos lugares mais infestados.

2 — Realizar, quando possível, o *repasso*, catando todos os grãos que ficam no chão ou nas árvores após a colheita e a catação *preventiva* eliminando, entre uma safra e outra, os frutos temporões infestados.

3 — Não sendo executadas as medidas acima indicadas, *polvilhar* então os cafeeiros com inseticidas à base de Hexaácetato de benzeno (B.H.C.), misturado com talco, na concentração de 1% do princípio ativo (isomero gama), que são encontrados no comércio com diversos nomes e concentrações diferentes de gama. (Gamaxol, Gamakil, Lexone, Hexiclan, etc.) *Aplicar*, em média, 35-40 gramas da mistura por planta, com polvilhadeiras manuais ou a motor, conforme a extensão da cultura. *Iniciar o tratamento* na época dos "chumbinhos" ou quando forem notados os primeiros grãos atacados, polvilhando uniformemente os cafeeiros e, de certo modo, o solo debaixo da "sala". *Repetir* 20-30 dias depois da primeira aplicação, e só fazer um terceiro polvilhamento, no mesmo intervalo, no caso de novos ataques. O inseticida não mata a broca imediatamente, mas horas depois, durante a sua ação na cultura por varios dias. No caso de chuvas fortes logo depois de cada tratamento, repetir a aplicação.

Obs.: Para maiores informações, dirigir-se à: "COMISSÃO DE COMBATE A BROCA DO CAFÉ" (Alameda São Boa Ventura — Niterói: Est. Rio).

Cuidado

COM AS ÁGUAS IMPURAS!

USE EM SUA
CASA UM FILTRO
ESTERILISANTE

SENUN

E BEBA
TRANQUILO
SUA ÁGUA

SENUN — Garantia absoluta contra todos os germens da água

CHARQUE

NOTAS SÔBRE O CONVENIO COMERCIAL COM O URUGUAI

1 — Os mercados consumidores de charque nacionais, desde que foram restabelecidos os transportes marítimos, após a terminação da guerra, vêm sendo abastecidos regular e abundantemente, com exceção do Distrito Federal, em determinado período do ano, em consequência do tabelamento vigorante que está abaixo do preço de custo para o charque sul-riograndense.

A Comissão Central de Preços obrigou os produtores de charque do Rio Grande do Sul a uma quôta de sacrifício, ao estabelecer pela Portaria n.º 113, de 1.º de outubro do corrente ano que aqueles produtores ficam "obrigados a destinar ao mercado do Distrito Federal 10% das quantidades de charque embarcadas para outros mercados consumidores do país".

2 — A produção de charque em todos os estabelecimentos saladeris do país e nos frigoríficos do Rio Grande do Sul, nas duas últimas safras (1946/1947 e 1947/1948), foi a seguinte:

Safra 1946/1947:

Rio Grande do Sul	— 262.645 fardos
Estados Centrais	— 263.322 fardos
Total	— 525.967 fardos

Safra 1947/1948:

Rio Grande do Sul	— 290.196 fardos
Estados Centrais	— 387.559 fardos
Total	— 677.755 fardos

Observa-se, pois, na última safra, um aumento de 151.788 fardos de charque em relação à produção da safra anterior.

Cada fardo de charque pesa, em média, 100 quilos e corresponde à produção de um bovino abatido.

Nos dados acima não estão incluídas as produções dos frigoríficos e diversos

matadouros de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

3 — A 30 de setembro do corrente ano, sem falar em certa quantidade de charque ainda existente nos centros produtores dos Estados Centrais, existiam, no Rio Grande do Sul, 212.538 fardos que não encontrarão escoamento total até a safra vindoura que terá início:

Em Mato Grosso a 15 de novembro de 1948;

No Rio Grande do Sul — entre 1.º e 15 de fevereiro de 1949;

Em Minas Gerais, Goiás e São Paulo — a 15 de fevereiro de 1949.

4 — As informações acima evidenciam que a produção de charque no país, não só atende fartamente ao abastecimento interno, mas que existem excedentes que não encontram escoamento para os mercados externos, onde não existe o hábito do consumo desse gênero alimentício.

5 — A cláusula XVI do Tratado de Comércio e Navegação entre o Brasil e o Uruguai, firmado a 25 de agosto de 1933, rezava:

"O Governo da República dos Estados Unidos do Brasil permitirá a importação anual, livre de direitos, de 2.000 (duas mil) toneladas de charque uruguaio transportado por navio de bandeira brasileira ou uruguaia, com destino a portos do Brasil, de Pernambuco inclusive, para o Norte, e, ainda, de quatro mil (4.000) toneladas de carne ovina (ovelhas, cordeiros e capões), transportada em navios de qualquer bandeira para qualquer porto brasileiro."

6 — As negociações em curso entre os governos brasileiro e uruguaio, para a assinatura de um novo Convênio Comercial, segundo estamos informados, prevê um aumento da quôta de charque a ser recebido pelo Brasil, com isenção de direitos alfandegários, para 6.000 toneladas.

É inútil encarecer, em face da situação anteriormente exposta, quão ma-



Na Escola de Horticultura Wencesláo Belló: um Jeep agrícola, ao que foi adaptada uma serra de disco, funcionando, à vista de alunos e interessados.

lêficas serão as consequências para os produtores de charque nacionais, o que equivale a dizer para os criadores, a adoção de tão errônea política.

7 — Sobre êsse particular, o Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, em carta que nos dirigiu, assim manifestou-se: "Sugerimos que seja mantida a tonelagem de charque — 2.000 toneladas — facultando-se-lhe o direito de ser o produto vendido também na praça do Rio de Janeiro, com a condição expressa de não poder ser exportado para o norte, sob nenhuma hipótese."

8 — Ainda as negociações com as autoridades uruguayas prevêm a entrada livre de direitos, no nosso país, de:

4.000 toneladas de carne bovina
6.000 toneladas de carne ovina
500 toneladas de couros

Sobre êsses itens, o Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes é de parecer que "poderá ser aumentada a quôta de carne ovina para oito mil toneladas", e quanto à carne bovina frigorificada "nada tem a objetar, dado a situação em que se acha o abastecimento do Rio de Janeiro e a impossibilidade do Rio Grande de solucionar, no momento, o suprimento de carne à Capital da República."

No que se refere a couros, declara ser "intransigentemente" contrário a qualquer importação de couros", pois "a produção do Estado é na sua quasi totalidade vendida para o exterior, e seria uma iniquidade permitir a entrada de um produto cujas sobras exportáveis são assaz ponderáveis".

A CARPA:

Peixe Flagelo que deve e precisa ser combatido

Em julho, 1948, durante viagem de estudos das condições do açude público "Itaberaba" (Itaberaba, Bahia), o autor desta introdução teve conhecimento de que,

"em Jequié, Bahia, o Sr. Grillo Lamberti está atualmente, com uma criação de Carpas, *Cyprinus carpio* Linnaeus. Isto se nos afigura um erro de consequências imprevisíveis para a economia do Estado da Bahia. A Carpa é um peixe condenado por toda parte onde foi introduzido. Nos Estados Unidos, na África do Sul, na Austrália, na Nova Zelândia, etc., a Carpa é considerada um flagelo; são envenenadas as águas em que ela vive, o transporte de exemplares vivos constitui crime passível de fortes multas e todos os técnicos consideram, com raras exceções, um tremendo erro a sua importação. Cumpre aduzir que a Carpa é um peixe asiático, domesticado há muitos séculos. Na América do Norte é considerado grave erro a sua introdução, o mesmo acontecendo na África do Sul, na Nova Zelândia, na Austrália, etc. No Brasil, de acordo com trabalho de Couchman (1883), data desse ano o primeiro transporte de Carpas vivas dos Estados Unidos para cá. Podemos, assim, considerar um ano negro para a economia brasileira o dessa mal avisada importação, decorrente da falta, em 1883, de conhecimentos da biologia dos nossos peixes e da possibilidade de seu cultivo racional". (palestra do autor na Associação Bahiana de Agronomia em 15 de julho de 1948; entrevista do autor à "A Tarde", Salvador, de 21-7-1948).

Outra referência sobre a desastrosíssima introdução da Carpa no Brasil é encontrada em Smiley (1885). No caso particular da zona seca do Nordeste e Leste do Brasil (hoje medindo 834.666 km., e interessando os Estados de Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais), Alberto Löfgren, descrevendo as condições de trabalho no Horto Florestal de Juazeiro, Bahia, diz (1912: 90):

"Com a entrada das águas do rio, vem uma grande quantidade de peixe e, como existem muitos lugares na margem do rio que apresentam as mesmas condições topográficas do Horto, apresentam-se as melhores condições para o início de uma piscicultura. Já temos a promessa formal de auxílio do Ilustrado Sr. Julio Conceição, abastada fazendeiro em S. Paulo, onde possui o maior estabelecimento de fructicultura no Brasil e o único de piscicultura, no qual presentemente está criando carpas européas, que pretendemos experimentar tanto em Juazeiro como em Quixadá".

Ao que parece, o projeto-ameaça de Löfgren — experimentar a Carpa em Juazeiro (Bahia) e Quixadá (Ceará) não foi concretizado. Felizmente para o Nordeste e Leste do Brasil,

RUI SIMOES DE MENEZES

Biólogo(a), Serviço de Piscicultura do D. N. de O. C. S. S. S.

pelo, caso houvesse sido introduzida na zona seca, a Carpa, hoje, teria inutilizado, completa e irremediavelmente, para todas as espécies amazônicas, o ambiente ideal das águas represadas.

Voltando ao perigo da expansão da Carpa nas águas do Estado da Bahia, infelizmente referido, podemos afirmar:

"Em resumo: a Bahia está diante de um grave perigo, com a criação e propagação da Carpa. Somente agora o Serviço de Piscicultura pode voltar sua atenção para o grande Estado do Leste do Brasil e oferecer sua modesta cooperação nos trabalhos urgentes de destruição da Carpa, cuja substituição é urgente e possível. Para isso, dispomos de excelentes espécies amazônicas, comprovadas na prática".

"Vejamus um caso objetivo: — a represa de "Bananeiras", mun. de Conceição da Feira, Rio Paraguaçu, Bahia. Informou-nos o Dr. Gastão Pedreira que a Carpa fóra ali introduzida em 1925, mas desaparecera sem deixar vestígios. Caso esta informação não seja demasiado otimista, devemos parabenizar a Cia. Energia Elétrica da Bahia — e também todo o povo bahiano — pelo fracasso da introdução da Carpa na represa de "Bananeiras". Após palestra mantida com aquele ilustre engenheiro, concluímos pela impossibilidade de introduzir o Pirarucu, *Arapia gigas* (Cuvier) (espécie amazônica que já tem atingido mais de 100 kg de peso e mais de 2 metros de comprimento total no açude "General Sampaio", Ceará, e que é particularmente indicada para o povoamento de grandes coleções d'água onde existe a Piranha, *Serrasalmo* sp, peixe carnívoro abundante no Rio Paraguaçu e na represa de "Bananeiras"). O Pirarucu costuma descer pelos sangradouros, galerias e barragens-submersíveis desprotegidos. Uma vez que tal proteção não pode ser assegurada na barragem submersível de "Bananeiras", impõe-se a indicação de outra espécie que efetue migrações em sentidos opostos — para cima e para baixo da barragem. Essa espécie é o Tucumaré, *Cichla* sp. Diga-se, de passagem, que a Piranha existente no açude público "Itaberaba" (Itaberaba, Bahia) — e, portanto, na bacia do Rio Piranha, afluente do Rio Paraguaçu — não é propriamente a Piranha e sim a Pirambeba (segundo Hart, nas pp. 435-439 da sua "Geologia e Geografia Física do Brasil", edição

de 1941, Cia. Edit. Nacional, S. Paulo, o nome "Pirambeba" é "evidentemente composto de duas palavras, tupis, piranha e peba, ou "piranha chata".), embora pertença ao mesmo gênero da Piranha — *Serrasalmus* — e tenha um regime alimentar muito semelhante — poisé também carnívora, isto é, iclíofaga". (palestra Associação Bahiana de Agronomia, em 15-7-1948).

Tanto mais inadequada e perigosa se nos afigura a criação da Carpa no Estado da Bahia quando considerarmos o prejuízo que daí advirá para as boas espécies de peixes locais e para as boas espécies amazônicas a introduzir, nas águas do Estado, brevemente, pelo Serviço de Piscicultura. Nas páginas que se seguem, traduzidas pelo autor, estão esclarecidos os males acarretados pela Carpa fora do seu continente de origem — Ásia — e do chamado apêndice geográfico da Ásia — Europa. É para essas páginas que chamamos a atenção de todos os interessados em evitar que, pela disseminação da Carpa no Brasil, desapareçam todos os bons peixes dos rios, lagos e açudes de nossa pátria. *A Carpa é um peixe flagelo que deve e precisa ser combatido.* Ao nosso ex-chefe e pioneiro da Piscicultura no Brasil, o grande brasileiro RODOLPHO VON HIERING, devemos a campanha contra a Carpa e sua difusão no Brasil. Infelizmente, só em 1947, e através das observações do eminente Prof. George S. Myers (Curator of Fishes, Stanford University, Cal., U.S.A.), tivemos um balanço preciso das desastrosas consequências da introdução da Carpa em nossa terra.

É necessário, diante deste balanço, emprender, imediatamente, em todo o Brasil, uma vigorosa campanha para liquidar a Carpa, tanto no Rio Paraná, que ela empestou, como nos tanques, viveiros e demais locais de criação — locais de onde ela poderá empestar as nossas bacias hidrográficas restantes, com prejuízos ainda muito maiores do que os consequentes do empestamento do Rio Paraná. Caso isto não seja feito agora, teremos, futuramente, de gastar somas colossais para destruí-la em inensos rios como o São Francisco, o Parnaíba, o Amazonas, etc. E o triste exemplo da Carpa nos Estados Unidos e o não menos triste exemplo do dinheiro que lá vêm gastando, desde muitos anos, para sua destruição — aliás cada dia mais problemática —, nos deverá servir de incentivo para liquidar essa praga enquanto é tempo e enquanto ela não tem oportunidade de empestar outros rios, além do Paraná, que se nos afigura inutilizado para sempre.

BIBLIOGRAFIA

- (1) COUCHMAN, J. W., 1883. *Transporting carp from the U.S. Fish Commission to Brazil*. "Bull. U.S. Fish Comm." 1882 (1883), 2: 382. — (2) LOFGREN, A., 1912. *Contribuições para a questão florestal da região do nordeste do Brazil*. Publ. n.º 18, Série I, A — *Investigações Botânicas, Inspetoria Obras Courta Secas, Rio de Janeiro*, pp. 1-124. — (3) SMILEY, C. W., 1885. *Notes upon fish and the fisheries*. "Bull. U.S. Fish Comm." 5: 65-112; 337-352; 465-469

Seleções Agrícolas

Diretor: Eurico Santos

Gerente: O. Assumpção

Superintendente: M. Nunes

PUBLICAÇÃO MENSAL

Propriedade de Editora Seleções Agrícolas Ltda.

ASSINATURAS

Brasil — Ano	Cr\$ 30,00
Exterior — Ano	Cr\$ 70,00
Número do mês	Cr\$ 3,00
Atrasado	Cr\$ 5,00

Redação e Administração: Avenida Nilo Peçanha, 26, 12.º
Tel. 32-6163 — Rio de Janeiro

ACEITAM-SE AGENTES NO INTERIOR

ATELIERS DE CONSTRUCTIONS ELECTRIQUES
de
CHARLEROI
S/A

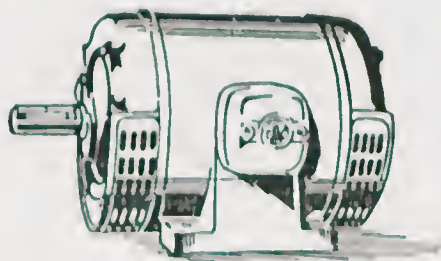
ESTABELECIDADA NO BRASIL DESDE
1924 — PRAÇA DA REPÚBLICA, 75
TELS. 22-4068 — 22-4898 — 42-7256
RIO DE JANEIRO



Fundada na Bélgica
EM 1850

Materiais Elétricos em Geral

TRANSFORMADORES
ALTERNADORES
DISJUNTORES --
MOTORES - BOMBAS
FORNOS ELÉTRICOS A.F.
para fundição
GRUPOS PARA
GALVANOPLASTIA



Material de Fabricação Belga

PARA PRONTA ENTREGA
OU IMPORTAÇÃO EM CURTO PRAZO

S. Paulo - R. Florencio Abreu, 474
P. Alegre - Rua Vol. da Pátria, 60

A Cultura de Trigo em Veadeiros

Dados Históricos

LUIZ C. DE GODOY.

Carlos Pennafiel, em um artigo publicado no "O Jornal" em 1929, afirma que o trigo fôra introduzido na Capitania dos Goiazes por uma família egípcia, pelo ano de 1738. Moisés Bandeira, natural de Arraias, mas antigo morador em Veadeiros e grande entusiasta de lavoura tritícola, confirma a veracidade dessa versão, que lhe fôra transmitida pelos seus antepassados.

Seja como fôr, em 1780, já existiam no jugado de Cavaleanti quatro engenhos de trigo; o de São Lourenço, que possuía Burradas Fontes, o de Bom Sucesso, que possuía Antonio Rodrigues Pereira, o de João Moraes e o de João Santos, dados estes extraídos da "Notícia Geral da Capitania de Goiás" manuscrito existente na Biblioteca nacional. No mesmo documento lê-se o seguinte e precioso trecho: "Os campos produzem trigo, milho, cana, mandioca, arroz e todos os mais vi-veres e legumes".

Saint-Hilaire, na sua obra "Viagens às Nascentes do Rio São Francisco" e pela Província de Goiás, feita em 1819, refere-se no "excelente pão que se faz com a farinha de trigo que vem de Santa Luzia, Meia Ponte e Cavaleanti, povoação mais setentrional que Vila Boa e cujos arredores são, dizem, muito favoráveis à cultura do trigo".

Segundo um artigo publicado pelo Dr. Schuur, a farinha de trigo de Goiás foi exportada pelo porto do Rio de Janeiro em 1850.

Em 1861, segundo uma estatística publicada no relatório do Presidente Alencastre, a exportação de farinha de trigo de Goiás fôz de 771 alqueires, sendo 512 pelo município de Cavaleanti.

O Visconde de Tauuay, na sua obra "Goiás", escrita em 1876, diz que a produção de trigo naquela época não passava de algumas centenas de alqueires e era cultivado em Santa Luzia, Meia Ponte e Cavaleanti e na Chapada de Fraíras. Nesse mesmo ano o trigo de Goiás, figurou na Exposição Internacional de Filadélfia.

Caullm Matos, Glazion, Gomes Carmo, Henrique Silva e muitos outros cientis-

tas e publicistas, fizeram referências especiais sobre o trigo de Cavaleanti e outras regiões do Planalto Central e exaltar as possibilidades dessa zona para tão útil cultura.

Em 1932, uma pleiade de jornalistas de nossa terra fundou o Bureau de Imprensa Goiana, através do qual se fez grande propaganda das nossas riquezas inexploradas, inclusive do trigo de Veadeiros.

Como resultante desses trabalhos, o então inspetor Agrícola Federal em Goiás, agrônomo Rafael Nogueira de Souza, instalou diversos campos de cooperação na chapada dos Veadeiros, os quais, em 1933 produziram 1.525 quilos de sementes de trigo de ótima qualidade e que analisadas pelo Moinho da Luz, revelaram um teor de 11% em glúten seco, sendo equiparados aos melhores trigos do mundo. Em 1934 os campos de cooperação de Veadeiros produziram 10.800 quilos de trigo em grão, mas infelizmente toda essa produção se perdeu por falta de transporte e de compradores. Em 1935 houve completo desânimo por parte dos triticultores, que desistiram de continuar com o plantio, com exceção de João Rabelo, que acompanhando uma tradição de família, continuou cultivando o nobre cereal até esta data.

A João Bernardes Rabelo devemos, portanto, a conservação da preciosa variedade de trigo Veadeiros, descendente do Medeah egípcio, e que há mais de dois séculos viceja nas terras do Planalto de Goiás, com uma invejável rusticidade, excelentes qualidades de panificação, alta produtividade, e o que é mais importante, completamente isento de ferrugem e de todas as outras moléstias criptogâmicas.

O trigo de Veadeiros foi introduzido na Subestação Experimental de Anápolis em 1913 e hoje é conhecida de todas as outras estações Experimentais de Trigo do Brasil e de algumas do estrangeiro.

A região de Veadeiros, ou por outra, a zona tritícola dessa privilegiada região de Goiás, abrange não só a Chapada dos

Vendeiros, situada no município de Cavalcanti, como parte dos municípios de Planaltina, Formosa e Niquelândia, com uma extensão aproximada de cinquenta léguas de comprimento por duas vinte de largura, entre os rios Tocantins e Paraná.

Ao contrário do que se supõe, essa zona é rica de matas de cultura, abundantes aguadas e ostenta verdejantes e ricas paisagens.

Sua altitude varia de 800 a 1.000 metros. Devido à amenidade do clima e fertilidade das terras, essa região tornou-se famosa pela cultura do trigo, que ali foi introduzido há mais de dois séculos. Além do trigo, cultivam-se ali também a cana, a mandioca, o arroz e o feijão e raros são os fazendeiros ou sítiantes que não têm em seu quintal plantações de laranjeiras, marmeleiros e outras espécies frutíferas.

O sr. General Djalma Poli Coelho, um digno Presidente da Comissão da escolha do local para a Nova Capital da República, em entrevista concedida à imprensa, não escondeu o seu entusiasmo pelo que viu e sentiu nesse pitoresco recanto de Goiás, que comparou à Suíça, pela sua beleza panorâmica e clima privilegiado.

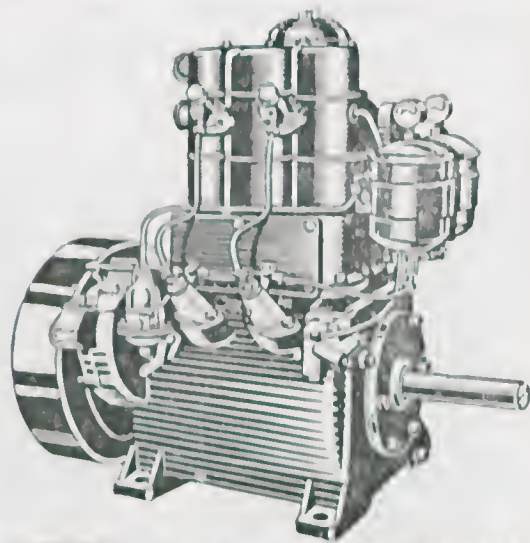
Em julho do corrente ano tivemos o prazer de visitar a Chapada dos Vendeiros, em companhia do Dr. Rafael Nioac de Souza, digno Inspetor Regional do Serviço de Expansão do Trigo.

As finalidades principais dessa viagem foram não só inspecionar os trigais ali existentes como também adquirir tôdas as sementes do precioso cereal, preservando-as da moagem, a fim de serem multiplicadas em novos campos de cultura.

O único trigal visitado foi o trigal denominada Buracão, pertencente ao Sr. João Bernardes Rabelo, visto os demais já terem sido colhidos.

O Sr. Bernardes é o mais entusiasta triticultor da região. Sua propriedade Moinho faz parte integrante da fazenda Bom Sucesso, cujo engenho de trigo foi instalado antes de 1780.

O seu sogro Florencio Bernardes cultivou trigo durante mais de 50 anos nessa fazenda, chegando a produzir mais de 80 arrobas de farinha em 1900. Falecendo em 1918, continuou com a cultura de trigo o seu filho Erminio Joaquim Bernardes.



DIESEL deve ser o seu MOTOR HALLETT

a sua marca

Assistência técnica eficiente e peças sabreas-
lentas como garantia de bom funcionamento

Distribuidores Geraes no Brasil

G. BORGHOFF & CIA.

R. Evaristo da Veiga, 130 - Tel. 42-3720
End. Telegr. Borgmagneta - Rio

Em 1933 houve também importantes culturas de trigo nas fazendas Salto, volta da Serra e Paraíso.

João Bernardes Rabelo iniciou a cultura do trigo em 1935 e nunca a interrompen até esta data.

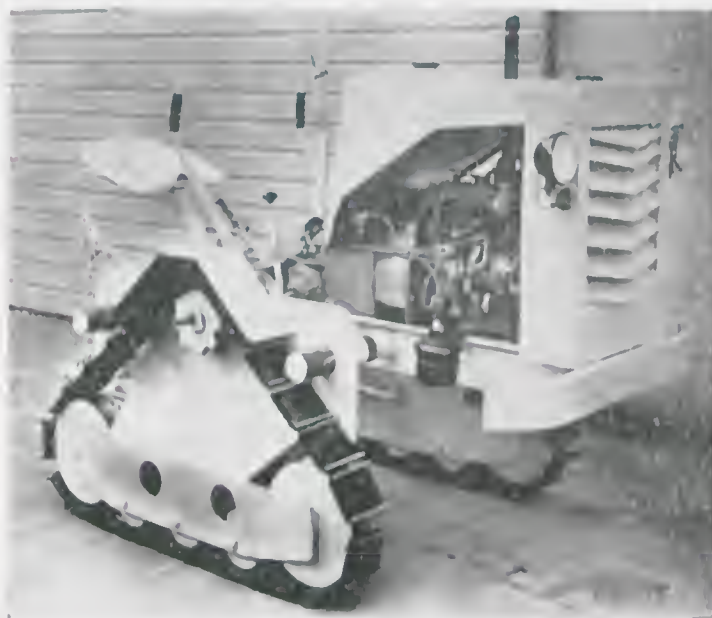
A plantação é feita em duas épocas, uma em outubro e outra em fevereiro, sendo esta a melhor. Antigamente as sementeiras eram feitas somente em outubro e novembro e como as flores do trigo são facilmente abortáveis em consequência das chuvaradas, havia anos em que as colheitas ficavam muito reduzidas, devido a grande quantidade de espigas. Os terrenos preferidos são os de capoeiras e palhadas.

As sementeiras são feitas em covas, a enxada, em distância de 30 a 40 centímetros, lançando-se umas vinte sementes por cova.

Em geral fazem uma só capina, depois de um mês de sementeira.

Depois de quatro e meio a cinco meses fazem a colheita pelo processo comum do arroz, ficando as palhas amontoadas na roça umitos dias antes de bater.

Tractores "Progresso Panther"



do tipo esteiras, especiais para os serviços da lavoura em geral — equipados com tomada de força.



Econômicos — Eficientes e de preço acessível



Solicitem Informes detalhados à Representante exclusiva no Brasil:

**CASA MAYRINK
VEIGA S. A.**

**17 — RUA MAYRINK
VEIGA — 21**

RIO DE JANEIRO

Até 1933 a batidura ou trilha era feita somente a vara, porém dessa época para cá os trilhadores têm utilizado uma trilhadeira mecânica, pertencente ao Ministério da Agricultura e que fôra levada pelo D. Nicac.

Uma vez trilhado o trigo é abanado a mão em pás e depois ensecado ou guardado em talhas, para depois ser moído nos moinhos de pedra existentes na região.

Quando visitamos o trigal do "Buração" o trigo já estava completamente maduro e um hora de colher. A nossa impressão foi magnífica. Fizemos logo um confronto com os inúmeros trigais que já tivemos ocasião de visitar — n vários Estados do Brasil e tiramos a conclusão de que o aspecto do trigal de Vendeiros, apesar dos métodos antiquados de cultivo, em nada era inferior aos outros, cultivados aliás com todos os recursos da técnica moderna, o que viuha nteslar o privilégio dessa região quanto n solo e clima, para a cultura do disputado cereal.

Com uma altura média de um metro e quarenta centímetros, perfilhamento de 5 a 15 colmos por pé e belas espigas

pendentes, sem nenhum vestígio de ferrugem, os trigos de Vendeiros não deixam de entusiasmar os mais céticos nas nossas possibilidades trigueiras.

Ainda um fator importante: além dos trigais de Vendeiros e de todo o Planalto Central de Goiás terem atravessado mais de dois séculos sem ataques da ferrugem ou de qualquer outra moléstia, ainda estão livres da geada e do gafanhoto, flagelos estes muito comuns na Argentina, nosso principal fornecedor de trigo.

No nosso próximo artigo, falaremos sobre os campos de cooperação de trigo que serão instalados naquela região em 1948, bem como nas medidas que devem ser tomadas pelo Governo, para maior incremento da produção trigueira em Goiás.

O Dr. Admar Lopes da Cruz, Diretor do Serviço de Expansão do Trigo, acompanhado do Dr. Nicac de Souza, Inspetor Regional da S.E.T., e do Dr. Joaquim Ferreira de Carvalho, falecido há pouco mais de dois meses em um desastre de barca no Rio das Almas, visitou as culturas de trigo "Vendeiros" na Sufestação de Anápolis, em Goiás, e na Fazenda Monjolinho, Município de Corumbá de Goiás.

Consultas e Informações

Respondendo à consulta de um nosso consórcio do Distrito Federal, temos a informar:

a) — a grumichama floresce e frutifica bem no Estado do Rio e no Distrito Federal.

b) — a grumichama é, realmente, chamada, cereja brasileira.

c) — são muito apreciadas as grumichamas de polpa branca, de polpa rosa e de polpa vermelha.

Plantas ornamentais para lugares sombreados

Esclarecendo à Sra. V. S., do Distrito Federal, temos a informar que são muito indicadas para lugares sombreados, as seguintes plantas ornamentais: avencas, tinhorões, samambáias, marantas, gloxí-nias, etc.

Cursos Práticos de enxertia

Respondendo à um nosso consórcio do Estado do Rio, temos a informar que a Escola de Horticultura Wenceslão Bello, mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura, mantém, em colaboração

Eng. Agr. **GERALDO GOULART DA SILVEIRA**

Consultor Técnico de "A Lavoura"
Variedades de Grumichamas

com a Fundação Getúlio Vargas, Cursos Práticos de Enxertia, ministrados aos domingos, pela manhã. No corrente ano, por exemplo, foram ministrados na referida Escola, dois Cursos Práticos de Enxertia.

Adubação da jaboticabeira

Respondendo à consulta do Sr. A. C., do Estado de Minas Gerais, indicamos a seguinte fórmula para a adubação da jaboticabeira

superfosfato	500
cloreto de potássio	300
salitre	200

O consulente deve aplicar no adubo distribuindo-o em um sulco aberto em torno da planta, na projeção da copa sobre o solo.

Hime Comercio e Indústria S. A.

5 2 — R U A T E Ó F I L O O T O N I — 5 2

Caixa Postal: 593 — Endereço telegráfico: "FERRO" — Telefone: 23-1741 — RIO DE JANEIRO — DEPÓSITO DE FERRO E AÇO —

RUA SACADURA CABRAL Ns. 108 e 112 — Tels.: 43-6282 e 43-0396
ELECTRODOS PARA SOLDA ELÉTRICA "ACTARC"

AGENTES DA CIA. BRASILEIRA DE USINAS METALÚRGICAS

Com altos fornos para produção de ferro gusa, grande laminação de ferro e aço em barras, vergalhões e cantoneiras, fundição de ferro e bronze, fabricação de parafusos, rebites, porcas, tirefonds e grumos para trilhos, tuxas para engenho, ferros de engomar, balanças e pesos, lonças de ferro fundido, pins e lavatórios, esmaltados, bombas, etc.

AGENTES GERAIS DA COMPANHIA BRASILEIRA DE FÓSFOROS

15.^a Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados (S. Paulo)

Como falou o Ministro Daniel de Carvalho, representando o Presidente da República, no ato inaugural d'esse certame.

Foi o seguinte o discurso pronunciado pelo Ministro da Agricultura, no ato inaugural da XV Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados, representando o Presidente Eurico Dutra:

"Senhores:

Quando as mudanças se processam dia a dia sob as nossas vistas, o seu gradual avanço não deixa geralmente perceber que se estão realizando, de sorte que o espectador inadvertido se inclina sempre a pensar que a situação permanece a mesma.

Há pouco menos de dois anos, e apenas dois dias após haver assumido o exercício do cargo, inaugurava, neste mesmo recinto, a XIII Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados, confiada pelo Governo da República à administração do Estado de São Paulo, que a promovia por intermédio de sua Secretaria de Agricultura, em colaboração com o Ministério da Agricultura.

Agora, ao voltar aqui para instalar a XV Exposição, recordando as palavras então pronunciadas, não faço ao confronto das duas situações, a passada e a atual, mas, ao contrário, valho-me da oportunidade para pô-las uma ao lado da outra, a fim de permitir o julgamento da opinião pública.

Esse confronto importa em uma prestação de contas, que os administradores, em um país democrático, devem amoldar perante o povo, menos para contentar a própria consciência do que para provocar a ajuda e a crítica construtiva dos seus concidadãos.

Ao investir-me, naquele ano, de responsabilidades administrativas, entrei em contato direto com as negras condições em que se debatia a pecuária brasileira — sem sal, sem arame farpado, sem transportes, sem sementes de plantas forrageiras, sem lortas, farelos e alimentos concentrados, sem vacinas contra as zoonoses, sem reprodutores exóticos de alta estirpe, por estar suspensa a importação e ainda sem financiamento, devido à derrocada bancária do zebu fino.

A peste suína dizimava os rebanhos porcinos e determinava escassez da banana. Ermos obrigados a importar do estrangeiro gorduras para o consumo e vacinas cristal violeta para debelar a peste. Faltava leite, carne e mantega nas grandes metrópoles. O desalento começava a infiltrar-se, em algumas zonas, nas fileiras dos nossos bravos trabalhadores do campo.

Atualmente, se o quadro não mudou por completo, pelo menos se apresenta bem diverso, havendo desaparecido o sombrio das suas cores, que agora despertam confiante expectativa.

Há abundância de sal, de vacinas, de sementes de forrageiras. Há perspectivas de

maior suprimento de arame para tapumes. Os transportes interiores experimentaram sensíveis progressos em sua eficiência, tanto pelos melhoramentos das linhas e do material rodante das estradas de ferro, quando pela entrada em circulação de mais de 2 mil novos caminhões, acontecendo que algumas estradas de ferro já se queixam da falta de mercadorias em face da concorrência do sistema rodoviário.

A importação de reprodutores finos, destinados ao melhoramento do gado leiteiro e de corte, recomeçada naquela ocasião, foi muito incrementada nestes dois anos. Só por iniciativa do Ministério da Agricultura, entraram no país 371 reprodutores, em 1947, e 319 no corrente ano, procedentes dos mais afamados plantéis da Europa, Estados Unidos, Canadá e Argentina. Nos melhores plantéis nacionais, foram adquiridos 756 reprodutores destinados a revenda, especialmente no Norte e Nordeste, onde os rebanhos se ressentem particularmente da falta de bons reprodutores para elevação dos índices qualitativos da produção.

No financiamento das aquisições feitas para cessão aos criadores, ao preço do custo e a prestações, dispendeu o Governo Federal, neste biênio, 22 milhões de cruzeiros, visando, com as compras de animais selecionados no país, concorrer, com a mais acertada contribuição, para o descongestionamento das criações de gado fino atingidas pela derrocada a que há pouco aludi. Estimulados pelo Ministério da Agricultura ou movidos por sadia emulação, criadores do sul e do norte do país também fizeram importações e compras diretas, registrando-se, como um dos acontecimentos sugestivos nesse domínio, a remessa de uma partida de zebu do Triângulo Mineiro para o Território do Acre, por via aérea.

Por outro lado, verificou-se considerável desenvolvimento nos serviços das fazendas e postos de criação, disseminados pelas diversas regiões do país, bem como a extensão de seus trabalhos em área de dois mil postos de monta provisórios em fazendas particulares.

Por intermédio do Instituto de Zootecnia, que atua diretamente ou em colaboração com Estados, Municípios e associações de classe, o Ministério da Agricultura intensificou o emprego da inseminação artificial, meio comprovadamente eficiente de utilizar ao máximo reprodutores de alto valor genético. Mais de cem mil fêmeas de ovinos e bovinos foram inseminadas a partir do ano findo, e prossegue, crescente, esse trabalho de aperfeiçoamento racial, cujos resultados não de patentear-se, com importante repercussão econômica, em futuro próximo.

Para conhecimento de certos aspectos da atuação do Ministério da Agricultura em prol da pecuária nacional, têm o governo e o povo do Estado de São Paulo o testemunho da Fazenda Experimental de Cancheta, no município de São Carlos, que recebeu, nestes dois anos, além de suas dotações normais, recursos no valor de mais de quatro milhões de cruzeiros.

ros para melhoria e ampliação de suas modernas instalações.

Dispondo de um efetivo de 970 cabeças de diversas espécies, entrega-se ao estudo e à solução de vários problemas de interesse zootécnico, cujos resultados, uma vez obtidos, devem passar, pelo ensino e pela propaganda, à aplicação prática. Relativamente a suínos, cabe salientar o seu êxito na seleção de tipos das raças locais com alto rendimento industrial. Quanto a bovinos, merece referências a formação de uma raça de corte, a base de cruzamento do charolês com o zebù, excelentemente adaptada a criação no Brasil Central, cujos exemplares apresentam índices de precocidade traduzidos em pesos médios de 170 a 200 quilos, na idade de 6 meses, e de 300 a 350 quilos, na idade de 18 meses.

Ao contrário do que acontecia, existe hoje leite suficiente para o abastecimento dos grandes centros e se desenvolve a indústria de laticínios pela necessidade, em que se encontram muitos produtores, de aplicar sobras de leite *in natura* nas manufaturas de queijo, manteiga, leite em pó e condensado, leitelhos, caseína e outros subprodutos.

Sem falar no aumento do rendimento *per capita* do gado leiteiro e da conseqüente industrialização do leite, que constituem programas a longo prazo, o problema imediato, neste assunto, do interesse quotidiano dos consumidores, passou a ser sobretudo do domínio do transporte e distribuição.

A continuidade do ritmo de progresso da pecuária, que se não deixou abater pelo desânimo em face das vicissitudes, há de concorrer para pôr termo às restrições, ainda vigentes, ao consumo da carne, aliás consideravelmente aumentado com a supressão do racionamento.

Além de medidas temporárias de disciplina da matança e industrialização, está provado ser indispensável à regularidade do abastecimento, a construção de matadouros industriais nas fontes de produção, para o melhor da safra no momento oportuno, e de uma rede de armazéns frigoríficos para conservação e posterior redistribuição na fase de entre-safra, o que foi objeto de Mensagens do Poder Executivo ao Congresso Nacional.

De par com a referida vantagem, os matadouros industriais localizados no interior trarão ainda a de estimular, com a sua presença e o seu exemplo, o aproveitamento racional das matérias primas nos estabelecimentos abatedores, sobretudo nas charqueadas e nos matadouros municipais.

Consultando-se a estatística, ver-se-á que o desperdício de resíduos nos referidos estabelecimentos corresponde anualmente a um prejuízo de centenas de milhões de cruzeiros e priva o país de obter, em maior escala, fertilizantes orgânicos necessários à agricultura, adubos para animais e matérias primas utilizadas por várias indústrias.

Com o objetivo de reduzir, ao mínimo possível, esse desperdício, o Departamento Nacional da Produção Animal do Ministério da Agricultura estabeleceu um plano de aproveitamento e preparo dos subprodutos naqueles estabelecimentos, destacando sua importância, a nomenclatura das instalações e aparelhagem e a técnica de fabricação, o rendimento obtido e o preço de custo provável da aparelhagem. Os primeiros resultados dessa iniciativa já se

vêm fazendo sentir em várias charqueadas do centro do país, as quais, além da produção clássica de charque, couros e sebos, preparam também farinha de sangue e ossos, óleos de mocotó, adubo, ossas a granel, etc., demonstrando, desse modo, a evolução das suas características outrora rudimentares.

Esse êxito parcial está longe, porém, de bastar, pelo que cumpre procurar ampliá-lo, até que assumam as proporções que pode ter pelo concurso não só da ação esclarecida de outras empresas particulares como do incentivo das demais esferas administrativas.

Não quer, por isso, perder o ensejo de renovar daqui o apêlo dirigido aos Governos estaduais e municipais no sentido de que medidas idênticas sejam adotadas pelas Secretarias de Agricultura nas fábricas sujeitas à inspeção estadual, notadamente nos matadouros municipais, onde o desperdício assume maiores proporções.

Tão pouco posso deixar de referir-me agora a um dos assuntos que, com toda razão, mais abalaram o país nestes últimos tempos, o da defesa sanitária animal, trazido à baila e ao conhecimento geral sobretudo pela grave ameaça que pesava sobre o nosso rebanho em 1946 — a da peste suína.

Tem o Ministério da Agricultura alcançado progressos sensíveis no estudo e combate à febre aftosa, à brucelose, à raiva, às ecto e endoparasitoses e afinal atacou, vitoriosamente, a peste que pudera disseminar-se, no curso da primeira década de sua incursão, em extensas regiões do país.

Só em 1946, quando foi invadido o Vale do Paranapanema na fronteira São Paulo-Paraná, levantaram-se as primeiras barreiras visando impedir o afastamento para o sul do país, onde estavam e ainda estão as maiores contingentes de suínos.

Dispondo de escassos recursos financeiros e restrito pessoal, o Ministério da Agricultura articulou-se com os Estados interessados, conseguindo sustar, durante quase um ano, a marcha da virose para o sul. São indesejáveis as cadelas e o sacrifício exigidos para estabelecer uma larga faixa de proteção e barrar a marcha da virose. Sem olhar sacrifícios, enfrentando toda a sorte de obstáculos, inclusive a incompreensão, foi possível manter durante longos meses a doença adstrita ao Vale do Paranapanema, protegendo as criações do sul do Paraná e Santa Catarina. Infelizmente, provinda do Território das Missões, na Argentina, a peste suína invadiu a fronteira Paraná-Santa Catarina, região que estava, então, inteiramente desguarnecida de proteção sanitária.

Além da falta do pessoal e recursos financeiros, não havia vacinas e a pequena quantidade fabricada revelou-se ineficiente para proteger os rebanhos. Durante todo o ano de 1946 foram aplicadas apenas 400.000 doses de vacinas cristal violeta, ocorrendo que muitos animais vacinados contraíram a doença.

Em 1947, foram estabelecidos os testes de eficiência para liberação da vacina e aplicadas 900.000 doses em torno dos focos para evitar a propagação. Em dezembro daquele ano, obtive o Ministério da Agricultura um crédito especial de Cr 12.000.000,00 para combater a peste suína e já no primeiro quadrimestre de 1948 havia aplicado 2.000.000 de

doses de vacinas, silenciando 95% dos focos existentes.

Como decorrência do desfalque produzido pela peste suína no nosso rebanho, defrontava-se o país com a escassez de banha, dando-nos, bem ao vivo, um exemplo de como o problema sanitário da defesa animal está ligado ao problema econômico do abastecimento.

O Ministério da Agricultura promoveu, então, a vacinação de porcos magros, ditos enutos, e, decorrida a fase negativa da vacina, encaminhava-os para as zonas de engorda onde abundavam as safras de milho.

Com essa providência o Estado do Paraná, que, antes da invasão da peste suína, abatia 230.000 porcos e exportava 550.000 para São Paulo e Rio de Janeiro, pôde retornar ao mercado de 1947, abatendo 115.700 porcos e exportando 400.000.

No Estado de Santa Catarina, nas regiões ameaçadas pela peste suína, fez o Ministério da Agricultura escoar os animais gordos para as fábricas, industrializando-os antes que fossem atingidos pela virose. Esta medida teve o duplo efeito de facilitar a profilaxia e garantir maior produção de banha. Santa Catarina, ao invés de 250.000 porcos, montante normal de suas safras, abateu, no ano findo, 340.000, produziu 14.000 toneladas de banha ao invés de 8.000 toneladas que somavam sua produção anual média.

Pôde o Ministério da Agricultura fazer desaparecer as longas filas de banha, ao mesmo tempo que silenciava a peste suína em uma área quase tão extensa quanto toda a Europa, excluída a Rússia.

Ainda em 1947, importávamos vacina cristal violeta. Em 1948, dois anos após a campanha iniciada pelo Ministério da Agricultura, o Brasil contava 12 estabelecimentos produtores e é, atualmente, no mundo, o maior produtor de vacina cristal violeta.

Também deu o Brasil ao mundo a maior demonstração da aplicação em larga escala dessa vacina como base de uma campanha

de erradicação da peste suína. E' cedo ainda para qualquer conclusão. Tudo indica, entretanto, que tomou uma diretriz certa, afastando-se dos processos adotados por outros países.

Ao recapitular esses passos e resultados da ação administrativa, faço-o impellido pela noção do dever, ante a inevitável recordação do encontro anterior, esperando ser compreendido por quantos aqui se encontram com o espírito festivo bem justificado pela magnitude desta mostra de trabalho e progresso.

Cumpro, dessa forma, uma das diretrizes de governo do General Eurico Dutra, executada por S. Excia. com a noção da honra e a sobriedade que jamais lhe deixam ceder às tentações de demagogia. Entre as muitas e grandes tarefas que solicitam a dedicação dos responsáveis pelo poder público, é licito apontar lealmente as que estão sendo executadas, na medida das possibilidades, com real proveito.

Os que se dedicam ao desenvolvimento da nossa indústria pastoril têm as provas de colaboração do Governo da República no setor de suas atividades e podem estar certos de que essa colaboração cresce e se aprimora na diligência cotidiana de servir ao Brasil.

Com todos os seus "stands" ocupados, nêles se alinhando 475 bovinos, 170 equinos, animais domésticos de outras espécies no total de 234 exemplares, e mais 350 aves, vindos de diferentes Estados, esta Exposição possui bem nítidas as linhas do seu caráter nacional. Neles ressalta, porém, a notável contribuição da inteligência e do vigor que distinguem o trabalho dos paulistas em qualquer domínio de atividades a que se dediquem.

Cumpro, jubiloso, a honrosa incumbência de declarar inaugurado este certame, renovando aos brasileiros, cujo fecundo labor aqui se representa, a confiança que o Senhor Presidente da República deposita no seu patriotismo, a que se deverá um opulento quinhão de grandeza futura da terra comum!"

MORENO BORLIDO & CIA.

CASA MORENO

(Fundada em 1830)

Cirurgia, medicina, bacteriologia, agronomia, engenharia, química, ótica, cutelarie, eletricidade, drogas e produtos puros para laboratórios.
Distribuidores da PICKER X — RAY CORPORATION

142 — RUA DO OUVIDOR — 142

Tel. CASAMORENO — Tel. 42-4185 — Caixa Postal 735

RIO DE JANEIRO

Filiais:

BELO HORIZONTE — (MINAS GERAIS)

464 — AVENIDA AFONSO PENA — 464

SÃO PAULO:

RUA D JOSE DE BARROS, 152 - 8.º ANDAR

Latifundio e Mecanização

Edgard Teixeira Leite

Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

O combate ao latifúndio, como causa principal do nosso atraso agrícola, é um dos lugares comuns dos que se ocupam no Brasil com os problemas da produção.

Partindo de uma idéia socialmente certa e justa, de que se deve facilitar o acesso à propriedade da terra ao maior número de nossos patrícios, os partidários do minifúndio chegam a conclusões erradas, atribuindo o decréscimo da produção à detenção, em poucas mãos, de grandes áreas. Na verdade, não é razoável que, num país com milhões de hectares cultiváveis, esta enorme extensão territorial esteja nas mãos de apenas cerca de 1.800.000 brasileiros, quando cerca de 30.600.000 vivem nas zonas rurais.

Mas daí a pensar que apenas pela divisão das grandes áreas, compulsoriamente, por medidas drásticas, ou por medidas indiretas, se possa resolver o problema da produção é procurar dar ao problema sobremodo complexo, solução simplista. Examinando o problema, em sua exata medida, sem idéias preconcebidas, chegaríamos a conclusões bem diversas. A decadência da nossa produção não vem do latifúndio. E a melhor prova é que quando ele predominava, em sua plena força, como modalidade na propriedade da terra, a nossa produção agrícola, *em relação à população, era bem maior.*

É preciso, na verdade, não esquecer que o aumento da produção de bens de consumo, de origem agrícola, é apenas aparente, pois a nossa população tem crescido muito.

Se possuíssemos no campo agrícola estatísticas exatas, quando a produção por hectare, veríamos que elas *decrecem*, em quase todos os gêneros de produção. Na realidade o que tem concorrido para a queda da nossa produção agrícola propriamente dita, é a alarmante redução da fertilidade no nosso solo. Basta lembrar o café, cujo deliquio deve constituir motivo de preocupação para o governo e razão de medidas urgentes. Assim, a simples divisão da terra, *sem que se aumente a produtividade do solo*, não trará aumento da produção. Antes, no

contrário. O restabelecimento da fertilidade se processa, nos países da agricultura rotineira, deixando a terra em pousio.

Esgotada a fertilidade remuneradora, o agricultor abandona, por dois, três e mais anos, as terras causadas e explora novas áreas. Assim, por processo primitivo, consegue fazer lavoura compensadora.

Para isso, é necessário possuir grandes áreas disponíveis, como aliás ocorre em todos os países de lavoura atrasada. Se a propriedade fosse reduzida ao mínimo, como realizar este sistema de recuperação da fertilidade?

O minifúndio está aliás sendo combatido nos países de cultura altamente industrializados. Na França há medidas, de ordem econômica, com legislação especial, para a agregação das pequenas parcelas, isto é o combate ao minifúndio, reconhecido como foi que as pequenas áreas são um empecilho para a cultura racional, isto é: o emprêgo de meios mecânicos para a série de operações que constitui a indústria agrícola, desde a lavra do solo, a semeadura, nos tratos culturais, à colheita e ao beneficiamento da produção.

Nos Estados Unidos, o mesmo ocorre, de modo ainda mais evidente, como demonstração de que o mal não é a grande propriedade.

E a prova é que naquele país o número das pequenas propriedades tem diminuído e a produção aumentado enormemente.

Em 1910, 30.175.206 habitantes viviam em 6.096.700 propriedades agrícolas, nos Estados Unidos.

Oito anos depois, este número caiu para 25.000.000. A área média da propriedade passou de 160 acres em 1910 para 200 em 1918.

Apesar desta considerável redução da população agrícola e do aumento da área da propriedade, a produção cresceu vertiginosamente.

Hoje, para a mesma área de terra cultivada cerca de 360 milhões de acres, são

necessários um milhão e meio de operários a menos, e os Estados Unidos estão batendo, este ano, o seu maior recorde em safra garícolá, de todos os tempos. Milhares de agricultores estão procurando aumentar a área de suas propriedades, a fim de poderem completar a industrialização das culturas.

Está verificado que as pequenas propriedades não podem suportar a mecanização. O que o lavrador ganha *em tempo* perde na realidade, pelas despesas gerais e juros, pois as pequenas áreas não comportam tratores que trabalhem muitas horas por ano.

Dai a tendência para a reconstituição da grande propriedade. Se é certo que nos Estados Unidos, onde as máquinas agrícolas custam relativamente barato, a questão precisa ser examinada com atenção e cuidado, que dizer do Brasil, onde os tratores e implementos agrícolas atingem preços inabordáveis?

Não é possível que se queira pensar no Brasil em fazer a agricultura *com cuidado*. Temos de agir — com programa seguro — no sentido de substituir o trabalho manual por meios que aumentem a eficiência de nossa mão-de-obra caminhando seguramente para a industrialização agrícola. Temos que pensar seriamente em mecanização agrícola, racionalmente praticada, isto é: com material adequado à natureza de nossas terras e à área topográfica, às condições de nosso operário agrícola. De outro modo, com a população que está crescendo rapidamente (o Brasil tem dos maiores índices de natalidade do mundo), devemos optar em dois caminhos: ou baixar ainda mais o já miserável padrão alimentar do brasileiro, ou abrir a alfândega, para buscar no estrangeiro a alimentação, como aliás já sucede com o mais popular e generalizado dos alimentos — o pão.

Temos que realizar um esforço deci-

Almeida Comércio e Indústria de Ferro Ltda.

Succ. de L. B. DE ALMEIDA & CIA.
Distribuidores da Cia. Siderúrgica Nacional

RUA DOS ARCOS NS. 28/42

Fundição de Ferro e outros metais —
Oficinas mecânicas em geral — Fogões a gás e lenha, marca "PROGRESSO" —
Prensa para ladrilhos e escritório

Cadeiras para dentista "ALMEIDA PINHO" — Cadeiras para barbeiro

Bancos para jardim e bengaleiros de ferro fundido em ornatos

IMPORTADORES DE:

Chapas de ferro pretas, galvanizadas e corrugadas para portas

FERRO EM BARRAS — VERGALHÕES — CANTONEIRAS — T — U e EIXOS PARA TRANSMISSOES

Tubos de ferro galvanizados, pretos, vermelhos e de aço para caldeira

TELEFONES: Armazem — 22-0409, 22-1718, 22-2748 e 22-1584, Escritório Técnico — 42-4675, Contabilidade — 22-1342 e 22-2549.

dido, inteligente, no sentido de aumentar a produção. Para isso, além de outras práticas, é indispensável a mecanização acelerada da nossa lavoura.

Para tanto, devemos examinar a repercussão que, num país de pequenas áreas planas, em cada propriedade, teria a pulverização da propriedade. Idéias simplistas e medidas unilaterais são sempre perigosas, notadamente no campo da economia aplicada.

("Correio da Manhã"), 17-11-48).

LAVRADOR! CRIADOR!

Fortalece a tua classe inscrevendo-te na "Associação Rural" do teu Município. Se esta não existir ainda, funda uma, dentro dos moldes do decreto-lei 8.127, de 24 de Outubro de 1945.

A Secretaria da S.N.A. te prestará todos os esclarecimentos a respeito.

O Cacáu

encarado per um produtor brasileiro

De passagem por Nova York e em visita ao Escritório de Expansão Comercial do Brasil em Nova York, o dr. Filogônio Peixoto, um dos agricultores de cacáu brasileiro, na Bahia e no Espírito Santo, que mais se tem destacado, em nosso país, pelos conhecimentos especializados que possui deste produto e que representou a nossa lavoura cacauelra no Congresso dos Produtores de Cacáu realizado em Londres, em 1924, prestou as seguintes declarações a respeito do importante problema do cacáu, de que tratou o Boletim Americano n. 600, de 24 de junho, do Escritório referido:

"A situação do cacáu nos mercados consumidores, na hora que passa, deve ser acompanhada de perto pelos centros produtores. O cacáu é um produto considerado de terras escassas, o que vale dizer não haver no mundo inteiro terras bastante extensas de condições climáticas favoráveis, capazes de suprir os mercados na proporção de suas necessidades de um alimento sintético, rico de purinas, opulento e sobretudo agradável a todos os paladares, como é o cacáu.

As especulações comerciais, sempre egoístas, não puderam ainda contrariar a supremacia da antiga lei da "oferta e da procura". E aí está a marcha ascensional das cotações do cacáu, sem dúvida, como uma consequência desta velha lei comercial.

No Brasil, a situação da lavoura cacauelra fôra, por muito tempo, sobretudo angustiosa. Os preços ínfimos alcançados pelo cacáu, há poucos anos passados, impediram a formação de novos cacauais e até de cuidados especializados para a boa apresentação do produto nos mercados consumidores. O governo, no propósito de estabelecer, durante a guerra, inteira cooperação com os seus aliados, vendera aos Estados Unidos, a preço baixo e, por espaço de 5 anos, todo o cacáu de sua produção. Allás, êste preço, a princípio, era compensador tornando-se em seguida, pouco a pouco, mais do que insuficiente para atender às mais prementes necessidades da lavoura. Todos os artigos imprescindíveis aos fazendeiros eram cada dia mais caros e, por vêzes, inacessíveis a eles. A mão de obra emigrava, a miludo, para os centros de melhor paga. A par desta subida no custo da vida nos campos, que corria paralela à subida do custo da vida nas grandes cidades do Brasil, cujo nível alcançou o mais alto algarismo dos países afetados pela guerra, encarecia, também, o custo do transporte do cacáu das fazendas para os pontos de embarque numa proporção de cinco a oito vêzes velma do custo anterior. Só os que mourefam nos campos e nas fazendas distantes do nosso Brasil é que sabem o valor de tais situações infelizes...

A posição do cacáu nos mercados consumidores representa, no momento, apenas justa compensação aos prejuízos que foram impostos aos lavradores de cacáu, anos a fio, por aquela política imprevidente. O cacáu fôra o único produto brasileiro que não logrou as devidas compensações, naquela época, de um-

pla prosperidade nos demais setores da nossa vida econômica.

Vale, também, considerar o aumento extraordinário do consumo do cacáu, nestes últimos anos, enquanto pragas e doenças vem dizimando plantações, fazendo decrescer espantosamente a produção mundial deste produto. Portanto, não se justifica a campanha, não só dos comerciantes como dos industriais do cacáu, em face dos preços atuais deste produto. Os mercados possuem agora menos cacáu que necessitam para satisfazer as exigências do seu consumo! E é tudo! Os altos preços incentivarão novas plantações e a sábia lei da "oferta e da procura" voltará, continuando o mercado livre a manter, em perfeito equilíbrio econômico, a lavoura deste produto que constitui uma próspera fonte de renda do Brasil.

Entretanto, sabemos nós, precisamos tomar providências compatíveis com o interesse do produtor, do comerciante, do industrial e do consumidor, num entendimento digno e razoável para não termos, no futuro, a lição que já aprendemos, no passado, com o próprio cacáu e outros produtos nossos...

O Brasil possui uma notável instituição (Instituto do Cacáu da Bahia) que fora por longos anos desviada da sua finalidade primordial, que era a de proteger a lavoura, educar o lavrador no sentido da boa produção e assegurar-lhe a melhor apresentação e colocação do seu produto nos mercados consumidores, fugindo às especulações perigosas para salvarguardar os interesses dos lavradores de cacáu. Agora, porém, o Instituto tem à sua frente um homem capaz de promover e prever melhor política em benefício dos interesses da nossa lavoura cacauelra.

Diante do que observei e estudei aqui, na visita que fiz à Bolsa de Cacáu, de Nova York, deve ser ponto principal do Instituto manter, neste mercado, o maior consumidor do mundo, um representante que seja bem relacionado e profundo conhecedor do ambiente americano e capaz de zelar e estar atento aos problemas do cacáu, nos seus menores detalhes, porque êtes são de grande interesse para a nossa lavoura. Somente à custa de muita abnegação e patriotismo é que se pode conseguir, num ponto dessa natureza, uma pessoa ciosa dos seus deveres e perfeitamente integrada nas responsabilidades que representam o estudo destes problemas para o equilíbrio da prosperidade que atualmente existe em nossa lavoura cacauelra. Assim conseguiremos, estou certo, desenvolver uma política sábia e capaz de obter os elementos que assegurarão no nosso cacáu a mais absoluta igualdade de preços junto aos produtos da concorrência.

Levo para o nosso país a agradável impressão obtida no contato que tive com o Escritório de Expansão Comercial do Brasil, pela sua notável cooperação em prol dos nossos interesses econômicos, marcando uma feliz etapa no intercâmbio comercial com o maior mercado consumidor de cacáu do mundo. O completo estudo publicando no BOLETIM AME-

Sugestões Para a Organização Agrária Fluminense

Eng. Agr. Arthur Oberlaender Tibau

Sou visceralmente contra medidas de caráter revolucionário.

Não creio nas conquistas estáveis da civilização e nas conquistas do progresso humano a não ser pela evolução natural. Evolução bem orientada no sentido do bem estar dos povos, perfeitamente sincronizada com as normas educativas, quaisquer que sejam as atividades em vista. Assim sendo, as idéias que tentarei explicar, enquadram-se, segundo o meu modo de ver, nos princípios acima estabelecidos — e não haverá nenhum receio de consequências menos aconselháveis.

Evidentemente não podemos forçar a solução dos problemas demográfico-econômicos, apenas por efeito da ação de decretos mais ou menos bem fundamentados e estudados em teorias alienígenas e geralmente elaboradas por quem não conhece e muito menos por quem não sinta a nossa situação agro-demográfica e as suas consequências social-econômicas.

Temos que nos ater à nossa situação real e à nossa formação agrária, tomando na devida conta todos os fatores que as caracterizam. Geralmente não precisamos inovações para resolver as questões dessa natureza — Basta, na maioria das vezes, melhor investigação da nossa evolução histórica e lá encontraremos os meios de dirimir as dificuldades, e alcançar os propósitos em vista.

Sou agrônomo tarimbado, e por força das minhas atividades profissionais, sempre atuei muito próximo nos agricultores e habituei-me a ver os seus problemas pelo mesmo ângulo. Pude assim avallar quão numerosos e variados são os fatores dos quais depende a produção e consequentemente, o grau de com-

plexidade a que estão sujeitas as regras que regem a sua evolução.

A complexidade gera a dificuldade de análise, de discriminação, de planejamento e da execução. Daí a inevitável e prejudicial superficialidade com que são encaradas as questões e a resultante quase estagnação da nossa evolução agro-pecuária.

No estágio atual da civilização, não podemos esperar o sucesso agro-econômico de uma nação que pretendesse evoluir baseada em trabalho de párias.

A Nação só é rica quando são convenientemente aquinhoados os seus produtores, principalmente os produtores primários, aqueles que de fato, com o seu labor mobilizam, transformam e multiplicam as forças da natureza e constroem a riqueza base de um país com as características físicas do nosso.

A eles, ao binômio econômico social, constituído pelo possuidor da gleba e o que a trabalha, devemos conceder prioridade absoluta quanto à reivindicação de suas aspirações, mesmo quando ainda em potencial, procurando conciliar harmonicamente o valor da terra, sua capacidade de produção, o bem-estar e a prosperidade do colono e do proprietário.

A maioria dos economistas, mesmo os que o são de verdade, dificilmente coordenam ou harmonizam os seus pontos de vista. Uns por excesso de saber, complicando os fatos, outros por cingirem-se a teorias mal fundamentadas, mas todos vacilam por causa da transcendental complexidade dos fenômenos econômicos em si mesmos, tendo em vista grande número de fatores de que se compõem e que sobre eles influem, inter-agindo uns sobre os outros. Mas no que se refere ao princípio básico, aventado no correr deste raciocínio, estão acordes; não há país democrático rico sem que as classes produtoras sejam suficientemente prosperas. — Em outras palavras — Nas condições presentes de preponderância do intercâmbio internacional, só poderemos prosperar elevando o estandar de vida do trabalhador da terra a um nível tal que o transponha da condição de pária para a de um consumidor apreciável, tornando possível a sua integração na vida social econômica brasileira, como brasileiro que realmente o é ou que como tal o possamos considerar. No presente estágio da concorrência mundial, não nos ludamos — somente à sombra de um regime de autofagia comercial volumosa, poderemos desenvolver com segurança a indústria indígena e o comércio dos seus produtos, único caminho para aumentar e consolidar a riqueza pública.

Não é possível fugir aos imperativos desta verdade, verdade que poderemos considerar axiomática. Assim sendo e por razões de pa-

RICANO, N. 600, do Escritório, tratando do problema cacaueteiro, nos dá uma medida exata do quanto aquele estudo refletiu as nossas condições em face da situação mundial. Nele, realmente, foram estudadas "as possibilidades do mercado do cacau brasileiro nos Estados Unidos", com a preocupação de encarar as nossas necessidades dentro da realidade do mercado. Melhor não poderia ser a conclusão do seu estudo porque o Brasil precisa e deve intensificar e melhorar a sua produção...

Todos que me conhecem sabem o quanto tenho trabalhado e continuarei a trabalhar junto aos meus colegas e amigos, lavradores de cacau, para que enveredem pelo caminho da boa e selecionada produção do cacau, afim de assegurar ao nosso produto o lugar que ele merece, nos mercados consumidores, principalmente em Nova York, para onde convergem todas as atenções do mundo produtor de cacau!"

triotismo e de humanidade, devemos encarar de frente a questão: a prosperidade do nosso homem do campo, a conseqüente prosperidade nacional e o bem-estar geral do povo.

Da pobreza dos meus recursos intelectuais, procurarei tirar argumentos tão convincentes, claros e valiosos quanto possível, para que esta exposição concorra eficientemente para o fim que temos em vista.

De modo geral a nossa organização social rural é peça desde os primórdios do estabelecimento da colonização da terra de Santa Cruz. O nosso primeiro pecado histórico foi a escravização do selvícola, dentro da sua própria terra. O segundo, não menos grave, nem menos aviltante, foi a escravização da negro, ainda agravado por ter sido o beneficiário de uma legislação benévola no que se refere aos direitos de propriedade sobre um ente em tudo semelhante a nós mesmos. Regimen que em boa hora foi abolido da nossa organização política, graças ao desassombro e desreendimento da nossa Princesa Redentora. A conseqüência direta foi a tendência para a formação dos latifúndios, mais ou menos extensos, cuja exploração era feita pela mão de obra escrava. Essa noção gerou entre nós o repúdio e a aversão aos trabalhos manuais, que, por analogia, passaram implicitamente a qualificação de aviltantes. Daí a tendência da manutenção de duas castas distintas, uma, a dos proprietários e seus descendentes e outra a dos trabalhadores rurais, que, pela postura social e impossibilidade de melhoria e de educação, poderíamos, sem pretensões absurdas, compará-los nos Intocáveis Indígenas Casta, que como a destes, teve, na impossibilidade da sua emancipação econômica e social, poderoso fator de desestímulo às atividades da produção. Por estas razões, involuaram naturalmente no sentido do menor esforço, até atingir o limite mínimo atual, em que, ou trabalha na lavoura, produzindo apenas o bastante para não morrer de fome, ou emigra para os grandes centros, submetendo-se a uma nova forma de miséria, mas onde tem a ilusão de viver melhor.

Logo após a abolição, nascido o caos em que foi lançada a economia agrícola brasileira, houve reação apreciável ajudada pelas correntes imigratórias. Estas correntes deram lugar à formação de um regimen intermediário de exploração agrícola, a dos colonos meeiros. O sistema surtiu bons efeitos, tanto assim que a sua maioria aproveitou bem a fertilidade remanescente das terras cultivadas sob o regimen escravocrata.

Muitos prosperaram e se emanciparam. Deixaram atrás de si entretanto as grandes fazendas exotadas, nas mãos dos seus proprietários desanimados e sem possibilidade de se reorganizarem por falta de conhecimentos técnicos e de crédito, e pela ausência absoluta do espírito associativo. Estes eram as armas de que poderiam ter lucrado mão para uma terebra rejeição e conseqüente sobrevivência. Derrotados no seu próprio meio, os mais tenazes emigraram para outras plagas inexploradas e férteis, onde recomeçaram nova vida nos mesmos velhos moldes, outros, com o que apuraram na manobra liquidão, localizaram-se nos grandes centros, e aí, quase todos findaram os seus dias ingloriamente, na penúria, como heróis vencidos em titânia luta

contra os comissários gananciosos, contra a falta de crédito agrícola, contra a falta de amparo e de orientação dos poderes públicos, então madrasteados pela política desenfreada. Os déficits administrativos federais, estaduais e municipais, eram quase todos erminosamente cobertos pelos empréstimos externos, como único recurso da mentalidade dos governantes, no envêz de cerrarem fileiras em torno do estímulo as fontes de produção. Assim eram as finanças da Nação, abandonadas à exploração sem pelas de nacionais inescrupulosos e ambiciosos estrangeiros, que melhoravam, em proveito próprio, a decadente economia nacional.

Restaram entretanto os grandes solares, as soberbas fazendas, quase todas semi-abandonadas ou mal exploradas, pesando o cruzamento na nossa economia, quando de outra forma poderiam contribuir generosamente para o seu fortalecimento, porque o rendimento das suas terras é baixo ou é nulo em virtude da errônea orientação seguida ou pelo abandono a que estão relegadas.

É justamente a ponto que desejávamos atingir — pois visamos no presente estudo abordar o problema da reorganização das propriedades agrícolas que, pela sua extensão, excedem a capacidade de trabalho do seu proprietário e cuja topografia, zona ou natureza das culturas, não permitam o emprego de máquinas de grande rendimento. Devemos reorganizá-las em moldes racionais capazes de, em harmonia com a natureza agrária do sistema, reavivar suas forças de produção, estabilizando e estimulando a economia da região por elas abrangida.

Os pontos cruciais de uma organização agrícola são: a mão de obra, a topografia e qualidade dos terrenos e implicitamente o mercado, sem contar o crédito que é o parâmetro da organização.

Não poderíamos de forma alguma pensar na volta ao regime escravocrata ou a algum seu similar que tivesse poderes para obrigar o homem a permanecer no campo — forçando a ordem natural das coisas — sem atrativos ou compensações que induzam a sua preferência espontânea pela exploração agropecuária.

Temos pois que manobrar inteligentemente no sentido de nos adaptarmos às circunstâncias, tirando o máximo proveito possível em benefício de todos: proprietários, colonos e comunidade.

O êxodo rural é fenômeno comum a tôlas as nações e tem lugar mais ou menos intensamente conforme o estágio e ritmo da evolução do seu povo. Tem por causa vários fatores, sendo os principais o desconforto da vida rural relativamente ao das grandes cidades, menor remuneração, excesso de população rural, calamidades climáticas, má distribuição das terras, baixos rendimentos agrícolas, trabalho mais exaustivo, irregularidade das colheitas, êxodo dos fazendeiros, falta de assistência social, serviço militar, alternativas para outras regiões agrícolas, alfabetização sem o complementar preparo vocacional agrícola, a evolução em si mesma e muitas outras causas de menor importância.

O êxodo rural não teria causado tão grande desequilíbrio na produção, se houvessemos, no devida tempo, além do cuidado da educa-

ção do homem da roça e tomado em melhor contra a situação que se agrava dia a dia, visando multiplicar sua capacidade de produção, tivéssemos também intensificado a sua substituição pelo alienígena. Teríamos, com essas medidas corriqueiras, das quais se valeram os países bem orientados, evitado o colapso em perspectiva e melhorado as nossas possibilidades econômicas e sociais.

As pesquisas demográfico-econômicas americanas, nos mostram que nos primórdios da sua organização era necessária a produção de duas das suas fazendas tipo para manter um habitante da cidade; hoje uma fazenda produz o bastante para sustentar 3 habitantes da cidade! E mais — há um século, para se produzir uma tonelada de trigo, eram necessários cem dias de trabalho, hoje para se produzir a mesma quantidade desse precioso cereal, bastam apenas, em média, 18 horas e 1/3 do trabalho de um homem!

Estudando-se a evolução demográfica dos Estados Unidos, vemos com grande surpresa, que a percentagem da sua população rural diminuiu progressivamente depois de uma determinada fase do seu desenvolvimento. Assim é que por volta de 1820 (?) a população rural americana era de, aproximadamente, 90% da população total e em 1939 o era apenas de 21% (?) — Acham os estudiosos do assunto que deveria ter diminuído ainda mais, e que presentemente existe um excesso avallado em aproximadamente 6.000.000 pessoas se mantendo à custa da lavoura.

Não desejo estabelecer paralelo entre a densidade demográfica dos dois países, pois, os Estados Unidos podem ser considerados como uma nação já amadurecida no que se refere à sua população rural, e nós estamos muito longe desta situação. O que se deseja realçar é que na América do Norte, não obstante ter havido contínuo decréscimo na proporção dos lavradores e suas famílias em relação à população das cidades, a produção agrícola aumentou consideravelmente, bastando ao consumo de todo o país, apesar do grande acréscimo das populações urbanas, e ainda, verificam-se grandes sobras que são regularmente exportadas. Este fenômeno é facilmente explicável pela sua política demográfica e pela interferência decisiva da técnica em todos os seus aspectos, dando como resultado o aumento da capacidade de produção do trabalho do homem, e do rendimento das culturas e criações em geral.

No Brasil o exódo rural tem causado grande decréscimo na produção porque não cuidamos, como já nos referimos, tão seriamente quanto era de desejar, das providências que se faziam necessárias. Ao invés de fixarmos com a indispensável segurança as diretrizes, a serem seguidas, quase sempre titubeamos, avançando ou recuando, por serem elas baseadas geralmente em pernieiros empirismo, fruto maldito da ignorância e da irresponsabilidade.

Acabamos sendo envolvidos por dificuldades quase insuperáveis, enquanto outros países, mais cultos e providentes, safaram-se galhardamente de contingências semelhantes. E assim vinhamos nos arrastando, sempre a clamar, sem atinarmos que o verdadeiro caminho a seguir, não podia ser outro além do que tivesse por guia a educação do povo na acepção lato do termo, isto é, a educação para a vida, para a

realidade brasileira, tendo por objetivo principal o preparo da nossa gente e o seu suprimento numérico e qualitativo que permitissem o cumprimento integral do nosso destino histórico.

Nossos administradores tardaram a se capacitar da nossa triste realidade, mas felizmente, parece que já se apereceram das nossas delibências, pois reações apreçáveis já se esboçam visando aparelhar melhor o nosso meio agrícola.

No que se refere à educação vocacional rural, estamos dando os primeiros passos e já e tempo de irmos os acelerando ao máximo possível para cobrirmos, sem muita demora, o nosso grande atraso. Com relação ao braço, cuja carência é por todos justamente alardeada, pouco se fez até agora, e nada mais se fará, enquanto não nos desvencilharmos das pelas burocráticas que sabotam, desgraçadamente para o Brasil, todas as iniciativas.

De acordo com o que acima expusemos, vamos focalizar melhor o problema, encarando-o sob os seus aspectos fundamentais, que são: aspecto físico, isto é, solo, topografia e clima; aspecto social; isto é, aquele que se relaciona com o proletário das terras e o colono, e finalmente o aspecto econômico, que é justamente o que regulará a forma de sua exploração.

Os terrenos dos quais se formam as propriedades agrícolas do Estado do Rio, sob o ponto de vista do seu relevo, são: montanhosos, planos e mistos. E' este um dos principais fatores que condicionam a escolha do sistema a ser adotado para o seu aproveitamento e a espécie de cultura a ser explorada, no que se refere ao seu valor. Assim sendo, podemos estabelecer a seguinte discriminação: terrenos montanhosos, cuja inclinação não permita o emprego de máquinas. Estas devem ser aproveitados para a criação de animais de grande e médio porte e para a cultura de forrageiras necessária à sua alimentação e reflorestamento; os terrenos planos devem se destinar às grandes culturas, de menor valor, que para o seu trato, permitem a utilização das máquinas de grande rendimento que reduzem extraordinariamente o custo da mão de obra. A mecânica agrícola nos oferece uma grande variedade de tipos, faculta o seu emprego, desde o destoque até o beneficiamento. Temos finalmente os terrenos mistos, aos quais pertence o maior número das propriedades fluminenses. Nesta classe se incluem justamente os que merecem maior atenção, e para os quais volveremos presentemente as nossas vistas, por ser o seu aproveitamento mais complexo, e, em face das suas possibilidades, são os que mais de pronto interessam à economia fluminense.

O principal objetivo de nosso estudo é fixar ou estabelecer os meios ou normas que facultem o bem-estar e a prosperidade do homem do campo. Visamos consequentemente à espontânea fixação dos que lá ainda residem, e dos que para lá venham a ser atraídos. De acordo com a classificação dos terrenos acima feita, e com o valor das culturas, poderemos determinar a equivalência de proventos que venham a ser auferidos, quer como agricultores explorando diretamente a terra, quer trabalhando como operário agrícola, cuja mão de obra poderia ser convenientemente remunere-

rada pelo cultivo de espécies regularmente valorizados ou pela aplicação de máquinas de grande rendimento.

Assim sendo, se a propriedade é formada de grandes áreas planas que permitam o emprego de tais tipos de maquinaria, sua exploração fica na dependência mais da necessidade de capital, do que de numerosa mão de obra a qual se reduzirá ao mínimo necessário à mecanização. Estes operadores poderão, por esta razão, ser bem remunerados e ter a conveniente assistência e alojamento. Na presente hipótese a solução se resumiria, apenas, a uma questão de financiamento.

No caso de predominância dos terrenos fortemente inclinados, nos quais a criação seria a forma de utilização indicada, o operariado seria igualmente reduzido, e poderiam ter também remuneração e assistência adequadas.

As propriedades formadas por terrenos agriculturáveis de topografia mista, merecem por sua importância, como já foi dito linhas acima, estudos mais completos e dão lugar a uma série de considerações que tem por fim focalizar os problemas e indicar a melhor forma de solucioná-los.

Quem perluastra o nosso interior e observa o presente estado das nossas populações rurais, fóra das zonas que foram brindadas com a imigração estrangeira principalmente, sente que ao envez de termos evoluído, involuímos ou estacionamos tristadoramente. Lamentamos poder afirmar que, no que concerne a assistência social do trabalhador rural e do pseudo colono, a situação em geral é pior do que o era ao tempo da escravidão.

As históricas senzalas eram estabelecidas em prédios que faziam parte do conjunto de construções das fazendas, obedecendo ao mesmo estilo dos edifícios principais e construído de acórdio com os mesmos preceitos de higiene: assoalhados, bem ventilados e bem protegidas das intempéries. A alimentação era cuidada com esmero. Havia até a instintiva preocupação do seu balanceamento, pois as hortas eram caprichosamente cultivadas, os cereais abundantes e as sevas bem supridas. As "sinistras" dedicavam especial cuidado às gestantes e parturientes, que eram trazidas para alojamentos próximos da casa principal, e aí, sob as suas vistas, recebiam trato especial e eram encarregadas apenas de tarefas leves. Não faltavam nem o médico e nem os medicamentos. Hoje o aspecto é desolador. Essa pobre gente é pessimamente alojada, mal alimentada e sem nenhuma assistência.

No que se refere a renda que presentemente é obtida na maioria das fazendas, podemos tristados afirmar que não atinge a 10% das suas possibilidades agrícolas totais, e muitas, nem mesmo conseguem esta miserável quota porque não estão sendo exploradas convenientemente, por motivos que variam desde a insalubridade da região até os fins especulativos para os quais estão sendo reservadas.

Várias são as causas em jogo para explicar o seu baixo rendimento. Dentre elas se avultam entretanto a falta ou a má mão de obra e a ausência de técnica, de crédito e dificuldade de circulação.

A primeira é a mais séria e a enda dia mais se agrava sem que algo se promova em face da tardança das providências que se fazem necessárias.

A solução terá que ser baseada principalmente na melhoria do estandar de vida do que trabalha a terra e do seu proprietário. É necessário que se torne interessante a vida do campo a fim de que para ela se sintam atraídos os que desejam se dedicar ao labor agrícola e fazer com que ali permaneçam os que lá ainda se encontrarem. Esta medida deverá objetivar igualmente a atração e a fixação do alienígena que conosco vier cooperar, o que constitui no momento um importantíssimo ou talvez o mais importante ponto a considerar.

Não tivemos a previdência do americano que manteve acelerado o ritmo da corrente imigratória para o seu país, colonizando-o, quase totalmente em período relativamente curto. — Em 70 anos acolheram mais ou menos 40 milhões de imigrantes. — As terras, na sua quase totalidade foram distribuídas em glebas de mais ou menos 50 hectares, obedecendo ao regime denominado "one family farm", ou seja, sítios para uma família. Não há como negar que é este o sistema ideal de exploração agrícola, principalmente nas regiões onde a topografia não permite o emprego das máquinas de grande rendimento. A orientação seguida, ou por motivo de ordem técnica, ou razões de ordem administrativa, fez com que a colonização se processasse mais ou menos compactamente, abrangendo todo o país, de Norte a Sul, e caminhando de Este para Oeste, tal qual uma operação militar bem dirigida. O país foi por essa forma, efetiva e economicamente conquistado. — Todos os terrenos disponíveis e aproveitáveis, foram progressivamente ocupados e cultivados. Cada um concorria com o seu quinhão para a grandeza do país, que, principalmente por esta razão, se desenvolveu desembaraçadamente sem o onus tremendo das terras improdutivas.

Este sistema permitiu fosse mantido um elevado estandar de vida entre os agricultores norte-americanos. Todas as áreas agriculturáveis foram mobilizadas em tempo útil, estabilizando em alta nível a economia da Nação. Estas circunstâncias de ordem econômico social, influíram poderosamente para amparar o desenvolvimento industrial, então inelmente, por existir dentro da própria país um avultado número de consumidores categorizados, mais ou menos fóra da concorrência internacional.

Outras vantagens de valores não menos ponderáveis decorreram da imigração rituada e sem interrupção.

O imigrante trouxe além da sua capacidade de trabalho e da sua ambição, a instrução, a habilidade técnica e sua formação moral, predidos que imprimiram, pela força do volume, à sua nova pátria, trasladando para ela, a civilização da sua própria terra. A colonização com estes característicos teve, além do mais, o dom de desenvolver no caráter americano a dedicação fervorosa ao trabalho, independentemente de sua natureza, quer intelectual, quer manual, pesado ou leve, considerando-o sempre altamente dignificante. O culto a esta filosofia sadia se traduz integralmente na forma pela qual são organizados os currículos de todos os seus órgãos educativos, concorrendo poderosamente para desenvolver a sua aptidão, e sobre tudo, a sua disposição para qualquer atividade da vida.

Várias regiões do Brasil receberam regular número de imigrantes e os resultados não foram menos vantajosos. Apenas erramos, e esse foi o nosso grande mal, por não o termos prosseguido na mesma política até que atingíssemos um maior volume e por não termos tido a mesma constância do yankee que somente suspendeu a imigração quando julgou saturada a sua capacidade receptiva. Se tivéssemos procedido do mesmo modo muito próximo nos encontraríamos do nível de progresso alcançado pelo grande povo amigo.

Existem, igualmente pelo Brasil afora, imensas regiões que podem e devem ser imediatamente colonizadas. A ocasião é a mais propícia. A Europa deseja ardentemente aliviar-se do excesso de população que não pode manter; nós dispomos de áreas imensas a serem populadas, e os norte-americanos desejam empregar seus capitais em negócios lucrativos. Esse emprego de capital para eles tem a tripla vantagem: de diminuir suas obrigações para com a Europa, de aplicar com garantias o seu dinheiro e criar nova e vigorosa fonte de consumo para seus produtos industrializados. Para nós brasileiros e para os imigrantes não serão menores os benefícios.

Vimos, com a possível clareza, que o regime de exploração agrícola que mais nos convém atualmente é o da divisão das áreas das fazendas em glebas de tal extensão que o colono que venha a cultivá-la com o auxílio de sua família, possa viver e prosperar, com o seu próprio esforço multiplicado pelas máquinas e pelos animais de tração ou tratores. Este sistema nos induz a concluir que a parceria agrícola bem orientada, pode ajustar-se perfeitamente às condições nelma com notórias vantagens para o proprietário e para o colono.

Os camponeses europeus, os que realmente vivem da agricultura, e que seriam os naturalmente indicados, para, na situação que atravessamos, suprir nossa fome de mão de obra, apesar de preferirem trabalhar em terras próprias, em face de uma série de vantagens que lhes poderiam ser oferecidas, aceitariam de bom grado essa modalidade de associação.

Esse contrato poderia, do mesmo modo, ser proposto ao nacional que teria as mesmas oportunidades desde que convenientemente preparado para assumir idênticas responsabilidades técnicas e de trabalho. Deveria naturalmente lançar mão das práticas agrícolas capazes de aumentar o rendimento do seu esforço e o da sua família, o que o habilitaria para a obtenção de iguais proventos e futuro promissor.

O sistema que constitui o objeto dos nossos estudos, nada tem de novidade. Ele consiste apenas em aperfeiçoar o regime de melação que vimos adotando, cujos resultados não têm sido satisfatórios, por deficiência de ordem educativa e social do nosso colono, e grave falta de ordem material e também educativa por parte dos fazendeiros, falhas, que associadas à despicência dos governos, ocasionaram o fracasso que, com as nossas sugestões estamos procurando evitar, sem demoras e sem delongas antes que seja tarde demais.

Como dissemos linhas atrás, às nossas grandes fazendas, de topografia mixta, que para serem exploradas necessitam de um número elevado de braços, deixam de o ser na

medida das suas possibilidades totais, por não havermos evoluído suficientemente a ponto de termos tido capacidade para educar tecnicamente o nosso colono e o próprio fazendeiro e aparelhá-los materialmente, facultando-lhes, com o auxílio indispensável dessas medidas, os meios para alcançarem a almejada e merecida prosperidade.

O regime de colonato imprime a exploração agrícola as características de fazendas coletivas. Essa forma associativa apresenta uma série de vantagens que merecem ser advogadas, não só por razões de ordem técnica e econômica, como por motivos de caráter social, vantagens que para esclarecimentos vão abaixo enumeradas:

a) As instalações de beneficiamento, que as fazendas geralmente possuem, representam valor apreciável. A sua utilização proporcionará maior renda para a parceria, maior facilidade e mais ampla liberdade na colocação dos produtos porque, aproveitando essa maquinaria poderão ser apresentados já beneficiados nos mercados;

b) o fazendeiro sendo o proprietário das terras e geralmente pessoa de nível cultural mais elevado, atuando como chefe, auxiliaria e orientaria a campanha educativa do nacional no lado do aliado e deste no sentido de integrá-lo no novo meio;

c) o fazendeiro serviria ainda de elemento coordenador de todas as atividades da fazenda, função que é ponderável para o sucesso das empresas rurais;

d) o sistema facilitaria a organização das cooperativas, fator de importância capital para o reergulimento da nossa agricultura;

e) sendo indispensável a ajuda do crédito bancário, o fazendeiro seria sempre um elemento mais categorizado para negociá-lo e por ele se responsabilizaria. Mais fácil se tornaria portanto a obtenção do numerário;

f) haveria possibilidade do transporte próprio que não só baratearia os fretes como o teria sempre a tempo e a hora;

g) maiores possibilidades de obtenção de melhores preços por poderem os fazendeiros se credenciarem melhor nos mercados consumidores;

h) Possibilidade de emprego coletivo de máquinas quando aconselhável;

i) não modificar o atual ambiente rural fluminense.

Esta exposição, deixa bem caracterizado e bem firmado o propósito de manter o regime das grandes fazendas onde quer que elas já existam organizadas. Apenas pugnamos pela melhoria e pela racionalização dos métodos de exploração. Estamos plenamente convencidos, que por esta forma seriam facultados meios que permitiriam o melhor aproveitamento dessa grande riqueza, quase latente, que assim estimulada, concorreria poderosamente para reforçar a economia da nossa velha província fluminense.

A característica do sistema consiste em explorar a propriedade com o concurso de colônos meeiros e suas famílias, localizados em área de tal extensão, que, com o auxílio de todos os membros da mesma família e dos recursos oferecidos pela agricultura moderna, devidamente orientada, possam não só viver condignamente, mas também prosperarem. Teremos assim uma oportunidade feliz de nos

redimirmos da maldição de termos querido construir uma nação, explorando um regime de parias que não souberamos educar nem defender.

A extensão mais conveniente dessas glebas não poderia ser rigidamente determinada, mas deveria basear-se impreterivelmente nos proventos que cada colono possa auferir, proventos que satisfaçam as condições, estipuladas acima.

Podemos estabelecer os limites de 25 e 75 hectares para as zonas rurais, e um pouco menos para as zonas próximas aos grandes centros consumidores. Devemos nos lembrar sempre, quando forem feitos os cálculos, que o contrato é de metação e que o produto das vendas será dividido entre o proprietário e o meiteiro.

As circunstâncias prevaescentes no mundo, nos facilitam a possibilidade de darmos ao problema uma solução rápida e com por cento consentânea com as nossas necessidades mais prementes. A oportunidade como vimos é a melhor possível para conseguirmos os melhores imigrantes, e a sua localização em nosso Estado se justificaria plenamente pelas seguintes razões:

a) as fazendas seriam imediatamente povoadas por elementos suficientemente educados e treinados e com a eficiência necessária, capazes de conceber rapidamente para o tão almejado aumento da produção. Já perdemos muito tempo e precisamos recuperá-lo tão mais cedo quanto possível;

b) sendo elementos educados e treinados, trabalhando a terra por métodos que permitam os grandes rendimentos culturais e o uso de maquinaria adequada, além de poderem manter elevado estandar de vida, constituir-se-iam em admiráveis instrumentos educacionais, atuando por forma objetiva na educação dos colonos brasileiros e do próprio fazendeiro. Por este meio a evolução educativa do nosso homem do campo, seria muito mais rápida e mais eficiente. Educariamos trabalhando intensivamente;

c) são consumidores de nível relativamente elevado e contribuiriam para o progresso da nossa indústria;

d) aumentaria o número de braços para a lavoura;

e) habituados nos solos europeus cultivados há séculos e já desbravados, adaptar-se-iam muito bem aos que lhe seriam oferecidos em regime de metação.

Para justificar a aceitação do colono estrangeiro pelo regime de parceria, podemos citar as seguintes condições oferecidas:

a) proximidade dos grandes centros, maiores recursos de assistência, meios de comunicação mais fáceis e melhores preços para os produtos;

b) o fazendeiro forneceria as terras e todos os equipamentos e meios para a exploração da gleba;

c) o fazendeiro forneceria casa habitável com as instalações indispensáveis ao conforto do homem do campo;

d) o fazendeiro forneceria as máquinas desgastáveis e animais de tração por adiantamento para serem pagos com o produto das culturas;

e) o fazendeiro forneceria os animais necessários ao início das criações;

f) no caso da exploração leiteira simultânea, o colono receberá as vacas e delas cuidará alimentando-as com forragem de produção própria;

g) o fazendeiro se encarregará da colocação e venda dos produtos;

h) facilitará crédito para o custeio dos trabalhos;

i) terrenos já desbravados, mais próprios portanto nos métodos usados pelos europeus.

O colono se obrigará a entregar ao proprietário a metade de todos os produtos cultivados, criados ou industrializados nas colônias em espécie ou em dinheiro, sendo operado com os impostos de venda e consignação e de renda quando os houver.

Convém esclarecer que não alimentamos o propósito de excluir o nosso homem do campo, sobre cujos ombros se ergue a nossa nacionalidade, o que seria uma injustiça e uma indignidade. Apenas pretendemos resolver uma situação premente, aproveitando um momento propício no qual ela se enquadra perfeitamente.

Tomemos por exemplo uma colônia tipo, com 50 hectares para ser explorada por um colono cuja família se constitua de 5 pessoas com boa capacidade de trabalho.

As culturas e criações seriam todas aquelas ecológica e economicamente adaptáveis a região.

A tendência natural será a preferência para os produtos que exigindo maior soma de mão de obra, sejam mais remunerativos. Tais como: verduras, fumo, batatas, flores, frutas, criações e as indispensáveis a alimentação da família e dos animais.

Poderíamos sugerir a seguinte distribuição dos terrenos, admitindo a hipótese da existência de 20 hectares de terrenos trabalháveis na máquina (vagens e morros de pequena inclinação):

Terrenos inclinados

1) Area para habitação e demais instalações (currais, depósitos, jardins, estradas)	10.000 ms 2
2) Area para reflorestamento	50.000 ms 2
3) Area para forrageiras	20.000 ms 2
4) Area para pastagem	150.000 ms 2
5) Area para fruticultura	50.000 ms 2
6) Area para café em terrenos fertilizados 1.000 pés	20.000 ms 2

Terrenos planos

7) Culturas (Verão-Inverno)	200.000 ms 2
TOTAL	500.000 ms 2

Capital necessário

E' fora de dúvida que, considerando a situação da maioria das fazendas, nas quais, como já foi dito, as suas rendas talvez não correspondam a 10% das suas possibilidades totais, o capital necessário para a sua reorganização nos moldes aconselhados, representa a melhor forma de inversão que se pode desejar desde que seja garantida a idoneidade do colono, como adiante veremos.

Imóveis

Cr\$

- 1) Uma casa de residência assobalhada para o colono, com 3

quartos, uma sala, uma varanda, banheiro, cozinha e água encanada	25.000,00
2) Um galpão para animais (plso de terra endurecida ou pedra sêca)	3.000,00
3) Uma pocilga rústica para 3 capados e 3 porcas	5.000,00
4) Dois galinheiros tipo colônia	2.000,00
5) Cercas, depósitos, pequenas instalações	10.000,00
Total para os imóveis	50.000,00

Máquinas

	Cr\$
6) Um arado de alveca	1.000,00
7) Uma grade de discos	1.800,00
8) Uma semeadeira adubadeira	1.500,00
9) Duas enxadaes	600,00
10) Um pulverizador e ferramentas manuais	1.100,00
11) Uma carroça	2.500,00
Total para máquinas	8.500,00

Semoventes (tração)

	Cr\$
12) Dois bois de carro	3.000,00
13) Dois burros	3.000,00

Semoventes (criação)

14) Vinte e cinco galinhas e 250 pintos de um dia	1.500,00
15) Duas porcas de criar	600,00
16) Dois capadetes de engorda ..	400,00
17) Duas colmeias populadas	400,00
18) Quinze vacas leiteiras	30.000,00
Total para semoventes	38.000,00

Capital reembolsável

	Cr\$
19) Forragens, sementes, inseticidas e adubos (6 meses)	15.000,00
20) Adiantamento para manutenção por 6 meses	9.000,00
Total reembolsável	24.000,00

Resumo

	Cr\$
Imóveis	50.000,00
Máquinas	8.500,00
Semoventes	38.000,00
Adiantamentos	24.000,00
Total	121.400,00

O montante da inversão para instalar cada colono seria de Cr\$ 121.000,00. Se analisarmos entretanto as suas parcelas verificamos que 50% do capital orçado, representa inversões comuns a exploração agro-pecuária, qualquer que seja o seu tipo. Este fato demonstra que o onus efetivamente acrescido seria apenas o de 50.000 cruzelros aproximadamente.

O investimento é realmente vultoso, pois representa mais ou menos 100% do valor da fazenda, considerando-se o valor médio atual dos terrenos. Calculada entretanto a produção provável, veremos serem perfeitamente justificáveis os gastos enumerados.

O onus do governo seria representado pelas despesas feitas com o imigrante até o local onde tivessem que se estabelecer, as mesmas

portanto, com as quais teria que arcar, qualquer que fosse o seu destino.

A renda da produção de um ano de uma colônia de 50 hectares explorada por colonos habéis poderia ser, em números aproximados, a seguinte:

	Cr\$
1) 15.000 litros de leite ..	15.000,00
2) 6 bezerros	1.800,00
3) 15.000 ovos	7.500,00
4) 100 frangos	2.000,00
5) 50 galinhas	1.000,00
6) 400 litros de mel (10 colméias) ..	2.000,00
7) 100 arrobas de porco	15.000,00
8) 35.000 quilos de verdura (2 hectares)	30.000,00
9) Flores	5.000,00
10) 80 sacos de milho	6.400,00
11) 80 sacos de arroz (palha)	4.000,00
12) 1.000 quilos de fumo	6.000,00
13) 10.000 quilos de batatas	20.000,00
14) 10.000 quilos de feijão soja, amendoim, etc. (em 10 hectares inverno e verão)	15.000,00
15) Frutas européias (morangos, figos, pecegos, uvas, etc.) ...	10.000,00
16) Frutas tropicais	5.000,00
17) 50 arrobas de café fino	2.000,00
Total	147.700,00
Despesas com adubos, inseticidas, forragens concentradas, produtos veterinários e juros	37.700,00
Total	110.000,00

Sem exagerarmos os rendimentos prováveis das culturas e criações, chega-se a conclusão que a inversão é coberta em mais de cem por cento pela renda bruta obtida em 12 meses de trabalho. Computamos as culturas de verão e de inverno. Assim é que o valor da produção total atingiria a apreciável soma de 147.700,00 cruzelros e uma despesa com material de consumo estimada em 37.700,00 cruzelros. Haveria assim, um lucro estimado de 110.000,00 cruzelros a ser dividido pelo fazendeiro e pelo colono — ou sejam 55.000,00 cruzelros para cada um, o que corresponde a um juro de 50% do capital investido.

O fazendeiro parcimonioso poderia indenizar o capital empregado em dois anos e meio, o que representaria a meu ver, ótimo negócio. Sendo sua a propriedade e sendo os empréstimos tomados a longo prazo, talvez fosse aconselhável o emprego dos saldos na melhoria da fazenda, fazendo serviços tais como: sistematização dos solos, canais para irrigação, maquinário mais perfeito inclusive bombas e tratores, melhoria das instalações para o gado, eletrificação das colônias, completando assim as exigências máximas de conforto no campo.

Não são utópicas as nossas sugestões no que se refere a exploração da área de 50 hectares com o trabalho apenas de uma só família. Haveria possivelmente necessidade somente de alguma ajuda de mão de obra estranha, até que fosse ultimada a preparação do terreno e tornada exequível a mecanização completa dos serviços de campo, ou esporadicamente, quando houvesse sobre-carga de serviços.

Entevado por estas idéias, tentamos a sua realização elegendo o Município de Rezende

para o local da experiência e para colonos os holandeses. Alguns fazendeiros foram consultados oficialmente e interessaram-se pela concretização do plano, e, concomitantemente foram ouvidos os membros da embaixada holandesa, responsáveis pelo setor da emigração, que julgaram aceitável e mesmo vantajosa a oferta. Estes por sua vez pediram o ponto de vista dos seus patrícios e obtiveram resposta favorável, mediante a satisfação de determinados requisitos razoáveis. Esta disposição não surpreende porque estamos informados que existe naquele beróico país um grande número de famílias que deseja emigrar, em busca de maior espaço onde possa trabalhar e prosperar pacificamente.

A região é a ideal para nela se iniciar a colonização de nacionais dos Países Baixos, porque as vargens que a compõe, reproduzem aproximadamente o ambiente que preferem por estarem habituados a trabalhar em terras planas. Temos igualmente que tomar na devida conta a salubridade daquele maravilhoso vale por ser um fator que indiscutivelmente influirá no esperado sucesso dessa experiência imigratória.

Acerta que fôsse a proposição acima, deveriam ser feitos estudos mais completos sobre a forma mais conveniente para a sua execução, e então, iniciada uma política de encorajamento juntos aos fazendeiros dotados de visão mais ampla e de maiores recursos financeiros, tendo em vista maior segurança no êxito do empreendimento. Poderiam ser instituídos prêmios e oferecida a assistência que de fato pudesse ser ministrada para despertar o interesse que a causa merece.

Havia sido programado o início dos ensaios sociológicos em uma pequena área (50 alque-

res geométricos) de uma fazenda do Estado, usando como elemento humano o próprio nacional, convenientemente escolhida entre os mais capazes. Não houve tempo entretanto para levar avante a experiência.

São assuntos de capital importância para a vida econômica do Estado, e que merecem ser encarados com a firmeza e a decisão que a importância da sua solução exige. Essas realizações só por si constituiriam um ótimo programa de governo ao qual a terra fluminense ficaria eternamente grata.

Afirmo pela fé do meu título, que o ambiente rural se transformaria como par encanto e a nossa velha província teria a sua economia resurreta e viria ainda formar entre as mais ricas da federação brasileira.

Onde não houver fazendas dotadas da organização descrita, é óbvio ponderar que deveriam ser seguidas as normas comuns da colônização, sem esquecerem-se da organização das cooperativas locais de produção e de consumo.

É uma tarefa sem dúvida urgente e que requer força de vontade e o poder de determinação que as convicções perfeitadas geram e o entusiasmo almenta e faz desenvolver. É uma tarefa cuja realização depende, pelo menos no seu início, de estvelta cooperação entre o fazendeiro e os poderes públicos. É uma tarefa que, para ser executada deve ser encarada com realismo e simplicidade. E uma tarefa que não é utópica porque as variáveis que a compõem, podem ser facilmente postas em equação. É uma tarefa, enfim, cujos propósitos bem compreendidos, representam a felicidade de muitos e a ansiedade de todas as fluminenses.

Zoologia e Entomologia Australianas

É sabido que existem na Austrália animais e insetos que não se encontram em nenhuma outra parte. Entre os animais, o canguru é o mais comum. Um ser inteiramente peregrino é o coalá, que vive nas árvores e que apresenta uma grande semelhança com os ursos de veludo. Os mamíferos próprios à Austrália fazem todos parte da ordem marsupiais ou dos monotremos. Os diros, os ratos, as rapazanas e os coelhos foram elementemente ou não, importados pelos europeus. O coelho tornou-se um verdadeiro flagelo para a Austrália.

O mundo dos pássaros também apresenta na Austrália tipos que não se encontram em qualquer outro continente, particularmente o pássaro-fra, com uma magnífica cauda, e o emeu, a avestruz australiana.

A parte setentrional da Austrália acha-se infestada por uma perigosa espécie de mosquitos do paludismo, havendo regiões em que o sezonismo é endêmico. Não se sabe se esses anófeles, que transmitem o paludismo das

pessoas doentes para os indivíduos sãos, foram também importados. Os habitantes da Austrália preocupam-se mais em saber como se pode exterminar os mosquitos e por meio de que remédios se pode impedir e curar essa doença. Conhecem-se também naquela terra as virtudes curativas da quinina e pode-se lá pôr em prática as receitas da Comissão de Paludismo da Sociedade das Nações. Esta recomenda que se tome cada dia, durante a estação das febres, 40 centigramas de quinina a título preventivo e, para o tratamento propriamente dito da doença, uma dose de 1 grama a 1 grama 30 centigramas de quinina por dia durante 5 a 7 dias. No seu relatório publicado em 1931, a mesma Comissão de Paludismo, da qual fazem parte especialistas eminentes na luta antipalúdica, também acentua, a página 129, o fato que a inocuidade da quinina permite a sua ministração pelos empregados subalternos, sem vigiância médica constante.

Como se Cria Um "Campeão" Bovino

JORGE VAITSMAN
Médico-Veterinário

Tem o Ministério da Agricultura perseverado, embora as dificuldades de toda a ordem surgidas nos últimos anos, em sua política de realizar, anualmente, a Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados, incentivando e amparando, ao mesmo tempo, um grande número de exposições regionais em quase todos os Estados. É esta uma das mais eficientes iniciativas ligadas ao fomento da pecuária nacional. (1) Desenvolvem elas, além dos negócios de gado em condições mais vantajosas tanto para compradores como para vendedores, o gosto pela cria ampla de ensinamentos práticos sobre os métodos utilizados pelos proprietários dos animais vencedores dos concursos. Suas vantagens são evidentes, pois a qualidade do gado que, de ano para ano, aparece nestes certames pecuários tem melhorado de maneira auspiciosa.

A recente realização de XV Exposição Nacional, em São Paulo, mostrou os últimos êxitos da criação nacional, sob os mais diversos aspectos. Cada ano revela novos progressos e existe firme convicção de que são animadoras as perspectivas para o aprimoramento qualitativo e quantitativo das raças de gado criadas no Brasil, principalmente as zebuínas, para as quais se voltam, no momento, as atenções dos pecuaristas de quase toda a América.

Em muitos países, os prêmios obtidos nas exposições representam vitórias difíceis, disputadas com ardor pelos criadores que mantêm plantéis para a venda de reprodutores, após longos anos de preparação incessante e incansável. A posse dos títulos vencedores assegura, contudo, uma clientela numerosa e compensadora de todos os esforços preparatórios. Os produtos das fazendas vitoriosas, mesmo sem participação nos concen-

tos, também obtêm preços mais vantajosos. Existe uma tradição que todos respeitam: os vencedores continuam a criar cada vez melhor; os compradores continuam a preferir os animais dos plantéis que tenham tido vitórias.

Na Argentina, o interesse pelos prêmios, não tanto pelo seu valor monetário, que é, também, bastante alto e tentador, de projeção do plantel, justifica até a criação exclusiva de animais para a apresentação na famosa exposição de Palermo. Os bovinos, por exemplo, destinados a representar o plantel, são mantidos em regime especial desde o nascimento, para que tenham todas as as melhores possibilidades de vitória nos diferentes concursos. Vamos descrever, de maneira sucinta, o regime de criação para os bovinos candidatos aos títulos de "campeões".

Os estábulos são construídos como gaiolas, acima do solo, onde ficam bezerras e bezerros protegidos da umidade, e, em consequência das muitas doenças que poderiam atingi-los. Os futuros "campeões" têm, geralmente, duas "amas" para aleitamento, de sorte a garantir a alimentação básica de crescimento; o leite não é retirado nunca antes dos 12 meses; ao contrário, em alguns casos, a alimentação láctea se prolonga até os 21 ou 30 meses. O regime alimentar é essencial para a formação dos "campeões", e é seguido com todo rigor. Consta do seguinte, diariamente: às 6 da manhã, pasto e uma ração seca; às 7, leite, como alimento principal; meia hora depois, mais uma ração tenra, chamada "polenta"; em seguida, exercício, que consiste em passeios, até às 10 horas; recebem, então, mais duas rações, uma seca e outra de "polenta"; ficam no pasto até 16 horas e voltam ao estábulo para outra ração de "polenta"; às 17,30 horas, a última ração do dia, seca.

É este regime excepcional, caríssimo e que não basta para fazer "campeões". Outras qualidades são exigidas, inclusive uma boa ascendência (pedigree), como também valiosas são as medidas práticas de higiene sanitária, rigorosa e es-

(1) Esta série de "exposições nacionais" foi iniciada pela Sociedade Nacional de Agricultura, que realizou a 1.^a, a 2.^a e a 3.^a, no Rio de Janeiro (N. do R.).

Noticiário da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello"

O "Hortelão"

Durante a Semana do Hortelão, realizada na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, circulou um jornal mimeografado, intitulado "O Hortelão", com a tiragem de oitenta exemplares.

Novos Cursos Práticos

Em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, iniciaram-se na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, mais nove Cursos Práticos com quase quatrocentos alunos matriculados.

Semana do Hortelão

Transcorrem em um ambiente de grande animação e cordialidade, a 1.^a Semana do Hortelão realizada na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", sob a orientação da Sociedade Nacional de Agricultura e da Fundação Getúlio Vargas, e com a colaboração do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.

Novos Cursos em colaboração com a Universidade Rural

Tiveram início na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, os Cursos Avulso de Horticultura e de Extensão de Fruticultura, ministrados em colaboração com a Universidade Rural.

erupulosamente seguidas para que nem um só animal do rebanho adoça.

Pelo que descrevemos, vêm os leitores como os grandes criadores argentinos criam seus animais para a famosa exposição de Palermo, de fama internacional. Não será possível e necessário, por enquanto, exigir o mesmo rigorismo entre nós, nas pequenas exposições regionais. A divulgação ora feita vale, porém, como lembrança aos nossos criadores para que cuidem, desde cedo, dos animais que pretendem levar aos grandes certames estudiais ou nacionais.

(Comunicado do Serviço de Informação Agrícola — Ministério da Agricultura — Outubro de 1948).

Primeira Semana do Fazendeiro da U.R.

A Escola de Horticultura Wenceslão Bello se fez representar na Primeira Semana do Fazendeiro da Universidade Rural, pelo Dr. Antonio de Arruda Câmara, diretor da mesma, e pelo Professor Geraldo Goulart da Silveira, que foi membro da Comissão Executiva da Semana e que ministrou dois cursos para agricultores.

Palestras sobre assuntos hortícolas

Durante a Primeira Semana do Hortelão, foram pronunciadas na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, palestras muito interessantes sobre assuntos relacionados com a horticultura.

Internato da Escola de Horticultura Wenceslão Bello

Com o auxílio da Fundação Getúlio Vargas, ponde a Escola de Horticultura Wenceslão Bello, mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura em Penho, Distrito Federal, abrigar, no corrente ano, 55 alunos sob regime de internato inteiramente gratuito, matriculados nos cursos de fruticultor, hortelão e floricultor.

Investigações agronômicas

O Dr. Antonio de Arruda Câmara, Diretor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, realizou, na Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil, investigações agronômicas nas regiões do Estado de Goiás, e realizou, sobre tão palpitante assunto, uma conferência na sede da Sociedade Nacional de Agricultura.

Cursos em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas

No período de Setembro de 1947 a Novembro de 1948, foram realizados na Escola de Horticultura Wenceslão Bello em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, 36 Cursos Práticos sobre os mais variados assuntos relacionados com as atividades da Escola, alcançando o elevado número de 1.530 matriculas.

Sociedade Nacional de Agricultura

SESSÃO DE 25-11-48

Problemas Agrícolas Nacionais em face de observações calhidas nos Estados Unidos pelo Dr. Edgard Teixeira Leite

Reuniu-se em sessão especial, a Sociedade Nacional de Agricultura, para ouvir a palavra do Dr. Edgard Teixeira Leite, seu Vice-Presidente, Secretário da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro e representante da mesma Sociedade junto ao Conselho Interamericano de Comércio e Produção que acaba de chegar dos Estados Unidos, onde esteve participando do Congresso promovido por este Conselho.

A concorrência foi grande, tendo sido os trabalhos presididos pelo Sr. Arthur Torres Filho, que convidou para tomarem lugar à mesa os Srs. Oscar Daudt Filho, presidente da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul; General Anápo Games, Diretor Geral do Conselho Federal de Comércio Exterior; Leonan Pena, representante da sr. Daniel de Carvalho, Ministro da Agricultura; Dr. J. C. Belo Lisboa, secretário da Agricultura do Distrito Federal; Deputados Eduarda Duvivier e Costa Pinto, Paulo Parreiros Horta.

O sr. Torres Filho, ao abrir os trabalhos referiu-se à benéfica atividade que vem sendo exercida pelo Sr. Teixeira Leite na Comissão que lhe confiou a Sociedade junto ao Conselho Interamericano, assinalando que, além do Congresso de Chicago, já representou a dita instituição em outro anterior Congresso, em Montevidéu, com os melhores resultados. Era para ouvir as impressões de S. Ex.^a que a Sociedade se reunia, e cujo interesse se demonstrava pela numerosa assistência.

O Sr. Teixeira Leite explicou que iniciaria a sua palestra focalizando aspectos da vida agrícola do Brasil. Que este fato não surpreendesse a auditório, pois que, na sua recente viagem, nos estudos que procedeu nos Estados Unidos pôde compreender a íntima conexão que existe entre a nossa agricultura e a posição do Brasil no comércio com aquele país.

Declarou que a agricultura brasileira vem regredindo assustadoramente salvo num ou noutro setor, como é o caso do arroz e do açúcar, que estão mais ou menos organizadas. No que toca ao café, nosso principal produto, dentro do quadro geral da nossa principal atividade econômica — a agricultura — tem uma impressão geralmente pessimista. Historiou as fases de início, apogeu e declínio dessa cultura — por longos anos considerado a maior atividade agrícola do mundo — para indicar a verdadeira situação do nosso produto no momento atual: se não atendermos a vários aspectos da sua cultura, em breve não teremos café para o nosso consumo.

Contou impressões que trocou nos Estados Unidos com pessoas representativas do intercâmbio com o nosso país, delas ouvindo palavras que bem demonstram a alarma que vai por lá em relação ao declínio da nossa principal produção, declínio esse causado principalmente pelo esgotamento das terras e pela invasão de pragas. É partidário do saneamento dos cafezais, como meio eficaz de lhes proteger a existência e aumentar a produção. Tem palavras sobre a morosidade de nosso mecanismo

oficial em face de problemas graves, como o do broca do café, que é outro aspecto sombrio da nossa lavoura cafeeira.

É nosso café — disse — a maior máquina de fazer dólares que hoje possuímos. Precisamos salvar a sua cultura, se quisermos garantir nossa posição econômica — e até política — no continente, onde outros países, de pequenos produtores, estão passando a grandes produtores. Relata a fato de que o café é hoje uma bebida de consumo obrigatório e crescente nos Estados Unidos. Estamos perdendo na volume da exportação para aquele país, a que há muita já perdemos na qualidade, pois que os nossos preços são muito mais baixos do que os cafés de outras procedências. É um caso a que todos os brasileiros responsáveis pela administração devem consagrar atenção e esforços, para que não caiamos na situação trista a que nos levou, em tempos, o fracasso da borracha, porque nos convencemos de que a natureza das nossas terras seria elemento suficiente para afastar a concorrência da borracha de plantação. Passa em revista a situação de outros produtos, como a cêra de carnaúba, para a qual procuram os técnicos norteamericanos sucedêneos para o seu consumo forçado; a cacau, cujas plantações são ativadas por todos os países coloniais e, agora, até pelos Estados Unidos, com grandes plantações na Libéria.

Mas, tudo isso, informa, não poderá ser conseguido por nós com o **monoculturo** e, sim, com a **mataculturo**. Precisamos tornar mais produtivo o trabalho agrícola, sair do regime de atraso do sistema da enxada — o mais rudimentar instrumento de trabalho dos campos. Temos de aplicar, na agricultura, os progressos da técnica, e mecanizar a lavoura. Mas, para a conseguirmos, não devemos esperar máquinas do estrangeira, em especial dos Estados Unidos pois que, além de serem elas escassas hoje até para o consumo interno daquela grande nação, não correspondem às necessidades do nosso serviço, isto é, são máquinas feitas para a sua própria agricultura, em grande parte inadaptáveis ao nosso meio. Cita cifras referentes à produção de tratores americanos, informado que das quotas disponíveis para a exportação, caberiam ao Brasil apenas 4.000 tratores por ano.

Devemos fabricar, pois, as nossas máquinas agrícolas.

Deu numerosas esclarecimentos a respeito da técnica da fabricação dessas máquinas e principalmente de tratores nos Estados Unidos, informando que as grandes usinas não fabricam além de 15% das peças de um trator, vindo outras de numerosas fábricas especializadas. Poderíamos, portanto, utilizando a matéria prima de Volta Redonda, a magnífica aço que lá se fabrica, e cuja boa qualidade está provada até em experiências nos Estados Unidos, lançarmo-nos à fabricação de tratores e máquinas agrícolas, por meio deste sistema de cooperação nas linhas de fabricação. Sabe que já se fabricam motores de explosão, a óleo, no Brasil de 4 a 5 cavalos e, pois, não haveria grande dificuldade se um esforço conjunto fosse posto em prática com esse objetivo.

Deve-se em vários aspectos da mecanização aplicada à agricultura, inclusive quanto à formação

de empresas que se encarregassem das operações de mecânica agrícola, recebendo dos agricultores um determinado pagamento, como ocorre nos Estados Unidos.

Falou, por fim, da lamentável ausência do Brasil na Estação Experimental de Torrissalva, organizada em Costa Rica pela União Pan Americana. Um mal-entendido inicial afastou a Brasil desse grande centro de Experimentação Continental da Agricultura Tropical, o que constitui um grave prejuizo para a agricultura nacional, que ali encontraria meios de abeerrar-se nos mais recentes conhecimentos da técnica agrônômica. Manifesta a sua esperança de que o Brasil ainda venha a participar desse grande organização e termina a sua conferência, ouvida com a maior atenção e interesse, lançando um apelo aos homens responsáveis do Brasil para que acudam à lavoura, para que esta, que ainda constitui a base da nossa riqueza, não pereça e não calaque a atual geração na posição de defraudadora de um patrimônio que nos vem de séculos.

O Sr. Torres Filho, tendo a palestra, agradeceu ao conferencista e teceu alguns comentários, dando por encerrada a sessão.



MOVIMENTO DA SECRETARIA DURANTE OS MESES DE SETEMBRO, OUTUBRO E NOVEMBRO

Correspondência Recebida:

Telegramas	47
Ofícios	36
Cartas	41
Diversos	21
Total	145

Correspondência Expedida:

Telegramas	54
Ofícios	36
Cartas	65
Circulares	259
Total	414

Foram propostas e aceites os seguintes socios. — Sr. Henrique Managrasso, S. Paulo; Gregoria Ignis Ardens, D.F., José de Noronha Ferraz, S. Paulo, Nelson de Almeida Carvalho, Est. Rio,.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS.

- AR. Anales — Univ. S. Domingos — N. 41 — 44 — 948.
- R. Agronomia — D.F. — Vol. 7 — Ano 7 — N. 2 abr-jun. — N. 3 j-l-st. 948.
- R. Ass. Rural del Uruguay — Ano LXXV — N. 4 abr. — N. 9 set. — N. 10 out. 948.
- R. Agrad. — Vol. 1 N. 2 març. — N. 4 j-ag. 948.
- R. A Granja — R. Gr. Sul — Ano III — N. 34 j-l. — N. 35 ag. — N. 36 set. — 37 out. 948.
- Arquivos de Biologia e Tecnologia — V. II — 1947
- Anali da Facultad Agr. di Portici — Vol. XII — Vol. XII — 948.
- Anales da Sac. Cient. Argentina — jul. 948
- Tono CXLVI — ag. 948 Tomo CXLVI.
- Agricultura — Madrid — Ana XVII — N. 194 — jun. — N. 196 ag. — 948.

- Agricultura — Trujilo — Vol. XXXIX — N. 178 — maio-jun. — N. 179 jul-ag — 948.
- Bol. Ass. Cam. do Amazonas — Ano. VII — N. 82 maio — N. 83 Jun. N. 84 jul. 948.
- Bull. L'Unesco — vol. II — N. 7 jul. — n. 9 set. — n. 10 out. 1948.
- Bol. Paraguai — Ano 3 — n. 10 ag. — n. 11 set — n. 12 out. — n. 13 nov. 1948.
- Bol. Linotipico — n. 70 — 948.
- Bol. Informações Agropecuárias — n. 72 — 73 — 74 — 75 — 1948.
- Bull. — low — 88 — 89 — 90 — 1948.
- Bol. Ass. Rural do Vale Rio Grande — 41 — 42 — 43 — 44 — 1948.
- Bol. Superintendencia da Serviço do Café — Ano XXII — N. 250 jan. — n. 251 fev. — n. 252 mar. — n. 253 abr. — n. 254 maio — n. 255 jun. 1948.
- Bol. Informativo — Rep. Dominicana — Ano VI — n. 18 maio 1948 — n. 19 jun.
- Bol. Conselho Federal Comercio Exterior — Ano IX n. 12 dez. 1946 — Ano XI — n. 3 n. 4 abr 1948
- Bratéria — Lisboa — vol. XVII — fasc. III 1948.
- British Science News — vol. 1 — n. 7 — n. 10 — n. 11 1948
- Bol. Camara de Reajustamento Econômico — Ano IX — n. 75 jan-mar. 1948.
- Bureau Pan Americano do Café — n. 591 — 592 — 593 — 594 — 595 — 596 — 597 — 598 —
- Bol. Comissão Central Produtores de Leite — Ano I — n. 2 set. — n. 3 out. 1948.
- Bol. Argentina — Ano II — n. 8 ag. 1948.
- Bol. Informativo do Cons. Int.º Cam. Prod. — 44 set. 45 out. 1948.
- Bol. F. A. R. E. S. P. — 47 — 48 — 49 — 50 — 51 —
- Bol. Inst. de Oleos — n. 3 dez. 1945.
- Bol. Americano — Ano XII — n. 610 — 612 — 613 — 614 — 615 — 616 — 617 — 618 —
- Bol. Secr. Agr. Ind. Com. Pernambucano — abr.-jun. 1948.
- Britains To-day — n. 149 set. — 150 out. 1948
- Bol. Bibliográfica Agrícola — Madrid — n. 3 jan 1948
- Bol. do Leite Ano 11 4.º ep — n. 15 — n. 16 — 1948
- Bol. Min. do Agricultura — Ano 34 abr.-jun. 1946
- Bol. Consorcio de Centros Agr. de Manabi — Equador — n. 54 abr. maio. jun 1948.
- Bol. Econômico Min. Rel. Exteriores — Ano 19-17 n. 5 — n. 6 — n. 12
- Connecticut — vol. 1 — n. 6 E
- Carta quinzenal — n. 64 — 65 — 66 — 67 — 68 — 69 — 70 — 71 — 72 — 73 — 74.
- Conjuntura Econômica — Ano II — n. 9 set. — n. 9 set. — n. 10 out. — n. 11 nov. 1948.
- Cooperativismo — Ano III n. 26 ag. — n. 27 set — n. 28 out. — n. 29 nov. 1948.
- Chacaras e Quintais — S. Paulo — Ano 39.º — vol. 78.º — n. 2 ag. — n. 3 set n. 4 out 948.
- Cooperação — Ano VI — vol. XIII — n. 70-71 — vol. XIV — n. 72 — vol. XII — n. 69
- Circular Hawai — 26 ag. 1948.
- Farm Science — Iowa — vol. 3 — n. 1 jul. — n. 2 ag. — n. 4 out. — 1948.
- Agricultura Técnica — Ano VIII — N. 1 — jan. 948

- Gazeto das Aldeias — Portugal — n. 2.144 out. — 2.146 nov. 1948.
- Gonaderia — Lima — Ano II — n. 5 jun 1948.
- Informações Argentinas — n. 112 out.-nov.-dez. — 1947.
- Informe Anual da Bolsa Com. Noc. Com. — 1947.
- Lavoura Arrozreira — Ano II — n. 19 jul. — n. 20 ag. — n. 21 set. — 1948.
- Monthly Report — vol. XXIII — n. 4 ag. — n. 5 set. — 1948.
- Mensario Estatístico Pref. D.F. — Ano I — n. 3 out. 1948.
- Memórias do Inst. Oswalda Cruz — Ano 947 — fasc. 3 — tomo 45.
- Mensário Estatístico — n. 99 abr. 1948.
- Min. Relações Exteriores — Ano 1948 — n. 7.
- New Orleans Port — ag.-set.-out. — 1948.
- O Campo — jul.-ag. 1948.
- O Observador Econômica — Ano XIII — n. 151 — 1948.
- Produccion Venezuela — n. 42 — 1948.
- Rev. Ligo Com. Rio de Janeiro — Ano XII — n. 176 jun. — 177 jul. 178 ag. — 179 set. — 180 out. 1948.
- Rev. de la Bolsa de Com. — Montevideo — Ano L — n. 8 ag. — n. 9 — set. — n. 10 out. — 1948.
- Report Agricultural Ressearch — 355 nov. — 356 dez. — 1947.
- Rev. Rural Brasileira — Ano XX VIII — n. 334 jul. — 335 ag. — 336 set. — 1948.
- Rev. Ind. y Agrícola de Tucumán — Tomo XXXVI — n. 7-9-946.
- Rev. de Medicina Veterinária — Argentino — Vol. 30 — jan-mar. — 1948.
- Relatório Caixa Econômica — 1940 — 941 — 943 — 945 — 946 — 947.
- Rev. Agricultura — S. Paula — Vol. XXIII — n. 9-10 set. — out. 1948.
- Rev. Bras. de Panificação — Ano XIV — n. 156 ag. — 157 set. 1948.
- Rev. Agrônômica — Ano XII — n. 136-137-138 abr-març-jun. 1948.
- Rev. Soc. Geogr. do Rio de Janeiro — Tomo LII — 1945
- Relatório da Banca de Crédito Real de Minas Gerais — 1947.
- Rev. Bras. de Economia — Ano 2 — n. 3 set. 1948.
- Seriões — Ano I — n. 1 maio — n. 2 jun. 1948.
- Sítios e Fazendas — Ano XIII — n. 9 set. 1948.
- Veterinária — Ano II — n. 2 abr. jun. 1948.

“MAL DE CHIFRES”

OTACILIO PINTO C. DE SOUZA

Veterinária

O “Mal dos Chifres” ou “Oca”, como é mais comumente conhecida em nosso país a Carisa Gangrenosa dos bovinos, é uma doença infecciosa, que se desenvolve entre os animais da espécie bovina, sendo causada por um vírus filtrável.

A doença tem sido constatada, com certa frequência, nos Estados do Nordeste, mas ultimamente foram também observados alguns focos no Paraná e em Santa Catarina.

Não obstante as numerosas pesquisas que têm sido feitas, ainda não se conseguiu descobrir como os animais adquirem essa doença. Tem-se apontado os caruciros, como prováveis transmissores da mesma aos bovinos, mas as experiências realizadas, nesse sentido, ainda não permitiram que se chegasse a uma conclusão definitiva sobre o assunto.

A doença tem um período de incubação variável, de 15 dias a alguns meses e se caracteriza por febre alta, pelos arrepios, inapetência, respiração acelerada e sequidão do focinho.

Alguns dias após, os chifres, que se mostram quentes à palpação, apresentam focos de necrose, por vezes, sobre a base, alguns caem ou se deslocam e quando punccionados deixam correr uma secreção fétida e purulenta. Também o globo ocular e a mucosa nasal são sede de in-

flamações. Pelas narinas corre com frequência uma secreção purulenta que se desseca em torno das mesmas e o globo ocular lacrimeja constantemente, mostrando-se avermelhado e com formação de pus no canto das olhos.

Quase sempre há diarreia, com listrias de sangue, perturbações nervosas e tremores musculares, evoluindo a doença num período de 1 a 15 dias. A mortalidade ocasionada pela mesma varia de 30 a 90%, não se conhecendo um tratamento eficaz contra essa doença.

Como medida preventiva, é aconselhado isolar os animais doentes e evitar o contato dos avinos com os bovinos. Poder-se-á instituir ainda um tratamento geral para os animais atacados de Carisa Gangrenosa, punccionando-se os chifres, lavando-se-os com uma solução de Lisal a 2% e aplicar injeções subcutâneas de Prolinjetal, na dose de 3 cm³.

Para as perturbações digestivas, aconselha-se o uso de antissépticos intestinais, como o Sub-nitrato de Bismuto ou o Carvão de Beloc e as inflamações da glóbulo ocular e da mucosa nasal serão tratadas com solução de Argirof, a 1%.

(Comunicado do Serviço de Informação Agrícola — Ministério da Agricultura — Outubro de 1948).

Combate ao Gafanhoto Migratório

LEI N.º 483, DE 12 DE NOVEMBRO
DE 1948

Estabelece medidas para o combate ao gafanhoto migratório e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Cabe ao Ministério da Agricultura, por intermédio da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Departamento Nacional da Produção Vegetal, superintender, articular e orientar, em todo o território nacional, o combate ao gafanhoto migratório, *Schistocerca gregaria* (Serv. 1839).

Art. 2.º — Os serviços públicos de combate ao gafanhoto migratório serão executados pela Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, em cooperação com as Secretarias de Agricultura ou órgãos congêneres nos Estados.

Art. 3.º — Os serviços públicos civis da União, as unidades do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e as entidades autárquicas federais colaborarão, de acordo com as suas possibilidades e quando solicitadas, no combate ao gafanhoto migratório.

Parágrafo único. A colaboração do Exército, da Marinha e da Aeronáutica será prestada, de acordo com o que estiver estabelecido nos respectivos regulamentos e na conformidade das instruções expedidas pelas autoridades militares.

Art. 4.º — O proprietário, arrendatário, parceiro ou ocupante, a qualquer título, de terreno invadido pelo gafanhoto migratório, deverá destruí-lo, dentro da área sob sua responsabilidade, usando o pessoal e os meios que dispuser, sem direito a qualquer indenização por esse serviço. Sempre que possível, o combate deverá ser feito, de acordo com as instruções que far-

rem determinadas pelo órgão previsto no art. 1.º, suas exigências e postos regionais.

Parágrafo único. No caso de se recusarem os proprietários, arrendatários, parceiros ou ocupantes, a executar as medidas previstas neste artigo ou as deixarem de executar no combinado, os funcionários incumbidos da defesa sanitária vegetal procederão por conta da União, e aplicarão ao proprietário, ou ocupante, as penalidades constantes da presente lei.

Art. 5.º — Qualquer pessoa que prestar sua colaboração no combate ao gafanhoto, não poderá, por esse motivo, ter rescindido o seu contrato de trabalho ou sofrer qualquer perda ou redução de salário.

Art. 6.º — As viaturas, animais de trabalho e de demais utilidades e instalações das propriedades agrícolas e pecuárias situadas nas zonas invadidas ou sob a ameaça de invasão iminente do gafanhoto migratório, quando requisitados, deverão ser postos à disposição do órgão de combate da jurisdição, durante o período da campanha, ressalvado aos respectivos proprietários o direito de indenização.

Art. 7.º — Todo o proprietário, arrendatário, parceiro ou ocupante, a qualquer título, de estabelecimento agro-pecuário, e obrigatório, a comunicar à autoridade policial mais próxima, a passagem, a direção de voo, pouso, desova, aparecimento de saltões e respectivas datas, verificadas no estabelecimento, dentro das vinte e quatro horas da ocorrência.

Art. 8.º — As companhias de transporte marítimo, fluvial, ferroviário, aéreo e rodoviário, são obrigadas a conceder prioridade para o transporte de pessoal e material, quando destinados ao combate ao gafanhoto migratório, desde que requisitados pela Divisão de Defesa Sanitária Vegetal ou pelas Secretarias de Agricultura dos Estados.

Art. 9.º — O Departamento dos Correios e Telegrafos, os estabelecimentos públicos e as empresas que explorem serviços telegráficos, de rádio-comunicação,

de rádio difusão e de telefones inter-estaduais, são obrigados a comunicar ao Ministério da Agricultura a passagem, direção de vôo, pouso, desova, aparecimento de saltões e datas, nas localidades em que possuem postos ou agências, dentro de vinte e quatro horas da ocorrência.

Art. 10.º — Os postos e agências dos estabelecimentos empresas referidos no artigo anterior, transmitirão gratuitamente e em caráter urgente, à Secretária de Agricultura do Estado, ou ao Ministério da Agricultura, as informações prestadas pelos agricultores, criadores, ou quaisquer outras pessoas, sobre o aparecimento de gafanhotos migratórios, passagem e direção de nuvens, pouso, postura, nascimento de saltões e datas dessas ocorrências.

Art. 11.º — Os proprietários, arrendatários, parceiros ou ocupantes, a qualquer título, de terrenos invadidos pelo gafanhoto migratório, são obrigados a permitir o acesso e livre trânsito nas respectivas propriedades, do pessoal e material empregado no combate.

Art. 12.º — Nenhuma indenização caberá aos proprietários, arrendatários, parceiros, ou ocupantes, a qualquer título, de terreno invadido pelo gafanhoto migratório, em consequência dos trabalhos necessários para o combate à praga, ressalvado o direito à indenização pelos prejuízos decorrentes do uso indevido da propriedade.

Art. 13.º — As despesas com o combate ao gafanhoto migratório serão atendidas mediante a abertura de crédito extraordinário, pelo Poder Executivo, que usará os direitos conferidos pelo artigo 75, parágrafo único da Constituição de 1946, e, igualmente, o disposto no artigo 80 do Código de Contabilidade da União.

Art. 14.º — As pessoas físicas e jurídicas que infringirem os dispositivos da presente lei, ou deixarem de cumprir as obrigações nela estipuladas, são sujeitas à multa de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), impostas pela Divisão de Defesa Sanitária Vegetal ou por seus órgãos regionais nos Estados.

Parágrafo 1.º — A multa prevista neste artigo será imposta, à vista do auto de infração, lavrado por servidor do Mi-

nistério da Agricultura ou das Secretarias de Agricultura nos Estados após a notificação do infrator, para apresentar sua defesa no prazo improrrogável de dez dias.

Parágrafo 2.º — Do despacho que impuzer a multa, caberá recurso, mediante prévio depósito da importância exigida para:

a) O Diretor da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal se a multa tiver sido imposta pelos chefes dos órgãos regionais da mesma Divisão nos Estados;

b) O Diretor Geral do Departamento Nacional da Produção Vegetal, quando a multa tiver sido imposta pelo Diretor da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal.

Art. 15.º — O servidor público civil que infringir qualquer dos dispositivos da presente lei, ou deixar de cumprir as obrigações nela estatuidas, será sujeito à pena de suspensão e responsabilidade, nos termos do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

Art. 16.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1948, 127.º da Independência e 60.º da República.

aa) EURICO GASPARD DUTRA
Adroaldo Mesquita da Costa
Sylvio de Noronha
Canrobert P. da Costa
Hildebrando Accioly
Corrêa e Castro
Clóvis Pestana
Daniel de Carvalho
Clemente Mariani
Honório Monteiro
Armando Trompowsky

Publicado no "Diário Oficial" n.º 277, de 1-12-948.

O Verdadeiro Conceito das Cooperativas do Trabalho

Fábio Luz Filho

A lei 22.239, que disciplina a organização das cooperativas, definiu muito bem as cooperativas do trabalho: "São cooperativas do trabalho aquelas que, constituídas entre operários de uma determinada profissão ou ofício, ou de ofícios vários de uma mesma classe, têm como finalidade primordial melhorar os salários e as condições do trabalho pessoal de seus associados e, dispensando a intervenção de um patrão ou empresário, se propõem contratar obras, tarefas, trabalhos ou serviços, públicos ou particulares, coletivamente por todos ou por grupos de alguns."

Vejamos a definição de uma das últimas e melhores leis promulgadas na América do Sul sobre cooperativas, a da Venezuela, que teve a valiosa colaboração de Fabra Ribas (julho de 1942):

"Son sociedades cooperativas de productores aquellas cuyos miembros se asocian con el objeto de trabajo en común en la producción de mercancías e en la prestación de servicios al público".

Cossa classifica a cooperativa de trabalho como "constituite da operai ed artigiani, i quali, mettendo in comune il loro lavoro e i loro piccoli capitali, si fanno imprenditori, assumendo tutti i rischi della produzione per goderne l'intero profitto".

Vidari, citando a Rebenuo, diz que é o seguinte o conceito de cooperativa de trabalho (cooperazione di produzione): emancipação dos trabalhadores do capitalismo, mediante a posse de capital, e, em seguida, associação de operários possuidores de capital; associação de operários que exercitam a empresa da produção na qual trabalham, possuindo o capital corrente; associação de operários para o exercício da empresa de produção na qual trabalham, sem que haja necessidade de possuírem o capital corrente (braccianti, etc.)

Há ainda as definições de Sohoenberg, etc. para os quais os operários que constituem a cooperativa são, ao mesmo tempo, trabalhadores e empresários, exercitam a empresa industrial sob sua responsabilidade solidária, são os proprietários do capital empregado. "Il capital e è, dunque, elemento essenziale di vita dall'impresa cooperativa; e i soci di questa, pur essendo operai, si considerano individualmente e collettivamente possessori di capitale". Bretano diz que a característica da cooperativa é o exercício da empresa por parte dos operários sem a condição



NAS USINAS DE AÇÚCAR...

quaisquer que sejam:

- as pressões exercidas sobre os mancais das moendas e esmagadores;
- o sistema de lubrificação das máquinas a vapor;
- os compressores e bombas de vácuo dos cristalizadores;
- os mancais das turbinas.

a ATLANTIC possui os lubrificantes adequados que, pelas suas excepcionais qualidades, representam as sentinelas avançadas de sua economia.

Para mancais de moendas:
ATLANTIC H. F. S. OILS

Para máquinas a vapor:
ATLANTIC CYLINDER OILS

Para turbinas: ATLANTIC TURBINE OILS

Para bombas de vácuo e compressores:

Atlantic Ario Compressor Oil
Atlantic Shield Compressor Oil

ATLANTIC REFINING COMPANY OF BRAZIL

Av. Nilo Peçanha, 151 - Ilho de Janeiro
Filiais e Agências nos Estados

explícita da posse do capital. Bretano exclui da forma pura de cooperativa de trabalho aquela em que nem todos os participantes exercitam o trabalho, mas apenas uma parte (auxiliares), assim como a cooperativa em que apenas uma parte participa das perdas e todos participam das sobras, e aquelas em que somente aquelas que entram com capital participam das sobras e das perdas.

Ecdino, ao se referir a uma "Cooperativa femminile di lavoro", dando-lhe as características acima, acrescenta que "la società, avendo indole assolutamente economico si as terrà dal prendere parte ufficiale e farsi rappresentare a qualsiasi man festazione politica o religiosa."

Além disso, temos a definição que da de trabalhador a legislação trabalhista brasileira, donde admirar que pessoas cultas tentem fundar cooperativas de trabalho manual (até de trabalhos domésticos...) incluindo no quadro de seus associados sacerdotes e advogados, num mistifório estonteante, e numa candura que estarrece.

Em "teoria e prática das sociedades cooperativas" definiu esse tipo de cooperativa em suas características doutrinárias e técnicas.

Cabe aos economicamente fracos todo o direito, como já o acentuei, de se defenderem, agremiando-se sob a flâmula irrisada de cooperativismo, esgrimindo por justas reivindicações inadiáveis. Solidarizando-se consumidores e produtores, façam que se economize sem onzeanismo, que se façam transações sem mercantilismo e se proporcionem benefícios sem egoísmos obnubilantes.

A referência evangélica, a que aludiu Ilustre amigo e brilhante causidico, é puramente metafórica e contraditória até nos léxicos, que dizem que obreiros evangélicos são os missionários, ministros de religião "que propagam a sua doutrina. Vazia, pois, de qualquer sentido científico.

Economicamente (que é o ângulo que nos interessa), trabalho é o exercício das faculdades humanas dirigidas diretamente à produção da riqueza, o que implica o exercício das faculdades humanas, orgânicas, intelectuais e morais. O exercício

de atividades humanas que não vise à produção de riqueza (pesquisas filosóficas, exercício do culto reingoso, perfeição ética, exercício do magistério, etc.) não é considerado trabalho economicamente falando, frisa-o ainda Touziolo.

O ensino da matemática, por exemplo, não é considerado trabalho, ao passo que o engenheiro aplica seus conhecimentos numa fábrica é um trabalhador, como o médico, notadamente o sanitário, que, precatando a saúde do homem, vitaliza-o como valor econômico. O mesmo quanto ao agrônomo nos campos, nos laboratórios, nas pesquisas econômicas, etc.

Trabalho é a atividade que se encaminha em uma série regular de operações. O encontro fortuito de um diamante não é trabalho, de vez que não cristaliza as faculdades acionadas. Trabalho é o esforço aplicado à produção com um fim explícito. "Trabalho é o esforço do braço dirigido e acompanhado pelo pensamento e pelo querer."

J. B. Say definiu o trabalho como sendo a ação continuada mediante a qual executamos operações de indústria, ou somente uma parte dessas operações. Jules Simon acrescenta-lhe o elemento subjetivo. Para ele o trabalho tem necessariamente por fim um resultado útil, isto é, a produção de uma riqueza, considerando a riqueza tudo aquilo que pode servir para o melhoramento das condições de vida.

A Lavoura

Órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura. Distribuída gratuitamente aos sócios.

Preço da assinatura anual:

Cr\$ 60,00



Redação e administração:

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 115 - 6.º

Tel.: 42-2981 — Caixa Postal: 1245



COMPANHIA BRASIL DE ENGENHARIA S. A.

ENGENHARIA ★ ARQUITETURA ★ CONSTRUÇÕES

AVENIDA CHURCHILL N.º 94 }
AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 87 } 12.º andar } FONES: 42-0375, 42-7617 e 22-0299
RIO DE JANEIRO

PROJETO E EXECUÇÃO
FERRAGENS PESADAS

Usinas hidro e termo-elétricas, linhas de transmissão, estações receptoras, transformadoras e distribuidoras, distribuição, iluminação, radiotelefonia, instalações elétricas e hidráulicas para edifícios.
Chapas e tubos pretos, esmaltados e galvanizados, cobre em chapa e em bobinas, chumbo em lingote e em canos.

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

C. BRASIL

ELETRICIDADE



HIDRÁULICA

ESCRITÓRIO: AV. CHURCHILL, 94 — AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 87 — 12º — Fones: 42-0375 e 42-7617
DEPÓSITO E OFICINAS: RUA MARIZ E BARROS, 76
Fone: 28-9822 — Endereço Telegráfico: "CONDEBRASI"

RIO DE JANEIRO

Evite a



USANDO A VACINA

Cristal Violeta

DO INSTITUTO PINHEIROS,

INDICADA PARA USO INTRADERMICO
E INTRAMUSCULAR, CONFORME DOSAGENS FEITAS
PELO INSTITUTO BIOLOGICO DE SÃO PAULO

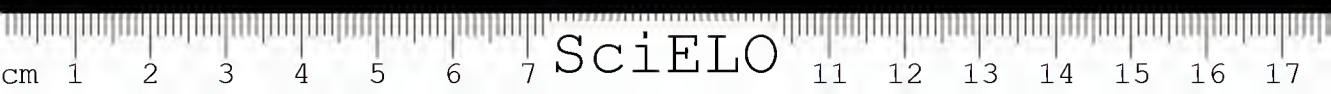
OUTROS **PRODUTOS VETERINÁRIOS**

SULFAGUANIDINA
VACINA CONTRA MANQUEIRA
SÔRO ANTI-TETÂNICO
VACINA CONTRA BRUCELOSE
VACINA ANTI-RÁBICA
TERNEIRINA



INSTITUTO PINHEIROS

(Caixa Postal, 951 — São Paulo)



SciELO

